

Coordenação

Maria Leonor da Silva Carvalho · Marcos Olímpio Gomes dos Santos

Joaquim Caeiro

ECONOMIA  
SOCIOLOGIA, AMBIENTE  
E DESENVOLVIMENTO RURAL

ACTAS DO 2.º ENCONTRO LUSO-ANGOLANO

Realizado na Universidade Metodista de Angola  
de 6 a 8 de Outubro de 2011

## FICHA TÉCNICA

**Título** Economia, Sociologia, Ambiente e Desenvolvimento Rural – Actas do 2.º Encontro Luso-Angolano na Universidade Metodista de Angola

**Autores** Vários

**Coordenação** Maria Leonor da Silva Carvalho, Marcos Olímpio Gomes dos Santos e Joaquim Caeiro

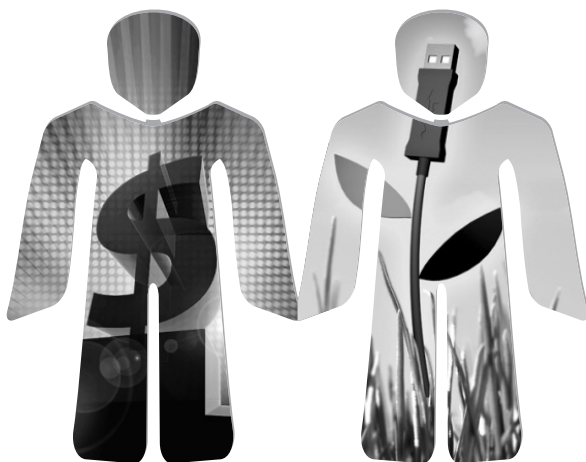
**Edição** Comissão Executiva do 2.º Encontro Luso-Angolano em Economia, Sociologia, Ambiente e Desenvolvimento Rural / Universidade Metodista de Angola

**Projecto gráfico e paginação** João Morgado

Dezembro de 2013

**ISBN** 978-989-8550-20-0

*Os pontos de vista e argumentos apresentados nos textos constantes da presente obra são da inteira responsabilidade dos seus respectivos autores e em momento algum poderão ser imputados às instituições promotoras, organizadoras e apoiantes do livro.*



**2º ENCONTRO** EM ECONOMIA  
**LUSO-ANGOLANO** SOCIOLOGIA, AMBIENTE  
E DESENVOLVIMENTO RURAL

6 a 8 de Outubro de 2011







## PREFÁCIO

Há realidades cujo impulso vital é tão forte, que teimam em permanecer mesmo quando tudo parece indicar que deveriam perecer. Como alguns esporos, ou algumas sementes, resistem a longos períodos de estiagem, aos rigores do frio, às vezes mesmo do fogo e quando as condições minimamente favoráveis se apresentam, revivescem, germinam e florescem com vigor e exuberância.

Assim são os Encontros Luso-Angolanos que, desde 2007, têm procurado reunir investigadores angolanos e portugueses em diversas áreas do conhecimento relevantes para a compreensão e o desenvolvimento das sociedades.

Na verdade, depois do I Encontro Luso-Angolano em Ciência do Ambiente, realizado em 2007, e do I Encontro Luso-Angolano em Economia, Sociologia e Desenvolvimento Rural, em 2008, gerados no feliz encontro entre a Federação das Associações Angolanas em Portugal e a Universidade de Évora, eis que surgiu o 2.º Encontro Luso-Angolano em Economia, Sociologia, Ambiente e Desenvolvimento Rural, que teve lugar em Luanda entre 6 e 8 de Outubro de 2011.

Desta vez, àqueles dois parceiros iniciais juntou-se a Universidade Metodista de Angola, através do seu Centro de Estudos e Investigação Científica (CEIC), que teve o gosto de acolher o evento nas suas instalações. Também para a Universidade Metodista de Angola a realização do encontro se revestiu da maior importância, uma vez que, pela primeira vez, ela acolheu um verdadeiro encontro científico, em que, a par de reputados cientistas de ambos os países que dão nome ao encontro, os seus docentes, os seus mestres e estudantes de mestrado puderam apresentar comunicações e vê-las agora publicadas. De realçar o interesse de investigadores brasileiros que se associaram a esta iniciativa com a apresentação de trabalhos científicos.

A esta realização não foi alheio o facto de o Professor Joaquim Lauriano, verdadeiro pai destes encontros, ter regressado a Angola e estar a exercer funções docentes e de Presidente do Conselho Científico desta jovem instituição de ensino angolana. É-lhe, pois, devia uma profunda vénia de gratidão.

A “deslocalização” de Évora – berço dos ELA – para Luanda deste 2.º Encontro foi uma ousadia, uma vez que trouxe associada uma série de problemas, logísticos, financeiros e organizacionais, que houve que acautelar, mas foi uma ousadia que compensou, largamente, no fim, os riscos corridos.

As dificuldades que a organização teve que enfrentar foram superadas graças aos denodados esforços de uma notável equipa de organizadores, dos quais importa destacar os Professores Leonor Silva Carvalho e Marcos Olímpio Santos pelo lado luso e Joaquim Lauriano e Joaquim Caeiro pelo lado angolano.

Para a memória subjectiva dos que participaram, ficará a lembrança de três dias intensos de escuta atenta, reflexão, discussão, partilha e convívio fraterno. Para a memória objectiva e colectiva ficará este livro de Actas, cuja dádiva à luz foi tão morosa, mas que reúne a totalidade das intervenções que aí se fizeram e que disponibiliza um importante acervo de informação para os investigadores e restantes leitores interessados.

A possibilidade desta publicação fica-se a dever à generosidade do Conselho de Administração da Universidade Metodista de Angola, que aceitou financiá-la, ao Sr. João Morgado que a paginou e à Zaina Internacional que a editou. A todos o nosso muito obrigado.

Começa já a tardar a realização do 3.º Encontro Luso Angolano. Esperemos que a edição destas Actas possa ser uma espécie de pilar de apoio, que nos permita galgar até esse momento, na continuidade que os temas que aqui se tratam e as realidades que o mundo em geral, mas Angola e Portugal em particular, atravessa exigem.

Luanda, Junho de 2013

*Luís Miguel Sebastião*  
Vice-Reitor

# ÍNDICE

PREFÁCIO	vii
INTRODUÇÃO	1
SESSÕES PLENÁRIAS	
A importância da produção de café na sustentabilidade da agricultura Angolana <i>José Mahinga</i>	15
Turismo e Desenvolvimento Rural <i>Francisco Martins Ramos</i>	31
Desigualdades e Assimetrias Regionais em Angola <i>Alves da Rocha</i>	41
SESSÕES PARALELAS	
Políticas Agrícolas, Ambiente e Sustentabilidade	
A revisão da política de tarifas de água no uso agrícola: um estudo de caso no Sul de Portugal <i>Rui Fragoso e Carlos Marques</i>	69
A tipologia comunitária das explorações agrícolas <i>Maria do Socorro Rosário</i>	97
A importância da floresta Indígena e Exótica no desenvolvimento económico e social de Angola: situação actual e potencialidades <i>Jeremias Domingos e António Pinheiro</i>	117
Interdependência dos preços de feijão-vulgar entre cinco dos principais mercados em Moçambique <i>Estevão Chaves, Erly Teixeira, Leonardo de Mattos e Cynthia Donovan</i>	129
Desenvolvimento	
Mulheres licenciadas e a promoção do desenvolvimento em Angola: que diferença faz o Ensino Superior? <i>Maria Raquel Lucas, M.ª da Conceição Rego, Isabel Ramos e M.ª Leonor da Silva Carvalho</i>	151
Pesca, piscicultura e economia solidária <i>Gílson de Lima Garófalo</i>	163
O acesso à água e o desenvolvimento em África <i>Manuel Branco, Pedro Henriques e M.ª Leonor da Silva Carvalho</i>	187
Reflexões em torno de perspectivas sobre questões teóricas e práticas relacionadas com o Desenvolvimento <i>Marcos Olímpio dos Santos</i>	211

Logística e Distribuição: variáveis vitais para alavancar a produção, o escoamento dos produtos e o desenvolvimento integrado e sustentável de Angola <i>J. Jordão e P. Miranda</i>	231
Políticas Agrícolas e Sustentabilidade	
A competitividade da mandioca em Angola: perspectivas de mercado <i>João Saraiva Gomes, Patrícia de Sousa e M.ª de Fátima Oliveira</i>	263
Mudanças sociais por meio do ensino profissionalizante <i>Terezinha Filgueiras de Pinho</i>	289
Contribuição para o debate sobre a sustentabilidade da agricultura angolana <i>Fernando Pacheco, M.ª Leonor da Silva Carvalho e Pedro Henriques</i>	311
Planeamento de canais de comercialização: O caso do agro-negócio do azeite em Portugal <i>Rui Fragoso</i>	345
Produção de biocombustíveis em Angola – prós e contras ambientais <i>João Serôdio de Almeida</i>	375
A produção de café em Timor-Leste e a sua comercialização <i>Pedro Henriques e M.ª Leonor da Silva Carvalho</i>	381
Desenvolvimento	
Alguns contributos para o estudo do desenvolvimento económico da Província do Huambo <i>António Zacarias da Costa e M.ª da Conceição Rego</i>	413
Alguns contributos para a caracterização da comunidade angolana imigrante em Portugal e para a dinâmica populacional portuguesa <i>José dos Santos, M.ª Filomena Mendes, M.ª da Conceição Rego e M.ª da Graça Magalhães</i>	415
Os empregos verdes no desenvolvimento económico local: desafios, oportunidades, boas práticas e potencialidades no contexto angolano <i>Marcos Olímpio dos Santos e José Manuel Pinotes</i>	427
O fomento da produção de café em Angola e o Desenvolvimento Rural <i>Agostinho Dias Alexandre e Carlos da Silva Carvalho</i>	443
Economia social e cooperativismo: pilares fundamentais ao desenvolvimento integrado e sustentável da sociedade angolana <i>J. Jordão, P. Romera, J. L. López García e J. Briz</i>	461

## INTRODUÇÃO

Na sequência do 1.º Encontro Luso-Angolano em Economia, Sociologia e Desenvolvimento Rural, realizado na Universidade de Évora, em Évora, de 16 a 18 de Outubro de 2008, realizou-se em Luanda, na Universidade Metodista de Angola, o 2.º Encontro Luso-Angolano naquelas temáticas, de 6 a 8 de Outubro de 2011.

Tal como o 1.º Encontro, este também foi muito participado, tendo contado com cerca de 100 participantes, sendo de salientar as presenças de 14 portugueses e 2 brasileiros. Contou ainda com uma ampla cobertura mediática, a nível de televisão – Televisão Pública de Angola, TV Zimbo e RTP África, de semanários – Sol-Angola e REGISTO-Évora, e ainda da Angola Press.

### **Objectivos**

Com este evento procurou-se por um lado contribuir para fortalecer o relacionamento entre Angola e Portugal no interesse comum dos povos em relação ao desenvolvimento sustentável, no qual a agricultura desempenhará um papel determinante e, por outro lado, contribuir para a criação de iniciativas que promovam o desenvolvimento rural, bem como a troca de informação sobre experiências bem-sucedidas ou boas práticas que conduzam a uma estratégia de desenvolvimento sustentável no eixo agro-industrial.

Este 2.º Encontro veio consolidar e ampliar as relações de parceria existentes entre as Universidades Metodista de Angola e a Universidade de Évora, relações essas que têm passado pela leccionação de Mestrados da Universidade de Évora na Universidade Metodista de Angola, investigação e assessoria técnica e científica, entre outras actividades.

### **Organização e estrutura**

As actividades deste II Encontro centraram-se nas temáticas relacionadas com a sustentabilidade ao nível da Agricultura e das Políticas Agrícolas, do Ambiente e dos Recursos Naturais, e ainda com o Desenvolvimento em geral.

A organização foi do Centro de Estudos e Investigação da Universidade Metodista de Angola, da Associação das Instituições de Ensino Superior Privado Angolanas e do Instituto de Ciências Agrárias e Ambientais Mediterrânicas da Universidade de Évora, tendo a Universidade Metodista de Angola sido a anfitriã.

Para a realização do Encontro foram constituídas as Comissões de Honra, Científica e Organizadora.

**Comissão de Honra** · Constituída por membros do governo de Angola e por responsáveis de organizações com um papel fundamental no aprofundamento da cooperação entre Angola e Portugal.

Ministro da Agricultura

Ministra do Ambiente

Ministro da Administração do Território

Ministro da Assistência e da Reinserção Social

Ministra do Comércio

Ministra da Cultura

Ministro da Economia

Ministro da Educação

Ministra do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia

Ministro da Energia e Águas

Ministra da Família e da Promoção da Mulher

Ministro da Hotelaria e Turismo

Ministra do Planeamento

Embaixador da República Portuguesa em Angola

Presidente do Conselho de Administração da Universidade Metodista de Angola

Vice-Presidente do Conselho de Administração da Universidade Metodista de Angola

Reitora da Universidade Metodista de Angola – Presidente  
Reitor da Universidade de Évora  
Reitor da Universidade Agostinho Neto  
Reitor da Universidade José Eduardo dos Santos  
Reitor da Universidade de Belas  
Reitor da Universidade Católica de Angola  
Reitor da Universidade Gregório Semedo  
Reitor da Universidade Independente  
Reitor da Universidade Lusíada de Angola  
Reitor da Universidade Privada de Angola  
Reitor da Universidade Técnica de Angola  
Reitor do Instituto Piaget de Angola

**Comissão Científica** · Constituída por personalidades de reconhecido mérito científico, competindo-lhe traçar e coordenar as orientações sobre as questões de natureza científica.

Adalberto Nascimento (Mestre, Universidade Metodista de Angola)  
Adélio Chiteculo (Mestre, Universidade Metodista de Angola)  
Esteves Hilário (Mestre, Universidade Metodista de Angola)  
Fernando Pacheco (Engenheiro Agrónomo, Angola)  
João Ferreira Neto (Doutor, Instituto Nacional do Café de Angola, Angola)  
Joaquim Lauriano (Doutor, Universidade Metodista de Angola)  
José de Sousa Vieira Jordão (Doutor, Universidade Metodista de Angola)  
Kelusodi Eduardo Filemon (Doutor, Universidade Metodista de Angola)  
Lisete Valle (Engenheira Agrónoma, Angola)  
Martha Sambanje (Mestre, Universidade Metodista de Angola)  
Ricardo Queirós (Doutor, Universidade Metodista de Angola)  
Vicente Agostinho (Universidade Metodista de Angola)  
Walter Viegas (Engenheiro Agrónomo, Angola)  
António Cipriano Pinheiro (Professor Emérito, Universidade de Évora, Portugal)  
Carlos Pinto Gomes (Doutor, Universidade de Évora, ICAAM, Portugal)  
Diogo Figueiredo (Doutor, Universidade de Évora, ICAAM, Portugal)  
Eduardo Figueira (Doutor, Universidade Lusófona, Portugal)

## Introdução

José Pinotes (Engenheiro, Consultor do Banco Mundial)

Maria Leonor da Silva Carvalho (Doutor, Universidade de Évora, ICAAM, CEFAGE, Portugal)

Maria do Rosário Oliveira (Professor Emérito, Universidade de Évora, ICAAM, Portugal)

Raul Xisto Bruno de Sousa (Doutor, Instituto Superior de Agronomia, Portugal)

Ricardo Serralheiro (Doutor, Universidade de Évora, ICAAM, Portugal)

**Comissão Organizadora** - Constituída por representantes de instituições vocacionadas para as áreas da Economia, Sociologia, Ambiente e Desenvolvimento Rural, competindo-lhe o planeamento e concretização de todas as tarefas conducentes à realização do Encontro.

Joaquim Lauriano (Doutor, Universidade Metodista de Angola)

Joaquim Caeiro (Investigador, Universidade Metodista de Angola)

Oswaldo Mendes (Mestre, Universidade Metodista de Angola)

Kelusodi Eduardo Filemon (Doutor, Universidade Metodista de Angola)

António da Conceição Manuel (Licenciado, Universidade Metodista de Angola)

José de Sousa Vieira Jordão (Doutor, Universidade Metodista de Angola)

Maria Salvadora Magalhães (Doutoranda da Universidade de Évora, Luanda, Angola)

Teresa Almada (Engenheira Agrícola, Ministério da Agricultura, Luanda, Angola)

Jaime Jerónimo (Mestrando MEGA, Universidade Metodista de Angola)

Carlos Silva Carvalho (Engenheiro Agrónomo, Évora, Portugal)

Marcos Olímpio (Doutor, CISA, Évora, Portugal)

Maria da Graça Morais (Doutor, CIDHEUS, Évora, Portugal)

Maria Leonor da Silva Carvalho (Doutor, Universidade de Évora, ICAAM, CEFAGE, Portugal)

Pedro Damião Henriques (Doutor, Universidade de Évora, CEFAGE, Portugal)

Vanda Narciso (Engenheira Zootécnica, Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas, Évora, Portugal)



**Conselho Consultivo da Comissão Executiva** · Constituída por interessados na realidade angolana e/ou anteriores ou actuais membros de Comissões Executivas com experiência em iniciativas de complexidade similar à do Encontro Luso-Angolano, consistindo as suas funções em apoiar a Comissão Executiva na selecção e concretização das melhores soluções aplicáveis aos aspectos práticos de concepção, programação, execução e avaliação do Encontro.

Antónia Vilar Baião (Cooperativa Mourense de Interesse Público de Responsabilidade Limitada-COMOIPREL, Moura)

Carolina Caixinha Barrocas (Associação para a Inovação e Desenvolvimento Integrado do Alentejo - IDEIA Alentejo)

Domingos Afonso Braga (Doutor, Universidade de Évora, CISA)

Eduardo Jorge Esperança (Doutor, Universidade de Évora)

Jaime Moleiro Serra (Doutorando, Universidade de Évora, CISA)

José Luís Ramos (Doutor, Universidade de Évora)

José Manuel Leal Saragoça (Doutorando, Universidade de Évora, CISA)

Luís Albertino Alves Morais (Economista, CISA, Évora)

Maria Beatriz Correia (Licenciada, Universidade de Évora)

Maria Noémi Marujo (Doutoranda, Universidade de Évora, CISA)

Maria da Saudade Baltazar (Doutor, Universidade de Évora, CISA)

Rui Manuel de Sousa Fragoso (Doutor, Universidade de Évora, CEFAGE-UE)

Rui Manuel Pingo (Administrador da Universidade de Évora)

**Núcleo de Apoio** · constituído por alunos das licenciaturas da Universidade Metodista de Angola.

Na sessão inaugural, a mesa, presidida pela Magnífica Reitora da Universidade Metodista de Angola, Professora Doutora Teresa Silva Neto, contou com o Embaixador de Portugal em Angola, Dr. Francisco Ribeiro Telles, com o Magnífico Reitor da Universidade de Évora, Professor Doutor Carlos Braumann e com o Prof. Doutor Joaquim Lauriano, Presidente da Comissão Executiva do Encontro.

O evento foi estruturado em *Sessões Plenárias* e *Sessões Paralelas*, orientadas para as temáticas da Economia, Sociologia, Ambiente e Desenvolvimento Rural.

### **Sessões Plenárias**

A primeira sessão plenária foi dedicada ao **Desenvolvimento Rural**, tendo sido orador o Doutor Altemiro Diogo, Director Geral do Desenvolvimento Rural, em substituição da Doutora Filomena Delgado, Secretária de Estado para o Desenvolvimento Rural. Moderou o Doutor Joaquim Lauriano (Universidade Metodista de Angola) e o relator foi o Doutor José Jordão (Universidade Metodista de Angola).

**A importância da produção de café na sustentabilidade da agricultura Angolana** foi o tema da responsabilidade do Mestre José Mahinga, Director Geral Adjunto do INCA em substituição do Doutor João Ferreira Neto, Director Geral do mesmo Instituto. Foi moderadora a Doutora Maria Leonor da Silva Carvalho (Universidade de Évora) e relator o Dr. Cláudio Bernardo (mestrando, Universidade Metodista de Angola). O Mestre José Mahinga falou sobre a sustentabilidade da cafeicultura em Angola, mostrando como se processa a produção de café e potencialidades para o sector.

O Doutor Francisco Ramos, Professor Emérito da Universidade de Évora, numa sessão moderada pelo Dr. Joaquim Caeiro (Universidade Metodista de Angola, e tendo como relatora a Eng.<sup>a</sup> Ana Sofia Pires (técnica superior, Angola), falou sobre **Turismo e Desenvolvimento Rural**, mostrando que o Turismo é, efectivamente e em tempo de paz, a actividade económica mundial com maior impacto na vida dos países, regiões e comunidades, criando riqueza, gerando postos de trabalho, arrastando actividades paralelas e complementares, multiplicando sinergias e fomentando o desenvolvimento, sendo também um fenómeno com implicações sociais, culturais e políticas de grande alcance e profundidade nos estilos de vida, nas formas de comportamento, na génese do processo de aculturação, no sistema educativo, na afirmação das identidades.

O Doutor Manuel José Alves da Rocha, Director do CEIC-UCAN dissertou sobre **Desigualdades e Assimetrias Regionais em Angola**. A moderação esteve a cargo da Doutora Maria Raquel Lucas (Universidade de Évora) e o relator foi o Doutor Joaquim Lauriano (Universidade Metodista de Angola). Para o Doutor Alves da Rocha, o desenvolvimento e a programação regional são domínios de estudo, pesquisa e análise portadores de futuro, não apenas

do estrito ponto de vista económico, mas, principalmente, na sua capacidade de propiciar a descoberta de dinâmicas e sinergias invisíveis quando se parte do topo para a base.

Houve ainda lugar a uma Mesa Redonda subordinada ao tema **Agricultura e desenvolvimento sustentável da economia Angolana**, na qual foram intervenientes o Eng.º Fernando Pacheco, Investigador e Consultor, o Mestre José Baptista, da Sociedade de Desenvolvimento dos Perímetros Irrigados, o Doutor José Jordão, da Universidade Agostinho Neto, e o Doutor Joaquim Lauriano, da Universidade Metodista de Angola. Esta Mesa Redonda contou com a moderação do Doutor Rui Fragoso (Universidade de Évora), tendo como relator o Doutor Marcos Olímpio (CISA- Universidade de Évora).

### **Sessões Paralelas**

Estas sessões foram divididas em 2 grandes áreas: por um lado as Políticas Agrícolas, Ambiente e Sustentabilidade e, por outro, o Desenvolvimento.

A primeira subsecção destas sessões incidiu sobre as *Políticas Agrícolas, Ambiente e Sustentabilidade*. Foi moderador o Dr. António Zacarias da Costa (mestrando, Universidade Metodista de Angola) e relatora a Doutora Maria de Fátima Oliveira (Escola Superior Agrária de Coimbra).

Na primeira comunicação, os autores abordaram a questão *A revisão da política de tarifas de água no uso agrícola: um estudo de caso no Sul de Portugal*, avaliando os efeitos de políticas de tarifas da água no uso agrícola, em termos do consumo de água, do aproveitamento das áreas beneficiadas com regadio, do rendimento do produtor agrícola, da recuperação dos custos com a água e do desenvolvimento agrícola.

Em *A Tipologia Comunitária das Explorações Agrícolas* a autora mostrou a importância de uma classificação comunitária das explorações agrícolas por tipo de orientação técnico-económica e classe de dimensão económica para facilitar a análise das actividades estruturais e dos resultados económicos das explorações agrícolas, devido à grande diversidade de estruturas e sistemas de produção na União Europeia.

A floresta Indígena e Exótica de Angola foi o tema abordado em *A importância da floresta Indígena e Exótica no desenvolvimento económico e social de Angola: situação actual e potencialidades*.

## Introdução

Em *Interdependência dos preços do feijão-vulgar em cinco dos principais mercados em Moçambique* os autores analisaram a integração de preços entre os mercados varejistas e o sentido de transmissão entre as cinco capitais provinciais de Moçambique, no período de janeiro de 2005 a janeiro de 2011.

A segunda subsecção teve por tema o *Desenvolvimento*. Foi moderador o Doutor José Rebelo dos Santos (Instituto Politécnico de Setúbal) e relatora a Dr.ª Terezinha Filgueiras de Pinho (IFFR, Brasil).

Em *Mulheres Licenciadas e a Promoção do Desenvolvimento em Angola: Que diferença faz o Ensino Superior?* As autoras identificaram a importância da obtenção de uma licenciatura na valorização social e económica das mulheres angolanas e, conseqüentemente na promoção do desenvolvimento da sociedade.

O diagnóstico de aspectos a nível mundial/brasileiro quanto à produção, comércio e consumo de pescado, detendo-se na piscicultura, ramo da aquicultura direcionado à criação e multiplicação de peixes em viveiros escavados (viveiros de barragem) e de como a economia solidária pode influenciar no desenvolvimento desta cultura foi o objectivo da comunicação *Pesca, piscicultura e economia solidária*.

O *acesso à água e o desenvolvimento em África* analisou o papel da recolha e da distribuição de água no desenvolvimento, nomeadamente na melhoria das condições de vida das populações Africanas.

Suscitar a troca de conhecimentos e de esclarecimentos mútuos, a partir de um texto actualizável sobre Desenvolvimento foi o objectivo da comunicação *Reflexões em torno de perspectivas sobre questões teóricas e práticas relacionadas com o desenvolvimento*.

A última comunicação desta subsecção, *Logística e distribuição: variáveis vitais para alavancar a produção, o escoamento dos produtos agrícolas e o desenvolvimento integrado e sustentável do meio rural angolanos* incidiu sobre as pontes a desenvolver entre a produção e o consumo, a produção de produtos de qualidade e a preços competitivos, tendo mostrado a necessidade de potenciar os agentes comerciais, e de gerar parcerias entre os sectores públicos e privados, com inclusão dos camponeses e pequenos agricultores nas cadeias de valor, e ainda a necessidade de aumentar a instalação de entrepostos ou cadeias de frio e outras infra-estruturas que permitam operações atempadas de colheita e transporte, de fornecimento, de armazenagem e conservação, de acondicionamento, de fraccionamento, de expedição.

A terceira subsecção foi dedicada às *Políticas Agrícolas e Sustentabilidade*. Foi moderador o Doutor Gilson Garófalo (PUC-USP, Brasil) e relator o Mestre Estevão Chaves (Angola)

Esta subsecção iniciou-se com a comunicação *A competitividade da mandioca em Angola: perspectivas de mercado*, em que os autores apresentaram um estudo do mercado da mandioca em Angola.

O ensino agrícola com o objetivo de analisar a influencia da educação profissionalizante em Roraima, estado no norte do Brasil, verificando a interação entre a utilização da capacidade instalada e a sociedade local cujos habitantes, na maioria, trabalham na condição de pequenos produtores, ou seja, são agricultores familiares e desenvolvem atividade relacionada com a aquicultura foi abordado em *Mudanças sociais por meio do ensino profissionalizante*.

A necessidade de aumentar e diversificar a produção agro-pecuária de forma sustentável, melhorando o abastecimento alimentar da população e as condições de vida do meio rural, e ainda a garantia de disponibilidade da oferta de produtos alimentares, interligando zonas com excedentes e zonas de maior procura e poder de consumo são objectivos que o Governo Angolano visa concretizar, tendo delineado um conjunto de instrumentos de política que foram discutidos e analisados na *Contribuição para o debate da sustentabilidade da agricultura angolana*.

O autor de *Planeamento de canais de comercialização: O caso do agro-negócio do azeite em Portugal* propôs um modelo de planeamento dos canais de comercialização que considere também os custos de transacção, aplicando-o ao agro-negócio do azeite em Portugal.

*A produção de café em Timor-Leste e a sua comercialização* analisou e reflectiu sobre o sector do café em Timor Leste, realçando aspectos relacionados com a sua produção e comercialização, e ainda sobre a competitividade e vantagem comparativa do sector.

Em a *Produção de biocombustíveis em Angola-prós e contras ambientais* o autor fez uma abordagem sobre os problemas ambientais da produção de biocombustíveis em Angola.

O *Desenvolvimento* foi o tema da quarta subsecção. Moderou a Dr.<sup>a</sup> Maria Emília Pepeka (ISCED, Huambo) e foi relatora a Eng.<sup>a</sup> Maria do Socorro Rosário (Ministério da Agricultura, Portugal).

## Introdução

A primeira comunicação desta subsecção, *Alguns contributos para o estudo do diagnóstico do desenvolvimento económico da cidade do Huambo*, pretendeu contribuir para o melhor conhecimento da realidade social da província do Huambo e também identificar algumas soluções baseadas no conceito desenvolvimento sustentável, dando ênfase ao conceito desenvolvimento equilibrado, que permita ao ecossistema urbano relacionar-se racionalmente com os demais ecossistemas, garantindo assim o respeito pela função social e pela dignidade humana.

Em *Alguns contributos para a caracterização da comunidade angolana imigrante em Portugal* e para a dinâmica populacional portuguesa, os autores tiveram como objectivo a quantificação e caracterização dos Imigrantes Angolanos, no âmbito da sua distribuição por sexo, grupo etário e região de residência, baseando a sua análise nos dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) e do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF).

*Os empregos verdes no desenvolvimento económico local: desafios, oportunidades, boas práticas e potencialidades no contexto angolano* relacionou empregos verdes com as vantagens competitivas de um território e as possibilidades de promoção da inclusão social de pessoas desfavorecidas, no quadro da luta contra a pobreza.

A atenção dos autores de *O Fomento da Produção de Café em Angola e o desenvolvimento Rural* concentrou-se em mecanismos que conduzam ao apoio dos agricultores que se dedicam à cafeicultura, em especial no que respeita à aprendizagem e aplicação de práticas e tecnologias adequadas à condução da cultura, da assistência à sua organização estrutural e à consolidação do seu contributo para o desenvolvimento rural.

Os autores de *Economia Social e Cooperativismo: pilares fundamentais ao desenvolvimento integrado e sustentável da Sociedade Angolana* dedicaram um especial enfoque a comentar alguns aspectos da vantagem cooperativa, pretendendo contribuir para a descoberta de um ponto de encontro entre o microeconómico (estratégia competitiva para a empresa ou organização) e o macroeconómico (capital social e crescimento económico) através da cooperação.

Em *Factores que influenciam a participação dos camponeses nos mercados agrícolas* o autor mostrou como o desenvolvimento da agricultura é essencial para a melhoria da vida nas áreas rurais.

### **Encerramento e Conclusões**

Na sessão de encerramento foram sintetizadas as principais conclusões do Encontro:

- Dar continuidade ao Encontro através de uma nova iniciativa a decorrer em Portugal no ano de 2013;
- Apostar nos sectores da agricultura em geral, e do café em particular, mineralogia, energia e indústria transformadora;
- Criar iniciativas que promovam o desenvolvimento rural e conduzam a uma estratégia de desenvolvimento sustentável no eixo agro-industrial;
- Reforço e diversificação dos investimentos no interior do país, com o objectivo de se reduzirem as grandes assimetrias que ainda se registam entre a capital Luanda e as demais regiões;
- Dinamizar a troca de experiências no âmbito do desenvolvimento turístico sustentável;
- Aprofundar a cooperação e parceria entre as instituições públicas e privadas de Angola e Portugal, no âmbito do ensino, da investigação, do empreendedorismo e das políticas sociais;
- Estreitar os laços de Angola e Portugal com os restantes países lusófonos, aproveitando o interesse suscitado por este evento na comunidade lusófona.

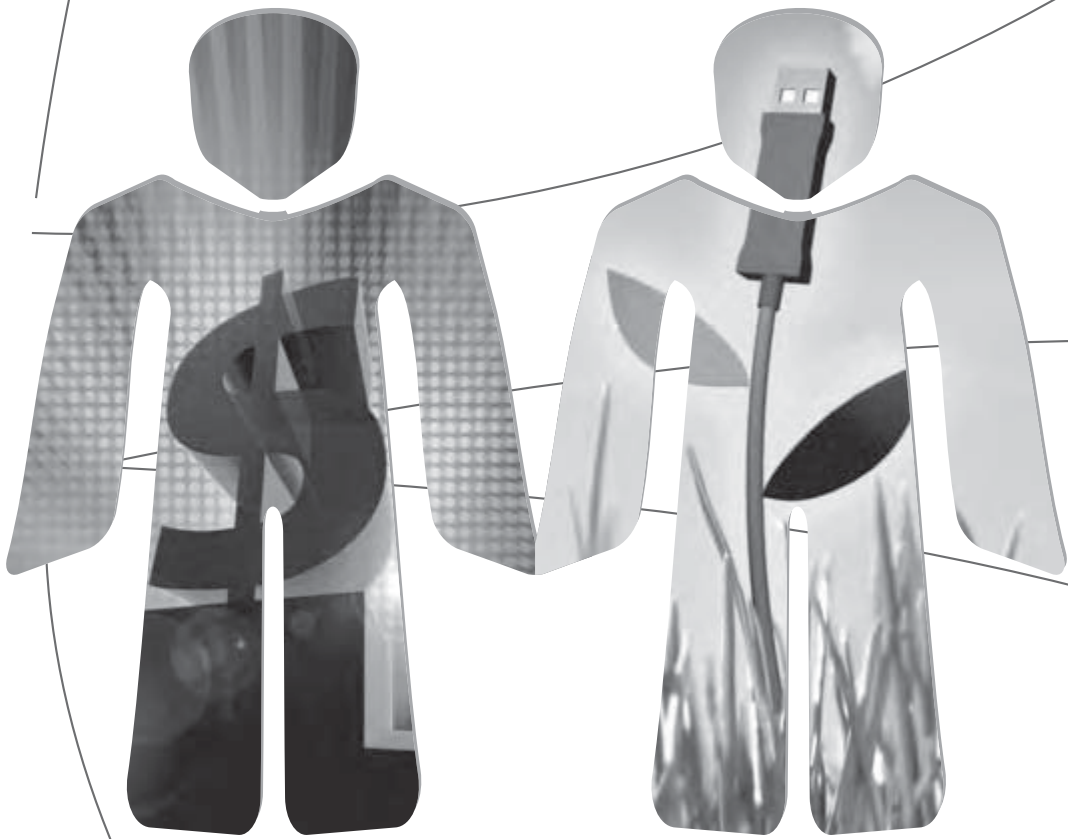
Os Coordenadores

*Maria Leonor da Silva Carvalho  
Marcos Olímpio Gomes dos Santos  
Joaquim Caeiro*

The page features a minimalist design with four L-shaped corner marks at the corners. A series of curved lines, resembling a stylized arc or a partial circle, sweeps across the page from the top-left towards the bottom-right. The text 'SESSÕES PLENÁRIAS' is centered horizontally within this arc.

# SESSÕES PLENÁRIAS







A importância da produção de café na sustentabilidade  
da agricultura angolana

José Mahinga<sup>1</sup>



---

<sup>1</sup> [mahinga.mahinga@gmail.com](mailto:mahinga.mahinga@gmail.com)



## Ementa

- Sustentabilidade e agricultura
- Angola – perfil da cafeicultura
- Angola –café vs agricultura
- **Conclusões**

## A importância da produção de café na sustentabilidade da agricultura angolana

### Sustentabilidade agrícola

3 dimensões conceituais:

- Viabilidade ou sustentabilidade económica do agronegócio (vinculada a uma série de factores: clima, mercado, políticas etc.) → deve promover lucro líquido;
- Sustentabilidade social: o sistema de produção deve assegurar os direitos e as condições de trabalho (terra, salários, usufruto de lucros → premissa de que investindo na qualificação da mão-de-obra o retorno e o rendimento estarão mais assegurados;
- Sustentabilidade ambiental do sistema produtivo: A rentabilidade da produção não deve gerar passivo ambiental, ou qualquer dano aos sistemas ecológicos. Assegura que a sustentabilidade económica é obtida sem um impacto negativo gerado sobre o meio ambiente

### Angola – perfil agrícola

- ??
- A produção de café em Angola compagina-se com os conceitos apresentados?

- ecologicamente correcta
- economicamente viável
- socialmente justa
- culturalmente diversificada
- Possui importância agrícola




### Angola – clima e recursos

Angola → zona subtropical com duas estações:

- ✓ A das Chuvas (Set-Abr)
- ✓ Seca "cacimbo" (Mai – Ago)


- Florestas, savanas e deserto
- Pluviosidade elevada, propicia desenvolvimento da agricultura
- País é rico em recursos minerais, flora e fauna



### Angola – clima e recursos

Um capital formidável em recursos naturais de boa qualidade:

- Solos propícios a produção agrícola (35 milhões de hectares – FAO);
- Solos aráveis - 8 milhões → (30% cultivados)
- H<sub>2</sub>O: 47 bacias hidrográficas, disponibilidade de 12.000 m<sup>3</sup>/habitante/ano;
- Um potencial de irrigação de 6,7 milhões de hectares, que representam uma fonte potencial de produção agrícola (grão, hortaliças, frutas, produtos industriais), que possibilitaria a criação de **5,3 milhões de empregos directos e 13,4 milhões de empregos indirectos.**



## A importância da produção de café na sustentabilidade da agricultura angolana

Angola – clima e recursos

Um capital formidável em recursos naturais de boa qualidade:

- População jovem, passível de ser aproveitada para os trabalhos do campo
- A agricultura contribui com 10% do PIB
- Agricultura - actividade fundamental para quase 66% da população do país (principal fonte de emprego, abastecimento e renda)
- Depois de 2002 a **população activa** na agricultura tem aumentado a uma taxa de **2.2% ao ano**.









## A importância da produção de café na sustentabilidade da agricultura angolana

**Angola: Instituições do subsector do café**

**1. Instituto Nacional do Café**

- orientação metodológica, acompanhamento, fomento e controlo das actividades:
- produção,
- assistência técnica
- comercialização, transformação,
- licenciamento das exportações

- A experimentação e investigação técnico-científica no domínio do café, do palmar e do cacau
- Possui 19 BT
- 3 centros de investigação e experimentação,
- centro de estudos



**Angola: Instituições do subsector do café**

**2. Fundo de Desenvol. do Café de Angola (FDCA)**

- Financiamento a produção, experimentação, investigação;
- Apoio aos cafeicultores familiares com insumos
- Apoio ao fomento e comercialização de café

**3. CAFANGOL E PROCAFE**

- Comercialização interna
- Beneficiamento, transformação e exportação de café
- Torra e moagem
- Aquisição de insumos e maquinaria cafelcola especializada



### Angola: O ciclo do café em Angola

- > 1.ª plantação comercial estabelecida no Cazengo em 1837
- > 1842 Produção era de 125 toneladas
- > Sistema de produção familiar e empresarial
- > Grandes latifúndios
- > Boom da produção
- > Reconhecimento político da importância do café como riqueza nacional
- > Empresas territoriais
- > Ciclo baixo na produção (guerras e outros)
- > Produção familiar dominante



- ✓ Produtos agrícolas já representaram 40% do valor total das exportações de Angola;
- ✓ 72% do valor das exportações dos produtos de origem agrícola já pertenceu ao café;
- ✓ O café já representou 27% do valor total das exportações

### Angola: Regiões produtoras

- × Cabinda
- Mancha florestal do Cazengo e Dembos
- Uíge
- K.Sul
- Regiões altas de Benguela, Huambo, Bié e Huila  
[Cabinda, Uíge, Bengo, K.Norte, K.Sul = robusta]; [Benguela, Huambo, Bié, Huila => arábica]
- Áreas com potencial produtivo (Moxico, Zaire, Malange)



## A importância da produção de café na sustentabilidade da agricultura angolana


### Que tipos de café são produzidos?

95% do café produzido em Angola é robusta

a) **Café "Amboim" robusta:** tem história como um *specialty blend* no mercado global

b) Tem um prémio de 30% no mercado de cafés robusta.

c) Muitas vezes confundido como café arábica nas provas de chávena




Tipo de café	Massa de 100 grãos	% a torra
Arábica	14,9	85,4
Cabinda	10,48	82,2
Ambriz	12,67	85,1
Cazengo	10,66	81,5
Amboim	15,3	88,5

### Que tipos de café são produzidos?

b) **Café "Ambriz" robusta**

- Amadurece numa atmosfera de nevoeiros e baixas temperaturas, acrescentando sabor natural a chávena
- Contribui com 41% do total da produção nacional



Tipo de café	Massa de 100 grãos	% a torra
Arábica	14,9	85,4
Cabinda	10,48	82,2
Ambriz	12,67	85,1
Cazengo	10,66	81,5
Amboim	15,3	88,5

### Que tipos de café são produzidos??

**c) Café robusta "Cazengo":**


- o primeiro café comercialmente produzido com resultados economicamente viáveis;
- Cresce num clima húmido
- Sombreado, com árvores da floresta matriz.



Tipo de café	Massa de 100 grãos	% a torra
Arábica	14,9	85,4
Cabinda	10,46	82,2
Ambriz	12,67	85,1
Cazengo	10,66	81,5
Amboim	15,3	88,5

### Que tipos de café são produzidos?

**d) Café robusta "Cabinda":**-  
desenvolve-se sob influência da bem conhecida floresta do Msiombe (olhe a floresta e sinta o café)




Tipo de café	Massa de 100 grãos	% a torra
Arábica	14,9	85,4
Cabinda	10,46	82,2
Ambriz	12,67	85,1
Cazengo	10,66	81,5
Amboim	15,3	88,5

## A importância da produção de café na sustentabilidade da agricultura angolana

### Que tipos de café são produzidos?

**d) Café arábica:** a região planáltica é a produtora de café arábica (canjengo, catimor, tupi, novo mundo, etc)



Tipo de café	Massa de 100 grãos	% a torra
Arábica	14,8	85,4
Cabinda	10,46	82,2
Ambriz	12,57	85,1
Cazengo	10,66	81,5
Ambolm	15,3	84,5

### Café: Como se produz em Angola?

- ✓ Café produzido a sombra (floresta natural ou criada para o efeito).
- ✓ Café esparsamente consociado com palmeiras, fruteiras, bananeiras ...
- ✓ Café produzido zero recurso a insumos minerais, nem agrotóxicos;
- ✓ Fertilização do solo, como resultado da decomposição de matéria orgânica circundante;
- ✓ Produção de café e biodiversidade harmonizados;

**Angola é dos maiores produtores de café orgânico do mundo.**

**Manutenção de autênticas matas cafeiras**

- Produtores com idade média de 49 anos apesar dos hábitos e costumes produtivos (de pais para filhos)
- Café tido como poupança = venda consoante necessidades da família



### Angola: Benefício e rebenefício do café

Processamento por via seca

- Colheita
- Transporte p/ terreiros
- Secagem
- Ensacamento
- Descasque
- Comercialização
- Exportação
- Transformação



The collage includes images of coffee plants, workers in the field, coffee being transported on a road, coffee drying on a raised bed, coffee being processed in a mill, coffee beans in a container, and coffee being packaged into bags.

### Angola: Quem produz

- Cerca de **50000** empresas agrícolas familiares "pequenos produtores" (+/- 90% dos produtores) - **2 a 10** ha
- Mais de **450 000** angolanos envolvidos na actividade cafeeira de forma directa
- Associações e cooperativas de cafeeiros (**201**)
- Médias e grandes empresas (**10%**)
- Uma área total estimada em **447 700** ha com café;
- Uma área com potencial produtivo **>730 000** hectares

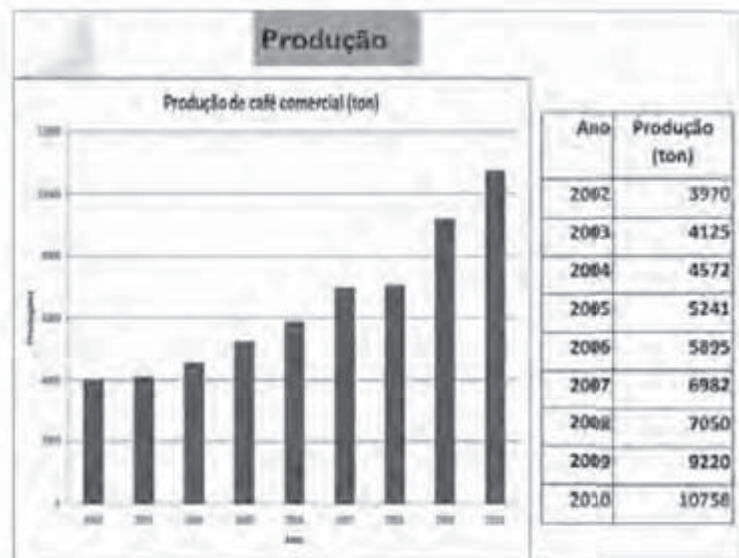



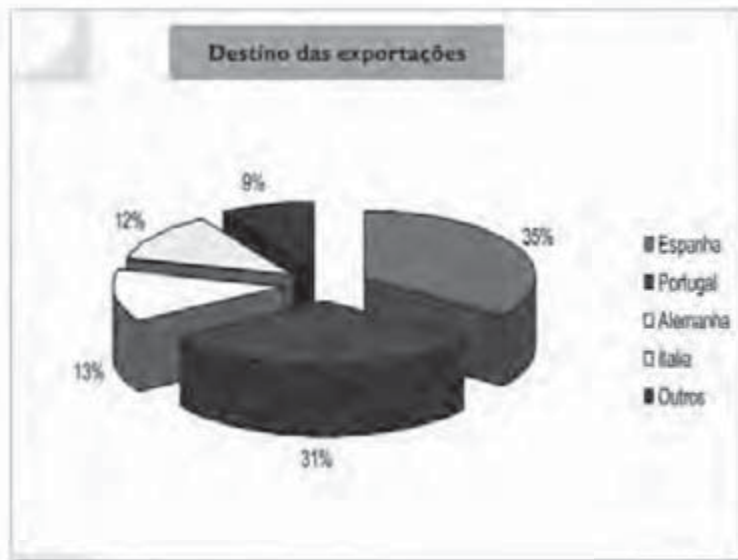
The photograph shows a group of about ten people, mostly men, standing in front of a simple building. They appear to be engaged in a community activity or meeting.

## A importância da produção de café na sustentabilidade da agricultura angolana

### Angola: Quanto café se produz?

- Angola já foi num passado não distante o terceiro maior exportador de café e o 1.º produtor mundial de robustas;
- Guerra fratricida, principalmente, contribuiu para diminuição exponencial da produção;
- Enorme potencialidade para o incremento da produção;
- Políticas direccionadas para o aumento da produção de café (novas plantações, técnicas de cultivo, assistência técnica ...);
- Perspectiva-se um aumento da produção em até 50000 toneladas a médio prazo.





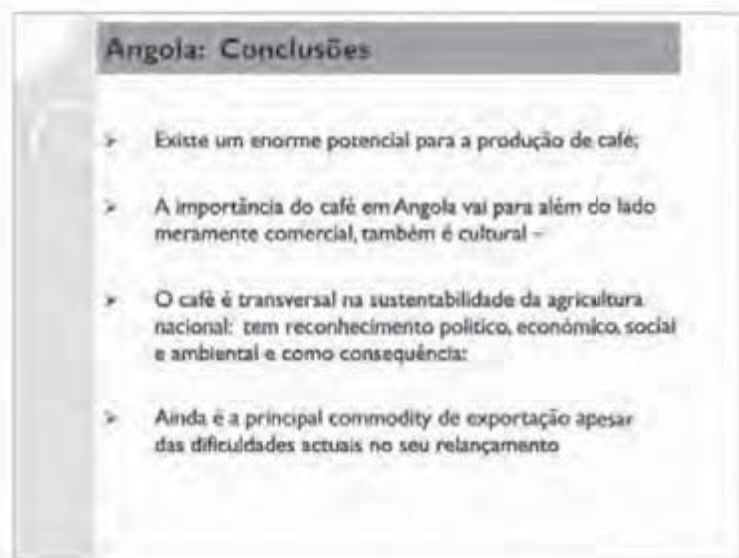
### Angola: café vs sustentabilidade agrícola

Sustentabilidade ambiental	Sustentabilidade económica
<ul style="list-style-type: none"><li>• Adubos minerais ao mínimo</li><li>• Mata cafeeira ecológica</li><li>• Sombreamento regulado</li><li>• Consociação de café com culturas alimentares</li><li>• Renovação das plantações</li><li>• Reabilitação das plantações</li><li>• Manutenção de solos</li></ul> <p>→ Técnicas favoráveis ao aumento da produção em equilíbrio com o meio ambiente</p>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Melhorias sustentadas dos modelos de produção actuais</li><li>• Aumento da produção unitária</li><li>• Café como fonte de renda familiar</li><li>• Café como "o mel do coco em casa"</li><li>• Sessões de comercialização operacionais</li><li>• Preços atractivos</li><li>• Nichos de mercado</li><li>• Cafés especiais – potencial &gt;&gt;&gt;</li><li>• Consumo interno</li><li>• Indústrias de torra e moagem</li></ul> <p>→ Promoção de assistência técnica e sistemas de crédito à produção</p>

**Investigação cafeeira avançada**



## A importância da produção de café na sustentabilidade da agricultura angolana





## Turismo e Desenvolvimento

Francisco Martins Ramos<sup>1</sup>

Antes de iniciar a leitura do presente texto, gostaria de cumprimentar os presentes e agradecer aos membros da Comissão Organizadora deste Encontro Luso-Angolano o simpático convite que me foi dirigido para participar nesta meritória sementeira de ideias que estabelece laços académicos, científicos, profissionais e pessoais entre instituições e elementos dos nossos dois países.

O Turismo é um fenómeno de dimensões múltiplas que tem vindo a assumir um peso significativo, a vários níveis, nas relações entre regiões, países e continentes. Por outro lado, a rápida e universal proliferação de actividades turísticas tem intensificado o impacto da mudança nas sociedades ditas tradicionais. De facto, e parafraseando Denise Lawrence, mesmo nos mais desenvolvidos países da Europa e da América, o turismo tem vindo a afectar os residentes locais, quer se tratem de habitantes das cidades de montanha da Itália, dos burgos acastelados de Espanha, das aldeias perdidas das ilhas do Mar Egeu ou da região portuguesa do Alentejo (Lawrence 1996), das ilhas de Cabo Verde ou da zona do Kilimanjaro.

Uma Comissão da Liga das Nações definiu, em 1937, “turista estrangeiro” como qualquer pessoa que visita um país, diferente daquele em que reside, efectivamente, por um período de, pelo menos, vinte e quatro horas. As pessoas que ficavam menos de vinte e quatro horas eram tratadas como “excursionistas”. Naturalmente que, para além do turismo internacional, devemos considerar, hoje, o turismo doméstico, segmento não negligenciável do processo turístico global. Em geral, os autores actuais estão de acordo em definir turista como “uma pessoa em situação de lazer

---

<sup>1</sup> Professor Emérito da Universidade de Évora

que voluntariamente visita um local diferente do da sua residência, com o propósito de experimentar uma mudança” (Smith V. 1989), se bem que, algumas vezes, o lazer possa estar associado ao trabalho. Dito de outro modo, uma viagem de negócios, ou um congresso científico podem associar-se a visitas e práticas turísticas.

Nas sociedades actuais, o Turismo é o grande veículo do contacto de culturas, o instrumento privilegiado das relações interpessoais entre “nós” e os “outros”, o elo potencial da ligação com estranhos, forasteiros, hóspedes e estrangeiros. O Turismo mediatiza pois, o processo etno-antropológico da hospitalidade, da anulação etnocêntrica, do relativismo cultural, da afirmação plena do Homem, simultaneamente singular e igual aos outros homens (Ramos 1992). Todavia, a complexidade e riqueza do fenómeno não o elegem como o único factor de desenvolvimento de uma região, país ou localidade. Trata-se pois, de um fenómeno problemático, delicado e controverso, que nem sempre resiste à simplicidade de uma análise de custos/benefícios.

Nestas circunstâncias, gostaria de referir algumas delicadezas do fenómeno e obstáculos à actividade turística.

Assim, uma primeira questão prende-se com a *sazonalidade* inerente ao próprio processo turístico. A procura turística não é equilibrada e constante em todos os períodos do ano e até mesmo em todos os dias da semana. Os profissionais e especialistas devem estar aptos a encarar tal situação, no sentido de minimizar os seus efeitos em termos económicos.

Outro aspecto que convém ter em consideração é a *insegurança*. Esta pode revestir três modalidades: 1) a marginalidade e os conflitos sociais que ocorrem nos destinos; 2) os conflitos e guerras regionais; 3) a insegurança a nível dos equipamentos turísticos e hoteleiros. Trata-se de um obstáculo cada vez mais premente na sociedade globalizada, em articulação com ofertas inadequadas.

Uma questão que pode ser problemática ocorre com as *alterações cambiais* que afectam, para o bem e para o mal, os fluxos turísticos. Por exemplo, as oscilações do valor do dólar, do yen ou do euro podem condicionar a procura turística, nomeadamente quando a moeda do destino valoriza.

As *modas* influenciam a procura turística. Um destino pode ser prejudicado por ser chique e mediático procurar outros destinos. Exemplos internacionais são as modas que privilegiam determinadas ofertas como a África do Sul, a costa espanhola, o norte de África ou as ilhas Seychelles.

A ausência de *capacidade de carga* é um obstáculo que penaliza certos destinos, por não possuírem infra-estruturas suficientes face, nomeadamente, ao aumento da procura e, em especial, ao turismo de massas.

A *competição desleal*, apesar de efémera, afecta pontualmente determinados destinos.

O *amadorismo*, a *ausência de profissionalismo* e o esquecimento do *anfitrião* são factores que, cada um a seu modo, acabam por fomentar a consequente redução da procura e a eventual reacção negativa da comunidade anfitriã.

As questões anteriormente referidas nem sempre podem ser minimizadas ou eliminadas pelos agentes turísticos, de modo que, individualmente ou no seu conjunto, constituem sérias ameaças à actividade turística, enquanto factor económico para o desenvolvimento de um país, região ou localidade. Se tais obstáculos não existem, ou se são superados, a oferta turística encontra-se em condições de atingir as suas metas.

Convém, entretanto, contextualizar o processo turístico no seu enquadramento temporal. Apesar de alguns movimentos históricos poderem ser hoje considerados como turismo, nomeadamente o processo medieval de desenvolvimento urbano (Burke 1978), foi a revolução industrial e a génese das classes burguesas nos séculos XVIII e XIX que forneceram ao processo turístico o seu mais importante ímpeto, através da importância dada ao lazer, à viagem, ao bem-estar e à cultura material (Lawrence 1996). De facto, “l’homme voyage depuis des millénaires, mais le concept de tourisme n’a été inventé qu’à la fin du XVIII siècle en Angleterre” (Lanquar 1985: 3).

Quando se chega ao século XX, existe já uma rede de transportes significativa a que o automóvel, o comboio e mais tarde o avião viriam dar ênfase como factores geradores das práticas turísticas.

Apesar das experiências europeias e americanas anteriores à II Grande Guerra, é após 1945 e nomeadamente nas décadas de 60 e 70 do século XX que o Turismo irá ter o seu período áureo de desenvolvimento. Para tal, contribuíram cumulativamente uma série de fenómenos, factos e acontecimentos: o crescimento exponencial do parque automóvel, o desenvolvimento crescente dos transportes aéreos, a “democratização” dos alojamentos, a introdução de voos *charter*, a regularização da semana de cinco dias de trabalho e do horário de oito horas diárias e a institucionalização das férias pagas.

O Turismo é, duplamente, um fenómeno social total. Em primeiro lugar porque, dada a sua riqueza e complexidade, ele pode ser objecto de análise, estudo e investigação por parte de todas as ciências sociais. Por outro lado, também o é “pelas diversas implicações, influências e impactos que tem na vida das comunidades, regiões e países” (Ramos 1992: 189). Daí a existência de múltiplas leituras sobre as diversas dimensões do turismo.

Por outro lado e apesar da importância do Turismo como instrumento cultural, não nos podemos alhear da natureza económica desta actividade. A melhoria da qualidade dos serviços turísticos, a eficiência da prestação de tarefas, o carácter personalizado que muitos defendem no contacto com o visitante, etc., destinam-se, justamente, à obtenção de resultados económicos motivadores para a sustentabilidade da actividade em análise. Como qualquer outra iniciativa económica, a oferta turística visa o lucro, a rentabilidade, a produção de riqueza e a criação de postos de trabalho. Pensar de maneira diferente é utópico ou romântico, mesmo que se integre a actividade turística na área da pluriactividade.

Um tema comum na abordagem antropológica ao turismo é a constatação da mudança cultural resultante da chegada dos turistas. Assim, parte-se do pressuposto de que o sistema cultural local é inferior ao dos turistas; considera-se que as mudanças são destruidoras das tradições locais e pensa-se que tais mudanças conduzem a uma homogeneidade cultural que afecta a identidade e os modos de vida dos residentes (McKean 1989).

Tal perspectiva também é reducionista e incompleta: em muitos destinos, apesar de mudanças sociais significativas, filhas do progresso tecnológico, é possível verificar que é o próprio fenómeno turístico que recupera tradições, revitaliza práticas autênticas, fomenta o espírito identitário, inventa e reinventa tradições, contribui para a coesão social.

Naturalmente que existe sempre o perigo da mercantilização da cultura, para o qual nos alerta Davydd Greenwood (1987). De facto, quando a cultura se mercantiliza, o significado que os residentes dão aos seus rituais, cerimónias, edifícios, lendas, produtos tradicionais, sítios, paisagens e artefactos desaparece. Perde-se o valor simbólico que as comunidades conferem à ritualização das suas práticas quotidianas ou às manifestações extraordinárias das suas datas queridas.

Para Carlos Fortuna, em muitas circunstâncias, “as sociedades passam a estar investidas da função turística, e que não só são chamadas a abrir os seus espaços

fronteiriços e os indivíduos os seus locais de residência aos visitantes estrangeiros, como também se torna apelativo o seu envolvimento em relações transaccionais muito peculiares. Com efeito, trata-se de fazer entrar na categoria de bens transaccionáveis... a cultura, o património, as tradições, a própria identidade, a contemplação de certas categorias da população (os camponeses, os artistas, os operários) e, finalmente, de fazer dos modos de vida dos indivíduos um objecto turístico...” (Fortuna 1997: 245). Ter a capacidade para evitar tal situação é o grande desafio que se coloca aos destinos turísticos afectados pela massificação.

Desse modo, a sustentabilidade do turismo, e do turismo cultural em particular, assenta em três pilares:

- Rentabilidade económica da actividade
- Massa crítica capaz de defender a tradição e aceitar inovações
- Condições infra-estruturais de acolhimento.

Por isso e por razões que referirei imediatamente é que o turismo não deve ser a única actividade económica de uma região ou localidade. Ela deve ser articulada com a agricultura, com o artesanato, com a gastronomia, com os serviços e com a indústria existente. De facto, o turismo é um fenómeno muito delicado cujas fragilidades já foram referidas. E não nos esqueçamos que existem localidades sem vocação turística.

A sustentabilidade não pode ser apenas uma bandeira panfletária; pelo contrário, em termos pragmáticos, uma actividade só é sustentável se a conseguirmos legar aos nossos filhos sem impactos negativos na sociedade, na economia e no ambiente, de modo que eles também a possam legar aos nossos netos.

Convém recordar alguns princípios orientadores definidos em 1980, na Declaração de Manila sobre Turismo Mundial: “Os recursos turísticos de que dispõem os países são constituídos simultaneamente por territórios, bens e valores. Trata-se de recursos cujo emprego não pode abandonar-se a uma utilização incontrolada sem se correr o risco da sua degradação e destruição... A satisfação das necessidades turísticas não deve constituir uma ameaça para os interesses sociais e económicos das populações das regiões turísticas, para o meio ambiente, especialmente os recursos naturais, atracção essencial do turismo, nem para os lugares históricos e culturais. *Todos os recursos turísticos pertencem ao património da humanidade.* As comunidades nacionais e a comunidade internacional inteira devem envidar os esforços necessários para a sua preservação”.

O Turismo tende sempre a ser de massas e, como tal, é um forte contributo para a morte das sociabilidades locais. A sangria demográfica e migratória da região portuguesa do Alentejo, da Extremadura Espanhola e de outras regiões, a quebra das actividades ligadas ao sector primário, as crises económicas, a venda de habitações a proprietários não residentes, a nuclearização das famílias, o envelhecimento populacional, etc., são aspectos cumulativos do mesmo fenómeno de perda da coesão e identidades locais. Não é seguramente o caso de Angola.

Os industriais do turismo tendem a vender a tradição impregnada de história (re)inventada. Por outro lado, uma nova sociabilidade, a “turística”, é artificial, esquece o anfitrião, invade a sua privacidade, os seus espaços físicos e mentais, deteriora as relações de vizinhança e coloca os actores num palco de representação social, onde só o cenário não muda. A “poluição” sobre o meio social é acompanhada de poluição sobre o meio físico e ambiental.

Como já foi referido, a capacidade de carga dos destinos turísticos deve ser respeitada, de modo que a onda avassaladora do turismo massificado, desordenado e predador não exerça pressão sobre um determinado território físico e com os inconvenientes de uma sazonalidade delicada economicamente e indesejável.

Assistimos, nalguns casos, àquilo que Davydd Greenwood classifica como a mercantilização da cultura. Parafaseando este autor “podemos dizer que não conhecemos nenhuma comunidade que possa viver sem os significados que a cultura pode fornecer; de facto, o turismo está forçar mudanças culturais sem precedentes sobre populações que sofrem os efeitos da desertificação, da industrialização e da urbanização. A perda de significado através da mercantilização da cultura é um problema tão sério como a desigual distribuição de riqueza que resulta do desenvolvimento turístico” (Greenwood 1987: 172).

É um facto incontroverso que o turismo não poder ser eliminado como parte integrante da vida moderna. De facto, o turismo rural/cultural “constitui uma vertente inovadora do fenómeno turístico em geral, uma interessante alternativa ao turismo de massas e surge associado, por um lado, à necessidade de diversificar a oferta turística para fazer face à competitividade externa e interna e, por outro lado, resulta de uma nova concepção de desenvolvimento regional e rural...” (Baltazar 1994: 84).

O que há a fazer, na linha de pensamento defendida por Dogan (1991) é tentar maximizar os seus aspectos positivos e minimizar os seus efeitos perniciosos. Todavia,



que resultados do turismo são positivos e quais são os negativos? O respectivo entendimento dependerá das características da sociedade anfitriã e do nível de desenvolvimento turístico atingido ou a atingir.

O Turismo é, efectivamente e em tempo de paz, a actividade económica mundial com maior impacto na vida dos países, regiões e comunidades, criando riqueza, gerando postos de trabalho, arrastando actividades paralelas e complementares, multiplicando sinergias e fomentando o desenvolvimento.

Mas não é, como já foi referido, apenas uma actividade económica. Trata-se de um fenómeno com implicações sociais, culturais e políticas de grande alcance e profundidade nos estilos de vida, nas formas de comportamento, na génese do processo de aculturação, no sistema educativo, na afirmação das identidades.

Na realidade, “o turismo não é uma agregação de actividades meramente comerciais; é também um quadro ideológico da história, natureza e tradição; um quadro que tem o poder de transformar a cultura e a natureza nas nossas necessidades” (MacCannel 1992: 1).

O recente interesse pelas identidades locais, pela importância do passado para as comunidades, pelo relevo dos espaços vernáculos (e populares) explica a emergente consolidação do turismo cultural não apenas na vertente do património construído (Santos 2002), mas também pela procura da cultura intangível.

Para os espaços rurais, o Turismo surge como uma promessa sólida para a melhoria da economia local e consequentemente da vida das populações. Através da valorização do património local, com o aparecimento de actividades ligadas ao pequeno comércio, na ligação à terra, ao artesanato, à animação e à conservação da paisagem e do ambiente, e com a revitalização de outras actividades, poderá existir um aumento do rendimento individual e, consequentemente, uma melhoria da qualidade de vida.

Numa interessante visão prospectiva, dois autores brasileiros abordaram o turismo do século XXI, colocando algumas afirmações que, sendo umas óbvias e outras discutíveis, ajudam a reflectir:

- a) Os novos turistas serão pobres em tempo e ricos em dinheiro.
- b) Os turistas darão muita importância às componentes culturais das visitas.
- c) Haverá uma maior consciência ambiental e social.

- d) Problemas relacionados com a saúde e a segurança serão dos factores mais inibidores nas escolhas dos destinos turísticos.
- e) Para os próximos 20 anos os turistas seniores serão maioritários.
- f) A China e os Estados Unidos serão os destinos turísticos com maior crescimento.
- g) Aumentará a utilização da Internet no processo turístico.
- h) Verificar-se-á uma necessidade premente de profissionais especializados: agentes, guias-intérpretes, investigadores, gestores turísticos, animadores, operadores e docentes.

Estou certo que a criação de uma licenciatura em Turismo na Universidade Metodista de Angola pode e deve ser um instrumento fundamental para a formação de técnicos e profissionais, essenciais para o desenvolvimento do turismo em todo o país. Trata-se de um sector estratégico que deve merecer das autoridades todo o apoio na concretização de projectos públicos e privados.

### **Referências Bibliográficas**

- Baltazar, Alda Vitória Alegre  
1994 Turismo no Campo Branco: Um factor de desenvolvimento local, Beja: Universidade Moderna
- Burke, Peter  
1978 O Mundo como Teatro, Lisboa: Difel
- Dogan, Hassan  
1991 "Forms of Adjustment. Sociocultural Impacts of Tourism",  
Annals of Tourism Research, vol. 16, no. 2, pp. 216-236
- Fortuna, Carlos  
1997 "Les Centres Historiques et Monumentaux des Villes: A Propos du  
Tourisme Urbain et du Patrimoine", Sociologie Urbaine et Rurale 52/53
- Greenwood, Davydd  
1987 "Culture by the Pound: An Anthropological Perspective on Tourism as Cultural  
Commoditization", in Valene Smith (edit.), Hosts and Guests, The Anthropology  
of Tourism, Philadelphia: University of Pennsylvania Press

Lanquar, Robert

1985 *Sociologie du Tourisme et des Voyages*, Paris

Lawrence, Denise

1996 "Tourism and the Emergence of Design Self-Consciousness in a Portuguese Town" in D. Pellow (edit.), *Setting boundaries: the anthropology of spatial and social organization*, Wesport: Bergin & Garvey

MacCannel, Dean

1992 *Empty Meeting Grounds: The Tourist Papers*, London: Routledge

McKean, Philip F.

1989 "Towards a Theoretical Analysis of Tourism: Economic Dualism and Cultural Involution in Bali", in Valene Smith (edit.), *Hosts and Guests, The Anthropology of Tourism*, Philadelphia: University of Pennsylvania Press

Ramos, Francisco Martins,

1992 *Os Proprietários da Sombra*, Évora: Universidade de Évora

Santos, Figueiredo

2002 *Turismo, Mosaico de Sonhos*, Lisboa: Edições Colibri

Smith, Valene (edit.)

1989 *Hosts and Guests, The Anthropology of Tourism*, Philadelphia: University of Pennsylvania Press



# Desigualdades e assimetrias regionais em Angola

Alves da Rocha<sup>1</sup>

## **Pontos prévios**

Estou convencido de que a problemática do desenvolvimento regional no nosso país não goza da mesma prioridade política que outros temas, como a estabilização macroeconómica, o controlo do valor cambial externo da moeda nacional, a restrição monetária, etc.

Tem-se consciência das profundas desigualdades entre as regiões e dentro destas, entre as províncias. No entanto, a este nível de percepção não tem correspondido uma atitude reactiva em termos estratégicos e de políticas macroeconómicas, microeconómicas e empresariais tendentes a mitigar as diferenças de níveis de vida entre Luanda e algumas províncias do litoral e todo o extenso interior.

Desde que finalizei a minha formação académica básica e complementar que a temática regional me tem atraído, sobretudo pela influência que a disciplina curricular Métodos e Técnicas de Planeamento Regional exerceu sobre algumas das minhas preferências de estudos teóricos e aplicados. A atracção por esta área do conhecimento levou-me a escrever um ensaio nos idos anos 70, depois de um ano de actividade profissional pós-licenciatura<sup>2</sup>.

Na verdade, o processo de crescimento económico é, ele próprio, gerador de desigualdades, provocadas por mecanismos de mercado capazes e suficientes de

---

<sup>1</sup> Professor Associado da Universidade Católica de Angola. Director do Centro de Estudos e Investigação Científica da UCAN.

<sup>2</sup> Alves da Rocha – Algumas Considerações Teóricas sobre Desenvolvimento Regional, Serviços de Planeamento e Integração Económica de Angola, Julho de 1972, com prefácio de José Manuel Zenha Rella.

assegurar, no substancial, uma afectação racional e eficiente dos recursos e factores de produção, mas deficitários nos critérios de repartição do PIB e do rendimento nacional. Em diferentes pontos de vista: funcional (factores de produção), pessoal e regional. A adopção de métodos correctivos impõe-se, pelas vias da descentralização de decisões, da captação de factores, recursos e competências, da valorização das vantagens competitivas regionais, da democratização do acesso à informação, às oportunidades de negócios, ao crédito (uma das modalidades de se mitigar a pobreza e corrigir a disfuncionalidade na repartição pessoal do rendimento nacional), à educação e à saúde.

O desenvolvimento e a programação regional são domínios de estudo, pesquisa e análise portadores de futuro, não apenas do estrito ponto de vista económico, mas, principalmente, na sua capacidade de propiciar a descoberta de dinâmicas e sinergias invisíveis quando se parte do topo para a base.

Os estudos relativos às assimetrias do desenvolvimento dentro dum mesmo país não são recentes e o interesse que esta problemática tem suscitado remonta a François Perroux, Jonh Friedman e Jan Tinbergen na década de 60 do século passado<sup>3</sup>. Mais recentemente, o interesse pelo estudo do crescimento regional alargou-se às assimetrias decorrentes dos processos de integração económica, que têm levado – ou ameaçam levar – ao esvaziamento progressivo de territórios/zonas/espacos escassamente competitivos ao nível comunitário. Esta nova direcção – de resto, complementar da anterior – que tem sido impressa à problemática regional/espacial é de particular interesse para Angola, a braços com uma ausência de estratégia para a sua integração económica nos espacos regionais africanos a que politicamente se comprometeu pertencer.

O interesse académico e científico por esta componente da Teoria Económica só começou a manifestar-se na segunda metade do século XX. Recuando-se até ao século XVIII verifica-se que a Teoria Económica foi construída numa perspectiva a-histórica e a-espacial. Esta foi a filosofia fundamental do pensamento clássico, para quem o livre jogo do mercado levaria, num sistema a que não se seguiria nenhum outro, à optimização na determinação dos bens a produzir, na utilização dos factores de produção, na repartição dos rendimentos, no escalonamento temporal das

---

<sup>3</sup> Ver “A Planificação e os Pólos de Desenvolvimento”, Perroux, Friedman e Tinbergen, Edições RÉS, 1975.

decisões e na localização das actividades económicas. Ficaram célebres as “*theories of regional self-balance*” de Ohlin (1933), Losch (1939) e Isard (1956), de acordo com as quais a optimização dentro de cada país se conseguiria através do livre jogo das forças do mercado, levando os detentores de capital a maximizar os seus ganhos e os trabalhadores os seus salários através de localizações espaciais onde as circunstâncias fossem mais favoráveis, tanto do ponto de vista individual, quanto social. O “*self-balance*” operar-se-ia, então, do modo seguinte: os investimentos seriam atraídos das regiões com salários mais altos para as outras com salários mais baixos, onde, por ser escasso o capital, seria maior a sua produtividade marginal. Por seu turno, a mão-de-obra movimentar-se-ia em sentido contrário, para as regiões mais desenvolvidas de salários mais elevados e disponibilidade de força de trabalho mais escassa e, conseqüentemente, de produtividade marginal mais elevada (empobrecendo demograficamente as regiões de origem). O equilíbrio segundo o óptimo de Pareto era evidente e alcançável, desde que inexistentes quaisquer formas de intervenção do Estado que levassem ao falseamento das regras do mercado. Portanto, “*assimetrias regionais*” era uma expressão abolida do seu léxico económico.

Só por volta da segunda metade dos anos 50 e primeira dos anos 60 do século XX se reconheceu, empírica e cientificamente, que a realidade apresentava-se muito assimétrica dentro de cada país e com conseqüências tais que só uma intervenção correctora do Estado poderia concertar. Justificou-se, assim o aparecimento das teorias do desequilíbrio regional (“*theories of regional imbalance*”), tendo como representantes mais expressivos François Perroux (1955), Hirschman (1957 e 1958), Myrdal (1957) e Kaldor (1967). O denominador comum do seu pensamento económico era o de que o livre jogo das forças do mercado não tenderia para o equilíbrio económico interno.

Em termos teóricos, são já relativamente abundantes conceitos, modelos e ferramentas metodológicas que, no âmbito da disciplina do Crescimento Económico<sup>4</sup>, têm permitido realizar e enfatizar determinados contrastes empíricos que

---

<sup>4</sup> Na literatura anglo-saxónica são várias e definitivas as contribuições no domínio do “*economic growth*”, “*economic development*” ou “*development economics*” (esta designação mais atraente e verdadeiramente do domínio da teoria ou da análise do desenvolvimento), com Robert Solow, Arthur Lewis, Paul Romer, Robert Barro, Xavier Sala-I-Martin, Debraj Ray, Michael Todaro, Stephen C. Smith, Ian M. D. Little, Philippe Aghion, Peter Howit, A. P. Thirlwall para, eventualmente, citar os mais importantes e conhecidos autores e teóricos. Ver no Relatório Económico Anual 2003 do CEIC/UCAN a excelente reflexão de Vítor Santos sobre o ponto de situação do debate teórico quanto ao desenvolvimento económico regional.

conduzam ao conhecimento/descoberta das causas do aumento do Produto, da origem das assimetrias espaciais – e, conseqüentemente, da criação e distribuição do rendimento – e das razões das dinâmicas de desenvolvimento, ou seja, o porquê de alguns países/regiões/territórios crescerem mais rapidamente do que outros/outras. E é neste contexto que se pode inserir a problemática da equidade inter-territorial, procurando-se reflectir se deve ser este o sentido do desenvolvimento regional ou, pelo contrário, se o mesmo se deve concentrar nas regiões mais competitivas, de modo a rentabilizar os investimentos económicos e sociais e depois difundir o crescimento para os espaços imediatamente mais contíguos.

Quer dum ponto de vista teórico, quanto dum perspectiva prático/empírica, os temas essenciais relacionados com a economia regional podem ser agrupados em três áreas: a primeira, relacionada com o impacto do crescimento sobre a localização e concentração das actividades económico-produtivas em determinadas áreas geográficas, a segunda, focalizada sobre a evolução das disparidades regionais expressas pelas diferenças no rendimento médio por habitante e o estudo das causas que estão na origem das mesmas e, finalmente, a relação entre os processos de integração, crescimento e convergência.

Em Angola tem estado ausente a reflexão sistemática – política e académica – sobre o desenvolvimento regional e a recuperação dos espaços interiores face a uma litoralização demográfica e económica crescente, a qual e perante uma ausência de estratégia e de política regional, tende a retro-alimentar-se<sup>5</sup>. Alguns estudos, muito circunscritos, têm abordado, meramente ao de leve, as desigualdades regionais em Angola, mas têm sido muito escassos os debates, as conferências, as palestras e os seminários sobre este assunto, sendo, justamente, por isso que o CEIC, através do seu Departamento de Estudos Económicos, entendeu abrir esta frente de pesquisa e análise, embora consciente das ciclópicas dificuldades relacionadas com a falta de informação de base e com a relutância do Governo e da Administração Pública em geral em disponibilizarem as poucas informações existentes. Este estudo é uma primeira abordagem dos problemas da regionalização em Angola da localização das

---

<sup>5</sup> A questão do desenvolvimento regional já mereceu, durante a Administração portuguesa, uma atenção muito particular da parte das instituições que na época tratavam do problema do crescimento económico. Diversos planos de desenvolvimento provincial foram elaborados – entre os quais ficou como referência o da Província do Huambo – e que visavam reduzir as disparidades regionais que dominavam o intenso crescimento económico do país na altura.



infraestruturas e do estado actual do debate e da reflexão teórica sobre a economia regional.

### **Introdução**

Angola tem sido apresentada como um *case study* em termos de estabilização macroeconómica e crescimento da economia, a partir de 2002. Apesar de esta situação ter uma correlação muito forte com o comportamento da economia mundial e, em particular, da procura e do preço do petróleo, não se pode tirar mérito aos Ministros das Finanças e aos Governadores do Banco Nacional de Angola que entre 2000 e 2008 se responsabilizaram pelo desenho e implementação das políticas de ajustamento macroeconómico que funcionaram como esteio do fantástico crescimento económico ocorrido. As bases metodológicas em que a estabilização assentou fazem com que a mesma tenha deixado de ser um mero episódio do processo económico de Angola e passado a ser uma situação de rotina, ainda assim exigente em conhecimentos científicos, capacidade de entendimento da *causa das coisas*, habilidade de gestão, flexibilidade de medidas e políticas e competência de intervenção imediata. Estabilização com crescimento foi, portanto, o aspecto que tornou Angola num caso especial, reforçado pela posição que, durante aquele período, as autoridades governativas assumiram perante o Fundo Monetário Internacional em matérias relevantes da natureza do modelo de gestão macroeconómica.

A disseminação do crescimento económico é, agora, o outro grande desafio. As evidências empíricas até ao presente denunciam uma excessiva, injusta e economicamente contraproducente concentração do crescimento e dos seus resultados em 5% da população, meia dúzia de sectores de actividade económica, 0,18% do território nacional<sup>6</sup> e 2 produtos exportáveis. As assimetrias regionais são assustadoras, provocando uma estratificação social indecente e imoral ao relegar para planos secundários e terciários de consideração social e condições económicas de vida franjas consideráveis da população. Existem situações de fome endémica

---

<sup>6</sup> Em 2007, Luanda (com uma área de 2257 quilómetros quadrados), respondeu por 75,1% do volume global de negócios realizado no país, 55% do número total de empresas e estabelecimentos existentes e por 32,3% do emprego total (com os parciais de 25,3% do emprego público e 64,3% do emprego empresarial, público e privado).

em muitas zonas do país – condição, de resto, corroborada pelo Governo nos seus diferentes documentos de política económica – onde as acessibilidades materiais são inexistentes.

A redução das desigualdades territoriais, através da qual se pode levar o crescimento económico e os seus benefícios ao interior do país, deve ser o novo e próximo *case study* de Angola. É fundamental imaginar e aplicar um sistema que torne Angola num país onde as dissemelhanças regionais se confinem às vantagens comparativas de cada província, às diferenças culturais e históricas e aos acidentes geográficos.

Para isso, tem de se começar por construir um dique de retenção da população noutras regiões que não Luanda e as do litoral. Os sistemas de educação e formação profissional são os de maiores resultados a curto prazo, ao adiarem a entrada da população activa no mercado de trabalho. Em simultâneo, as políticas de incentivo ao crescimento económico devem *pressionar* os investidores e empreendedores a localizarem as suas empresas e actividades no interior do país. É difícil iniciar um processo de crescimento regional relativamente equilibrado do país se se mantiver a tendência actual de localização económica, em que mais de 77% das empresas em actividade estão em Luanda, Benguela, Kwanza Sul, Cabinda e Namibe.

São indiscutíveis os desequilíbrios sectoriais e regionais que constroem a economia a conseguir um melhor aproveitamento da capacidade produtiva instalada e dos recursos naturais de que dispõe.

A situação de desequilíbrios sectoriais e regionais é uma consequência directa da importância das relações económicas com o exterior, nomeadamente as exportações de produtos de base não transformados, que determinam, em mais de 90%, o crescimento do Produto Interno Bruto. Este estado, aliado às deslocações de população como resultado do conflito militar, contribuiu para que o crescimento verificado se processasse muito desarmoniosamente<sup>7</sup>.

A condição de arrasamento de praticamente todas as infraestruturas físicas e materiais a que a guerra conduziu é hoje o principal obstáculo para que as

---

<sup>7</sup> Até 2000, praticamente não houve crescimento económico para distribuir pelo interior. De acordo com as informações do African Development Indicators de 2002, a taxa média de crescimento do PIB, a preços de 1995, entre 1990 e 2000 não foi além de 0,7%, o que, evidentemente, provocou uma degradação das condições de vida da população e a emersão da pobreza como fenómeno estrutural.

zonas do interior do país sejam chamadas a integrar-se num movimento global de crescimento e de inclusão da economia nacional. A recuperação dos principais e mais significativos eixos de transportes rodoviários e ferroviários é, do meu ponto de vista, a grande prioridade em matéria de desenvolvimento regional e de criação das condições para se pôr em marcha um movimento que, a longo prazo, proporcione a igualização relativa das condições de acesso à repartição do rendimento nacional.

O fenómeno das migrações internas tem jogado um papel de relevo sobre o binómio população/desenvolvimento (urbano e rural). A paz não teve as consequências esperadas em termos de regresso e fixação dos deslocados às e nas zonas de origem. Pelo contrário, a opção de segurança que as cidades proporcionavam face à guerra, começa a ser substituída pela simples atracção urbana, propiciada pelos familiares aqui residentes, pelas maiores facilidades de sobrevivência diária, pelas oportunidades que o crescimento económico centrado nas principais cidades oferece<sup>8</sup>, etc. Se durante o conflito militar, o êxodo rural, traduzido na fuga à guerra, deu origem ao aparecimento de um fenómeno de “*ruralização das cidades*” – reacção social e económica às dificuldades de sobrevivência e às carências de abastecimento de bens alimentares – durante a paz e com as dificuldades existentes nas províncias do interior<sup>9</sup>, o reassentamento das populações pode não ter registado as proporções esperadas e desejadas, colocando, em decorrência, problemas ao próprio modelo de se levar o desenvolvimento ao campo.

Assim, será, mais uma vez, o problema da capacidade de retenção do crescimento populacional nos quadros rurais de desenvolvimento societário a condicionar estratégias e políticas de desenvolvimento: a forte rarefacção que caracteriza a ocupação populacional de Angola tem implicações indeléveis sobre a cobertura de serviços de saúde, educação e formação, sobre o fornecimento de água, sobre os sistemas de transportes, etc.

---

<sup>8</sup> É o conhecido *spill over effect*.

<sup>9</sup> Durante as minhas recentes deslocações por algumas províncias do Leste e por Malanje, ficaram patentes várias coisas: que a estabilização macroeconómica tarda em chegar ao interior, que as dificuldades de recuperação da agricultura são fantásticas – não se podendo pensar que, apenas, serão os mecanismos de mercado a reabilitá-la – que terá de haver durante um tempo razoável mais Estado (e, claro, melhor Estado), que a fome e a nudez são tão evidentes como a paz, que o atavismo vai com certeza ser um obstáculo à implementação dum modelo de crescimento moderno e produtivista, que a iniciativa privada e o empreendedorismo nem sequer embrionárias são, que as igrejas detêm uma influência apreciável sobre as populações (no respeito pelas suas tradições), etc.

Foi durante a Administração colonial portuguesa e sobretudo quando os impulsos de crescimento económico do território foram considerados surpreendentes, que se compreendeu ser difícil nessa fase do “*milagre económico angolano*” levar o desenvolvimento ao interior e, conseqüentemente, diminuir as diferenças regionais que se acentuavam, com a concentração do crescimento económico em pólos como Luanda, Benguela e Nova Lisboa (Huambo). A fabulosa rede de estradas que então se foi construindo não obedeceu, apenas, a determinantes de ordem militar, tendo-se, pelo contrário, conjugado os interesses de circunscrever a acção da guerrilha com os do desenvolvimento, porque se compreendeu que o levar-se o desenvolvimento ao interior era, igualmente, uma forma de diminuir a intensidade da luta de libertação nacional. Deveria ter sido o IV Plano de Fomento a consagrar, de um modo prático e particularmente através da Extensão Rural, o modelo de alargamento do desenvolvimento ao “*hinterland*”, em condições de um equilíbrio populacional muito diferente do de hoje, em que a população rural representava mais de 80% da população total do território<sup>10</sup>.

São tremendas as desigualdades regionais em Angola e que nesta fase de pós-conflito se manifestam de modo totalmente visível. Existem manchas imensas de território completamente despovoadas como consequência das migrações forçadas pela guerra. Inclusivamente, muitos eixos administrativos foram abandonados pelas autoridades e populações devido à instabilidade militar, colocando-se a questão de se saber se a reconstrução das respectivas infraestruturas se deve processar ou se, pelo contrário, devem ser construídas novas nos novos locais de concentração da população deslocada.

A necessidade de se promover um desenvolvimento harmónico e equilibrado do território nacional tem de, necessariamente, passar a assumir um lugar cada vez mais destacado nos estudos e na análise da economia de Angola, para que corresponda, no fundo, à consciência generalizada da existência de uma grande desigualdade de níveis adentro das populações das várias províncias.

Decorre daqui a urgência em se praticar uma política de regionalização do desenvolvimento, que leve a modernização das estruturas produtivas e a melhoria das condições de vida da população ao interior, condição politicamente in-

---

<sup>10</sup> Ver mais adiante referências à política regional em Angola, desde os III e IV Plano de Fomento, até aos mais recentes planos e programas do Governo angolano.

dispensável para se falar em reconciliação nacional. Na realidade, a programação do desenvolvimento económico do país não pode ser dissociada do estabelecimento de novas estruturas económicas e sociais em que seja possível a troca de conhecimentos e dos bens produzidos, num vasto esquema de valorização do potencial humano de Angola, que é, em última instância, o verdadeiro motor do progresso.

Por outro lado, não se poderá acreditar na possibilidade de se conseguir um desenvolvimento económico intenso e ordenado que não seja à custa da criação, nas regiões mais favoráveis ou aptas, das infraestruturas e dos incentivos que tornem viáveis a implantação dum número crescente de indústrias e outras actividades económicas que possam conduzir a um melhor aproveitamento e transformação das riquezas naturais, nomeadamente no domínio dos recursos agro-pecuários, silvícolas e das pescas dessas regiões.

Estudar a problemática territorial em Angola pode ser feita ou do ponto de vista da província ou dum ângulo mais agregado que traduza a verificação de um ou mais critérios de proximidade geográfica, cultural, disponibilidade de recursos naturais, etc.

A base deste estudo sobre as desigualdades e assimetrias regionais em Angola é geográfica, tendo levado à consideração de cinco regiões: Luanda/Bengo, região Norte (Cabinda, Zaire, Uíge e Kwanza Norte), região Centro/Leste (Malanje, Lunda Norte, Lunda Sul, Moxico e Kwando Kubango), região Centro/Oeste (Bié, Kwanza Sul, Huambo, Benguela e Namibe) e uma região Sul, com as províncias da Huíla e do Cunene.

Luanda/Bengo é a grande metrópole angolana, exercendo um efeito polarizador arrasador sobre todo o território nacional e representando um mosaico inter-étnico e inter-cultural único no país.

A região Norte, ao considerar as províncias de Cabinda e do Zaire, explora o actual maior recurso natural do país e junta as duas principais etnias da zona num esforço comum de desenvolvimento e de aproximação social e política.

A região Centro/Leste reúne as províncias produtoras de diamantes e energia eléctrica – dois recursos essenciais para o seu desenvolvimento e do país – e faz interagir duas das mais importantes etnias de Angola, as quais, em conjunto, representam mais de 14% da população do país. É a região com a maior extensão territorial onde a província de Malanje pode exercer um papel de polarizador e

difusor do crescimento económico e área de ligação entre o litoral norte e o leste do país.

A região Centro/Oeste pode ser considerada como a grande reserva agrária e das pescas do país<sup>11</sup>, apresentando a maior concentração populacional depois de Luanda/Bengo (30% em 2007) e uma enorme e reconhecida potencialidade para a implantação dum fortíssimo sector agro-industrial de satisfação das necessidades do mercado interno e de exportação. Pode ser vista como a zona inter-étnica por excelência, uma vez que no seu seio coabitam, pelo menos, oito da totalidade das etnias existentes em Angola.

Finalmente, a região Sul, composta apenas por duas províncias com capacidades e aptidões semelhantes, mas onde se destaca a Huíla.

Para que este futuro desenvolvimento polarizado possa funcionar e desencadear os efeitos desejados sobre a redução das disparidades regionais e a aproximação dos níveis de vida das populações são necessárias várias condições, de onde se destacam a descentralização administrativa<sup>12</sup>, a capacidade de liderança e de governação local e o envolvimento das autoridades tradicionais. São condições institucionais e políticas elementares para que se possa levar o desenvolvimento ao interior e aí ficar.

## **As assimetrias regionais em Angola**

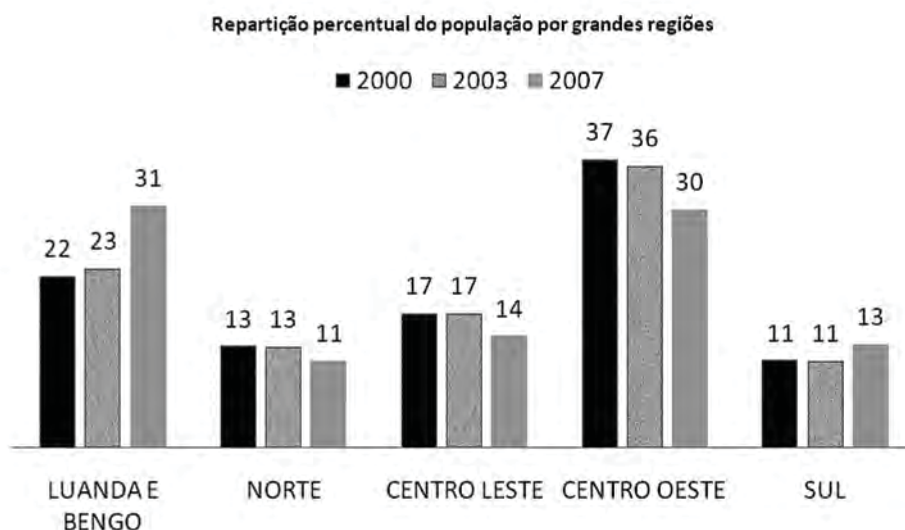
### **População**

Contrariamente às expectativas, a paz acelerou, consideravelmente, as assimetrias demográficas no país. Até 2003 o conflito militar provocou uma deslocação populacional em direcção às cidades e que foi acelerada depois de terminada a guerra civil e de se terem registado os primeiros sinais da recuperação económica e de se terem lançado as primeiras obras públicas de reconstrução nacional. A litoralização destes empreendimentos atraiu as populações em direcção a estas regiões, sem sequer se ter registado um efeito significativo do regresso dos deslocados.

---

<sup>11</sup> Segundo os mais reputados especialistas angolanos, não é o Centro do país a região com as maiores e melhores aptidões para a pecuária extensiva, mas sim Malanje e as Lundas, dada a abundância de pastos naturais e de água.

<sup>12</sup> A descentralização administrativa e financeira é um dos tópicos actuais do conjunto de abordagens estratégicas do Governo.



Fonte: Cálculos do CEIC com base no Recenseamento Eleitoral de 2007

Para além de se verificar uma alteração significativa na ocupação populacional relativa do espaço nacional, outras modificações são igualmente dignas de se assinalarem.

Na verdade:

- Há regiões perdedoras líquidas de população e outras ganhadoras líquidas de habitantes.
- Ocorreu e aparentemente continua a ocorrer uma desertificação humana do interior do país traduzível numa perda de 3 pontos percentuais e sete pontos percentuais na representação relativa das regiões do Centro-Leste e do Centro-Oeste respectivamente.
- O incremento exponencial da densidade demográfica na região Luanda/Bengo explica as actuais dificuldades da metrópole luandense numa série de itens económicos e sociais e que poderão ter consequências políticas a prazo.

Sabendo-se que a existência duma massa crítica de população é indispensável para a localização das actividades económicas<sup>13</sup>, a diferença entre as densidades

<sup>13</sup> Naturalmente que o poder de compra dessa população é outro elemento, porventura mais importante, para a localização do investimento privado. Mais adiante voltarei a este aspecto.

médias da zona económica industrial/comercial/financeira (Luanda e Bengo) e da zona Centro-Leste (onde estão os diamantes) de 41,1 vezes explica porque uma das actuais características do desenvolvimento regional em Angola é a da concentração das actividades privadas na zona da Grande Luanda. De resto, já o valor correspondente à sua densidade relativa<sup>14</sup> aponta para a verificação dum profundo desequilíbrio regional na distribuição da população, com a ocorrência de amplas extensões de território totalmente desertas (a zona restrita dos diamantes, a que corresponde quase 32% do território, é habitada por pouco mais de 8% da população total).

É patente a pressão demográfica sobre Luanda e região circundante de influência, onde a densidade demográfica não só é a maior (152 habitantes por quilómetro quadrado), mas sofreu um agravamento de 86,7% entre 2000 e 2007.

#### **Assimetrias económicas**

É no domínio da economia que as assimetrias regionais se apresentam mais agressivas, injustas e desigualitárias.

Com efeito, cerca de 55% de todas as empresas e estabelecimentos em actividade encontravam-se em Luanda em 2007, cifra que sobe para 68,3% ao juntarem-se as províncias de Benguela e Kwanza Sul.

Igualmente preocupante é a dinâmica de desconcentração da actividade económica, não se tendo registado, no período em estudo, sinais de alterações sustentáveis da estrutura regional de localização empresarial, permanecendo a região centro-leste como a mais deprimida do país.

#### **Tecido empresarial**

Segundo as estatísticas do REMPE a actividade económica no país, utilizando-se o indicador número de empresas e estabelecimentos, tem vindo a aumentar a um ritmo médio anual de 8,3% entre 2003 e 2007. Dum total de 18600 unidades empresariais em 2003, o país dispunha em 2007 de 25548 estabelecimentos.

---

<sup>14</sup> Valores de 11,2 para a região Luanda/Bengo e 0,27 para a região Centro/Leste.



## ESTRUTURA EMPRESARIAL REGIONAL VERTICAL

SECTORES DE ACTIVIDADE	Luanda/Bengo		Norte		Centro/Leste		Centro/Oeste		Sul	
	2003	2007	2003	2007	2003	2007	2003	2007	2003	2007
<b>Agricultura Pescas</b>	1,19	1,59	2,83	3,81	4,16	5,69	14,40	13,36	3,30	3,61
<b>Extractiva</b>	0,36	0,72	0,18	0,18	0,08	0,00	0,21	0,20	0,15	0,00
<b>Transformadora</b>	9,61	8,17	17,06	14,27	9,02	7,69	12,23	10,62	14,11	12,79
<b>Energia e Água</b>	0,37	0,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,08	0,08	0,08	0,00
<b>Construção</b>	1,79	3,48	2,18	2,23	0,39	0,82	1,34	2,64	1,61	2,96
<b>Serviços mercantis</b>	81,22	80,90	73,85	75,98	84,27	83,85	69,90	71,32	78,76	78,57
<b>Outras actividades</b>	5,45	4,79	3,90	3,57	2,08	1,95	1,84	1,78	1,99	2,07
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: INE, REMPE.

Os valores acima mostram alguns aspectos interessantes:

- a actividade de extracção mineral não tem expressão em termos de número de empresas no cômputo nacional, embora a sua participação em termos de rendimentos seja arrasadora;
- em todas as regiões a actividade predominante é exercida no domínio dos serviços mercantis: comércio, reparação de veículos, hotelaria e restauração, transportes, armazenagem e comunicações, actividades financeiras e imobiliárias, serviços de educação e saúde privados, podendo-se, portanto, afirmar que neste aspecto as regiões e as províncias se equivalem;
- no entanto, dentro dos serviços mercantis há diferenças assinaláveis; por exemplo, as actividades financeiras e imobiliárias são bastante representativas em Luanda, não o sendo nas restantes províncias;
- confirma-se o que se afirmou sobre a não vocação agrícola de Luanda quando se analisou o emprego agrícola; de facto, quer em 2003, quer em 2007, as empresas agrícolas não chegaram a representar 2% do total do universo empresarial da região Luanda/Bengo;
- a relevância do sector agrícola aparece nas regiões Centro/Oeste e Centro/Leste;

- entre 2003 e 2007, o peso das empresas agrícolas no cômputo provincial baixou nas regiões do Centro/Leste e do Centro/Oeste;
- a percentagem de empresas que se dedicam às actividades de transformação é relevante, praticamente, em todas as regiões definidas; porém, uma observação mais fina permite estabelecer diferenças significativas entre as mesmas; na verdade, as verdadeiras fábricas de transformação industrial estão concentradas no eixo do litoral Luanda/Kwanza Sul/Benguela, sendo as do interior de transformação rudimentar e mesmo primária;
- ainda na manufactura é curioso assinalar-se um decréscimo do peso relativo das empresas no universo empresarial de cada região, mostrando, aparentemente, uma alteração nas preferências dos empresários por outro tipo de actividades, como a construção (na região Luanda/Bengo o peso relativo quase duplicou de 2003 para 2007 e na região Centro/Oeste ocorreu uma duplicação).

A abordagem horizontal da localização regional da actividade empresarial fornece informações diferentes e mais compagináveis com a discussão sobre as assimetrias regionais.

#### ESTRUTURA EMPRESARIAL REGIONAL HORIZONTAL

SECTORES DE ACTIVIDADE	Luanda/Bengo		Norte		Centro/Leste		Centro/Oeste		Sul	
	2003	2007	2003	2007	2003	2007	2003	2007	2003	2007
<b>Agricultura Pescas</b>	15,0	18,8	5,8	7,1	6,5	9,9	67,4	59,6	5,2	4,6
<b>Extractiva</b>	73,1	87,5	5,8	3,5	1,9	0,0	15,4	9,0	3,8	0,0
<b>Transformadora</b>	48,5	48,2	14,0	13,2	5,7	6,7	22,9	23,7	8,9	8,1
<b>Energia e Água</b>	90,7	92,0	0,0	0,0	0,0	0,0	7,0	8,0	2,3	0,0
<b>Construção</b>	61,9	66,1	12,3	6,6	1,7	2,3	17,2	18,9	7,0	6,1
<b>Serviços mercantis</b>	58,3	57,5	8,6	8,5	7,5	8,8	18,6	19,2	7,1	6,0
<b>Outras actividades</b>	75,0	73,4	8,7	8,5	3,6	4,4	9,4	10,3	3,4	3,4
<b>TOTAL</b>	<b>56,1</b>	<b>55,9</b>	<b>9,1</b>	<b>8,8</b>	<b>7,0</b>	<b>8,2</b>	<b>20,8</b>	<b>21,1</b>	<b>7,0</b>	<b>6,0</b>

Fonte: INE, REMPE.

São visíveis as desigualdades seguintes:

- Em quatro sectores de actividade, o eixo Luanda/Bengo detém uma representatividade acima dos 60%.
- Na indústria extractiva, a preponderância de Luanda acentuou-se de 2003 para 2007, localizando-se aqui mais de 87% das empresas mineiras do país. Seguramente que tal situação se deve ao facto de as sedes das companhias petrolíferas, diamantíferas e de exploração de outros minérios estarem em Luanda, ainda que a actividade produtiva propriamente dita se localize em outras províncias (Cabinda, Zaire, Lundas e Moxico)<sup>15</sup>.
- As empresas transformadoras estão concentradas em Luanda/Bengo (48%) e Centro/Oeste (24%), perfazendo, em conjunto, quase  $\frac{3}{4}$  do total nacional.
- A zona de eleição das empresas agrícolas é a Centro/Oeste com 60% do total, sobressaindo o Kwanza Sul (369 empresas em 2007) e a alguma distância, Benguela, com um registo de 151 empresas<sup>16</sup>.
- Luanda/Bengo manteve, em 2007, a sua posição relativa de região preferida de localização empresarial, com 56% de todas as unidades em actividade.
- Apresentam-se indicações, de 2003 para 2007, duma litoralização das actividades económicas, com o eixo Luanda, Kwanza Sul e Benguela a concentrar 68,4% de todas as unidades empresariais em actividade em 2007 (contra 68,1% em 2003). O gráfico seguinte é ilustrativo, devendo chamar-se a atenção para o domínio de Luanda/Benguela/Kwanza Sul na estrutura empresarial do litoral.

#### **Volume de facturação**

Neste atributo da facturação os desequilíbrios regionais são verdadeiramente dramáticos, exigindo uma tomada de medidas estruturantes duma nova ordem económica regional interna.

---

<sup>15</sup> Num estudo como este tem importância este facto, porque a imputação regional do PIB deveria ser feita à região onde se realiza e não a outras onde a contabilidade é feita. No entanto, a metodologia seguida foi a da localização das sedes das companhias.

<sup>16</sup> Ver-se-á mais adiante que a província do Kwanza Sul apresentou no período em estudo sinais claros de poder competir com o Huambo na disputa de alguns sectores económicos. Benguela (eixo Lobito/Benguela) é, claramente, a segunda zona económica de Angola, a uma distância relevante do Huambo e da Huíla.

## DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DO VOLUME DE NEGÓCIOS

PROVÍNCIAS	Volume de negócios (mil milhões de kz)			Estrutura provincial (%)		
	2003	2006	2007	2003	2006	2007
<b>BENGO</b>	7,4	7,5	7,5	0,13	0,10	0,09
<b>BENGUELA</b>	913,7	968,4	982,6	16,57	13,06	12,16
<b>BIÉ</b>	25,5	29,3	30,3	0,46	0,40	0,38
<b>CABINDA</b>	14,9	21,3	23,3	0,27	0,29	0,29
<b>CUNENE</b>	24,2	26,1	26,6	0,44	0,35	0,33
<b>HUAMBO</b>	63,6	68,3	69,5	1,15	0,92	0,86
<b>HUÍLA</b>	57,5	54,4	53,7	1,04	0,73	0,66
<b>K. KUBANGO</b>	5,7	6,6	6,8	0,10	0,09	0,08
<b>KWANZA NORTE</b>	0,681	1,7	2,1	0,01	0,02	0,03
<b>KWANZA SUL</b>	72,9	196,8	252,3	1,32	2,65	3,12
<b>LUANDA</b>	3728,6	5505,1	6068,3	67,63	74,25	75,10
<b>LUNDA NORTE</b>	51,5	44,0	42,3	0,93	0,59	0,52
<b>LUNDA SUL</b>	94,9	47,2	39,6	1,72	0,64	0,49
<b>MALANGE</b>	343,7	198,3	172,8	6,23	2,67	2,14
<b>MOXICO</b>	3,6	6,6	7,7	0,07	0,09	0,10
<b>NAMIBE</b>	9,0	50,6	77,9	0,16	0,68	0,96
<b>UÍGE</b>	78,8	166,7	201,0	1,43	2,25	2,49
<b>ZAIRE</b>	16,8	15,7	15,4	0,30	0,21	0,19
<b>TOTAL</b>	<b>5513,0</b>	<b>7414,6</b>	<b>8079,9</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

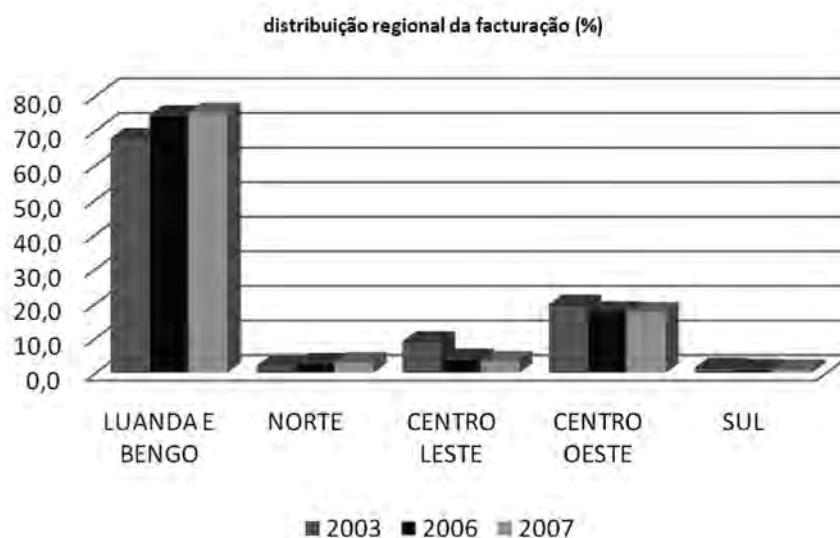
Fonte: REMPE, INE.

Mais de  $\frac{3}{4}$  do *turnover* do país foram realizados em Luanda em 2007, correspondendo a uma cadência média de variação anual desde 2003 de 13%, ficando a segunda maior província em volume de facturação apenas com pouco mais de 12%, para uma taxa média anual de variação de 1,8%<sup>17</sup>. Não apenas numa

<sup>17</sup> O completamento da recuperação do Caminho de Ferro de Benguela e a sua abertura ao tráfego económico, de mercadorias e de pessoas vai induzir algumas consequências: incremento

perspectiva estática, mas também em termos de dinâmicas de alterações estruturais, as assimetrias existem e estão para ficar ainda durante algum tempo, de tão amplas serem as diferenças.

O agrupamento deste atributo por grandes regiões permite verificar ser no litoral que o crescimento económico se concentra e onde encontra as melhores condições e vantagens, dadas pelas externalidades geradas pela concentração económica e as excelências propiciadas pelas grandiosas obras de infraestruturas e pelos grandes projectos económicos.



Fonte: REMPE, INE.

Duas grandes regiões – Luanda/Bengo e Centro Oeste – concentram a riqueza gerada no país, em detrimento das zonas do interior, cujo enfraquecimento ao longo do tempo é um dos registos assinalados no gráfico anterior.

---

dos pedidos de instalação de actividades industriais no pólo da Catumbela (foram registados intenções de investimento privado em proporções muito significativas e a anteciparem-se as efeitos positivos esperados deste facto), aumento das trocas comerciais entre o litoral e o interior da região Centro/Oeste e reforço da posição de Benguela-Lobito como pólo de crescimento de Angola. Esta circunstância poderá agravar as assimetrias entre o litoral e o interior, na medida em que os efeitos de polarização do crescimento podem exceder os de difusão, com implicações no definhamento económico das zonas interiores. Esta probabilidade pode ser reforçada se as externalidades esperadas dos grandes empreendimentos (reabilitação, alargamento e modernização do porto do Lobito, refinaria do Lobito, cimenteira da Catumbela, aeroporto da Catumbela, etc.) forem suficientemente atractivas para o investimento privado.

Luanda/Bengo exerceu um efeito de depressão sobre todas as regiões do país que perderam facturação para a grande metrópole angolana. Convém, no entanto, assinalar que não são claros os benefícios económicos de a província do Bengo fazer parte da grande Luanda. Na verdade, uma análise mais detalhada mostra a perda de importância relativa no todo nacional desta província, sendo, portanto, pertinente questionar-se sobre os efeitos benéficos da proximidade com a metrópole luandense<sup>18</sup>.

As taxas nominais de variação do volume de negócios são díspares, correspondendo, em determinados casos, à influência do factor guerra na instalação de empresas e na realização de negócios.

DINÂMICAS DE VARIAÇÃO DO VOLUME DE NEGÓCIOS POR GRANDES REGIÕES  
(valores em %)

REGIÕES	2000/2003	2003/2006	2007
<b>Luanda/Bengo</b>	34,8	45,4	15,7
<b>Norte</b>	4,3	82,0	23,6
<b>Centro Leste</b>	-26,8	-40,3	-6,6
<b>Centro Oeste</b>	9,8	19,3	12,9
<b>Sul</b>	0,8	-2,9	4,6
<b>PAÍS</b>	<b>7,4</b>	<b>32,5</b>	<b>14,4</b>

Fonte: CEIC, Departamento de Estudos Económicos, com base no REMPE do INE.

As disparidades anteriores têm reflexo na facturação unitária por habitante, mostrando, igualmente por esta abordagem, a pequena dimensão dos mercados regionais e o fraco poder aquisitivo nacional. Luanda aparece, de igual modo, destacada neste item.

<sup>18</sup> Aparentemente o Bengo desempenha as funções de um reservatório/dormitório de mão-de-obra e recursos de produção, deixando-se *canibalizar* por Luanda em relação aos resultados da actividade económica. Esta província perdeu população entre 2000 e 2007, à razão de -2,6% ao ano.

## FACTURAÇÃO PER CAPITA (dólares correntes)

<b>REGIÕES</b>	<b>2003</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>
<b>Luanda/Bengo</b>	1440,1	1316,7	1480,0
<b>Norte</b>	76,2	135,7	163,0
<b>Centro Leste</b>	255,8	155,9	141,5
<b>Centro Oeste</b>	265,9	318,7	349,5
<b>Sul</b>	64,7	44,8	45,5
<b>PAÍS</b>	<b>485,8</b>	<b>546,8</b>	<b>607,7</b>

Fonte: CEIC, Departamento de Estudos Económicos, com base no REMPE do INE.

**Produto Interno Bruto**

A regionalização do Produto Interno Bruto – tidas em conta as reservas apresentadas mais atrás e questões de natureza metodológica que remetem para uma contabilidade regional a correcta estimativa desta grandeza ao nível espacial – não confere conclusões diferentes das que foram sendo anotadas nos parágrafos anteriores. Na medida em que os parâmetros utilizados se calcularam na base do volume de facturação, cuja representatividade pode ser discutida, as assimetrias determinadas com base no PIB são, no essencial, as mesmas.

Ainda assim, a regionalização do PIB permite avançar para outros indicadores, sociais e económicos, como o rendimento médio por habitante e a produtividade bruta aparente, úteis e mesmo fundamentais para as políticas de equilibragem do crescimento e da distribuição dos seus resultados.

Ainda que se notem ritmos de variação significativos para algumas províncias – casos do Bengo, Kwanza Norte, Moxico, Uíge, Moxico – Luanda excede tudo e consolida a sua posição de pólo determinante do processo de crescimento do país e concentra mais de 74% do PIB nacional, em média geral dos três anos.

Se a Luanda se juntar Kwanza Sul e Benguela, então a concentração chega a 90%. Correlacionando-a com a população, o PIB por habitante das 3 províncias ascende a 6867 dólares em 2007, um pouco mais do dobro do correspondente valor nacional.

## REPARTIÇÃO PROVINCIAL DO PIB (estimativas)

PROVÍNCIAS	PRODUTO INTERNO BRUTO (milhões de dólares)		
	2003	2006	2007
<b>BENGO</b>	18,7	48,5	55,4
<b>BENGUELA</b>	2207,2	6261,0	7229,3
<b>BIÉ</b>	62,4	189,4	223,2
<b>CABINDA</b>	38,2	137,7	223,2
<b>CUNENE</b>	60,1	168,7	195,7
<b>HUAMBO</b>	156,0	441,6	511,6
<b>HUÍLA</b>	146,1	351,7	394,7
<b>K. KUBANGO</b>	13,7	42,7	50,4
<b>KWANZA NORTE</b>	1,7	11,0	15,7
<b>KWANZA SUL</b>	171,3	1272,4	1856,0
<b>LUANDA<sup>19</sup></b>	<b>9287,3</b>	<b>35591,9</b>	<b>44647,9</b>
<b>LUNDA NORTE</b>	1,7	284,5	311,2
<b>LUNDA SUL</b>	231,9	305,2	291,6
<b>MALANJE</b>	729,5	1282,1	1271,6
<b>MOXICO</b>	7,8	42,7	56,5
<b>NAMIBE</b>	21,6	327,1	573,3
<b>UÍGE</b>	191,2	1077,8	1479,2
<b>ZAIRE</b>	42,1	101,5	113,6
<b>NACIONAL</b>	<b>13388,7</b>	<b>47937,3</b>	<b>59500,1</b>

Fonte: Cálculos do CEIC.

A capacidade de geração de Valor Acrescentado do Moxico e do Kwando Kubango é, praticamente, nula, representando os seus valores pouco mais de 0,1% do PIB de Luanda, sendo ainda mais baixa a do Kwanza Norte.

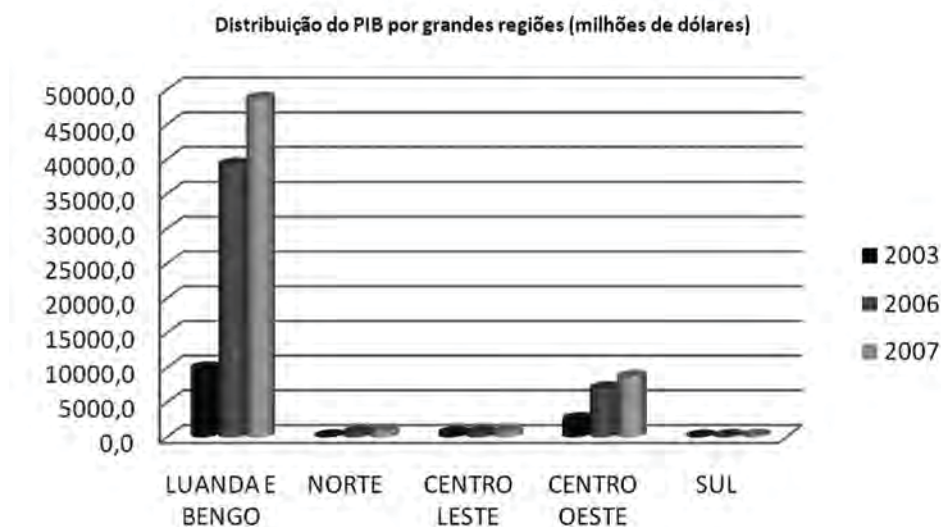
<sup>19</sup> Praticamente a totalidade dos rendimentos da actividade petrolífera e diamantífera foi afectada a Luanda, enquanto sede das respectivas companhias de exploração.



## Desigualdades e assimetrias regionais em Angola

A província do Kwanza Sul é um dos exemplos de grande dinâmica no processo de crescimento económico do país, posicionando-se com a terceira zona de influência económica, superior à do Huambo e da Huíla. Ou seja, permanecendo as dinâmicas litoral/interior inalteradas por quaisquer políticas públicas de discriminação positiva a favor do equilíbrio e da harmonia territorial, a província do Huambo demorará algum tempo a recuperar a posição detida na economia colonial de segundo parque industrial/económico do país.

Aparentemente, a província do Uíge – melhor posicionada que as suas vizinhas do Zaire e de Cabinda – capta melhor as suas idiossincrasias económicas e naturais, agregando valor nos sectores agro-pecuário e industrial e minimizando as consequências negativas da influência da economia do petróleo que se verificam em Cabinda. No conjunto da região Norte é a província do Uíge a mais desenvolvida em atributos como a repartição provincial do PIB e o valor do rendimento médio por habitante.



Fonte: Cálculos do CEIC

Quanto à distribuição provincial do PIB por habitante a situação tem de merecer uma atenção muito particular, sob pena de os grandes propósitos de se construir

Alves da Rocha

um país moderno, sem fome e sem pobreza, harmónico e comparável a algumas economias emergentes caírem por terra<sup>20</sup>.

REPARTIÇÃO PROVINCIAL DO PIB POR HABITANTE (estimativas)

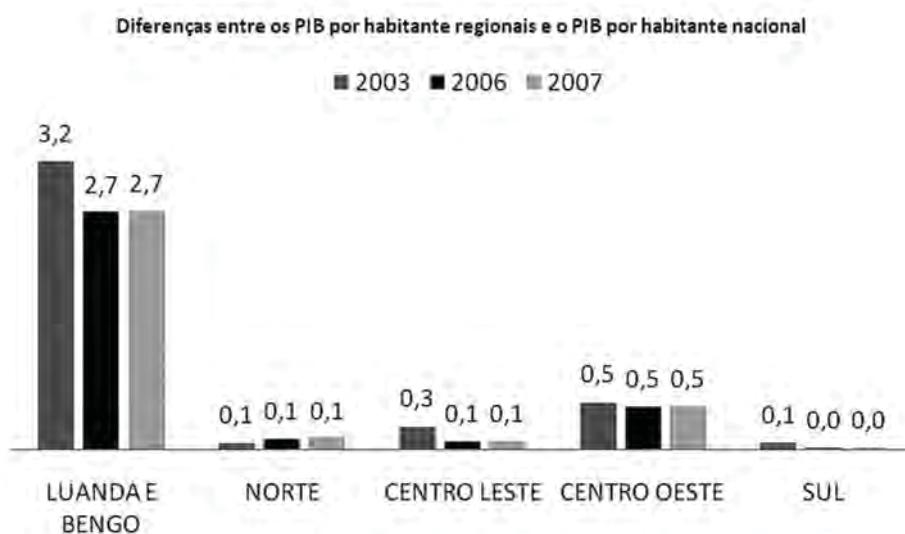
PROVÍNCIAS	PRODUTO INTERNO BRUTO POR HABITANTE ( dólares)		
	2003	2006	2007
BENGO	41,6	175,5	194,7
BENGUELA	1364,6	3912,8	4390,6
BIÉ	61,6	206,9	236,9
CABINDA	193,2	384,0	604,9
CUNENE	147,1	320,3	361,0
HUAMBO	105,3	350,0	394,0
HUÍLA	122,9	205,3	223,9
K. KUBANGO	33,7	135,1	155,0
KWANZA NORTE	4,6	37,1	51,5
KWANZA SUL	226,8	1196,1	1695,5
LUANDA	<b>3280,1</b>	<b>7204,6</b>	<b>8783,1</b>
LUNDA NORTE	4,4	406,5	432,2
LUNDA SUL	474,4	976,1	906,6
MALANJE	909,5	2033,9	1960,4
MOXICO	20,7	92,8	119,4
NAMIBE	74,1	1113,5	1896,2
UÍGE	200,2	1174,0	1565,9
ZAIRE	136,1	325,0	353,3
<b>NACIONAL</b>	<b>932,9</b>	<b>2837,2</b>	<b>3422,4</b>

Fonte: Cálculos do CEIC.

<sup>20</sup> Objectivos contidos em diferentes documentos de programação e política económica do Governo e na Visão do MPLA.

## Desigualdades e assimetrias regionais em Angola

A situação nas províncias do Bengo (apesar da proximidade com Luanda), Bié, Kwanza Kubango, Kwanza Norte, Lunda Norte, Moxico e Uíge neste atributo é dramática, apesar dos registos positivos na evolução da quantidade de rendimento disponível para cada cidadão entre 2003 e 2007. A estas províncias o crescimento económico não chegou da forma como seria desejável.



Fonte: Cálculos do CEIC

Tomando como referência as grandes regiões, as assimetrias também se visualizam dentro delas, ou seja, existe um fenómeno de diferenças intra-regionais entre províncias.

DIFERENÇAS INTRA-REGIONAIS DO PIB POR HABITANTE<sup>21</sup>

<b>PROVÍNCIAS</b>	<b>2003</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>
<b>BENGO</b>	0,014	0,023	0,021
<b>BENGUELA</b>	2,664	2,846	2,658
<b>BIÉ</b>	0,120	0,150	0,143
<b>CABINDA</b>	2,317	1,061	1,296
<b>CUNENE</b>	1,769	3,550	3,440
<b>HUAMBO</b>	0,206	0,255	0,238
<b>HUÍLA</b>	1,477	2,275	2,133
<b>K. KUBANGO</b>	0,133	0,446	0,476
<b>KWANZA NORTE</b>	0,055	0,102	0,110
<b>KWANZA SUL</b>	0,443	0,870	1,026
<b>LUANDA</b>	1,081	0,957	0,967
<b>LUNDA NORTE</b>	0,017	1,343	1,328
<b>LUNDA SUL</b>	1,870	3,224	2,785
<b>MALANJE</b>	3,586	6,718	6,023
<b>MOXICO</b>	0,082	0,307	0,367
<b>NAMIBE</b>	0,145	0,810	1,148
<b>UÍGE</b>	2,400	3,244	3,354
<b>ZAIRE</b>	1,632	0,898	0,757

Fonte: Cálculos do CEIC.

Algumas leituras:

- Dentro da região Norte, a província do Kwnaza Norte é a mais sub-desenvolvida e a de Cabinda a mais desenvolvida, representando o seu rendimento médio 2,3 vezes o da região em 2003 e 1,3 vezes em 2007.
- A província do Cunene consegue superar a da Huíla, sendo o seu rendimento médio, em comparação com o da região Sul, superior ao da Huíla.

<sup>21</sup> Os valores desta tabela são calculados pelo quociente entre o PIB por habitante de cada província e o PIB por habitante da região em que foi classificada.

- Malanje, dentro da região Centro/Leste, é a província mais desenvolvida neste atributo, superando todas as restantes. Em contrapartida, o Moxico é a que apresenta piores condições de vida da população.
- Na região Centro/Oeste sobressai a província do Kwanza Sul, com uma dinâmica de transformação acima das restantes províncias<sup>22</sup>. No entanto, Benguela é a província mais desenvolvida desta região, enquanto a do Bié é a mais atrasada.
- Os valores relativos à província de Luanda – próximos da unidade – reflectem, afinal, o facto de o seu rendimento médio coincidir, praticamente, com o da região onde se insere.

---

<sup>22</sup> Esta análise dos desequilíbrios entre as províncias numa mesma região é rica de consequências para as políticas públicas, económicas e sociais. Mas não é só a este nível, digamos, meso, que as assimetrias são grosseiras. Por exemplo, na edição do Jornal de Angola de 18 de Agosto de 2010 vinha uma reportagem sobre o Município do Mussende, as suas necessidades e o seu afastamento do desenvolvimento. Mais atrás, tem-se destacado a província do Kwanza Sul como a terceira colocada em diversos atributos, mas adentro deste espaço territorial existem diferenças colossais. A citada reportagem dava conta que as vias rodoviárias de ligação intra-regional se encontravam em mau estado, sendo um factor de desencorajamento das iniciativas empresariais. As declarações do Administrador eram claras: *“a degradação da via que liga o município ao resto da província está a desencorajar os potenciais investidores, e as soluções tardam a chegar”*. Mais adiante o repórter adianta que outro sector a necessitar de ser relançado no município é o da indústria transformadora, reduzindo-se esta actividade a uma panificadora e uma moagem de média dimensão, sendo, igualmente, pouco expressivo o comércio, com apenas 14 estabelecimentos. Segundo o REMPE, existiam, em 2007, 1385 estabelecimentos na província, com 661 no sector do comércio. Ou seja, dentro desta promissora província as desigualdades são significativas e uma forma de as mitigar é pela via da pere-equação das infraestruturas económicas e sociais. No entanto, como a igualdade de condições será sempre relativa – significando que o desenvolvimento regional igualitário e simétrico é teórico e utópico – uma forma de tornar as pessoas mais iguais terá de ser pela via da transferência de rendimento para as populações das zonas de mais baixo crescimento e menores condições de desenvolvimento.

programação multiperíodo tarifas de água recenseamento agrícola



florestas potencialidades incentivos

# SESSÕES PARALELAS

Políticas Agrícolas, Ambiente e Sustentabilidade

regadio preços transmissão





# A revisão da política de tarifas de água no uso agrícola: um estudo de caso no Sul de Portugal

Rui Fragoso<sup>1</sup>  
Carlos Marques<sup>2</sup>

## Resumo

Este artigo avalia os efeitos de uma política de revisão de tarifas da água no regadio, em termos do consumo de água, do aproveitamento das áreas beneficiadas com regadio, do rendimento do produtor agrícola, da recuperação dos custos com a água e do desenvolvimento agrícola.

A metodologia utilizada baseia-se na elaboração de um modelo de programação matemática multiperíodo, adaptado às características específicas de uma exploração agrícola do Sul de Portugal na Região Alentejo. Este modelo determina a combinação óptima das actividades de produção agrícola, em função do consumo do produtor e da sua distribuição, tendo em conta a probabilidade de ocorrência da dotação bruta de água.

Foram analisadas quatro tipos de tarifas: a tarifa fixa por área beneficiada, a tarifa proporcional ou volumétrica por metro cúbico de água consumida, a tarifa binómica; e a tarifa progressiva. As simulações realizam-se no âmbito da Política Agrícola Comum de 2003, considerando o perfil produtivo tradicional e um perfil produtivo alternativo, resultante da introdução de culturas de valor acrescentado.

Conclui-se que a política de revisão de tarifas deverá privilegiar a adopção de uma tarifa binómica, dado que este tipo de tarifa permite simultaneamente induzir o uso eficiente da água na agricultura e o equilíbrio orçamental da oferta de água. Tendo em conta o objecto do uso sustentável da água, esta tarifa é também a que menos penaliza a competitividade e por conseguinte o desenvolvimento agrícola.

## Palavras-chave

Programação multiperíodo, Alentejo, tarifas de água, regadio.

---

<sup>1</sup> Professor auxiliar com agregação, Departamento de Gestão, CEFAGE-UE, Universidade de Évora, [rfragoso@uevora.pt](mailto:rfragoso@uevora.pt)

<sup>2</sup> Professor catedrático, Departamento de Gestão, CEFAGE-UE, Universidade de Évora, [cmarques@uevora.pt](mailto:cmarques@uevora.pt)

## **1. Introdução**

O regime económico-financeiro e os princípios de direitos do ambiente e de planeamento dos recursos hídricos estão directamente ligados ao uso da água no sector agrícola. Na legislação portuguesa estes aspectos constam do DL n.º 47/94 de 22 de Fevereiro, relativo à utilização de bens públicos relacionados com a água e do DL n.º 269/82 de 10 de Julho, relativo às obras de fomento hidroagrícola. O primeiro, embora ainda não tenha sido aplicado, prevê para o uso agrícola a cobrança de taxas de captação de água do meio natural e de taxas de regularização sobre os caudais regularizados por obras públicas do Estado. O segundo prende-se com o serviço de abastecimento propriamente dito e prevê o reembolso dos custos do investimento público não participado através da taxa de beneficiação e o financiamento dos custos de funcionamento e de manutenção pela taxa de exploração e de conservação, ambas cobradas anualmente a todos os beneficiários.

A taxa de beneficiação, apesar de prevista na lei, nunca foi aplicada. A taxa de exploração e conservação constitui uma das principais fontes de financiamento das associações de beneficiários das obras de rega do Estado, que são as entidades responsáveis pela sua gestão. No entanto, as receitas dessas taxas muitas vezes não são suficientes para cobrir as suas despesas de exploração. A sua aplicação é diferenciada nos vários aproveitamentos hidro-agrícolas do Estado, configurando consoante os casos os seguintes tipos de tarifas de rega: 1) tarifa fixa por hectare de área beneficiada; 2) tarifa binómica, com uma componente fixa por hectare de área beneficiada acrescida de uma componente variável por metro cúbico de água consumida; 3) tarifa binómica, em que a componente fixa é cobrada por hectare de área beneficiada diferenciada por tipo de solo; 4) tarifa binómica, em que a componente fixa é cobrada por hectare de área regada diferenciada por tipo de culturas; 5) tarifa variável ou volumétrica por metro cúbico de água consumida (PNA, 2004; e Fragoso, 2001).

Actualmente o grande desafio da política de gestão da água em Portugal prende-se com a aplicação dos princípios da Directiva Quadro da Água 2000/60/CE (DQA), que estabelece um quadro de acção comum na União Europeia para a protecção das águas. Os seus objectivos apontam para que num prazo de quinze anos

se atinja o bom estado das águas superficiais e subterrâneas e para o cumprimento das normas de protecção. Um dos aspectos fundamentais será o ajustamento do preço da água à sua utilização eficiente. Pretendendo-se incentivar por esta via o uso sustentável do recurso, imputando os custos aos utilizadores. Nestes merecem destaque, os custos de exploração e de manutenção e os custos ambientais associados às actividades, havendo alguma flexibilidade quanto à internalização dos custos de investimento.

A aplicação dos princípios da DQA na regulação do uso da água no sector agrícola depende muito da adopção de uma política coerente de revisão de tarifas capaz de operacionalizar o uso eficiente da água e a recuperação dos seus custos, minimizando ao mesmo tempo os efeitos do aumento das tarifas na utilização das infra-estruturas públicas de rega e no desenvolvimento agrícola. O sector agrícola pelos elevados volumes que consome face aos restantes sectores utilizadores e pela baixa eficiência de aplicação da água desempenha um papel fundamental na gestão sustentável do recurso, na medida em que os volumes resultantes da poupança de água podem ser disponibilizados noutros sectores, inclusivamente nos usos ambientais.

Este artigo tem como objectivo avaliar os efeitos da adopção de uma política de revisão de tarifas de água no uso agrícola, em termos do consumo de água da recuperação dos seus custos, do aproveitamento das superfícies beneficiadas, do rendimento e do desenvolvimento agrícola. Trata-se de um estudo de caso de uma exploração agrícola do Sul de Portugal, situada no Aproveitamento Hidro-Agrícola de Odivelas no Baixo Alentejo. Para além desta introdução, o artigo compreende uma referência aos pressupostos teóricos da política de revisão de tarifas, a metodologia, os resultados e as principais conclusões.

## **2. Objectivos e fundamentos da política de revisão de tarifas de água**

De um modo geral as políticas económicas têm como objectivos fundamentais promover a eficiência e a equidade. No caso da política de gestão da água na agricultura, pelo facto de geralmente ser gerida numa situação de rendimentos crescentes à escala, deve também considerar nos seus objectivos o equilíbrio orçamental na oferta.

A eficiência pode-se decompor-se em eficiência técnica e em eficiência económica. A eficiência técnica prende-se com a minimização dos desperdícios, devendo o uso da água aproximar-se o mais possível da fronteira eficiente de produção. A eficiência técnica é máxima se não houver desperdícios em nenhum momento da distribuição (Bes et Nugteren, 1990). A eficiência técnica também pode resultar da minimização do custo da água, quando o preço a pagar por uma unidade adicional reflecte o seu custo total (Randall, 1981). A eficiência económica atinge-se quando a afectação do recurso não pode ser alterada sem a diminuição do bem-estar (Tsur et Dinar, 1995), o que ocorre quando o valor da produtividade marginal é igual ao custo marginal (Bowen et Young, 1986; Fragoso, 2001; e Henriques *et al*, 2006). Nestas condições, o valor da produtividade marginal da água deverá ser idêntico nos diferentes usos, o que se pode obter numa gestão descentralizada através de mercados concorrências para a água ou numa gestão centralizada através da política de revisão de tarifas (Cummings et Nercissiantz, 1992).

Barr (1992) e Pearce (1986), fazem a distinção entre equidade horizontal ou em senso estrito e equidade vertical ou em senso lato. A equidade horizontal prende-se com a igualdade no acesso à água, que se traduz por exemplo no fornecimento de um volume de água por superfície beneficiada igual para todos os regantes. A equidade vertical, também designada por equidade social, tem por objectivo a redistribuição dos rendimentos gerados pela água a favor dos agricultores com menos recursos. Os efeitos da política de revisão de tarifas em termos de equidade são diferenciados consoante o tipo de tarifa. Uma tarifa volumétrica em função do consumo ou com base no custo de abastecimento (€/m<sup>3</sup>) permite a equidade horizontal, enquanto que uma tarifa por exploração ou por hectare beneficia a equidade vertical (Montginoul, 1997).

A água é um recurso natural, que é geralmente gerido por um monopólio natural sujeito a uma restrição orçamental. Por essa razão, a recuperação dos custos é um dos objectivos da gestão da água no regadio. No entanto, muitas vezes é incompatível com os objectivos de eficiência e de equidade devido ao problema dos rendimentos crescentes à escala do monopólio natural. Nestas condições uma tarifa volumétrica ao custo marginal não permite cobrir o custo médio, i.e., uma tarifa eficiente pode não ser compatível com a restrição orçamental. O facto da água não ser produzida senão na natureza, faz com que os custos dependam sobretudo da sua abundância relativa e dos esforços necessários de a ter disponível para consumo.

A Revisão da política de tarifas de água no uso agrícola:  
um estudo de caso no Sul de Portugal

No caso do uso agrícola os custos devem ser repartidos pelos agricultores, pelas entidades de gestão e pela sociedade (Montginoul,1997).

A política de revisão de tarifas de água no uso agrícola é um instrumento económico de actuação do lado procura, que através da modificação dos preços ou da transferência de rendimentos procura influenciar as decisões dos agricultores, sem lhes retirar a liberdade de escolherem as suas próprias estratégias de maximização dos seus objectivos (Barde, 1993). Na gestão da água a política tarifária surgiu inicialmente como um instrumento de recuperação dos custos, i.e., de equilíbrio orçamental da oferta. Com o aumento da escassez do recurso tornou-se progressivamente num instrumento de afectação eficiente.

A lei da oferta e da procura da teoria micro-económica constitui o fundamento teórico da política de revisão de tarifas aplicada à gestão da água. Neste âmbito é útil definir os conceitos de custo total e de valor total da água. Segundo Rogers *et al.* (1996), o custo total da água inclui o custo total da oferta, que integra os custos de investimento, de operação e da manutenção das infra-estruturas de armazenamento, adução e distribuição da água, o custo total económico, nomeadamente o custo de oportunidade e as externalidades económicas, e as externalidades ambientais, que estão relacionadas com a saúde pública e a manutenção dos ecossistemas. De acordo com o mesmo autor, o valor total da água compreende um valor económico designado também por Ferrero (1994) como valor de uso, correspondente aos benefícios directos e indirectos da água para os seus utilizadores e aos ajustamentos de ordem social, e um valor intrínseco, relacionado apenas com a sua existência.

Desta forma, uma política de revisão de tarifas de água pode estabelecer-se tanto do lado da oferta como do lado da procura. Na óptica da procura, a política de revisão de tarifas baseia-se no valor da produtividade marginal da água, que no caso do uso agrícola é função dos preços dos produtos nos mercados agrícolas e da produtividade marginal da água na função de produção agrícola. Portanto a afectação óptima do recurso é dada pelo valor da produtividade marginal e pela competição pelo recurso entre os diferentes usos ou no caso do uso agrícola entre as culturas de regadio disponíveis. Na óptica da oferta, a política de revisão de tarifas pode incluir os custos da oferta com os serviços de abastecimento e os custos sociais, como os decorrentes da poluição, a recuperação integral dos custos com a oferta de água e ainda os custos de escassez relacionados com o uso do recurso.

As associações de beneficiários das obras de rega do Estado gerem a água numa situação de monopólio natural, praticando preços inferiores ao respectivo custo médio. Nestes casos o equilíbrio entre a oferta e a procura ocorre na zona de produção com rendimentos crescentes à escala, i.e., na parte convexa da função de produção da água. Se a opção for por uma tarifa ao custo marginal, como defende a teoria micro-económica, a entidade gestora da oferta acabará numa situação de deficit orçamental, dado que o preço cobrado por cada unidade adicional de água vendida é inferior ao seu custo médio de obtenção.

A adopção de uma tarifa ao custo médio permite resolver o problema orçamental da oferta. Segundo Winpenny (1994), este instrumento é especialmente adequado para a recuperação dos custos com água. Os seus pressupostos de base residem numa procura inelástica da água e na existência de dados históricos. Para além do equilíbrio orçamental da oferta, este tipo de tarifa evita estratégias monopolísticas que visem a maximização dos benefícios à custa do excedente do consumidor, uma vez que para um preço da água ao custo médio o excedente do produtor é nulo. No entanto, a sua influência sobre a procura é muito reduzida e não considera os seus aspectos sazonais e de longo prazo, não conduzindo por isso a uma maximização do bem-estar.

De acordo com a teoria micro-económica, o óptimo social obtém-se quando o custo marginal do recurso iguala o preço que os seus utilizadores estão dispostos a pagar por mais uma unidade. A tarifação ao custo marginal baseia-se neste pressuposto marginalista e a sua aplicação à gestão da água conduz à maximização do bem-estar social e fornece um sinal da escassez do recurso aos seus utilizadores. Por exemplo, a adopção de uma tarifa inferior ao custo marginal induzirá de certo a uma utilização excessiva e ineficiente da água por parte dos agricultores.

A tarifação ao custo marginal pode induzir à eficiência económica, mas sua aplicação encontra algumas limitações importantes. De um modo geral a maximização do bem-estar social só é possível se todos os sectores tarifarem a água ao custo marginal. Quando existem problemas de rendimentos crescentes à escala, é natural que certos sectores deixem de aplicar a regra de tarifação ao custo marginal (Monnier, 1983). Outra limitação da tarifação ao custo marginal prende-se com a necessidade de dispor de informação detalhada (OCDE, 1987).

Como foi referido na introdução para o caso dos regadios portugueses do Estado, existem diversas formas de tarifas de água. Tendo em conta os fundamentos

da política de revisão de tarifas pode-se considerar no essencial a tarifa fixa e a tarifa variável. A tarifa fixa, normalmente com base na área beneficiada, é principalmente utilizada nos sistemas de rega em que a água é distribuída por gravidade. A tarifa variável, em função do volume de água consumido, adequa-se mais aos sistemas de rega em que a água é distribuída sob pressão e em que existem contadores de água. Este tipo de tarifa pode assumir uma forma simples proporcional ao volume consumido, uma forma binómica, em que uma parte da tarifa é fixa e outra é proporcional ao consumo, e ainda a forma progressiva, em que a tarifa aumenta progressivamente de acordo com os patamares de consumo.

Na tarifa fixa o custo da água no produtor agrícola é constante e como tal o custo marginal é nulo. Na tarifa proporcional e na tarifa binómica o custo da água no produtor agrícola cresce a uma taxa constante e por conseguinte o custo marginal é constante. No caso da tarifa progressiva, o custo da água é crescente a uma taxa constante em cada escalão de consumo. Nestas condições o custo marginal é constante em cada escalão de consumo e aumenta que se muda para um escalão superior de consumo.

De acordo com os resultados de um estudo realizado pelo Banco Mundial em Marrocos (MAMVA, 1996), a tarifa fixa proporciona bons resultados em termos do equilíbrio orçamental da oferta e de equidade, mas não em termos da afectação eficiente do recurso. No que diz respeito às tarifas variáveis, consegue-se atingir uma afectação eficiente da água. No entanto, nos casos da tarifa proporcional simples e da tarifa progressiva os resultados são fracos no que respeita à equidade e ao equilíbrio orçamental da oferta.

### **3. Metodologia**

De acordo com o objectivo, a metodologia utilizada pretende avaliar as estratégias dos produtores agrícolas e os seus efeitos económicos decorrentes da adopção de diferentes formas e níveis de tarifas de água. Para esse efeito recorreu-se a um modelo de programação matemática. A aplicação da programação matemática ao problema do produtor agrícola consiste em determinar a melhor estratégia de afectação dos recursos, tendo em conta as alternativas tecnológicas disponíveis e as suas restrições técnicas, económicas e institucionais. A procura de factores e a oferta de produtos são traduzidas por relações de *input-output* fixas, integradas num

sistema de equações, cujos os termos independentes relativos à disponibilidade dos recursos condicionam o nível de realização dos objectivos. A aplicação da programação matemática ao problema do produtor agrícola permite avaliar e antecipar as suas decisões face a alterações técnicas, económicas, institucionais e da estrutura da empresa. Em Portugal, nomeadamente, pela Universidade de Évora no Alentejo, essas aplicações têm sido numerosas e revelado resultados de análise pertinentes (Fragoso et Marques, 2005).

O modelo utilizado é um modelo multiperíodo adaptado às características específicas de uma exploração agrícola do Sul de Portugal, representativa da estrutura agrícola empresarial do perímetro de rega do Estado de Odivelas no Baixo Alentejo. Este modelo tem em conta nas decisões do produtor o financiamento e a dimensão temporal dos investimentos e a sua estrutura inspira-se nos modelos de Blanco (1996), Godinho (1997) e Henriques (1995). O modelo maximiza o consumo do produtor e minimiza o risco de produção e de mercado, sujeito às restrições técnicas dos recursos, terra, trabalho, água, capital, liquidez de curto prazo e limitações de produção. As principais variáveis de decisão ( $X_j$ ) e ( $Y_l$ ) são as actividades de produção vegetal (ha) e de produção pecuária (CN) e as actividades de investimento em maquinaria agrícola (h ou n.º) e equipamentos de rega (ha), plantações (ha) e em efectivos pecuários (CN).

$$\sum_t (CF_t - CP_t + VR) - phi . \sigma_t / (1 + ta)^{t-1} \text{ com } t = 1, 2, \dots, 10 \quad (1)$$

$$\text{s.a. } \sigma_t = \{ (CF_t - CF_{t,n})^2 / n \}^{1/2} \quad (2)$$

$$CF_t = CF_{j,t} . X_{j,t} + SD_{t-1} + ECP_t - ECP_{t-1} . (1+i) - ann . ELP_{t-d} - SD_t \quad (3)$$

$$DE_{j,t} . X_{j,t} + SD_{t-1} + ECP_t - ECP_{t-1} . (1+i) - ann . ELP_{t-d} \geq 0 \quad (4)$$

$$CP_t + ELP_t + SB_{i,t} \geq P_l . Y_{l,t} \quad (5)$$

$$\sum_j X_{j,t} \leq S \quad (6)$$

$$\sum_j a_j . X_{j,t} \leq b_{l,t} + Y_{l,t-d} + Y_{l,t} \quad (7)$$

$$\sum_{jp} qa_{jp,n,p} . X_{jp,t} + \sum_{ja} qa_{ja,n,p} . X_{ja,t} \geq \sum_{je} qa_{je,p} . X_{je,t} \quad (8)$$

$$\sum_j q_j . X_{j,t} \leq q_t = Q_t . h \quad (9)$$



A Revisão da política de tarifas de água no uso agrícola:  
um estudo de caso no Sul de Portugal

Onde,  $t$  são os períodos do horizonte de planificação (anos);  $CF$  é o cash-flow da empresa (€),  $CP$  é financiamento com capitais próprios (€);  $VR$  é a condição de paragem que inclui com sinal negativo a finalização do serviço de dívida e com sinal positivo o valor residual dos investimentos e a poupança acumulada (€);  $\sigma_t$  é a variável de desvio padrão dos cash-flows anuais (€),  $phi$  é o coeficiente de aversão ao risco;  $ta$ ,  $i$  e  $ann$  são, respectivamente, a taxa real de actualização, a taxa de juro anual dos empréstimos de curto prazo e a anuidade dos empréstimos de longo prazo calculada como uma renda constante normal;  $S$  é a disponibilidade de terra (ha);  $b_l$  é disponibilidade inicial de maquinaria agrícola (h), equipamentos de rega (ha) e área de plantações (ha);  $q_j$  são as necessidades de água das culturas ( $m^3/ha$ );  $q$  é a variável que mede o consumo de água ( $m^3$ );  $Q$  é a disponibilidade anual de água ( $m^3$ );  $h$  é o coeficiente de eficiência da água na rede secundária;  $qa_{jp,n,p}$  e  $qa_{ja,n,p}$  são, respectivamente, os coeficientes de energia metabolizável, proteína bruta digestível e matéria seca das pastagens e forragens produzidas na exploração e dos alimentos adquiridos no exterior (Mj/ha, g/ha e Kg/ha) em cada estado de natureza da produção vegetal  $n$  e período crítico  $p$  do crescimento das pastagens;  $qa_{je,p}$  são as necessidades nutritivas dos animais em cada período  $p$  (Mj, g e Kg);  $SD$  é a variável de transferência de fluxos financeiros entre períodos do horizonte de planificação (€);  $ECP$  é a variável de empréstimos de curto prazo (€),  $ELP$  é a variável de empréstimos de longo prazo (€);  $SB$  são os subsídios ao investimento (€); e  $P_I$  é o custo de aquisição (€) do investimento  $I$ .

A equação (1) traduz a maximização do consumo e a minimização do risco. O consumo é dado pelo somatório actualizado dos cash-flow anuais líquidos da empresa, depois de deduzir a poupança anual e o serviço de dívida no final e adicionar o valor residual dos investimentos e a poupança acumulada. O risco é medido com base no desvio padrão dos cash-flow anuais da empresa e no grau de aversão ao risco do produtor, que é obtido através da parametrização do coeficiente  $phi$ . A modelação do risco inclui 15 estados de natureza, 3 relativos às condições de mercado e 5 relativos às condições técnicas e agro-climáticas da produção vegetal.

Na equação (2) calcula-se o desvio padrão do cash-flow anual da empresa em função do seu valor médio e em cada estado de natureza. Na equação (3) calcula-se o cash-flow anual da empresa, tendo em conta o cash-flow anual das actividades produtivas ( $CF_j$ ), o financiamento da empresa, as obrigações do serviço

de dívida e o fundo de maneiio do período seguinte. As equações (4) e (5) referem-se, respectivamente, às necessidades de liquidez da empresa e de financiamento do investimento. Na liquidez, incluem-se as despesas correntes das actividades produtivas ( $DE_j$ ) e o serviço de dívida, cujo financiamento provém de receitas do período anterior e dos empréstimos de curto prazo. O investimento é financiado pelos capitais próprios resultantes da poupança, pelos empréstimos de longo prazo e por subsídios a fundo perdido.

As equações (6) modelam o uso da terra na exploração, garantido que a área das culturas não excede a área da exploração, ou que a área das culturas de regadio é inferior à área irrigável. Para além destas restrições estruturais de uso da terra, o modelo inclui restrições à área potencial de algumas culturas. Estas restrições específicas decorrem da necessidade de praticar rotações, da imposição de quotas de produção e de dificuldades de comercialização.

As equações (7) são estabelecidas para cada período do horizonte de planificação e modelam o uso dos recursos e os investimentos relativos à maquinaria agrícola, equipamentos de rega, efectivos pecuários reprodutores e plantações. Nestas equações, garante-se que as necessidades das actividades produtivas nesses recursos não excedem a disponibilidade inicial mais a capacidade instalada no período e em períodos anteriores. Para além destes recursos, o modelo considera também o uso e a contratação de mão-de-obra por período do calendário agrícola, devido à sazonalidade das operações agrícolas.

O balanço forrageiro capta a variabilidade das produções e a sazonalidade da produção de pastagens, sendo as equações (9) estabelecidas para cada ano, por estado de natureza de produção e por período crítico do crescimento de pastagens. A variabilidade da produção forrageira implica a aquisição de alimentos ao exterior em maior ou menor extensão. Essas equações garantem que as necessidades energéticas (Megajoules) e proteicas (gramas de proteína bruta digestível) dos animais são satisfeitas e que a sua capacidade máxima de ingestão (Quilogramas de matéria seca) não é excedida.

A equação (9) restringe o consumo de água do plano de produção à dotação de água bruta  $Q$  fornecida pela associação de beneficiários da obra de rega de Odivelas deduzida das perdas na rede secundária  $h$ . Na realidade a dotação  $Q$  não corresponde a um volume de água constante, mas variável entre anos em função das condições meteorológicas e da garantia do sistema de abastecimento para satisfazer

a procura em cada período. Nos sistemas agrícolas de regadio a variabilidade da disponibilidade de água é uma importante fonte de risco, que condiciona a escolha do plano de produção. Este aspecto foi introduzido no modelo formulando a disponibilidade de água na equação (9) como uma restrição probabilística.

$$Pr \{1/h \cdot \sum_j q_j \cdot X_{j,t} \leq Q_t\} \geq 1-\alpha$$

Esta restrição indica que a dotação  $Q$  se verifica com uma probabilidade de ocorrência  $\alpha$ . Assumindo que os coeficientes estocásticos seguem uma distribuição normal, pode substituir-se  $Q$  na restrição (9) por:

$$E(Q) - k_\alpha \cdot \sigma_Q$$

Sendo  $E(Q)$  a esperança matemática de  $Q$ ,  $\sigma_Q$  o desvio padrão da distribuição e  $k_\alpha$  uma constante que depende da probabilidade de ocorrência  $\alpha$ . Na prática este método consiste em considerar a dotação  $Q$  inferior à dotação esperada  $E(Q)$  numa magnitude de  $k_\alpha \cdot \sigma_Q$  (Sumpsi *et al*, 1998). No caso em estudo considerou-se um valor de  $\alpha$  de 52%, que coincide com a frequência relativa com que ocorre a dotação observada no perímetro de rega de Odivelas. Para representar mais adequadamente o risco da disponibilidade de água, deveria utilizar-se uma estrutura estocástica que permitisse o modelo ajustar as estratégias do produtor em função da disponibilidade de água em cada estado de natureza (Fragoso 1996 e 2001). A sua aplicação a um modelo multiperíodo conduziria a um problema de programação estocástica dinâmica, o que acresceria substancialmente a complexidade da análise.

O modelo determina a combinação óptima de actividades de produção vegetal de regadio e de sequeiro e de actividades de produção pecuária, em função dos níveis de consumo do produtor e da sua distribuição, tendo em conta a probabilidade de ocorrência da dotação bruta de água. Todas as decisões de investimento, de financiamento e de aquisição de serviços são tomadas em função das decisões de produção. Desta forma o modelo permite simular as estratégias dos produtores agrícolas face a uma política de revisão de tarifas de água, nomeadamente, os seus efeitos no consumo de água, no aproveitamento do regadio, nos rendimentos agrícolas, na recuperação dos custos com a água e no âmbito do desenvolvimento agrícola. Face a um eventual aumento do nível das tarifas de água ou à alteração

da sua forma, o modelo prevê: *i)* a substituição entre culturas de regadio; *ii)* a substituição de culturas de regadio por culturas de sequeiro; e *iii)* o abandono da actividade.

O modelo foi testado para diferentes níveis de aversão ao risco, tendo em conta o perfil produtivo tradicional e o quadro económico e institucional da Política Agrícola Comum aprovado em 2000. Este procedimento permitiu validar o modelo e fixar o valor do coeficiente de aversão ao risco (*phi*) mais aderente à realidade observada.

#### **4. Resultados**

Os princípios da DQA preconizam o uso sustentável do recurso através do seu uso eficiente e da internalização dos custos. A política de revisão de tarifas poderá aproximar o preço da água do seu suposto valor social e induzir à diminuição do consumo. São de esperar efeitos no aproveitamento do regadio, nos rendimentos e no investimento agrícola. A agricultura de regadio em Portugal e particularmente no Sul na Região Alentejo, a par da aplicação dos princípios orientadores da DQA, também enfrenta os desafios decorrentes da reforma da PAC aprovada em 2003. No essencial esta reforma preconiza um maior desligamento das ajudas da produção, substituindo, principalmente no sector das culturas arvenses, os pagamentos compensatórios atribuídos com base na área cultivada, por um pagamento único, baseado em direitos adquiridos sem qualquer relação com a produção, mas sujeito a regras de eco-condicionalidade.

Para introduzir esses aspectos dividiu-se a análise de resultados em duas fases. Na primeira fase procedeu-se a uma análise de sensibilidade dos resultados do modelo (Quadro 1), considerando o perfil produtivo tradicional e a PAC de 2000, o perfil produtivo tradicional e a PAC de 2003 e um perfil produtivo alternativo e a PAC de 2003. No modelo com o perfil produtivo alternativo, considerou-se para além das actividades que constam do perfil produtivo tradicional (cereais, oleaginosas, beterraba, pastagens e forragens e bovinos de carne), a introdução de culturas de valor acrescentado dos sub-sectores das horto-frutícolas e industriais (tomate, melão, pimento, cebola e batata) e das fruteiras (macieiras, pereiras, uva de mesa, ameixieiras e pessegueiros). Na segunda fase avaliam-se os efeitos da política de revisão de tarifas de água no uso agrícola em termos do consumo de água, da área regada, dos rendimentos agrícolas e do desenvolvimento agrícola.

## A Revisão da política de tarifas de água no uso agrícola: um estudo de caso no Sul de Portugal

Na avaliação da política de revisão de tarifas foram avaliadas 4 tipos de tarifas: a tarifa fixa (TF) por área beneficiada (€/ha); a tarifa proporcional ou volumétrica (TV) por metro cúbico de água consumida (€/m<sup>3</sup>); a tarifa binómica (TB), que resulta da combinação das duas anteriores (€/ha e €/m<sup>3</sup>); e a tarifa progressiva (TP), por patamares crescentes de consumo (€/m<sup>3</sup>). Na tarifa TP dividiu-se a dotação de água em três partes e afectou-se a cada uma tarifa progressiva. Partindo do nível da tarifa actual simularam-se para cada tipo de tarifa 10 níveis crescentes em 30% cada um. As simulações para a avaliação da política de revisão de tarifas foram efectuadas para o cenário da PAC de 2003, considerando primeiro, o perfil produtivo tradicional e depois o perfil produtivo alternativo.

### **4.1. Análise de sensibilidade**

Os resultados do modelo no cenário do perfil produtivo tradicional e da PAC de 2000 apontam para uma ocupação da SAU baseada em pastagens e forragens (62,1%), trigo duro (14%), girassol (10,3%), milho (9%) e beterraba (2,9%). No longo prazo há uma tendência para o reforço das áreas de pastagens e forragens, que passam a representar mais de 70% da SAU. O aumento dessas áreas faz-se à custa da diminuição das áreas de trigo duro e girassol. A dimensão do efectivo pecuário mantém-se nas 54 cabeças normais (CN) e diminui a compra de alimentos ao exterior. A superfície de regadio (18,4%) e a dotação de água disponível (8170 m<sup>3</sup>/ha) são aproveitadas na totalidade. Tal como na generalidade dos perímetros de rega do Alentejo, o milho é a principal cultura, seguindo-se o trigo duro (5,2%) o girassol (1,38 a 6,48%) e a beterraba.

No cenário da PAC de 2003, considerando ainda o perfil produtivo tradicional, verifica-se no curto prazo o abandono das áreas de trigo duro e no longo prazo o abandono das áreas de milho e de girassol e por conseguinte uma forte diminuição da superfície regada, que poderá representar apenas 2,9% da SAU. São reforçadas as áreas de pastagens e forragens, chegando no longo prazo a representar 97% da SAU, assim como o efectivo de bovinos de carne que aumenta para cerca de 61 CN.

Do ponto de vista económico este cenário representa relativamente ao anterior, uma forte extensificação da produção agrícola traduzida na diminuição do regadio e do investimento agrícola em cerca de 53%, apesar do VAL do produtor aumentar em cerca de 60%. Este acréscimo está em grande medida associado ao efeito do desligamento do pagamento único e a uma melhor afectação económica dos

Quadro 1. Análise de sensibilidade dos resultados do modelo de programação matemática

<b>Cenário: Perfil produtivo tradicional e PAC 2000</b>										
<b>SAU: 310 ha</b>	<b>VAL: 798,6 €/ha</b>		<b>Investimento: 995,1 €/ha</b>			<b>Custos operacionais: 1715,3 €/ha</b>				
Áreas em % da SAU	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10
Superfície regada	18,4	18,4	18,4	18,4	18,4	17,4	18,4	18,4	18,4	18,4
Milho	9,0	9,0	9,9	11,9	11,9	12,2	11,9	11,9	11,9	11,9
Trigo duro	5,1	5,1	5,1	5,1	5,1	-	-	-	-	-
Girassol	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	5,2	6,5	6,5	6,5	6,5
Beterraba	2,9	2,9	2,0	-	-	-	-	-	-	-
Superfície de sequeiro	81,6	81,6	81,6	81,6	81,6	81,6	81,6	81,6	81,6	81,6
Trigo duro	8,9	8,9	8,9	8,9	8,9	8,9	8,9	8,9	8,9	8,9
Girassol	8,9	8,9	8,9	8,9	8,9	-	-	-	-	-
Pousio obrigatório	1,8	1,8	1,8	1,9	1,9	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4
Pastagens e forragens	62,1	62,1	62,0	61,9	61,9	72,3	71,3	71,3	71,3	71,3
Bovinos (CN)	54,5	54,5	54,5	54,5	54,5	54,5	54,5	54,5	54,5	54,5
Consumo de água (m <sup>3</sup> /ha)	8170	8170	8170	8170	8170	8170	8170	8170	8170	8170
Valor da produção/receitas (%)	66,5	66,2	65,1	62,8	62,9	66,0	65,9	66,0	65,9	65,8
Subsídios correntes/receitas (%)	33,5	33,8	34,9	37,2	37,1	34,0	34,1	34,0	34,1	34,2
Custo da água/receitas (%)	25,8	26,0	26,4	27,1	27,0	29,6	29,3	29,3	29,4	29,5
<b>Cenário: Perfil produtivo tradicional e PAC 2003</b>										
<b>SAU: 310 ha</b>	<b>VAL: 1273,6 €/ha</b>		<b>Investimento: 466,3 €/ha</b>			<b>Custos operacionais: 1663,2 €/ha</b>				
Áreas em % da SAU	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10
Superfície regada	16,5	18,4	18,4	18,4	18,4	2,9	2,9	2,9	2,9	2,9
Milho	9,7	9,0	9,0	9,0	9,0	-	-	-	-	-
Girassol	4,0	6,5	6,5	6,5	6,5	-	-	-	-	-
Beterraba	2,9	2,9	2,9	2,9	2,9	2,9	2,9	2,9	2,9	2,9
Superfície de sequeiro	83,5	81,6	81,6	81,6	81,6	97,1	97,1	97,1	97,1	97,1
Pastagens e forragens	83,5	81,6	81,6	81,6	81,6	97,1	97,1	97,1	97,1	97,1
Bovinos (CN)	59,7	60,9	60,9	60,9	60,9	60,9	60,9	60,9	60,9	60,9
Consumo de água (m <sup>3</sup> /ha)	8170	8170	8170	8170	8170	1730	1730	1730	1730	1730
Valor da produção/receitas (%)	62,1	62,4	62,3	62,5	62,4	43,0	43,0	43,0	43,6	43,6
Subsídios correntes/receitas (%)	37,9	37,6	37,7	37,5	37,6	57,0	57,0	57,0	56,4	56,4
Custo da água/receitas (%)	27,0	26,6	26,6	26,5	26,6	14,2	14,2	14,2	14,1	14,1
<b>Cenário: Perfil produtivo alternativo e PAC 2003</b>										
<b>SAU: 310 ha</b>	<b>VAL: 1531,1 €/ha</b>		<b>Investimento: 1361,5 €/ha</b>			<b>Custos operacionais: 1891,1 €/ha</b>				
Áreas em % da SAU	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10
Superfície regada	18,2	18,4	18,4	18,4	18,4	12,8	17,8	17,8	17,8	17,8
Milho	3,4	3,3	3,3	3,3	3,1	0,7	2,9	2,9	2,9	2,9
Girassol	4,5	4,7	4,6	4,5	3,9	0,8	3,5	3,5	3,5	3,5
Beterraba	2,9	2,9	2,9	2,9	2,9	2,9	2,9	2,9	2,9	2,9
Cebola	2,9	2,9	2,9	2,9	2,9	2,9	2,9	2,9	2,9	2,9
Pessegueiros	1,6	1,6	1,6	1,6	1,6	1,6	1,6	1,6	1,6	1,6
Ameixieiras	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2	1,3	1,3	1,3	1,3
Uva de mesa	1,9	1,9	2,0	2,1	2,9	2,9	2,9	2,9	2,9	2,9
Superfície de sequeiro	81,8	81,6	81,6	81,6	81,6	87,2	82,2	82,2	82,2	82,2
Pastagens e forragens	81,8	81,6	81,6	81,6	81,6	87,2	82,2	82,2	82,2	82,2
Bovinos (CN)	52,3	52,3	52,3	52,3	52,3	52,3	52,3	52,3	52,3	52,3
Consumo de água (m <sup>3</sup> /ha)	8170	8170	8170	8170	8170	6240	8030	8030	8030	8030
Valor da produção/receitas (%)	75,5	75,8	76,1	76,6	78,1	76,4	78,6	78,9	79,2	79,4
Subsídios correntes/receitas (%)	24,5	24,2	23,9	23,4	21,9	23,6	21,4	21,1	20,8	20,6
Custo da água/receitas (%)	22,1	21,9	21,6	21,2	20,4	17,6	19,6	19,4	19,1	18,9

Fonte: Resultados do modelo de programação matemática

recursos. É de referir ainda o aumento da importância dos subsídios, que no longo prazo representam aproximadamente 57%.

A introdução de um perfil produtivo alternativo, baseado em culturas de maior valor acrescentado, permite contrariar as tendências verificadas no cenário anterior de abandono do regadio e de desinvestimento agrícola. Neste cenário a superfície regada e a dotação de água disponível são exploradas praticamente na totalidade. O seu aproveitamento é feito com milho (3,4%), girassol (4,5%), beterraba (2,9%), cebola (2,9%), pessegueiros (1,6%), ameixieiras (1,2%) e uva de mesa (1,9%). Em relação ao cenário anterior, o VAL cresce 20%, o investimento de curto prazo 14% e o investimento de longo prazo praticamente triplica. Há um aumento significativo do valor da produção nas receitas e uma diminuição da importância relativa dos custos com a água, que de alguma forma poderá significar uma procura da água muito inelástica e por conseguinte uma resposta limitada à política de revisão de tarifas, principalmente em termos da eficiência no uso da água.

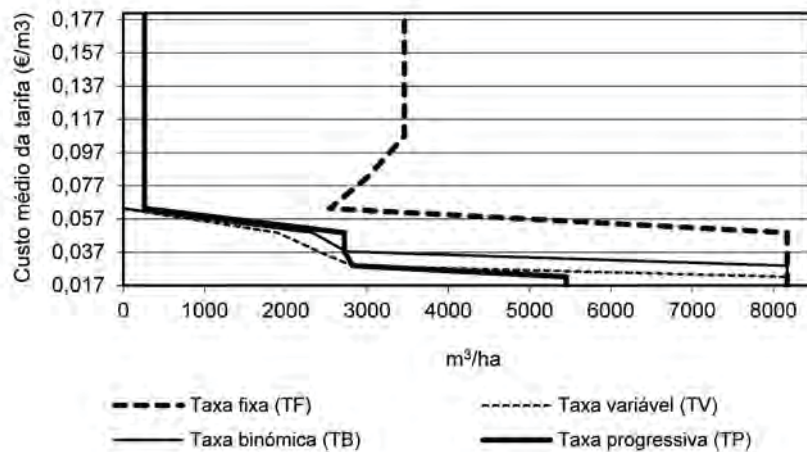
#### **4.2. Efeitos da política de revisão de tarifas**

Nos gráficos 1 e 2 apresentam-se as curvas do consumo de água para os 4 tipos de tarifas considerados, no cenário produtivo tradicional e no cenário produtivo alternativo, respectivamente. Do ponto de vista da utilização eficiente do recurso, a tarifa progressiva (TP) é a que permite obter os melhores resultados, dado que se obtêm maiores reduções no consumo de água com níveis inferiores de custo médio da tarifa. Os resultados obtidos com a tarifa variável (TV) e com a tarifa binómica (TB), apesar de serem inferiores aos obtidos com a TP, também induzem significativamente ao uso eficiente da água. Os piores resultados são obtidos com a tarifa fixa (TF).

No cenário produtivo tradicional, para a tarifa inicial (0,017 €/m<sup>3</sup>), o consumo de água é idêntico à dotação disponível (8170 m<sup>3</sup>/ha) nas simulações TF, TV e TB. No caso da TP, o consumo inicial de água é de apenas 5450 m<sup>3</sup>/ha, o que reflecte para o mesmo custo médio da tarifa uma redução no consumo de 33%. Para induzir este nível de consumo seria necessário elevar o custo médio da tarifa nas três simulações anteriores acima de 0,049 €/m<sup>3</sup>, de 0,022 €/m<sup>3</sup> e de 0,029 €/m<sup>3</sup>, respectivamente. A partir destes níveis de custo médio da tarifa, as respectivas curvas da procura da água são elásticas.

Os resultados das simulações para o cenário produtivo alternativo traduzem curvas da procura da água mais inelásticas do que as obtidas para o cenário produtivo tradicional. Para a tarifa inicial, o consumo de água é igual à dotação disponível em todas as simulações. Obtêm-se reduções significativas no consumo com as simulações TV, TB e TP, mas apenas quando o custo médio da tarifa é de 0,063 €/m<sup>3</sup>, ou seja, quando as curvas da procura deixam de ser inelásticas. Essas reduções no consumo de água representam poupanças superiores a 60%, aproximando-se mesmo dos 70% no caso da TP. Para o caso da TF, o aumento da tarifa não tem qualquer impacto sobre o consumo, confirmando-se a inadequação deste tipo de tarifa quando o objectivo é promover o uso eficiente da água de rega e especialmente quando aplicada a sistemas produtivos que integram culturas de valor acrescentado.

Gráfico 1 – Consumo de água no cenário produtivo tradicional



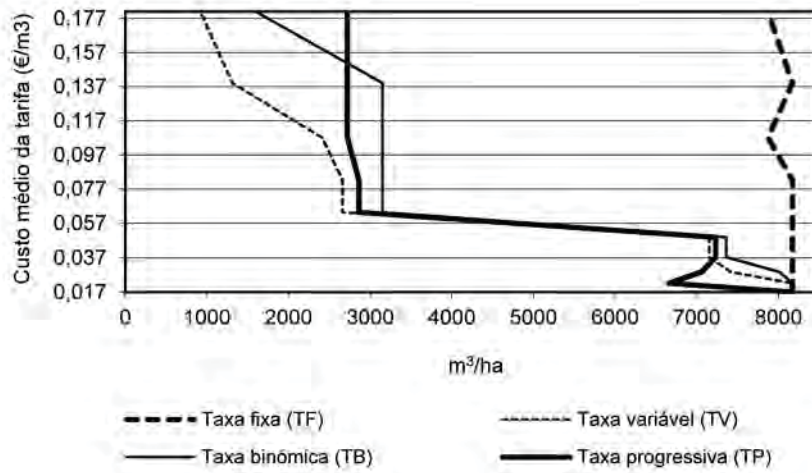
Fonte: Resultados do modelo de programação matemática

Nos gráficos 3 e 4 apresentam-se os resultados das simulações relativas à área regada para os cenários do perfil produtivo actual e do perfil produtivo alternativo, respectivamente. Os melhores resultados são obtidos com a TF, que não tem influência directa no consumo de água. Nos restantes casos verifica-se uma relação directa entre a diminuição do consumo e da superfície regada. Das tarifas simuladas, a TP é que mais penaliza o aproveitamento do regadio.



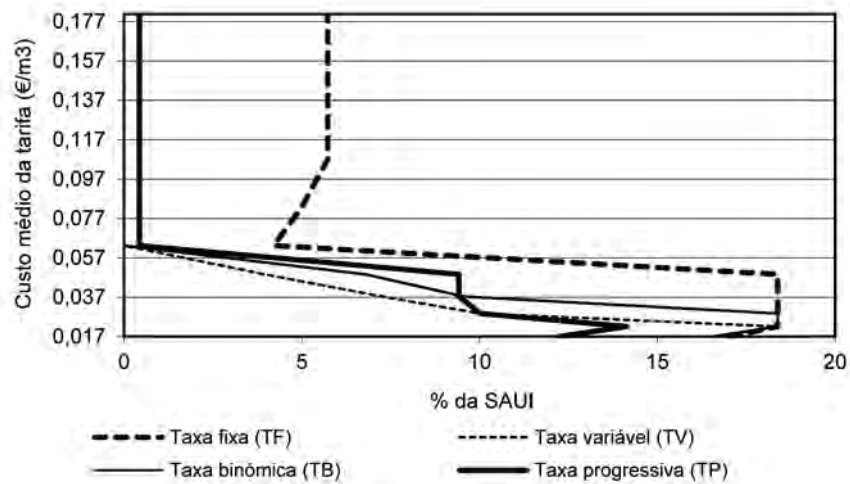
A Revisão da política de tarifas de água no uso agrícola:  
um estudo de caso no Sul de Portugal

Gráfico 2 – Consumo de água no cenário produtivo alternativo



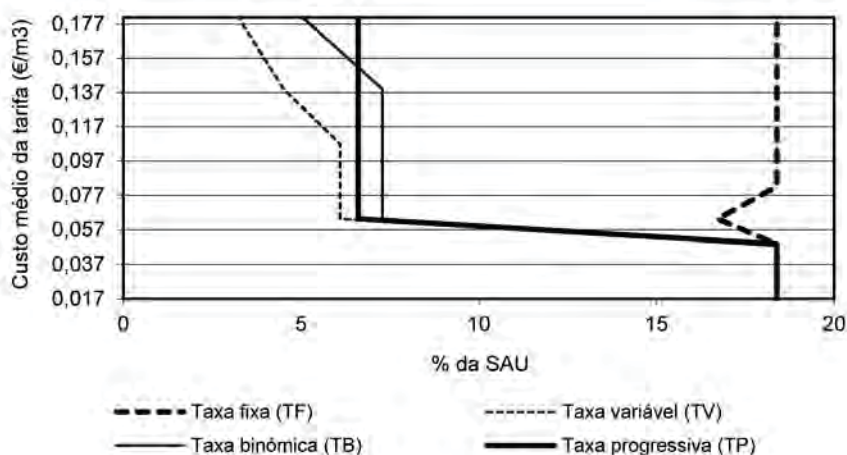
Fonte: Resultados do modelo de programação matemática

Gráfico 3 – Superfície regada no cenário produtivo tradicional



Fonte: Resultados do modelo de programação matemática

Gráfico 4 – Superfície regada no cenário produtivo alternativo



Fonte: Resultados do modelo de programação matemática

Para o cenário produtivo tradicional, no início a taxa de utilização do regadio nas simulações TF, TV e TB aproxima-se do limite máximo da superfície irrigável (18,4% da SAU). Com a TP é apenas pouco mais de 10%. Nas três simulações de tarifas em função do consumo, a taxa de utilização do regadio baixa para 50% quando o custo médio da tarifa atinge os 0,037 €/m³ e é praticamente zero para valores acima de 0,063 €/m³. No caso da TF, apesar dos efeitos do aumento da tarifa serem menores do que nas restantes simulações, para um custo médio da tarifa de 0,063 €/m³ a taxa de utilização do regadio é apenas 3%.

No cenário produtivo alternativo, há também uma relação directa entre a diminuição do consumo e da superfície regada. Nas simulações TV, TB e TP a superfície regada é aproveitada na totalidade para níveis de custo médio da tarifa até 0,049 €/m³. A partir desse nível a taxa de utilização do regadio baixa dos 18,4% iniciais para ligeiramente menos da metade. No caso da TF, a taxa de utilização do regadio assume sempre o seu valor máximo.

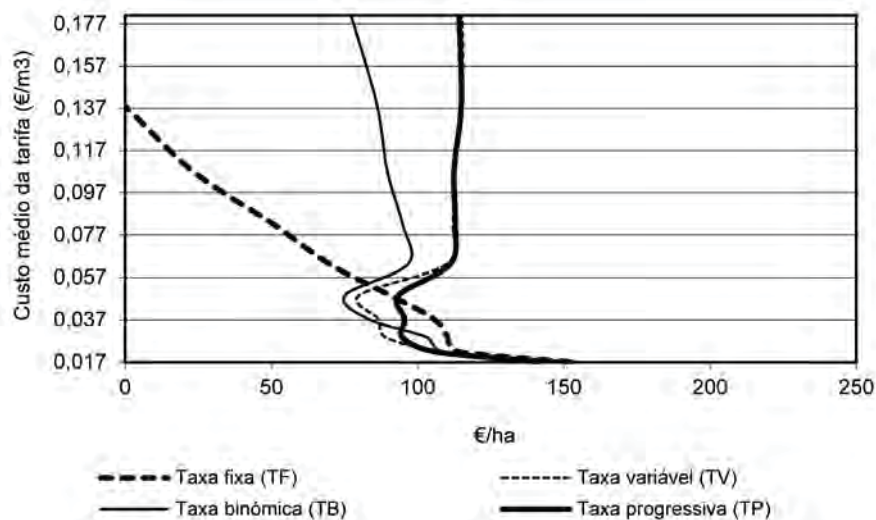
Uma política de revisão de tarifas resulta sempre num aumento dos custos com a água do lado do produtor agrícola e por conseguinte numa diminuição dos seus rendimentos. A magnitude dessa diminuição depende principalmente da elasticidade da procura da água, das estratégias de redução de consumo que os agricultores adoptam para fazer face ao aumento dos custos com a água e no caso das tarifas em

A Revisão da política de tarifas de água no uso agrícola:  
um estudo de caso no Sul de Portugal

função do consumo também da dotação inicial. As maiores perdas de rendimento ocorrem nos segmentos mais inelásticos da curva da procura da água, dado que o aumento percentual do custo médio da tarifa de água é superior à diminuição percentual do seu consumo. Por exemplo, nos segmentos iniciais muito inelásticos da procura da água, em que os agricultores não adoptam estratégias de redução do consumo, o rendimento diminui em função do nível da dotação de água inicial.

No cenário relativo ao perfil produtivo tradicional, um aumento inicial do custo médio da tarifa de 30% leva em todas as simulações a uma perda de rendimento quase da mesma amplitude. A comparação dos vários tipos de tarifas simuladas, mostra que para um custo médio da tarifa inferior a 0,063 €/m<sup>3</sup> a TF e a TP são as que menos penalizam o rendimento, sendo a TV e a TB as mais prejudiciais. Para níveis superiores de tarifação, a TF é a que provoca as maiores perdas de rendimento (Gráfico 5).

Gráfico 5 – Rendimento agrícola no cenário produtivo tradicional

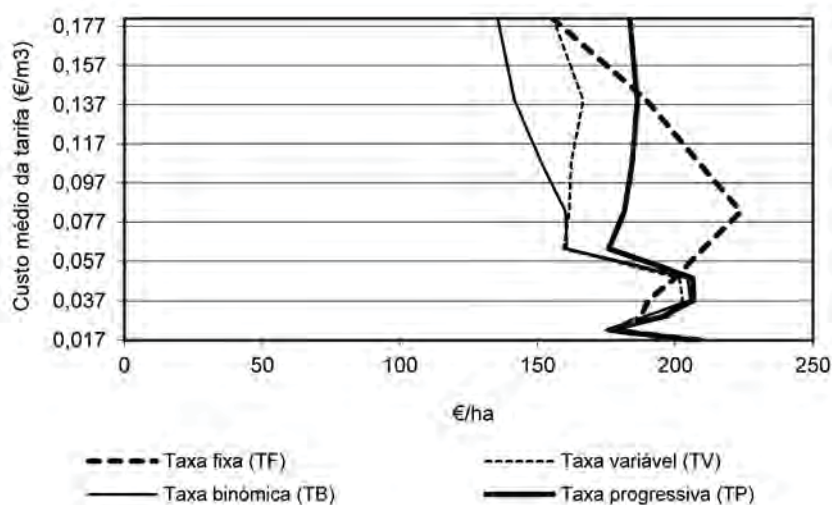


Fonte: Resultados do modelo de programação matemática

No cenário produtivo alternativo, o efeito da política de revisão de tarifas no rendimento é menor do que no cenário produtivo tradicional, dado que o peso dos custos com água nas receitas é manifestamente inferior. Por exemplo, um aumento inicial nas tarifas de água de 30% provoca apenas reduções marginais no rendimento

nas simulações TV, TB e TG e de 15% na TF. Para um custo médio da tarifa inferior a 0,037 €/m<sup>3</sup>, a TF é a que provoca as perdas de rendimento mais elevadas. Acima desse valor médio, a amplitude das perdas de rendimento é superior com a TV e com a TB (gráfico 6).

Gráfico 6 – Rendimento agrícola no cenário produtivo alternativo



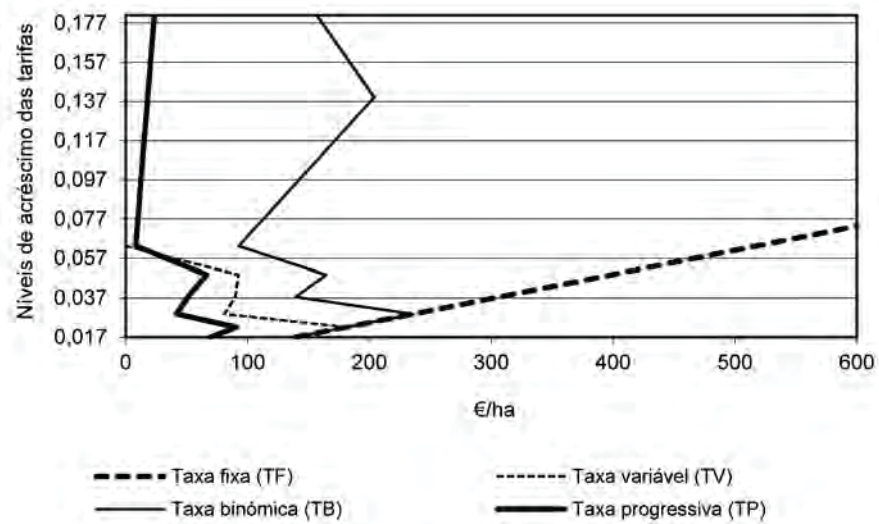
Fonte: Resultados do modelo de programação matemática

Nos gráficos 7 e 8 apresentam-se os resultados das simulações relativas à recuperação dos custos com a água no cenário produtivo tradicional e no cenário produtivo alternativo, respectivamente. A TF é a que permite obter os melhores resultados, aumentando progressivamente a recuperação dos custos com a água com o incremento do nível da tarifa. A seguir surge a TB, sendo a TV e a TP as que menos contribuem para o equilíbrio orçamental na oferta.

No cenário produtivo tradicional a recuperação dos custos com a água para a tarifa inicial é de 139 €/ha nas simulações TF, TV e TB e apenas de 70 €/ha na TP. Um aumento do custo médio da tarifa de 0,017 €/m<sup>3</sup> para 0,022 €/m<sup>3</sup> permite subir a recuperação dos custos com a água para 182 €/ha nas três primeiras simulações e para 91 €/ha na TP. A partir desse nível de custo médio da tarifa, a recuperação dos custos com a água desce significativamente nos casos da TV e da TP e mantém-se relativamente estável no caso da TB.

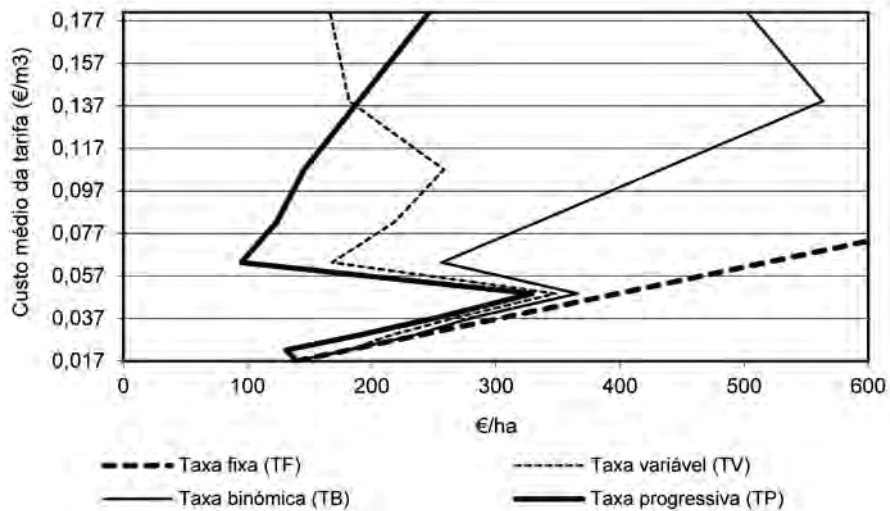
A Revisão da política de tarifas de água no uso agrícola:  
um estudo de caso no Sul de Portugal

Gráfico 7 – Recuperação dos custos com a água no cenário produtivo tradicional



Fonte: Resultados do modelo de programação matemática

Gráfico 8 – Recuperação dos custos com a água no cenário produtivo alternativo



Fonte: Resultados do modelo de programação matemática

No cenário produtivo alternativo como a procura da água é mais inelástica, a recuperação dos custos melhora significativamente para todos os tipos de tarifa, com

excepção da TF, dado que sua base de tarifação não tem qualquer relação com o consumo de água. Nas simulações TV, TB e TP a recuperação dos custos com a água sobe dos 139 €/ha iniciais até cerca de 350 €/ha, quando o custo médio da tarifa atinge 0,049 €/m<sup>3</sup>. A partir deste valor de custo médio da tarifa, a recuperação dos custos com água diminui significativamente na TV e na TP e, tal como no cenário produtivo tradicional, mantém-se relativamente estável no caso da TB.

Noéme *et al.* (2004), estimaram para o perímetro de rega de Odivelas, após as obras de reabilitação, um custo médio na oferta em relação à área beneficiada de 479 €/ha, dos quais 157 €/ha dizem respeito aos custos de curto prazo com a exploração e conservação da obra e 322 €/ha são relativos aos custos anualizados do investimento público. Estes níveis de custo são recuperados na totalidade apenas com a adopção da TF e para um custo médio da tarifa próximo de 0,063 €/m<sup>3</sup>. No entanto, em qualquer das tarifas simuladas é possível recuperar os custos de exploração e de conservação com um custo médio da tarifa de 0,022 €/m<sup>3</sup>. No cenário produtivo alternativo, a recuperação dos custos que se obtém quando o custo médio da tarifa nas simulações TV, TB e TP é de 0,049 €/m<sup>3</sup> (350 €/ha), permite cobrir para além dos custos de exploração e conservação, cerca de 60% dos custos do investimento público nas infra-estruturas.

No quadro seguinte apresentam-se os valores por hectare do VAL e do investimento agrícola no curto e no longo prazo. A análise destes indicadores permite aferir o efeito das tarifas simuladas no nível de consumo do produtor e no desenvolvimento agrícola. Em termos do consumo do produtor os melhores resultados obtém-se com as simulações TP e TV. Contrariamente os níveis mais elevados de investimento agrícola ocorrem na TF e na TV.

No cenário produtivo tradicional o VAL nas simulações TV, TB e TP é superior a 1000 €/ha, sendo os valores do investimento no curto prazo de 1112 a 1431 €/ha e de longo prazo superiores a 300 €/ha. No caso da TF esses valores são, respectivamente, 661 €/ha, 770 €/ha e 3287 €/ha. Com a adopção do perfil produtivo alternativo esses valores aumentam substancialmente. O VAL quase que triplica no caso da TF e sobe 50% nas simulações TV, TB e TP. No que diz respeito ao investimento agrícola, os acréscimos são, respectivamente, de 11%, 79%, 72% e 47%. Os valores inferiores do VAL registados no caso da TF devem-se ao facto dos produtores não poderem adoptar estratégias de minimização dos custos com a água, sendo sempre obrigados a suportar o custo da tarifa independentemente do valor da água.

Quadro 2. Indicadores de desenvolvimento agrícola

	<b>Tarifa fixa (TF)</b>	<b>Tarifa variável (TV)</b>	<b>Tarifa binómica (TB)</b>	<b>Tarifa progressiva (TP)</b>
<b>Cenário: Perfil produtivo tradicional 3</b>				
Valor actualizado líquido	661	1142	1041	1153
Investimento de longo prazo	770	304	304	329
Investimento de curto prazo	3287	1112	1431	1431
<b>Cenário: Perfil produtivo alternativo e PAC 2003</b>				
Valor actualizado líquido	1737	1705	1639	1798
Investimento de longo prazo	1435	708	789	740
Investimento de curto prazo	3078	1833	2197	1844

Fonte: Resultados do modelo de programação matemática

## 5. Conclusões

Neste artigo avalia-se a adopção de uma política de revisão de tarifas da água no regadio, em termos dos seus efeitos nos níveis de consumo de água, no aproveitamento das áreas beneficiadas com regadio, no rendimento do produtor agrícola, na recuperação dos custos com a água e no desenvolvimento agrícola. O estudo foi aplicado a uma exploração agrícola representativa da estrutura agrícola empresarial do perímetro de rega de Odivelas, situado no Sul de Portugal na Região Alentejo.

A metodologia utilizada baseia-se na elaboração de um modelo de programação matemática multiperíodo. Este modelo determina a combinação óptima das actividades de produção agrícola, em função do consumo do produtor e da sua distribuição, tendo em conta a probabilidade de ocorrência da dotação bruta de água. O modelo prevê as estratégias do produtor face a uma eventual alteração da tarifa de água, nomeadamente, a substituição entre culturas de regadio, a substituição de culturas de regadio por culturas de sequeiro e o abandono da actividade.

Na avaliação da política de revisão de tarifas foram analisadas: a tarifa fixa por área beneficiada, a tarifa proporcional ou volumétrica por metro cúbico de água consumida, a tarifa binómica; e a tarifa progressiva. Partindo do nível da tarifa actual, consideram-se vários níveis de tarifa, sendo as simulações efectuadas para o cenário da Política Agrícola Comum de 2003, considerando o perfil produtivo tradicional e um perfil produtivo alternativo, que introduz culturas de valor acrescentado.



Do ponto de vista da utilização eficiente da água no uso agrícola, a tarifa progressiva é a que permite os melhores resultados, dado que se obtêm maiores reduções no consumo de água com níveis inferiores de custo médio da tarifa. A tarifa volumétrica e a tarifa binómica também induzem significativamente ao uso eficiente da água. A diminuição do consumo e por conseguinte a poupança de água só ocorre nos segmentos elásticos das curvas da procura, o que acontece quando o custo médio da tarifa é de 0,029 €/m<sup>3</sup> nos casos da tarifa progressiva e da tarifa variável e de 0,037 €/m<sup>3</sup> no caso da tarifa binómica. Quando se introduz no perfil produtivo actividades agrícolas alternativas de valor acrescentado, essas diminuições do consumo só ocorrerem quando o custo médio da tarifa é superior a 0,063 €/m<sup>3</sup>.

Para níveis inferiores de custo médio da tarifa, a diminuição do consumo de água tem um impacto directo na diminuição da área beneficiada. A tarifa fixa como não tem relação com o consumo de água, mas antes com a área beneficiada, é a que proporciona os melhores resultados do ponto de vista do aproveitamento do regadio.

A política de revisão de tarifas resulta sempre numa diminuição dos rendimentos agrícolas. As maiores perdas de rendimento ocorrem nos segmentos mais inelásticos das curvas da procura da água, dado que o aumento percentual do custo médio da tarifa de água é superior à diminuição percentual do consumo. Nestes segmentos a tarifa fixa e a tarifa progressiva são que menos penalizam o rendimento. No entanto, para níveis elevados de tarifificação, em que o consumo de água já é bastante inferior à dotação inicial, a tarifa fixa é que provoca as perdas de rendimento de maior amplitude.

O equilíbrio orçamental da oferta de água depende da capacidade de recuperar os custos com a água, sendo essa capacidade mais elevada nos segmentos rígidos das curvas da procura da água. Deste ponto de vista, a tarifa fixa é a preferível, dado que as receitas não estão dependentes da diminuição do consumo de água. Nos casos da tarifa volumétrica, da tarifa binómica e da tarifa progressiva é possível cobrir os custos de exploração e conservação aumentando o custo médio da tarifa para 0,022 €/m<sup>3</sup>. Com a introdução de culturas de valor acrescentado, ao custo médio da tarifa de 0,049 €/m<sup>3</sup>, recuperam-se os custos de exploração e de conservação e cerca de 60% dos custos do investimento público nas infra-estruturas. A partir desses níveis de custo médio da tarifa, a recuperação dos custos com a água desce significativamente, no caso da tarifa volumétrica e da tarifa progressiva e mantém-se relativamente estável no caso da tarifa binómica.



A Revisão da política de tarifas de água no uso agrícola:  
um estudo de caso no Sul de Portugal

No que diz respeito aos indicadores de desenvolvimento agrícola, a tarifa progressiva e a tarifa volumétrica proporcionam melhores resultados em termos do consumo do produtor agrícola, enquanto que a tarifa fixa e a tarifa binómica privilegiam o investimento.

Pode então concluir-se que a política de revisão de tarifas no perímetro de rega de Odivelas deverá privilegiar a adopção de uma tarifa binómica, dado que este tipo de tarifa permite simultaneamente induzir o uso eficiente da água na agricultura e o equilíbrio orçamental da oferta de água. Tendo em conta o objecto do uso sustentável da água, esta tarifa é também a que menos penaliza a competitividade e por conseguinte o desenvolvimento agrícola, nomeadamente em termos do consumo do produtor e do investimento de curto e de longo prazo. O nível a fixar para a tarifa nunca deverá situar-se, em termos do custo médio da tarifa, entre 0,037 e 0,049 €/m<sup>3</sup>. Estes valores correspondem a um valor da componente fixa entre 54,9 e 71,4 €/ha e a um valor da componente variável de 0,031 a 0,040 €/m<sup>3</sup>. É de referir que estes valores são relativamente inferiores aos propostos para o novo regadio de Alqueva com uma tarifa volumétrica (0,063 a 0,09 €/m<sup>3</sup>). No entanto, é necessária alguma prudência na sua comparação, dado que o regadio de Alqueva oferece uma eficiência de distribuição da água bastante superior à que verifica actualmente em Odivelas.

### Referências Bibliográficas

- Barde, J.P. (1993): Quel instrument choisir face à un problème d'environnement? Actes du Colloque *INSEE Méthodes*, Paris, 15 et 16 de février, pp. 215-233
- Barr, N (1992): Economic theory and the welfare state: a survey and interpretation. *Journal of Economic Literature*, 30 (2), pp. 671-764.
- Blanco (1996): *Analyse des impacts socio-économiques et des effets sur l'environnement des politiques agricoles: modélisation de l'utilisation des ressources en eau dans la région espagnole de Castille-León*. CIHEAM-IAMM, Collection de Thèses et Masters IAMM, n.º 32, Montpellier.
- Bos, M.G.; et Nugteren, J. (1990): *On irrigation efficiencies*. International Institute for Land Reclamation and Improvement, 4.ª edição, Wageningen.
- Bowen, R.L.; et Young, R.A. (1996): Appraising alternatives for allocation and cost recovery for irrigation water in Egypt. *Agricultural Economics*, 1, pp. 35-52

Cummings, R.; et Nescissiantz, V. (1992): The use of water pricing as means for exchanging water use efficiency in irrigation : case studies in Mexico and United States, *Natural Resources Journal*, 32 (4), pp.731-755.

Decreto-Lei n.º 47/94 de 22 de Fevereiro.

Decreto-Lei n.º 269/82 de 10 de Julho.

Directiva 2000/60/EC (2000): *Directive 2000/60/EC of the European Parliament and of the Council of 23 October 2000 Establishing a Framework for Community Action in the Field of Water Policy*. Official Journal of European Communities 22.12.2000, L327 pp. 1-72.

Fragoso, R.M.S. (1996): *Évaluation des impacts socio-économiques du développement de l'irrigation: le cas de l'agriculture dans la région de l'Alentejo*. CIHEAM-IAMM, Collection de Thèses et Masters IAMM, n.º 40, Montpellier.

Fragoso, R.M.S. (2001): *Avaliação dos Impactos Sócio-Económicos de Plano de Rega de Alqueva no Sector Agrícola do Alentejo: o caso do bloco de rega da infra-estrutura 12*, Universidade de Évora, Dissertação de Doutoramento, Évora.

Fragoso, R.M.S. et Marques, C.A.F. (2005): A Competitividade do Regadio em Portugal no Contexto da Nova Política Agrícola Comum: O caso de uma exploração agrícola no Alentejo. *XLIII Congresso SOBER*.

Godinho, L. (1997): *The Impact of 1992 CAP Reform on Soil Erosion in the Alentejo Region of Portugal*. Wye College, University of London, Ph.D. Dissertation, London.

Henriques, P.D.S. (1995): *Technical Efficiency and Changes in Alentejan Farming Systems*. The University of Reading, PhD. Dissertation, Reading.

Henriques, P.; Branco, M; Fragoso, R.; et Carvalho, M.L.S. (2006): Direito ao acesso à água – Princípios económicos para a sua aplicação na agricultura. In: *Obra de homenagem a José Sena*.

Instituto Nacional da Água (2004): *Economia da Água do Plano Nacional da Água*. Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente.

MAMVA (Ministère de l'Agriculture et de la Mise en Valeur Agricole) du Maroc (1996): *Tarification de l'eau d'irrigation au Maroc. Identification des principes et des structures de tarification. Phase II*. Administration du Génie Rural, Maroc, juin.

Monnier, L (1983): La tarification de l'électricité en France. *Economica*, Paris.

Montginoul, M. (1997): *Une approche économique de la gestion de l'eau d'irrigation: des*

A Revisão da política de tarifas de água no uso agrícola:  
um estudo de caso no Sul de Portugal

*instruments, de l'information et des acteurs*. Thèse Doctorat, Université de Montpellier I, Montpellier, France.

Noéme, C.; Fragoso, R. et Coelho, L. (2004): *Avaliação econômica da utilização da água em Portugal – Determinação do preço da água para fins agrícolas: Aplicação nos Aproveitamentos Hidro-Agrícolas de Odivelas, da Vigia e do Sotavento Algarvio*, estudo realizado para o Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, IDRHa.

OCDE (1987): *Tarifification des services relatifs à l'eau*. Paris.

Pearce, D.W. (1986): *The dictionary of modern economics*. EL-BS, Macmillan, 3.<sup>a</sup> Edição, Reino Unido.

Randall, A. (1981): *Property Entitlements and Pricing Policies for a Maturing Water Economy*. The Australian Journal of Agricultural Economics 25, pp. 195-220.

Rogers, P.; Bhatia, R.; et Huber, A. (1996): Water as a social and economic good: how to put into practice. *Draff Paper*, November.

Sumpsi, J.M.; Garrido, A.; Blanco, M.; Varela Ortega, C.; et Iglesias, E. (1998): *Economía et política de gestión del agua en la agricultura*. (Eds. Mundi-Prensa), Secretaría General Técnica de Desarrollo Rural y Conservación de Naturaleza, MAPA, Madrid.

Tsur; Y. et Dinar, A. (1995): Efficiency and equity considerations in pricing and allocating irrigation water. World Bank, *Policy Research Working Paper* 1460, 40 p, May.

Winpenny, J. (1994): *Managing water as an economic resource*. Routledge, ODI (Overseas Development Institut), London, United Kingdom.



## A tipologia comunitária das explorações agrícolas

Maria do Socorro Soares Rosário<sup>1</sup>

### Resumo

Devido à grande diversidade de estruturas e sistemas de produção na UE e para facilitar a análise das actividades estruturais e dos resultados económicos das explorações agrícolas, criou-se uma classificação comunitária das explorações agrícolas por tipo de orientação técnico-económica e classe de dimensão económica.

A tipologia das explorações agrícolas encontra-se no Regulamento da Comissão (EC) n.º 1242/2008 de 8 de Dezembro, e as principais regras são as seguintes:

- A determinação de um Valor de Produção Padrão (VPP).
- A utilização do VPP para determinar a orientação técnico-económica (OTE) que apresenta uma tipologia com 3 níveis.
- A utilização do VPP para determinar a dimensão económica das explorações (DE).
- A variável Outras Actividades Lucrativas (OAL) directamente relacionadas com a exploração para reflectir a importância das outras actividades na exploração.

Os princípios básicos da Tipologia devem ser adoptados para simplificar os cálculos, melhorar a harmonização e a comparabilidade entre as regiões e os Estados-Membros.

A tipologia é aplicada a dados do Inquérito às Estruturas das Explorações Agrícolas (IEEA) e ao Recenseamento Agrícola (RA), bem como aos dados da Rede de Informação e Contabilidade Agrícola (RICA). Esta ligação entre as duas

---

<sup>1</sup> Direcção de Serviços de Estatística, Metodologia e Estudos - Gabinete de Planeamento e Políticas, Ministério de Agricultura, do Mar, do Ambiente e Ordenamento do Território, [socorro@gpp.pt](mailto:socorro@gpp.pt)

fontes de dados é o elemento-chave da ponderação dos resultados da RICA, utilizados com os mais diversos fins.

Este trabalho tem como objectivo:

Apresentar a metodologia da Tipologia para a classificação das explorações agrícolas baseada no Reg. (EC) 1242/2008 nas suas 4 vertentes: *a)* o Valor de Produção Padrão, *b)* os tipos de produção e a agregação de detalhes visando uma orientação técnico económica mais compacta e mais especializada, *c)* as classes de dimensão económica das explorações com intervalos amplos e *d)* formas de apuramento de valor para as outras actividades lucrativas existentes na exploração e directamente ligadas à exploração agrícola.

#### **Palavras-Chave**

Tipologia das Explorações Agrícolas, Valor de Produção Padrão, RICA, Recenseamento Agrícola, Inquérito às Estruturas das Explorações Agrícolas.

## **1. Princípios básicos e definições da tipologia conforme Reg. (EC) 1242/2008**

Por toda a União Europeia há uma grande diversidade de estruturas agrárias e sistemas de produção. Para facilitar a análise das actividades estruturais e dos resultados económicos das explorações agrícolas, desenvolveu-se uma Classificação Comunitária das Explorações Agrícolas por exploração agrícola.

A tipologia comunitária das explorações agrícolas é uma classificação uniforme das explorações da União Europeia com base no tipo de orientação técnico-económica e da dimensão económica. Estes dois elementos, OTE e DE são baseados num critério económico e positivo, o Valor de Produção Padrão (VPP) que é estabelecido para as diversas actividades da produção agrícola. Deste modo todos os apuramentos feitos pelo Eurostat (Inquéritos agrícolas) e pela DGAgri (RICA) são classificados com a Tipologia.

Além disso, as explorações podem ser classificados de acordo com a importância das Outras Actividades Lucrativas (OAL) da exploração.

A tipologia é organizada de uma forma que grupos de explorações homogéneas podem estar dispostos com um maior ou menor grau de agregação e possam ser comparados.

## A tipologia comunitária das explorações agrícolas

Com a aplicação da tipologia, o Inquérito às Estruturas das Explorações Agrícolas (IEEA), feito sob a forma de amostragem, fica a estar:

- estatisticamente representativo por tipo de orientação e da dimensão económica das explorações agrícolas;
- e a poder representar o universo sobre o qual a RICA vai projectar para:
  - A) estabelecer o limiar que define o campo de observação para o RICA;
  - B) estabelecer o plano de selecção das explorações a fazer parte da amostra RICA;
  - C) ponderar os resultados da RICA e permitir a análise dos resultados económicos da RICA.

As definições são as seguintes:

- a) O *Valor da Produção Padrão* de um produto agrícola (vegetal ou animal) é o valor padrão do valor da produção bruta. O valor da produção padrão total da exploração corresponde à soma dos valores obtidos por cada actividade, multiplicando o VPP pelo número de unidades existentes dessa actividade.
- b) A *Dimensão Económica* de uma exploração é o VPP total da exploração. É a soma de cada um dos VPP de todos os produtos presentes na exploração, expressa em euros. Segundo o Regulamento existem 14 classes de dimensão económica.
- c) *Tipo de Orientação Técnica Económica* de uma exploração é o sistema de produção de uma exploração que se caracteriza pela contribuição relativa dos VPP das actividades<sup>2</sup> para o VPP total da exploração. Dependendo da quantidade de pormenor exigido, existem três níveis de orientação técnica.
- d) A *importância das Outras Actividades Lucrativas* directamente ligadas à exploração é definido como a percentagem do volume de negócios em OAL no volume de negócios total da exploração (incluindo os pagamentos directos). Em função deste valor estimado da OAL, as explorações agrícolas

---

<sup>2</sup> Actividade – parte da exploração que pode ser considerada uma actividade económica

Maria do Socorro Soares Rosário

são classificadas de acordo com três bandas percentuais (de 0 a 10%, mais de 10% para 50%, e mais de 50%).

A classificação é baseada num coeficiente económico calculado como uma média regional, o VPP, que incide sobre a informação estrutural (hectares e cabeças) recolhida no Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas (IEEA) e na Rede de Informação e Contabilidade Agrícola (RICA) determinando o tipo de orientação e a classe de dimensão cada exploração.

## **2. Modo de determinação dos coeficientes regionais**

A classificação das explorações agrícolas na tipologia comunitária através da OTE e DE é baseada num critério económico, o VPP.

### **2.1 O cálculo dos coeficientes VPP**

Os coeficientes de VPP são calculados como uma média ao longo de um período de referência cobrindo cinco anos sucessivos, civis ou agrícolas, para atenuar os efeitos das flutuações de curto prazo.

A actualização desses coeficientes deve ser feita cada vez que houver um IEEA. O método a utilizar tem de ser de observação directa pelo menos uma vez a cada 10 anos, quando o IEEA é realizado sob a forma de um censo, e nas outras ocasiões pode ser feito quer pelo método de actualização quer pelo método de observação directa. Os dados de base para a determinação e cálculo do VPP são estabelecidos em euros.

O VPP de um produto agrícola (vegetal ou animal) é o valor monetário da produção agrícola bruta com preços à porta da exploração<sup>3</sup>, integrando vendas e pagamentos em natureza, utilizações na exploração como auto-utilização e autoconsumo e variações de existências. Os valores podem ser do produto principal mas também de quaisquer produtos secundários e acontece quando duas culturas ocupam a mesma área no desenrolar do ano agrícola.

---

<sup>3</sup> Preço de venda à porta da exploração – preço usado normalmente pelo CEA, RICA, Estatística de Preços do Eurostat e na DGAGRI. O preço de transportes e de comercialização são custos e não deduzidos do preço usado pelo VPP.



O produto principal é o que apresenta o valor mais elevado<sup>4</sup>; os outros produtos são tidos como secundários, excluindo os pagamentos directos, o imposto sobre o valor acrescentado e os impostos sobre os produtos.

Os produtos secundários são avaliados caso sejam vendidos ou utilizados na exploração<sup>5</sup>. O preço de um produto é sempre à porta da exploração e antes da dedução de despesas de transporte ou de comercialização. Se um produto de uma região não pode ser vendido sem ser embalado, o preço à porta da exploração a ser utilizado deve reflectir o preço do produto embalado.

Os dados para calcular um VPP cobrem um período de doze meses de produção (quer seja um ano civil ou um ano agrícola). Se o período de produção das actividades agro-pecuárias for diferente de doze meses, o valor deve ser convertido em valores relativos a um período de doze meses consecutivos.

O VPP de uma actividade ou produto corresponde a uma situação média ponderada das explorações agrícolas situadas numa determinada unidade geográfica ou região. Os VPP por região são denominados de coeficientes regionais VPP de uma determinada actividade.

## **2.2 As actividades ou produtos a serem apurados**

Os coeficientes regionais do VPP ou apenas VPP, são calculados para todas as actividades vegetais conforme o seu modo de produção e para as actividades pecuárias, como se encontram referenciadas no IEEA e RICA, a menos que a actividade tenha uma prevalência baixa na região em causa.

No cálculo do VPP, a transformação de produtos agrícolas não são considerados ainda que essa actividade esteja intimamente ligada à produção, excepto para o vinho e para o azeite. O preço a recolher deve ter em atenção o objectivo do produto transformado com um valor acrescentado.

Para as actividades que incluem mais de uma cultura, tais como “Produtos hortícolas frescos, melões e morangos” ou “Frutas de zonas de clima temperado”, o VPP corresponde à média ponderada dos VPP das culturas incluídas nessas actividades.

---

<sup>4</sup> Produto principal – o que provém da actividade que ocupa mais tempo o terreno, se houver igualdade no valor do rendimento económico.

<sup>5</sup> A palha é sempre valorizada quer seja para uso próprio quer para venda, desde que seja colhida.

É obrigatório fornecer os VPP para todas as actividades forrageiras e de pastagens.

No entanto, não é necessário fornecer o VPP para: Pousios sujeitos a subsídios sem utilização económica, Horta familiar, Pastagens permanentes que deixaram de ser usadas para fins de produção e elegíveis para o pagamento de subsídios, Outras áreas, Área irrigada, Culturas energéticas, Outras aves de capoeira e Animais não mencionados anteriormente.

Quando as áreas de culturas sucessivas secundárias são importantes, deverão ser tidas em conta para o cálculo do VPP das culturas principais que precedem ou seguem as mesmas.

### **2.3 Regime especial para os produtos vegetais**

Os VPP para os produtos vegetais são determinados por unidades de área, ou seja, por hectare e por are, no caso dos cogumelos. O VPP é calculado com os produtos principais mais os produtos secundários, tais como a palha de cereais. No geral das culturas principais, a produção de doze meses geralmente corresponde a uma só colheita. Nos produtos hortícolas, a produção de doze meses pode abranger várias culturas sucessivas e números de produções.

Para as culturas permanentes (pomares, olivais e vinhas) o período total de produção (o número de anos desde a plantação até ao arranque ou abandono), deve ser tomado em consideração para determinar uma média anual de produtividade física, para a obtenção de um coeficiente através do número de anos de produção efectiva pelo número de anos do período total de produção.

Para o caso dos cogumelos, o VPP inclui na sua produção todas as colheitas sucessivas.

Todas as actividades forrageiras têm de ser valorizadas. O valor das culturas forrageiras, pastagens permanentes e pastagens pobres pode ser estabelecido de forma aproximada em função do preço do feno ou silagem. Se não existir mercado para o feno ou silagem, qualquer outra actividade forrageira pode ser utilizada como preço de referência.

Quando a pastagem é apenas para pastoreio, um VPP deve ser estimado e atribuído a essas pastagens permitindo diferenciar das pastagens sem uso económico (sem qualquer valor).

## **2.4 Regime especial para produtos animais**

Os VPP regionais são calculados por cabeça de gado. Para as aves de capoeira, os VPP são calculados por 100 bicos e nas abelhas é por colmeia.

A produção bruta inclui os produtos principais, como carne, leite e ovos, além de produtos secundários, tais como as crias e a lã. O chorume não é considerado um produto secundário da produção animal.

Para as actividades cujo período de produção é inferior a doze meses consecutivos, por exemplo os Outros porcos, o período tem de ser estendido a doze meses. Nos casos em que o período de produção do gado é superior a um ano, por exemplo as Vacas leiteiras ou as Outras Vacas, o VPP é calculado por um período de doze meses.

As actividades são divididas por categoria de idade, especialmente nos bovinos. O VPP corresponde ao valor de crescimento do animal durante o tempo permanência na categoria, i.e., corresponde à diferença entre o valor do animal quando ele está a sair da categoria e o seu valor quando entra na categoria (também chamado de valor de substituição). O preço a utilizar é à porta do produtor e não no matadouro.

Nos bovinos, a passagem dos animais da espécie por diversas categorias, de acordo com a idade, o sexo e a utilização final dos animais deve constar nos valores ponderados do VPP. Um animal numa categoria pode corresponder a diferentes tipos de produção e o VPP é uma média ponderada do valor desses diferentes tipos. Por exemplo, os bovinos com menos de um ano podem apresentar no seu grupo, machos e fêmeas para abate no ano, animais para engorda ou para reprodução (que vão continuar a crescer e vão mudar de classe), e como orientação para leite ou carne. O VPP é uma média ponderada do valor proveniente dos animais para produção de leite e para produção de carne (puros ou cruzados).

O VPP de Vacas leiteiras ou de Outras Vacas, deve reflectir valores médios da região para todas as explorações com vacas integrando o valor do leite, se for o caso, e o valor das crias até 1 ano (se mantidos na exploração com a reprodutora) ou o valor da venda dos animais (se vendidos antes de atingirem 1 ano de idade).

O VPP de vacas leiteiras é calculado do seguinte modo:

VPP de Vaca Leiteira = Valor de leite + valor da cria com menos de um ano de idade + [(Valor de abate da vaca leiteira de refugo – Valor da novilha cheia de substituição) \* taxa de substituição]. O preço do leite é um preço médio de um leite de qualidade normal antes da dedução de quaisquer custos comercialização ou transporte. Para se obter o valor da cria deve ser utilizado o mesmo método descrito para calcular o valor do Bovino com menos de 1 ano. No VPP de vacas não é deduzida o valor do recém-nascido.

Para o cálculo do valor das crias a incluir no valor da vaca, é necessário ter em conta com:

1. Taxa de fecundidade (número total de vitelos nascidos vivos dividido pelo número total de fêmeas inseminadas);
2. Taxa de mortalidade de bezerros (número total de vitelos vivos após um mês dividido pelo número total de vitelos nascidos);
3. O período de aleitamento (período de tempo entre dois partos).

Na actividade de Bovinos com menos de 1 ano são estimados os VPP dos animais que são mantidos numa exploração agrícola sem as vacas reprodutoras. A categoria de VPP deve reflectir a situação média da região para todas as explorações onde os animais são mantidos sozinhos até à idade de venda, se com menos de 1 ano ou até 1 ano de idade, se continuar a crescer. O valor do recém-nascido é deduzido nesta classe porque já está incluído no valor da vaca. O valor final de bovinos com menos de 1 ano é uma média ponderada de todos os animais mantidos sem vacas reprodutoras: *a)* animais machos e fêmeas; *b)* de sectores orientados para carne ou para leite; *c)* mantidos até uma determinada idade para abate ou desenvolvidos até um ano para reprodução/criação ou abate na classe seguinte com mais de 1 ano e menos de 2 anos.

O valor dos animais para abate com idade inferior a um ano é calculada com: O valor no momento do abate, menos o valor de substituição (valor do recém-nascido), multiplicado pelo número de vitelos vivos mantidos/produzidos num ano no local (tempo de permanência).

O valor dos animais para reprodução/criação é a média ponderada de: os novilhos para reprodução, os bovinos para engorda, as novilhas para reprodução e

as novilhas para engorda, tendo em conta os seus preços de venda retirando-lhes o valor de substituição (do recém-nascido), observando o tempo de permanência na exploração.

Nas duas situações tem de se estimar e introduzir o peso de cada variante na classe (%).

VPP de Bovinos com menos de 1 ano = Somatório dos diversos tipos de finalidade do animal → [(Valor do tipo do animal em causa – valor do recém nascido: bezerro de substituição) \* 1/tempo de permanência \* Peso (%animal em causa)] + ..... + .....

Para o cálculo do VPP de outros bovinos, mantêm-se a metodologia já referenciada, em que cada coeficiente é uma média ponderada das diferentes categorias de animais de acordo com a sua utilização final.

O VPP de suínos é calculado por cabeça e o VPP de leitões com menos de 20 kg, deve reflectir o desenvolvimento de produção do leitão no ano para poder cobrir um período doze meses de produção na exploração.

O VPP de porcas reprodutoras é calculado da seguinte forma:

(Valor da porca no momento do abate – valor da porca quando se inicia na produção de leitões) / número de anos produtivos + Valor dos leitões).

As fêmeas para reprodução, quer tenham parido ou não, estão incluídos nas porcas reprodutoras.

Nos Outros suínos, esta actividade cobre os suínos de engorda e os javalis:

= (Valor no momento do abate – valor do leitão) \* n.º suínos produzidos por ano

No VPP das ovelhas reprodutoras e das cabras reprodutoras, estão incluídos os cordeiros e os cabritos retidos para reprodução bem como o abate de ovelhas e de cabras.

O VPP das ovelhas e das cabras é calculado como o VPP das vacas:

= (Valor do abate – valor da fêmea adulta reprodutora)/número de partições ou \* taxa de substituição] + Valor da engorda do cordeiro ou cabrito + Valor de outros produtos (leite, lã)

Maria do Socorro Soares Rosário

O VPP dos outros ovinos e outros caprinos é uma média ponderada dos animais para abate e dos reprodutores. Os machos reprodutores não têm um valor significativo e o VPP pode ser limitado ao valor do animal de engorda. Os outros ovinos e caprinos podem ser abatidos com diferentes idades e o valor deve ser corrigido para cobrir um período de doze meses.

O VPP para os outros ovinos e caprinos é calculada do seguinte modo:

$$= (\text{Valor no momento do abate} - \text{valor de substituição}) * 1/\text{tempo de permanência}$$

Quanto à avicultura, a actividade das aves pode abranger mais categorias como a carne, os ovos e os pintos, que são os produtos principais das galinhas poedeiras.

### **3. Cálculo do VPP total da Exploração**

Para se efectuar o cálculo do VPP Total de uma exploração é tido em conta a existência de casos especiais para não haver duplicação de valor de algumas características.

#### **3.1 Casos especiais**

##### **3.1.1 Bovinos com menos de 1 ano**

Apenas o número excedente de bovinos com menos de 1 ano (número de bovinos com menos de 1 ano menos o número de todas as vacas) presente na exploração é valorizado com o respectivo VPP, quer seja produção da própria exploração ou de aquisição.

##### **3.1.2 Outros Ovinos e Outros Caprinos**

Em explorações com ovelhas reprodutoras, os outros ovinos não são valorizados com o VPP. Do mesmo modo, nas explorações agrícolas com cabras reprodutoras, os outros caprinos não são valorizados com o VPP.

##### **3.1.3 Leitões**

Os leitões são valorizados com o seu VPP apenas em explorações onde não existem porcas reprodutoras.

### **3.1.4 Pousios e Pastagens sem uso económico**

Se uma exploração tem apenas Pousios sem quaisquer subsídios, o VPP é zero e a dimensão económica da exploração é zero.

Os VPP, de Pousios sujeitos ao pagamento de subsídios e sem uso económico e de Pastagens permanentes que deixaram de ser usadas para fins de produção e elegíveis para o pagamento de subsídios, são zero.

VPP total = Cada hectare ou cabeça de animal presente na exploração é multiplicado pelo coeficiente correspondente de VPP depois de ter em conta os casos especiais.

## **4. Cálculo da dimensão económica das explorações agrícolas**

A dimensão económica de uma exploração é igual ao VPP total da exploração.

O valor total da dimensão económica da exploração é, dependendo de sua estrutura (número de hectares e de animais), feita com a aplicação dos VPP da região a que a exploração pertence. A dimensão económica de uma exploração corresponde ao valor de produção que um agricultor potencialmente pode obter da sua terra e do seu efectivo pecuário numa determinada região.

### **4.1 Classes de Dimensão Económica**

As explorações estão classificadas de acordo com o seu potencial económico, em 14 classes de dimensão económica, cujos limites são indicados em seguida.

As disposições que regem a RICA e os inquéritos comunitários IEEA e Censos prevêem um reagrupamento das classes. Os Estados-Membros, em aplicação do n.º 1 do artigo 4.º do Regulamento 79/65/CEE, devem fixar, para o campo de observação da RICA, um limiar de dimensão económica das explorações que coincida com os limites das classes de dimensão acima indicados.

Maria do Socorro Soares Rosário

Classes	Limites em euros
I	Menos de 2000 euros
II	De 2 000 a menos de 4 000 euros
III	De 4 000 a menos de 8 000 euros
IV	De 8 000 a menos de 15 000 euros
V	De 15 000 a menos de 25 000 euros
VI	De 25 000 a menos de 50 000 euros
VII	De 50 000 a menos de 100 000 euros
VIII	De 100 000 a menos de 250 000 euros
IX	De 250 000 a menos de 500 000 euros
X	De 500 000 a menos de 750 000 euros
XI	De 750 000 a menos de 1 000 000 euros
XII	De 1 000 000 a menos de 1 500 000 euros
XIII	De 1 500 000 a menos de 3 000 000 euros
XIV	Igual ou maior do que 3 000 000 euros

### **5. Cálculo do tipo de orientação de uma exploração agrícola**

O tipo de orientação técnico-económica de uma exploração é o sistema de produção de uma exploração que se caracteriza pela contribuição relativa dos diferentes grupos de produção (P<sub>n</sub>) para o VPP total da exploração.

$$\text{VPP total da exploração} = P1 + P2 + P3 + P4 + P5 + Vpp \text{ (3.07:Abelhas)}$$

As explorações agrícolas, conforme a especialização, são classificadas em três níveis de tipos de agricultura:

- 9 tipos gerais, incluindo um modelo para exploração não-classificada,
- 21 tipos principais,
- 62 tipos especiais.



### **5.1 A classificação das explorações por OTE**

A classificação das explorações agrícolas por tipo de agricultura baseia-se em:

1. A definição dos cinco principais grupos de produção das explorações especializadas em:
  - OTE 1 – Culturas arvenses;
  - OTE 2 – Horticultura (hortícolas e flores);
  - OTE 3 – Culturas permanentes (pomares, olival e vinha);
  - OTE 4 – Herbívoros e forragens (bovinos, equídeos, ovinos e caprinos e plantas forrageiras tuberosas, plantas forrageiras, prados permanentes e pastagens pobres);
  - OTE 5 – Granívoros (suínos, aves e coelhos).
2. O reconhecimento da importância das explorações mistas, que tem duas consequências:
  - a) a escolha de um limite de 2/3 abaixo do qual uma exploração tem de ser considerada como não especializada;
  - b) definição de três agrupamentos mistas com diversas combinações:
    - OTE 6 – Policultura, de uma combinação de produtos vegetais;
    - OTE 7 – Polipequária, de uma combinação de produtos animais;
    - OTE 8 – Mistas de uma combinação de culturas e de produtos animais.
3. As que não satisfazem qualquer situação anterior:
  - OTE 9 – Explorações não classificadas.

### **5.2 Definição de códigos de agregados**

Existe uma definição detalhada dos diversos tipos de agregados para a constituição dos tipos de Orientação Técnica Económica (Anexo 1).

Para evitar desvios na classificação das explorações agrícolas por via da valorização das forragens, criou-se um código para todos os herbívoros que utilizam forragens (GL).

Maria do Socorro Soares Rosário

Se há herbívoros na exploração (isto é,  $GL > 0$ ) então o VPP das forragens faz parte do reagrupamento da pecuária com o código OTE 4 – Herbívoros e forragens.

Pelo contrário, se não há herbívoros na exploração (isto é,  $GL = 0$ ) o VPP das forragens faz parte de OTE 1 – Culturas Arvenses.

Por razões práticas foram criados para as forragens dois VPP parciais: FCP1 e FCP4;

se  $GL > 0$  então FCP1 é zero e FCP4 faz parte do OTE 4 – Herbívoros e forragens;

se  $GL = 0$  então FCP1 é parte de OTE 1 – Culturas Arvenses e  $FCP4 = 0$ .

Pelo mesmo motivo, o VPP parcial de raízes (P161) inclui raízes forrageiras somente quando não há herbívoros na exploração.

## **6. A importância de outras actividades lucrativas directamente ligadas à exploração**

Na tipologia, há uma variável que reflecte a importância das Outras Actividades Lucrativas (OAL) directamente relacionadas com a exploração.

As OAL da exploração são definidas e indicadas pelo IEEA e/ou RICA.

A parcela da OAL directamente relacionadas com a exploração, está estimada como a quota-parte do valor das OAL directamente relacionadas com a exploração no total de VPP da exploração (incluindo os pagamentos directos), como segue:

$$\text{RATIO} = \frac{\text{Rendimento das OAL directamente relacionadas com a exploração}}{\text{Rendimento total da exploração (agrícola + OAL) + pagamento directos}}$$

O rendimento total da exploração corresponde à soma de:

- as vendas de produtos agrícolas;
- o volume de negócios das OAL directamente relacionadas com a exploração (vendas de produtos transformados<sup>6</sup>, as receitas do agroturismo, as vendas de

---

<sup>6</sup> Azeite e vinho são considerados como produtos agrícolas e, por isso, não fazem parte do volume de negócios da OAL. Pelo contrário as vendas de queijos, manteiga, produtos de carne transformados... fazem parte do volume de negócios da OAL.

## A tipologia comunitária das explorações agrícolas

energia renováveis, as vendas de madeira, as vendas de madeira processada, as vendas de artesanato, as receitas provenientes de contrato trabalho...);

- as ajudas directas (excluindo os subsídios ao investimento).

O rácio não é calculado com precisão porque uma ordem de grandeza é suficiente para as necessidades da tipologia: as participações são classificadas em três categorias e com os seguintes limites:

Classes	Limites em percentagem
I	De 0% a 10%
II	De mais de 10% a 50%
III	De mais de 50% a menos de 100%

### Conclusão

Devido à grande diversidade de estruturas e sistemas de produção na UE e para facilitar a análise das actividades estruturais e dos resultados económicos das explorações agrícolas, criou-se uma classificação comunitária das explorações agrícolas por tipo de orientação técnico-económica e classe de dimensão económica.

Para se analisar qualquer documento proveniente da RICA ou dos Inquéritos à Estrutura das Explorações Agrícolas, é necessário conhecer a tipologia utilizada para melhor perceber as características, como foram estimados os coeficientes económicos, como se determinou a dimensão económica e a orientação técnica económica.

O VPP tem como parte principal o Produto Bruto de uma produção ou actividade que é recolhida anualmente. A referência temporal e a respectiva média é de 5 anos.

Todas as actividades forrageiras e de pastoreio têm de ter VPP.

A determinação da dimensão económica das explorações é feita directamente em euros e as classes de dimensão são alargadas para 15 classes.

No que se refere à orientação técnico-económica (OTE), há uma especialização das orientações para uma tipologia com 3 níveis de OTE.

Maria do Socorro Soares Rosário

Para o calculo do VPP total há uma arquitectura para a agregação dos grupos de produção ou dos seus vários níveis. Há modos de agregação no caso da Horticultura (OTE 2) e a especialização dos Herbívoros e Forragens (OTE 4) que comportam a valorização de forragens e pastagens.

A introdução “outras actividades lucrativas directamente relacionadas com a exploração”, vai mostrar o peso da pluriactividade nas explorações agrícolas.

### **Bibliografia**

Regulamento (CE) N.º 1242/ 2008 - JOUE L 335/3-24 (PT) <http://eur-lex.europa.eu/>

Regulamento (CE) N.º 867/ 2009 - JOUE L 248/17-20 (PT) <http://eur-lex.europa.eu/>

Rosário, M. Socorro (2009) – Manual da Tipologia para Valor de Produção Padrão (Draft)

**Anexo 1**

**Algoritmos para a classificação das EA por OTE - Total VPP da EA > 0**

<b>P1</b>	<b>&gt;</b>	<b>2/3</b>	<b>Total VPP</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1. Especializadas em culturas arvenses</b>
P15 + P16 + 2.01.02.	>	2/3	Total VPP	15		15. Especializadas cereais, oleaginosas e proteaginosas
P151+P16+2.01.02.	>	2/3	Total VPP	151		151. Especializadas em cereais (sem arroz), oleaginosas e proteaginosas
2.01.01.07.	>	2/3	Total VPP	152		152. Especializadas em arroz
Outros casos				153		153. Mistas de Cereais, oleaginosas, proteaginosas e arroz
P15 + P16 + 2.01.02.	≤	2/3	Total VPP	16		16. Em Culturas Arvenses
P 17	>	2/3	Total VPP	161		161. Especializadas em raízes tuberosas
P15+P16+2.01.02.	>	1/3	Total VPP	162		162. Mistas de COP e raízes tuberosas
E P17	>	1/3	Total VPP	162		
2.01.07.01.01.	>	2/3	Total VPP	163		163. Especializadas em horticultura extensiva
2.01.06.01.	>	2/3	Total VPP	164		164. Especializadas em tabaco
2.01.06.03.	>	2/3	Total VPP	165		165. Especializadas em algodão
Outros casos				166		166. Diversas produções arvenses
<b>P2</b>	<b>&gt;</b>	<b>2/3</b>	<b>Total VPP</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>2. Especializadas em horticultura</b>
2.01.07.02. + 2.01.08.02.	>	2/3	Total VPP	21		21. Especializadas em horticultura sob coberto
2.01.07.02.	>	2/3	Total VPP	211		211. Especializada horticultura sob coberto
2.01.08.02.	>	2/3	Total VPP	212		212. Especializada em floricultura e ornamentais sob coberto
Outros casos				213		213. Mistas de horticultura sob coberto
2.01.07.01.02. + 2.01.08.01.	>	2/3	Total VPP	22		22. Especializadas em horticultura ao ar livre
2.01.07.01.02.	>	2/3	Total VPP	221		221. Especializada horticultura ar livre
2.01.08.01.	>	2/3	Total VPP	222		222. Especializada em floricultura e ornamentais ar livre
Outros casos				223		223. Mistas de horticultura ar livre
2.01.07.01.02. + 2.01.08.01. ≤ 2/3	≤	2/3	Total VPP	23		23. Outras horticulturas
E 2.01.07.02. + 2.01.08.02. ≤ 2/3	≤	2/3	Total VPP	231		231. Especializada em cogumelos
2.06.01.	>	2/3	Total VPP	232		232. Especializada em viveiros
2.04.05.	>	2/3	Total VPP	232		233. Diversas horticulturas
Outros casos				233		

114	<b>P3</b>	<b>&gt; 2/3 Total VPP</b>		<b>3</b>	<b>3. Especializadas em culturas permanentes</b>	
	2.04.04.	> 2/3 Total VPP	35		35. Especializadas em vinhas	
	2.04.04.01.	> 2/3 Total VPP	351		351. Especializadas para vinho de qualidade	
	2.04.04.02.	> 2/3 Total VPP	352		352. Especializadas para outros vinhos	
	2.04.04.03.	> 2/3 Total VPP	353		353. Especializadas em uva de mesa	
	Outros casos		354		354. Outras vinhas	
	2.04.01. + 2.04.02.	> 2/3 Total VPP	36		36. Especializadas em frutos and citrinos	
	2.04.01.01.01. + 2.04.01.02. > 2/3 Total VPP		361		361. Especializadas em frutos frescos e de baga (excepto citrinos, tropicais e rijos)	
	2.04..02.	> 2/3 Total VPP	362		362. Especializadas em citrinos	
	2.04.01.03.	> 2/3 Total VPP	363		363. Especializadas em frutos de casca rija	
	2.04.01.01.02.	> 2/3 Total VPP	364		364. Especializadas em tropicais	
	Outros casos		365		365. Mistas de frutos, citrinos, tropicais e rijos	
	2.04.03.	> 2/3 Total VPP	370	37	37. Especializadas em Olival	
	Outros casos		380	38	38. Diversas combinações de culturas permanentes	
	<b>P4</b>	<b>&gt; 2/3 Total VPP</b>		<b>4</b>	<b>4. Especializadas em Herbívoros</b>	
	3.02.06. > 3/4 GL ; GL > 1/10 P4		450	45	45. Especializadas-orientação- bovinos de leite	
	P46 > 2/3 GL ; 3.02.06. ≤ 1/10 GL ; GL > 1/10 P4		460	46	46. Especializadas-orientação- bovinos de criação e carne	
	P46 > 2/3 GL ; 3.02.06. > 1/10 GL ; GL > 1/10 P4 excluindo classe 45		470	47	47. Mistas de bovinos de leite, criação e carne	
	Outros casos excluindo classes 45, 46 e 47		48	48	48. Exp. Ovinos, caprinos e outros herbívoros	
	3.03.01. > 2/3 GL ; GL > 1/10 P4		481		481. Especializadas em ovinos	
	P46 > 1/3 GL ; 3.03.01. > 1/3 GL ; GL > 1/10 P4 482				482. Mistas com ovinos e bovinos	
	3.03.02. > 2/3 GL ; GL > 1/10 P4		483		483. Especializadas em caprinos	
	Outros casos		484		484. Diversos herbívoros	

<b>P5</b>	<b>&gt;</b>	<b>2/3 Total VPP</b>	<b>5</b>	<b>5. Especializadas em Granívoros</b>
P51	> 2/3	Total VPP	51	51. Especializadas em suínos
	3.04.02.	Total VPP	511	511. Especializadas em suínos- para criação
	3.04.01. + 3.04.99.	Total VPP	512	512. Especializadas em suínos- para engorda
	Outros casos		513	513 Especializadas em suínos- para criação e engorda
P52	> 2/3	Total VPP	52	52. Especializadas em aves
	3.05.02.	Total VPP	521	521. Especializadas em galinhas poedeiras
	3.05.01. + 3.05.03.	Total VPP	522	522. Especializadas frangos de carne e outras aves de carne
	Outros casos		523	523. Mistras de galinhas poedeiras e aves de carne
	Outros casos		530	53. Diversos Granívoros ( coelhos)
<b>P6</b>	<b>(P1 + P2 + P3) &gt; 2/3 Total VPP</b>	<b>{P1 ≤ 2/3 ; P2 2/3; P3 ≤ 2/3 Total VPP}</b>	<b>6</b>	<b>6. Explorações de Policultura</b>
	P2 > 1/3 Total VPP; P3 > 1/3 Total VPP		<b>61</b>	<b>61. Explorações de Policultura</b>
	P1 > 1/3 Total VPP ; P2 > 1/3 Total VPP		611	611. Horticultura e culturas permanentes combinadas
	P1 > 1/3 Total VPP; 2.04.04. > 1/3 Total VPP		612	612. Horticultura e culturas arvenses combinadas
	P1 > 1/3 Total VPP; P3 > 1/3 Total VPP; 2.04.04. ≤ 1/3 Total VPP		613	613. Culturas arvenses e vinhas combinadas
	P1 > 1/3 Total VPP ; P2 ≤ 1/3 Total VPP ; P3 ≤ 1/3 Total VPP		614	614. Culturas arvenses e culturas permanentes combinadas
	Outros casos		615	615. Policultura orientada para culturas arvenses
			616	616. Outras de policultura

<b>P7</b>	<b>(P4 + P5) &gt; 2/3 Total VPP {P4≤2/3; P5≤2/3 Total VPP}</b>	<b>7</b>	<b>7. Explorações de Polipecuária</b>
	P4 > P5	73	73. Polipecuária orientada para herbívoros
	P45 > 1/3 GL; 3.02.06. > 1/2 P45	731	731. Polipecuária orientada para leite
	Outros casos	732	732. Polipecuária orientada para não leiteiros
	P4≤P5	74	74. Polipecuária orientada para granívoros
	P5 > 1/3 Total VPP; P45 > 1/3 GL; 3.02.06. > 1/2 P45	741	741. Polipecuária orientada para granívoros e leite
	Outros casos	742	742. Polipecuária orientada para granívoros e não leite
<b>P8</b>	<b>Outros casos quando Total VPP &gt; 0</b>	<b>8</b>	<b>8. Explorações Mistas de Culturas e Pecuária</b>
	P1 > 1/3 Total VPP e P4 > 1/3 Total VPP	83	83. Mistas de culturas arvenses e herbívoros
	P45 > 1/3 GL; 3.02.06. > 1/2 P45; P45 ? P1	831	831. Culturas arvenses com bovinos leiteiros
	P45 > 1/3 GL; 3.02.06. > 1/2 P45; P45 ≥ P1	831	832. Bovinos leiteiros com culturas arvenses
	P4 < P1 excluindo classe 831	833	833. Culturas arvenses com herbívoros não leiteiros
	Outros casos	834	834. Herbívoros não leiteiros com culturas arvenses
	Outros casos	84	84. Mistas de diversas culturas com criação
	P1 > 1/3 Total VPP e P5 > 1/3 Total VPP	841	841. Culturas arvenses com granívoros
	P3 > 1/3 Total VPP e P4 > 1/3 Total VPP	842	842. Culturas Permanentes com herbívoros
	3.07. > 2/3 Total VPP	843	843. Apicultura
	Outros casos	844	844. Diversas culturas e criações mistas
<b>P9</b>	<b>Total VPP = 0</b>	<b>90</b>	<b>9. Não classificadas</b>
		900	

**Total VPP = P1 + P2 + P3 + P4 + P5 + 3.07.**



# A importância da floresta Indígena e Exótica no desenvolvimento económico e social de Angola: situação actual e potencialidades

Jeremias Domingos<sup>1</sup>

António Cipriano Afonso Pinheiro<sup>2</sup>

## Resumo

Nas actuais condições de economia de mercado, o sector privado é o principal actor e responsável pela exploração e transformação dos recursos florestais. O IDF (Instituto de Desenvolvimento Florestal), organismo afecto ao Ministério da agricultura, representa o sector público, tem como principais missões:

- Orientar, coordenar e controlar a aplicação das normas, técnicas e premissas destinadas a conservação e utilização dos recursos florestais e faunísticos;
- Facilitar a capacitação do sector privado para realizar, com eficiência e sustentabilidade, as actividades de extracção, semi-transformação da madeira em toro.

Apesar dos fortes indicadores promissores do mercado florestal, em Angola, os investidores atraídos para o sector são cada vez menos. As principais causas prendem-se com os fracos incentivos e os altos custos de exploração o que o torna inviável tendo em conta os preços dos produtos florestais. Entre as principais razões podem apontar-se a desajustada política de exploração florestal tendo em conta o contexto socioeconómico actual isto é, as instituições financeiras não dispõem de critérios diferenciados para financiarem explorações de médio e longo prazo, aliado ainda o caso de licenciamentos de curto prazo (anuais) ao invés de concessões plurianuais.

Mas para uma visão de médio e longo prazo é necessário que o Governo implemente incentivos para que os investidores se sintam atraídos por este sector. Para isso é necessário uma política de fomento florestal diferenciada

---

<sup>1</sup> Mestrando em Economia e Gestão Aplicadas, Universidade de Évora, [uzjj@hotmail.com](mailto:uzjj@hotmail.com).

<sup>2</sup> Professor Emérito da Universidade de Évora, [acap@uevora.pt](mailto:acap@uevora.pt).

com períodos de empréstimo bancários longos e taxas de juro bonificadas. Na área de licenciamento aos exploradores de produtos florestais (Madeira) lhes é concedido uma licença anual com autorizações de exploração nos meses de Maio a Setembro. Talvez seja mais atractivo ao invés do licenciamento ser anual passar a plurianual de longo prazo (concessões de médio e longo prazo).

O objectivo geral da pesquisa é propor soluções que permitam aos investidores actuais, e potenciais interessarem-se pelo sector florestal. De modo a atingir o objectivo geral será necessário alcançar os seguintes objectivos parciais:

- Analisar as potencialidades e oportunidades de Angola na produção florestal;
- Propor políticas capazes de dinamizar a produção florestal em Angola.

#### **Palavras-chave**

Florestas, Potencialidades, Oportunidades, Incentivos

## **1. Introdução**

Apesar de um crescimento económico sem precedentes, de uma notável reabilitação no pós-guerra e dos esforços de reconstrução e desenvolvimento desde 2002, Angola ainda tem graves problemas sociais e de pobreza. O Fundo Monetário Internacional prevê que Angola tenha em 2012 um dos maiores crescimentos económicos a nível mundial. Não obstante o impressionante processo de crescimento, temporariamente interrompido pela crise financeira e económica global de 2008, o impacto do desenvolvimento económico impulsionado pelo petróleo nas condições de vida é ainda pouco expressivo e a situação social permanece muito crítica. Angola inclui-se no grupo dos países menos desenvolvidos, com um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que coloca o país na 146.<sup>a</sup> posição de um total de 169 países (RDH, 2010). Num contexto de preços excessivamente elevados (alimentos, arrendamento, transportes, saúde etc.), a maioria da população vive com menos de 2 dólares por dia, e as desigualdades sociais continuam a ser significativas (IBEP, 2008-2009).

Angola apesar de ser um País produtor de petróleo, tem ainda um consumo de derivados da biomassa (lenha e carvão) da ordem dos 60% do balanço energético nacional, seguido do petróleo iluminante com 41,7%, da electricidade com 1,4% e

do gás butano ou de cozinha com apenas 0,1%. De aqui a subida dos níveis produção e consumo de carvão vegetal da ordem de 253.103,6 toneladas/ano (IDF, 2010).

Além de possuir um património florestal natural rico e variado de aproximadamente 53 milhões de hectares correspondentes a 43,3% da superfície territorial, dos quais cerca 2% são consideradas florestas de alta produtividade, Angola tem à sua frente oportunidades soberanas para iniciar com investimentos na área florestal em grande escala do qual pode tirar inúmeras vantagens económicas, sociais e ambientais, e aliviar a pressão sobre as florestas naturais.

O objectivo geral da pesquisa é propor soluções que permitam aos investidores actuais, e potenciais interessarem-se pelo sector florestal. De modo a atingir o objectivo geral será necessário alcançar os seguintes objectivos parciais:

- Analisar as potencialidades e oportunidades de Angola na produção florestal;
- Propor políticas capazes de dinamizar a produção florestal em Angola.

## **2. Desenvolvimento**

A Paz, a estabilidade política, o processo de democratização, o crescimento económico, a revitalização do sector privado, assim como a reinserção social e produtiva das populações, abrem ao país uma nova oportunidade de desenvolvimento. As florestas têm sido consideradas como capital natural disponível que, com baixos níveis de investimentos, poderão gerar benefícios económicos, sociais e ambientais para o estado e a sociedade, através da sua exploração e utilização sustentáveis. Ao mesmo tempo colocam o desafio para a transformação económica, social e o crescimento sustentável do sector florestal, aproveitando oportunidades como:

- **A disponibilidade de terras**  
Angola apresenta uma extensão florestal de aproximadamente 53.000.000 de hectares o que corresponde a 43,3% da sua superfície territorial. As formações florestais são bastantes diferenciadas e incluem entre outras, a floresta densa húmida de alta produtividade correspondente a cerca de 2% da área florestal (MINADERP, 2011). A este potencial de terras virgens muitas das quais são marginais ou seja não muito apropriadas para agricultura,

juntam aquelas que, durante o longo período de guerra, por consequência da deslocação e concentração das populações nas zonas peri-urbanas, foram degradadas e precisam de ser reconvertidas em plantações florestais.

- **Condições climáticas apropriadas**

Angola tem a vantagem de se situar numa região estrategicamente rica em condições edafo-climáticas favoráveis para a plantação de diversas espécies de crescimento rápido. Segundo o INAMET as precipitações médias anuais cifram em 700mm.

Segundo Pinheiro (1972), as espécies *Pinus e Eucalyptus* encontram condições que podendo não ser óptimas, são pelo menos boas para o seu crescimento e produção, afirmando-se muitas vezes que no planalto se verificam, para algumas espécies daqueles géneros, produções lenhosas extraordinárias. De facto considerando o crescimento médio anual de *Eucalyptus saligna* explorado em revoluções de 7 a 8 anos, não poderemos deixar de classificar tais crescimento como extraordinário.

- **Extensos recursos hídricos**

As óptimas condições climáticas, associa-se também a disponibilidade de águas superficiais e subterrâneas que propiciam ambiente favorável para a plantação de espécies exóticas e nativas.

- **Necessidade eminente de desenvolvimento de uma indústria florestal**

Existem oportunidades claras de captação de investimentos internos e externos para o desenvolvimento da indústria de móveis e imóveis de origem florestal, pastas de papel e celulose no País. Isto por si só, indicia o facto de o País estar preparado em termos de provimento da matéria-prima antes do fluxo dos investimentos. As províncias do centro e sul, incluído Moxico e Kuando Kubango, têm potencial enorme para este efeito. As plantações existentes nestas regiões datam de muitos anos e não oferecem condições de desenvolvimento de uma indústria do género, embora tenham potencial para outros fins industriais.

Actualmente a indústria florestal em Angola é constituída fundamentalmente por unidades processadoras de madeira de pequena e média dimensão, designadas de serrações e carpintarias, cuja capacidade

A importância da floresta indígena e exótica no desenvolvimento económico e social de Angola: situação actual e potencialidades

instalada é estimada em 600 -700m<sup>3</sup>/dia, ou seja, 100.000 – 150.000m<sup>3</sup>/ano. Algumas unidades encontram-se completamente inoperantes, enquanto outras apresentam equipamento fabril e de movimentação em estado obsoleto. A maior parte das unidades industriais de madeira era propriedade do estado. Com o processo de redimensionamento empresarial, passaram para o sector privado. Das 104 serrações e unidades de transformação da madeira registadas até 1992, 27 pertenciam ao MINAGRI e as restantes a outros sectores estatais e privados. Em 2010 estavam operacionais cerca de 20 unidades em todo o País, incluídas as recém-instaladas (MINADERP, 2010).

- **Crescimento da procura de produtos florestais**

Existe um rápido crescimento da procura local e internacional para produtos florestais que pode impulsionar esquemas de plantações florestais de larga escala, fomento e auto-plantação de espécies comerciais tanto indígenas como exóticas cuja exploração e venda pode elevar o nível de vida das populações ( MINADERP P.9, 2010)

- **Facilidades crescentes de mercados de produtos florestais**

O crescimento de mercados lucrativos sobretudo na Ásia, para produtos florestais tais como madeira e postes de construção de *pinho*, *casuarina* e *eucaliptos* incluindo carvão, é já uma oportunidade a ter em conta. Desenvolvendo plantações florestais destas espécies em bases sustentáveis nas regiões com boas quedas pluviométricas e terras húmidas pode ser negocio bastante lucrativo a médio e longo prazos.

- **O novo quadro legal para o sector florestal**

A Política Nacional e a estratégia de desenvolvimento de florestas, Fauna Selvagem Áreas de Conservação<sup>3</sup>, estabelecem a visão de longo prazo, os objectivos e as estratégias a adoptar para o desenvolvimento do sector florestal e uso sustentável e a conservação dos recursos florestais de Angola. A finalidade do novo quadro legal é de promover a contribuição do sector para o desenvolvimento sustentável do País, através da preservação,

---

<sup>3</sup> Diário da República I Série - N.º 8, 14 de Janeiro de 2010

conservação, desenvolvimento e utilização racional das florestas, fauna selvagem e áreas de conservação, para benefício das gerações presentes e futuras.

- **Pesquisa de Campo**

Efectuamos uma pesquisa de campo (ficha de inquérito em anexo) numa amostra de 79 pessoas de várias profissões / ocupações em 10 províncias (Luanda, Huambo, Huila, Benguela, Cabinda, Bengo, Bie, Cunene, Kwanza Sul e Moxico):

<b>Profissões/Ocupações</b>	<b>Frequências</b>	<b>%</b>
Funcionário Publico	8	10,1
Empresário	11	13,9
Docente	8	10,1
Estudante	8	10,1
Agrónomo	9	11,4
Economista	13	16,5
Engenheiro Civil	9	11,4
Jornalista	6	7,6
Jurista	7	8,9
<b>Total</b>	<b>79</b>	<b>100,0</b>

O maior número de pessoas entrevistadas são economistas que representa 16,6% do total e o menor número é constituído por jornalistas que representa somente 7,6% igualmente do total.

- **Situação Actual do Sector (Segundo as Respostas dos Entrevistados)**

Num total de 79 inquiridos 92,4% considera que a situação actual das florestas é má, 5,1% considera aceitável e somente 2,5% considera boa.

A importância da floresta indígena e exótica no desenvolvimento económico e social de Angola: situação actual e potencialidades

Situação Actual	Frequências	%
Boa	2	2,5
Má	73	92,4
Aceitável	4	5,1
Total	79	100,0

• **Análise das Variáveis, de acordo as respostas dos Inquiridos**

Variáveis	Resposta dos Inquiridos		%	
	Sim	Não	Sim	Não
Baixos Investimentos	71	8	90%	10%
Políticas Desajustadas	66	13	84%	16%
Potencialidades	77	2	97%	3%
Taxa de Juro	75	4	95%	5%
Seguro florestal	69	10	87%	13%
Incentivos fiscais	71	8	90%	10%
Subvenção dos títulos da Terra	69	10	87%	13%
Preços Garantidos	65	14	82%	18%

Do total das entrevistas realizadas 90% afirmam que a baixa produção florestal resulta de baixos investimentos realizados no sector e 84% considera que as políticas do sector são desajustadas contexto actual socioeconómico e igualmente contribui para o baixa produção.

Quanto as potencialidades da Angola na produção florestal 97% dos nossos entrevistados responderam positivamente.

Que incentivos institucionais a conceder aos produtores florestais, 95% responderam que é necessário a bonificação das taxas de juros e prazos de reembolsos longos, 87%, considera que é necessário a implementação do seguro florestal como forma de mitigação dos riscos, ainda 90% considera que é necessário a implementação de um regime especial fiscal, 87% considera ainda que é necessário a subvenção dos títulos/licenças de concessão e 82% afirma ainda é necessário a implementação de uma política de preços mínimos.

- **Análise de Investimento**

Partimos do pressuposto real económico tendo como base a taxa de juro de 8% ao ano e o investidor detentor da terra. Demonstrativamente vem:

Ano	Descrição da Acção	Despesa	Receita	Valores em USD	
				RL	RL actual
0	Custo Completo de plantação de 1 ha de eucalipto	16.150,00		-	(16.150,00)
1	Mão de Obra com Manutenção no ano 1	750,00		-	(694,44)
2	Mão de Obra com Manutenção no ano 2	550,00		-	(471,54)
3	Mão de Obra com Manutenção no ano 3	450,00		-	(357,22)
7	Primeiro Corte		45.000,00	45.000,00	26.257,07
14	Segundo Corte		140.000,00	140.000,00	47.664,55
21	Terceira Corte		285.000,00	285.000,00	56.616,89
				<b>VAL de um ciclo=</b>	<b>112.865,30</b>
Taxa de juro anual 0.08				<b>VAL infinitos ciclos</b>	<b>140.844,96</b>

Por hectare o produtor obtém um resultado líquido de USD 112.865,30 em cada ciclo.



A importância da floresta indígena e exótica no desenvolvimento económico e social de Angola: situação actual e potencialidades

### **3. Conclusões/Recomendações**

As florestas não são apenas eficientes unidades produtoras de matéria-prima. O contexto no qual se inserem e os seus benefícios em resposta às condições locais serão diferentes em função dos objectivos propostos. De uma forma geral chegamos as seguintes conclusões:

- a) Dada a especificidade da produção florestal ser de médio e longo prazo as políticas de financiamentos (taxas de Juros e prazos de reembolsos) dessa área devem ser diferenciadas em relação as produções de curto prazo por exemplo a produção hortícola. Estamos as nos referir justamente nas questões que envolvem a plantações florestais para fins industrias e não somente o processo de “corte” de floresta indígena.
- b) Sendo ainda o processo de exploração florestal as formas de licenciamentos deveriam ser diferenciadas, isto é, deve ser diminutas as licenças anuais de exploração indígena e passar a licenças plurianuais (concessões) para os produtores (plantadores) florestais.
- c) Qualquer investimento pressupõe riscos, mas sendo a área de silvicultura ter multiplicidades de benefícios, isto é, desde os ambientais, aos económicos os órgãos que regem a política devem instituir incentivos que minimizem os riscos aos investidores. De entre as várias políticas destacamos a institucionalização do seguro florestal ou agrícola, a fixação de preços mínimos de produtos florestais um regime fiscal especial para as empresas que dediquem exclusivamente a exploração florestal (plantação e comercialização).

#### 4. Anexos – Ficha de Inquérito

##### Ficha de Recolha de Dados

**Esta ficha destina-se ao grupo alvo geral (funcionários públicos, empresários, professores, estudantes, economistas, etc)**

Confidencialidade: Estas informações destinam-se, exclusivamente, à realização de um trabalho científico não sendo referido a sua proveniência.

Instruções: Assinale com X em resposta corresponde. Em caso de Comentário seja breve e conciso. Depois de preencher devolva para o e-mail: [uzji@hotmail.com](mailto:uzji@hotmail.com) ou nos contacte por +244923383835 para podermos apanhar.

##### Identificação

Funcionário Público       Empresário       Docente/Professor

Estudante       Engenheiro Agrônomo       Economista

Engenheiro Civil       Jornalista       Jurista

Outra  Especifique: \_\_\_\_\_

Faixa etária: 0 ate 25 anos       26 a 35 anos       36 a 45 anos   
46 a 55 anos       56 a 65 anos       + de 65 anos

##### 1. Situação actual da produção florestal em Angola

1.1. Boa

1.2. Má

1.2.1 Quais as Causas?

A importância da floresta indígena e exótica no desenvolvimento económico e social de Angola: situação actual e potencialidades

a) Baixos investimentos no sector?

b) Políticas desajustadas?

c) Outras ?  Enumere:

1.3. Aceitável

**2. Angola tem potencialidades para a produção sustentável de florestas/**

**Madeira e outros derivados?**

Sim  Aponte-as:

Não  Justifique:

**3. Que políticas/ incentivos institucionais devem ter os produtores florestais**

**(Silvicultores) ?**

3.1. Taxas de Juros bonificadas

3.2. Seguro Agrícola (florestal)

3.3. Incentivos fiscais

3.4. Subvenção dos títulos de concessão de terra

3.5. Preços dos produtos florestais garantidos:

3.6. Outras:  Enumere:

Data: \_\_\_\_\_ Localidade: \_\_\_\_\_

Assinatura ( Facultativa): \_\_\_\_\_

## **Bibliografia**

Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola, Relatório Económico de Angola, 2009.

INE – Inquérito integrado sobre o bem estar da população (IBEP) 2008-2009, Agosto de 2010.

Lei de Base do Desenvolvimento Agrário – Lei n.º 15/05, de 7 de Dezembro.

Lei das Terras – Lei n.º 9/04, de 9 de Novembro.

MINADERP – Política Nacional e Estratégia de desenvolvimento de florestas fauna Selvagem e áreas de Conservação, documento de discussão. Disponível em [www.fao.org/forestry/](http://www.fao.org/forestry/) (acedido em Agosto de 2011).

MINADERP – Perfil Florestal de Angola, 2011.

MINADERP – Actualização sobre o sector florestal em Angola, Maio 2010.

MINADERP – Proposta de Estratégia Nacional de povoamento e repovoamento florestal, 2010.

Pinheiro, António Cipriano Afonso, *Análise Económica do Investimento Florestal no Huambo*, 1972.

PNUD – Relatório do Desenvolvimento Humano 2006, *A água para lá da escassez: poder, pobreza, e a crise Mundial da água*, 2006.

PNUD – Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2010.

## Interdependência dos preços de feijão-vulgar entre cinco dos principais mercados em Moçambique

Estevão Silvestre Cambindja Chaves<sup>1</sup>

Erly Cardoso Teixeira<sup>2</sup>

Leonardo Bornacki de Mattos<sup>3</sup>

Cynthia Donovan<sup>4</sup>

### Resumo

A precariedade das rodovias, distância e a informalidade das transações afetam a integração dos mercados do feijão-vulgar em Moçambique. A desorganização da cadeia comercial do feijão-vulgar somada às deficiências da infraestrutura de comercialização gera diferencial de preços entre os mercados regionais. O presente trabalho teve como objetivo analisar a integração de preços entre os mercados varejistas e o sentido de transmissão entre as cinco capitais provinciais, Tete, Maputo, Nampula, Maxixe e Lichinga, no período de janeiro de 2005 a janeiro de 2011.

Os resultados da função impulso-resposta e da decomposição da variância dos erros de previsão indicam que o mercado de Tete, tem o maior poder de explicação sobre os preços de feijão-vulgar dos mercados de Nampula, Maputo, Maxixe e Lichinga, liderando significativamente as variações nos preços de feijão-vulgar no curto prazo.

Dada a importância dos preços do feijão-vulgar do mercado de Tete na determinação dos preços dos demais mercados, conclui-se que o mercado de

---

<sup>1</sup> Msc em Economia Aplicada, Departamento de Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa, [estevaochaves@yahoo.com.br](mailto:estevaochaves@yahoo.com.br).

<sup>2</sup> Ph. D Professor Titular, Departamento de Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa, [teixeira@ufv.br](mailto:teixeira@ufv.br).

<sup>3</sup> D.S. em Economia Aplicada, Professor Adjunto do Departamento de Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa, [lbratto@ufv.br](mailto:lbratto@ufv.br).

<sup>4</sup> Ph. D. Michigan State University, Department of Agricultural, Food and Resource Economics, [donovanc@anr.msu.edu](mailto:donovanc@anr.msu.edu).

Estevão Cambindja Chaves, Erly Cardoso Teixeira, Leonardo Bornacki de Mattos e Cynthia Donovan

Tete é formador de preços, enquanto que os mercados de Nampula, Maputo, Maxixe e Lichinga podem ser considerados como tomadores de preços.

**Palavras-chave**

Preços, Feijão-Vulgar, Transmissão

**Abstract**

Poor road conditions, distance and informal commerce affect market integration in Mozambique. Disorganized commercial chain of common bean and inappropriate marketing infrastructure generate price differential among regional markets far beyond the cost of transport. The present work aims at analyzing the integration of prices between retail markets and the sense of transmission between the five capital of province, Tete, Maputo, Nampula, Maxixe and Lichinga, in the period between January 2005 and January 2011.

The results of the impulse-response and the decomposition of errors of prevision indicate that the market in Tete holds the biggest power of explanation about the prices of the common bean in the markets in Nampula, Maputo, Maxixe and Lichinga, leading significantly thhe price variations of the common bean in a short term.

Given the importance of the prices of the common bean in the market of Tete in determining prices in the other markets, it is been concluded that Tete market is the price maker, while Nampula, Maputo, Maxixe and Lichinga markets can be considered price takers.

**Keywords**

Price, Common Bean, Transmission

**1. Introdução**

A precariedade das rodovias a distância e a informalidade das transações afetam a integração dos mercados em Moçambique. A desorganização da cadeia comercial do feijão-vulgar somada às deficiências da infraestrutura de comercialização, geram diferencial de preços entre os mercados regionais. Não existem relatos de estudos sobre integração entre os mercados de feijão-vulgar em Moçambique.

## Interdependência dos preços de feijão-vulgar entre cinco dos principais mercados em Moçambique

O comércio do feijão-vulgar<sup>5</sup> (*Phaseolus vulgaris L.*) é generalizado, sendo a leguminosa de grão mais relevante na África Oriental, Central e Austral, tanto em termos de área cultivada como de quantidade produzida e consumida.

Situado na costa oriental da África Austral, Moçambique, país-membro da União Africana, é dividido em 11 províncias, que se subdividem em 128 distritos, os quais por sua vez, se dividem em 394 pontos administrativos e, estes, em 1.042 localidades, que é o nível mais baixo da administração local do Estado.

Em Moçambique um dos alimentos mais produzido, consumido, comercializado, além de grande gerador de renda para as famílias rurais, e não só, é o feijão-vulgar. É um mercado multidimensional estendendo-se praticamente por todo o país, caracterizando-se aproximadamente de um mercado de concorrência perfeita.

Segundo dados do Trabalho de Inquérito Agrícola (TIA, 2002; TIA, 2008)<sup>6</sup>, estima-se que entre 2000 e 2008, a produção dessa leguminosa cresceu na ordem de 29%, notando-se nos principais mercados de Moçambique que a maior parcela demandada é de produção local.

Os dados do TIA<sup>7</sup> mostram que a exploração<sup>8</sup> do feijão-vulgar em Moçambique, no período de 2002 a 2008, cresceu 37,6%. O volume comercializado pelos produtores cresceu 67%, passando de 10.780 para 18.009 toneladas, de 2002 a 2008. Em 2008, a produção nacional dessa leguminosa atingiu 46.036 toneladas, sendo que a província de Tete contribuiu com 42%.

Apesar de essa ser uma realidade visível, pode-se verificar ainda em Moçambique problemas sérios inerentes a países em vias de desenvolvimento. Basicamente esses problemas vão desde as técnicas rudimentares de produção, altos custos de produção pelo fato da maioria dos insumos agrícolas serem importados, insuficientes infraestruturas de comercialização, precariedade das vias de acesso, falta de recursos financeiros para a realização de atividades agrícolas comerciais, o baixo nível educacional dos agentes envolvidos na cadeia e baixo nível tecnológico

---

<sup>5</sup> Existem vários tipos de feijão-vulgar, que se diferenciam pela forma, cor e tamanho. No caso do mercado Moçambicano, é comum chamar todos esses tipos de feijão manteiga. Outros estudos distinguem dois tipos: feijão manteiga e feijão encarnado.

<sup>6</sup> TIA = Trabalho de Inquérito Agrícola 2002 a 2008.

<sup>7</sup> TIA = Trabalho de Inquérito Agrícola. Os últimos inquéritos foram realizados em 2002, 2003, 2005, 2006, 2007 e 2008.

<sup>8</sup> Exploração agrícola, pecuária ou agropecuária, é uma unidade econômica independente (Manual do Inquiridor do TIA, 2008).

Estevão Cambindja Chaves, Eryl Cardoso Teixeira, Leonardo Bornacki de Mattos e Cynthia Donovan

na produção. Estes problemas acarretam outros secundários, dentre os quais uma escala reduzida de operação dos comerciantes, reduzido acesso dos produtores a informações inerentes á cadeia, elevando assim os custos de comercialização, trazendo impactos negativos tanto para produtores, comerciantes quanto para consumidores do país e dificuldades no transporte dos produtos (MOÇAMBIQUE, 1998).

Algumas reformas políticas dentro e fora do setor agrícola têm impulsionado importantes mudanças estruturais na economia agrícola moçambicana. Uma dessas é o fomento da produção que cresceu de 2000 a 2008, trazendo benefício para produtores e comerciantes especificamente o aumento da renda das famílias (MOÇAMBIQUE, 1998).

Assim o objectivo deste trabalho foi analisar a existência de integração entre os mercados do feijão-vulgar e seu sentido de transmissão de preços nas cidades capitais das províncias de Maputo, Maxixe, Tete, Nampula e Lichinga e verificar em que sentido se dá a transmissão dos preços, no período de janeiro de 2005 a janeiro de 2011.



Figura 1 – Mapa de Moçambique com destaque nos mercados considerados em análise.

Fonte: Tostão et al (2004).



## Interdependência dos preços de feijão-vulgar entre cinco dos principais mercados em Mocambique

Alguns estudos sobre integração foram desenvolvidos em Moçambique, mas não voltados para o mercado de feijão-vulgar, que é de interesse neste trabalho, uma vez que se trata de um alimento de extrema importância para a população, além do seu elevado valor econômico para as famílias rurais. Dentre estes estudos destacam-se os trabalhos de Donovan (1996) e Abdula (2001), focalizados na análise de correlação de preços de milho. Já em 2005, Abdula realizou algumas análises com a mesma cultura observando a integração do mercado do milho em Moçambique. Ainda na vertente de mensuração de integração no mercado do milho em Moçambique, Alemu e Bicuana (2006), também desenvolveram alguns estudos.

Com base numa análise de preços de feijão-vulgar ao varejo que vigoraram no período de janeiro de 2005 a janeiro de 2011 nos mercados das cidades capitais das províncias de Tete, Nampula, Maputo, Maxixe e Lichinga, pretende-se responder às seguintes questões: Existe integração entre os preços do feijão-vulgar no mercado Moçambicano? Em que sentido se dá a transmissão de preços no mercado desse feijão em Moçambique? Quais as regiões são formadoras de preços: Norte e Centro, produtoras ou a região Sul, aonde se encontra o maior mercado consumidor? O período em análise foi determinado em função à disponibilidade da série de dados.

## 2. Referencial teórico

A base teórica para esta análise, é fundamentada na Lei do Preço Único, Arbitragem Espacial e Integração dos Mercados.

A Lei do Preço Único estabelece que para um produto simples e homogêneo, admitindo-se que não existam custos de transporte ou outras formas de barreiras comerciais, os preços em dois mercados diferentes, expressos em uma moeda comum tendem a caminhar juntos (Ardeni, 1989).

De acordo com Lima e Burnquist (1997), a LPU expressa uma relação de equilíbrio de longo prazo entre os preços estabelecidos em dois ou mais mercados distintos. Cada variação no preço em um mercado está associada a uma variação no preço de equilíbrio nos demais mercados relacionados. Essa relação matemática que caracteriza a LPU pode ser assim expressa:

$$P_{it} = \alpha + \beta P_{jt} + \mu_t \quad (1)$$

em que:

$P_{it}$  e  $P_{jt}$  são preços de determinada commodity nos mercados de duas regiões  $i$  e  $j$ , para um dado período de tempo  $t$ ;  $\alpha$  é uma constante (ou intercepto) e o coeficiente  $\beta$  é a elasticidade de transmissão de preço entre essas regiões consideradas, não analisada no presente trabalho.

A Arbitragem Espacial é o ato de se comprar mercadoria em determinado local, tempo ou forma em que o preço seja mais barato e vendê-la em outro local onde esta seja mais cara após compensados os custos de transferência. Matematicamente isto pode ser representado por:

$$p_j - p_i \leq r_{ij} \quad (2)$$

em que  $p_j$  representa o preço do produto no local  $j$ ;  $p_i$ , preço do produto no local  $i$ ;  $r_{ij}$ ; custo de transporte de mercadoria do local  $i$  para o local  $j$ .

A Integração de Mercados está ligada grau em que choques de preços tendem a ser transmitidos entre distintos mercados. Assim, muitas vezes mercados separados espacialmente estão integrados nas questões que dizem respeito aos preços (Goodwin, 2006).

Goodwin e Pigot (2001) também definiram integração de mercados como sendo o processo pelo qual os choques são transmitidos entre localidades distintas.

Segundo Zahniser (2005), integração de mercados é a extensão na qual determinados mercados, anteriormente separados, combinam-se formando um só.

A fazer a suposição de um choque hipotético,  $\varepsilon_A$ , que muda o excesso de demanda para um produto na região A, mas não na região B, tem-se que a razão de transmissão de preços,  $R_{AB}$ , associada a este choque é dada por:

$$R_{AB} = \left[ \frac{\delta P_B}{\delta \varepsilon_A} \right] / \left[ \frac{\delta P_A}{\delta \varepsilon_A} \right] \quad (3)$$

em que o denominador representa a variação infinitesimal do choque econômico que altera o preço do produto na região A, enquanto o numerador representa a variação infinitesimal do choque econômico que provoca mudança no preço da região B.

A relação  $R_{AB}$  representa uma medida de integração dos mercados. Caso  $R_{AB} = 1$ , haverá integração perfeita de mercados.

### 3. Metodologia

Os testes usados para alcançar os objetivos preconizados encontra-se descritos nos títulos a seguir: teste de Raiz Unitária, Teste de Interdependência das Variáveis, usando-se o modelo Auto-Regressivo (VAR). Também foi feito o Teste de Causalidade de Granger, Teste de Autocorrelação e Estabilidade do VAR, finalizando com uma análise de Impulso-Resposta e Decomposição da Variância dos Erros de Previsão.

#### 3.1. Teste de Dickey-Fuller

Este teste é usado para verificar a estacionariedade (ou não estacionariedade) das séries, que é a primeira etapa de análise das séries temporais.

Dentro da natureza de um segmento de raiz unitária, um processo de passeio aleatório pode não ter deslocamento ou pode ter deslocamento ou pode ter tendências tanto determinísticas quanto estocásticas. Para levar em conta as várias possibilidades, o teste Dickey-Fuller é estimado de três maneiras diversas, isto é, sob três diferentes hipóteses nulas (Gujarati 2006).

$$\Delta\gamma_t = \delta\gamma_{t-1} + \varepsilon_t, \text{ ou} \quad (4)$$

$$\Delta\gamma_t = \beta_1 + \delta\gamma_{t-1} + \varepsilon_t \text{ ou} \quad (5)$$

$$\Delta\gamma_t = \beta_1 + \beta_2 t + \delta\gamma_{t-1} + \varepsilon_t \quad (6)$$

em que  $\delta = \rho - 1$ ;  $t$  é o tempo ou a variável de tendência e  $\Delta$  é o operador de defasagens.

Em cada um dos casos considera-se a hipótese nula  $\delta = 0$ , isto é, há raiz unitária, então a série temporal é não estacionária,  $H_0: \delta = 0$  ( $\rho = 1$ ). A hipótese alternativa é que  $\delta$  é menor que zero, isto é, a série temporal é estacionária  $H_1: \delta < 0$ .

#### 3.2. Identificação e Estimação do Modelo VAR

Madalla (2003) definiu o modelo VAR como sendo uma generalização multivariada das séries temporais de um modelo autorregressivo (AR), que permite considerar a interdependência entre as várias séries analisadas. Significa dizer que, o modelo VAR descreve o comportamento de determinado sistema, mensurando os

Estevão Cambindja Chaves, Erly Cardoso Teixeira, Leonardo Bornacki de Mattos e Cynthia Donovan

modelos multivariados ou autorregressivos, que envolve a interdependência entre um conjunto de variáveis ou séries relevantes.

Existe uma forma-padrão do VAR também designada por primitiva, postulada por Enders (1995), como se observa nas equações seguintes para o caso de um modelo com duas séries:

$$\gamma_t = a_{10} + a_{11}\gamma_{t-1} + a_{12}Z_{t-1} + \varepsilon_{1t} \quad (7)$$

$$Z_t = a_{20} + a_{21}\gamma_{t-1} + a_{22}Z_{t-1} + \varepsilon_{2t} \quad (8)$$

em que  $\gamma_t = (\gamma_{1t}, \dots, \gamma_{kt})$  é um vetor de  $k$  variáveis endógenas,  $a_{10}$  é um vetor de termos independentes,  $a_{11}, \dots, a_{1z}$  são matrizes dos coeficientes e  $\varepsilon_t = (\varepsilon_{1t}, \dots, \varepsilon_{kt})$  termos de erro.

A sequência  $\gamma_t$  é afetada pelo seu passado e pela sequência  $Z_t$  e vice-versa.

Analisando as equações (7) e (8) pode-se generalizar o modelo VAR de ordem  $p$ , de acordo com a forma matricial:

$$y_t = \delta + \varphi_1\gamma_{t-1} + \varphi_2\gamma_{t-2} + \varphi_p\gamma_{t-p} + \varepsilon_t \quad (9)$$

em que:

$$Y_t = \begin{bmatrix} Y_{1t} \\ Z_{2t} \\ Y_{kt} \end{bmatrix}; \quad \delta = \begin{bmatrix} \alpha_{10} \\ \alpha_{20} \\ \alpha_{k0} \end{bmatrix}; \quad \varphi_i = \begin{bmatrix} \Phi_{1,1,p} & \dots & \Phi_{1,k,p} \\ \dots & \dots & \dots \\ \Phi_{k,1,p} & \dots & \Phi_{k,k,p} \end{bmatrix}; \quad \varepsilon_t = \begin{bmatrix} \varepsilon_{1t} \\ \varepsilon_{2t} \\ \varepsilon_{kt} \end{bmatrix}$$

### 3.3. Teste de Causalidade de Granger

Os procedimentos de Granger para analisar a possível existência de causalidade entre duas variáveis X e Y consistem em determinar que parte dos valores atuais da variável Y pode ser explicada a partir dos valores defasados de X.

Granger (1969) trabalha a estrutura do conceito de causalidade com base em três premissas principais:

- As variáveis testadas resultam de processos estocásticos
- As variáveis são estacionárias
- O futuro não pode causar o passado nem o presente

Interdependência dos preços de feijão-vulgar entre cinco dos principais mercados em Mocambique

Na sua abordagem, Granger propõe a estimação das seguintes equações:

$$X_t = \alpha_0 + \alpha_{X1}X_{t-1} + \dots + \alpha_{XL}X_{t-L} + \beta_{YL}Y_{t-L} + \dots + \beta_{YL}Y_{t-L} + \mu_t \quad (10)$$

$$Y_t = \alpha_0 + \alpha_{Y1}Y_{t-1} + \dots + \alpha_{YL}Y_{t-L} + \beta_{XL}X_{t-1} + \dots + \beta_{XL}X_{t-L} + \varepsilon_t \quad (11)$$

em que  $L$  é o número de defasagens, e  $\varepsilon_t$  e  $\mu_t$  são os termos de erro não correlacionados.

Segundo Granger (1969) e Gujarati (2006) a partir dessa estimação encontraram-se quatro casos: Causalidade unilateral de Y para X, Causalidade unilateral de X para Y, Bicausalidade ou simultaneidade e Independência das variáveis.

#### **3.4. Função Impulso-Resposta (FIR) e Análise da Decomposição da Variância (ADV)**

A Função Impulso Respostas (FIR) é uma ferramenta poderosa na análise dos modelos de Vetores Autorregressivos (VAR), e para medir o grau de integração de um mercado. Por meio dela pode-se fazer uma avaliação do comportamento individual das variáveis incluídas no VAR, em resposta a um choque a outra variável do modelo (*ceteris paribus*) ao longo do tempo. Pode-se ainda através deste instrumental, analisar o intervalo de tempo necessário para que os efeitos de determinado choque se dissipem, descrevendo assim sua trajetória inicial de longo prazo caso o sistema seja estável (Enders, 1995).

A análise da Decomposição da Variância dos erros de previsão (ADV) também é um procedimento originário dos Vetores Autorregressivos (VAR), utilizado para descrever a dinâmica no sistema na abordagem VAR. A partir da ADV é possível obter informações sobre a importância relativa de cada inovação sobre as variáveis do sistema. Permite esclarecer os níveis dos movimentos gerados em uma variável em detrimento da ocorrência de determinado choque exógeno em si mesmo e nas demais variáveis ao longo do tempo. Esse tipo de análise permite saber o grau de importância de dada variável nas alterações dos preços de outra variável do modelo VAR.

#### **3.5. Fonte de Dados**

Para concretização deste trabalho utilizaram-se cinco séries de preços ao varejo de feijão-vulgar dos principais mercados informais das cidades capitais de Lichinga,

Estevão Cambindja Chaves, Eryl Cardoso Teixeira, Leonardo Bornacki de Mattos e Cynthia Donovan

Nampula, Tete, Maxixe e Maputo com periodicidade semanal de janeiro de 2005 a janeiro de 2011.

Os dados para análise foram obtidos diretamente do SIMA, ligado ao Ministério da Agricultura de Moçambique. Os preços encontram-se expressos em moeda nacional (Meticais). O software utilizado para analisar os dados foi: *Econometrique Views 7 (E-VIEWS 7)*, por adequar-se ao tipo de análise em questão.

As séries foram logaritimizadas, passando a ser assim designadas:

LPLCH: preços semanais logaritimizados do feijão-vulgar no varejo, referentes á cidade de Lixinga.

LPMAX: preços semanais logaritimizados do feijão-vulgar no varejo, referentes á cidade de Maxixe.

LPTET: preços semanais logaritimizados do feijão-vulgar no varejo, referentes á cidade de Tete.

LPNAM: preços semanais logaritimizados do feijão-vulgar no varejo, referentes á cidade de Nampula.

LPMPPT: preços semanais logaritimizados do feijão-vulgar no varejo, referente á cidade de Maputo.

#### **4. Resultados e Discussão**

Após a análise dos resultados do teste (ADF), verificou-se que a hipótese nula de que a série tem raiz unitária foi rejeitada, ou seja, estas séries são estacionárias em nível, a 5% de significância, conforme se pode notar na Tabela 1, respectivamente, para equações com constante e com tendência, seguindo assim o procedimento sequencial proposto por Doldado *et al.* (1990). Enders (1995) sugere que um nível elevado de (1% ou 5%), torna o teste mais potente.

Para análise do número de defasagens a serem incluídas no modelo (VAR), optou-se por se empregar os critérios de informação de Akaike (AIC), Schwartz (SC) e Hannan-Quin (HQ).

O critério de AIC apontou a inclusão de duas defasagens na modelagem das séries enquanto que os critérios de SC e HQ indicaram uma defasagem para

Interdependência dos preços de feijão-vulgar entre cinco dos principais mercados em Mocambique

o modelo. Dada a divergência optou-se pelo critério de SC baseando-se nas recomendações de Lutkpohl (1993) e Enders (1995), que consideram o critério de SC sendo mais parcimonioso se comparado ao critério de AIC e HQ.

Tabela 1 – Resultado do teste ADF, para o logaritmo de séries semanais de preços de feijão-vulgar, nos mercados de Tete, Nampula, Maputo, Lichinga, e Maxixe, janeiro de 2005 a janeiro de 2011. Preços de feijão-vulgar em Lichinga (PLCH); Preço de feijão-vulgar em Maxixe (PMAX); Preço de feijão-vulgar em Tete (PTET); Preço de feijão-vulgar em Nampula (PNAM), Preço de feijão-vulgar em Maputo (PMAP), logaritimizados

Serie	Resultados			Conclusão
	Defasagens	Estatística $\tau$	Probabilidade	
LPTET	1	-3,82**	0,0165	I(0)
LPNAM	1	-3,55**	0,0353	I(0)
LPMAP	0	-3,57**	0,0335	I(0)
LPMAX	1	-4,02**	0,0089	I(0)
LPLCH	0	-5,04**	0,0002	I(0)

I: ordem de integração.

Nota: (\*\*) indicam rejeição da hipótese nula de presença de raiz unitária a 5% de significância.

A especificação do teste foi feita com um modelo com tendência. Tal escolha foi feita baseando-se nos resultados obtidos dos testes de raiz unitária.

Estimado o modelo VAR (1) foi realizado o teste Multiplicador de Lagrange (LM), pelo qual foi possível observar a presença de autocorrelação serial nos resíduos do modelo VAR. O teste (LM) tem como hipótese nula, ausência de autocorrelação nos resíduos. Com quatro defasagens a hipótese nula não foi rejeitada, o que significa que os resíduos não são autocorrelacionados. Podem-se observar os resultados do teste de autocorrelação dos resíduos por Multiplicador de Lagrange na Tabela 2.

Estevão Cambindja Chaves, Eryl Cardoso Teixeira, Leonardo Bornacki de Mattos e Cynthia Donovan

Tabela 2 – Teste multiplicador de Lagrange (LM) para detecção de autocorrelação nos resíduos do modelo VAR (4), janeiro de 2005 a janeiro de 2011

<i>Defasagens</i>	<i>Estatística LM</i>	<i>Probabilidade</i>
1	21,92	0,64
2	28,18	0,29
3	32,76	0,13
4	17,89	0,84
5	30,20	0,21
6	33,60	0,11
7	19,32	0,78
8	22,22	0,62
9	18,83	0,80
10	31,92	0,16
11	29,10	0,25
12	26,06	0,40

Nota: Hipótese nula:  $H_0$  = ausência de autocorrelação serial; e Hipótese alternativa  $H_1$  = presença de autocorrelação serial.

Seguidamente fez-se uma análise dos resultados do teste de causalidade de Granger usando o modelo VAR (4).

Este teste permite verificar qual a relação de causalidade ou precedência temporal entre os preços nos distintos mercados, isto é, por exemplo, se os preços de feijão-vulgar passados no mercado de Maputo ajudam a prever os preços presentes de feijão-vulgar no mercado de Nampula.

Todas as relações causais observadas foram unidirecionais, os preços de feijão-vulgar em Tete não sofreram o efeito de causalidade de Granger de nenhum outro mercado em estudo. Realça-se aqui que o teste de causalidade de Granger não implica uma relação de causa-efeito, mas sim a existência de uma precedência temporal.



## Interdependência dos preços de feijão-vulgar entre cinco dos principais mercados em Mocambique

Constatou-se a existência de uma relação causal unidirecional do preço de feijão-vulgar da cidade de Maputo para Lichinga, sendo Maputo o maior centro consumidor da Região Sul, demandando parte da produção de feijão-vulgar vindas de Lichinga, (LPLMAP → LPLCH).

Pode-se observar que Tete causa efeito, no sentido de Granger, nos preços da maioria das cidades, com exceção de Lichinga considerada como cidade produtora de feijão-vulgar da região Norte. Tete sendo considerado como maior produtor de feijão-vulgar da região central de Moçambique, causa efeito direto sobre os preços de Maputo, considerado como maior mercado consumidor da região Sul, trocas comerciais entre estas duas regiões são muito frequentes (LPTET → LPMAP). Os efeitos de causalidade de Tete ainda são notórios nos preços das cidades de Maxixe, que se situa na região Sul do país (LPTET → LPMAX), Maputo também causa o efeito no sentido de Granger, para os preços de feijão-vulgar em Maxixe (LPMAP → LPMAX). Tete causa efeito no sentido de Granger nos preços de feijão-vulgar na cidade de Nampula, considerado grande centro de consumo e comercialização da região Norte de Moçambique (LPTET → LPNAM), em termos económicos os preços de Tete defasados explicam os preços futuros de Nampula.

Foi feita a análise instrumental impulso-resposta, que tem por objectivo visualizar a resposta dos preços de determinada região ao longo do tempo, a um choque sobre um dos preços do modelo. Caso haja correlação no tempo entre duas variáveis que significa uma relação estável entre ambas, espera-se que uma das variáveis ao receber um choque, este se propague sobre a outra variável, demonstrando assim o grau de integração.

Admitindo-se que os erros são ortogonalizados pela decomposição de Cholesky, o ordenamento das variáveis possui grande relevância para a análise da função impulso-resposta. Para verificar qual a melhor ordem para as variáveis no VAR, um procedimento comum nos estudos económicos é a aplicação do teste de precedência temporal de Granger (1969), ordenando as variáveis das mais exógenas para as mais endógenas. Este procedimento também foi adotado por (Hoggarth *et al.*, 2005).

Para o presente trabalho em função aos resultados do teste de precedência temporal de Granger (1969) as variáveis foram ordenadas na seguinte sequência: LPTET, LPNAM, LPMAP, LPMAX e LPLCH.

Posteriormente fez-se o teste de análise de Decomposição da Variância dos erros de Previsão (ADV).

A partir da ADV, é possível inferir qual proporção da variação de uma série pode ser explicada por ela mesma e por outras variáveis (ENDERS, 2004). O objetivo da decomposição da variância é observar qual a parcela que cada variável possui nos erros de previsão da variável dependente.

Esta abordagem tem grande importância visto que, a partir dela pode-se calcular em termos percentuais o quanto os preços de determinado mercado dependem dos demais mercados. Esta informação é de relevância para os tomadores de decisões em especial quando se pretende expandir determinado mercado, identificar regiões-chaves para propagação de políticas, como fortalecer os elos dentro da cadeia de feijão através da identificação de maiores oportunidades de produção e comercialização.

Os resultados das duas análises apontaram que o preço de feijão-vulgar em Tete, como maior centro de produção de feijão-vulgar no país, demonstrou maior eficiência na transmissão de informações aos preços dos demais mercados e nenhum destes determinou a variação dos preços em Tete. Foi confirmada a transmissão de preços de Tete, para Nampula, Maputo, Maxixe e Lichinga, com um impacto percentual muito expressivo, variando o período de duração do choque em cada mercado, o que certifica que a eficiência de transmissão varia de um mercado para outro.

Estes resultados condizem com a análise impulso-resposta, em que, as variáveis mais importantes para explicar a dinâmica de interdependência entre os mercados são em primeiro lugar os preços do feijão-vulgar em Tete seguidamente de Nampula, sendo os mercados de Maputo, Maxixe e Lichinga menos importantes na explicação do comportamento dos preços nos demais mercados.

O mercado de Tete sempre se mostrou como o maior determinante dos preços. Pelos resultados alcançados pode-se afirmar que a hipótese da existência de integração entre os mercados de feijão-vulgar de Tete, Maputo, Maxixe, Nampula e Lichinga foi confirmada. Sendo assim, pode-se aqui inferir que existe um mercado de feijão-vulgar integrado em Moçambique.

Pelo impacto que Tete tem sobre os demais mercados é de realçar que este mercado é principal determinante da integração entre os cinco mercados em estudo, mostrando assim sua grande importância para adoção de políticas em todo elo da cadeia do feijão-vulgar em Moçambique.

Por se confirmar a veracidade dos resultados fez-se análise da função impulso-resposta e decomposição histórica da variância dos erros de previsão, ordenando

## Interdependência dos preços de feijão-vulgar entre cinco dos principais mercados em Mocambique

de diferentes formas as variáveis, os resultados mostraram-se estáveis, reafirmando Tete como mercado determinante dos preços dos mercados de Nampula, Maputo, Maxixe e Lichinga.

De forma a se ter uma melhor visualização dos resultados da (ADV), faz-se a apresentação na Figura 2 do fluxograma das transmissões de preços de feijão-vulgar, entre os mercados em análise.

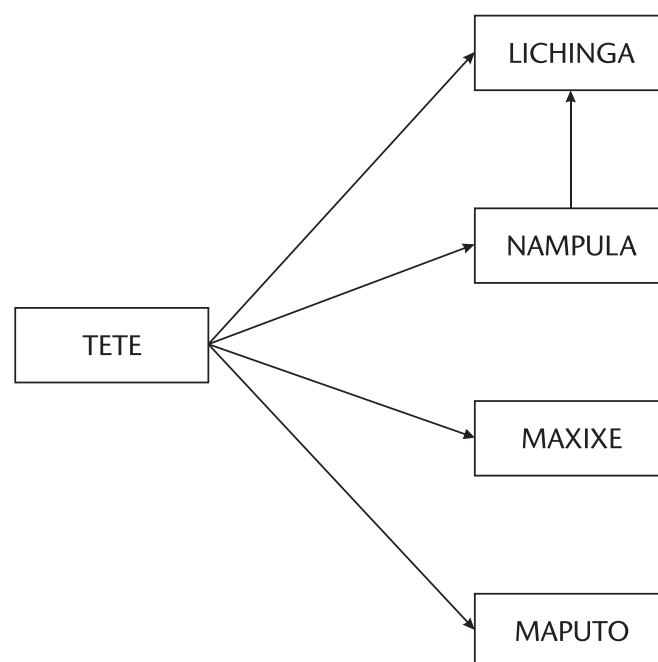


Figura 1 – Transmissão de preços de feijão-vulgar entre os mercados de Tete, Lichinga Nampula, Maputo e Maxixe, no período de janeiro de 2005 a janeiro de 2011

### 5. Conclusões

A produção e comercialização de feijão-vulgar em Moçambique têm experimentado um crescimento acentuado na última década. No presente trabalho testou-se a hipótese da existência de integração entre os mercados que comercializam feijão-vulgar em Moçambique e se Maputo, onde se situa o maior mercado demandante do país, tem importância na determinação dos preços de feijão-vulgar.

Estevão Cambindja Chaves, Erly Cardoso Teixeira, Leonardo Bornacki de Mattos e Cynthia Donovan

Com o propósito de se entender melhor a forma como os mercados de feijão-vulgar em Moçambique se inter-relacionam, objetivou-se primeiramente nesse trabalho, analisar a existência de integração entre os mercados do feijão-vulgar e o sentido de transmissão de preços nas cidades capitais das províncias de Tete, Nampula, Maputo, Maxixe, e Lichinga, no período de janeiro de 2005 a janeiro de 2011. Estes encontram-se distribuídos geograficamente em distintas regiões do país, no Sul (Maputo, Maxixe), no Centro (Tete), e no Norte (Lichinga, Nampula).

Para se alcançar os objetivos, a ferramenta utilizada foi o Modelo Auto Regressivo (VAR). Utilizaram-se dados semanais das variáveis preço de feijão-vulgar nos mercados citados.

Pelo teste de causalidade de Granger observou-se a existência de uma relação unidirecional causal dos preços de feijão-vulgar do mercado de Tete, que se encontra na região Centro do país, para a região Norte (Nampula), e para região Sul (Maputo e Maxixe). Também foi encontrada uma relação unidirecional causal dos preços de feijão-vulgar do mercado de Maputo para Maxixe e para Lichinga. O sentido de causalidade de preço encontrado se justifica em função à grande representatividade da região de Tete na produção nacional e a de Maputo na comercialização. Isto implica dizer que os preços passados nestas duas regiões afetam os preços presentes das regiões em causa.

Pela análise dos resultados da função impulso-resposta, e decomposição da variância dos erros de previsão, foi possível observar o descrito a seguir:

Na função impulso-resposta dos preços dos cinco mercados em análise, dando um choque em cada um dos mercados, verificaram-se comportamentos diferentes. Choques nos preços do mercado de Tete afetaram de forma significativa os mercados de Maputo, Maxixe, Nampula e Lichinga, levando estes aproximadamente 45 a 52 semanas para retornarem ao equilíbrio após o choque, sendo Tete, o principal responsável pela transmissão de informações aos preços dos demais mercados. Os preços em Tete se mostram de forma geral independentes dos demais.

A decomposição da variância dos erros de previsão demonstrou resultados semelhantes aos alcançados na função impulso-resposta.

Sendo o mercado de Tete, que maior importância teve na determinação dos preços dos demais mercados tanto em magnitude como em tempo de duração do choque, pode-se considerá-lo como mercado formador de preços.

## Interdependência dos preços de feijão-vulgar entre cinco dos principais mercados em Moçambique

Assim, não se rejeita a hipótese levantada de que há integração entre os mercados separados espacialmente. A segunda hipótese foi rejeitada visto que Maputo apesar de ser o maior mercado demandante de feijão-vulgar em Moçambique, pelos resultados alcançados, não tem um papel importante na transmissão de informações aos preços dos demais mercados em análise.

Estudos encontrados sobre integração de mercados em Moçambique, não investigam a transmissão de preços no mercado de feijão-vulgar, sendo assim, este trabalho deve encorajar futuras pesquisas sobre transmissão de preços neste setor, incluindo outros fatores que afetem o setor, como custos de transporte, preços nos mercados exportadores, de formas a aprofundar qual a magnitude de impacto dos fatores externos na integração do mercado de feijão-vulgar em Moçambique, propondo assim políticas bem direcionadas para solução dos problemas.

Sugere-se que em próximas pesquisas, haja uma maior abrangência em termos de localidades a serem estudadas em Moçambique, inclusão de variáveis exógenas, como os preços do feijão-vulgar nos países exportadores, custos de transporte, o que facilitará melhor compreensão do setor, dado que estas não são as únicas regiões de produção e comercialização de feijão-vulgar, e existem vários fatores que afetam este setor em Moçambique.

Quando se fala de integração de mercado deve-se ter em consideração que este é um conceito muito abrangente, que abarca não só a relação de preços bem como outros elementos que afetam a dinâmica dos mercados, sendo esta uma análise importante para crescimento econômico de um país.

Sabendo que a análise de integração de mercado vai além do simples estudo dos preços, estudos mais aprofundados são pertinentes, visto que a análise de preços é apenas uma etapa do estudo. Permite saber se há integração, mas não aponta as falhas, imperfeições e as verdadeiras causas da integração.

### **Referências**

- Abdula, D. C., Comportamento dos Mercados Grossistas de Grão de Milho Branco Durante o ano de 2000, Direção de Economia, Departamento de Análise de Políticas, Relatório de Pesquisa No. 48, MADER, Maputo, 15 de outubro 2001.

Estevão Cambindja Chaves, Erly Cardoso Teixeira, Leonardo Bornacki de Mattos e Cynthia Donovan

- Alemu, Z.G.; Bicuana, G. R. Measuring Market integration in Mozambican maize markets: A threshold vector error correction approach, University of the Free State, Department of Agricultural Economics, South Africa 2006.
- Ardeni, P. G. Does the law of one price really hold for commodity price? *American Journal of Agricultural Economics*, Saint Paul, v. 71, n. 3. p. 661-669, Aug. 1989.
- Doldado, J.; Jenkinson, T.; Sosvilla-Rivero, S. Cointegration and unit roots. *Journal of Economic Surveys*, v. 4, n. 3, p. 249-273, 1990.
- Donovan, C., Effects of Monestised Food Aid on local prices in Mozambique. PhD. Dissertation, Michigan State University, USA. 1996.
- Enders, W. *Applied Econometric Time Series*. First Edition. John Wiley & Sons, INC.1995.
- Enders, W. *Applies econometric time series*. 2.<sup>a</sup> Edição. John Wiley & Sons Inc. Hoboken, 2004.
- Goodwin, B. K.; Pigott, N. E. Spatial market integration in the presence of threshold effects. *American Journal of agriculture Economics*, v. 83, n. 2, p. 302- 317, 2001.
- Goodwin, B. K.; Spatial and Vertical price transmittion in meat markets. Paper prepared for workshop on market integration and vertical and special price transmission in agricultural markets. University of Kentucky, april 21, 2006.
- Granger, C. W. J.; Investigating causal relations by econometric models and cross spectral methods. *Econométrica*, v. 37, n. 3, p. 424-438, 1969
- Gujarati, D. N. – *Econometria Básica*,: 4.<sup>a</sup> edição, Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.
- Hoggarth, G.; Sorensen, S.; Zicchino, L. Stress tests of UK banks using a VAR approach. London: Bank of England, 2005. 43p. (Working Paper, 282)
- Maddala, G. S. *Introdução à Econometria*. 3.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: LTC Livros Técnicos e Científicos, 2003, 345 p.
- Ministério da Agricultura e Pescas, Relatorio de pesquisa, Desafios para garantir a concorrência e reduzir os custos no sistema alimentar de Moçambique, Davide L. Tschirley, Ana Paula Santos, Relatorio N 28, 12 de maio de 1998.
- TIA, Trabalho de Inquérito Agrícola de Moçambique em 2002.
- TIA, Trabalho de Inquérito Agrícola de Moçambique em 2008.

## Interdependência dos preços de feijão-vulgar entre cinco dos principais mercados em Mocambique

Tostão, Emilio.; Brorsen, B. W. Spatial price efficiency in Mozambique's post-reform maize markets. Department of Agricultural Economics, Oklahoma State University. 2004.

Zahniser, S. (Ed). NAFTA at 11: the growing integration of North American agriculture, 2005. Disponível em: [www.ers.usda.gov/publications/wrs0502](http://www.ers.usda.gov/publications/wrs0502). Acesso em 9/10/2010.

### Anexo

Teste de raiz unitária, em nível, para as séries de preços de feijão-vulgar nos mercados informais das cidades capitais de Maputo, Nampula, Tete, Lichinga e Maxixe.

Tabela A.1 – Resultado do teste Dickey Fuller GLS, para o logaritmo de séries semanais de preços de feijão vulgar, nos mercados em estudo, janeiro de 2005 a janeiro de 2011

Serie	Resultados			Conclusão
	Defasagens	Estatística $\tau$	Probabilidade	
LPLCH	0	-5,00**	0,0000	I(0)
LPMAP	0	-3,54**	0,0004	I(0)
LPMAX	1	-3,96**	0,0001	I(0)
LPNAM	1	-3,46**	0,0006	I(0)
LPTET	1	-3,72**	0,0002	I(0)

Equação com intercepto e tendência.

\*\* Significativo a 5%.

*desenvolvimento sustentável piscicultura economia solidária*





economia sociologia desenvolvimento rural

# SESSÕES PARALELAS

## Desenvolvimento

mulheres ensino superior Angola



## Mulheres licenciadas e a promoção do desenvolvimento em Angola: que diferença faz o Ensino Superior?

Maria Raquel Lucas<sup>1</sup>  
Maria da Conceição Rego<sup>2</sup>  
Isabel Joaquina Ramos<sup>3</sup>  
M.<sup>a</sup> Leonor da Silva Carvalho<sup>4</sup>

### Resumo

A educação é um direito universal e uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento das capacidades dos indivíduos e da sociedade. Em Angola, baixas taxas de qualificação da população estão associadas com as mais altas taxas de pobreza e exclusão social, desemprego, analfabetismo, mortalidade infantil, incidência de HIV, malária e tuberculose, entre outras.

Níveis mais elevados de educação promovem maior bem-estar e qualidade de vida, por via dos rendimentos auferidos e, mulheres mais qualificadas terão tendência a melhorar o seu estatuto na sociedade e a modificar o seu estilo de vida. Por outro lado é expectável que motivem, de forma natural, à sua descendência a importância da aprendizagem e da aquisição de conhecimentos. Esta questão é particularmente pertinente em sociedades onde as mulheres desempenham um papel determinante na economia. Do ponto de vista da sustentabilidade dos territórios, podem contribuir ainda para a construção de uma sociedade mais sustentável.

O presente trabalho tem como objectivo identificar a importância da obtenção de uma licenciatura na valorização social e económica das mulheres angolanas e, conseqüentemente na promoção do desenvolvimento da sociedade. Para tal, apresentam-se os resultados preliminares de um estudo exploratório de

---

<sup>1</sup> Professora associada, Departamento de Gestão, CEFAGE-UE, Universidade de Évora, [mrlucas@uevora.pt](mailto:mrlucas@uevora.pt)

<sup>2</sup> Professora auxiliar, Departamento de Economia, CEFAGE-UE, Universidade de Évora, [mcpr@uevora.pt](mailto:mcpr@uevora.pt)

<sup>3</sup> Professora auxiliar, Departamento de Paisagem, Ambiente e Ordenamento, ICAAM, Universidade de Évora, [iar@uevora.pt](mailto:iar@uevora.pt)

<sup>4</sup> Professora associada, Departamento de Economia, ICAAM, CEFAGE-UE, Universidade de Évora, [leonor@uevora.pt](mailto:leonor@uevora.pt)

M.<sup>a</sup> Raquel Lucas, M.<sup>a</sup> da Conceição Rego, Isabel Joaquina Ramos  
e M.<sup>a</sup> Leonor da Silva Carvalho

natureza qualitativa com base numa entrevista aplicada a uma amostra de conveniência de mulheres angolanas licenciadas.

Os resultados permitem aferir a importância das mulheres licenciadas na promoção do desenvolvimento em Angola e sugerem tópicos para futuras pesquisas.

**Palavras-Chave**

Mulheres, Ensino Superior, Desenvolvimento Sustentável, Angola

## **1. Introdução**

A educação é um direito universal e uma ferramenta fundamental para desenvolvimento das capacidades dos indivíduos, para a produtividade e para a criatividade, assim como para se tornarem cidadãos e cidadãs activos e críticos, preparados para participar nas práticas democráticas das sociedades. A discussão teórica sobre educação mobiliza essencialmente a teoria de Becker (1964) sobre o capital humano e a sinalização do mercado de trabalho defendida por Spence (1973). Subjacente a esta questão, e de forma particularmente mais acutilante nos países menos desenvolvidos, está o problema social da desigualdade de género, a valorização do estatuto da mulher licenciada, o combate à pobreza e, em termos gerais, o aproveitamento do capital humano para o desenvolvimento (nas suas vertentes económica, social e ambiental). Tal implica conhecimento sobre os impactos do ensino superior na valorização pessoal e profissional das mulheres sendo ainda necessário demonstrar cientificamente a importância do investimento em educação e as restrições ao seu acesso.

Em Angola, tal como na maioria dos países africanos, o número de mulheres que acede ao ensino superior é geralmente baixo (no total da população com idade para aceder e frequentar este grau de ensino), sendo a desigualdade de género nas esferas sociais, políticas e económicas relevantes. Nos países menos desenvolvidos, as mulheres que desempenham tarefas fundamentais na organização das actividades familiares, são frequentemente afastadas demasiado cedo do sistema educativo, de modo, precisamente a responsabilizarem-se pela organização das várias tarefas relacionadas com o funcionamento e manutenção da casa de família.

## Mulheres licenciadas e a promoção do desenvolvimento em Angola: que diferença faz o Ensino Superior?

Se, genericamente, níveis mais elevados de educação promovem maior bem-estar e qualidade de vida, por via dos rendimentos auferidos, as mulheres mais qualificadas terão tendência a melhorar o seu estatuto na sociedade e a modificar o seu estilo de vida: terão maiores expectativas em termos de carreira e por isso casarão mais tarde, terão famílias menos numerosas e, conseqüentemente, famílias mais saudáveis. A “tradição” de estudar será também transmitida aos filhos de forma mais estruturada e como algo natural. Acresce o facto de, através de maiores níveis de educação, as mulheres conseguirem mais facilmente traduzir o seu conhecimento empírico em conhecimento científico, enriquecendo-o, e tirando mais partido dos recursos existentes. Esta questão é particularmente pertinente em territórios de características marcadamente rurais, que vivem de explorações agrícolas (de subsistência em muitos casos) onde as mulheres desempenham um papel determinante. Níveis de educação mais elevados permitem ainda às mulheres uma participação mais activa nas decisões do quotidiano, dentro e fora da família, tornando mais fácil a transmissão do seu conhecimento e, por essa via, uma melhor e mais eficaz utilização global dos recursos, levando a melhores rendimentos. Do ponto de vista da sustentabilidade dos territórios, contribuirão em larga escala para a construção de uma sociedade mais sustentável.

Com este artigo pretende-se identificar os impactos resultantes da frequência do ensino superior, na valorização social e económica das mulheres angolanas licenciadas e, conseqüentemente na sociedade, verificando quais as condições de partida (*background* familiar/motivação) que lhes permitem obter esta formação.

### **2. Revisão da Literatura**

Quando o objectivo da investigação se prende com o estudo da inter-relação existente entre educação e desenvolvimento – relação esta que se sabe ser positiva – deve-se desde logo começar por equacionar a discussão em termos inter-geracionais e em termos dos valores predominantes nas famílias. De facto, a decisão de manter (ou não) os filhos a estudar cabe, em primeiro lugar, aos pais. Assim, o ‘*stock*’ de capital humano que um dado território – um continente, um país ou uma região – vier a ter no futuro, por exemplo, na próxima geração, é o resultado daquilo que hoje as famílias decidirem em termos da manutenção dos filhos no sistema educativo. Claro que estas decisões estão relacionadas com os valores predominantes na so-

M.<sup>a</sup> Raquel Lucas, M.<sup>a</sup> da Conceição Rego, Isabel Joaquina Ramos  
e M.<sup>a</sup> Leonor da Silva Carvalho

cidade, designadamente com os resultados associados a uma análise custo-benefício feita entre a decisão de manter os filhos no sistema de ensino e a opção de fomentar a sua integração mais cedo no mercado de trabalho. É claro que esta análise – feita, exclusivamente, para os graus de ensino não obrigatórios –, depende de factores diversos, como sejam o nível global de escolaridade do território em questão, a maior ou menor facilidade em integrar o mercado de trabalho, a diferença de remuneração associada a níveis de escolaridade mais elevados, entre outros.

Deste ponto de vista, a frequência (ou não) de ensino superior é particularmente relevante. O desenvolvimento de estudos diversos, relativos aos efeitos do ensino superior, entre os quais Rego & Caleiro, 2004 e 2010; Rego, 2005; Vieira & Vieira, 2009, permitem evidenciar a existência de efeitos positivos no rendimento e na economia regional contribuindo as instituições de ensino superior quantitativa e qualitativamente para a melhoria do mercado de trabalho, por via da integração dos diplomados e, consequentemente para o desenvolvimento económico. Particularmente, os factores que influenciam a ‘procura’ do ensino superior são preponderantes e relacionam-se com aspectos demográficos e com o ambiente social e económico.

Países e regiões com níveis mais elevados de bem-estar e qualidade de vida são, em simultâneo, os territórios onde os níveis de qualificação escolar são também mais elevados. Veja-se, a este respeito, os dados disponíveis no anexo estatístico com o *ranking* construído a partir do Índice de Desenvolvimento Humano, no Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2010). Em primeiro lugar surge a Noruega, ocupando Angola o 146.º lugar, com um Índice de Desenvolvimento Humano de 0,403 (Quadro 1).

Quando 1 - Índice de Desenvolvimento Humano

Posição IDH 2010	IDH	Esperança Vida Nascimento	Média Anos Escolaridade	Anos Escolaridade de Esperados	RNB (PPP \$ USD de 2008) per capita	Índice Desigualdade de Género (posição 2008)	Índice Pobreza	População Limiar Pobreza <\$1,25/dia
1 – Noruega	0,938	81	12,6	17,3	58.810	5		
2 – Austrália	0,937	81,9	12	20,5	38.692	18		
..								
40 – Portugal	0,795	79,1	8	15,5	22.105	21		
41 – Polónia	0,795	76	10	15,2	17.803	26		
..								
145 – Haiti	0,404	61,7	4,9	6,8	949	119	0,3	54,9%
146 - Angola	0,403	48,1	4,4	4,4	4.941	ND	0,45	54,3%

Fonte: PNUD (2010)

Mulheres licenciadas e a promoção do desenvolvimento em Angola:  
que diferença faz o Ensino Superior?

O posicionamento decorre do facto de todas as variáveis consideradas na construção deste indicador revelarem uma situação social e económica, média, débil: enquanto o rendimento nacional bruto *per capita* (em pps) em 2008 era de 4.941 \$, a esperança média de vida não ultrapassa os 48 anos e a média de anos de escolaridade bem como o número de anos de escolaridade esperada é de apenas 4,4. A partir destes indicadores, e destacando os relativos ao nível de escolaridade, o conhecimento das variáveis que permitem o acesso ao ensino superior, particularmente pelas mulheres, pode levar a identificar medidas de política que promovam não apenas o acesso ao ensino superior como também o aumento do número de anos de escolaridade, condição fundamental para a prossecução dos estudos universitários. Esta realidade é confirmada e reconhecida pelas entidades oficiais angolanas, por exemplo no “Relatório do Estado Geral do Ambiente em Angola” (Ministério do Urbanismo e Ambiente, 2006) que, no capítulo relativo à Educação assume: “A educação é, de facto, um pré-requisito para o desenvolvimento individual dos cidadãos e das sociedades em geral, com consequências directas na melhoria global da qualidade de vida, promovendo a erradicação da pobreza e um desenvolvimento sustentável.” (idem: cap.2, pág. 21). O relatório acrescenta que “Segundo o indicador das Nações Unidas, a taxa de analfabetismo para a população com idade superior a 15 anos era, em 2000, de 58%, contrastando com uma média de 38% para toda a África Subsariana. A taxa de analfabetismo da população feminina é mais elevada (46%), chegando a atingir valores acima dos 70% [...]. As elevadas taxas de analfabetismo nas mulheres são uma situação muito preocupante, uma vez que o nível educacional da mãe tem uma forte influência na educação das crianças e no bem-estar do agregado familiar.” (Ibidem). Estes valores são confirmados pelos apresentados no Relatório de Desenvolvimento Humano (2010) que indicam uma taxa de alfabetização de adultos de cerca de 70%, mostrando uma evolução positiva (Quadro 2).

Apesar da Constituição Angolana prever igualdade de direitos a todos os níveis (onde naturalmente se inscrevem o emprego e a educação), a verdade é que continua a existir grande disparidade de oportunidades entre homens e mulheres, sendo a promoção da educação da mulher um factor chave para minimizar esta questão. Este problema é particularmente pertinente nas áreas rurais, onde as mulheres rurais são um dos grupos marginalizados pelo sistema de educação, sendo cerca de 90% analfabetas. Esta questão reflecte outra, relativa às desigualdades geográficas

M.<sup>a</sup> Raquel Lucas, M.<sup>a</sup> da Conceição Rego, Isabel Joaquina Ramos  
e M.<sup>a</sup> Leonor da Silva Carvalho

Quando 2 - Taxas de Alfabetização e de Matrícula

Posição IDH (2005 -2009)	Taxa de alfabetização de adultos	Taxa de matrícula no ensino secundário	Taxa de matrícula no ensino superior
1 – Noruega	ND	96,6%	75,9%
2 – Austrália	ND	87,5%	75,0%
..			
40 – Portugal	94,6%	87,9%	56,9%
41 – Polónia	99,5%	93,8%	66,9%
..			
145 – Haiti	61%	ND	ND
146 - Angola	69,8%	17,3%	2,8%

Fonte: PNUD (2010)

e sociais, estando as áreas urbanas melhor servidas que a área rural. Na região da capital 78% das crianças atinge a sétima classe, situando-se esse número em 65% e 64% , para as outras áreas urbanas e áreas rurais, respectivamente (Ministério do Urbanismo e Ambiente, 2006). Existe uma ligação evidente entre o estado de pobreza e o nível de instrução alcançado. Do total da população sem nenhum nível de instrução, estima-se que 41% sejam pobres extremos. A população com um nível de instrução acima do ensino primário é essencialmente “não pobre”: cerca de 72% dos indivíduos com um nível de instrução superior situam-se acima da linha da pobreza.” (idem, pág. 42). Do ponto de vista da coesão social e dos territórios, é importante assegurar igualdade de oportunidades nas diferentes áreas – rurais e urbanas – no sentido de promover maior e melhor conhecimento a todas as populações. Como referido no sumário, maiores níveis de educação reflectir-se-ão numa melhor e mais eficaz utilização dos recursos existentes e levando a menos problemas ambientais, particularmente nas áreas rurais. Do ponto de vista da sustentabilidade dos territórios, maiores níveis de educação levarão à construção de uma sociedade mais sustentável.

### 3. Metodologia Aplicada

Considerando a variedade de procedimentos metodológicos disponíveis para a realização de trabalhos de pesquisa e a escassez de trabalhos desenvolvidos sobre a



temática, optou-se por uma pesquisa aplicada visando a criação de conhecimentos para aplicação prática direccionados para a solução do problema específico em estudo e pela pesquisa exploratória e descritiva com corte transversal.

Os trabalhos desenvolvidos são de natureza exploratória porque o propósito é descrever e clarificar conceitos em cujo domínio existe pouco material bibliográfico. Embora actual, não existe muita informação sobre o problema em estudo, sobretudo em Angola, nem informações cientificamente produzidas que atendam às necessidades da investigação em causa.

A pesquisa é descritiva porque tem por objectivo conhecer a importância da obtenção de uma licenciatura pelas mulheres angolanas e relacioná-la com a sua promoção e valorização socioeconómica e da sociedade. É de corte transversal uma vez que a recolha de dados ocorreu num determinado momento (prevalência) e não ao longo do tempo (incidência), não havendo a intenção de avaliar as variações com o decorrer do tempo. Contudo, a diversidade já revelada nos diversos documentos existentes, entre a realidade das áreas rurais e urbanas, suscita a necessidade de procedermos à caracterização nestas duas tipologias de territórios.

Para a realização deste estudo foi adoptada uma metodologia de investigação de tipo qualitativo, em que o instrumento de medida utilizado ou técnica de recolha de dados primários foi a entrevista a uma amostra de mulheres licenciadas. A análise da informação foi realizada em função do objectivo de estudo por meio de análise dos conteúdos das entrevistas.

#### **4. Resultados e Conclusões**

Os resultados são apresentados de acordo com as respostas obtidas através dos inquéritos realizados a 50 mulheres angolanas, com o grau de licenciadas e organizados de acordo com as condições prévias e as consequências da obtenção de formação superior. São ainda efetuadas as comparações possíveis entre os vários grupos de entrevistadas, tema a tema. No final apresentam-se algumas considerações gerais, relativamente a aspetos transversais.

- *Condições prévias de acesso ao Ensino Superior*  
Na opinião de vinte e quatro das cinquenta entrevistadas, aumentar o conhecimento foi a razão apresentada para estudar. Nove referem melhorar

M.<sup>a</sup> Raquel Lucas, M.<sup>a</sup> da Conceição Rego, Isabel Joaquina Ramos  
e M.<sup>a</sup> Leonor da Silva Carvalho

competências intelectuais, seis adquirir ferramentas para ter sucesso no mercado e, onze a melhoria da condição económica como a razão fundamental da sua opção de estudar.

No que respeita às condições essenciais à frequência do ensino superior, a determinação e o empenho é assumida como maioritária (52%), seguindo-se as boas bases do ensino médio e secundário (32%) e o tempo disponível (16%), por ordem decrescente de preferência. As respostas obtidas evidenciam não apenas a importância dos factores individuais no envolvimento e motivação à frequência do ensino superior, assim como potenciais constrangimentos relativos à inexistência de boa formação de base.

É generalizada a opinião de que a principal determinante da escolha do curso e da universidade, é a diversidade da oferta formativa e também o número de vagas e flexibilidade nas formas de admissão inscrição. Também a distância e conseqüentemente o custo daí decorrente tem alguma importância para cerca de 28% das respondentes. Tais resultados decorrem muito provavelmente da maioria da oferta formativa estar concentrada na região de Luanda assim como a totalidade das mulheres participantes no estudo ser residente nesta região.

No contexto em que o estudo foi realizado, dificuldades familiares e económicas foram as principais causas apontadas no acesso ao ensino superior (62%). Igualmente também são estas as referidas como principais apoios por um número considerável de respondentes (48%). Não existem bolsas disponíveis ou auferidas pelas participantes no estudo. Outras dificuldades no acesso mencionadas estão relacionadas com a oferta reduzida (24%) e a qualificação do corpo docente (14%).

- *Consequências da obtenção de formação superior*

Seguidamente apresentam-se os resultados relativos às consequências da obtenção de uma licenciatura pelas mulheres angolanas, nomeadamente na promoção de melhorias profissionais e sociais.

No que respeita ao acesso ao emprego, os resultados não são conclusivos, porque a maioria das mulheres já trabalhava desde o ensino secundário. Uma pequena parte (22%) afirma contudo ter melhorado a sua condição laboral

## Mulheres licenciadas e a promoção do desenvolvimento em Angola: que diferença faz o Ensino Superior?

e mudado de emprego, mudança essa permitida pela superior qualificação. A maior parte (64%) afirma ter sido objeto de promoção no emprego, auferindo rendimentos superiores (entre 30 a 50%), resultantes de novos cargos de chefia e de coordenação. Cerca de metade das respondentes consideram contudo existir alguma discriminação pelo género em termos salariais.

Maior reconhecimento e estatuto sociais relacionados com os níveis mais elevados de educação são variáveis, afirmando cerca de 46% das respondentes ter melhorado, as mesmas que também afirmaram ainda ter havido alguma alteração no papel familiar, quanto a tomada de decisões, maior autonomia e confiança nas decisões tomadas. Também se sentem mais determinadas, seguras e com mais capacidade de participante na sociedade. Um factor considerado negativo por 36% das inquiridas e resultante do maior envolvimento profissional e social é a menor quantidade e qualidade de tempo dedicado à família.

- *Perceção do futuro da mulher licenciada Angolana*

Outro dos aspetos considerados e questionados relaciona-se com a perceção que tem relativamente ao futuro da mulher licenciada em Angola, nomeadamente se a detenção do grau de licenciatura continuará a promover um maior bem-estar e qualidade de vida, melhores rendimentos e estatuto social. A maioria das respondentes (56%) percebe o futuro com preocupação, considerando que a licenciatura não será garantia de emprego. Atribuem mais importância à capacitação para responder ao mercado de trabalho, à flexibilidade de ajustamento e à formação e aprendizagem ao longo da vida do que à obtenção do grau de licenciada. Sobre o contributo da obtenção de uma licenciatura no combate à pobreza e melhoria dos índices de desemprego.

### **5. Notas Finais e Desenvolvimentos Futuros**

Como nota final pode afirmar-se a importância da educação de nível superior na melhoria da qualidade de vida e da promoção económica e social das mulheres angolanas.

M.<sup>a</sup> Raquel Lucas, M.<sup>a</sup> da Conceição Rego, Isabel Joaquina Ramos  
e M.<sup>a</sup> Leonor da Silva Carvalho

Embora o estudo não seja representativo do ponto de vista estatístico, é possível inferir dos resultados obtidos, a importância das mulheres licenciadas na promoção do desenvolvimento em Angola, facto que embora reconhecido como determinante ao nível dos responsáveis pela política pública, pode ser valorizado.

As instituições de ensino, público e privado, existentes, assim como a quantidade e diversidade da oferta disponibilizada são um contributo essencial quer para responder à crescente procura formativa, quer à melhoria da qualificação dos docentes, quer ainda para assegurar no futuro um maior e sustentável desenvolvimento individual dos cidadãos e da sociedade.

Desenvolvimentos futuros que passem por um maior investimento na formação das mulheres angolanas, podem levar a um desenvolvimento mais equilibrado das populações, do ponto de vista da sustentabilidade dos territórios. Importa contudo, conhecer os mecanismos que podem e devem ser ativados tendo em vista superar as dificuldades detetadas no acesso ao ensino superior e, simultaneamente atenuar as assimetrias entre as áreas rurais e urbanas.

### **Referências Bibliográficas**

- Becker, Gary (1964). *Human Capital: A Theoretical and Empirical Analysis, with Special Reference to Education*. Chicago, University of Chicago Press.
- Ministério do Urbanismo e Ambiente (2006). *Relatório do estado geral do ambiente em Angola*. Programa de Investimento Ambiental. Disponível em [http://www.angola-nainternet.ao/documentos/minua\\_rel.pdf](http://www.angola-nainternet.ao/documentos/minua_rel.pdf), acedido em 16 de Agosto de 2011.
- PNUD (2010). Relatório de Desenvolvimento Humano *A Verdadeira Riqueza das Nações: Vias para o Desenvolvimento Humano*. Disponível em <http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr2010>, acedido em 16 de Agosto de 2011.
- Rego, Conceição e Caleiro, António (2010). "On the spatial diffusion of knowledge by universities located in small and medium sized towns", *iBusiness*, vol.2, n.º 2, June, pp.99-105.
- Rego, Conceição (2005). "Universities and economically depressed regions: how strong is the influence of the University of Évora on the human capital of the region", in (Edited by) Santangelo, Grazia D. *Technological Change and Economic Catch-Up The role of Science and Multinationals*, Edward Elgar Publishing, pp. 240-260.

Mulheres licenciadas e a promoção do desenvolvimento em Angola:  
que diferença faz o Ensino Superior?

Rego, Conceição e Caleiro, António (2004). "A atracção das Universidades em Regiões Economicamente Deprimidas: o caso da Universidade de Évora", *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, n.º 7, 3.º quadrimestre, APDR, Coimbra, pp. 19-40

Spence, Michael (1973). "Job Market Signaling", *The Quarterly Journal of Economics*, Vol. 87, No. 3, August, pp. 355-374.

Vieira, C. e I. Vieira, (2009). Student based funding in higher education systems with declining and uncertain enrolments: the Portuguese case, CEFAGE – U.E., Working Paper 2009\_2.



## Pesca, piscicultura e economia solidária

Gílson de Lima Garófalo<sup>1</sup>  
Pontifícia Universidade Católica  
de São Paulo

### Resumo

No contexto da sustentabilidade com ações para suprir as necessidades alimentares dos seres humanos, sem esgotar os recursos das próximas gerações, está a pesca que, extrativista, retirando organismos aquáticos da natureza sem prévio cultivo, traduz desastres ecológicos sérios. Esta contribuição diagnostica aspectos a nível mundial/brasileiro quanto à produção, comércio e consumo de pescado, detendo-se na piscicultura, ramo da aqüicultura direcionado à criação e multiplicação de peixes em viveiros escavados (viveiros de barragem) e de como a economia solidária pode influenciar no desenvolvimento desta cultura. O assunto é importante na maior parte das nações, com realce aos Países da Comunidade de Língua Portuguesa, pelas possibilidades oferecidas pelo produto 'peixe', as quais vão além de constituir alimento recomendável pelos nutrientes e proteínas que incorpora. A piscicultura é atividade de baixo custo, acessível aos pequenos produtores. Estes, solidariamente empregando os meios de produção e gerindo a comercialização e crédito atendendo aos próprios interesses, estarão credenciados a uma fonte de rendimento em que sazonalidades de safras são minimizadas. A hipótese fundamenta-se na economia solidária como mecanismo para oportunizar e potencializar a exploração da piscicultura, particularmente em terras que, improdutivas para cultivo e/ou manutenção de rebanhos, detenham grande quantidade de água. A metodologia adotada é híbrida, envolve o método dedutivo (pesquisa em textos e documentos) e, também, quantificação. Em suma, o trabalho diagnostica o

---

<sup>1</sup> Professor Titular da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) – Brasil, [songil@pucsp.br](mailto:songil@pucsp.br) | [songil@usp.br](mailto:songil@usp.br)

setor pesqueiro brasileiro, enaltece a piscicultura e o papel que a economia solidária possa representar nessa questão.

**Palavras-chave**

Pesca, Piscicultura, Economia Solidária, Desenvolvimento

**Temática:** Desenvolvimento Regional

## 1. Introdução

A motivação deste trabalho decorreu de vários fatores. O primeiro está na própria natureza do produto pescado. Em todas as nações, particularmente nas emergentes ou em desenvolvimento, caso do Brasil e demais componentes na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP (Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor Leste) constitui-se no suplemento ideal e tradicional para a dieta básica de subsistência, sendo, por esta razão, denominado de “carne do Terceiro Mundo”. O pescado é produto de excelente qualidade para a alimentação humana sendo recomendável pelos benefícios que traduz à saúde, além de contribuir no combate a doenças como obesidade, hipertensão, arteriosclerose e infarto. Também, pelos nutrientes que incorpora, constitui fonte de proteínas (é responsável por ¼ da oferta mundial de proteína de carne branca animal, essencial para o crescimento corporal, manutenção e reprodução).

O segundo motivador está no caráter multifacetado que o pescado representa. Além da carne em si, praticamente nele tudo é aproveitável. Conforme Lima (2008, p. 11), as escamas (peixes de escamas) podem ser utilizadas para elaborar flores artesanais e arranjos de adorno (como colares)<sup>2</sup> e o couro (peixes de couro) é alternativa ao uso de pele de animais em extinção, servindo de matéria prima para a confecção de roupas e fabrico de calçados/bolsas/cintos. A “bexiga de gás” do peixe contém mucilagem, substância gosmosa, constituindo matéria prima na composição de produtos como colas e/ou adesivos; quanto aos ossos (espinhas) se prestam para o fabrico de farinha<sup>3</sup>. Além disto, levar adiante a pesca e a aquicultura,

---

<sup>2</sup> Os indígenas brasileiros utilizam bastante desta prática dela fazendo uma fonte de renda.

<sup>3</sup> Pode aqui ser incluído o chamado “óleo de peixe”, normalmente comercializado como suplemento alimentar e recomendado para uma dieta saudável, contendo ácidos graxos ômega 3 ‘adquiridos’ pelos peixes ao se alimentarem da vegetação aquática denominada fitoplânctons



especialmente a piscicultura, permite agregar resíduos e compostos orgânicos ao processo produtivo.

Um terceiro fator estimulante, economicamente talvez o mais relevante dentro da filosofia que norteou o trabalho, relaciona-se ao impulso que a atividade pesqueira pode proporcionar ao crescimento e desenvolvimento regional na forma de incremento de patamares de emprego, geração de renda e contribuição à captação de divisas oriundas da venda do produto ao exterior. De salientar ainda que o Brasil abriga a maior variedade de peixes de água doce do planeta.

Ao lado das justificativas acima e com o foco no potencial para a exploração da piscicultura em território brasileiro, os objetivos deste trabalho são múltiplos. Por um lado, pretende-se realçar o papel econômico da atividade e as expectativas que resultariam ao ser levada adiante inclusive em áreas improdutivas ou impróprias à agricultura. Nesta condição, contribuiria, hipoteticamente e de forma desejável, para programas de sustentabilidade por não requerer ou implicar em desmatamento. Igualmente busca-se chamar atenção para o papel indutor que a criação de peixes em cativeiro pode representar no contexto do desenvolvimento de regiões no Brasil e nas demais nações da CPLP, contribuindo para aumentar a oferta do produto pescado, cuja demanda mundial é crescente, propiciando geração de emprego e elevação da renda.

A metodologia, o método adotado neste estudo, é dedutiva. Segundo Macedo (2004, p. 56), no método dedutivo é enunciado, logicamente, uma conclusão necessária a partir de premissas dadas, sendo que, no geral, essas conclusões já estão implícitas naquelas. Em outras palavras nesse método o caminho trilhado vai do geral para o particular com as informações sendo coletadas em textos e documentos diversos. A pesquisa tem igualmente um enfoque quantitativo ao utilizar a estratégia da quantificação, seja na coleta quanto no tratamento das informações por meio de técnicas estatísticas, simples ou complexas, com o objetivo de garantir resultados

---

e armazenando-os na gordura do próprio corpo. Especialistas sugerem a ingestão do produto pelo menos uma vez por semana pelos benefícios que apresenta na redução do colesterol ruim (LDL), idem das taxas de triglicérides, auxiliar no metabolismo dos carboidratos, pelas propriedades antiinflamatórias, efeitos positivos na composição corporal e ajuda na proteção ao cérebro de problemas cognitivos ou de memória associados ao Mal de Alzheimer. Entretanto, os efeitos acontecerão tão somente quando o consumo estiver acompanhado por hábitos saudáveis de vida, como alimentação adequada, prática de atividade física, diminuto consumo de bebida alcoólica e abandono do tabagismo.

e evitar distorções de análise e interpretação, possibilitando margem de segurança maior quanto às inferências (Diehl & Tatim, 2004, p. 51).

O texto principia abordando aspectos mundiais quanto à produção, comércio e consumo de pescado e, na parte seguinte, adota igual procedimento relativamente ao Brasil. A seção quarta, reservada à piscicultura, enfatiza a relevância quanto à criação e multiplicação de peixes em viveiros escavados (viveiros de barragem), seguida de análise do papel que a economia solidária pode exercer no desenvolvimento da atividade piscicultura. Por último, observações da importância econômica desta conjugada com intervenções pontuais advindas do alento que acarretaria caso regionalmente impulsionada no Brasil, inclusive como fruto de políticas públicas adequadas, complementam esta contribuição. Desnecessário realçar a expectativa de o trabalho permitir inferências e desdobramentos na CPLP da qual o Brasil é parte.

## **2. Panorama mundial**

A conjuntura internacional da pesca é objeto de trabalhos específicos da Organização para a Agricultura e Alimentação – FAO, instituição especializada e responsável pelo estudo de problemas alimentares no mundo, pertencente à Organização das Nações Unidas – ONU<sup>4</sup>. Assim, bienalmente, é disponibilizada a obra “Situação Mundial da Pesca e da Aquicultura (SOFIA)”, levantamento, em termos globais, sobre o setor.

No intervalo de 20 anos – período de 1990 a 2009 – [Quadro 1], a Produção Pesqueira Mundial, envolvendo a captura e cultivo de todos os tipos de pescado, crustáceos, moluscos e organismos aquáticos, evoluiu, em toneladas, de 97,9 milhões para 145,1 milhões, ou um aumento de 48%. Esta elevação decorreu principalmente do incremento das espécies cultivadas em 344%, sendo que, se no ano de 1990 a aquicultura representava aproximadamente 13% da produção total, em 2009 totalizava 38%, isto é, três vezes mais. O segmento, relativamente ao volume da

---

<sup>4</sup> A Organização das Nações Unidas – ONU objetiva facilitar a cooperação em matéria de direito e segurança internacionais, desenvolvimento econômico, progresso social, direitos humanos e a realização da paz mundial. Fundada em 1945, logo após o término da Segunda Geurra Mundial, compreende várias instituições especializadas (a FAO é exemplo), englobando atualmente 192 países.

captura, correspondia a menos de 15% no primeiro desses anos e superava a 61% no último. Esta constatação permite concluir que a aquicultura está desempenhando papel importante na produção total e, conseqüentemente no fornecimento, de pescado como alimento ao ser humano.

Quadro 1: Produção Mundial de Pescado 1990 a 2009

ANO	CAPTURA Milhões de t (A)	AQUICULTURA Milhões de t (B)	TOTAL Milhões de t (C)	(B) / (A) %	(B) / (C) %
1990	85,5	12,4	97,9	14,5	12,7
1991	84,6	13,2	97,8	15,6	13,5
1993	85,7	16,5	102,2	17,0	16,1
1995	91,6	24,6	116,2	26,8	21,2
1997	93,9	28,6	122,5	30,4	23,3
1999	93,2	33,4	126,6	35,8	26,3
2000	95,6	35,5	131,1	37,1	27,1
2001	93,1	37,9	131,0	40,7	28,9
2003	90,5	42,7	133,2	47,2	32,1
2005	92,1	44,3	136,4	48,1	32,5
2007	89,9	49,9	139,8	54,3	35,7
2009	90,0	55,1	145,1	61,2	38,0

Fonte: FAO e computações do Autor

O Quadro 2 apresenta os 10 principais países produtores – captura e aquicultura – com as respectivas participações nos correspondentes montantes mundiais. A China detém a maior representatividade em quaisquer das situações. Na América Latina, o Chile se faz presente em ambos os casos e o Peru apenas na captura. Quanto ao Brasil, a participação no ordenamento é modesta, ocupando a 24.<sup>a</sup> e a 16.<sup>a</sup> posições nas classificações relativas a captura e aquicultura respectivamente.

Quadro 2: Maiores Produtores Mundiais de Pescado em 2009

CAPTURA		AQUICULTURA	
PAÍS	PARTICIPAÇÃO GLOBAL (%)	PAÍS	PARTICIPAÇÃO GLOBAL (%)
China	16,5	China	62,3
Peru	8,2	Índia	6,7
Indonésia	5,6	Vietnam	4,8
Estados Unidos	4,9	Indonésia	3,2
Japão	4,7	Tailândia	2,7
Índia	4,6	Bangladesh	1,9
Chile	3,9	Noruega	1,5
Federação Russa	3,8	Chile	1,5
Filipinas	2,9	Filipinas	1,3
Birmânia	2,9	Japão	1,3
BRASIL (24.º)	0,9	BRASIL (16.º)	0,6

Fonte: FAO e computações do Autor

A utilização do pescado [Quadro 3] é basicamente para consumo humano direto ou 84% da produção total em 2009 (contra 72% em 1990). Isto ocorre sob quatro formas: fresco (a maioria), congelado, seco/defumado/salgado (curado) ou, então, em conserva. Quanto ao consumo não alimentar, as maneiras mais comuns de uso são a fabricação de farinhas, azeite e outras aplicações ou tratamentos industriais. O mesmo Quadro 3 também evidencia o consumo per capita cujos números relativos aos últimos anos denotam um comportamento estável entre 16 kg a 17 kg, embora este patamar deva ser ligeiramente superior por conta da pesca de subsistência, cujos dados, embora de magnitude menor, não estão inclusos nos registros estatísticos.

Conforme Cesar (2006), os países em desenvolvimento são responsáveis por 50% da produção mundial de peixe, porém respondem por pouco menos da

metade desse consumo, concentrado nas nações avançadas. Ademais, à medida que a renda se eleva a preferência relativa pelo produto declina, enquanto o interesse por outras carnes, especialmente a vermelha, se acentua. Esse autor relata que 40% da população das regiões em desenvolvimento e 45% destas regiões estão na dependência direta do peixe como fonte de proteína. Em termos mundiais o consumo humano per capita de pescado demonstra, no espaço dos vinte anos, tendência crescente com o produto capturado cada vez mais substituído pelo cultivado, isto é, a aquicultura revelando importância ímpar.

Quadro 3: Utilização Mundial do Pescado 1989 - 2009

ANO	PRODUÇÃO TOTAL Milhões de t (A)	CONSUMO HUMANO Milhões de t (B)	USO NÃO HUMANO Milhões de t (C)	(B)/(A) %	POPULAÇÃO MUNDIAL Bilhões (D)	CONSUMO PER CAPITA kg (B)/(D)
1990	97,9	70,3	27,6	71,8	5,3	13,3
1991	97,8	69,5	28,3	71,1	5,4	12,9
1993	102,2	73,7	28,5	72,1	5,6	13,0
1995	116,2	86,5	29,7	74,4	5,7	15,2
1997	122,5	90,8	31,7	78,1	5,8	15,6
1999	126,6	94,4	32,2	74,6	6,0	15,7
2000	131,1	96,9	34,2	73,9	6,1	15,9
2001	131,0	99,7	31,3	76,1	6,1	16,3
2003	133,2	102,7	33,5	77,1	6,3	16,3
2005	136,4	107,3	29,1	78,7	6,5	16,5
2007	139,8	112,7	27,1	80,6	6,7	16,8
2009	145,1	117,8	27,3	84,3	6,8	17,3

Fonte: FAO e computações do Autor

### 3. Situação brasileira

Os primórdios da pesca no Brasil remontam ao descobrimento do país. Os portugueses encontraram os silvícolas envolvidos na atividade, a qual constituía um dos meios de subsistência, inclusive das comunidades litorâneas que aos poucos se formavam. Era a pesca artesanal direcionada ao atendimento das necessidades do

mercado interno, a qual predominou até a metade do Século XX. Nesta ocasião e, mais precisamente, a partir do início da década de 60, o governo coloca em ação medidas objetivando aumentar a consistência econômica do setor. Conforme Nicolau & Chave (2004) com a adoção de estímulos, concessão de subsídios e criação de organismos específicos para atuação no setor, caso da Superintendência Nacional da Pesca – SUDEPE, originária da Lei Delegada 10, de 11/10/1962, a atividade pesqueira passa a apresentar conotação industrial voltada preferencialmente ao exterior e com o ideal de crescimento da produção a qualquer custo. Cronologicamente, outras instituições governamentais atuavam, posteriormente, no segmento.

Em 1989 a SUDEPE foi absorvida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis – IBAMA, criado pela Lei 7.735, de 22/02/1989, órgão onde a atividade pesqueira passava a ser vinculada a uma dimensão ambiental e a sustentabilidade ganhava peso. Uma década após, em 1998, o apoio à produção e fomento ao segmento fica sob responsabilidade do Departamento de Pesca e Aquicultura – DPA, vinculado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. Pela Medida Provisória 103, de 01/01/2003 (convertida na Lei 10.683, de 28/05/2003), o governo cria a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca – SEAP, responsável por fomentar e desenvolver políticas voltadas ao setor atendendo anseios deste e daqueles que dele dependiam economicamente. Por fim, a SEAP, através da Lei 11.958, de 26/06/2009, é transformada no Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA, atendendo às expectativas reivindicadas dos pescadores e aquicultores.

Com produção de 0,7% do total e se posicionando no 20.º lugar no conjunto das nações levantadas pela FAO, a participação brasileira deixa a desejar. Este fato contrasta com as potencialidades que o país possui, ou: *i*) quase 8 mil quilômetros de costa marítima; *ii*) 5,5 milhões de hectares em águas represadas sendo 3,5 milhões de hectares em reservatórios de hidrelétricas; *iii*) 13% da água doce superficialmente disponível no planeta (Rebouças, 2006, p.30) e abundante em todas as regiões do país; *iv*) maior bacia hidrográfica do mundo – bacia Amazônica – com 3.984.467 km<sup>2</sup> em terras brasileiras; *v*) clima tropical; *vi*) produção de grãos para obtenção de ração; *vii*) tecnologia para implementar projetos de criação de peixes em tanques-rede. Ademais, Nicolau & Chave (2004) reconhecem o declínio da pesca oceânica e o crescimento da produção continental, isto é, pesca em rios, açudes e reservatórios.

Quadro 4: Produção Brasileira de Pescado 1990 a 2009

ANO	CAPTURA Mil Toneladas (A)	AQUICULTURA Mil Toneladas (B)	TOTAL Mil Toneladas (C)	(B)/(A) %	(B)/(C) %
1990	619,8	20,5	640,3	3,3	3,2
1991	648,1	23,4	671,5	3,6	3,5
1993	646,0	30,4	676,4	4,7	4,5
1995	606,7	46,2	652,9	7,6	7,1
1997	644,6	87,7	732,3	13,6	13,4
1999	603,9	140,7	744,6	23,3	18,9
2000	666,9	176,5	843,4	26,5	20,9
2001	730,4	209,4	939,8	28,7	22,3
2003	712,1	278,1	990,2	39,0	28,1
2005	751,3	257,8	1.009,1	34,3	27,5
2007	783,2	289,0	1.072,2	36,9	26,9
2009	825,2	415,6	1.240,8	50,4	33,5
2011(*)	860,0	570,0	1.430,0	66,3	39,9

(\*) Esrmativa MPA

Fonte: IBAMA, MPA e computações do Autor

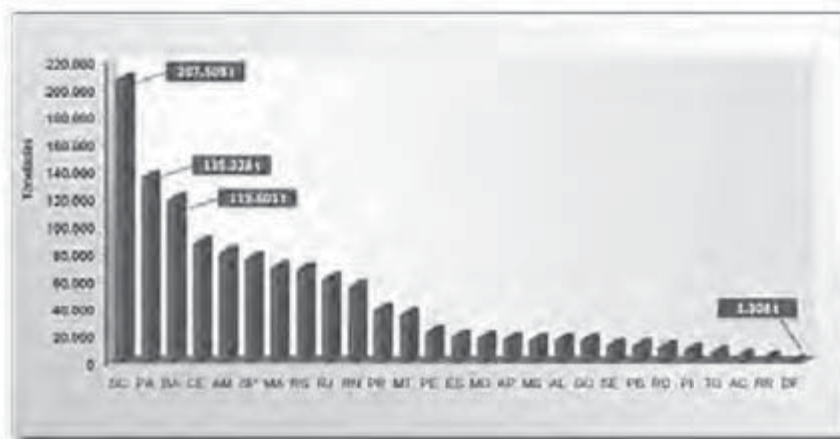
A produção brasileira de pescado se expandiu em 94% entre 1990 e 2009 e, considerando os dados estimados para 2011, mais do que dobrou de patamar (crescimento de 123,3%, equivalente, na média, a 5,6% ao ano). Regionalmente, o Nordeste do país desponta como o grande produtor com cerca de um terço do total; o Sul, mesmo mantendo a participação de um quarto no total, sobrepoujou em 2009 a região Norte que perdeu 5,6 pontos na primeira década do Século XXI. Os dados referentes ao Centro Oeste são os menores, pela região não apresentar limites ou contornos marítimos e nela ocorrer, predominantemente, a pesca esportiva. Entre os 27 estados brasileiros, os maiores produtores de pescado são Santa Catarina, Pará e Bahia, situação configurada na Figura 1. Juntamente com o Ceará, Amazonas, São Paulo, Maranhão e Rio Grande do Sul respondem por praticamente 70% do total nacionalmente obtido.

Quadro 5: Participação Regional da Produção de Pescado 2007 e 2009 – %

REGIÃO	CAPTURA		AQUICULTURA		TOTAL	
	2000	2009	2000	2009	2000	2009
Norte	25,8	18,3	1,0	2,9	26,8	21,2
Nordeste	22,2	22,6	3,8	10,5	26,0	33,1
Sudeste	14,4	9,5	4,0	4,8	18,4	14,3
Sul	15,3	5,1	10,3	10,4	25,6	25,5
Centro Oeste	1,4	1,1	1,8	4,8	3,2	5,9

Fonte: IBAMA, MPA e computações do Autor

Figura 1: Produção Brasileira de Pescado por Unidade da Federação em 2009



Fonte: MPA

Relativamente ao comércio exterior brasileiro de pescado o país denota, ao longo dos anos, tendência mais importadora do que exportadora. Conforme o Quadro 6, a importação tem oscilado, com probabilidade expansionista em anos recentes, dada a apreciação da moeda nacional, fazendo com que o país ocupe a desconfortável posição de maior importador da América do Sul. O produto procede, em grande parte, da Noruega (maior fornecedora de bacalhau com mais de 80%), Chile (responsável único pelo suprimento de salmão), Argentina (de onde se origina



a quase totalidade de filé de Merluza adquirida no estrangeiro), Uruguai, Espanha, Portugal, Marrocos, China e Vietnã (este a partir de 2009).

Quadro 6: Comércio Exterior Brasileiro de Pescado 1990 a 2010

ANO	EXPORTAÇÃO		IMPORTAÇÃO		SALDO
	QUANTIDADE t mil	VALOR US\$ milhões	QUANTIDADE t mil	VALOR US\$ milhões	VALOR US\$ milhões
1990	34,8	139,2	214,2	200,6	- 61,4
1991	45,2	154,0	159,2	171,9	- 17,9
1993	51,6	179,5	149,6	170,1	9,4
1995	37,2	175,5	150,7	244,1	- 68,6
1997	29,4	125,7	209,1	446,8	- 321,1
1999	36,4	138,0	169,1	318,0	- 180,0
2000	57,0	238,6	194,5	297,2	- 58,6
2001	72,1	283,5	168,7	260,9	22,6
2003	113,7	427,5	152,5	202,9	224,6
2005	95,4	419,7	145,9	297,5	122,2
2007	61,5	342,1	209,8	561,6	- 219,5
2009	38,6	232,1	239,5	715,0	- 482,9
2010	35,1	245,8	280,0	1.001,0	- 755,2

Fonte: IBAMA e MDIC

Quanto às exportações, o volume físico atual pouco difere daquele de vinte anos atrás, apesar do enorme potencial que o país apresenta, em especial no que se refere à aquicultura. As estatísticas revelam tendência de queda do volume físico brasileiro transacionado além fronteiras. Fatores diversos como cotações baixas do pescado no mercado internacional, elevação de carga tributária, falta de compensações/apoio financeiro, crises de crédito em diversos dos países tradicionais importadores (caso dos Estados Unidos, Espanha e França) e desvalorização cambial entre outros seriam possíveis explicações à perda de competitividade do Brasil e ao que estaria ocorrendo neste particular. Além das três nações citadas, os outros importadores no passado recente foram o Japão, Itália, Portugal, China, Coreia do Sul e Inglaterra. Atualmente os crustáceos (camarão e lagosta) constituem as principais exportações, seguidos de peixes congelados e peixes frescos.

As exportações de pescado apresentam contribuição mínima nas vendas globais do país e ficam atreladas a restrições. Hoje, conforme Carvalho *et al.* (2010), os Estados Unidos exigem seja cumprido o programa de Análise de Perigos Críticos de Controle (HACCP) e de inocuidade dos produtos, que não podem conter metais pesados e antibióticos. A União Européia, um dos parceiros comerciais brasileiros dos que mais oferecem empecilhos, além de todos esses requisitos, requer a observância de um Plano Nacional de Controle de Resíduos (PNCR), com análises regulares de várias substâncias que podem afetar a saúde dos consumidores. De modo geral, os norte-americanos e europeus têm valorizado a certificação da produção que deve contemplar a inocuidade (sanidade e qualidade), a responsabilidade ambiental e o compromisso social.

Com as importações superando as exportações, o cenário da balança comercial brasileira de pescado evidencia, majoritariamente, situações deficitárias. Nos três últimos anos, o “câmbio desfavorável a exportação conjuntamente com a elevação do consumo interno explicariam os resultados adversos” (Otta, 2010).

Complementando a análise sobre a situação brasileira no mercado de pescado, cabe uma reflexão quanto ao consumo do produto. O Ministério da Pesca e Aquicultura disponibilizou e fez constar da Publicação ‘Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura 2008-2009’, estudo inédito desse consumo, em termos per capita e aparente, no período 1996 a 2009. Referido consumo é apurado pelo somatório da produção nacional de pescado com as importações do produto e de cujo montante é subtraída a exportação correspondente para, em seguida, dividir-se o resultado pela população brasileira estimada para cada ano em que se deseja obter essa informação. O mérito do trabalho residiu em que, para efeito de cálculo, todo o volume de pescado fosse convertido no equivalente em peso fresco ou peso bruto (isto é, o do momento de captura ou extração), operação possível pela aplicação de fatores de conversão próprios de acordo com parâmetros referenciais da Infopesca<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> A INFOPECA é uma organização internacional independente, fornecedora de serviços às empresas, às associações setoriais e aos governos, em todos os aspectos do desenvolvimento pesqueiro e aquícola. Presente em 10 países latino-americanos e do Caribe – Argentina, Belize, BRASIL, Colômbia, Honduras, México, Nicarágua, República Dominicana, Uruguai e Venezuela, mantém entrelaçamentos com congêneres de outras partes do mundo.

Quadro 7: Consumo Per Capita Aparente de Pescado no Brasil – 1997 a 2009

<b>ANO</b>	<b>1997</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2003</b>	<b>2005</b>	<b>2007</b>	<b>2009</b>
<b>KG/HAB/ANO</b>	7,24	6,15	6,71	6,79	6,46	6,66	7,71	9,03

Fonte: MPA

A tendência do consumo per capita aparente de pescado no Brasil se apresenta crescente, porém distante do patamar considerado ideal pela Organização Mundial de Saúde – OMS de 16 quilos/habitante/ano. Essa tendência acompanha o que ocorre no mundo quando “o consumo per capita de pescado e produtos derivados da pesca vem crescendo gradualmente, de uma média de 9,9 kg durante a década de 60 do Século XX, para 11,5 na década de 1970, chegando a 12,5 kg, em 1980, 14,4 kg em 1990 e em torno de 17 kg per capita em 2009” (Nomura, 2010).

No conjunto, os países desenvolvidos apresentam consumo maior, caso da Europa com 21 kg per capita e 19 kg per capita na América do Norte. Nas nações emergentes, apesar de cerca de 40% de a população depender do pescado como fonte proteica, o consumo é menor, porém crescente (América do Sul = 8,4 kg per capita). De acordo ainda com Nomura (2010, p. 29), “a urbanização e o crescimento dos canais modernos de distribuição de alimentos aumentam a disponibilidade potencial de pescado para a maioria dos consumidores do mundo sendo também evidente que fatores econômico-culturais influenciam fortemente a demanda e que a disponibilidade, por si só, não é o único fator determinante do consumo”.

No caso específico do Brasil o consumo de pescado poderia ser maior desde que as pessoas soubessem prepará-lo de forma alternativa à frita, houvesse número maior de peixarias (a facilidade para compra apenas ocorre nas cidades litorâneas, supermercados de grandes centros urbanos e, quando disponíveis ou existentes, em feiras livres). Certamente esse consumo também se elevaria caso fossem amplamente divulgados os benefícios advindos do produto para a saúde e não houvesse tanta preocupação com o cheiro exalado pelo peixe.

#### **4. Piscicultura**

As informações a nível mundial e nacional demonstram a elevação do consumo de pescado em ritmo mais acentuado do que a oferta e, nesta, assumindo importância crescente, a expansão maior da aquicultura em relação ao produto obtido por captura. Fatores diversos como a super exploração da riqueza marinha através da pesca indiscriminada acarretando esgotamento de estoques pesqueiros e a carência de meios financeiros/monetários para a aquisição de equipamentos que permitam explorá-la nas regiões litorâneas ou ao longo dos rios, podem ser alinhados como explicações para esse cenário.

A aquicultura [aqui(a) → água / cultura → cultivo, criação)] como cultivo racional de organismos aquáticos em três ambientes – marinhos, estuarinos e de água doce –, com tecnologias próprias e sob condições controladas ou semi-controladas, objetiva obter uma determinada produção para fins ecológicos, sociais, consumo humano, e/ou atender ideais financeiros, neste caso, certamente, buscando o lucro. Apresenta ramificações ao voltar-se ao cultivo de peixes (piscicultura), camarão e crustáceos (carcinicultura), moluscos (malacocultura), tartarugas (tartaricultura), rãs (ranicultura) e algas (algocultura).

Embora a piscicultura possa ocorrer em qualquer dos três ambientes anteriormente mencionados, nesta análise a atenção está direcionada exclusivamente à criação e multiplicação de peixes em viveiros escavados (viveiros de barragem/água doce), contribuindo ao desenvolvimento regional dentro de padrões de sustentabilidade e constituindo-se em atividade econômica de produzir alimento nobre de alto valor nutritivo e a baixo custo. Em princípio essa disponibilização para criar peixe de água doce pode acontecer em áreas inadequadas para a agricultura (e até mesmo para a indústria) inserindo-se no rol de diversificação de atividades do proprietário rural permitindo atuar com menores custos, maior flexibilidade comercial e sem demandar espaços (físicos) de maiores proporções para que seja viabilizada.

Historicamente a piscicultura surgiu a milhares de anos atrás, provavelmente na China, daí se expandido pelos outros continentes. Quando chegou à Europa, isto no Século XIV, foi implantada nos mosteiros, onde os monges criavam carpas a fim de consumi-las no momento de abstinência de carnes vermelhas. Na América

do Sul apareceu na Argentina no Século XIX, data em cujo final também chega ao Brasil, porém, precipuamente, sob a forma de experiências isoladas ao longo do século passado e onde, efetivamente, a atividade somente tem impulso a partir dos anos 90 e na primeira década deste milênio.

A grande indagação é sobre a razão de se criar peixes. O SEBRAE/RR (2001, p. 13) enumera como explicações plausíveis, as seguintes: *i)* Aproveitamento de áreas improdutivas ou de baixo rendimento agropecuário, transformando-as e elevando a produtividade das mesmas; *ii)* Utilização de subprodutos agropecuários na manutenção dos peixes; *iii)* Eficiente conversão alimentar do peixe que se alimenta pouco e cresce muito aumentando a produtividade por unidade de área<sup>6</sup>; *iv)* Rápido retorno do capital investido; *v)* Elevada produção por área; *vi)* Aumento do faturamento do produtor rural; *vii)* Diminuição dos problemas de sazonalidade das safras. A estes pontos seria pertinente acrescentar (Lima, 2008, p. 06): *i)* A atividade é promissora na maioria dos países, propiciando excelente retorno e boa fonte de renda; *ii)* Criação em tanques permite supervisão e regulagem da criação, alimentação, crescimento e tamanho dos peixes; *iii)* Áreas com grande quantidade de água, impróprias e/ou improdutivas para as lavouras e, por consequência, de baixo custo, podem perfeitamente ser utilizadas na piscicultura; *iv)* A atividade figura no contexto de diversificação de atuação do proprietário agrícola, tornando possível produzir com menores riscos e maior flexibilidade comercial; *v)* Custo baixo comparativamente à pecuária tornando-a mais acessível à maioria dos detentores de quintas, chacareiros, sitiantes.

No desenvolvimento regional, em princípio, o cultivo mais significativo na piscicultura é de natureza semi intensiva, utilizando de calagem<sup>7</sup>, adubação do tanque e fornecimento de alimentação aos peixes. Neste sistema, no qual o produtor visa obter ganho com a criação, ainda se faz presente a produtividade natural do viveiro, esta se incrementando graças ao fornecimento suplementar de ração (na base de 200 a 300 g/peixe/m<sup>2</sup>) com a produtividade estimada girando em torno de 3.000 a 4.000 kg/ha/ano.

---

<sup>6</sup> Os peixes e outros animais aquáticos, de sangue frio, gastam menos energia para suporte e manutenção. As proporções estimadas são do peixe de 1,9:1, suínos (4:1), bovinos 8:1 e aves 2:1 (Cesar, 2009).

<sup>7</sup> Calagem é a mistura de cal na terra, para certas culturas (e a piscicultura é uma delas) ou, em campos pobres, para melhorar o índice de acidez, beneficiando a vegetação natural.

A expectativa é de a piscicultura ultrapassar a pecuária como fonte de alimentos, pois o mundo que dependeu quase exclusivamente de dois sistemas naturais – pesqueiros oceânicos e pastagens – para satisfazer a demanda cada vez maior de proteína animal, observa esse período aproximando-se do final, quando ambas as ramificações atingirão os respectivos limites produtivos. Não é por outra razão que se propala quanto ao potencial da atividade piscicultura aumentar em termos de produção, renda, emprego, divisas e contribuição ao desenvolvimento regional nos diversos países em que seja levada adiante, especialmente na CPLP.

### **5. A Contribuição da economia solidária**

Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE, 2011), a economia solidária é caracterizada pelo conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizado sob a forma de autogestão. O caráter de solidariedade nesses empreendimentos é expresso em diferentes dimensões: *i)* na justa distribuição dos resultados alcançados; *ii)* nas oportunidades que levam a ampliação de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; *iii)* no compromisso com um meio ambiente saudável; *iv)* nas relações que se estabelecem com a comunidade local; *v)* na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional; *vi)* na preocupação com o bem estar dos trabalhadores e consumidores; e, não menos importante, *vii)* no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

Normalmente existem dúvidas sobre a economia solidária frente ao cooperativismo como dois modos de organização da produção que o são. Realmente, nem todas as cooperativas atuam dentro dos princípios do solidarismo, porém para que o empreendimento seja solidário, ele deve ser organizado coletivamente funcionando no formato de uma associação ou de uma cooperativa. As relações estabelecidas entre os participantes transcendem ao econômico, ou seja, para ser integrante não basta ter uma quota parte ou participação dos membros na criação e controle do capital. Na economia solidária é necessário ser trabalhador dessa associação uma vez que os proprietários dos meios e bens de produção são exclusivamente aqueles que nela trabalham dividindo entre si, de forma fraternal, os resultados do que vier a ser gerado/produzido e da comercialização respectiva.

Desta maneira, os lucros não se concentram nas mãos de um único dono ou de um corpo de acionistas/cooperados.

Nos últimos anos, a economia solidária veio se apresentar como alternativa inovadora de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão social. Compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas, em grande parte, informalmente, consideradas pré-cooperativas e/ou associações com atividades distribuídas sob formas variadas predominando as que têm ligação com a pesca, pecuária, extrativismo, alimentos, bebidas, e diferentes produtos artesanais. É neste particular que se insere a contribuição que entidades de tal natureza podem representar no impulso à piscicultura e, por consequência, ao desenvolvimento local/regional seja no Brasil como nos territórios das demais nações da CPLP.

Conforme anteriormente mencionado, neste trabalho a atenção privilegiou a piscicultura com a criação e multiplicação de peixes em ambientes escavados (viveiros de barragem/água doce), processada dentro de padrões de sustentabilidade e apresentando resultados quando levada adiante em um universo equilibrado, possibilitando o aproveitamento de ambientes onde haja disponibilidade de água. Ideal como atividade econômica alternativa é plausível e factível para adoção no contexto das pequenas propriedades rurais existentes nos diversos países. Entretanto, se nesses minifúndios a criação de outras espécies animais (bovinos, suínos, caprinos, além da avicultura) constituem algo cujo desenvolvimento/crescimento está visível permitindo fácil acompanhamento, isto não acontece com o peixe que estará debaixo da água se alimentando, bebendo, respirando e fazendo as necessidades no mesmo ambiente. Configurando, como já mencionado e, em princípio, um sistema de produção superintensivo, tem vertentes que variam desde as providências relativas ao local de implantação dos viveiros, com seleção qualitativa dos insumos (ração, sementes, alevinos<sup>8</sup>) e com o manejo do cultivo (povoamento, alimentação, tratamento sanitário preventivo, dentre outros).

A piscicultura, marcando presença ou ocorrendo em micro e pequenas propriedades rurais (sítios, chácaras, quintas) vizinhas, próximas ou localizadas dentro de determinado raio de abrangência, propicia o ambiente ideal para que aconteça, solidária e cooperativamente, em regime de economia familiar. Com efeito, etapas quanto à aquisição de insumos, processamento da produção, meios de estocagem,

---

<sup>8</sup> Alevino é o peixe jovem que apresenta externamente todas as características do adulto.

facilidades de transporte aos centros consumidores e a conseqüente comercialização com preços uniformes evitando a competição predatória, resultarão em economias de escala, geração de renda a ser compartilhada e, seguramente, em inclusão social para todos os que estejam nela envolvidos.

Neste contexto, não pode ser esquecido que políticas públicas devem ser colocadas em prática. A capacitação é prioritária para disseminar conhecimentos indispensáveis que propiciem corretas técnicas de manejo direcionadas ao crescimento e reprodução do peixe, à engorda e à geração de carne de qualidade. Ademais, torna-se necessária a adoção de medidas profiláticas para evitar a incidência de enfermidades que eventualmente possam se manifestar em vista de haver dificuldade para tratar qualquer uma delas em peixes atacados por alguma doença. No Brasil isto já acontece graças às ações conduzidas por órgãos governamentais específicos, inclusive objetivando promover o desenvolvimento sustentável, incremento dos benefícios sociais/econômicos, estimulando a associação de piscicultores (envolvendo nestas reuniões periódicas), a sustentabilidade da atividade e respaldando, inclusive com a disponibilização de recursos financeiros, através de linhas específicas de crédito, a aquisição de insumos, o beneficiamento, as condições de armazenagem e a comercialização da produção.

Resumindo, a piscicultura se afigura como promissora, pois enquanto a demanda mundial por pescado cresce em ritmo acelerado, as possibilidades de expansão da captura pesqueira estão praticamente esgotadas. A solução, portanto, está na criação de peixes em sistema de cativeiro. Em decorrência, o Brasil e os demais integrantes de CPLP, se beneficiam e devem incentivar o setor, em face a aspectos climatológicos propícios de que, geograficamente, se revestem as respectivas extensões territoriais e dos recursos hídricos que estas apresentam. Acontecendo estes estímulos, eles ajudarão no desenvolvimento local/regional e comunitário, gerando renda, favorecendo a ampliação do mercado de trabalho e a inclusão social. A economia solidária, como modo sustentável de produção, ao conceder importância ao ser humano e, portanto, constituir alternativa ao status quo vigente que valoriza apenas o capital pode, e tem desempenhado importante papel na atividade piscicultura e, particularmente, também em políticas desenvolvimentistas.



## **6. Considerações finais**

Originalmente este trabalho teve o propósito de enaltecer a o papel da piscicultura, atividade de baixo risco e custo, acessível aos mini e pequenos produtores rurais, imune as sazonalidades de safras agrícolas e permitindo o aproveitamento de solos inadequados para o cultivo/pecuária, no desenvolvimento local e regional, com incremento do mercado de trabalho, geração de renda e inclusão social. Por outro lado, o texto apresentou uma resposta à indagação pertinente sobre a razão de se criar peixes em viveiros tendo em vista que a pesca de captura se esgota enquanto, mundialmente, a procura pelo produto, dada a condição de que se reveste como recomendável à dieta alimentar, alternativo à carne vermelha e, sob múltiplos aspectos, benéfico à saúde humana. Adicionalmente, o caráter multifacetado de aproveitamento do produto peixe e a potencialidade que este representa como gerador de divisas foram enaltecidos.

Certamente, para que os objetivos fossem alcançados, uma reflexão, alicerçada em elementos estatísticos, contemplando aspectos mundiais e nacionais relativos à produção, consumo, comércio se tornou necessária, tendo comprovado a elevação da demanda sustentada de forma crescente graças à contribuição da piscicultura, esta respondendo hoje, segundo estimativas, por cerca de 40% do total disponibilizado pelo conjunto dos países. Ficou evidente que a posição ocupada pelo Brasil na classificação internacional não é das mais auspiciosas, porém o potencial do país para explorar a atividade é grande e benéfica, devendo ser incentivada e estimulada. Com efeito, o processar da mesma não requer ou implica em desmatamento, tendo, assim, o mérito de contribuir positivamente em programas de sustentabilidade e preservação do meio ambiente, as grandes retóricas da atualidade.

Sob outro ângulo, o exercício da solidariedade se coaduna com o desenvolvimento da piscicultura. Desta forma, após toda uma seção ter sido direcionada a realçar os méritos (e eventuais deméritos) da atividade em que a regulação da produção é plenamente exequível desde que princípios técnicos e de supervisão estejam presentes, foi incorporado ao texto, o papel que a economia solidária desempenha para torná-la promissora. Esse tipo de associativismo, oportuno ao congrega mini e pequenos produtores rurais engajados no negócio, solidariamente empregando os meios de produção, gerando a comercialização (e até mesmo

o crédito) atendendo aos próprios interesses, se credenciando a fonte de rendimento em que as sazonalidades de safras, como realçado, são minimizadas, oportunizaria e potencializaria a exploração da mesma. Desdobramentos no mercado de trabalho e na inclusão social com certeza se seguirão.

Finalmente, porém não menos relevante, o texto evidenciou o papel para o qual a atividade piscicultura está credenciada no campo do desenvolvimento de regiões do território brasileiro e, igualmente, naquelas específicas dos demais integrantes da CPLP. Políticas públicas objetivando capacitação, apoio e incentivo à economia solidária como mola propulsora são necessárias, devendo marcar presença, como já acontece de forma satisfatória no Brasil, podendo, inclusive, servir de paradigmas, ou modelagem, para as demais nações interessadas no assunto.

### Referências bibliográficas

- Araújo. Rogério Cesar Pereira. (2009). *Importância do Setor Pesqueiro e Aqüicultura para o Desenvolvimento Econômico*. Universidade Federal do Ceará, Disciplina de Economia Pesqueira I. Disponível em [www.neema.ufc.br/EPI09\\_CAP1\\_IMPORTANCIA-PESCA.ppt](http://www.neema.ufc.br/EPI09_CAP1_IMPORTANCIA-PESCA.ppt) (Acesso em 01/08/2011)
- BRASIL. MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA – MPA. (2010). *Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura – Brasil 2008-2009*. Ministério da Pesca e Aquicultura, Brasília (DF)
- \_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA – MPA. (2009). *Produção Pesqueira e Aquícola: Estatística 2008-2009*. Ministério da Pesca e Aquicultura, Brasília (DF)
- \_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA – MPA. (2009). *Balança Comercial do Pescado 2009*. Brasília (DF): MPA – Coordenação Geral de Comercialização e Promoção Comercial. Disponível em [ftp://ftp.sp.gov.br/ftppesca/bal\\_comer\\_pesc09.pdf](ftp://ftp.sp.gov.br/ftppesca/bal_comer_pesc09.pdf) (Acesso em 02/08/2011)
- \_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – MTE. (2011). *O Que É Economia Solidária*. Disponível em <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/o-que-e-economia-solidaria.htm> (Acesso em 02/09/2011)
- \_\_\_\_\_. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. (1989). *Lei 7.735, de 22/02/1989*. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L7735.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7735.htm) (Acesso em 01/08/2011)

- \_\_\_\_\_. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. (2003). *Lei 10.683, de 28/05/2003*. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2003/L10.683.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.683.htm) (Acesso em 01/08/2011)
- \_\_\_\_\_. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. (2009). *Lei 11.958, de 26/06/2009*. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L11958.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11958.htm) (Acesso em 01/08/2011)
- \_\_\_\_\_. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. (1962). *Lei Delegada 10, de 11/10/1962*. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/ldl/ldl10.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/ldl/ldl10.htm) (Acesso em 01/08/2011)
- \_\_\_\_\_. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. (2003). *Medida Provisória 103, de 01/01/2003*. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/mpv/Antigas\\_2003/103.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/Antigas_2003/103.htm) (Acesso em 01/08/2011)
- Carvalho, Rodrigo & Daniel Lemos. (2009). *Fatos e Figuras: Aquicultura e consumo de carnes no Brasil e no Mundo*. Panorama da Aquicultura. Vol. 19, N.º 112, março-abril
- Carvalho, Rosemeiry Melo, Rochele Alves Araújo & José Carlos Vieira Pinheiro. (2010). *Vantagens Comparativas e Desempenho das Exportações do Setor Pesqueiro Brasileiro no Mercado Norteamericano*. Perspectiva Econômica. Vol. 6, N.º 1, janeiro-junho, p. 01-15
- Diehl, Astor Antônio & Denise Carvalho Tatim. (2004). *Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas: Métodos e Técnicas*. Prentice Hall, São Paulo (SP)
- Gonçalves, José Sidnei & Luis Henrique Perez. (2007). *Comércio Externo do Pescado Industrializado, Brasil, 1996-2006*. Informações Econômicas. Vol. 37, N.º 4, abril, p. 19-27
- Inger, Paul. (2002). *Introdução à Economia Solidária*. Fundação Perseu Abramo, São Paulo (SP)
- INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS RENOVÁVEIS – IBAMA. (2001). *Estatística da Pesca 2000*. Disponível em <http://www.ibama.gov.br/documentos-recursos-pesqueiros/estatistica-pesqueira> (Acesso em 03/08/2011)
- \_\_\_\_\_. – IBAMA. (2003). *Estatística da Pesca 2001*. Tamandaré (PE). Disponível em <http://www.ibama.gov.br/documentos-recursos-pesqueiros/estatistica-pesqueira> (Acesso em 03/08/2011)
- \_\_\_\_\_. – IBAMA. (2004). *Estatística da Pesca 2002*. Tamandaré (PE). Disponível em <http://www.ibama.gov.br/documentos-recursos-pesqueiros/estatistica-pesqueira> (Acesso em 03/08/2011)

- \_\_\_\_\_ – IBAMA. (2004). *Estatística da Pesca 2003*. Brasília (DF): Ibama. Disponível em <http://www.ibama.gov.br/documentos-recursos-pesqueiros/estatistica-pesqueira> (Acesso em 03/08/2011)
- \_\_\_\_\_ – IBAMA. (2005). *Estatística da Pesca 2004*. Brasília (DF): Ibama. Disponível em <http://www.ibama.gov.br/documentos-recursos-pesqueiros/estatistica-pesqueira> (Acesso em 03/08/2011)
- \_\_\_\_\_ – IBAMA. (2007). *Estatística da Pesca 2005*. Brasília (DF): Ibama. Disponível em <http://www.ibama.gov.br/documentos-recursos-pesqueiros/estatistica-pesqueira> (Acesso em 03/08/2011)
- \_\_\_\_\_ – IBAMA. (2008). *Estatística da Pesca 2006*. Brasília (DF): Ibama. Disponível em <http://www.ibama.gov.br/documentos-recursos-pesqueiros/estatistica-pesqueira> (Acesso em 03/08/2011)
- \_\_\_\_\_ – IBAMA. (2007). *Estatística da Pesca 2007*. Brasília (DF): Ibama. Disponível em [http://www.gipescado.com.br/arquivos/estatistica\\_2007.pdf](http://www.gipescado.com.br/arquivos/estatistica_2007.pdf) (Acesso em 03/08/2011)
- Lima, Márcio O. C. (2008). *A Viabilidade da Piscicultura no Estado de Roraima*. Monografia apresentada na Faculdade de Tecnologia de Roraima. Faculdades Cathedral, Boa Vista (RR)
- Macedo, Zilton Luiz *et al.* (2004). *Monografia para Economia*. Saraiva, São Paulo (SP)
- Nicolau, José Antonio & Sidney Soares Chaves. (2004). *Arranjo Produtivo da Pesca na Foz do Rio Itajaí (SC)*. Programa de Financiamento de Bolsas de Mestrado Vinculadas à Pesquisa “Micro e Pequenas Empresas em Arranjos Produtivos Locais no Brasil” SEBRAE / UFSC / NEITEC / FEPESE
- Nomura, Ichio. (2010). *O Futuro da Pesca e da Aquicultura Marinha no Mundo*. Ciência e Cultura. Vol. 62, No. 3. Julho. p. 28-32
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO – FAO. (1995). *The State of World Fisheries and Aquaculture SOFIA -1994*. FAO Fisheries Department. Roma (Itália). Disponível em <http://www.fao.org/docrep/009/v5550e/v5550e00.htm> (Acesso em 02/08/2011)
- \_\_\_\_\_ – FAO. (1997). *The State of World Fisheries and Aquaculture SOFIA – 1996*. FAO Fisheries Department, Roma (Itália). Disponível em <http://www.fao.org/docrep/003/w3265e/w3265e00.htm> (Acesso em 02/08/2011)

\_\_\_\_\_. – FAO. (1999). *The State of World Fisheries and Aquaculture SOFIA – 1998*. FAO Fisheries Department, Roma (Itália). Disponível em <http://www.fao.org/docrep/w9900e/w9900e00.htm> (Acesso em 02/08/2011)

\_\_\_\_\_. – FAO. (2001). *The State of World Fisheries and Aquaculture SOFIA – 2000*. FAO Fisheries Department, Roma (Itália). Disponível em <http://www.fao.org/docrep/003/x8002e/x8002e00.htm> (Acesso em 02/08/2011)

\_\_\_\_\_. – FAO. (2003). *The State of World Fisheries and Aquaculture SOFIA – 2002*. FAO Fisheries Department, Roma (Itália). Disponível em <http://www.fao.org/docrep/005/y7300e/y7300e00.htm> (Acesso em 02/08/2011)

\_\_\_\_\_. – FAO. (2005). *The State of World Fisheries and Aquaculture SOFIA – 2004*. FAO Fisheries Department, Roma (Itália). Disponível em <ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/009/v5550e/v5550e00.pdf> (Acesso em 02/08/2011)

\_\_\_\_\_. – FAO. (2007). *The State of World Fisheries and Aquaculture SOFIA – 2006*. FAO Fisheries Department, Roma (Itália). Disponível em <http://www.fao.org/docrep/009/a0699e/a0699e00.htm> (Acesso em 02/08/2011)

\_\_\_\_\_. – FAO. (2009). *The State of World Fisheries and Aquaculture SOFIA – 2008*. FAO Fisheries Department, Roma (Itália). Disponível em <http://www.fao.org/docrep/011/i0250e/i0250e00.htm> (Acesso em 02/08/2011)

\_\_\_\_\_. – FAO. (2011). *The State of World Fisheries and Aquaculture SOFIA – 2010*. FAO Fisheries Department, Roma (Itália). Disponível em <http://www.fao.org/docrep/013/i1820e/i1820e.pdf> (Acesso em 02/08/2011)

Otta, Lu Aiko. (2010). *Ministério Ganha Verba, Mas Pesca Fica Estagnada*. O Estado de São Paulo. 28/06. p. B-7

Rebouças, Aldo Cunha; Benedito Braga & José Galizia Tundisi (Org.). (1999). *Águas Doces no Brasil: Capital Ecológico, Uso e Conservação*. Escrituras Editora, São Paulo (SP)

SEBRAE/RR – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas em Roraima. (2001). *Criação Comercial de Peixes em Viveiros ou Açudes*. Série Oportunidades de Negócios. Edição SEBRAE, Boa Vista (RR)



## O acesso à água e o desenvolvimento em África

Manuel Couret Branco<sup>1</sup>

Pedro Damião Henriques<sup>2</sup>

M.<sup>a</sup> Leonor da Silva Carvalho<sup>3</sup>

### Resumo

Se se quiser melhorar o nível de vida das populações em África, a oferta de água é um dos serviços que deve ser fornecido nas próximas décadas. Tendo em conta o papel que a recolha e distribuição de água tem no desenvolvimento, o primeiro aspecto a ser tratado neste artigo diz respeito ao processo pelo qual a água tem vindo a ser transformada em mercadoria. Desta mercantilização da água resulta não só que o seu consumo pode ser desigualmente distribuído entre as pessoas mas também a possibilidade de alguns seres humanos serem excluídos do acesso à água. Como consequência deste facto, a Organização Mundial de Saúde acredita que mais do que mil milhões de pessoas são privadas do acesso básico à água. Estima ainda que cerca de 2,3 mil milhões de pessoas sofrem de doenças relacionadas com a água, tanto no que respeita à sua escassez como à sua pobre qualidade. Este será o segundo aspecto a ser examinado como um bom exemplo de restrição ao desenvolvimento. Na verdade, o Relatório do Desenvolvimento Humano de 2006 afirma que os custos directos e indirectos de manutenção do *deficit* corrente de provisão de água potável em países em vias de desenvolvimento representam nove vezes o custo de fornecer uma cobertura universal, sendo a perda global devida à falta de água e de saneamento de cerca de 5% do PIB. Refere também que cada unidade monetária gasta em investimentos em água e saneamento gera 8 unidades monetárias em poupança de custos e ganhos de produtividade. Mais ainda, se se considerarem as oportunidades perdidas pelas mulheres e os dias de escola

---

<sup>1</sup> Professor associado, Departamento de Economia, NICPRI-UE, Universidade de Évora, [mbranco@uevora.pt](mailto:mbranco@uevora.pt)

<sup>2</sup> Professor associado, Departamento de Economia, CEFAGE-UE, Universidade de Évora, [pdamiao@uevora.pt](mailto:pdamiao@uevora.pt)

<sup>3</sup> Professora associada, Departamento de Economia, ICAAM, Universidade de Évora, [leonor@uevora.pt](mailto:leonor@uevora.pt)

perdidos pelas crianças com o tempo gasto na recolha de água, a insuficiente cobertura de água também contribui decisivamente para a pobreza na idade adulta. Pode dizer-se que esta é a consequência do subdesenvolvimento, mas segundo Pedro Arrojo, um estudioso em temas respeitando a ética no uso da água, fornecer água às pessoas para as suas necessidades básicas está ao alcance da economia de qualquer país. Uma abordagem para reduzir os efeitos nocivos sobre o desenvolvimento da desigual recolha e distribuição da água consiste na desmercantilização da água.

Com este artigo pretende-se analisar o papel da recolha e da distribuição de água no desenvolvimento, nomeadamente na melhoria das condições de vida das populações Africanas.

## **Introdução**

*A água deste lago não é boa. Recolhemo-la porque não temos alternativa. Todos os animais bebem água deste lago, assim como toda a comunidade. É também por causa da água que estamos a ser infectados por várias doenças.*

ZenebechJemel, ChobareMeno, Etiópia

A água está na origem da vida na Terra. Nenhum organismo pode viver sem água sob qualquer das suas formas, todos os seres vivos, seres humanos incluídos, vivem num ambiente aquoso. Mas a água também é um bem económico, social e cultural usado para satisfazer uma gama crescente de necessidades humanas. Como tal, em muitos países, e muito particularmente em África, a escassez de água nos seus aspectos quantitativos e qualitativos surge como um dos desafios mais importantes para o desenvolvimento.

Cerca de 2% da paisagem azul visível da Terra é água doce, sendo o restante água salgada. Mais ainda, apenas metade da água doce está disponível para uso dos seres humanos. África possui 9% dos recursos mundiais de água doce, mas estes estão desigualmente distribuídos ao longo do continente, sendo que a África Central e a Ocidental têm significativamente maior precipitação do que a África do Norte e a África Austral. Por exemplo, a República Democrática do Congo possui 25% dos recursos Africanos e a Mauritânia detém apenas 0,001%. Devido à escassez de precipitação nalguns países, as águas subterrâneas são a principal fonte



de água: 60% na Argélia, 95% na Líbia e 15% para o todo do continente Africano (2003IYFW,2008).

A água está presente em todos os aspectos do desenvolvimento humano e da liberdade humana. A água dá a vida a tudo. A água para a vida, ou seja a água potável e o saneamento, constitui um dos alicerces mais básicos do desenvolvimento humano, contribuindo para o aumento da dignidade humana, melhorias a nível da saúde e para o crescimento económico. Um dos maiores desafios ao desenvolvimento está, pois, relacionado com o fornecimento universal de acesso à água. As escolhas e as liberdades das pessoas são significativamente limitadas pela doença, pobreza e vulnerabilidade ao lhes ser negado o acesso à água para a vida ou à água enquanto meio de subsistência ou recurso produtivo.

O acesso restrito constitui um entrave ao crescimento económico, uma fonte de profundas desigualdades que têm por base a riqueza e o género e uma das principais barreiras ao rápido progresso em direcção aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM). Se se quiser melhorar o nível de vida das populações em África, o abastecimento de água é um dos serviços cujo fornecimento deve ser fortemente incrementado nas próximas décadas. A falta de água dificulta o desenvolvimento afectando a produção de alimentos, as condições de saúde e o desenvolvimento industrial (UNDP, 2006). No entanto, o problema do acesso à água enquanto meio de subsistência não reside tanto na sua escassez física, que constitui ainda a excepção e não a regra, mas sim na sua gestão, porquanto a maioria dos países dispõe de água suficiente para satisfazer não só as suas necessidades domésticas, mas também as industriais, agrícola e ambientais.

As diferenças regionais na disponibilidade de água em África são, no entanto preocupantes. O cenário de abastecimento de água potável às populações do continente Africano está, de facto, longe de satisfazer os padrões internacionais. Na África Subsariana, entre 1990 e 2004, a população a usar uma fonte de água potável cresceu apenas 7%, passando de 48% para 55%. Em Angola, apesar de uma rápida evolução nos últimos tempos, o acesso da população à água potável passou de 22% em 2007 para 40% em 2009 (Pestana, 2011), uma grande maioria da população está ainda privada deste acesso.

Esta situação é muito pior para a população africana com acesso a saneamento básico, que aumentou somente de 32% para 37%, para o período de 1990 a 2004.

No mesmo período, a população Africana vivendo abaixo da linha de pobreza diminuiu de 5%, uma melhoria que, contudo, não impede que 40% da população continue a viver abaixo daquela linha (UNDP, 2006).

Constituindo a pobreza um dos principais problemas em África, em muitos países os utilizadores de água não pagam, e provavelmente não terão condições para, no futuro, pagarem os custos reais do seu abastecimento. Na realidade, apenas uma pequena parcela dos custos de transferência, tratamento e rejeição de água têm sido suportados pelos utilizadores, sendo os restantes subsidiados. Por outro lado, é patente que o papel do Estado no abastecimento de água está longe de satisfazer as necessidades básicas da população Africana, tanto em zonas rurais como em zonas urbanas.

Com este artigo pretende-se analisar o papel desempenhado pela recolha e distribuição de água no desenvolvimento, nomeadamente na melhoria das condições de vida das populações Africanas. Começaremos por descrever o processo pelo qual a água tem vindo a ser transformada em mercadoria, examinando em seguida os efeitos nocivos causados por esta sua mercantilização. Identificaremos mais especificamente os custos sociais gerados tanto pelo uso da água como pela sua exclusão, custos estes que são gerados quer a água seja gerida de modo privado quer de modo público. No entanto, a privatização da água implica uma maior quantidade e diversidade de custos sociais. Terminaremos recomendando a desmercantilização da água como primeiro passo para romper o bloqueio que a falta de acesso à água tem vindo a criar ao processo de desenvolvimento enquadrando-a no pleno reconhecimento do direito humano à água.

### **A mercantilização da água**

Até ao início da segunda metade do século XX, a fraca pressão demográfica sobre os recursos disponíveis levou a que o consumo individual de água não reduzisse significativamente a sua quantidade disponível para os outros. A água era então entendida como um bem livre, isto é, como um bem disponível para consumo de acordo com o princípio do primeiro a chegar primeiro a ser servido (Bontems e Rotillon, 1998). Desde então, o ritmo acelerado do crescimento económico e demográfico acompanhado do crescimento dos diversos tipos de consumo de água, obrigou a pensar a sua gestão no quadro geral de uma situação

de escassez, criando as condições para pensar na sua classificação segundo o tipo de bem.

A Economia divide os bens em duas categorias principais, públicos e privados, de acordo com as combinações entre rivalidade e exclusão no seu consumo. Assim, para um bem público não se verificam nem a rivalidade nem a exclusão. Isto significa que o consumo deste tipo de bens por um indivíduo não reduz a quantidade do bem para consumo de outros indivíduos, e que nenhum indivíduo pode ser excluído do consumo do bem, ao contrário do que sucede com os bens privados cujo acesso é simultaneamente realizado em concorrência com os demais consumidores e condicionado à disponibilidade para pagar.

É muito difícil, no entanto, classificar todos os bens exclusivamente nestas duas categorias. Com base na presença ou ausência de rivalidade e de exclusão é ainda possível determinar dois outros tipos de bens. Assim, existem bens que apresentam rivalidade mas não exclusão, e bens que apresentam exclusão mas não rivalidade. Aos bens que se incluem no primeiro grupo chamamos de bens comuns, e aos que se incluem no segundo, bens de clube. No primeiro caso, trata-se de bens cujo consumo por parte de uns diminui a capacidade de consumir por parte de outros, mas cujo acesso é difícil de limitar ou impedir. No lado oposto encontram-se os bens para os quais é fácil limitar o acesso mas cujo consumo por parte de um indivíduo não diminui a capacidade de consumir de outro.

De um ponto de vista estritamente técnico, a classificação da água não é simples. O consumo de água na natureza, bebê-la num rio ou numa nascente, salvaguardadas as exceções de consumos insustentáveis, não exige rivalidade nem provoca exclusão e, por essa razão, a água é claramente um bem público. Este carácter público da água surge, inclusivamente, na obra de Adam Smith quando este afirmava que *“não existe nada mais útil do que a água mas com ela quase nada se pode comprar; quase nada pode ser obtido por troca com ela”* (Smith, 1776). Com efeito, a ausência de valor de troca, ou seja a impossibilidade de obter um preço de mercado, é uma outra interpretação de um bem público. A não existência de rivalidade e de exclusão é reforçada pelo facto de não existirem direitos de propriedade claros sobre a água no seu primeiro estado, digamos natural. Isto não significa que não devam existir quaisquer regras para a distribuição deste bem além do primeiro a chegar primeiro a ser servido. A água doce não é ilimitada no nosso planeta, especialmente se a poluição e o consumo em excesso continuarem ao ritmo actual. Deste ponto

de vista será mais realista classificar a água como um bem comum, por se poder identificar a não sustentabilidade do seu consumo com a ausência de regras para a sua distribuição. Garrett Hardin, no seu famoso artigo sobre a tragédia dos baldios, mostra como a inexistência de direitos de propriedade acompanhada da ausência de regras para a afectação sustentável do recurso, neste caso a terra, pode levar à sua destruição e por fim à impossibilidade generalizada de poder dele beneficiar (Hardin, 1968). No caso da água, a inexistência de tais direitos significa privar um indivíduo de poder beneficiar de um bem que é essencial à vida. Por conseguinte, a preservação e o fornecimento dos bens públicos são uma responsabilidade colectiva exigindo a sua gestão a presença de uma autoridade pública. O *Tribunal de Las Águas* de Valência, em Espanha, uma instituição com mais de mil anos que ainda hoje se reúne todas as semanas para afectar as utilizações da rede regional de águas, demonstra também o carácter reconhecidamente público da água.

A forma sob a qual a água se apresenta hoje ao consumidor tem, no entanto, pouco a ver com aquela que transparece das considerações feitas acima. Com efeito, a esmagadora maioria da população mundial usufrui de água segura através da intermediação de infra-estruturas, tais como canalizações e várias outras formas de captação e distribuição. Ora, ao contrário da água propriamente dita, estas estruturas são susceptíveis de serem apropriadas de modo privado, sendo desde logo possível introduzir as características de rivalidade e de exclusão no acesso à água. Consequentemente, a classificação da água enquanto bem público perde parte da sua pertinência. Deste modo, ao ser possível pagar pelo seu consumo, e dele excluir outro indivíduo, pois à torneira só tem acesso quem estiver disposto a pagar, a água assume algumas das características de um bem privado, tornando possível a sua mercantilização.

Esta mercantilização da água significa que quer a água seja fornecida de modo privado quer de modo público, deve ter um preço e portanto deve ser considerada a possibilidade de existência de algum tipo de mercado, ou seja a água como uma mercadoria é recolhida e distribuída de forma a responder a uma procura viável. É este processo que está na origem da maior parte dos custos sociais gerados pelo sector da água, quer o recurso seja recolhido e distribuído privada ou publicamente. Portanto, tanto a exclusão como a rivalidade são permitidas. Como resultado, parte da população pode ser tecnicamente privada do acesso a um recurso que é essencial à vida humana. No caso da distribuição privada da

água, o mercado não é obrigado a satisfazer todos os indivíduos, uma vez que, de acordo com a sua lógica, o seu único propósito é satisfazer a procura viável, como no caso de qualquer bem privado. Ao satisfazer a procura viável, a principal preocupação é a capacidade de pagar, ou por outras palavras o poder de compra. Aos mercados o que interessa é que os agentes fiquem satisfeitos, ou seja que os vendedores sejam capazes de vender as quantidades que desejam aos preços de mercado e que os compradores sejam capazes de comprar o que desejam aos mesmos preços de mercado. O facto de alguns agentes presentes no mercado não serem capazes de comprar o que desejam, ou necessitam, aos preços de mercado, devido a uma forte restrição orçamental não é motivo de preocupação para as empresas privadas.

No caso de insuficiente distribuição pública da água, a questão deve ser vista de um modo ligeiramente diferente. Na verdade, o propósito do Estado não é o de satisfazer a procura viável, como o é para os mercados, mas satisfazer as solicitações dos cidadãos. Isto significa que o poder de compra individual e a disposição para pagar não têm o mesmo papel que nos bens privados oferecidos pelos mercados. No entanto, a disponibilidade de meios, um conceito gémeo do poder de compra, é fundamental. Apesar do facto de os bens públicos geralmente não terem um preço reflectindo o seu valor de mercado, são necessários meios para os fornecer uma vez que eles têm um custo. A principal diferença entre provisão pública e privada é que são necessários meios do lado da oferta mais do que do lado da procura, pelo menos de uma forma directa. Por isso é que a tributação é fundamental para a produção de bens públicos, exclusiva do Estado.

Todavia, se aos mercados faltam os incentivos para fornecerem bens públicos, o Estado pode fornecer tanto bens públicos como bens privados. Na realidade, a água pode ser distribuída publicamente como um bem privado permitindo que o Estado a cobre aos consumidores, pelo que os preços são uma questão política fundamental. Do mesmo modo, podem ser necessários meios do lado da procura. Como já se disse, em África, os utilizadores da água não a têm pago, e provavelmente não terão condições para no futuro pagar os verdadeiros custos do seu fornecimento. Mais uma vez, apenas uma pequena parte do custo de transferência, tratamento e rejeição de água tem sido suportado pelos utilizadores, sendo o remanescente subsidiado. Apesar deste facto, muitos utilizadores de água não têm sequer a capacidade de pagar estes preços subsidiados, daí a exclusão.

Se as pessoas forem impedidas de ter acesso aos bens públicos e privados fornecidos pelo Estado, significa que ou o Estado não tem os meios necessários para os produzir ou optou por não o fazer. No primeiro caso, a exclusão é principalmente um assunto de desenvolvimento porque o Estado pode não ser capaz de oferecer parte dos bens e serviços necessários à população por indisponibilidade de meios. No segundo caso, pelo contrário, é principalmente uma questão social e política porque significa que a falta de acesso não é inevitável. Enquanto a exclusão e a desigualdade na distribuição de muitos bens privados não implica forçosamente efeitos nocivos e ineficiências que podem tomar a forma de um custo social, no caso da água, como veremos na próxima secção, sucede o contrário, porque, por um lado a água é um bem essencial à vida humana e, por outro, a privação da água não é inevitável nos dias de hoje.

### **Falta de acesso à água e desenvolvimento**

Se se concordar com o princípio económico geral, sugerido por uma das populares leis de Murphy, que afirma que se a exclusão é possível a exclusão terá lugar, então não será surpresa para ninguém que o acesso à água esteja longe de estar garantido para todos, especialmente nos países em vias de desenvolvimento, e que, entre aquelas comunidades que beneficiam deste acesso, a água esteja também longe de estar distribuída equitativamente, independentemente de a provisão ser pública ou privada. De facto, com a excepção de ambientes de extrema escassez de água, a sua privação a consequência lógica da possibilidade de exclusão inerente à mercantilização da água.

A Organização Mundial de Saúde estima que mais de mil milhões de pessoas estão privadas do acesso básico à água (WHO, 2001:1). Em África, dos 800 milhões de pessoas que se estima viverem no continente, 300 milhões vivem num ambiente de escassez de água, maioritariamente nas regiões Norte e Sul. Em média, 64% da população Africana tem acesso ao abastecimento de água potável. Em Angola, o nível de acesso à água potável não ultrapassa os 40%, valor muito baixo quando comparado com os valores para outros países da África Subsariana, como a África do Sul (93%) e o Botswana (96%), ou com a média dos países da SADC (70%) (Pestana, 2011). Cerca de dois terços da população Africana vive em áreas rurais onde a cobertura para o abastecimento de água é ainda mais pobre, abrangendo

apenas 50% da população. Mais uma vez, Angola apresenta um pior desempenho com apenas 23% da população rural abrangida por esta cobertura. No entanto, o Governo instituiu o programa “Água para todos” com o objectivo de melhorar e aumentar o acesso à água potável nas zonas rurais, tendo como meta atingir 80% da população rural até 2012 (Pestana 2011). Em áreas urbanas estima-se que 86% da população Africana tem acesso a água potável, mas enfrentam dois problemas principais: muitos centros urbanos têm os sistemas de distribuição de água em declínio devido a redes inadequadas, antigas e sobrecarregadas; e os moradores de áreas peri-urbanas vivem em bairros degradados e são pobres, estando privados de um acesso razoável à água potável (2003 IYFW, 2008).

Privar um indivíduo do acesso à água constitui antes de mais uma violação de um direito humano (ver Branco e Henriques 2010) o que, por si só, pode ser considerado um efeito nocivo para a sociedade. Mas, há outras consequências e características importantes desta exclusão que produzem efeitos negativos sobre o desenvolvimento. Em primeiro lugar, a privação de água resultante da mercantilização do recurso pode ser evitada; segundo, os custos desta privação são deslocados para terceiros pessoas ou para a sociedade em geral; e finalmente esta privação levanta questões sobre a distribuição do rendimento. É óbvio que estes efeitos nocivos não derivam da produção mas da renúncia à produção. Então, deveremos considerá-los custos de oportunidade sociais em vez de custos estritamente sociais (ver Kapp, 1983: 9). Apesar desta diferença conceptual, os dois tipos de custos partilham a mesma essência, podendo assim ser tomados na mesma base.

Pode afirmar-se, com razoável confiança, que é relativamente fácil e barato proporcionar acesso à água a toda a gente para satisfação das necessidades básicas, com a provável excepção de um meio de extrema escassez de água. Tal significa que os efeitos nocivos associados à exclusão do acesso à água são perfeitamente evitáveis. Pedro Arrojo, um estudioso de temas relacionados com a ética do uso da água, distinguido com o Goldman Environmental Prize em 2003, declara que fornecer água para as necessidades básicas das pessoas está ao alcance da economia de qualquer país (Arrojo, 2006: 109). No mundo em desenvolvimento, dependendo da tecnologia, o acesso universal a água de beber e saneamento custaria cerca de 20 a 30 mil milhões de dólares (UNDP, 2006: 42).

A cobertura universal sai, inclusivamente, mais barata do que a exclusão e a desigualdade no acesso à água da sociedade como um todo. A investigação

levada a cabo pela Organização Mundial de Saúde (OMS) para o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2006 sugere que os custos directos e indirectos da manutenção do actual *deficit* de fornecimento de água potável nos países em desenvolvimento representam nove vezes o custo do fornecimento universal de água potável. A perda total devida à falta de água e de saneamento é de cerca de 170 mil milhões de dólares, ou 2,6% do PIB dos países em desenvolvimento. Para a África Subsariana estes números são ainda mais significativos. Aqui, as perdas representam 5% do PIB, um número que excedia os fluxos totais da ajuda e de perdão da dívida para a região em 2003 (UNDP, 2006: 42).

O retorno económico resultante da poupança de tempo, do aumento de produtividade e da redução dos custos de saúde será de 8 dólares por cada dólar investido em atingir o ODM de reduzir para metade as pessoas sem acesso à água e saneamento em 2015 (UNDP, 2006: 58). De que tipo de custos estamos a falar? Não apenas dos custos directos gerados pelas doenças ligadas quer com a escassez quer com a fraca qualidade da água, mas também dos custos indirectos tais como a miséria relacionada com saúde precária. Estes custos têm origem na exclusão evitável permitida pela mercantilização da água e acabam por ser deslocados para outras pessoas ou para a comunidade como um todo.

A ONU estima que cerca de 2,3 mil milhões de pessoas sofrem de doenças relacionadas com a água, ou seja quer com a sua escassez quer com a sua fraca qualidade (UN, 1997: 39). Quase metade da população Africana sofre de uma das seis principais doenças relacionadas com a água. Todos os dias morrem 650 pessoas de diarreia, principalmente crianças com menos de cinco anos de idade. De facto, muitas destas doenças, como a esquistossomose ou a cólera, ocorrem maioritariamente em África, com 82,8% e 78% dos casos, respectivamente. A malária, por exemplo, é a principal causa de doença em crianças e representa 10% do peso total das doenças contribuindo para desacelerar, em 1,3% ao ano, o crescimento económico dos países Africanos (2003 IYFW, 2008; WWF, 2002). De acordo com a OMS, o peso das doenças relacionadas com a água, medido pelos indicadores convencionais de saúde, representa 60 milhões de anos de vida cada ano, ou 4% do total global (Hutton e Haller, 2004).

As crianças são as mais afectadas tanto pelos custos directos como pelos indirectos. Os custos médicos directamente relacionados com a saúde precária podem ser facilmente deduzidos dos números acima mencionados. Os custos indirectos,



embora mais difíceis de contabilizar e com mais efeitos a longo prazo, são tão pesados como os primeiros, no entanto. Em primeiro lugar, a saúde precária reduz os benefícios da educação, enfraquecendo o potencial cognitivo e promovendo o absentismo. Com efeito, testes apontam para efeitos adversos das doenças na memória, no potencial de resolução de problemas e no nível de atenção (Kremer and Miguel, 1999). As doenças relacionadas com a falta de acesso a água potável custam, ainda, 443 milhões de dias de escola por ano, o que é equivalente a um ano escolar completo para todas as crianças de sete anos de idade da Etiópia (UNDP, 2006: 45). Além do mais, crianças que sofrem repetidamente de doenças infecciosas e de diarreia são mais baixas na idade adulta. Resultados de uma investigação mostraram a existência de uma correlação estreita entre a altura de um adulto e o seu rendimento económico (Strauss e Thomas 1998) reforçando os argumentos que suportam a conexão entre saúde precária e perspectivas de rendimento mais baixo. Pode, então, deduzir-se que poder de compra reduzido e pobreza na idade adulta estão entre as consequências de se ser excluído do acesso à água potável. Apesar de as crianças serem claramente as mais afectadas, países inteiros pagam o custo de produtividades mais baixas e de diminuição de capital humano, como foi cuidadosamente sublinhado pelo Relatório do Desenvolvimento Humano de 2006 (UNDP, 2006: 45).

Esta perda de oportunidades, e subsequente perspectiva de diminuição do rendimento, levanta também questões relacionadas com a desigualdade. Em África, mulheres e crianças gastam oito ou mais horas por dia na recolha de água e caminham 10 a 15 km, em média, carregando acima de 15 litros por viagem (Conteh, 2006). Como se pode facilmente deduzir, o tempo gasto na recolha de água interfere com a ida à escola, sendo as raparigas as mais afectadas. Na Tanzânia, por exemplo, os níveis de ida à escola são 12% mais elevados para raparigas cuja casa dista 15 minutos ou menos da fonte de água do que para aquelas cuja casa dista uma hora ou mais dessa mesma fonte (Tanzania, 2002). Se se considerarem os dias de escola e as oportunidades perdidas pelas raparigas com o tempo gasto na recolha de água, então a insuficiente cobertura de água contribui decisivamente para a maior pobreza das mulheres na idade adulta.

As raparigas, especialmente depois da puberdade, são também mais propensas a abandonar a escola por causa das inadequadas instalações sanitárias. Com efeito, por causa da preocupação acerca da segurança e da privacidade, as raparigas são

muitas vezes retiradas das escolas pelas suas famílias, por estas não oferecerem casas de banho adequadas e separadas para raparigas. A UNICEF estima que cerca de metade das raparigas da África Subsariana que faltam à escola o fazem devido à falta de água potável e de instalações sanitárias condignas (UNICEF, 2005). Como resultado da perda de oportunidades pelas mulheres, o índice de desenvolvimento ajustado ao género em África é de 0,513, significando que as mulheres no continente beneficiam de 20% menos bem-estar do que os homens (UNDP, 2006). As disparidades na educação relacionadas com a falta de acesso à água e a saneamento induzem outros custos sociais. Na idade adulta, as raparigas com menos educação tendem a ter famílias maiores, pouco saudáveis e os seus filhos têm menor probabilidade de receber uma educação do que os filhos de mães com mais educação (UNDP, 2006: 47). Estas perdas associadas aos níveis educacionais e às desigualdades de género relacionadas com o acesso à água e o saneamento são, além disso, cumulativas.

A desigualdade não se exprime apenas através de perdas de rendimento. Com efeito, as pessoas pobres não só pagam um preço alto pela água potável que não recebem, como também pagam mais caro do que os ricos pela pouca água que conseguem obter. Nos países em desenvolvimento, o preço parece estar inversamente relacionado com a capacidade de pagar, ou seja quanto mais pobre se for, aparentemente mais se pagará (UNDP, 2006: 51). O Relatório do Desenvolvimento Humano nota que famílias que vivem em bairros degradados pagam frequentemente cinco a dez vezes mais pela água do que famílias mais abastadas das mesmas cidades do mundo em desenvolvimento (UNDP, 2006: 10).

Esta discriminação é essencialmente devida ao facto de que muitas famílias carenciadas não têm acesso à distribuição pública de água. Com efeito, os intermediários de água que operam em redes municipais, usualmente, fornecem água a um preço mais baixo. As famílias directamente ligadas à rede obtêm água através de uma torneira em casa. As famílias pobres sem uma ligação têm, em contraste, de pagar preços mais altos porque a água passa por vários intermediários. Há duas razões principais para as famílias mais pobres serem excluídas de uma ligação à rede. Primeiro, a recusa em efectuar a ligação a famílias sem títulos de propriedade formais e, segundo, os elevados custos de ligação (UNDP, 2006: 52). De notar que por mais altos que os custos do investimento público na ligação das pessoas à rede de abastecimento sejam, este é ainda mais baixo do que o custo social de

não fornecer água, como notado anteriormente. Esta aparente irracionalidade pode ser explicada pelo facto de que os custos em capital, em infra-estruturas, estão concentrados num ou em poucos agentes enquanto os custos sociais estão disseminados pela população.

### **Os custos sociais do uso da água e o desenvolvimento**

Até aqui a nossa atenção esteve focada nos custos sociais gerados pela exclusão resultante da mercantilização da água. Os custos sociais são, na verdade, muito significativos e constituem sem dúvida a nossa maior preocupação, mas não a única. Com efeito, mesmo havendo muitos indivíduos excluídos do consumo de água em países em desenvolvimento, a verdade é que a grande maioria deles tem algum acesso à água. Apesar de este acesso minimizar o impacto dos efeitos negativos da exclusão da água, a ocorrência de consumo não elimina a possibilidade de custos sociais e, portanto, de efeitos negativos para o processo de desenvolvimento. Em maior ou menor medida, quase todos os usos da água pelos seres humanos produzem custos sociais na forma de degradação ambiental, diminuição da disponibilidade de recursos naturais e redução da oferta de água no presente e no futuro, todos eles levando a modos de vida insustentáveis e por conseguinte a uma diminuição do bem-estar humano. Os principais consumos directos de água pelos seres humanos destinam-se à satisfação de necessidades humanas tanto básicas como de luxo, à irrigação na agricultura para produção de alimentos e de matérias-primas e a fins industriais para a produção de bens. Indirectamente, os ecossistemas naturais consomem água para produzir biomassa, mais tarde usada pelo homem para diferentes propósitos e, paralelamente, estes mesmos ecossistemas naturais contribuem para o ciclo da água que tem um papel crucial na oferta da água.

Os custos sociais do consumo de água no sector industrial, sobretudo os que estão relacionados com a poluição, têm sido bem documentados na literatura (Tientenberg e Lewis, 2008; Hussen, 2000; Pearce and Turner, 1990). William Kapp dedicou também um capítulo a este assunto intitulado “The Social Costs of Water Pollution” no seu livro “The Social Costs of Business Enterprise”. Nele, Kapp declara que a contaminação e a poluição reduzem directamente a oferta de água limpa e são parte integrante do problema da conservação, gestão e desenvolvimento dos recursos hídricos (Kapp, 1978:75).

A agricultura, e em especial a agricultura de regadio, interfere com o uso da água em muitas ocasiões. Afecta não só a quantidade de água disponível, porque compete com outras actividades pelo seu uso, mas afecta também a sua qualidade. A agricultura, em particular a agricultura intensiva, de regadio ou não, é uma importante fonte de poluição dos recursos hídricos, principalmente os subterrâneos, os rios, os lagos e as barragens. A poluição agrícola ocorre quando a água contendo químicos se infiltra no solo e fora do solo em diferentes fontes de abastecimento de água. Porque os poluentes agrícolas são diversos e as fontes de poluição agrícola são difíceis de identificar com precisão e de modo eficaz, tais poluentes são designados por poluentes difusos (Tietenberg e Lewis, 2008; Seitz *et al.*,1994). A principal diferença entre os custos sociais gerados pelo consumo de água industrial e agrícola reside no facto de a fonte dos custos sociais na poluição industrial poder ser facilmente identificada, enquanto na agricultura, e devido aos poluentes difusos, para a identificação dessa fonte são necessários esforços adicionais, e portanto mais custos.

Embora não use a água como um bem intermédio para produzir outros bens, o consumo humano, particularmente para fins de higiene e de saneamento, é a principal fonte de poluição da água e portanto de custos sociais. Vale a pena mencionar estes custos sociais face à crescente procura da água para consumo humano no mundo em desenvolvimento. Ainda aqui, a poluição, e, em última análise, a exaustão dos recursos de água doce, resultam também de um tratamento impróprio dos esgotos na maioria das áreas urbanas e industriais. O Relatório do Desenvolvimento Humano de 2006 alerta para o facto de que, no mundo em desenvolvimento, enfrentar o problema da oferta da água tem de ser feito em paralelo com soluções para os esgotos humanos e industriais (UNDP, 2006).

Os efeitos nocivos do uso da água, ou seja os seus custos sociais, podem ser também detectados em muitos outros domínios da vida económica e social. Quando, por exemplo, os sistemas agrícolas e as técnicas de irrigação não são apropriados, a água usada na agricultura de regadio leva ao alagamento e à salinidade do solo (Small e Carruthers,1991), gerando produções mais baixas e custos de preparação do solo mais elevados. Estas ocorrências podem em última análise conduzir ao abandono da terra e ameaçar seriamente o bem-estar humano. Um problema semelhante ao da salinização pode ocorrer na agricultura de regadio,

principalmente em zonas áridas, quando a drenagem dos solos é má, levando a uma acumulação de sais solúveis. Além disso, nos sistemas superficiais de irrigação, o risco de infecção humana por doenças relacionadas com água, como a malária e as esquistosomias, aumenta substancialmente gerando custos sociais significativos tanto para os indivíduos que beneficiam do sistema de irrigação como para os que vivem na sua vizinhança. Os argumentos anteriores levaram Small e Carruthers (1991) a considerar a drenagem e protecção da saúde como bens de mérito, bens que deviam ser promovidos pelo governo a um nível mais elevado que o que os mercados e os indivíduos provavelmente fariam, uma vez que os consumidores podem não conseguir avaliar a totalidade dos seus potenciais benefícios.

Já no que respeita ao regadio com águas subterrâneas, os custos sociais podem aparecer quando a taxa de consumo da água do poço excede a taxa de recarga natural. Nesta situação, as reservas de água são delapidadas e o lençol freático diminui, levando a que os poços sequem, pelo que serão necessários poços mais fundos para obtenção de água (Upton, 1996). Neste caso, o consumo excessivo desloca os custos para terceiros. Os custos da delapidação das reservas de água devido aos custos adicionais exigidos pela necessidade de cavar poços mais fundos e bombear água mais profundamente são custos sociais não negligenciáveis para as gerações actuais e futuras. Pode ainda ocorrer desigual distribuição de água quando os agricultores são excluídos da perfuração de poços mais fundos devido a meios insuficientes. Nesta situação, o resultado será uma redistribuição do rendimento e custos sociais adicionais.

Nos sistemas de irrigação em que os direitos da água são afectados de acordo com os direitos de propriedade da terra e em que a dimensão das propriedades é muito desigual, os benefícios da água de rega serão também desigualmente distribuídos. As propriedades maiores beneficiarão de uma maior quota de água, aumentando o hiato de rendimento entre pobres (pequenos) e ricos (grandes) agricultores. Através deste processo, os agricultores ricos serão capazes de se apropriar de uma maior quantidade de produto agrícola do que conseguiriam de outro modo, daí a produção de um custo social na forma de um efeito redistributivo.

### **Privatização da água e desenvolvimento**

A água é um direito humano e não deveria ser tratada como uma mercadoria, nem tão pouco deveria ser comercializada em mercados típicos de bens privados, uma vez que os mercados reais da água em nada se assemelham ao modelo de mercado competitivo (Henriques *et al.*, 2006). A privatização e a comercialização dos prestadores de serviços de água têm gerado uma preocupação crescente com a transformação da água numa mercadoria, dando lugar a uma forte reacção à privatização do sector. Mas, a realidade é que milhões de pessoas em todo o mundo, principalmente no mundo em desenvolvimento, já estão a consumir em mercados que tratam a água como uma mercadoria, sofrendo os custos sociais desta privatização.

Como já fizemos notar, apesar de muitos destes custos sociais serem gerados quer a água seja distribuída de modo público quer privado, nos países em desenvolvimento estes custos são essencialmente fruto da privatização. Estes custos sociais especificamente produzidos pela privatização podem ser examinados segundo dois pontos de vista. Em primeiro lugar, a privatização exacerba a exclusão do acesso à água e, segundo, a privatização é responsável por diferentes formas de ineficiência que representam uma clara deslocação de custos para terceiros e uma redução de bem-estar.

Desde os anos 80, que a privatização tem sido considerada como a panaceia para tudo o que estava errado nas economias em muitos países em desenvolvimento. As condicionalidades associadas aos empréstimos do FMI, IFC e BM e aos programas de alívio da dívida constituíram os factores mais importantes na origem deste ímpeto. As privatizações eram também uma componente central de programas de ajuda de doadores financiados pelas agências de desenvolvimento dos países desenvolvidos. A privatização da água em África tomou diferentes formas tais como: taxas contratadas sobre uma taxa base de serviço, contratos de gestão, contrato de *leasing*, concessão, acordo de transferência e alienação. As três primeiras formas de privatização são de curto prazo e não envolvem responsabilidade para o capital investido (Conteh, 2006). Neste processo, as companhias Francesas multinacionais têm dominado (Baylissand Hall, 2000).

Os argumentos a favor da privatização da água são: melhorar a eficiência operacional, o crescimento económico e o desenvolvimento do sector da água; a incapacidade dos serviços públicos para aumentar o investimento de capital; e a concessão de benefícios fiscais. Na prática há pouca evidência de que a privatização resulte de facto em aumento de eficiência, crescimento económico e desenvolvimento; as empresas privadas estão interessadas em lucros não em objectivos sociais; e os utilizadores finais não são capazes de pagar as tarifas exigidas pelas empresas privadas. Na verdade, se por exemplo no Senegal, os resultados da privatização podem ser descritos como mistos, significando que as ligações das famílias aos serviços da água têm aumentado consistentemente, embora muitas das famílias carenciadas não estejam ligadas por causa dos custos (Conteh, 2006: 36), já na África do Sul a privatização provou ser uma alternativa fraca à distribuição pública. Em Bhofofo, por exemplo, um município negro na província do Cabo Leste, em 1995 os preços da água aumentaram 300% para os residentes e em 1996 aumentaram de novo 100% (Conteh, 2006: 37). Estas elevadas tarifas, e também as taxas de ligação, significaram que muitas famílias ou não puderam pagar a água, sendo então desconectadas dos serviços de água, ou foram incapazes de se ligar ao sistema de abastecimento de água (Conteh, 2006: 38). Este mesmo fenómeno ocorreu em muitas outras cidades tais como Mlungusi ou Nelspruit.

As empresas privadas de abastecimento de água nos países desenvolvidos herdaram uma pesada infra-estrutura paga pelos investimentos públicos passados, fornecendo uma cobertura universal a um mercado de rendimento médio alto. Nos países em desenvolvimento, pelo contrário, infra-estruturas limitadas e frequentemente danificadas, baixos níveis de ligação e altos níveis de pobreza, aumentam as tensões entre a rentabilidade do negócio e o fornecimento de água a um preço justo para todos, como o assegura o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2006. De facto, como sublinha Pedro Arrojo (2006), as companhias multinacionais, que detêm a maioria das concessões privatizadas no mundo, podem estar interessadas na gestão da distribuição da água mas não no investimento em infra-estruturas. No entanto, nem tudo correu mal com o investimento privado em água, como o demonstram certas concessões que na década de 90 eram o principal canal para o investimento privado. Alguns exemplos de sucesso atestam melhorias a nível da eficiência, redução das perdas de água, aumentos no fornecimento e na cobertura.

Em Marrocos, a criação de quatro concessões entre 1997 e 2002, aumentou a cobertura e os níveis de satisfação dos consumidores. Na mesma África do Sul, a transferência de um prestador de serviços de água em Durban para uma concessão, apresentou uma melhoria considerável na distribuição equitativa da água (UNDP, 2006:93).

### **Conclusão – direito à água e desmercantilização**

A Declaração Universal dos Direitos Humanos consagra, no seu artigo 3.º, o direito inalienável à vida, uma vida que artigos seguintes determinam não se limitar à sobrevivência física, exigindo com clareza que ela se revista de um mínimo de dignidade e que possa ser gozada em liberdade e em segurança. Este direito à vida reclama, por sua vez, a acessibilidade aos recursos naturais, e também a alguns bens manufacturados, essenciais ao seu pleno cumprimento. A primeira característica destes recursos é serem, ao mesmo tempo, primordiais à existência humana e, ainda, não substituíveis por outros nessa função. Estes recursos devem, assim, ser assumidos como uma espécie de capital comum para a existência (Petrella, 2004), o que implica uma abordagem particular quando se trata de proceder à sua gestão, isto é, à sua exploração e à sua distribuição.

A água, sob todas as suas formas e quase todos os seus usos, constitui talvez o primeiro dos recursos a constar da listagem deste capital comum. De facto, como já se disse, uma quantidade adequada de água segura é necessária para prevenir a morte por desidratação, para reduzir o risco de doenças relacionadas com a água e para satisfazer outros tipos de consumo, como por exemplo, cozinhar alimentos e preencher as necessidades de higiene pessoal e doméstica, às quais se devem acrescentar as necessidades em água para a produção de alimentos, de origem vegetal ou animal.

Apesar de a água ser essencial à vida humana nas suas múltiplas dimensões, o acesso a ela está longe de estar garantido para todos e, para aquelas comunidades que usufruem desse acesso, a água está longe de ser equitativamente distribuída. A expansão da cobertura de água é não só uma questão de garantir um direito humano básico, mas é também uma questão de desenvolvimento. Melhorar o abastecimento de água e o saneamento em África contribuirá decisivamente para atingir os ODM.



Atingir estes Objectivos só será possível se os governos em África implementarem políticas que tornem o acesso à água como um direito humano, aumentem o investimento em instalações para a água em zonas rurais e urbanas, regulem o abastecimento de água para melhorar a eficiência e a equidade e introduzam a gestão integrada do recurso água para promoção da sustentabilidade (UNDP, 2006).

A privatização da água não parece ser uma solução em África porque não há evidência suficiente de que resulte em aumentos de eficiência, crescimento económico e desenvolvimento. Mais uma vez, as empresas privadas estão interessadas em lucros, não em objectivos sociais. Os utilizadores finais não são capazes de pagar as tarifas exigidas pelas companhias privadas. Fica-se, assim, com a sensação de que em África, tanto quanto em outras partes do mundo em desenvolvimento, a privatização da água não parece estar à altura das expectativas. As falhas de mercado incentivam os governos Africanos tal como os países doadores, instituições inter-governamentais e agências de desenvolvimento a ajudar o Estado a satisfazer a procura do direito à água.

Actualmente, os maiores custos sociais são gerados pela actividade de recolha e distribuição de água nos países em desenvolvimento. Embora em maior ou menor extensão quase todos os usos da água pelo homem produzam efeitos negativos que afectam o bem-estar, a questão mais importante diz respeito aos custos sociais gerados pela exclusão do acesso à água. Por outro lado, apesar de os custos sociais surgirem independentemente do modo de recolha e distribuição de água ser público ou privado, a privatização do sector da água exacerba estes mesmos custos sociais. Na origem destes custos sociais jaz a mercantilização da água, ou seja o processo através do qual a água é transformada num bem que é comprado e vendido. Desta conclusão segue-se que reduzir ou evitar os custos sociais e, assim, melhorar o bem-estar, só pode ser conseguido pela desmercantilização da água.

A desmercantilização da água implica, em primeiro lugar, o reconhecimento do carácter fundamentalmente público da recolha e distribuição da água. No entanto, embora a intervenção pública seja uma condição necessária para a desmercantilização da água, ela não é suficiente. Foram dados inúmeros exemplos de produção pública de custos sociais. A desmercantilização da água envolve muito mais do que simplesmente mudar a natureza do seu fornecedor; implica a mudança da própria natureza da água como um bem. Isto é exactamente o que está por detrás da

pretensão do reconhecimento da água como um direito humano. Como um direito humano, a água, ou qualquer outro bem necessário para exercer direitos, não deve ser tratado como uma mercadoria, mesmo que em qualquer outra ocasião o possa ser (ver Branco e Henriques 2010; Branco 2009). Neste sentido, a desmercantilização da água enquadra-se numa abordagem do desenvolvimento assente nos direitos humanos, de acordo com a qual os direitos humanos são simultaneamente meios e fins do desenvolvimento.

Isto não significa que alguns mecanismos de mercado, tais como os preços, e, portanto os actores privados, devam ser forçosamente excluídos deste processo. Ao afirmar no seu Comentário Geral sobre o direito humano à água que as pessoas devem ter meios de acesso à água, o Comité das Nações Unidas em Direitos Económicos, Sociais e Culturais reconheceu claramente que a questão chave aqui é não tanto a identidade do fornecedor mas o direito do consumidor, e concordou com o facto de que é aceitável que a água tenha um preço (UN, 2002:6). Podemos então concluir que é possível usar um sistema de preços para evitar os custos sociais gerados quer pelo sobre-consumo quer pela exclusão no quadro do direito humano à água.

Na África do Sul, por exemplo, a água é plenamente assumida como um direito humano básico, constituindo a sua prática um bom exemplo de como este direito pode funcionar como um mecanismo de legitimação e um guia para a definição das políticas. Assim, o governo usou os seus poderes reguladores para exigir que todos os municípios fornecessem pelo menos um mínimo de 25 litros diários de água grátis a cada família e estabeleceram tarifas escalonadas para fornecer um subsídio cruzado por parte dos utilizadores de grandes volumes para os utilizadores de baixos volumes (UNDP, 2006:64).

O elemento decisivo neste processo diz respeito à mudança da natureza da água como um bem e não forçosamente da natureza do seu fornecedor, pelo que se pode, então, aceitar algum tipo de actividade privada, embora forçosamente regulada de modo estrito.

## Referências

- Arrojo, P. (2006) *El Reto Ético da la Nueva Cultura del Agua: Funciones, Valores y Derechos en Juego*. Barcelona: Ediciones Paidós.
- Bayliss, K. and David Hall (2000). *Privatisation of Water and Energy in Africa*, PSIRU, University of Greenwich, London.
- Bontems, P., and Rotillon, G. (1998). *Économie de l'environnement*. Paris: Editions La Découverte.
- Branco, M. (2009). *Economics versus Human Rights*, London: Routledge.
- Branco, M. and Henriques, P. (2010). "The Political Economy of the Human Right to Water", *Radical Review of Political Economics*, 42(2): 142-155.
- Conteh, S. (2006). "Inhibiting "Progressive Realization"? The effect of Privatization on the Right to Water in Senegal and South Africa", LLM Dissertation, Faculty of Law, Centre for Human Rights, University of Pretoria.
- Hardin, G. (1968). The Tragedy of Commons. *Science* 162: 1243-1248
- Henriques, P., Branco, M., Fragoso, R. and M. L. Carvalho(2006). Direito de Acesso à Água: Princípios Económicos para o seu Usufruto na Agricultura.in *Economia com Compromisso: Ensaios em Memória de José Dias Sena*, edited by M. Branco, M. L. Carvalho and C. Rêgo, pp 29-55. Évora: Universidade de Évora, Cefag-UE.
- Hussen, A. (2000). *Principles of Environmental Economics*, London: Routledge.
- Hutton, G. and Haller, L. (2004). "Evaluation of the Costs and Benefits of Water and Sanitation Improvements at the Global Level." World Health Organization, Geneva.
- Kapp, K.W (1978). *The Social Costs of Business Enterprise*, Nottingham: Spokesman.
- Kapp, K.W (ed) (1983). *Social Costs, Economic Development and Environmental Disruption*, Lanham MD: Rowman& Littlefield Publishers.
- Kremer, M. and Miguel, T. (1999). "The Educational Impact of De-Worming in Kenya." Northeast Universities Development Conference, 8–9 October, Harvard University.
- Pearce, D. and K. Turner (1990). *Economics of Natural Resources and the Environment*, Baltimore: Johns Hopkins University Press.

- Petrella, R. (2004). *Désir d'Humanité. Le Droit de Rêver*. Bruxelles: Éditions Labor.
- Pestana, Nelson (2011). *Pobreza, Água e Saneamento Básico*. Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola, Luanda.
- Seitz, W.D., Nelson, G and H. Halcrow (1994). *Economics of Resources, Agriculture and Food*, New York: McGraw-Hill.
- Small, L. E. and Carruthers, I. (1991). *Farmer-financed irrigation – the economics of reform*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Smith, A. (1776) *An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations*. On-line edition available at <http://socserv2.socsci.mcmaster.ca/~econ/ugcm/3113/smith/wealth/wealbk01>. Accessed 12 April 2008.
- Strauss, J. and Thomas, D. (1998). "Health, Nutrition, and Economic Development." *Journal of Economic Literature* 36 (2): 766–817.
- Tanzania, Government of. (2002). Poverty and Human Development Report. Poverty Monitoring Service. Dar es Salaam.
- Tietenberg, T. and L. Lewis (2008). *Environmental & Natural Resource Economics*, 8th Edition, Upper Saddle River New Jersey: Prentice Hall.
- UN.(2002). *Substantive Issues Arising in the Implementation of the International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights.General Comment N° 15*. Committee on Economic, Social and Cultural Rights, 19-29 November.Available on-line at <http://www.unhchr.ch/html/menu2/6/gc15.doc>.
- UN.(1997). *Comprehensive Assessment of the Freshwater Resources of the World*. New York: Commission on Sustainable Development.
- UNDP (2006). *Human Development Report. Beyond scarcity: Power, poverty and the global water crisis*. Available on-line at <http://hdr.undp.org/hdr2006/pdfs> Accessed 9 May 2011.
- UNICEF (United Nations Children's Fund) and IRC International Water and Sanitation Centre (2005). "Water, Sanitation and Hygiene Education for Schools: Roundtable Proceedings and Framework for Action." Roundtable Meeting, 24–26 January, Oxford, UK.
- Upton, M. (1996). *The economics of tropical farming systems*, Cambridge: Cambridge University Press.

## O acesso à água e o desenvolvimento em África

WDID (2008). *World development indicators database: Facts and statistics*. Available on-line at <http://www.nationmaster.com>. Accessed 8 February 2009.

WHO (2000). *The Global Water Supply and Sanitation Assessment 2000*. Geneva.

WWF.(2002). *The Facts on Water in Africa*. Available on-line at [www.panda.org/livingwaters](http://www.panda.org/livingwaters). Accessed 8 February 2009.

2003 IYFW (2008). *A look at water resources in Africa*. Available on-line at [www.water-year2003.org](http://www.water-year2003.org). Accessed 10 March 2009.



## Reflexões em torno de perspectivas sobre questões teóricas e práticas relacionadas com o Desenvolvimento

Marcos Olímpio Gomes  
dos Santos<sup>1</sup>

### Resumo

A presente comunicação tem como finalidade suscitar a troca de conhecimentos e de esclarecimentos mútuos, a partir de um texto actualizável sobre Desenvolvimento em que o autor tem vindo a trabalhar no âmbito das suas actividades enquanto investigador externo do CISA-AS, no qual considerou adequado recorrer aos seguintes tópicos para abordar o tema: *i)* Definição genérica, conceitos antecedentes e concepção actual; *ii)* Estádios Histórico-Contextuais; *iii)* Dimensões do conceito; *iv)* Requisitos; *v)* Escalas de observação; *vi)* Tipos de territórios; *vii)* Instrumentos de medida e análise; *viii)* Organismos e actores; *ix)* Correntes de Pensamento / Filosofias Políticas / Religião; *x)* Quadros normativos / Textos Internacionais; *xi)* Instrumentos de intervenção; *xii)* Conceitos específicos; *xiii)* Conceitos relacionados; *xiv)* Desenvolvimento territorial (Condições necessárias); *xv)* Estratégias de desenvolvimento; *xvi)* Teorias e Paradigmas; *xvii)* Factores chave e obstáculos ao desenvolvimento, e *xviii)* Desenvolvimento individual e desenvolvimento colectivo. Se na generalidade o conteúdo do texto contribui para a análise a contextos europeus, a questão que coloca na comunicação consiste em discutir a aplicação de alguns desses tópicos à realidade africana, ou, a realidades africanas. Temas como por exemplo: *i)* Instrumentos de intervenção, *ii)* Estratégias de desenvolvimento, *iii)* Condições necessárias, *iv)* Factores chave e obstáculos, e, *v)* Desenvolvimento individual e desenvolvimento colectivo, serão referidos e problematizados na

---

<sup>1</sup> Sociólogo. Investigador Externo do Centro de Investigação em Sociologia e Antropologia “Augusto da Silva” da Universidade de Évora (CISA-AS /UE), [mosantos@uevora.pt](mailto:mosantos@uevora.pt)

Marcos Olímpio dos Santos

comunicação e, durante a apresentação serão brevemente explicitados, para possibilitarem o debate e a troca de ideias com os participantes na sessão.

### **Palavras-chave**

Desenvolvimento; Angola; 2.º Encontro em Economia, Sociologia e Desenvolvimento Rural

### **Introdução**

A comunicação que o autor apresenta ao 2.º Encontro Luso-Angolano em Economia, Sociologia e Desenvolvimento Rural, tem como finalidade proporcionar a troca de pontos de vista sobre o quadro genérico e as opções que guiam a intervenção sobre a realidade social em diferentes contextos.

A principal motivação subjacente à elaboração do presente texto consiste assim em debater com colegas angolanos/as as concepções e perspectivas de um europeu sobre questões teóricas e práticas relacionadas com o desenvolvimento, nomeadamente no que se prende com modelos e estratégias de intervenção à pequena e micro escala<sup>2</sup>, constitui a principal motivação subjacente à elaboração deste texto.

Também o aprofundamento de conhecimentos sobre um dos países lusófonos com grande potencial de crescimento, como é caso de Angola, foi uma motivação importante, tanto mais que o autor foi membro da Comissão Executiva do 1.º Encontro Luso-Angolano, que decorreu em, Évora (Portugal) de 16 a 18 de Outubro de 2008, tendo ao longo da preparação do evento ampliado os conhecimentos sobre o país.

Os resultados da reflexão efectuada são apresentados ao longo dos seguintes pontos:

- O contexto em que nos encontramos;
- O âmbito teórico-conceptual de análise;
- O âmbito geográfico e cronológico de análise;
- Problemas e desafios com que Angola se defronta;

---

<sup>2</sup> Como sejam Regiões, Agrupamentos de Municípios, Municípios.



- Instrumentos em curso para combater esses problemas e desafios;
- Concepções de desenvolvimento subjacentes a esses instrumentos;
- Semelhanças e diferenças entre as concepções de desenvolvimento;
- Validade e limitações das concepções e modelos de desenvolvimento.

### **O contexto em que nos encontramos**

Encontramo-nos num momento da história da Humanidade que tem assumido diversas designações de acordo com os autores que se têm debruçado sobre esta questão, de que são exemplos entre outros os seguintes: Globalização 3.0 (T. Friedman, 2005); Capitalismo 4.0 (A. Kaletski, 2010), para além de outras designações mais usuais tais como: “Modernidade Líquida” / Sociedade líquida (Z. Bauman, 2007); Pós-modernidade (Lyotard, 1989), “Super Modernidade” (M. Augé, 1994); “Hipermodernidade?” (G. Lipovetsky, 2007a); “Modernidade Tardia” (Jameson, 2002); “Modernidade Reflexiva” (A. Giddens, 1991), Sociedade de risco (Beck, 1992, 2010), Supercapitalismo (R. Reich, 2008), Sociedade Frankenstein (Marcondes Filho 1991), Terceira Vaga (A. Toffler, 1984); Sociedade em rede (M. Castells).

Associadas a estas designações encontram-se tendências relevantes para o século XXI que devem ser consideradas para que as organizações possam tirar proveito da globalização, são as seguintes<sup>3</sup>:

- Globalização da concorrência;
- Capital intelectual valendo mais que o capital financeiro;
- Virtualização do mundo;
- Diferenciação pela inovação;
- Tempo valendo mais que o dinheiro;
- Crescente consciência ambiental;
- Padronização de produtos;
- Concentração de empresas;
- Crescente violência social;
- Aumento do trabalho sem vínculo empregatício;

---

<sup>3</sup> Fonte: <http://pt.shvoong.com/business-management/management/1692954-ambiente-externo-tend%C3%Aancias-relevantes-para/#ixzz1WHDlILGw>

Marcos Olímpio dos Santos

- Aumento da informalidade nas empresas;
- Crescente desregulamentação;
- Valorização do indivíduo e valorização da qualidade de vida.

Para combater os aspectos negativos e melhorar os aspectos positivos associados a estas tendências foram gizados e encontram-se em curso nomeadamente os seguintes instrumentos:

#### **A nível global**

- Objectivos do Milénio;
- Agenda 21 Global;
- Acordo de Copenhague / Protocolo de Kyoto.

#### **A nível de África**

- O Plano Indicativo Estratégico de Desenvolvimento Regional (RISDP);
- O programa de acção da SADC SPA. Comércio, Indústria, Finanças e Investimento (TIFI).

Estes e outros acordos, tratados, convenções, etc, inspiram portanto um número significativo das opções dos países subscritores ou apoiantes.

#### **O âmbito teórico-conceptual de análise**

Subjacente à exposição de motivos referidos na Introdução encontra-se o conceito de desenvolvimento, cujo significado conteúdo nos é apresentado por diversos autores entre outros: Amartya Sen (2000; 2001), António Vázquez-Barquero (2000), Dudley Seers (1972), J. Clark (1991), Maria Manuela Silva (1969), Rogério Roque Amaro (1991).

Devido ao facto do vocábulo inicial não dar resposta à complexidade que se pretendia e exigia que espelhasse, vários autores e instituições começaram a adjectivar o significado inicial do conceito de desenvolvimento com complementos tais como: sustentável, humano ou social.

Porém nas décadas de 70 e 80 do século XX, justificou-se que o referido quadro conceptual tivesse de ser ampliado, tendo surgido conceitos mais específicos como: local, comunitário, integrado, endógeno, rural, foram outros dos adjectivos que

começaram a ser utilizados para reflectir âmbitos de teorização, análise e actuação.

Paralelamente foram arquitectados vários modelos norteadores da intervenção, que têm vindo a ser aplicados em diferentes contextos, tais como:

- Gestão de Ciclo do Projecto (GCP);
- Análise/Método do Quadro Lógico (MQL) / Enfoque do Quadro lógico (EML);
- Método Aplicado de Planeamento e Avaliação de Projectos (MAPA);
- Metodologia ZOPP (Ziel Orientierte Projekt Planung);
- Planeamento Participativo de Projectos de Desenvolvimento (PLAPP);
- Metodologia de Planeamento de Projectos por Objectivos (MPPO);
- Método Altadir de Planeamento Popular (MAPP);
- Metodologia FLACSO (Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais);
- Modelo PRECEDE-PROCEED;
- Planeamento Estratégico Situacional (PES);
- Planeamento Estratégico-Participativo;
- O modelo interactivo de planificação de programas – Modelo MIPP.

É a partir deste quadro que se irá desenvolver o resto da comunicação, designadamente a sucinta apresentação do âmbito territorial que justifica a apresentação deste texto.

### **O âmbito geográfico e cronológico de análise**

#### **Território**

Angola é o 23.º maior país do mundo em termos de extensão territorial, abrangendo uma área de 1.246.700 km<sup>2</sup> divididos por dezoito províncias, o que justifica a grande variedade geográfica e de paisagens. O país está dividido entre uma zona desértica a sul, no Namibe; uma faixa costeira árida, que se eleva abruptamente para um planalto interior húmido; uma zona de savana seca no interior sul e sudeste; e por fim uma zona de floresta tropical no norte e no enclave de Cabinda.

Mais especificamente o território pode ser dividido em seis áreas geográficas:

- Faixa costeira;
- Zonas de transição para o interior;

Marcos Olímpio dos Santos

- Relevos intermédios;
- Planaltos;
- Bacia do Zaire;
- Bacia dos rios Zambeze e Cubango.

Já Alves da Rocha (2010) indica as seguintes regiões, com base na similitude de estádios de desenvolvimento económico e social:

- Luanda/Bengo com as províncias do mesmo nome.
- Região Norte: Cabinda, Zaire, Uíge e Kwanza Norte.
- Região Centro/Leste: Malanje, Lunda Norte, Lunda Sul, Moxico e Kuando Kubango.
- Região Centro/Oeste: Kwanza Sul, Bié, Huambo, Benguela e Namibe.
- Região Sul: Huíla e Cunene.

O clima angolano caracteriza-se por duas estações: a estação das chuvas, mais quente, entre Outubro e Abril, e a estação seca (Cacimbo), entre Maio e Agosto. Por influência da elevada diversidade geográfica, estas duas estações apresentam algumas variações a nível de temperatura e pluviosidade ao longo do território.

### **População**

Com uma população de cerca de 18,5 milhões de habitantes, dos quais aproximadamente 60% residem nos centros urbanos, nomeadamente em Luanda onde vivem cerca de 4 milhões de habitantes (22%), outros principais centros urbanos, além da capital, são o Lobito, Benguela, Huambo (antiga Nova Lisboa) e Lubango (antiga Sá da Bandeira), onde residem cerca de 38%.

### **Economia**

A economia do país encontra-se desde há vários anos fortemente alavancada no sector petrolífero – que representa cerca de 85% do PIB, apresentando também um potencial em vários outros sectores tais como a construção, indústria, turismo e energias renováveis.

Segundo fontes oficiais, o país vive desde 2002, após vários anos de guerra civil, uma situação de estabilidade política e económica, sendo evidente o decréscimo

significativo do défice público, da inflação e das taxas de juro. Além disso, tem-se verificado a rápida reabilitação das infra-estruturas, apesar de ainda haver muito por fazer – não apenas para recuperar, mas acima de tudo para evoluir. O poder de compra dos consumidores recuperou em Luanda e em vários outros grandes centros urbanos, o que também tem contribuído para incrementar o crescimento económico. Com o propósito de tirar proveito desta situação, muitas empresas estrangeiras têm trazido novos projectos para Angola o que, combinado com os incentivos ao investimento estrangeiro, tem resultado num considerável volume de investimentos<sup>4</sup>.

No âmbito económico Angola dispõe portanto de potencialidades muito relevantes das quais se pode destacar as seguintes<sup>5</sup>:

- Importantes reservas de petróleo, gás natural e diamante de África, além de outros valiosos recursos mineiros.
- Costa marítima angolana, a qual se estende por 1650 quilómetros; habitando nos seus mares importantes espécies piscícolas.
- Imensos solos férteis (estimados em 3,5 milhões de hectares).
- Clima é favorável a uma grande variedade de culturas tropicais e semi-tropicais.
- Relevante potencial hidroeléctrica, com extensão para a rede energética da África Austral (SADC), decorrente de numerosos cursos de água que oferecem excelentes possibilidades de irrigação.
- Recursos florestais e cenários ecoambientais e paisagísticos favoráveis às actividades de turismo.

Como sectores que podem alavancar o desenvolvimento são assim apontados os seguintes:

- Agricultura, pecuária e silvicultura;
- Pescas e derivados;
- Indústria transformadora;
- Energia e águas;

---

<sup>4</sup> Fonte: [http://aet-greentech.com/index.php?option=com\\_content&view=article&id=13&Itemid=13&lang=pt](http://aet-greentech.com/index.php?option=com_content&view=article&id=13&Itemid=13&lang=pt)

<sup>5</sup> Fonte: [http://www.angola.or.jp/index.php/about\\_angola/geography](http://www.angola.or.jp/index.php/about_angola/geography)

- Transportes;
- Correios e Telecomunicações,
- Hotelaria e turismo;
- Sistema financeiro e Mercado de Capitais;
- Petróleo e derivados;
- Diamantes e outros minérios e pedras preciosas.

No entanto apesar deste potencial, o PNUD no Relatório de Desenvolvimento Humano de 2010 estima a taxa de pobreza em Angola (PPC de 1,25 USD por dia) para o período 2000-2008 em 54,3%. O Relatório Económico 2010 e o Relatório Social 2010 do CEIC/Universidade Católica de Angola colocam-na nos 52% em 2010.

Quase 90% da população urbana em Angola vive em construções clandestinas e apenas 42% tem acesso a água potável, segundo um relatório da UNICEF em Junho. Este é um dos sinais da tremenda desigualdade na distribuição de riqueza entre os 18,5 milhões de angolanos dos quais 80% são analfabetos.

### **Problemas e desafios com que Angola se defronta<sup>6</sup>**

Angola foi assolada por conflitos armados desde 1961 até 1974 (entre os movimentos de libertação e as tropas coloniais) e desde 1975 até 2002 (guerra civil)<sup>7</sup>, após o que entrou numa nova era do seu desenvolvimento socioeconómico, assente na consolidação e reforço da Paz, no esforço de reconciliação nacional, de implantação da democracia, de consolidação da estabilidade macro económica e da criação das bases para a edificação de uma economia nacional integrada e auto sustentada.

Embora evidencie um sentido decrescente, o sector dos petróleos com um peso de 57% da estrutura do PIB é ainda o predominante na economia angolana. Por não ser um sector intensivo em mão de obra, o seu impacto na criação de novos empregos é débil, encontrando-se em curso um processo de diversificação da economia do país, através da promoção de investimentos em sectores mais intensivos em mão de obra, como a agricultura, a agro indústria, as pescas, a construção, etc.

---

<sup>6</sup> Ponto redigido com base nas seguintes fontes: CPLP (2011).

<sup>7</sup> Durante este conflito estima-se que ao todo, morreram cerca de 1 milhão de angolanos, 4,5 milhões tornaram-se pessoas internamente deslocadas e mais 450.000 fugiram do país como refugiados.

Reflexões em torno de perspectivas sobre questões teóricas e práticas relacionadas com o Desenvolvimento

Não obstante o crescimento que se tem verificado nos últimos anos, que tem fortalecido o vector económico do desenvolvimento sustentável, há ainda muito por fazer a nível dos vectores social e ambiental.

De facto, Angola apresenta ainda um baixo Índice de Desenvolvimento Humano (como já referido e conforme consta no quadro seguinte), explicado nomeadamente pelos problemas a nível de saneamento, resíduos e educação.

Quadro 1: Posição dos países da CPLP no Índice de Desenvolvimento Humano

	<b>País</b>	<b>Posição</b>
1	Portugal	40
2	Brasil	73
3	Cabo Verde	118
4	Timor-Leste	120
5	São Tomé e Príncipe	127
6	Angola	146
7	Guiné-Bissau	156
8	Moçambique	167

Fonte: Relatório Global do Desenvolvimento Humano/2010

No que diz respeito ao ambiente, Angola apresenta actualmente diversos constrangimentos – alguns dos quais derivados da forte expansão económica dos últimos anos. Assim, o país enfrenta situações como a degradação das áreas urbanas, e, em especial nessas áreas, a qualidade precária da água e do ar, a perda da biodiversidade, a seca e a desflorestação.

Num tal contexto as exigências que se colocam ao país consistem segundo fonte da CPLP (2011), em equilibrar infra-estruturas com políticas sociais mais eficazes.

Ainda segundo este organismo os principais desafios com que Angola se debate são os seguintes:

- Minimizar a persistência de graves desigualdades sociais e regionais, de forma a aproximar-se o mais possível até 2015 do objectivo da redução para metade da população vivendo em pobreza extrema e com fome<sup>8</sup> (não obstante o dinâmico crescimento económico que Angola tem estado a registar desde o fim da guerra há 10 anos ainda não se faz reflectir no desenvolvimento social do país).
- Diminuição das taxas de mortalidade da criança e da mãe que se mantêm a níveis inaceitavelmente altos, superando mesmo os de países com muito menos recursos, o que indicia um défice nas políticas sociais eficazes e, quiçá, desequilíbrios na afectação de recursos orçamentais.
- Necessidade do recurso a pesados empréstimos externos, devido à redução dos fluxos de ajuda pública ao desenvolvimento, o que se reflecte no volume de assistência externa ao país para responder aos grandes desafios de reconstrução pós-guerra.

### **Instrumentos em curso para combater esses problemas e desafios**

Foram identificados neste âmbito os seguintes instrumentos para promoção do desenvolvimento em Angola.

#### **Angola 2025: Estratégia de Longo Prazo**

Revê os desafios significativos em Angola – tais como o desenvolvimento humano, a fraca situação económica, a instabilidade institucional, a falta de serviços de saúde e educação, desigualdade regional – e estabelece as opções estratégicas até 2025, de modo a levar a cabo o crescimento em vários sectores.

#### **Estratégia de Combate à Pobreza – ECP (2003/4) (Edição Revista 2005)**

Documento estratégico principal que define várias áreas de intervenção: re-integração social de refugiados, pessoas deslocadas e desmobilizadas; desminagem

---

<sup>8</sup> Cumprindo uma das novas obrigações previstas no documento, o presidente José Eduardo dos Santos fez, pela primeira vez, um discurso “sobre o estado da Nação”. O texto deixou claro os problemas mais imediatos: “o combate à fome e a luta pela redução e erradicação da pobreza (...) constituem dois dos maiores desafios que se colocam hoje ao Estado angolano”.



terrestre; segurança alimentar e desenvolvimento rural; contenção do VIH/SIDA; aumento do acesso à educação e saúde; expansão e reconstrução da infra-estrutura básica; promoção do emprego e formação profissional; estruturação e descentralização do sistema judicial, administração pública e finanças; assim como a estabilização macroeconómica e o crescimento económico. A ECP foi bastante controversa devido à sua ênfase numa abordagem do tipo “extensão governamental”, ao mesmo tempo que negligenciava o fortalecimento da sociedade civil, a descentralização do poder administrativo e político e a promoção de uma governação participativa.

Com enfoque directo sobre os ODM, Angola aprovou em 2004 a sua Estratégia de Combate à Pobreza – ECP, a qual foi revista em 2005 e mantém-se como o principal instrumento estratégico de planificação do país.

Em 2009, o Governo aprovou o novo Plano de Desenvolvimento de Médio Prazo, de 2009-2013, o qual, partindo da visão da Estratégia de Combate à Pobreza, veio refiná-lo, reafirmando a prioridade à reconstrução de infra-estruturais, aumento do acesso à educação, saúde e outros serviços básicos, bem como a descentralização das estruturas do governo. O plano pretende operacionalizar o Programa do Governo para o Quadriénio 2009-2012, o qual é assente nos seguintes cinco marcos:

1. Paz, Justiça, Democracia, Estabilidade Social, Unidade e Coesão Nacional e Segurança Interna;
2. Eliminação da fome e da pobreza extrema, emprego, crescimento económico e repartição justa do rendimento nacional;
3. Desenvolvimento sustentável a longo prazo, desenvolvimento humano e bem-estar para todos os angolanos e desenvolvimento harmonioso do território;
4. Boa e transparente governação;
5. Angola um país com futuro, respeitado pelos vizinhos, pelos parceiros, por toda a comunidade internacional e com uma inserção crescente na economia mundial.

#### **Plano Nacional de Estratégia e Acção para a Biodiversidade (2006)**

Procura incorporar medidas de conservação e uso sustentável, assim como a

Marcos Olímpio dos Santos

partilha equitativa dos benefícios da biodiversidade nas políticas e programas de desenvolvimento.

#### **Programa Nacional de Gestão Ambiental – PNGA (2009)**

Inclui cinco subprogramas estratégicos: promoção da coordenação intersectorial; protecção da biodiversidade, flora e fauna terrestre e marinha; reabilitação e protecção dos ecossistemas; assim como o aumento da educação, informação e sensibilização ambiental.

#### **Plano de Desenvolvimento a Médio Prazo (2009-2013)**

Em 2009, o Governo de Angola aprovou o novo plano de desenvolvimento a médio prazo, desenvolvido e baseado na “Estratégia de Combate à Pobreza”.

#### **Planos de Desenvolvimento para as Províncias e Municípios**

O governo de cada província angolana submete um programa anual de investimento público socioeconómico (PIP), para reduzir a pobreza através de uma série de projectos que fornecerão serviços chave (água, electricidade, etc.) e restauro de infra-estruturas (por exemplo, estradas, escolas, centros de saúde). Os planos ao nível das províncias fazem parte de um esforço no sentido de descentralizar a tomada de decisões e são desenvolvidos através da consulta junto aos administradores municipais e, por vezes, aos líderes tradicionais. Os planos são avaliados pela Direcção de Investimentos (no Ministério do Planeamento) em Luanda e financiados de acordo com as prioridades da Estratégia de Combate à Pobreza.

Os planos e projectos municipais incluem, por exemplo, planos para o progresso do desenvolvimento social, planos para a reabilitação da infra-estrutura municipal e planos para o sector de transporte<sup>9</sup>.

Para além destes outros ainda encontram-se em vigor ou em elaboração, nomeadamente os seguintes:

- Plano de Acção de Segurança Alimentar e Nutricional;
- Plano Bienal do Sector Agrário (2010/2011);
- Plano para erradicação do analfabetismo até 2015;

---

<sup>9</sup> Fonte: <http://www.kunenerak.org/html2pdf/convert.php?URL=/pt/pessoas/human+development+initiatives/poverty+alleviation/angolaa.aspx>

Reflexões em torno de perspectivas sobre questões teóricas e práticas relacionadas com o Desenvolvimento

- Plano Director do Turismo;
- Plano de investimentos para 2010-2016 em termos de produção energética;
- Plano Nacional de Resíduos (em elaboração).

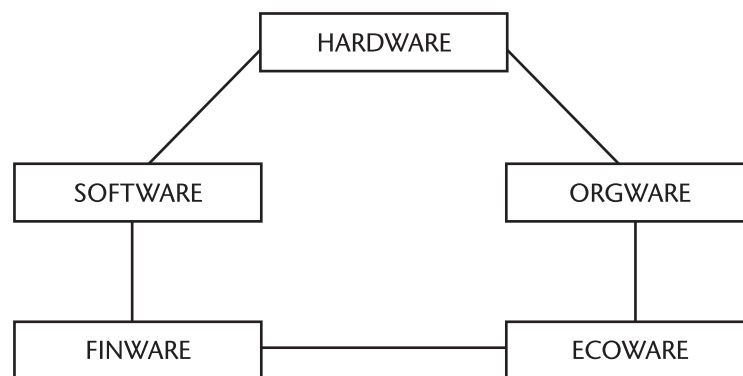
**Questões colocadas por concepções de desenvolvimento subjacentes a esses instrumentos**

A exposição efectuada coloca várias questões a observadores externos como sejam por exemplo:

Qual o conceito de desenvolvimento que melhor se adapta à realidade angolana?<sup>10</sup>

Qual é a pertinência da proposta veiculada por A. Vásquez Barquero (1993: 228) com base em Cocossis *et al.*, designada por *Modelo do Pentágono*, através do qual se aponta os factores críticos para o êxito da intervenção dos governantes?

Quadro 1: Factores críticos exigidos pelo processo de desenvolvimento (Modelo do Pentágono)



Fonte: Cocossis *et al.*, 1991, in Vásquez Barquero, 1993

<sup>10</sup>Tendo como referência entre outras a definição seguinte “O desenvolvimento consiste num processo multidimensional que se traduz no grau de acesso ao conjunto diversificável de oportunidades proporcionadas continuamente aos habitantes de um território, as quais lhes possibilitam uma satisfatória realização pessoal e profissional, traduzida numa vida considerada de qualidade, aferida segundo padrões objectivamente estabelecidos e subjectivamente avaliada”.

Sendo que as diferentes componentes do pentágono assumem os significados que constam abaixo.

O *hardware do desenvolvimento*, inclui todas as infra-estruturas nas quais se baseiam os processos de mudança estrutural, englobando os instrumentos indispensáveis para o funcionamento do sistema produtivo, tais como transportes, comunicações, hospitais, escolas;

O *software do desenvolvimento*, respeita aos factores qualitativos necessários para o processo e que têm um carácter imaterial. Incluem-se neste âmbito o “*know-how*” tecnológico e inovador, e, a capacidade empreendedora;

O *orgware do desenvolvimento*, incide sobre a capacidade de organização que existe no território e que permite traçar uma resposta eficaz aos desafios que coloca a competitividade;

O *finware do desenvolvimento*, prende-se com o conjunto de instrumentos financeiros a que se pode recorrer para o investimento no desenvolvimento estratégico de um território;

O *ecoware do desenvolvimento*, por sua vez abarca o conjunto de instrumentos através dos quais se organiza o uso adequado dos recursos naturais identificados (pois a preservação do meio-ambiente e protecção da qualidade dos recursos naturais – água, ar e solo – têm vindo a assumir, progressivamente, um valor estratégico no desenvolvimento dos territórios).

Coloca-se assim a questão de compaginar o exposto com a noção genérica de desenvolvimento, com os conceitos específicos e, com os itens seguintes: *i)* Instrumentos de intervenção, *ii)* Estratégias de desenvolvimento, *iii)* Condições necessárias, *iv)* Factores chave e obstáculos, e, *v)* Desenvolvimento individual e desenvolvimento colectivo.

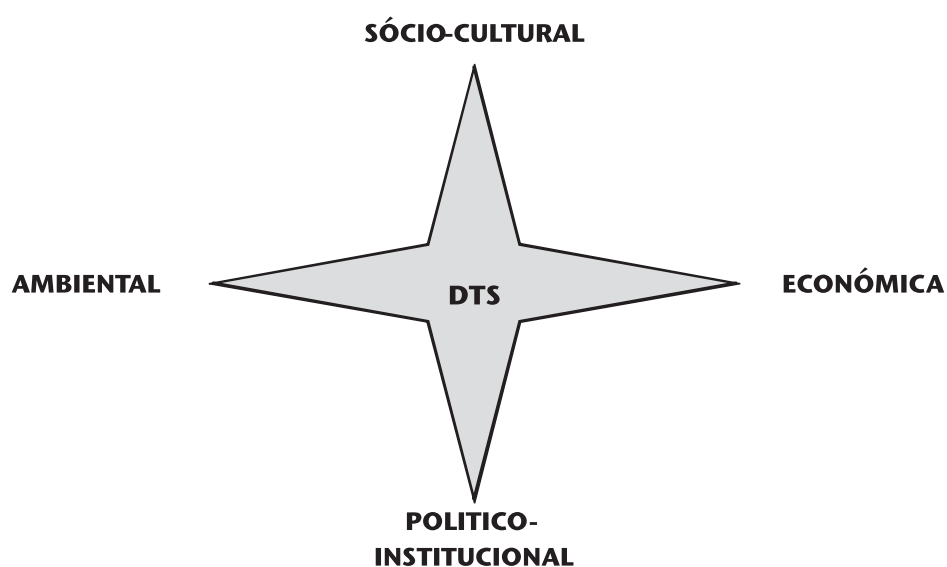
Coloca-se também a questão reflectir sobre a pertinência dos factores chave que impulsionam o desenvolvimento de um país, dos quais P. S. de Carvalho e J. F. Ribeiro (2009), com base em Garelli (2002), destacam as seguintes 11 “regras de ouro” da competitividade de um país: *i)* Redução da disparidade social e fortalecimento da classe média; *ii)* Manutenção da relação nível salarial/produktividade/fiscalidade; *iii)* Qualidade transparência e celeridade na administração pública e governação; *iv)* Investimento reforçado na educação e na aprendizagem ao longo da vida; *v)* Existência de uma estrutura económica flexível e de confiança; *vi)* Ambiente legislativo estável e previsível; *vii)* Desenvolvimento de política agressiva de exportações e

atração IDE; *viii*) Equilíbrio entre proximidade e globalização; *ix*) Criação de riqueza e preservação dos sistemas de valor; *x*) Dotação de infra-estruturas, incluindo as tecnológicas, e, *xi*) Promoção da poupança e investimento.

### **Semelhanças e diferenças entre as concepções de desenvolvimento**

Tendo em atenção o exposto e, compaginando os quadros de referência e os instrumentos de desenvolvimento, autores como A. Adib (2005) referem que é adequado considerar as seguintes quatro seguintes dimensões da sustentabilidade, que orientam a visão do planeamento e que mais se destacam como condição para o desenvolvimento sustentável dos territórios: *i*) Económica, *ii*) Sócio-Cultural, *iii*) Político-institucional e *iv*) Ambiental, conforme esquematizado abaixo.

Figura 2 – Diagrama representativo das quatro dimensões do Desenvolvimento Territorial Sustentável



Fonte: A. Adib (2005)

Tendo por base o texto do autor supracitado, essas dimensões são especificadas nos parágrafos que se seguem.

- **Dimensão Económica**, que se refere aos resultados económicos relacionados com os níveis de eficiência obtidos através da capacidade para usar e articular recursos locais que proporcionem oportunidades de trabalho e rendimento, fortalecendo as cadeias produtivas e integrando redes de pequenas empresas. Dessa forma, conforme aponta A. Adib, é de toda a pertinência implementar e melhorar a organização dos sistemas locais de produção, visando transformar as vantagens comparativas locais em vantagens competitivas regionais.
- **Dimensão sociocultural**, que corresponde a uma maior equidade social, através da intensa participação dos cidadãos e cidadãs nas estruturas do poder, tendo como referência a história, os valores, a cultura do território e o respeito pela diversidade.
- **Dimensão político-institucional**, a qual abrange novas institucionalidades que permitam a implantação de políticas territoriais negociadas, valorizando o conceito de governabilidade democrática (ou boa governação) e a promoção do capital social e da conquista e do exercício da cidadania.
- **Dimensão ambiental**, onde se encontra inserida a compreensão do meio ambiente como activo do desenvolvimento, tendo em consideração o princípio da sustentabilidade e a valia do conceito de gestão da base de recursos naturais (renováveis e não renováveis).

### Considerações finais

No âmbito do desenvolvimento há questões que são comuns aos países e territórios e outras que são específicas de cada um desses territórios. O que se procurou neste texto foi lançar questões que questionassem em especial ferramentas tais como: definições, conceitos, modelos. Foi assim: *i)* traçado o panorama global e os desafios que coloca hoje esse panorama complexo e instável; *ii)* efectuada uma caracterização de Angola e destacados os problemas que o país enfrenta e, *iii)* questionado se, conceitos e modelos propostos por alguns autores se adaptam à realidade angolana.

Sendo hoje o desenvolvimento sustentável um paradigma do desenvolvimento a todos os níveis que inicialmente contemplava três vertentes, e na actualidade

engloba quatro dimensões, deixa-se para debate a pertinência da aplicação desta abordagem teórica a países africanos e em particular a Angola?

No seguimento desta comunicação considera-se de todo o interesse debater, e deixar como sugestão para futuras pesquisas a aplicabilidade de instrumentos de medida e avaliação, que são utilizados para mensuração do desenvolvimento em Angola, como contributo para o conhecimento mais alargado deste país que detém significativas potencialidades.

### **Bibliografia**

- Adib, A. R. (2005). Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: Guia para o planeamento, Brasília, s.e. (on-line). Disponível em <<http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/chile/Documents/Plano%20territorial%20desenvolvimento%20rural%20Sustent%20C3%A1vel.pdf>> (acesso em: 12/01/2011).
- Alves da Rocha, M. (2011). Percepções sobre bem-estar e felicidade individuais (2.<sup>a</sup> parte) (on-line). Disponível em <[http://expansao.sapo.ao/home/opinioes/colonistas/artigos/manuel\\_alves\\_da\\_rocha/2011\\_6](http://expansao.sapo.ao/home/opinioes/colonistas/artigos/manuel_alves_da_rocha/2011_6)> (acesso em: 04/02/2011).
- Alves da Rocha, M. (2010). Desigualdades e Assimetrias Regionais em Angola – Os Factores de Competitividade Territorial, Luanda, Universidade Católica de Angola Centro de Estudos e Investigação Científica.
- Amaro, R. R. (1991) “Caminhos de desenvolvimento para a Beira Interior – 10 interrogações”, Terceiras Jornadas da Beira Interior, pp. 62-80.
- Augé, M. (1994), Introdução a uma Antropologia da Super-modernidade, Papirus, São Paulo.
- Bauman, Z. (2007). Modernidade Líquida. Rio de Janeiro, Zahar.
- Beck, U. (2010). Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade. Editora 34, São Paulo.
- Castells, M. (1999). A sociedade em rede. Paz e Terra, São Paulo.
- Clark, J. (1991). Democratizing development. Londres, Earthscan Publications.
- CPLP (2011). Metas de Desenvolvimento do Milénio. Segundo Relatório de Progresso 2011 Progresso, Oportunidades e Desafios, s.l., Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade.

Marcos Olímpio dos Santos

- Friedman, T. (2005). O mundo é plano: uma breve história do século XXI. Objetiva, Rio de Janeiro.
- Garelli, S. (2002). Competitiveness of nations: The fundamentals. IMD.
- Giddens, A. (1991). As Conseqüências da Modernidade. Unesp, São Paulo.
- Jameson, F. (2002). Pós-modernismo: Lógica cultural do capitalismo tardio. 2.<sup>a</sup> ed., Ática, São Paulo.
- Kaletsky, A. (2010). Capitalismo 4.0 – O Nascimento de uma Nova Economia. s.l., Actual Editora.
- Lipovetsky, G. (2007). Os tempos hipermodernos. Ed. Barcarolla, São Paulo.
- Lyotard, Jean-François. (1989). A condição pós-moderna. Gradiva, Lisboa.
- Marcondes Filho, Ciro (1991). A Sociedade Frankenstein. São Paulo, s.e. Disponível em <[http://www.sel.eesc.usp.br/informatica/graduacao/material/etica/private/a\\_sociedade\\_frankenstein.pdf](http://www.sel.eesc.usp.br/informatica/graduacao/material/etica/private/a_sociedade_frankenstein.pdf)> (acesso em: 23 de Junho de 2011).
- Reich, R. (2008). Supercapitalismo. Livraria Amaral, São Paulo.
- REPÚBLICA DE ANGOLA (2006). Estratégia e Plano de Acção Nacionais para a Biodiversidade (2007-2012). Luanda, Ministério do Urbanismo e Ambiente (on-line). Disponível em <<http://www.cbd.int/doc/world/ao/ao-nbsap-01-pt.pdf>> (acesso em: 07 de Março de 2011).
- REPÚBLICA DE ANGOLA (2009). Plano Bienal do Sector Agrário (2010/2011). Luanda, Ministério da Agricultura (on-line). Disponível em <[http://www.countrystat.org/country/ago/documents/docs/plano\\_bienal\\_do\\_sector\\_agrario\\_2010\\_11.pdf](http://www.countrystat.org/country/ago/documents/docs/plano_bienal_do_sector_agrario_2010_11.pdf)> (acesso em: 07 de Março de 2011).
- Santos, B. S. (2003). "Angola na viragem". Lisboa, Revista Visão, Agosto.
- Santos, Marcos Olímpio G. (2011). Reflexões breves em torno do conceito de Desenvolvimento (on-line). Disponível em <<http://home.uevora.pt/~mosantos>> (acesso em: 24 de Abril de 2011).
- Seers, D. (1972). "Os indicadores de desenvolvimento: o que estamos a tentar medir?" *Análise Social* (XV), n.º 19.
- Sen, A. (2000). Desenvolvimento como Liberdade. Companhia das Letras, São Paulo.
- Sen, A. (2001). Desigualdade Reexaminada. Record, Rio de Janeiro-RJ.



Reflexões em torno de perspectivas sobre questões teóricas e práticas  
relacionadas com o Desenvolvimento

Silva, M. M. da. (1969). "O desenvolvimento económico e a política social". *Análise Social*, VII (27-28): 475-484.

Toffler, A. (1984). *A Terceira Vaga*. Livros do Brasil, Lisboa.

Vázquez-Barquero, A. (2000). *Desarrollo económico local y descentralización: aproximación a un marco conceptual*, Santiago do Chile, Cepal (Comisión Económica para América Latina y el Caribe) (on-line). Disponível em <<http://www.eclac.org/publicaciones/xml/8/6058/lcr1964e.pdf>> (acesso em: 24 de Abril de 2011).

Entrevista a Ricardo Gazel pela TV Brasil em 2008

(on-line). Disponível em <<http://www.panoramabrasil.com.br/areas-sociais-e-petroleo-sao-desafios-a-angola,-diz-economista-id11541.html>> (acesso em: 08 de Maio de 2011).



Logística e Distribuição: variáveis vitais  
para alavancar a produção, o escoamento dos produtos  
e o desenvolvimento integrado e sustentável de Angola

J. Jordão  
P. Miranda






## SUMÁRIO:

**Introdução**

- 1.1.1. Conceitos de Distribuição e Logística
- 1.1.2. A Distribuição e sua importância estratégica
- 1.1.3. Funções da Distribuição
- 1.1.4. O Sistema de Distribuição
  - 1.1.4.1. Os Circuitos e Canais de Distribuição
  - 1.1.4.2. Inter-relação entre a Produção e o Consumo
  - 1.1.4.3. Utilidade dos Intermediários, aspectos positivos dos intermediários
  - 1.1.4.4. Funções dos Intermediários
  - 1.1.4.5. Circuitos e canais integrados
- 1.1.5. O potencial dos Corredores de Desenvolvimento Integrado (CDI's) para facilitar o processo de industrialização e desenvolvimento de Angola
- 1.1.6. O Sistema de Distribuição e Logística em Angola

**Conclusões**

UNIVERSIDADE DE LISBOA - FACULDADE DE ECONOMIA



## LOGÍSTICA E DISTRIBUIÇÃO

### I. Noção de Distribuição: Conceitos Empíricos

1.1. Na perspectiva dos Produtores: Distribuição é o conjunto de estruturas e meios que lhes permitem atingir os consumidores, fazendo-lhes chegar os seus produtos.

**Nessa perspectiva**, a Distribuição limita-se a traduzir, numa óptica de Marketing (*Place*), a relação que se estabelece entre a produção e o Consumo, agrupando o conjunto das operações necessárias para assegurar o escoamento dos produtos desde a fase de concepção e produção até ao momento da sua aquisição pelo consumidor ou utilizador final.

UNIVERSIDADE DE LISBOA - FACULDADE DE ECONOMIA

Logística e Distribuição: variáveis vitais para alavancar a produção, o escoamento dos produtos e o desenvolvimento integrado e sustentável de Angola

**LOGÍSTICA E DISTRIBUIÇÃO**

**1. Noção de Distribuição: Conceitos Teóricos**

- **1. Definição de Alain Cotta (2000):** Distribuição é "o conjunto de operações que permitem encaminhar o Produto da fase final de produção ou fabricação para a fase do consumidor", englobando pois, todas as operações de transporte, de fornecimento, de armazenagem, de acondicionamento, de publicidade e/ou de promoção.
- **2. Definição de Levy e Weitz:** Estes autores definem Distribuição (Retailing) como o "conjunto de actividades de negócio que acrescentam valor aos Produtos e Serviços vendidos aos consumidores para seu uso pessoal ou familiar."
- **3. Definição de Brosselin:** Este autor define Distribuição como "O conjunto de empresas e agentes que compram e revendem mercadorias destinadas à satisfação das necessidades do consumidor."

WORLD'S BEST IDEAS - 18/03/2011

**LOGÍSTICA E DISTRIBUIÇÃO**

**1. Noção de Distribuição**

**1.2. Conceito de Logística:**

- **A Distribuição Física ou Logística** refere-se aos aspectos relativos, fundamentalmente, ao transporte e armazenamento, assim como às diversas formas de manipulação ou manuseamento dos produtos, como sejam:
  - A Função de transporte, manipulação e difusão dos produtos;
  - A Função de integração/constituição da gama de produtos;
  - A Função de armazenamento dos produtos;
  - A Função de acondicionamento e/ou embalagem;
  - A Função de fracionamento em quantidades diversificadas;
  - A Função de triagem e calibragem (que consiste em classificar os produtos por categorias de Qualidade e Peso/Volume).
- **As restantes Funções são Serviços associados a estas!**

WORLD'S BEST IDEAS - 18/03/2011

## LOGÍSTICA E DISTRIBUIÇÃO

### 1. Noção de Distribuição: Síntese

- ASSIM, a Distribuição apresenta as seguintes características:
  - **É uma Variável Estratégica**, ou seja, modificável no Longo Prazo. A constituição de um Circuito de Distribuição requer um prazo amplo, normalmente vários anos.
  - **É uma Variável de grande importância**. Repercute-se decisivamente no Preço de venda final do Produto ou Serviço ao consumidor. No caso dos Produtos Agrícolas, a Distribuição incide multiplicando por 2, 3, 4 e, muitas vezes muito mais o Preço do produto na Origem.
  - **É uma variável que torna difícil o controle dos produtos por parte da empresa que os produz ou fabrica**. Os intermediários que formam os Circuitos de Distribuição regem-se por costumes e práticas que o produtor dificilmente pode mudar. Geralmente, se o produtor quer distribuir o Produto por um determinado Circuito, tem que sujeitar-se às margens, condições, etc., que lhe impõem os intermediários estabelecidos.

MARKET, [ 1996, 2000 ] - 30.05.2011

## LOGÍSTICA E DISTRIBUIÇÃO

### 1. Noção de Distribuição: Síntese

- ASSIM, a Distribuição apresenta as seguintes características:
  - **É uma Variável Estratégica**, ou seja, modificável no Longo Prazo. A constituição de um Circuito de Distribuição requer um prazo amplo, normalmente vários anos.
  - **É uma Variável de grande importância**. Repercute-se decisivamente no Preço de venda final do Produto ou Serviço ao consumidor. No caso dos Produtos Agrícolas, a Distribuição incide multiplicando por 2, 3, 4 e, muitas vezes muito mais o Preço do produto na Origem.
  - **É uma variável que torna difícil o controle dos produtos por parte da empresa que os produz ou fabrica**. Os intermediários que formam os Circuitos de Distribuição regem-se por costumes e práticas que o produtor dificilmente pode mudar. Geralmente, se o produtor quer distribuir o Produto por um determinado Circuito, tem que sujeitar-se às margens, condições, etc., que lhe impõem os intermediários estabelecidos.

MARKET, [ 1996, 2000 ] - 30.05.2011



Logística e Distribuição: variáveis vitais para alavancar a produção, o escoamento dos produtos e o desenvolvimento integrado e sustentável de Angola



## LOGÍSTICA E DISTRIBUIÇÃO

### 3. Funções da Distribuição:

1. **A Função da Distribuição<sup>(1)</sup>** é "o conjunto de actividades que permitem a transferência de Produtos ou Serviços desde o seu estado final de produção ao de aquisição e consumo."

2. **Desde o momento em que um Produto está colhido no campo ou terminado na fábrica,**

- até que esteja situado em qualquer estabelecimento, preparado para ser adquirido por qualquer pessoa,
- tudo o que se há passado entretanto com o Produto
- é o conteúdo ou é da responsabilidade da Distribuição.

(1) A colocação destes Produtos nos locais, ainda que remotíssimos, onde existem consumidores.

© GILBERTO, R. T. & COLO, R. (1992) *Logística e do Comércio Exterior*. São Paulo: The Ronald Press Co.

## LOGÍSTICA E DISTRIBUIÇÃO

### 3. Funções da Distribuição:

- As actividades ou Funções da Distribuição podem classificar-se de formas diversas. É normal sistematizá-las em duas áreas distintas nos seus objectivos, todavia complementares, que são a **Distribuição Física (ou Logística)** e os **Serviços associados**. Vejamos primeiro toda a sequência lógica de actividades ou Funções:
  - A Função de compra dos Produtos;
  - A Função de transporte, manipulação e difusão dos produtos (logística);
  - A Função de loteamento e/ou constituição do Somado de Produtos (S) ou Mix de Produtos (ou uma diversidade de produtos) (logística);
  - A Função de armazenamento dos produtos (logística);
  - A Função de acondicionamento e/ou embalagem (logística);
  - A Função de fraccionamento em quantidades diversificadas (logística);
  - A Função de triagem e calibragem (que consiste em classificar os produtos por características de Qualidade e Peso/Volume) (logística);

UNIFEJ, J. Jordão e P. Miranda - 2012/2013 20

## LOGÍSTICA E DISTRIBUIÇÃO

### 3. Funções da Distribuição:

- A Função de promoção dos Produtos através de diferentes meios (publicidade na imprensa);
- A Função da Venda dos produtos;
- A Função da Informação (recolha e transmissão);
- A Função do Financiamento;
- A Função de assunção de riscos (riscos de não vender o produto, da rotura de stocks, de obsolescência do produto, etc.);
- A Função de Serviços propriamente dita:
  - Serviços vinculados directamente à venda:
    - Aproximação e Promoção aos Produtos;
    - Atendimento ao Cliente;
    - Mediação da venda com o cliente (Preço, condições de pagamento, condições e prazos de entrega, etc.);
  - Serviços não vinculados directamente à venda:
    - Entrega ao destino;
    - Instalação no destino;
    - Oficina de reparação;
    - Serviço de manutenção;

UNIFEJ, J. Jordão e P. Miranda - 2012/2013 21



Logística e Distribuição: variáveis vitais para alavancar a produção, o escoamento dos produtos e o desenvolvimento integrado e sustentável de Angola

**LOGÍSTICA E DISTRIBUIÇÃO**

**4. O Sistema de Distribuição:**

**4.1. Os Circuitos de Distribuição:**

- 1 Para KOTLER e DUBOIS, **Circuito de Distribuição** "é o conjunto de intervenientes que assumem as actividades de Distribuição, ou seja, as actividades que conduzem um Produto do seu estado de produção ao seu estado de consumo."
- 2 De uma forma mais lata, poderemos definir «Circuito de Distribuição» como o caminho, itinerário, percurso ou etapas percorridas pelos Bens ou Serviços, através de diversos agentes económicos com diferentes funções, desde o seu lugar de produção ou fabricação até serem colocados à disposição do consumidor.
- 3 Os vários agentes económicos que podem intervir no Circuito são geralmente os Produtores ou Fabricantes, os Grossistas, os Retalhistas e diversos tipos de outros intermediários, tais como comissionistas, agentes comerciais, transportadores, etc..

Logística e Distribuição - 10.02.2011 24

**LOGÍSTICA E DISTRIBUIÇÃO**

**4. O Sistema de Distribuição:**

**4.1. Os Circuitos de Distribuição:**

- 1 Assim, cada conjunto segmentado (e Homogéneo) dos agentes económicos intermediários, pessoas físicas ou colectivas, que intervenham HORIZONTALMENTE na Distribuição de um Produto, constitui o que se designa por CANAL de DISTRIBUIÇÃO.
- 2 Para alguns autores, «Canal de Distribuição» entende-se como sinónimo de «Circuito», ou seja, como o conjunto de *etapas* ou estruturas compostas por organizações interdependentes, envolvidas no processo de tornar um Produto ou Serviço disponível para uso ou consumo.
- 3 Pensamos que se tratam de realidades distintas, constituídas, é certo, por agentes económicos similares, mas a perspectiva de «Circuitos» é VERTICAL, e a de «Canal» é HORIZONTAL.

Logística e Distribuição - 10.02.2011 25

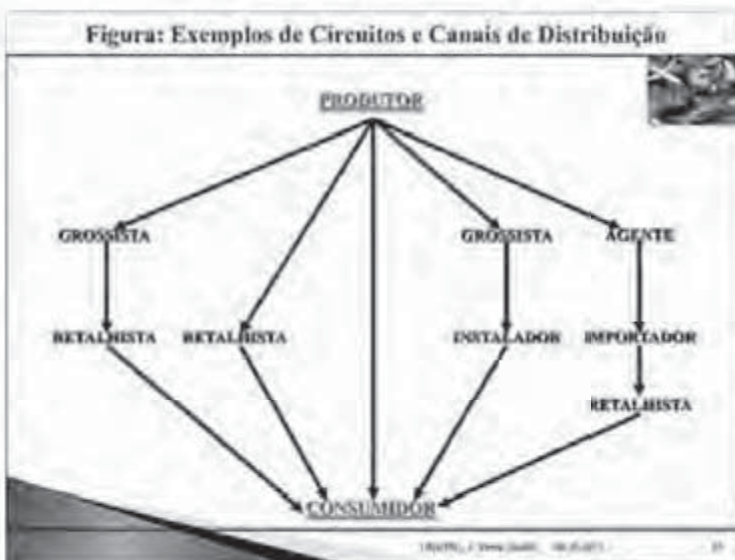
## LOGÍSTICA E DISTRIBUIÇÃO

### 4. O Sistema de Distribuição:

#### 4.1. Os Circuitos de Distribuição:

- 1) Como vimos, o Circuito de Distribuição é o itinerário, caminho, percurso ou etapas percorridas pelos Bens ou Serviços, através de diversos agentes económicos com diferentes funções, desde o estágio da produção ao do consumo.
- 2) Este itinerário (*vide* Figuras seguintes) é constituído por um conjunto de indivíduos e de empresas denominados intermediários.
- 3) Por outro lado, um Canal de Distribuição é formado por uma categoria de intermediários do mesmo tipo, pelo que os Grossistas constituem um canal, e as Cadeias de Supermercados outro.
- 4) Todavia, estes agentes têm 2 especificidades fundamentais: o intermediário adquire a propriedade dos produtos com o objectivo de revendê-los ao Consumidor final ou a outro Comerciante, assumindo o risco da compra e venda.

TRINTEIRO, J. 2004 (2006). 160, 161, 162



Logística e Distribuição: variáveis vitais para alavancar a produção, o escoamento dos produtos e o desenvolvimento integrado e sustentável de Angola





### LOGÍSTICA E DISTRIBUIÇÃO

#### 4. O Sistema de Distribuição:

##### 4.2. Barreiras entre o Produtor e o Consumidor:

- Os produtores de Bens e Serviços, para os poderem colocar junto dos consumidores, necessitam de ultrapassar certas **Barreiras ou dificuldades**, tendo de optar pelo Circuito mais adequado e, dentro deste, pelo Canal ou Canais mais convenientes.
- M. FILSER (*Canais de Distribuição*, Editorial Vubert, 1989, pp. 103-106), citando McLANNES, aponta 6 tipos de Barreiras existentes entre o Produtor e o Consumidor que dificultam as transações e que os Circuitos e Canais de Distribuição ajudam a eliminar.

São elas:

19/07/2011 10:00:00 18/08/2011 49





Logística e Distribuição: variáveis vitais para alavancar a produção, o escoamento dos produtos e o desenvolvimento integrado e sustentável de Angola

**LOGÍSTICA E DISTRIBUIÇÃO**

**4. O Sistema de Distribuição:**

**4.2. Barreiras entre o Produtor e o Consumidor:**

- a) - **A BARREIRA ESPACIAL:**  
Corresponde à distância ou afastamento geográfico que separa o Produtor do Consumidor. Daí que uma das funções dos Circuitos e Canais seja a de organizar, com o menor custo possível, o encaminhamento dos produtos e a sua concentração em determinadas quantidades que permitam assegurar o abastecimento dos P.D.V.
- b) - **A BARREIRA TEMPORAL:**  
Exprime a diferença existente entre o Ciclo de Vida da produção dos Bens e Serviços e o momento em que o consumidor os pretende adquirir. Daí que a função de "Stockagem" ou armazenagem dos produtos seja tanto mais importante consoante a Oferta seja concentrada no tempo (é o caso típico da produção e Oferta sazonal da generalidade dos Produtos Agrícolas) e a Procura seja contínua (constante e contínua) ao longo do ano.

LOGÍSTICA | 1996, 2006 | 39 DE 2011

**LOGÍSTICA E DISTRIBUIÇÃO**

**4. O Sistema de Distribuição:**

**4.2. Barreiras entre o Produtor e o Consumidor:**

- c) - **A BARREIRA do CONHECIMENTO ou da PERCEÇÃO:**  
Que resulta das diferenças existentes entre as necessidades do consumidor e as características dos Bens ou Serviços. Daí que seja imprescindível a função da **COMUNICAÇÃO**, que consiste em demonstrar ao Consumidor ou Utilizador a forma como esses produtos podem satisfazer as suas necessidades.
- d) - **A BARREIRA da POSSE ou da PROPRIEDADE:**  
Que irá exigir a transferência jurídica dos produtos através de uma sequência de entidades que serão sucessivamente seus possuidores ou proprietários até serem adquiridos pelo consumidor final.
- e) - **OS MEIOS UTILIZADOS** ao longo da cadeia de abastecimento – meios de transporte, estradas e outras infra-estruturas de armazenagem e distribuição (*Post Scriptum*: recordar "a retórica da livre circulação e a prática do cerco".
- f) - **OS CUSTOS** dela decorrentes (da cadeia de abasteci/).

LOGÍSTICA | 1996, 2006 | 40 DE 2011

**LOGÍSTICA E DISTRIBUIÇÃO**

**4. O Sistema de Distribuição:**

4.3. Utilidade dos Intermediários: aspectos positivos dos Intermediários:

1) A – VANTAGENS para a Empresa Produtora/Fabricante:

**Financiamento e assunção de riscos.** Como vimos já anteriormente, esta função (quando se produz) corre a cargo dos agentes intermediários.

**Diminuem os custos da Distribuição Física (da Logística).** Os intermediários contribuem para reduzir os custos de transporte, armazenamento, manutenção, manipulação e fraccionamento.

**Cobertura de Mercado.** Geralmente, a utilização da Distribuição indirecta (Circuitos curtos a longos) proporciona uma melhor e mais ampla Cobertura do Mercado.

UNIVERSIDADE DE LISBOA - FACULDADE DE ECONOMIA

**LOGÍSTICA E DISTRIBUIÇÃO**

**4. O Sistema de Distribuição:**

4.3. Utilidade dos Intermediários: aspectos positivos dos Intermediários:

1) B – VANTAGENS derivadas da sua posição no Mercado:

1) Os Grossistas e, sobretudo, os Retalhistas encontram-se mais próximos do Consumidor que o fabricante. Daí, derivam as seguintes Vantagens:

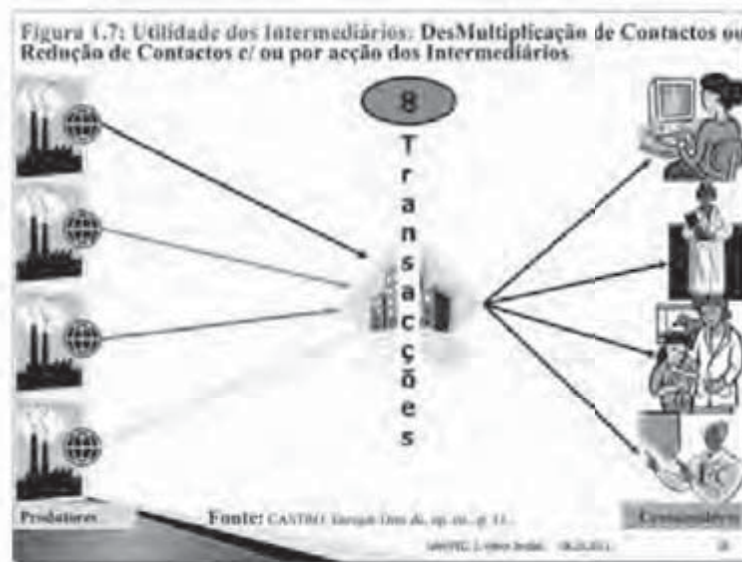
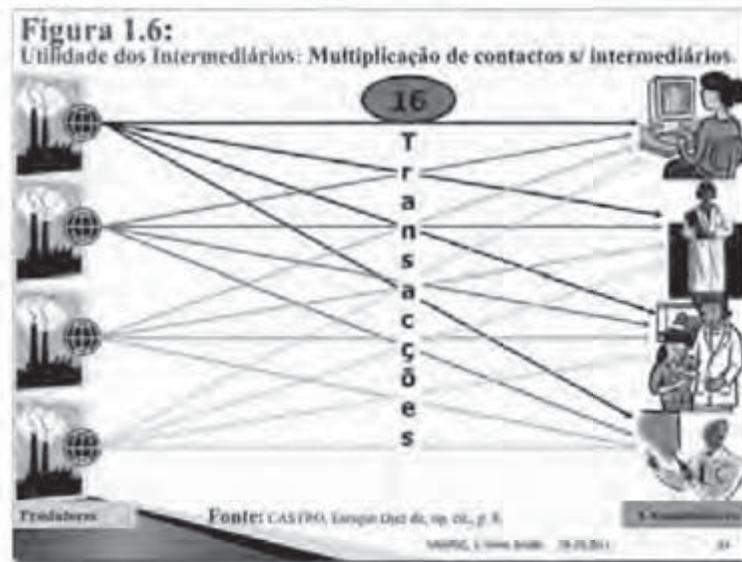
**Serviços oferecidos ao Consumidor.** (Ja descritos atrás nas funções de Comercialização Distribuição: - colocam Produtos (ou prestam Serviços, acrescentando-lhes valor, nas condições de tempo, lugar e modo mais convenientes para satisfazer as necessidades dos consumidores).

**Sortido ofertado.** O contacto com o cliente, permite-lhe seleccionar um sortido (ou lote) adaptado e de acordo com as necessidades de cada cliente tipo ou área de Mercado.

**Diminuem o N.º de Transacções** ⇒ Redução de custos. Para descrever esta vantagem, apoiámo-nos em nos Exemplos simples expostos nas Figuras 1.6 e

UNIVERSIDADE DE LISBOA - FACULDADE DE ECONOMIA

Logística e Distribuição: variáveis vitais para alavancar a produção, o escoamento dos produtos e o desenvolvimento integrado e sustentável de Angola



**4. O Sistema de Distribuição:**  
**4.1. Funções dos Intermediários:**

FUNÇÃO:		EXEMPLOS DE ACTUAÇÃO:
LARGO ALTO CONDIÇÃO PÁVIA	<b>TRANSPORTE:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Evita que as encomendas se tenham de abater directamente nas Fábricas.</li> <li>Os intermediários Armazenistas asseguram o produto aos Produtores ou como abastecimento em Cash &amp; Carry.</li> </ul>
	<b>MANIPULAÇÃO dos PRODUTOS</b>	
	<b>ARMAZENAMENTO:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Permite ajustar ao tempo e ao espaço a produção (Oferta) e a procura (ou seja, permite deixar a oferta ao espaço e ao tempo. Por exemplo, as papalinas são armazenadas estofográficas no mês de Junho para preparem a época escolar a iniciar-se em Fevereiro/Março.</li> <li>Os produtos devem ser mantidos em boas condições. Neste caso, as instituições exigem a alta temperatura flutuante armazenadas.</li> </ul>
	<b>MANUTENÇÃO:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Os intermediários Armazenistas propõem aos seus clientes (escolas, mercearias, papalarias, ...) um cartão diversificado de produtos, sendo as estofográficas sendo incluídas. A fim de evitar custos com os fornecedores mantêm-se interessados para a maioria dos pontos de venda.</li> </ul>
	<b>CONSTITUIÇÃO DE UMA OFERTA COMERCIAL:</b>	<p><b>Quantidade de Produto:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Os intermediários Armazenistas propõem aos seus clientes (escolas, mercearias, papalarias, ...) um cartão diversificado de produtos, sendo as estofográficas sendo incluídas. A fim de evitar custos com os fornecedores mantêm-se interessados para a maioria dos pontos de venda.</li> </ul> <p><b>Arrendizos/ ou Embalagens</b></p> <p><b>Fracionamento no Pórtigo:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Os intermediários Armazenistas não utilizam como unidade de venda aos seus clientes que comprem, mas mais de 50 estofográficos.</li> <li>Os intermediários, Estofográficos, por sua vez, vendem individualmente aos consumidores finais.</li> </ul> <p><b>Trilogia e Colaboração com função de Qualidade, do Produto e Volume.</b></p>

1997/2000, 2000, 2000, 2000, 2000

**LOGÍSTICA E DISTRIBUIÇÃO**  
**4. O Sistema de Distribuição:**  
**4.1. Funções dos Intermediários:**

FUNÇÃO:		EXEMPLOS DE ACTUAÇÃO:	
SERVIÇOS	<b>RECOLHA E TRANSMISSÃO DE INFORMAÇÕES</b>	<p><b>Recolha de informações:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Facilita de informações junto dos intermediários Armazenistas sobre as condições de comercialização e de reacção dos consumidores finais a uma nova unidade.</li> </ul> <p><b>Promoção:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>FLV com equipamento de estofográficas; brochura destinada aos intermediários sobre uma campanha televisiva, etc.</li> </ul>	
	<b>VENDA:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Prospecção de novos clientes, negociação e conclusão de negócios.</li> </ul>	
	<b>PÓS-VENDA:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Eventual troca de estofográficas aos Produtores por parte dos Inter. Armazenistas, no caso de produtos não de qualidade de Qualidade.</li> </ul>	
	<b>FINANCEIRAS</b>	<b>Financiamento:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Financia de um Armazenista ao Produtor, no caso de os seus gastos de recebimento não serem suficientes para cobrir os de pagamento e o valor da mercadoria em Stock.</li> </ul>
		<b>Risco comercial:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>O intermediário Armazenista assegura o pagamento ao Produtor independente de os seus clientes, Produtores, pagarem ou não a mercadoria.</li> </ul>

1997/2000, 2000, 2000, 2000, 2000



Logística e Distribuição: variáveis vitais para alavancar a produção, o escoamento dos produtos e o desenvolvimento integrado e sustentável de Angola

## LOGÍSTICA E DISTRIBUIÇÃO

### 4. O Sistema de Distribuição:

#### 4.5. Classificação dos Circuitos segundo a sua Forma de Organização:

##### 1. CIRCUITOS OU COMÉRCIO INTEGRADO:

- O Processo de Integração consiste no agrupamento de organizações do mesmo nível do Circuito de Distribuição, como por ex.º os produtores de Maçã da Huangata numa Cooperativa ou outra Organização similar ou as Centrais de Compras, o que constituirá uma Integração Horizontal ou, um Agrupamento entre as organizações dos os níveis do Circuito, para cima ou para baixo, pelo que estaríamos perante uma Integração Vertical.
- O Relevo Integrado (ou organizado) compreende todas as empresas comerciais que, podendo pertencer ou estar ligadas a Grupos Económicos, através da Integração Vertical das funções Comista e Retalista e/ou através da Integração Horizontal constituída nas suas Centrais de Compras, exploram redes comerciais ou Cadeias de Pontos de Venda (P.D.V.), alimentares ou não alimentares, identificadas pela mesma insígnia e nas quais aplicam políticas comuns e concertadas de Gestão e Marketing.

Um Ex.º claro e simples de Comércio Integrado Verticalmente são as Cooperativas de Consumidores e um Ex.º simples de Comércio Integrado Horizontalmente são as cadeias de múltiplos ou Cadeias de PDV da mesma insígnia (por ex.º Shoprite).

SHOPIRE, 1994, p.106. 18/01/2011 26

## A POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO

### O Sistema de Distribuição (cont.):

#### Classificação dos Circuitos segundo a sua Forma de Organização:

##### 1. CIRCUITOS OU COMÉRCIO INTEGRADO; A INTEGRAÇÃO

A Integração é um Processo de Organização que poderá revestir três formas fundamentais:

- **1. VERTICAL:** - organização sob a autoridade de um mesmo Centro de Decisão de actividades situadas em níveis sucessivos (para cima ou para baixo) de um Circuito, actividades essas que eram exercidas até então por unidades socio-económicas autónomas.

SHOPIRE, 1994, p.106. 18/01/2011 27

## LOGÍSTICA E DISTRIBUIÇÃO

### 4. O Sistema de Distribuição:

#### 4.5. Classificação dos Circuitos segundo a sua Forma de Organização:

#### 3. CIRCUITOS OU COMÉRCIO INTEGRADO; A INTEGRAÇÃO

- 2. HORIZONTAL: - organização de actividades situadas no mesmo nível do Circuito.
- 3. COMBINADA ou CIRCULAR: - organização simultânea de actividades situadas no mesmo nível e em níveis  $\neq$  do Circuito.
- Em muitos casos, a Integração Vertical conduz à Integração Horizontal (e o contrário também pode ocorrer, sobretudo na produção agrícola). Por ex.ª a Integração Vertical através de uma Central de Compras conduz à Integração Horizontal de retalhistas(1).

UNIPOL, 1.0004 2010 06.10.2011 90

### 5. O potencial dos Corredores de Desenvolvimento Integrado (CDI's) para catalisar o Processo de Industrialização e Desenvolvimento de Angola: ideias indicativas.

(Póvil Journal, 2011, 253-261) 111A

LUBAKAT

UNIPOL, 1.0004 2010 06.10.2011







Logística e Distribuição: variáveis vitais para alavancar a produção, o escoamento dos produtos e o desenvolvimento integrado e sustentável de Angola

**LOGÍSTICA E DISTRIBUIÇÃO**

**6. O Sistema de Distribuição e Logística em Angola**

1) Em Angola, para se conseguir um desenvolvimento integrado e sustentável de todo o Sistema de Distribuição, não basta desenvolver "pontes" entre a produção e o consumo.

2) Temos também mais dois grandes desafios:

- necessário garantir a Produção de Qualidade, a Preços Competitivos;
- que nos permitam paulatinamente a substituição competitiva das importações, o que implica também em simultâneo uma diversificação interna da economia;
- Do lado da Oferta, um incremento da produção de produtos que permitam a substituição das importações (de produtos em verde e transformados ou industrializados);
- Através de políticas de fomento da actividade empresarial (políticas de estímulo da diversificação) para dar resposta à procura interna e externa (exportações).

INSTITUTO DE ECONOMIA - I.E. - 2004

**LOGÍSTICA E DISTRIBUIÇÃO**

**6. O Sistema de Distribuição e Logística em Angola**

1) Para atingir tais objectivos, de facto, é necessário potenciar os agentes comerciais, por forma a alavancar a produção e o desenvolvimento integrado e sustentável de todo o espaço territorial e rural Angolano, tomando-se, em 1.º lugar, fundamental e urgente ter uma visão estratégica integrada, que:

- em conformidade com a lógica dos CDI's,
- permita a definição de eixos, cadeias produtivas internas ou *clusters* estratégicos de desenvolvimento (com base nas vantagens comparativas locais) dentro e/ou ao longo destes CDI's e
- permita a definição de Planos Directores ou Planos Estratégicos para o incremento de acções concretas que nos permitam atingir os objectivos almejados para cada um dos eixos ou *clusters*.

Para esta filosofia, teremos depois que levar a cabo acções emereitas:

INSTITUTO DE ECONOMIA - I.E. - 2004

## LOGÍSTICA E DISTRIBUIÇÃO

### 6. O Sistema de Distribuição e Logística em Angola

**I. Antes de tudo, torna-se imperioso e urgente:**

- 1. Através de instrumentos legais ou institucionais, assegurar a protecção da produção interna (embora temporariamente, há que definir Quotas de Importação de alguns produtos);
- 2. Criar instrumentos eficazes e eficientes de política financeira (com taxas de juro reduzidas - bonificadas) que potenciem os actores económicos nacionais, e em especial os do campo [crédito de campanha (e não micro-crédito) e crédito ao investimento (já existe através do BDA (para pequenos a médios agricultores e outras actividades))];

UNICAP, 2004, p. 100 - 101

## LOGÍSTICA E DISTRIBUIÇÃO

### 6. O Sistema de Distribuição e Logística em Angola

**I. Antes de tudo, torna-se imperioso e urgente (cont.):**

- 3. A reabilitação e reparação das actuais e a construção de novas e boas estradas (assegurando a sua manutenção permanente), representa um meio de se diminuir as disparidades ou assimetrias económicas entre as diferentes regiões do país, criando-se, deste modo, uma proximidade entre os pólos produtivos, agrícolas ou industriais, e as cidades, que são os maiores centros de consumo;
- 4. Assegurar a Mobilidade com acessibilidades rodoviárias rápidas e seguras, desde os Centros de Produção (Lavoura) até aos Centros de Consumo, o que implica investimentos maciços em estradas secundárias e terciárias;

UNICAP, 2004, p. 100 - 101

Logística e Distribuição: variáveis vitais para alavancar a produção, o escoamento dos produtos e o desenvolvimento integrado e sustentável de Angola

**LOGÍSTICA E DISTRIBUIÇÃO**

**6. O Sistema de Distribuição e Logística em Angola**

**I. Antes de tudo, torna-se imperioso e urgente (cont.).**

5. Corrigir as muitas distorções e estrangulamentos que existem na economia, como seja o exemplo paradigmático relatado pelo Professor Alves da Rocha:

*"Em Luanda um abacate é vendido por cinco dólares. Ora, porque é que isto acontece? Não é por causa do custo da produção, é que no trajeto entre o produtor agrícola e Luanda, o agente de distribuição passou pelo controlo d'isto e daquilo e foi pagando até conseguiu trazer o abacate até Luanda. Temos uma série de estrangulamentos ao nível das circuitos de distribuição que lá com muita infra-estrutura, só com sistemas de transportes que não se encontram implementados é que provavelmente vamos conseguir baixar a taxa de inflação."*  
(In: *Jornal O País*, Grande Entrevista, 09 de Setembro 11, p. 24);

como sejam, por exemplo, existem ainda postos policiais de controlo entre as várias províncias, que funcionam como verdadeiras barreiras à livre circulação de pessoas e bens (e cobram "gasosa"!).

INFORMAÇÃO E MARKETING 18.05.2014 47

**LOGÍSTICA E DISTRIBUIÇÃO**

**6. O Sistema de Distribuição e Logística em Angola**


**I. Antes de tudo, torna-se imperioso e urgente (cont.):**

6. Conseguir fornecimento contínuo de energia eléctrica (em tensão constante: 220 Voltes) e a custos razoáveis. Não se pense em baixar a inflação (e os preços) com energia a gerador;

7. Assegurar o fornecimento contínuo de água de qualidade e nas quantidades desejadas ou necessárias (com água distribuída em cisternas não chegamos lá!);

8. Fruto das péssimas condições da maioria das estradas, temos o problema dos meios de transporte desadequados, antiquados e sem as mínimas condições de higiene e segurança alimentar, conservação e refrigeração;

INFORMAÇÃO E MARKETING 18.05.2014 48


**LOGÍSTICA E DISTRIBUIÇÃO** 

**6. O Sistema de Distribuição e Logística em Angola**

**I. Antes de tudo, torna-se imperioso e urgente (cont.):**

- 9. Melhorar os sistemas de transportes, criando condições que aumentem a concorrência (a iniciar pela melhoria das estradas); há necessidade de um sector de transportes dinâmico e competitivo, por forma a fazer baixar os custos de transporte;
- 10. Assegurar o fornecimento atempado de outros *inputs* para a produção;
- 11. Evitar a volatilidade das actividades e da permanência dos actores económicos;

ANPEL | 2004, 2006 | 2012, 2013 92

**LOGÍSTICA E DISTRIBUIÇÃO** 

**6. O Sistema de Distribuição e Logística em Angola**

**I. Antes de tudo, torna-se imperioso e urgente (cont.):**

- 12. Dar assistência técnica, de gestão e muita formação aos empresários e produtores em geral; aos camponeses e agricultores em particular, ministrando-lhes formação em técnicas de produção, gestão e comercialização (fitotecnias, técnicas de preparação do solo, técnicas de sementeira, técnicas de regadio, técnicas de fertilização, técnicas de operação com as máquinas e equipamentos, técnicas simples mas objectivas de contabilidade e gestão, etc.);
- 13. Dar formação específica aos próprios técnicos das EDA's em questões organizacionais e de gestão, de liderança e de gestão de pessoas, e no âmbito das fitotecnias predominantes (ou a desenvolver predominantemente, com base no Princípio das Vantagens Comparativas) na sua área de actuação.

ANPEL | 2004, 2006 | 2012, 2013 93



Logística e Distribuição: variáveis vitais para alavancar a produção, o escoamento dos produtos e o desenvolvimento integrado e sustentável de Angola

**LOGÍSTICA E DISTRIBUIÇÃO**

**6. O Sistema de Distribuição e Logística em Angola**

- II. Em particular no Sector Agro-Industrial, e de acordo também
- com a lógica dos CDI's,
- com a sazonalidade, as intempéris do tempo (ou os imponderáveis das condições climáticas) e a perecibilidade dos produtos agrícolas,
- torna-se imperiosa a construção de uma rede de infra-estruturas (físicas e legais ou institucionais), entrepostos ou plataformas logísticas, com visão multimodal (plataformas multimodais), que permitam.

ANPOTC | 1999-2000 | 28.07.2011 | 44

**LOGÍSTICA E DISTRIBUIÇÃO**

**6. O Sistema de Distribuição e Logística em Angola**

- 1. A recolha, concentração, secagem e armazenagem de cereais (milho, sobretudo) e leguminosas em grão (feijão, soja, girassol, ...) – armazéns com tuihas de recepção, secadores, baterias de silos, etc.;
- 2. A recolha, tratamento (com fungicidas e insecticidas) e armazenamento frigorificado da Batata (armazéns e instalações frigoríficas) (existem já três Centros de Recolha, que asseguram a conservação, pesagem e calibragem: Gabela, Caála e Xinguár);
- 3. A recolha, concentração, preparação, tratamento, conservação e/ou congelação (através de unidades de frio) de outros produtos perecíveis do campo, como sejam hortícolas, frutas, etc.

ANPOTC | 1999-2000 | 28.07.2011 | 45

**LOGÍSTICA E DISTRIBUIÇÃO** 

**6. O Sistema de Distribuição e Logística em Angola**

- 4. Infra-estruturas que permitam concentrar o abate, desmanche, tratamento, conservação e expedição das carnes e subprodutos resultantes da produção pecuária dos produtores organizados por região;
- 5. A recolha, concentração e conservação ou refrigeração do leite e eventuais derivados deste;
- 6. A concentração e pasteurização do leite (e seu consequente embalagem e expedição, caso este seja para consumir em cru) ou sua industrialização;

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS 46

**LOGÍSTICA E DISTRIBUIÇÃO** 

**6. O Sistema de Distribuição e Logística em Angola**

- 7. A eventual industrialização das carnes, dos cereais e leguminosas, etc., por forma a subir na cadeia de valor e daí obter ganhos de produtividade e as mais-valias consequentes;
- 8. Infra-estruturas estas que devem cumprir com os requisitos ou normas internacionais de segurança higiénico-sanitária (implementando os Sistemas PCP, PCH, HACCP (ou APPCC), Código de Rastreabilidade EAN 128, OHSAS 18001, ISO 9000, ISO 14000, etc.);
- 9. A concentração da Oferta e o comércio integrado dos produtos do campo (através de uma Central de Vendas e Distribuição), que permita a comercialização de toda a produção de dado sector ou actividade por região ou região;

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS 47

Logística e Distribuição: variáveis vitais para alavancar a produção, o escoamento dos produtos e o desenvolvimento integrado e sustentável de Angola

**LOGÍSTICA E DISTRIBUIÇÃO**

**6. O Sistema de Distribuição e Logística em Angola**

- 10. Bem como a compra integrada (através de uma Central de Compras) dos insumos, *inputs* ou factores de produção necessários aos produtores de determinada produção, actividade ou cultivo, por município ou região (como sejam máquinas e alfaías agrícolas, outros equipamentos, fertilizantes, sementes, pesticidas, consultoria e apoio na gestão, etc.).
- 11. A industrialização e todas as formas industriais e/ou organizacionais que permitam subir na cadeia de valor.

UNIVERSIDADE DE ANGOLA - INSTITUTO DE INVESTIGACÃO E DESENVOLVIMENTO

**LOGÍSTICA E DISTRIBUIÇÃO**

**7. Conclusões:**

- † **Normal**, tende-se a efectuar a descrição de um Produto através dos seus múltiplos atributos ou características de uso ou consumo – sensoriais ou organolépticas no caso dos Produtos Alimentares (sua utilidade, forma, tamanho, cor, brilho, sabor, textura, adstringência, etc.) - e pelo seu *packaging*.
- † **Contudo**, o Produto é mais do que isso, porque este não existe se não possui indicação ou Origem Geográfica nem Oportunidade disponível para o seu uso ou consumo.

UNIVERSIDADE DE ANGOLA - INSTITUTO DE INVESTIGACÃO E DESENVOLVIMENTO

## LOGÍSTICA E DISTRIBUIÇÃO

### 7. Conclusões:

- **Assim**, a Distribuição de um Produto é um processo adicional à sua produção ou fabricação, que agrega ou acrescenta um valor fundamental ao mesmo e onde os erros ocorrem
  - elevados custos de oportunidade (perda de vendas),
  - custos financeiros (mobilização de stocks em trânsito) e
  - custos de operação (refluxos, obsolescência de mercadorias, ...).
- **EM DEFINITIVO**, a natureza essencial da Distribuição é o fluxo de Produtos e de Informação.

MARKETING E DISTRIBUIÇÃO - 2010/2011

30

## LOGÍSTICA E DISTRIBUIÇÃO

### 7. Conclusões:

- Por outro lado, a Distribuição joga um papel importantíssimo no Mix de Marketing. Vejamos porquê:
  - 1.º) A Organização Comercial, assim como o n.º e a classe de órgãos ou agentes de venda, será distinta conforme se utilize venda directa ou indirecta, e conforme a Distribuição seja Extensiva, Selectiva, Exclusiva ou Intensiva.
  - 2.º) A Decisão de Preços será condicionada pela classe de agente Distribuidor utilizado.
  - 3.º) A Publicidade será distinta e condicionada pelo grau de colaboração estabelecido com os intermediários.

MARKETING E DISTRIBUIÇÃO - 2010/2011

31

Logística e Distribuição: variáveis vitais para alavancar a produção, o escoamento dos produtos e o desenvolvimento integrado e sustentável de Angola

## LOGÍSTICA E DISTRIBUIÇÃO

### 7. Conclusões:

4.º) Factor de grande importância é o elevado grau de permanência das decisões fundamentais da Distribuição. É relativa/fácil mudar as Políticas de Preços, Publicidade ou Promoção, condições de pagamento ou entrega.

Contudo, efectuar uma mudança na Distribuição é bastante mais complexo, já que qualquer decisão se agrava devido:

- À evolução constante das formas de comércio;
- À concentração que vão experimentando grandes Unidades Comerciais com maior capacidade de compra e financiamento;
- Fabricantes maiores que têm assumido a função de Distribuição e seu controlo;
- Por outro lado, apesar das mudanças, podem aparecer Novos Produtos que não encaixam nos actuais Canais de Distribuição, o que pode levar os fabricantes a realizar esforços insólitos para a introdução de Novo Produto.

UNIVERSIDADE DE ANGOLA - LUANDA

## LOGÍSTICA E DISTRIBUIÇÃO

### 7. Conclusões:

- 1. Existe já produção interna bastante e existem meios de transporté. O que se necessita é de agilidade dos agentes.
- 2. Os Grossistas e também as Centrais de Compras é que vão comandar os fluxos de distribuição.
- 3. Agora é necessário que o Estado lhes barre as importações e os condicione ou mesmo lhes exija que comprem e se abasteçam no mercado interno.
- 4. Por outro lado, os produtores internos têm que rapidamente melhorar a Qualidade geral dos seus produtos (quanto a aspecto ou apresentação dos mesmos, acondicionamento, grau de frescura, estado de maturação, etc.) e baixar os preços.

UNIVERSIDADE DE ANGOLA - LUANDA



**LOGÍSTICA E DISTRIBUIÇÃO**

**7. Conclusões:**

- 5. Actualmente, é por estas razões que os agentes comerciais/importadores recorrem à importação; porque o produto importado:
  - É mais fácil de trabalhar;
  - É mais barato (ou fica mais barato);
  - É de melhor Qualidade.
- 6. O comerciante quer ter assegurado o fornecimento do produto na Quantidade necessária, com a Qualidade desejada e com a Regularidade precisa (em datas e horários).

UNIVERSIDADE DE LISBOA - FACULDADE DE ECONOMIA

**LOGÍSTICA E DISTRIBUIÇÃO**

**7. Conclusões:**

- 7. Muitos produtos do campo estragam-se porque não há agentes comerciais para os escoar.
  - O problema é comercial!
  - Antes de produzir, há que pensar onde ou a quem vender!
  - Como vai ser comercializada a produção e onde ou com quem!
- 8. É preciso refazer e repor a funcionar os Circuitos completos!
- 9. Existem agricultores e existem capacidades de transporte (embora a maioria ainda rudimentares) mais que suficientes para transportar todos os produtos do campo! O que não existe ainda são os Circuitos a funcionar!

UNIVERSIDADE DE LISBOA - FACULDADE DE ECONOMIA

Logística e Distribuição: variáveis vitais para alavancar a produção, o escoamento dos produtos e o desenvolvimento integrado e sustentável de Angola

**LOGÍSTICA E DISTRIBUIÇÃO**

**7. Conclusões:**

- 10. À semelhança do que foi feito no Brasil, pelo Governo do Presidente Lula, há que estabelecer um Binómio, Contrato ou parceria entre os agricultores e os Grossistas/transportadores

(Plano Agrícola de Transportes e Distribuição)

DRAPTEL, 1.ª Fase (2006) - 08.10.2011

56

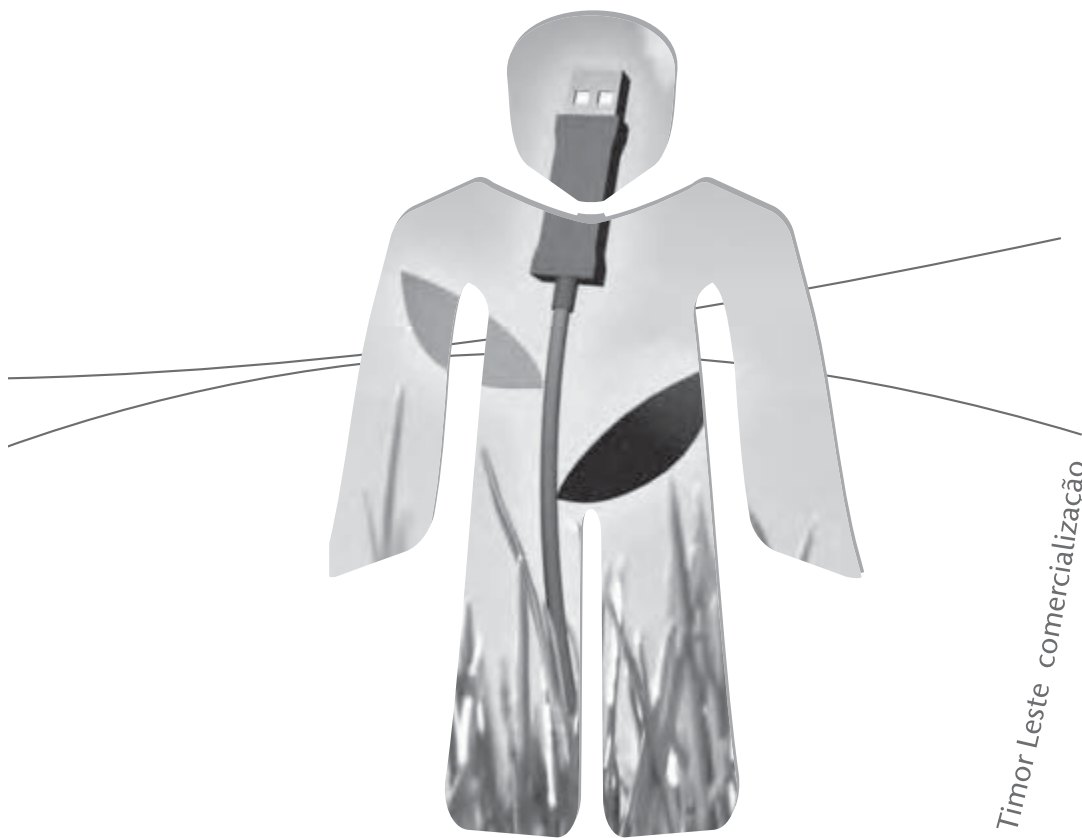
Muito Obrigado pela Vossa atenção!



DRAPTEL, 1.ª Fase (2006) - 08.10.2011

57

educação rural agricultura familiar políticas públicas  
mandioca consumo exportações



café Timor Leste comercialização





# SESSÕES PARALELAS

## Políticas Agrícolas e Sustentabilidade

*agricultura angolana sustentabilidade agro-negócio*



## A competitividade da mandioca em Angola: perspectivas de mercado

João Saraiva Gomes<sup>1</sup>  
Patrícia de Sousa<sup>2</sup>  
M.<sup>a</sup> de Fátima Lorena  
de Oliveira<sup>3</sup>

### Resumo

Este trabalho tem como objectivo o estudo do mercado da mandioca em Angola. A metodologia baseada na gestão estratégica e na económica industrial. Iremos aplicar algumas dos indicadores de competitividade da economia industrial. A matriz SWOT constitui um instrumento de decisão estratégica, que se apoia em quatro temas na sua análise. Para cada um dos quatro temas foram identificadas as variáveis que os definem, após a identificação enquadrámo-las em cinco agrupamentos de parâmetros que as caracterizam, de forma pragmática e objectiva. Os dados para análise do comércio internacional provêm da FAOSTAT e a análise SWOT foi realizada com dados de reconhecimento local e análise bibliográfica. A multi-aplicabilidade do amido da mandioca é por si um factor de oportunidade de mercado, sendo que os mercados de exportação terão que promover a I&D capaz de identificar as variedades mais produtivas e resistentes e/ou com aptidões específicas para a produção de produtos competitivos em termos de preços e/ou de qualidade face aos amidos existentes no mercado. Angola apresenta valores de produtividade superiores à média mundial e representa 4% e 7% da área mundial e do continente africano, respectivamente. As taxas de variação anual são as mais elevadas tanto em termos de produtividade como nas restantes variáveis analisadas, mas apresenta uma balança comercial negativa para a mandioca. Angola apresenta alguns investimentos internos que em conjunto com o IDE permitem visualizar as potencialidades relevadas pela análise SWOT, não esquecendo que o mercado

---

<sup>1</sup> aluno de Mestrado da Escola Superior Agrária de Coimbra, [jbsg@sapo.pt](mailto:jbsg@sapo.pt)

<sup>2</sup> aluno de Mestrado da Escola Superior Agrária de Coimbra, [patricia.bp.sousa@gmail.com](mailto:patricia.bp.sousa@gmail.com)

<sup>3</sup> Prof. Adjunta do Departamento de Ciências Sociais e Humanas; Escola Superior Agrária de Coimbra/CERNAS, [foliveira@esac.pt](mailto:foliveira@esac.pt)

internacional é caracterizado por competitividade muito forte em termos de preços e volume.

### **Palavras-Chave**

Mandioca, Consumo, Exportações, Importações, SWOT

## **1. Introdução**

A competitividade tem sido vista desde há muito como a força que pode conduzir ao sucesso económico, o conceito tem sido muito aplicado e a sua terminologia generalizada, mas não existe consenso no que diz respeito ao conceito *per si*, no método de mensuração, na identificação das entidades envolvidas e nos indicadores a aplicar de acordo com o nível de agregação. As dificuldades devem-se ao carácter dinâmico e espacial do conceito, devido ao facto de que os factores que influenciam a competitividade variarem ao longo do tempo e o seu valor não é absoluto mas comparativo em relação aos sectores de uma economia ou entre empresas de um mesmo sector. O *World Economic Forum* (2009) definiu competitividade como o conjunto de instituições, políticas e factores que determinam o nível de produtividade do país e esta o nível de prosperidade e a taxa de retorno dos investimentos numa economia mas a OCDE retorna a competitividade como a vantagem ou desvantagem de um país vender os seus produtos no mercado internacional e assente no diferencial dos custos unitários do trabalho e nos preços ao consumidor entre o país e os competidores. Nos recentes trabalhos desenvolvidos pela Comunidade Europeia (CE), para a indústria alimentar, competitividade foi definida como a capacidade sustentável de ganhar rentabilidade e quota de mercado doméstico e de exportação (Wijnands *et al.*, 2007) Esta definição cria dificuldades para se encontrar um indicador e sendo eficaz na análise ao nível das empresas não é tão útil na análise ao nível da indústria. A competitividade ao nível da indústria é muito vezes o melhor indicador da competitividade do país do que a competitividade ao nível da empresa, porque o sucesso de uma empresa pode ser devido ao um conjunto específico de factores que podem ser difíceis ou impossíveis de reproduzir e, por outro lado, o sucesso de um conjunto de empresas numa dada indústria pode ser devido ao um conjunto de factores que podem ser ampliados e

aperfeiçoados e são as empresas que competem no mercado internacional e não o países (Blunck, 2006; Porter 1990). Os indicadores aplicados na CE (Wijnands *et al.*, 2007) reconhecem ambas as dimensões: a vantagem comparativa dos produtos e a competição pelos factores da produção. A nível teórico, podemos distinguir quatro tipos de competitividade: pelos custos, pelos preços, a competitividade tecnológica e a competitividade estrutural. A competitividade tecnológica é considerada por muitos autores como a mais importante porque é o jogo da competição entre os produtos e não a competição dos preços, que permite a obtenção de novos produtos com incremento da produtividade (Nezeys, 1993). Esta análise baseada na gestão estratégica força a uma visão dinâmica focalizando-se nos processos de negócio em vez de se concentrar nos recursos ou activos e está associado a dois factores relevantes: o Investimento Directo Estrangeiro (IDE) que introduz novos processos de produção de gestão e/ou novos produtos e a especialização com a diferenciação estratégica do produto para preencher um segmento de mercado específico.

## **2. Metodologia**

O objectivo deste trabalho é o de examinar a competitividade da cultura da mandioca, nas suas diferentes vertentes. A análise entre do mercado mundial será realizado através dos dados da FAOSTAT, que permitem uma comparação entre zonas e países. Iremos ainda aplicar uma ferramenta desenvolvida nos anos sessenta designada por análise SWOT e que constitui um instrumento de decisão estratégica para o desenvolvimento da competitividade das indústrias e das empresas. Os elementos recolhidos para a análise SWOT provêm de trabalho de campo realizado por um dos autores (João Gomes) e complementada pela pesquisa bibliográfica. A matriz é reconhecida pela sua simplicidade e por simultaneamente permitir uma análise do ambiente externo oportunidades (*Opportunity*) e ameaças (*Threat*) e do ambiente interno, as forças (*Strength*) e as fraquezas (*Weakness*) (Armstrong, 1982; Andrews. 1971).

## **3. Caracterização da produção da mandioca**

A mandioca é uma planta originária da América do Sul, da família da Euphorbiaceae e as variedades comestíveis mais conhecidas são do género *Manihot*

*esculenta* (mandioca amarga) e *Manihot utilíssima* (Mandioca doce). O ácido contido na variedade *Manihot esculenta* tem carácter tóxico e para a desactivação do ácido, utiliza-se a acção do calor. Em termos edafo-climáticos, a mandioca prefere os solos de textura de franco-argilosa a argilo-arenosa porque a boa drenagem permite o desenvolvimento da raiz e facilita a colheita. No entanto existem variedades adaptadas a solos argilosos, com teores de argila que por vezes ultrapassam 90% (EMBRAPA, 2005). Do ponto vista climático a Mandioca desenvolve-se entre os 24 e os 25°C mas apresenta um desenvolvimento satisfatório para temperaturas entre os 20 e os 27°C. A cultura é propagada vegetativamente, com utilização de estacas preparadas durante a colheita da cultura anterior. As estacas de propagação têm cerca de 30 cm o que faz com que ocupem um grande volume, não são fáceis de armazenar e têm um custo de manuseamento alto e a reprodução vegetativa não têm permitido o uso de híbridos seleccionados, resultando numa adaptação de novas variedades mais lenta em relação a outras culturas. África concentra cerca de 60% da área cultivada e 50% da produção. As grandes zonas de produção mundial apresentam uma evolução positiva e não existem diferenças significativas na análise das médias observadas (Tabela I). Se analisarmos a produção a nível mais particular observamos que a área de produção está concentrada em cinco países, com cerca 9710 mil hectares entre 2007 e 2009 (médias centradas) representado 52% da área cultivada e 57% da produção: Nigéria representa 19% da área e 18% da produção; Brasil (10% e 11%); Tailândia (7% e 12%); Indonésia (6% e 6%) e República Democrática do Congo Belga (10% e 6%). No período de 2007 e 2009, as produtividades da Tailândia, da Indonésia e do Brasil foram respectivamente, 80%, 40% e 13% superiores à média mundial, a Nigéria e a República Democrática do Congo Belga apresentaram produtividades inferiores a média mundial. Angola com 13 tons/ha apresenta uma produtividade próxima do Brasil (14 tons/ha) e representou cerca de 7% da área cultivada e 9% da produção de África (valores médios de 2007 e 2009) e destaca-se pelo crescimento mais elevado do que o crescimento africano e mundial.

A competitividade da mandioca em Angola: perspectivas de mercado

Tabela I. Área cultivada, produtividade e produção da Mandioca por grandes zonas em Angola e em Moçambique

	1980/82	1989/1991	1999/2000	2007/2009	Variação		Taxa de variação anual	
					1989/92 2007/09	1999/00 2007/09	1989/92 2007/09	1999/00 2007/09
<b>Área cultivada</b>	1000 Hectares							
<b>Angola</b>	340	399	544	839	147%	54%	5%	6%
<b>Moçambique</b>	880	939	906	941	0%	4%	0%	0%
<b>Mundo</b>	13785	15635	16966	18800	20%	11%	1%	1%
<b>África</b>	7227	9010	10992	12143	35%	10%	2%	1%
<b>Ásia</b>	3821	3924	3452	3949	1%	14%	0%	2%
<b>Percentagem da área cultivada em relação ao mundo</b>								
<b>Angola</b>	2%	3%	3%	4%				
<b>Moçambique</b>	6%	6%	5%	5%				
<b>África</b>	52%	58%	65%	65%				
<b>Ásia</b>	28%	25%	20%	21%				
<b>Produtividade kg/ha</b>								
<b>Angola</b>	3392	4049	7896	13082	223%	66%	8%	7%
<b>Moçambique</b>	4110	4256	6250	5744	35%	-8%	2%	-1%
<b>Mundo</b>	9201	9939	10388	12286	24%	18%	1%	2%
<b>África</b>	6987	7983	8674	9787	23%	13%	1%	2%
<b>Ásia</b>	12024	13121	14413	19501	49%	35%	3%	4%
<b>Relação entre da produtividade em relação ao mundo</b>								
<b>Angola</b>	0,4	0,4	0,8	1,1				
<b>Moçambique</b>	0,4	0,4	0,6	0,5				
<b>África</b>	0,8	0,8	0,8	0,8				
<b>Ásia</b>	1,3	1,3	1,4	1,6				
<b>Produção</b> 1000 Toneladas								
<b>Angola</b>	1153,3	1613,3	4319	10871,8	574%	152%	13%	12%
<b>Moçambique</b>	3617	3994	5630	5374	35%	-5%	2%	-1%
<b>Mundo</b>	126833	155363	176259	231001	49%	31%	3%	3%
<b>África</b>	50508	71960	95352	118855	65%	25%	3%	3%
<b>Ásia</b>	45914	51506	49758	77054	50%	55%	3%	6%
<b>Percentagem da produção em relação ao mundo</b>								
<b>Angola</b>	1%	1%	2%	5%				
<b>Moçambique</b>	3%	3%	3%	2%				
<b>África</b>	40%	46%	54%	51%				
<b>Ásia</b>	36%	33%	28%	33%				

Fonte: Elaborado com dados da FAOSTAT

#### **4. Consumo da mandioca**

A mandioca revela-se uma matéria-prima muito versátil, o seu uso vai desde do consumo tradicional, sendo a terceira mais importante fonte de calorias da região tropical, depois do arroz e do milho até ao uso na indústria farmacêutica e petrolífera. As raízes podem ser peladas, fatiadas e congeladas e a possibilidade de vender a mandioca pré-cozinhada e congelada ou em vácuo é por si um novo eixo de oportunidade de mercado especializado face à emergência dos fenómenos de migração e com a necessidade dos novos hábitos alimentares que se formam nas regiões alvo das migrações, onde as comunidades não se desligam dos seus costumes, antes pelo contrário fortalecem os laços afectivos com a sua cultura através da gastronomia, promovendo uma nova oferta culinária, que tem a tendência de ser mais valorizada à medida que penetra nos hábitos da região. Também aqui o crescimento do meio urbano nos países produtores se transforma como veículo para o aumento da procura destes alimentos e conseqüentemente a necessidade de em termos produtivos existir uma melhoria da oferta, estruturando-se assim uma base sólida para o crescimento no mercado exportador. As folhas de mandioca são comercializadas sob a forma de vegetais frescos, secos ou enlatados e apresentam um melhor equilíbrio nutricional do que os tubérculos e o seu consumo tem um efeito preventivo a certas doenças. Um factor promotor ao desenvolvimento de oportunidades para os produtos de mandioca em fresco é o aumento de rendimentos das populações e do fenómeno da urbanização, por estes estarem associados e caracterizados por uma tendência de consumo mais selectivo de alimentos, que implicará melhorias no processo de conservação e de embalagem. Esta estratégia tem sido desenvolvida com sucesso pela Costa Rica (promoção do consumo da mandioca em fresco através da embalagem e da informação das formas de utilização). O mercado da mandioca em fresco nos meios urbanos tem vindo a continuar a ganhar importância devido do incremento da eficiência dos circuitos de distribuição o que possibilita a exportação onde predomina a qualidade e frescura do tubérculo, em conjunto com o aumento da procura em mercados onde habitualmente o produto não se consumia. A mandioca apresenta atributos como matéria-prima para a agro-indústria assim como para a indústria farmacêutica e deve ser alvo de atenção por parte do governo e das empresas. Na área farmacêutica destaca-se o



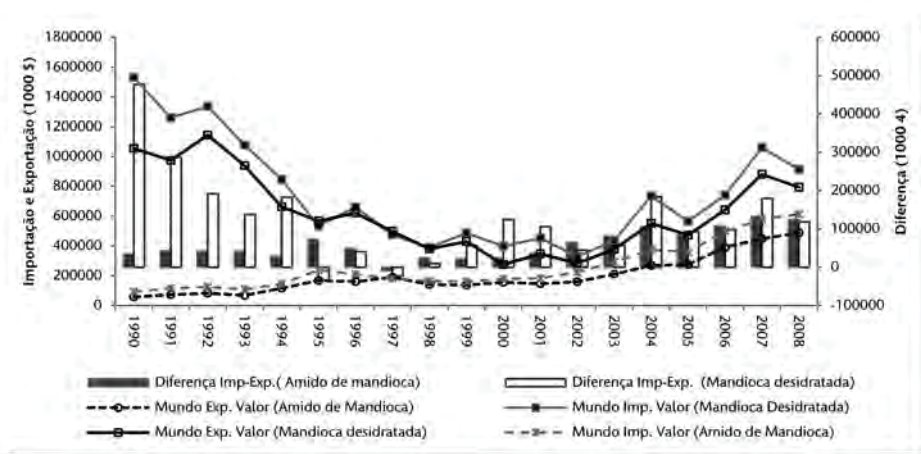
aproveitamento das folhas e das raízes no tratamento de alguns tumores devido a riqueza em vitamina B17 que estimula a produção da hemoglobina (Griffin, 2010). A mandioca é rica em outras vitaminas e minerais e pode contribuir para o controle do colesterol e da pressão sanguínea. As propriedades medicinais da mandioca podem ainda ser aplicadas na produção de alimentos funcionais que têm tido um grande desenvolvimento em termos de mercado. A riqueza em carbo-hidratos, valoriza as capacidades adoçantes da mandioca que permite que esta seja utilizada para a produção de concentrados de glicose, para a produção de glicogénio, na produção de álcool e em de bebidas fermentadas, como seja na indústria cervejeira como adjuvante do malte e do arroz. As diferentes aplicações referidas são de extrema importância económica, pois trazem vantagens comerciais e económicas, uma vez que são derivados dos recursos disponíveis e não carecem de um elevado investimento em infra-estruturas (Diniz, 2004; Quanta, 1993). A mandioca tem ainda um papel importante na alimentação animal, quer na forma *in natura*, pelo uso dos seus subprodutos (restos culturais, folhas e caule) quer pela forma processada (pallets) (Marques, s.d). A parte aérea da mandioca (folhas e caule) contém um alto valor nutritivo, no entanto as folhas contêm mais do dobro das proteínas em relação aos talos e são bem aceites pelos animais. Já as raízes têm um baixo valor proteico e reduzida presença de alguns aminoácidos essenciais, sendo necessário incluir ingredientes com teores desses aminoácidos quando os animais são alimentados com grandes quantidades de mandioca (Uset, 2008). A utilidade da mandioca não se limita ao uso alimentar mas poderá ter outros fins nomeadamente, na indústria do papel, na indústria química (obtenção de dextrina, dextrose e colas) e até na indústria têxtil (fixação do tingimento) (Uset, 2008). Poderá ainda ser utilizado como abrasivo na indústria mineira e na indústria petrolífera (misturada com lama e usado como abrasivo na perfuração de poços). O aproveitamento segmentado da planta permite definir uma estratégia segmentada em termos de mercado.

## **5. Comércio internacional**

O comércio internacional da mandioca é frequentemente realizado entre países vizinhos e geralmente não é registado nas estatísticas oficiais e tem sido prejudicado pela perecibilidade das raízes, tornando-se um produto de risco no mercado e este facto pode ser observado no facto de só existirem dados na FaoStat para o comércio

de amido de mandioca e mandioca desidratada. A FaoStat apresenta os dados de exportação e importação da mandioca mas é importante esclarecer que segundo a FAO, os valores da mandioca desidratada inclui mandioca descascado, fatiado e secos (chips de mandioca) e mandioca comprimida (pellets). A FaoStat apresenta ainda valores do comércio internacional para o amido de mandioca (amido e fécula de mandioca para as a aplicação nas agro-indústrias). A importância do amido de mandioca em relação à exportação da mandioca desidratada cresceu consideravelmente, representando entre 2006 e 2008 cerca de 36% a 38% do total da mandioca transaccionada internacionalmente (Figura I).

Figura I. Exportações e Importações em valor de mandioca desidratada e de amido de mandioca (1000\$ US Dollar)



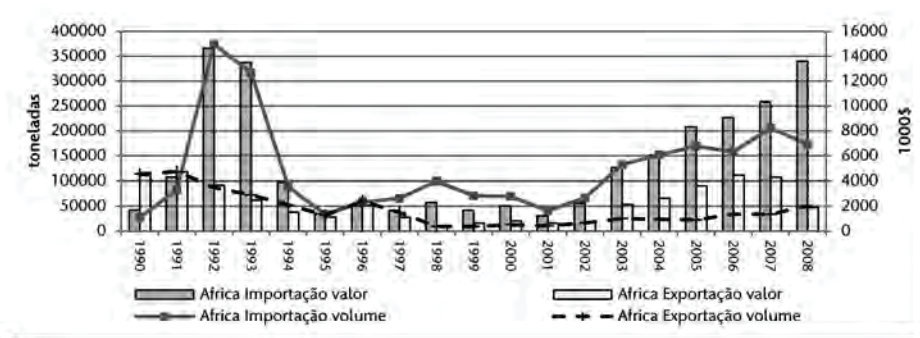
Fonte: Elaborado com dados da FAOSTAT

A Tailândia entre 2006 e 2008 representava cerca de 88% e 65% das exportações mundiais em valor do amido de mandioca e da mandioca desidratada, respectivamente. O segundo maior exportador é a Indonésia que representa cerca de 2% e 3% do amido e da mandioca desidratada (Anexo I e II). O continente africano apresenta um valor muito reduzido nas exportações mundiais apesar de representar cerca de 51% da produção mundial de mandioca (Figura II), mas é de salientar a importação de amido de mandioca que em valor representou entre 2006 e 2008 cerca de 2% das importações mundiais, devido às importações da África de Sul que

## A competitividade da mandioca em Angola: perspectivas de mercado

representaram cerca de 85% das importações em valor. O Goana foi responsável por 25% e 47% das exportações em volume e em valor respectivamente, seguida da Nigéria (20% em volume e 15% em valor). Para Angola só existem dados de comércio internacional para a mandioca desidratada entre 2003 e 2008, com valores constantes de exportação de 3 mil dólares e 7000 toneladas, mas os valores de importação de farinha de mandioca cresceram entre 2000/02 e 2006/06 (médias centradas) 361% em quantidade e 839% em valor, representando 88 mil dólares no período 2006/2008, mas as exportações de mandioca só cresceram 200% em valor como em quantidade.

Figura II. Exportação e importação da mandioca do Continente africano



Nota: Tonelada de equivalente de mandioca

Fonte: Elaborado com dados da FAOSTAT

Entre 1990 e 2000, o principal mercado de importação da mandioca desidratada era a União Europeia (UE) com 82% seguida da República da Coreia com 7% das importações mundiais em valor. No entanto após 2000 a China passou a ser o principal mercado e entre 2006 e 2008 representava 63% das importações, a UE representava 20%, a República da Coreia, 10% e a América do Norte representava o quarto lugar das importações mundiais com 4%. No interior da UE entre 2006/08 o principal mercado era a Espanha com 32%, a Holanda (28%) seguida da França. Portugal representava cerca de 5% (6991 mil dólares, valores médios) das importações europeias. Para o amido de mandioca os mercados de importações apresentam maior estabilidade, a China foi o principal mercado entre 1990 e 2000 com 46% e entre 2001 e 2008 representava 50% das importações. A UE e a América

do Norte representam o mesmo peso nas importações do amido de mandioca, cerca de 4% e 3% nos períodos considerados. O Japão é um mercado importante para o amido e representou entre 2006 e 2008 cerca de 8% das importações mundiais (Anexo III e IV). As diferenças entre os valores de importação e exportação revelam os custos de transacção (Figura I) que sofreram uma redução no caso da mandioca desidratada o que demonstra uma melhoria dos sistemas de comercialização e um aumento para o amido que advém do incremento na comercialização deste produto mas cujo sistema de comercialização ainda se encontra em fase de desenvolvimento. O preço unitário de exportação para o amido e para a mandioca desidratada nos diferentes principais mercados exportadores são muito semelhantes não sendo significativas as diferenças entre os mercados. O preço unitário de exportação do amido de mandioca é sensivelmente o dobro do preço da mandioca desidratada. Em valores médios entre 2006 e 2008, o preço de exportação mundial para o amido foi de cerca de \$292 por tonelada e o preço da mandioca desidratada foi cerca de \$148 por tonelada. Se consideramos os valores de exportação de Angola verificamos que o preço unitário para a mandioca desidratada foi superior ao preço mundial, \$429 por tonelada. Tendo em consideração os valores disponíveis apesar do aumento da produção, Angola tornou-se mais dependente da mandioca (farinha de mandioca), o que se verifica pela redução drástica da taxa de cobertura (Tabela II).

Tabela II. Preços unitários de Importação e Exportação e Balança comercial de Equivalente de Mandioca em Angola

	<b>Unidade</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>
<b>Preço Unitário de Exportação</b>	\$/tonelada	166,7	166,7	166,7	166,7	166,7	166,7
<b>Preço de Importação</b>	\$/tonelada	275	275	314,3	342,8	325,7	517,6
<b>Balança Comercial (X-P)</b>	1000\$/	-8	-8	-8	-21	-54	-85
<b>Taxa de Cobertura (X/M)</b>	%	27%	27%	27%	13%	5%	3%

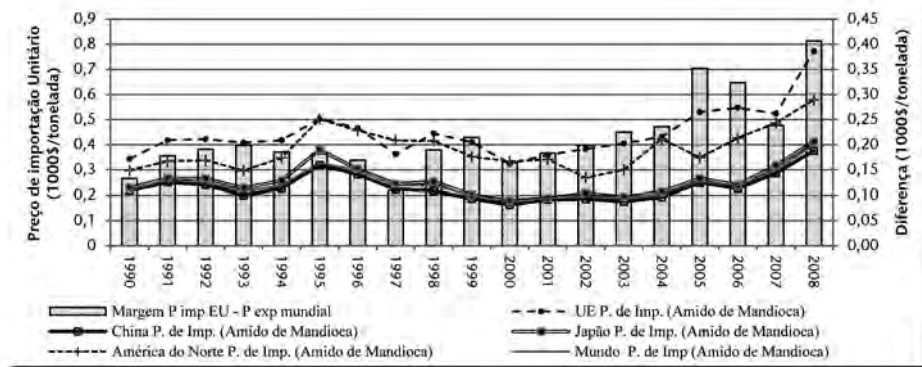
Fonte: Elaborado com dados da FAOSTAT

Em relação ao mercado de importação do amido de mandioca as diferenças de preço de importação do mercado europeu, americano são significativamente diferentes do preço de importação do mercado chinês. Entre 2001 e 2008 o preço

## A competitividade da mandioca em Angola: perspectivas de mercado

unitário de importação do amido pela União Europeia foi de duas vezes superior aos valores de importação mundial. No período considerado, a China foi o principal mercado de importação e conseqüentemente o preço unitário de importação foi semelhante ao preço praticado por este país. É importante verificar que os preços se desenvolvem ao longo de tempo de forma idêntica entre a China e o Japão mas entre a Europa e a América do Norte existem diferenças substanciais e entre estes e os dois países anteriormente referidos (Figura III). De acordo com a figura III observa-se um entre 2001 e 2008, um aumento da margem entre o preço europeu de importação e o preço de exportação o que indica uma valorização sustentável do amido por parte do mercado europeu.

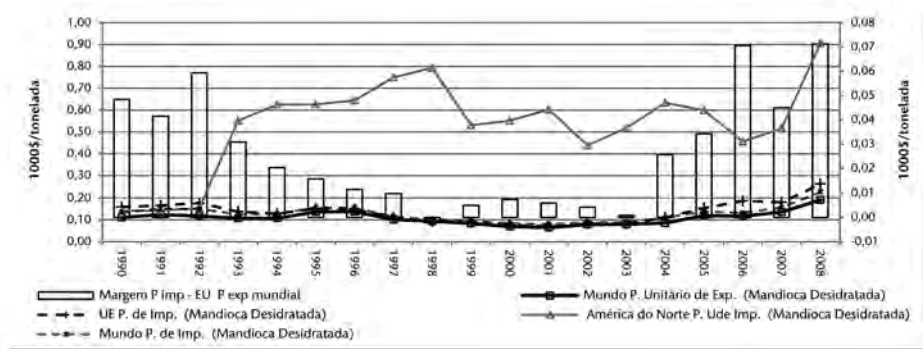
Figura III. Preços unitários de importação de amido de mandioca (1000\$/ton) e a diferença entre o Preço de importação europeu e o preço de exportação mundial



Fonte: Elaborado com dados da FAOSTAT

Para a mandioca desidratada a diferença de preços verifica-se essencialmente no mercado norte-americano, que apresenta para o período entre 2001 e 2008 um preço unitário, cerca de 5 vezes superior aos valores mundiais. É importante observar o movimento cíclico da margem entre o preço unitário da UE e o preço de exportação mundial (Figura IV).

Figura IV. Preços unitários de importação da mandioca desidratada (1000\$/ton) e a diferença entre o Preço de importação europeu e o preço de exportação mundial



Fonte: Elaborado com dados da FAOSTAT

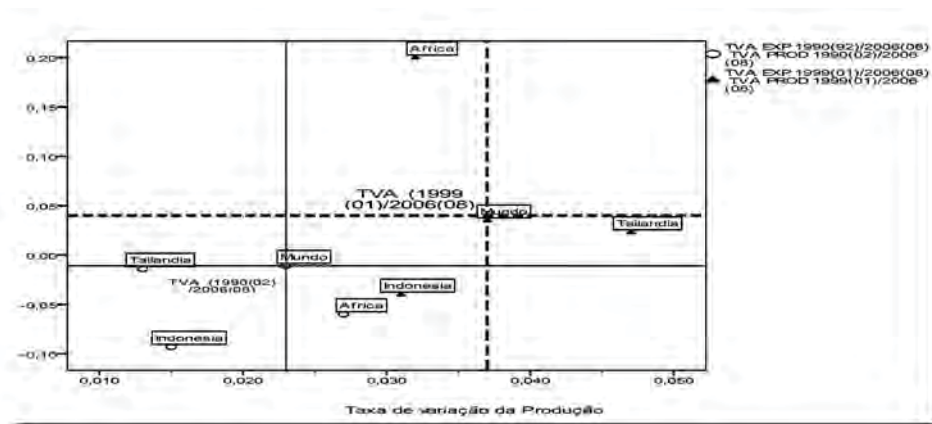
Tentou-se observar a evolução dos volumes comercializados da mandioca desidratada com o milho mas não se observou quaisquer fenómenos de substituição. Apesar de não ter sido observada neste trabalho uma relação entre preços de alguns alimentos para alimentação animal, Prakash (s.d) afirma que a procura de mandioca desidratada (pellets) é muito sensível aos preços de cereais e de algumas oleaginosas com os quais a mandioca compete. O que foi possível observar (anexo V) foi a relação inversa entre a quantidade importada de alimentos para animais e a importação de mandioca (inclui tapioca, amido, farinha e mandioca desidratada) no mercado europeu. Entre 1990/92 e 2006/08 a taxa anual de importação (médias centradas) em volume da mandioca importada reduziu -11% e a importação de alimentos para animais cresceu cerca de 1%. No mercado Norte-americano a evolução foi idêntica mas com taxas de crescimento inferiores: -1% para a mandioca e 5% para os alimentos para animais. No caso do mercado Chinês observou-se que as importações de ambos os produtos aumentaram, mas a taxa de crescimento anual (médias centradas) no período 1990/92 e 2006/08 foi muito superior no caso da mandioca do que nos alimentos para animais, 15% e 7%, respectivamente. Em termos de comércio internacional não é possível desenvolver indicadores porque os países ou são exportadores ou importadores líquidos.

No entanto é possível observar dois padrões de comportamento entre 1990 e 2001 e entre 2001 e 2008. Em termos mundiais entre 1999/2001 e 2006/2008

## A competitividade da mandioca em Angola: perspectivas de mercado

(médias centradas) a taxa variação anual das exportações e da produção foi superior ao do período anterior e entre as regiões e países é de salientar a evolução do continente africano ao nível das exportações. Tailândia destaca-se pela sua evolução tanto ao nível das exportações como ao nível da produção (Figura V).

Figura V. Taxas de variação anual em médias centradas das exportações de mandioca equivalente e da produção de mandioca



Fonte: Elaborado com dados da FAOSTAT

A importação da mandioca está sujeita a regras e a taxas aduaneiras distintas de acordo com o país importador que podem ir zero no Canadá, Indonésia e Estados Unidos até 480% na República da Coreia. Em muitos países a importação de amido está sujeita a condições preferenciais, o Japão estabeleceu 15% de taxa sujeita a uma quota de importação de 200 mil toneladas e a República da Coreia uma taxa de 9% para importações até 2400 toneladas. A UE determinou para o amido a quota de 10000 ton., sujeita a uma taxa aduaneira específica, sendo importante salientar o acordo preferencial da EU com a Tailândia. As importações acima das quotas estão muitas vezes sujeitas a taxas aduaneiras proibitivas (Prakash, s.d).

## 6. Investigação e Desenvolvimento (I&D)

O consumo da mandioca em fresco em países produtores e nos países importadores representa um potencial para o desenvolvimento da investigação



pela necessidade de melhorar a produção através da redução dos efeitos das pragas, doenças e redução da concentração de HCN. A I&D é ainda necessária na melhoria da qualidade do produto na fase no armazenamento, através da redução da perecibilidade do produto fresco, na logística ou seja na melhoria dos sistemas de distribuição e de promover os factores que influenciam o uso em fresco: a forma, a cor, a facilidade de descasque, o tempo de cozedura, o aroma e o sabor. O desenvolvimento de produtos de 3.<sup>a</sup> e 4.<sup>a</sup> gama também devem ser considerados na promoção do mercado em fresco. Esta é uma necessidade para a oferta se puder adequar ao crescimento da procura devido ao aumento do fenómeno da migração, que foi referido anteriormente, mas também para o aproveitamento de um segmento de alimentação “étnica” ou exótica. Para explorar mercado da alimentação “étnica” ou da alimentação exótica, é ainda necessário o desenvolvimento do mercado em termos de marketing devido ao facto de parte desse mercado desconhecer a mandioca, as suas propriedades assim como as formas de preparação. O exemplo do I&D tem sido pela indústria brasileira tem desenvolvido programas de incorporação de farinha de mandioca na indústria da panificação, tendo tido resultados da mistura de 20% de farinha mandioca sem adulteração da qualidade do produto final, prevê-se assim uma oportunidade de crescimento e aplicação da mandioca. Para que esta seja uma matéria-prima competitiva na alimentação animal terá de ser alvo de forte investigação para a redução dos custos culturais (industrialização da cultura), garantir uma qualidade constante e uso de cultivares com maior rendimento na transformação. A aplicação da mandioca para usos industriais (etanol, cola, indústria do papel, etc.) tem sido desenvolvido mas a competitividade nesta área depende muito da sua disponibilidade e da concorrência em termos de preço com outras matérias-primas como seja, o milho. A I&D tem de se concentrar não só no desenvolvimento de variedades menos tóxicas e mais produtivas mas também na melhoria das técnicas de processamento para a produção de produtos de melhor qualidade e de maior valor acrescentado. A produção para o uso local e numa óptica familiar devem ser alvos de intervenção adaptativa para que a comercialização do produto seja mais desejável e com isso desenvolver-se o comércio local com produtos de menor toxicidade e com melhores preços. Nesta área Angola tem desenvolvido alguns projectos com implementação de culturas resistentes a pragas, mas a falta de



técnicos dificulta a evolução do projecto (Jornal de Angola, 29/07/2011). O amido de mandioca devido à sua versatilidade em termos de uso é o produto da mandioca de maior crescimento no mercado das exportações no entanto o mercado internacional do amido se desenvolve em regras e apoios próprios diferenciando amidos derivados de culturas e amidos de concepção modificada. Angola tem previsto um Projecto agro-industrial aposta na produção de amido de mandioca com uma área de 53 mil 500 hectares na Zâmbia, com apoio da Universidade Cruz do Sul do Brasil (Unisc) (Angop, 16/02/2011). Efectivamente a colaboração técnica-científica é de externa importância porque sendo uma fileira pouco desenvolvida é necessária a promoção e o desenvolvimento científico nesta cultura e nos seus processos de transformação.

## **7. Análise SWOT**

Os dados que permitiram a elaboração das tabelas que servem de base a construção da análise SWOT foram obtidos através da recolha de dados primários e da análise de dados secundários (bibliografia e artigos de opinião). Estes elementos possibilitaram desenvolver uma ferramenta que de uma maneira resumida permite apresentar as principais características “check-list” da cultura face ao mercado internacional e constitui um instrumento de decisão estratégica, que se apoia em quatro temas: forças, fraquezas, oportunidades e ameaças. Apesar da interpretação própria e da subjectividade inerente nesta análise, a matriz não deve ser preenchida de forma casual. Um dos pontos difíceis na construção da matriz SWOT consiste na distinção entre forças e oportunidades e entre ameaças e fraquezas (Santos *et al.*, 2007). Na 1.<sup>a</sup> fase foram identificadas as diferentes variáveis para cada um dos quadrantes (forças, fraquezas, oportunidades e ameaças. Para cada ponto foram identificadas com a mesma sigla as variáveis que se relacionam em termos de produção agrícola, de transformação industrial ou de consumo. Nesta fase a subjectividade do método está presente e pode afectar o resultado (Tabela III).

Tabela III. Identificação das forças

<b>FORÇAS</b>	
A perecibilidade e toxicidade altas são controladas por processos simples	F1
O equipamento de processamento é de baixa especialização e de fácil uso e aplicabilidade	F1
Processamento adaptável em pequena. Media e larga escala	F1
Capacidade de produção em solos pobres	F2
Tolerância a deficit hídrico	F2
Rendimento Rural	F3
Empregabilidade Rural	F3
Investimento Rural	F4
Segurança Alimentar	F5
<b>FRAQUEZAS</b>	
Custos de produção e processamento altos no mercado competitivo	f1
Grande necessidade de mão-de-obra no processamento	f1
Falta de parametrização cultural	f2
Falta de parametrização industrial	f2
Circuitos de distribuição e de packaging fraco	f3
Infra-estruturas de processamento de baixa qualidade	f4
Variabilidade de qualidade de no produto final	f4
Alta perecibilidade	f5
Cadeia de processo morosa	f5
<b>OPORTUNIDADES</b>	
Especificação de variedades adaptadas a maquinaria agrícola	O1
Eficiência de operações culturais	O1
Implementação em novas dietas alimentares	O2
Consumo de mandioca diariamente sem sinais de intoxicação	O2
Matéria-prima para a indústria de ração animal	O3
Incorporação em larga escala na indústria da panificação	O3
Indústrias consumidoras de amido	O4
Produção etanol e de Bioenergia	O5
<b>AMEAÇAS</b>	
Presença de glucosidos cianogenicos linamarino e lotaustralino	A1
Toxicidade da mandioca	A1
Competitividade	A2
Baixa quantidade e qualidade de proteína	A3
Ausência de estratégia no mercado mundial	A4
Índice de Investigação desenvolvimento baixa	A5

## A competitividade da mandioca em Angola: perspectivas de mercado

Neste ponto analisaram-se e quantificaram-se as interacções entre os diferentes parâmetros conjugados dois a dois na matriz SWOT. O método quantifica as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças relacionadas entre si, considerando relações binomiais entre os parâmetros em análise: segundo a forma como se conjugam em cada um dos quadrantes. Resultando numa análise em que se quantifica num âmbito de uma estratégia global de mercado a Potencialidade, Debilidade, Capacidade e Vulnerabilidade. A pontuação obtida para cada quadrante foi determinada pelos autores, de acordo com a relação existente entre as variáveis. O critério de quantificação simplifica-se a três valores, 0-sem intensidade; 1-intensidade média; 2-intensidade alta. A interacção entre os parâmetros considerados dois a dois foi analisada e quantificada segundo os critérios supracitados. Procede-se de seguida à quantificação dos valores absolutos dos quatro quadrantes e paralelamente à quantificação dos valores das diferentes linhas e colunas da matriz por quadrantes e por agrupamentos de quadrantes e resume-se na matriz (Tabela IV).

Tabela IV. Interação entre os parâmetros

		Oportunidade					Ameaças					Sub total	Total	
		O1	O2	O3	O4	O5	A1	A2	A3	A4	A5			
interno	externo	Operações culturais modernas	Dietas alimentares	Indústria das rações	Multi-usos	Bioenergia	Toxicidade	Competitividade de	Baixo teor em proteina	Ausência de estratégia comercial	Faco I&D	Sub total		
		Forças	F1 controlo da toxicidade e perecibilidade	1	2	0	2	0	5	2	0	0	1	2
F2 adaptação da produção	2		1	1	2	2	8	0	2	0	2	2	6	14
F3 geradora de rendimento agrícola	2		1	2	2	1	8	1	2	1	1	1	6	14
F3 investimento agrícola	2		1	2	1	2	8	1	1	0	1	1	4	12
F5 Segurança alimentar	2		2	0	1	0	5	1	1	2	2	1	7	12
Sub-total	9		7	5	8	5	34	5	6	3	7	7	28	62
Fraquezas	f1 Custos industriais elevados	2	0	2	1	2	7	0	2	0	1	2	5	12
	f2 ausência de parametrização da produção	2	1	1	1	2	7	2	1	1	2	1	7	14
	f3 Circuitos de distribuição e de packaging fraco	0	1	1	0	0	2	0	2	0	1	1	4	6
	f4 infra-estrutura de transformação de baixa qualidade	0	2	1	2	2	7	2	2	2	2	1	9	16
	f5 alta perecibilidade	2	2	1	1	1	7	0	2	0	1	2	5	12
Sub-total	6	6	6	5	7	30	4	9	3	7	7	30	60	
Totais	15	13	11	13	12		9	15	6	14	14		122	

O conjunto de interações mapeado pela matriz permite identificar as melhores oportunidades e as ameaças de maior impacto, as forças com maior peso e as fraquezas mais importantes. Na tabela V resume-se as variáveis em cada quadrante que maior peso apresenta.

Tabela V. Quantificação de factores

Oportunidades mais acessíveis	Operações culturais modernas	15
	Dietas alimentares	13
	Multi-usos	13
As ameaças com maior impacto	Competitividade	15
	Ausência de estratégia comercial	14
	Fraco I&D	14
Forças estratégicas	Adaptação da produção	14
	Geradora de rendimento agrícola	14
	Segurança alimentar	12
	Infra-estrutura de transformação de baixa qualidade	16
	Ausência de parametrização da produção	14
	Custos industriais elevados	12

Na etapa seguinte (Tabela VI) ir-se-á proceder-se a quantificação relativa de quadrantes, através da análise do valor de cada quadrante sobre o total máximo passível de ser atingido pelo quadrante ( $2 \text{ pontos} \times 5 \text{ fact} \times 5 \text{ fact} = 50$ ). As Potencialidades de Actuação Ofensiva representam d 68% (Forças & Oportunidades), a Capacidade de Defesa 52% (Forças & Ameaças), a Debilidade 60% (Fraquezas & Oportunidades) e a Vulnerabilidade 60% (Fraquezas & Ameaças). As Forças & oportunidades são superiores as fraquezas & oportunidades e as ameaças & fraquezas superiores as Forças & Ameaças. Em seguida calculou-se a capacidade ofensiva pela diferença entre as potencialidades e as debilidades. Da mesma forma

## A competitividade da mandioca em Angola: perspectivas de mercado

calculou-se a capacidade defensiva (capacidade de defesa e vulnerabilidade) tendo-se assim os valores para a determinação do posicionamento estratégico.

Tabela VI. Determinação do posicionamento estratégica

Oportunidades				Ameaças			Posicionamento Estratégico
Forças	Potencialidade = Q1/valor Max	34/50 =	68%	Defesa = Q2/valor Max.	28/50 =	56%	
Fraquezas	Debilidade = Q3/valor Max.	30/50 =	60%	Vulnerabilidade = Q4/valor Max.	30/50 =	60%	Cap Of.- Cap. Def
Capacidade	Ofensiva	Pot.- Deb.=	8%	Defensiva	Def.-Vul =	-4%	12%

A capacidade ofensiva da Mandioca em se implementar é positiva é positiva (8%) factor importante e que deve ser potenciada para o processo de desenvolvimento da fileira da mandioca. A capacidade defensiva, ou seja a neutralização de ameaças é de -4%, resultando num índice de posicionamento estratégico de 12%. A análise SWOT revela um contexto favorável a um desenvolvimento da cultura no mercado global. A Capacidade de neutralização de ameaças é negativa mas a capacidade ofensiva neutraliza a combinação de fraquezas internas e ameaças. A orientação estratégica deverá reforçar-se aos possíveis efeitos das ameaças. O posicionamento estratégico próximo de favorável revela a propensão crescente da cultura a um posicionamento de mercado em torno de uma estratégia de desenvolvimento em oportunidades para crescimento e expansão. A relação entre os parâmetros Forças/Ameaças revela o valor mais frágil do contexto enquanto o binómio Forças/Oportunidades tem o valor mais elevado da relação de forças da matriz.

$$Q1 \text{ (Forças/opportunidades)} > Q3 \text{ (fraquezas/opportunidades);}$$

$$Q4 \text{ (ameaças/fraquezas)} > Q2 \text{ (Forças/Ameaças)}$$

A análise demonstra um potencial ofensivo que importa valorizar, tendo ainda um peso global dominado pela capacidade de neutralização de ameaças. A estratégia deverá passar pela criação de condições que permitam neutralizar as ameaças que actualmente condicionam o desenvolvimento e expansão da mandioca,

melhorando a capacidade de resposta, isto é, uma abordagem integrada ao sector produtivo e diversificação da actividade comercial. Paralelamente, é fundamental coordenar esforços e sensibilizar para a importância da cultura como garante actual de segurança alimentar e como elemento essencial ao desenvolvimento sustentável do meio rural onde está inserida. Para redução do impacto das ameaças propõe-se uma forte aposta na I&D em diversas áreas, como operacionalidade cultural com capacitação e introdução de tecnologias e soluções adequadas às condições naturais, a toxicidade alimentar e processos de industrialização. Esta estratégia combate igualmente as fraquezas mais actantes. Em vista está a adequação das soluções aos diferentes meios rurais e a definição de soluções que imprimam aos sistemas de produção competitividade e promovam a sua progressiva orientação para o mercado.

## **8. Conclusões**

Após a análise e apesar da subjectividade presente na matriz SWOT, existe a capacidade de crescimento em termos de mercado doméstico e a nível internacional para a Mandioca, não esquecendo que o mercado internacional é caracterizado por competitividade muito forte em termos de preços e volume. O desenvolvimento da mandioca no Mercado global tem que se basear numa estratégia global em que a identificação dos mercados produtos é essencial. A industrialização da cultura da mandioca e a melhoria dos processos de transformação para redução de custos e melhoria da qualidade é absolutamente necessário a uma estratégia de marketing em termos globais para a cultura e considerando a competição entre culturas mais desenvolvidas em termos de fileira o preço é um factor estratégico do produto. A falta de uma fileira de comercialização, de informação comercial fiável, a inconstância no fornecimento e a baixa qualidade do produto, são factores que dificultam o comércio da mandioca. As fragilidades ao desenvolvimento da cultura só podem ser suplantadas por uma estratégia elaborada pelos países produtores e caso não exista esta concertação corre-se o risco de que a evolução da produção não acompanhe a capacidade de crescimento do mercado, tendo um impacto no aumento no défice de competitividade para outras culturas. Casalino *et al.* (2009) identificaram a mandioca como uma das culturas a investir para a área da exportação, mas os valores das importações e exportações demonstraram

que o esforço realizado na exportação da mandioca desidratada não tem sido acompanhado pela necessidade doméstica do consumo de farinha de mandioca que tem sido satisfeita pela importação desequilibrando a balança comercial. O comércio a um nível regional tem que ser continuamente promovido, através de acções ao incentivo ao processamento local, redes de partilha com divulgação de informação comercial e a promoção de novos produtos para nichos de mercado. Apesar das fragilidades existem oportunidades de mercado para esta cultura se torne um factor de competitividade pois existe capacidade para a criação de riqueza e de crescimento em termos de quota de mercado internacional que é um dos factores presentes no conceito de competitividade

### **Referências bibliográficas**

- Andrews, K. (1971). *The concept of corporate strategy*. Homewood.
- Armstrong, J. (1982). *The Value of Formal Planning for Strategic Decisions*. Strategic Management Journal 3 (3): 197-211.
- Blunck, F. (2006). *What is Competitiveness?* Disponível em [www.competitiveness.org/article/articleview/774](http://www.competitiveness.org/article/articleview/774)
- Casalinho, C. S. Santos e J. Sousa (2009). *Estudos económicos e financeiros*, Angola BPI.
- Diniz, F. (2004). Formas alternativas de aproveitamento da mandioca. Embrapa: EMBRAPA (2005). Recursos Genéticos e Biotecnologia. Brasília. Brasil; Cassava the Bread of Brazil. Brasília, Brasil.
- Griffin, E. (2010). *World Without Cancer: The Story of Vitamin B17*, American Media (CA); Revised edition Illinois, Irwin.
- Marques, J. e D. Maggioni (S.D) *Utilização dos Subprodutos da Mandioca na Alimentação de Ruminantes*. UFRB. Brasil.
- Nezeys, B. (1993). *La compétitivité internationale*, Economica.
- Porter, M. (1990). *The Competitive Advantage of Nations*, Macmillan Press, London.
- Prakash, A. (S.D). *Cassava: International market profile* Background paper for the Competitive Commercial Agriculture in Sub-Saharan Africa. FAO.

João Saraiva Gomes, Patrícia de Sousa e M.<sup>a</sup> de Fátima de Oliveira

QUANTA (1993). *Alternativas de agroindustrialização para a cooperativa mista do vale de Ivai Sistemas Produtivos*, Curitiba.

Santos, M., L. Sobreiro e P. Calca (2007). *Texto de apoio sobre: a análise SWOT seleção de prioridade*, TEXTOS DE APOIO CISA-AS: Évora, .

Uset, N. (2008). *Producción de Mandioca y sus Usos*, Ministerio de Desarrollo Social de la Nación. Montecarlo

Wijnands; J.H.M. B. van der Meulen e K. Poppe (2007). *Competitiveness of the European Food Industry: An economic and legal assessment*, Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities, 320 pp.

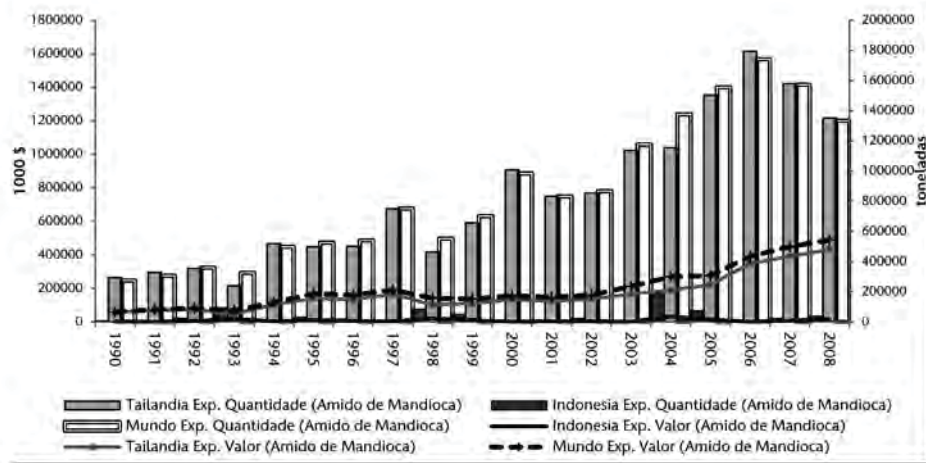
World Economic Fórum (2009). The Global Competitiveness Report 2008-2009, Disponível em, [www.weforum.org/documents/GCR0809/index.htm](http://www.weforum.org/documents/GCR0809/index.htm), 08/04/2009.

[www.oecd.org/glossary](http://www.oecd.org/glossary), 08/04/2009

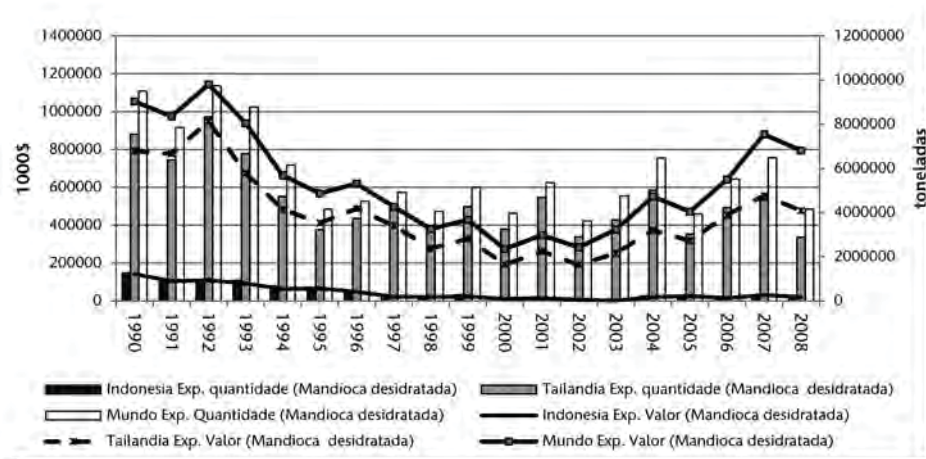


A competitividade da mandioca em Angola: perspectivas de mercado

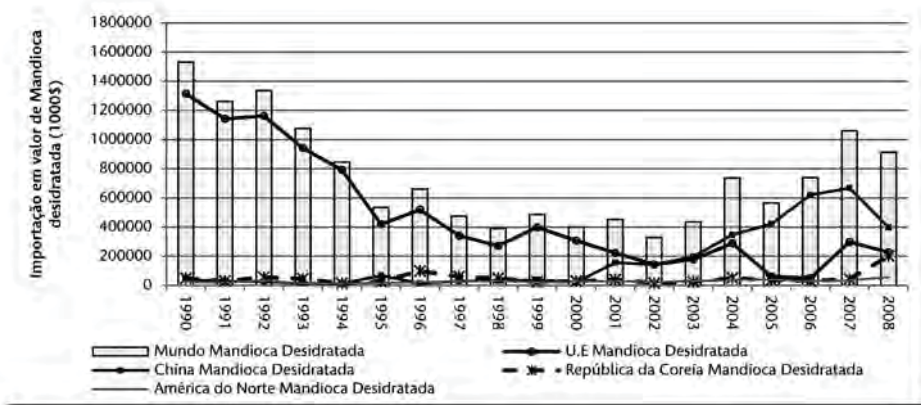
Anexo I. Exportação em valor e em volume do amido de mandioca



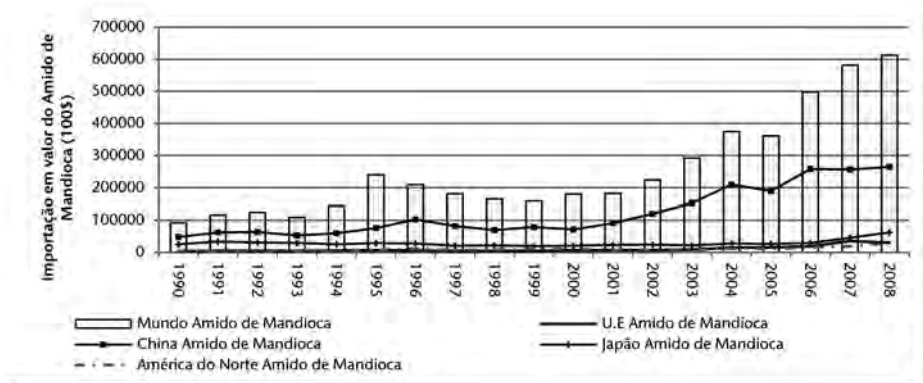
Anexo II. Exportação em valor e em volume de mandioca desidratada



Anexo III. Importação em Valor de Mandioca desidratada US dólares (\$1000)

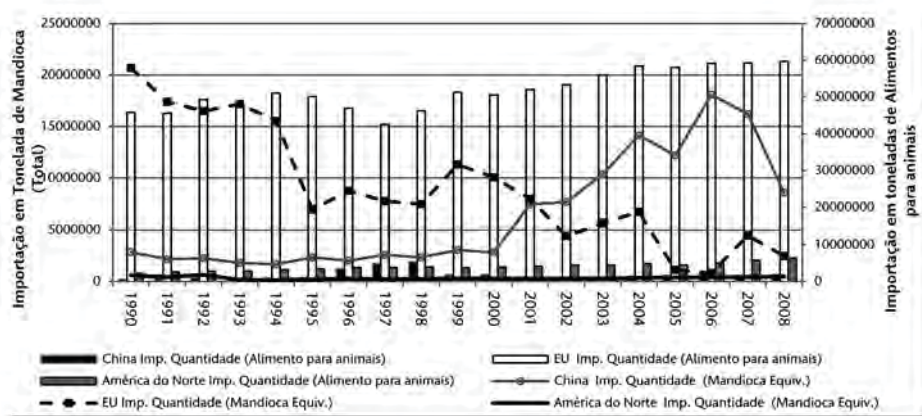


Anexo IV. Importação em Valor de Amido de Mandioca US dólares (\$)



## A competitividade da mandioca em Angola: perspectivas de mercado

### Anexo V. Relação entre a importação de alimentos para animais e a mandioca



Nota: Todos os anexos têm como fonte os dados da FaoStat



## Mudanças sociais por meio do ensino profissionalizante

Terezinha Filgueiras de Pinho<sup>1</sup>

### Resumo

O artigo aborda o ensino agrícola com o objetivo de analisar a influência da educação profissionalizante em Roraima, estado no norte do Brasil, com realce aos municípios de Caracará e Rorainópolis, onde se localiza um dos campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima - IFRR. Desse modo, procura-se verificar a interação entre a utilização da capacidade instalada e a sociedade local cujos habitantes, na maioria, trabalham na condição de pequenos produtores, ou seja, são agricultores familiares e desenvolvem atividade relacionada com a aquicultura. A ênfase por esta cultura justifica-se pelo fato desta atividade se destacar nas localidades citadas. Entretanto, é necessário um diagnóstico na ótica de estruturação de políticas públicas e de que maneira a atuação do IFRR faz a intervenção social para esta demanda, pois como instituição de ensino profissionalizante, oportuniza formação/apoio na condução de projeto educativo para agricultores, propiciando que permaneçam nas respectivas propriedades, pois a atividade rural representa o principal meio de sustentabilidade. Neste contexto, surge o questionamento de quais as contribuições da educação profissional e tecnológica no relacionamento escola/sociedade. Esta, no Brasil, atualmente vem sendo ampliada através de uma rede caracterizada como instituição pública direcionada a essa finalidade, voltando-se à promoção do desenvolvimento local e regional, ministrando ensino técnico, tecnológico, de graduação e pós graduação. Neste texto, são arroladas indagações relativas

---

<sup>1</sup> Economista, Técnico em Gestão Pública, Mestre em Economia - Gestão de Empresas, Mestranda em Educação Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRJ, Pró Reitora de Administração e Planejamento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima - IFRR – Brasil, [terezinha@ifrr.edu.br](mailto:terezinha@ifrr.edu.br)

Terezinha Filgueiras de Pinho

à educação rural, destacando a experiência do IFRR no território roraimense, descrevendo as características populacionais e a integração entre educação/trabalho.

**Palavras-chave**

Educação Rural, Agricultura Familiar, Políticas Públicas

**Introdução**

O modelo de educação rural brasileiro vem sendo sustentado com políticas públicas voltadas para o homem do campo por meio da expansão da rede federal com a transformação dos Centros Federais de Educação Ciência e Tecnologia – CEFET em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IF. Esse alargamento da rede proporciona a interiorização de ensino profissionalizante.

A qualidade do ensino brasileiro na rede federal é fator importante, pois leva em conta a necessidade de valorização e desenvolvimento sustentável de uma demanda que até então tinha pouca acessibilidade a profissionalização da educação. É preciso o incentivo para o meio rural na busca do fortalecimento da agricultura familiar de maneira a tornar este mercado cada vez mais expressivo não apenas para o consumo da demanda local, mas, também, estar credenciado a poder competir regionalmente e nacionalmente.

A qualificação do trabalhador rural abre novas possibilidades para a organização e aprimoramento de técnicas além de oportunizar a construção da formação humana, aprofundando questões relacionadas não exclusivamente com o lado econômico, porém, e também, aquelas visando acessibilidade social, quebrando as barreiras impostas ao limite do conhecimento de novas tecnologias e transformando relações sociais.

É preciso estar atento para as mudanças que vem ocorrendo no meio rural tanto no processo de trabalho como nos novos modos de produção agrícola, estes intrinsecamente ligados aos avanços científicos e tecnológicos. Neste sentido os Institutos Federais são dotados de corpo docente com qualificação necessária para cumprir o papel de repasse de conhecimentos ao homem do campo.

Sob o ponto de vista do estado de Roraima a agricultura familiar vem despontando no seguimento da aquicultura<sup>2</sup>. Tal temática sob o ponto de vista educacional dos que estão envolvidos, é objeto de reflexão por ser atividade relevante e a formação profissional contribui para agregar conhecimentos e qualificação de maneira que os empreendedores possam promover estratégias de valorização de seus produtos, proporcionando melhor qualidade de vida, construindo trajetória de sucesso, colaborando direta e indiretamente com a economia regional.

## **2. Procedimentos metodológicos**

No caso específico desta contribuição, o universo sob estudo são as localidades de Caracará e Rorainópolis, localizadas no sul do estado de Roraima. Neste cenário é que se insere o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima - IFRR, representado pelo Campus Novo Paraíso. Desta forma, a proposta que aqui se coloca consiste em examinar, em uma perspectiva educacional e sócio econômica, os impactos causados na agricultura familiar e da aquicultura nos referidos municípios com a instalação da unidade de ensino mencionada.

A fase inicial de investigação do problema foi desenvolvida a partir da realização de pesquisa bibliográfica e documental, tendo em vista a necessidade de buscar a devida fundamentação teórica do assunto em discussão. Segundo Fachin (2001, p. 152) “A pesquisa documental consiste na coleta, classificação, seleção difusa e na utilização de toda espécie de informações, compreendendo também as técnicas e métodos que facilitam a sua busca e a sua identificação”. Já de acordo com Gil (2009, p. 28) diversas técnicas podem ser adotadas com essa finalidade, prática plenamente justificável, sobretudo quando o universo for constituído por um grande número de elementos.

Considerando que a opção por um determinado tipo de pesquisa não inviabiliza a utilização dos demais, pois, na prática, todos são complementares, a metodologia para realização deste estudo incluiu pesquisa narrativa, quantitativa cujo “foco é descrever o fenômeno através de técnicas melhor estruturadas como entrevistas, observações com planejamento, experimentos etc.” (Ramos, 2009, p. 183).

---

<sup>2</sup> Aquicultura = processo de produção em cativeiro de espécies aquáticas, como peixes, moluscos, camarões e ostras

Quanto à forma de raciocínio, o método empregado no trabalho consistiu, em princípio, no hipotético-dedutivo, a partir do qual as hipóteses, tentativas de resposta (ao problema proposto) preliminares e provisórias, serão testadas e, conseqüentemente, confirmadas ou negadas (Lakatos & Marconi, 2010).

### **3. Roraima – agricultura familiar**

Ao se lançar um olhar para a realidade do estado de Roraima, constata-se, fisicamente, a área geográfica dominada por lavrados, serras, montanhas, fauna e flora de exuberante beleza, com o solo rico em minérios o que levou durante alguns anos a atividade de extração do garimpo. A descoberta mais recente foi a de que o ponto do extremo norte do território brasileiro é o Monte Caburaí, localizado na Serra de mesmo nome<sup>3</sup>.

Roraima tem os registros históricos desde a efetiva penetração no vale do Rio Branco por holandeses em 1745 e depois por espanhóis e portugueses (estes construíram ao final do Século XVII o forte São Joaquim, principal marco de defesa do Território). Três grandes transformações marcam o hoje Estado:

- Criação do Território Federal do Rio Branco – Decretos-lei 5.812, de 13/09/43 e 5.839, de 21/09/43;
- Alteração de denominação para Território Federal de Roraima conforme Lei 4.182, de 13/12/62;
- Transformação do território para Estado, com a nova Constituição Brasileira em 05/10/1988. Esta, no art. 14 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias estabeleceu:

“Os Territórios Federais de Roraima e do Amapá são transformados em Estados Federados, mantidos os atuais limites geográficos”.

§ 1º “A instalação dos Estados dar-se-á com a posse dos governadores eleitos em 1990.”

Diante disto, o estado de Roraima, implantado efetivamente em 1991 com a posse do primeiro governador eleito, absorve uma herança com sérios problemas

---

<sup>3</sup> Desta forma passou a ser correto afirmar com base nos extremos norte e sul do país, que o Brasil vai do *Caburaí ao Chuí*, corrigindo a expressão popular do *Oiapoque ao Chuí*.



no âmbito da política indigenista, mineral e fundiária. Por outro lado, não obstante a autonomia conquistada prossegue extremamente dependente do governo federal em matérias e demandas de natureza econômica e fundiária.

Detentor de área territorial de 224.298,980 km<sup>2</sup> com limites internacionais com a República Bolivariana da Venezuela e a República Cooperativista da Guiana, com fronteira nacional com o Estado do Amazonas, possui 15 municípios e a capital é Boa Vista.

Quadro 1. Estado de Roraima: Organização geográfica, população, área e densidade, segundo as mesorregiões, microrregiões e municípios – 2009

<b>MESORREGIÕES MICRORREGIÕES MUNICÍPIOS</b>	<b>POPULAÇÃO (2009 - Estimativa)</b>	<b>ÁREA (km<sup>2</sup>)</b>	<b>DENSIDADE (hab / km<sup>2</sup>)</b>
<b>NORTE</b>	<b>336.704</b>	<b>98.546,97</b>	<b>3,42</b>
<b>Boa Vista</b>	<b>298.575</b>	<b>67.754,56</b>	<b>4,41</b>
Alto Alegre	14.205	25.566,85	0,56
Amajari	8.249	28.472,22	0,29
Boa Vista	266.901	5.687,06	46,93
Pacaraima	9.220	8.028,43	1,15
<b>Nordeste</b>	<b>38.129</b>	<b>30.792,41</b>	<b>1,24</b>
Bonfim	10.726	8.095,32	1,32
Cantá	11.942	7.664,80	1,56
Normandia	7.527	6.966,78	1,08
Uiramutã	7.934	8.065,52	0,98
<b>SUL</b>	<b>84.795</b>	<b>125.752,01</b>	<b>0,67</b>
<b>Caracaráí</b>	<b>38.673</b>	<b>74.281,56</b>	<b>0,52</b>
Caracaráí	19.235	47.410,89	0,41
Iracema	6.250	14.119,41	0,44
Mucajaí	13.188	12.751,26	1,03
<b>Sudeste</b>	<b>46.122</b>	<b>51.470,45</b>	<b>0,90</b>
Caroebe	7.569	12.065,54	0,63
Rorainópolis	26.546	33.593,89	0,79
São João da Baliza	6.028	4.284,12	1,41
São Luiz	5.979	1.526,89	3,92
<b>TOTAL RORAIMA</b>	<b>421.499</b>	<b>224.298,98</b>	<b>1,88</b>

Fonte: SEPLAN-RR/CGEES – 2010

A população é miscigenada advinda de diversas regiões do País sendo interessante observar que neste conjunto está tanto roraimenses orgulhosos, naturais do Estado como cidadãos que escolheram este pedacinho de terra como segundo berço. A maior parte dos habitantes está concentrada na capital, seguindo-se os municípios de Rorainópolis e o de Caracará, para cujas realidades este trabalho está voltado, conforme pode ser visualizado no Quadro 1.

O crescimento populacional destacou-se pelo áureo período do garimpo, que se intensificou a partir da década de 80 do Século XX, com a corrida do ouro, diamante e outras pedras preciosas. O Quadro 2 permite verificar as elevadas taxas de evolução do número de habitantes sendo que de acordo com o último recenseamento (2010) Roraima ocupa a segunda maior taxa de crescimento demográfico brasileira, sobrepujando a taxa do país como um todo, ou 3,4% a.a. contra 1,2% a.a. Interessante observar que nos dias atuais as pessoas que buscam Roraima para residir o fazem por necessidade, vendo que o Estado está em desenvolvimento, apesar da necessidade criação de unidades industriais e incentivo a agricultura.

Quadro 2. Roraima: Taxa média geométrica crescimento da população  
1950 - 2010

<b>Data</b>	<b>População residente</b>	<b>Taxa média geométrica de crescimento anual (%)</b>
01.07.1950	18.116	...
01.09.1960	29.489	5,0
01.09.1970	40.885	3,3
01.09.1980	79.121	6,8
01.09.1991	217.583	9,6
01.08.2000	324.397	7,0
01.08.2010	451.227	3,4

Fonte: Seplan RR - Coordenadoria Geral de Estudos Econômicos e Sociais - CGEES

Dados da SEPLAN-RR (2003) demonstram que a cobertura vegetal de Roraima é classificada em oito regiões fitoecológicas: savana, savana-estépica, vegetação

lenhosa oligotrófica, floresta ombrófila densa, floresta ombrófila aberta, floresta estacional semidecidual, áreas de tensão ecológica e refúgios ecológicos. A maior parte é constituída por florestas, enquanto as savanas perfazem 17% da superfície estadual. O solo apresenta-se com moderada aptidão agrícola uma vez que existe diversidade de relevo, vegetação e da geologia.

Os estudos em Roraima sobre o desenvolvimento da agricultura como atividade economicamente rentável, são recentes. Até então o estado presenciava a “roda viva” da economia baseada em serviços. Apesar de ser considerado como a mais nova fronteira agrícola do país, o setor primário vem buscando destaque para fortalecer a economia estadual uma vez que esta se caracteriza como incipiente, de pouca expressividade a nível regional e nacional e dependente da importação de outras unidades da federação brasileira para o abastecimento do comércio local.

A EMBRAPA-RR (2005) fazendo parte dos 37 (trinta e sete) centros de pesquisa espalhados em todo o território nacional disponibiliza estudos mostrando que o setor agrícola ao ser estimulado pode vir a gerar soluções benéficas para a economia e desenvolvimento do estado. Considera-o localizado no epicentro de significativos 28,4 milhões de consumidores, pois, além de contar com mais de 450 mil habitantes (IBGE, 2010) é limítrofe com o estado do Amazonas (onde a capital Manaus possui 1,6 milhões de habitantes), República Cooperativista da Guiana (Guiana Inglesa) com 765 mil habitantes e Venezuela com 25,7 milhões. Portanto é necessário fortalecer o setor primário estadual para atingir esses mercados mais próximos e buscar a conquista de outros mais distantes.

O Zoneamento Econômico e Ecológico do Estado (2005) demonstra a viabilidade do solo roraimense para a agricultura. De acordo com esse levantamento, 160.000 km<sup>2</sup> desses solos são classificados de moderada aptidão agrícola, compondo-se por Latossolo Amarelo (LA), Latossolo Vermelho Amarelo (LV) e Podzólico Vermelho Amarelo (PB). Cerca de 41.000 km<sup>2</sup> são classificados de aptidão agrícola localizada ou restrita, constituídos por solos Litólicos (R) e Aluviões (A) e apenas 2.750 km<sup>2</sup> são considerados de elevada aptidão agrícola, compreendendo Latossolo Vermelho Escuro (LE) e Terra Roxa Estruturada (TR). Os 21.366,1 km<sup>2</sup> restantes apresentam baixa ou nenhuma aptidão agrícola ou pecuária envolvendo Planossolos (PL), Hidromorficos (HC) Concrecionário Leterítico (CL), Losfloramento Rochoso e Areias Quartzosas (HAQ).

Quadro 3. Roraima: Caracterização dos Solos

<b>CARACTERIZAÇÃO DOS SOLOS DIVISÃO</b>	<b>CARACTERÍSTICA DE CADA GRUPO DE SOLO E APTIDÃO AGRÍCOLA</b>
Grupo I (LE e TR)	Com elevada aptidão agrícola, e distribuição restrita, constituído de Terra Roxa Estruturada e Latossolo Roxo, ocupa uma área aproximada de 275.000 ha
Grupo II (LA, LV e PB)	Em termos gerais pode ser considerado como terreno de média a boa aptidão agrícola, sendo o grupo de maior distribuição dentro do estado. Ocupando uma área de 16.800.000 ha ou 65% da área total de Roraima. Esta unidade predomina na região de floresta.
Grupo III (R e A)	Unidade constituída de solos litólicos e aluvião, cuja aptidão agrícola é localizada ou restrita, ocupando um a área estimada de 4.100.000 ha
Grupo IV (HP,HG, AQ, CL etc.)	Representação por solos de baixa ou nenhuma aptidão agrícola , sendo o grupo de maior diversificação. Abrange terrenos cuja área é estimada em 1.825.000 ha

Fonte: SEPLAN-RR - I Perfil Sócioeconômico de Roraima - Parte I

Roraima em termos de crescimento e desenvolvimento ainda faz parte de uma Amazônia desconhecida, sendo um lugar remoto no mosaico regional brasileiro. Muitas áreas do território foram homologadas como terras indígenas, o campo energético que ajudaria no desenvolvimento depende de suprimento proveniente da Venezuela. Mister destacar a elaboração de um Plano Roraimense de Desenvolvimento traçando políticas públicas que sustentem a atividade agrícola melhorando os indicadores sociais.

Segundo Homma (1998, p. 320) as decisões sobre o uso da terra são afetadas por circunstâncias endógenas e exógenas, em algum momento o produtor passa a agregar mão de obra familiar e capital à medida que os filhos crescem e integram o processo produtivo. A percepção do autor demonstra ser a utilização da terra

resultado de conjunto de fatores que fazem parte de um processo evolutivo, onde há necessidade de análise para percepção de lucratividade das propriedades agrícolas, especialmente na Amazônia, uma vez que existe contraste no papel da estrutura familiar quando os filhos atingem maior idade e buscam alternativas fora da propriedade.

O IBGE, segundo dados do Censo 2010, mostrou que da população roraimense de 451.227 habitantes, 76,4% destes vivem nas áreas urbanas e o restante (23,6%) na zona rural. Por outro lado, estudo efetuado pela Secretaria Estadual de Planejamento – 2010 sobre o saldo do emprego gerado por setor de atividade econômica fundamentada no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego revela que a agricultura e silvicultura deixaram de gerar (- 234) empregos. Consequentemente surge à necessidade de a educação profissional buscar estabelecer, neste cenário, a inserção do homem do campo na atividade econômica. Dessa forma, os profissionais em educação na área rural terão como foco conhecer e desenvolver as Políticas Públicas para o setor agrícola.

Políticas Públicas para a agricultura familiar no governo brasileiro são efetuadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA através dos seguintes Programas<sup>4</sup>: *Alimentação Escolar* em que o governo adquire produtos de agricultores e destina para fomentar a merenda escolar; *Agroindústrias* que promove a inclusão de agricultores familiares no processo de agroindustrialização e comercialização da produção; *Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER* objetivando o aperfeiçoamento dos sistemas de produção, de mecanismos de acesso a recursos, serviços e renda de forma sustentável; *Biodiesel* estimulando a produção do novo combustível; *Garantia Safra – GS* voltado para agricultores familiares da região Nordeste, norte do Estado de Minas Gerais, Vale do Mucuri, Vale do Jequitinhonha e área norte do estado do Espírito Santo e no qual esses agricultores são beneficiados e amparados sempre que ocorrem intempéries; *Mais Alimentos* que são recursos reservados para criar condições necessárias ao aumento da produção e da produtividade permitindo ao agricultor investimentos em novas tecnologias; *Programa de Aquisição de Alimentos – PAA* objetiva contribuir para a formação de estoques estratégicos de alimentos, sendo integrante das ações de outro programa de governo FOME ZERO; *Programa de Garantia Preços para Agricultura Familiar – PGPAF* cuja finalidade é garantir a

---

<sup>4</sup> Informações obtidas no sitio do Ministério do Desenvolvimento Agrário

sustentação de preços, estimular a diversidade na produção agropecuária e articulação de políticas de crédito e de comercialização agrícola; *Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF* voltado para o financiamento de projetos de custeio da safra ou de investimentos com baixas taxas de juros; *Redes Temáticas de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER* efetivadas por meio de cooperação entre o Governo Federal e Organizações Governamentais e Não Governamentais para orientação de políticas públicas a serem implantadas pela Secretaria de Agricultura Familiar - SAF na busca de articulação de propostas tecnológicas com intercâmbio de experiências; *Seguro da Agricultura Familiar – SEAF* garante ao agricultor 65% da receita líquida esperada pelo financiamento; *Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA*, coordenado pela União, mas com a participação em forma de adesão de estados e municípios para inspeção sanitária dos produtos; *Talentos do Brasil* que busca a valorização da identidade cultural e esta voltado para artesãos rurais.

Dos Programas acima citados pode-se destacar o bom exemplo de sustentabilidade no modelo politicamente correto com a utilização de fibras de tururi, babaçu e buriti, cipós, sementes da Amazônia, algodão orgânico, lã, crina de cavalo<sup>5</sup>. Esses materiais idealizam pelo terceiro ano consecutivo a moda sustentável do Programa Talentos do Brasil para uma das mais importantes feiras de vestuário e acessórios da Europa, o Salão Prêt-à-Porter que ocorre em Paris, de 03 a 06 de setembro utilizando produtos da Amazônia. Laudemir Muller (2011) Titular da Secretaria de Agricultura Familiar, em palestra proferida no auditório do Feirão Mais Alimentos na Expoiner, na cidade de Esteio, Estado do Rio Grande do Sul, aduz: “Sabemos da importância que a agricultura familiar tem para garantir o desenvolvimento e alimentos para nosso país, que está em um momento de crescimento”.

#### **4. A relevância do IFRR – Campus Novo Paraíso**

O marco histórico inicia-se com a criação da Escola Técnica Federal de Roraima, através da Lei 8.670, de 30/06/1993. Entretanto, posteriormente ocorre a transformação de Escola Técnica Federal para Centro Federal de Educação

---

<sup>5</sup> Dados obtidos no sítio do MDA, revelam que esses materiais para fabricação de produtos são genuinamente brasileiros.

Profissional e Tecnológica – CEFET através do Decreto/PR de 13/11/2002 e com o advento da Lei 11.892, de 29/12/2008, acontece à criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – IFRR.

Eliezer Pacheco<sup>6</sup> (2008) cita o fortalecimento do papel da Educação Profissional Tecnológica – EPT no Desenvolvimento Nacional e nas Políticas de Inclusão Social. É necessário o conhecimento das políticas de desenvolvimento nacional e regional para que as instituições que trabalham com Educação profissional possam perceber o papel que representam no desenvolvimento das diferenças regionais.

Segundo o autor acima referido, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC tem trabalhado para a implantação de instrumentos para a adequação de políticas de formação às demandas da sociedade e criado mecanismos de pesquisa e diagnóstico. Nesta linha de pensamento, cita o projeto “Sintonia” como o mecanismo que revela esta concepção por dispor de uma ferramenta chamada Observatório Nacional, que identifica as demandas e ajusta a oferta de cursos com alternativas reais de geração de trabalho e renda, fazendo parte do sistema de Informação da Educação Profissional – SIEP.

Esta ampliação da Rede de Educação Profissional em todo país cuja meta inicial do MEC/SETEC (2009) era estar presente com 364 unidades descentralizadas e capacidade instalada para proporcionar ensino profissionalizante a mais de 500.000 alunos matriculados, proporcionou ao Estado de Roraima o surgimento de intervenções no ensino profissionalizante. Neste contexto está a implantação da Unidade Descentralizada de Novo Paraíso – UNED<sup>7</sup>, ocorrida no ano de 2005 como parte da primeira fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica. Atualmente, após a nova institucionalidade chamada de Campus Novo Paraíso e denotando vocação agrícola, passa a proporcionar oportunidade para a aptidão produtiva, modernizando a educação dos municípios do entorno.

O IFRR atua na capital Boa Vista, com 3.775 alunos matriculados (segundo semestre de 2011)<sup>8</sup>, ministrando cursos de formação inicial e continuada, nível técnico (integrado ao ensino médio, educação jovens e adultos, e subseqüentes),

---

<sup>6</sup> Eliezer Pacheco (2008) era o Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação

<sup>7</sup> Unidade Descentralizada – UNED Novo Paraíso no Município de Caracaraí – BR 174, km 512, atualmente Campus Novo Paraíso

<sup>8</sup> Dados obtidos pela Coordenação de Registros Escolares do Campus Boa Vista – CORES

cursos de tecnologia e pós graduação. O Campus Amajari, com atividades iniciadas a partir do segundo semestre de 2010, conta com 69 alunos oferecendo curso técnico em agricultura. O Campus Novo Paraíso, absorvendo a demanda do sul do estado, propicia cursos em regime de 'alternância'<sup>9</sup>, nas áreas de técnico subsequente em agricultura; curso técnico em agropecuária integrado ao ensino médio e técnico em agricultura integrado ao ensino médio.

A instalação do IFRR na região sul de Roraima – Campus Novo Paraíso constrói a expectativa de crescimento humano continuado, estimulando a equalização de saberes objetivando cumprir com as finalidades definidas na Lei 11.892, de 29/12/2008. Segundo este dispositivo legal, os Institutos Federais foram concebidos para atuar com as seguintes finalidades:

- Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e regionais;
- Promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infra-estrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- Orientar a oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
- Constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

---

<sup>9</sup> 'Alternância' é uma referencia a Pedagogia da Alternância, por meio da qual o curso é desenvolvido em módulos chamados de tempo escola (onde os alunos ficam em regime de internato para cursarem as disciplinas teóricas) e tempo comunidade (retornam a suas residências para colocarem em prática o que aprenderam). Na Rede Federal o IFRR é pioneiro no Regime de Alternância.



## Mudanças sociais por meio do ensino profissionalizante

- Qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- Desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- Realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
- Promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

Diante disso, os municípios do sul do estado roraimense que se encontravam como ilhas no que se refere ao ensino profissionalizante passaram a ter no IFRR – Campus Novo Paraíso oportunidades de inclusão educacional com a oferta de cursos voltados para a educação do campo. Cabe ressaltar que o ambiente escolar precisa estar preparado para ofertar serviços educacionais com qualidade superior, por meio de práticas sociais e o ambiente pedagógico pode ser efetuado com “olhar” fora da escola. Para que isso aconteça é preciso ter sensibilidade e compreensão que esta é uma tarefa grandiosa e deve ter educadores comprometidos tanto política quanto pedagogicamente para reprodução de aprendizados necessários a formação da sociedade que ali reside.

Ao tratar da Escola do Campo em Movimento baseado no coletivo de educadores para garantir o ambiente educativo, Caldart destaca:

“A tarefa principal do coletivo de educadores é exatamente garantir o ambiente educativo da escola, envolvendo educandos e também a comunidade em sua construção, para isto precisa ter tempo, organização e formação pedagógica para fazer a leitura do processo pedagógico da escola (relacionando, como vimos, ao processo pedagógico que acontece fora dela) assumindo o papel de sujeito do ambiente educativo, criando e recriando estratégias de formação humana e as relações sociais que o constituem. Isto quer dizer avaliar o andamento do conjunto de atividades da escola, acompanhar o processo aprendizagem/formação de cada educando, auto-avaliar sua atuação como educadores, planejar os próximos passos, estudar junto... (Caldart, 2004, p. 124 e 125)

A demanda escolar por educação profissionalizante nos municípios do sul do estado de Roraima esta representada pelo Quadro 4. Este ratifica a necessidade da

presença do governo federal com estímulo a educação tecnológica de modo que seja efetuada com cuidado a análise e discussão sobre o que vem acontecendo na comunidade rural local, com reflexão sobre quais aprendizados estão sendo elaborados à essa demanda, bem como qual intervenção pedagógica pode ajudar a construir uma sociedade que desenvolva relação trabalho na terra como parte de identidade do campo, valorizando a cultura e produzindo novas como desafios ao processo do mundo dos negócios, sem deixar de lado as opções sociais a que estes atores estão envolvidos.

Quadro 4: Matrículas Ensino Fundamental – Municípios Sul do Estado Roraima

<b>MUNICÍPIO</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
CARACARAI	3.757	4.231	3.523	3.428	3.461	4.028
RORAINOPOLIS	4.479	4.440	4.024	4.083	4.356	4.908
SÃO LUIZ	1.402	1.291	1.231	1.080	995	1.080
SÃO JOÃO DA BALIZA	1.346	1.414	1.368	1.304	1.390	1.401
CAROEBE	2.024	2.058	1.799	1.891	1.841	1.945
<b>Total</b>	<b>13.008</b>	<b>13.434</b>	<b>11.945</b>	<b>11.786</b>	<b>12.043</b>	<b>13.362</b>

Fonte: INEP – Censos Escolares; Elaboração: Observatório Econômico do IFRR

Uma referência aos dados contidos no Quadro 4 permite perceber a magnitude do desafio que está sendo a ampliação da Rede Federal em Roraima, com crescente demanda para o ensino e não esquecendo as carências existentes na área rural, a matriz econômica do estado com forte limitação para o crescimento econômico e questões ambientais enormes por pertencer a região Amazônica. Quanto à existência de clientela potencial para os cursos técnicos em agricultura, ainda pode-se destacar que os dados revelam a presença de uma demanda-oferta crescente nos últimos anos, apontando para um grande déficit por educação profissionalizante e tecnológica com carência de políticas públicas voltadas para a área.

## 5. Aquicultura

De acordo com Oliveira (2005, p. 17) a atividade pesqueira, nas últimas décadas, vem despertando um crescente e renovado interesse no Brasil, nos diferentes agentes sociais, públicos e privados, sendo objeto de estudos para a compreensão da dinâmica e otimização da prática em todas as regiões do país. O consumo humano de pescado vem a cada ano aumentando, por isso há necessidade de um esforço maior na área de pesca de maneira que possa suprir tais necessidades. Segundo Melo et al [In Oliveira (Org.), 2005, p. 161] em relação aos aspectos econômicos, no ano de 2000, os peixes responderam por 75,3% da produção aquícola nacional e 61,3% da receita total gerada; o estado de Roraima nesse mesmo ano teve produção da aquícultura de água doce de 430 toneladas representando 0,2% da região Norte.

Neste contexto, a aquícultura passa a ser a solução para o problema da produção do pescado, além de constituir excelente oportunidade de negócio. Roraima, neste contexto, possui enorme potencialidade pelo fato de estar localizada na Região Amazônica e no extremo norte do País. A Amazônia é considerada o pulmão do mundo e também detentora de reservas aquíferas o que por si já demonstra um enorme potencial para a produção de pescado de água doce quer seja através da criação natural em lagos e rios como também através da piscicultura racional.

No panorama roraimense a aquícultura desponta como alternativa para empreendedores por se tratar de atividade em expansão onde a produção não atende de pleno a demanda do estado. Dados do IBGE relativos a 2006 demonstraram existir em Roraima 704 estabelecimentos agropecuários com tanques, lagos, açudes para a exploração da aquícultura que totalizavam na época 6.843 hectares.

Por outro lado, apoiando-se em estudo de Furtado (1995) cabe registrar que segundo critérios do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais –IBAMA com estatísticas relativas a 2008, a pesca artesanal tem sido responsável por 48% produção total de pescado do país, enquanto a pesca empresarial (industrial) responde por 26% e a aquícultura por igual percentual no montante nacional de 1.050.808 toneladas. Em 1995 a produção da aquícultura nacional foi de 176.530,5 toneladas (271.695,5 toneladas em 2008), fato que revela a importância da atividade na economia pesqueira do país.

Terezinha Filgueiras de Pinho

O Ministério da Educação<sup>10</sup> por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC em parceria com a Secretaria de Aquicultura e Pesca – SEAP no ano de 2009, criou 16 núcleos de pesca em todo o país. Roraima foi também beneficiado e o Núcleo de Pesca foi instalado no Campus Novo Paraíso. O objetivo do governo com este procedimento foi de fomentar cursos técnicos de pesca para promover a capacitação de jovens brasileiros em localidades que fizessem parte do potencial pesqueiro da região, onde esta atividade seja responsável pela renda da comunidade e as mesmas estivessem necessitando de escolaridade, caso específico dos Municípios de Caracaraí e Rorainópolis.

O objetivo destes Núcleos é desenvolver projetos de pesquisa com uma “*visão interdisciplinar*”. Neste assunto Morin (2010, p. 112) elucida que intelectualmente as disciplinas são plenamente justificáveis, desde que preservem um campo de visão que reconheça e conceba a existência das ligações e das solidariedades. E mais, “só serão plenamente justificáveis se não ocultarem realidades globais”.

Os objetivos educacionais devem ser sempre perseguidos de maneira que o processo de ensino aprendizagem não seja fragmentado com os educadores motivando para que haja o diálogo nesse processo de ensino-aprendizagem. Santos (2010, p. 93) sobre o assunto esclarece:

“Ao se reconfigurar o sistema didático à luz do Pensamento Complexo, também se faz necessário repensar os Objetivos Educacionais. O Pensamento Complexo, além de mostrar relevância dos problemas do dia a dia, coloca a necessidade de, com a mesma radicalidade, reescrever os fundamentos de alguns Objetivos Educacionais a serem perseguidos, contextualizando-os dentro das condições de vida da atual circunstância histórica. Na realidade, são os mesmos objetivos já familiares aos educadores. Enfocá-los, porém por uma nova lente, provoca uma nova leitura e evidencia aspectos negligenciados”. (Santos, 2010, p. 93).

Segundo o Ministério da Educação (2009) a busca de ampliar projetos de extensão para ter assessoramento técnico-científico e articulação com as colônias de pescadores e outras entidades representativas do setor pesqueiro e aquícola são atividades destes Núcleos.

“Apesar de todo o potencial de crescimento desse setor e da premente de buscar alternativas que viabilizem a modificação da situação de exclusão em que vivem os públicos destinatários dessa Política, as pesquisas realizadas têm

---

<sup>10</sup> Informações obtidas no sítio do Ministério da Educação

## Mudanças sociais por meio do ensino profissionalizante

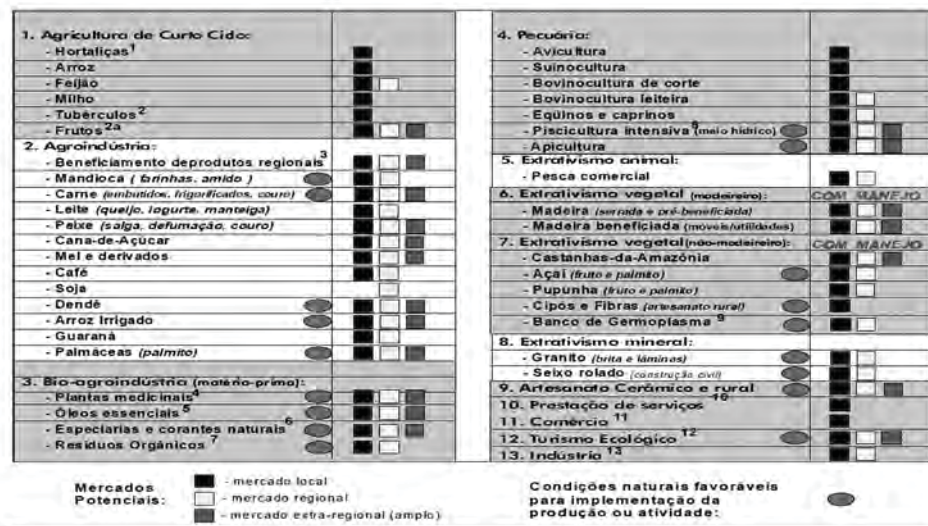
sido tímidas em quantidade e, em geral, mantidas nas fronteiras da academia, onde permanecem estéreis, não havendo a transferência dos conhecimentos produzidos. Nota-se, pois, a necessidade de investir no desenvolvimento e na divulgação de pesquisas aplicadas que promovam a inovação tecnológica e soluções técnicas e tecnológicas para problemas concretos”. (Pereira, 2009, Ofício Circular 48/2009 DPEPT/SETEC/MEC)

O IFRR no Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI propõe à Pró Reitoria de Pesquisa como meta o seguinte desafio:

“Deverão ser implantados durante a vigência deste PDI o Núcleo de Inovação Tecnológica e o Núcleo de Pesca, os quais atuarão na implementação das políticas de inovação tecnológica, bem como fomentar o desenvolvimento regional observado os arranjos produtivos sociais, culturais, políticos e econômicos locais”. (IFRR–PDI, 2009, p. 95)

A necessidade de privilegiar a extensão e o fomento da atividade aquícola, nos municípios pesquisados encontra embasamento teórico na preposição divulgada pela SEPLAN (2010) nas Informações Sócio-Econômicas do Município de Caracará. O documento destaca a aptidão agrícola segundo condições climáticas que possibilita levar adiante inúmeras culturas, que a pesca extrativa é uma vocação natural e que Caracará se constitui no maior produtor do Estado conforme representado na Figura 1.

Figura 1: Município de Caracará – Potencialidades segundo PDLIS/FGV



Fonte: Informações Sócioeconômicas do Município de Caracará – SEPLAN RR, 2010

Quanto ao município de Rorainópolis, este tem condições climáticas favoráveis para o cultivo de inúmeros produtos entre os quais se destacam café, cana de açúcar, cacau, soja entre outros. Entretanto, nos hábitos da população, predominam as culturas de arroz, feijão, milho, mandioca e pastagens. A pecuária é semi-extintiva, comprometendo áreas de grande potencialidade voltadas para lavouras de maior valor comercial como aquelas a pouco mencionadas, além de uma diversidade de frutas. A piscicultura tem condições naturais favoráveis para a implementação da atividade, conforme demonstrado na Figura 2.

Figura 2: Município de Rorainópolis – Potencialidades segundo PDLIS/FGV

<b>1. Agricultura de Curto Gdo:</b>			
- Hortaliças <sup>1</sup>	■		
- Arroz	■		
- Feijão	■		
- Milho	■		
- Tubérculos <sup>2</sup>	■		
- Frutas <sup>2a</sup>	■	■	■
<b>2. Agroindústria:</b>			
- Beneficiamento de frutas regionais <sup>3</sup>	■	■	■
- Mandioca (farinhas, amido)	■	■	■
- Carne (embalados, refrigerados, couro)	■	■	■
- Leite (queijo, iogurte, manteiga)	■	■	■
- Peixe (salga, defumação, couro)	■	■	■
- Cana-de-açúcar	●	■	■
- Café	●	■	■
- Cacau	●	■	■
- Soja	●	■	■
- Arroz irrigado			
- Guaraná	●		■
<b>3. Bio-agroindústria: (matéria-prima):</b>			
- Plantas medicinais <sup>4</sup>	●	■	■
- Óleos essenciais <sup>5</sup>	●	■	■
- Especiarias e corantes naturais <sup>6</sup>	●	■	■
<b>4. Pecuária:</b>			
- Avicultura	■	■	■
- Suinocultura	■	■	■
- Bovinocultura de corte	■	■	■
- Bovinocultura leiteira	■	■	■
- Equinos e caprinos	■		
<b>5. Extrativismo animal:</b>			
- Pesca comercial			
- Piscicultura	●	■	■
- Apicultura		■	■
<b>6. Extrativismo vegetal (c/manejo):</b>			
- Madeira (serrada e pré-beneficiada)		■	■
- Madeira beneficiada (móveis e utilidades)		■	■
- Castanhas-da-Amazônia			
- Produção de mudas agrícolas e florestais			
<b>7. Extrativismo mineral</b>	●	■	■
<b>8. Prestação de Serviços<sup>7</sup></b>		■	
<b>9. Turismo Ecológico<sup>8</sup></b>	●	■	■
<b>10. Comércio<sup>9</sup></b>		■	
<b>11. Artesanato</b>			
<b>12. Indústria<sup>10</sup></b>		■	■
<b>Mercados Potenciais:</b>	■ - mercado local	■ - mercado regional	■ - mercado extra-regional (amplo)
<b>Condições naturais favoráveis para implementação da produção ou da atividade:</b>	●		

Fonte: Informações Sócioeconômicas do Município de Rorainópolis - SEPLAN RR, 2010

## **6. Considerações finais**

No trabalho destacam-se dois aspectos que estão presentes e merecem atenção: proposta político - educacional e a perspectiva de melhoria de problemas econômico sociais, atendendo as realidades regionais. A Secretaria de Educação Tecnológica – SETEC destaca no documento “Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica’ a necessidade da relação escola-sociedade.

“A educação profissional e tecnológica não pode estar desvinculada do projeto social mais amplo. Deve, pois estar articulada às políticas de desenvolvimento econômico local, regional e nacional; as políticas de geração de emprego, trabalho e renda, juntamente com aquelas que tratam da formação e da inserção econômica e social da juventude”. (SETEC, 2004, p. 23).

A sociedade destes municípios baseia-se na propriedade rural e no trabalho familiar. No ano de 2010 o Campus Novo Paraíso formou a primeira turma do Curso Técnico em Agricultura na modalidade de ‘alternância’, tendo o Reitor do IFRR, Edvaldo Pereira destacado: “Esse momento simbólico marca a vida acadêmica dos alunos, uma vez que muitos já tinham o saber prático e agora, de posse do diploma, têm o direito do exercício da profissão. Sentimos, ainda, a sensação de dever cumprido de ver que a comunidade está sendo beneficiada e tudo isso foi possível graças ao esforço dos servidores que acreditaram no projeto”.

A participação do IFRR no estado de Roraima ainda está em processo de consolidação e implantação de programas na busca de materialização de diferentes experiências no ensino, pesquisa e extensão. Os esforços estão em consonância com a política do Governo Federal para a Educação Profissional e Tecnológica – EPT. No caso específico do Campus Novo Paraíso a qualificação profissional para a comunidade do Sul do Estado é um caminho possível para se pensar em novos horizontes para a inclusão social. Entretanto, na demanda para a aquicultura ainda são necessárias propostas modernizadoras que possam fomentar o desenvolvimento local.

A aquicultura é uma realidade local e, por meio de ações de extensão, o IFRR deve incorporar a experiência acumulada dos aquicultores, levando em conta a possibilidade de inovações apoiando as características do setor produtivo local de modo a construir projetos e ou programas que permitam a melhoria social e econômica.



Terezinha Filgueiras de Pinho

A reativação do Núcleo de Pesquisa no Campus Novo Paraíso é imprescindível e ratificaria um dos objetivos de sua implantação pelo Governo Federal.

## 7. Referências bibliográficas

- BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. (2011). *Talentos do Brasil moda sustentável marca presença no Prêt-à-Porter 2*. Disponível em [http://www.mda.gov.br/portal/saf/noticias/item?item\\_id=8503959](http://www.mda.gov.br/portal/saf/noticias/item?item_id=8503959) Acesso em 01/09/2011
- \_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. (2011). *Programas para Agricultura familiar*. Disponível em <http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/> Acesso em 02/09/2011
- \_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. (2011). *RS MDA atua para fortalecer Arranjos Produtivos Locais*. Disponível em [http://www.mda.gov.br/portal/saf/noticias/item?item\\_id=8503035](http://www.mda.gov.br/portal/saf/noticias/item?item_id=8503035) Acesso em 02/09/2011
- \_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. (2011). *Pesca e Aquicultura Familiar*. Disponível em [http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=599&id=12297&option=com\\_content&view=article](http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=599&id=12297&option=com_content&view=article) Acesso em 02/09/2011
- \_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. (2004). *Políticas Públicas para Educação Profissional e Tecnológica*. Propostas em Discussão. Brasília: SETEC, abril
- \_\_\_\_\_. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. (2002). *Decreto Sem Número, de 13/11/2002*. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil/DNN/2002/Dnn9731.htm> Acesso em 19/08/2011
- \_\_\_\_\_. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. (1993). Lei 8.670, de 30/06/1993. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L8670.htm> Acesso em 19/08/2011
- \_\_\_\_\_. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. (2008). Lei 11.892, de 29/12/2008. Disponível em [http://www.planalto/ccivil/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm](http://www.planalto/ccivil/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm) Acesso em 17/08/2011
- Caldart, Roseli Salete. (2005). *A Escola do Campo em Movimento*. In ARROYO, Miguel Gonzalez, CALDART, Roseli Salete, MOLINA, Monica Castagna (Org.). *Por uma Educação do Campo*. Capítulo III. 2.<sup>a</sup> Edição. Vozes, Petrópolis



## Mudanças sociais por meio do ensino profissionalizante

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA (2005). *III Plano Diretor 2004-2007*

Fachin, Odília. (2001). *Fundamentos de Metodologia*. Saraiva, São Paulo

Furtado, José F. (1995). *Piscicultura: uma Alternativa Rentável*. Agropecuária, Guaíba

GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA. Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento. (2003). *Perfil Sócio Econômico do Estado de Roraima*

\_\_\_\_\_. Secretaria Estadual de Planejamento. (2010). *Informações Socio-Econômicas 2010*. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)

\_\_\_\_\_. Secretaria Estadual de Planejamento. (2010). *Informações Socioeconômicas do Município de Caracará*. Coordenadoria Geral de Estudos Econômicos e Sociais

\_\_\_\_\_. Secretaria Estadual de Planejamento. (2010). *Informações Socioeconômicas do Município de Rorainópolis*. Coordenadoria Geral de Estudos Econômicos e Sociais

Gil, Antonio Carlos. (2009). *Como Elaborar projetos de pesquisa*: São Paulo: Atlas.

Homma, Alfredo K. Oyama. (1998). *Amazônia Meio Ambiente e Desenvolvimento Agrícola*. EMBRAPA – SPI, Brasília e EMBRAPA-CPATU, Belém

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. (2010). *Censo 2010 - Primeiros Resultados*. Disponível em [http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=rr&tema=censo2010\\_primeiros\\_resultados](http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=rr&tema=censo2010_primeiros_resultados) Acesso em 01/08/2011

\_\_\_\_\_. (2006). *Censo Agropecuário*. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=rr&tema=censoagro> Acesso em 02/09/2011

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA - IFRR. (2009). *Plano de Desenvolvimento Institucional 2009*. Disponível em [http://www.ifrr.edu.br/index.php/publicacoes/cat\\_view/52-publicacoes/81-plano-de-desenvolvimento-institucional](http://www.ifrr.edu.br/index.php/publicacoes/cat_view/52-publicacoes/81-plano-de-desenvolvimento-institucional) Acesso em 02/09/2011

\_\_\_\_\_. *Alternância – Campus Novo Paraíso Forma a Primeira Turma*. Disponível em [http://www.ifrr.edu.br/campus\\_np/index.php/component/content/article/1-ultimas/214-alternancia-campus-novo-paraiso-forma-primeira-turma](http://www.ifrr.edu.br/campus_np/index.php/component/content/article/1-ultimas/214-alternancia-campus-novo-paraiso-forma-primeira-turma) Acesso em 15/09/2011

Lakatos, Eva Maria e MARCONI, Marina Andrade. (2010). *Metodologia Científica*. Atlas, São Paulo

- Melo, José Sávio Colares, et al. (2005). *Aquicultura Marinha e de Água Doce*. In: OLIVEIRA, Geovanio Milton (Org.). *Pesca e Aqüicultura no Brasil 1991 - 2000: Produção e Balança Comercial*. MMA-IBAMA, Brasília
- Morin, Edgar. (2010). *A CABEÇA BEM-FEITA – Repensar a Reforma Reformar o pensamento*. Tradução de Eloá Jacobina. 18.<sup>a</sup> Ed. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro
- Oliveira, Geovânio Milton (Org.). (2005). *Pesca e Aquicultura no Brasil 1991/2000. Produção e Balança Comercial*. MMA-IBAMA, Brasília
- Pacheco, Eliezer. (2008). *Os Institutos Federais: uma Revolução na Educação Profissional e Tecnológica*. Brasília: Ministério da Educação - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
- Pereira, Luiz Augusto Caldas (2009). *Núcleos na Área de Pesca e Aquicultura*. Brasília. Disponível em [http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=599&id=12297&option=com\\_content&view=article](http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=599&id=12297&option=com_content&view=article) Acesso em 02/09/2011
- PSICULTURA: Oportunidade de Negócio e Desenvolvimento no Estado de Rondônia*. (2008). Contexto Amazônico. Ano 1, N.º 12, Novembro, p. 01-04. Disponível em [http://www.bancoamazonia.com.br/bancoamazonia2/includes/institucional/arquivos/biblioteca/contextoamazonico/contexto\\_amazonico\\_12.pdf](http://www.bancoamazonia.com.br/bancoamazonia2/includes/institucional/arquivos/biblioteca/contextoamazonico/contexto_amazonico_12.pdf) Acesso em 02/09/2011
- Pinho, Terezinha Filgueiras. (2011). *Roraima: 15 anos de Educação Profissional*. In Garófalo, Gilson de Lima e PINHO, Terezinha Filgueiras de (Org.), *Políticas Públicas Limites e Possibilidades*. Atlas, São Paulo.
- Pinho, Terezinha Filgueiras. (2007). *Reflexo Sócio Econômico que o Decreto de Homologação em Área Contínua Causará em Agroindústrias do Setor Orizícola: a realidade do Estado de Roraima*. Dissertação de Mestrado. Universidad Autónoma de Asunción (Paraguay)
- Ramos, Albenides. (2009). *Metodologia da Pesquisa Científica: Como uma Monografia pode Abrir o Horizonte do Conhecimento*. Atlas, São Paulo
- Santos, Akiko, (2010). *Didática sob a Ótica do Pensamento Complexo*. 2.<sup>a</sup> Ed. Porto Alegre: Sulina.

## Contribuição para o debate sobre a sustentabilidade da agricultura angolana

Fernando Pacheco<sup>1</sup>  
M.<sup>a</sup> Leonor da Silva Carvalho<sup>2</sup>  
Pedro Damião Henriques<sup>3</sup>

### Resumo

Angola é um dos países com maior potencial de desenvolvimento do continente africano, continuando no entanto a depender fortemente das importações, nomeadamente de produtos alimentares.

No âmbito da “Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional” (ENSAN) para Angola e para o período 2009-2013, os dois primeiros objectivos específicos reflectem a necessidade de aumentar e diversificar a produção agro-pecuária de forma sustentável, melhorando o abastecimento alimentar da população e as condições de vida do meio rural, e ainda a garantia de disponibilidade da oferta de produtos alimentares, interligando zonas com excedentes e zonas de maior procura e poder de consumo.

Para a concretização de tais objectivos específicos da ENSAN, o Governo traçou metas para o desenvolvimento da agricultura em Angola, tendo delineado um conjunto de actividades e de acções, integradas em eixos estratégicos transversais aos objectivos definidos, a desenvolver no período 2009-2013.

Neste artigo pretende-se discutir e analisar instrumentos de política conducentes à concretização daqueles objectivos.

Neste sentido serão analisados os vários indicadores socioeconómicos angolanos, as potencialidades agrárias do país e o estado actual do sector agrícola.

### Palavras-chave

Agricultura angolana, sustentabilidade, políticas agrícolas

---

<sup>1</sup> [fapachecos@yahoo.com.br](mailto:fapachecos@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> Professora associada, Departamento de Economia, ICAAM, CEFAGE-UE, Universidade de Évora, [leonor@uevora.pt](mailto:leonor@uevora.pt)

<sup>3</sup> Professor associado, Departamento de Economia, CEFAGE-UE, Universidade de Évora, [pdamiao@uevora.pt](mailto:pdamiao@uevora.pt)

## **Introdução**

Angola é um dos países com maior potencial de desenvolvimento do continente africano. Tendo sido afectada pela crise internacional de 2009, a economia angolana tem, no entanto, vindo a recuperar, esperando-se que o ano de 2011 seja um ano de consolidação para a recuperação económica. O Orçamento Geral do Estado (OGE, 2011) previu um crescimento real do PIB de 7,6% para 2011, tendo este valor sido revisto em baixa pelo Executivo para 3,6%. Segundo o mesmo OGE, um dos sectores mais dinâmicos para o crescimento da economia angolana é o da Agricultura, apresentando uma taxa de crescimento real de 29%, sendo o sector agro-pecuário vital para a economia e para a sociedade. Contudo, o petróleo domina o quadro económico do país e apresenta-se como o principal “inimigo” da agricultura (Pacheco, 1997), continuando o país a depender fortemente das importações, nomeadamente de produtos alimentares. Neto *et al.* (2006) refere a transfiguração da Angola agrícola e rural numa Angola dependente de um mono-produto – o petróleo –, que trouxe consigo o empobrecimento da maioria da população. Sublinha ainda a dificuldade de revitalização do sector agrário angolano e o desenvolvimento do mundo rural.

Antes do conflito armado pós-independência, Angola era um país auto-suficiente na generalidade dos alimentos, à excepção do trigo, tendo sido um grande exportador de café e de milho, além de banana, açúcar, óleo de palma, feijão e mandioca. Os 27 anos de guerra civil, obrigando uma parte da população rural a deslocar-se para o meio urbano e interrompendo a sua produção agropecuária, o mau estado das estradas, as pontes destruídas e a ameaça das minas tiveram como efeito a perda de importância da agricultura na economia do país, tornando-o fortemente dependente das importações e do sector petrolífero. Deste modo, o abandono da agricultura familiar e a desestruturação do comércio rural empurraram uma agricultura cada vez mais voltada para o mercado até meados dos anos 70 para a subsistência nos dias de hoje.

No âmbito da “Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional” (ENSAN, 2009) para Angola e para o período 2009-2013, os dois primeiros objectivos específicos reflectem a necessidade de aumentar e diversificar a produção agro-pecuária de forma sustentável, melhorando o abastecimento alimentar da população

e as condições de vida do meio rural, e ainda a garantia de disponibilidade da oferta de produtos alimentares, interligando zonas com excedentes e zonas de maior procura e poder de consumo, ou seja, revitalizar e diversificar a economia rural, para combate à fome e à pobreza, melhoria das condições de vida e maior segurança alimentar.

A concretização destes objectivos está em sintonia com o Programa do Governo para o período 2009-2013. Para o desenvolvimento sustentável, os objectivos e metas traçados visam a revitalização e diversificação da economia rural, contribuindo para a estabilização das populações no meio rural e a criação de melhores condições de vida no campo. Pretendem ainda a reabilitação de infra-estruturas para o relançamento do sector agrário e contribuir para a implementação de uma linha de crédito de campanha. O Governo acredita que esta melhoria irá promover a produção e a produtividade da agricultura, assegurando a segurança alimentar, contribuindo não só para o desenvolvimento da indústria agro-alimentar mas também para o fomento das exportações dos produtos agrícolas (OGE, 2011).

Neste artigo pretende-se discutir e analisar instrumentos de política conducentes à concretização daquelas metas. Para além desta introdução, este artigo está organizado nos seguintes pontos: indicadores socioeconómicos e potencialidades agrícolas, análise e discussão dos objectivos e metas para o desenvolvimento da agricultura em Angola, propostas de medidas, notas finais.

### **Indicadores socioeconómicos**

Angola é um país da África Subsaariana, situado na costa Atlântica e fazendo fronteira com o Congo, a República Democrática do Congo, a Zâmbia e a Namíbia, com uma área de 1.246.700 km<sup>2</sup>, e com um dos maiores potenciais económicos da zona.

Para além de um importante património natural, possui um vasto e diversificado conjunto de recursos: recursos minerais, em que se destacam o petróleo e os diamantes; recursos hídricos que posicionam o País numa situação privilegiada na África Austral, designadamente do ponto de vista do potencial hidroeléctrico; com uma vasta costa beneficia de abundantes recursos do mar, sobretudo em peixe e mariscos; condições edafo-climáticas que lhe proporcionam um potencial muito grande e variado em termos de produção agro-pecuária; elevado e variado potencial energético.

De acordo com o ACP Observatory on Migration (2010), a população angolana estimada para 2010 era de 18.993.000, com uma taxa de crescimento 2010-2015 de 2,7%. Esta população é maioritariamente jovem com cerca de 45% com idade inferior a 15 anos. (ONU DP, 2010). A esperança média de vida à nascença estava estimada em 47,1 anos, com uma taxa de mortalidade infantil de 16,3% e de mortalidade abaixo dos 5 anos de 20,3%. Apresentava ainda uma taxa de fertilidade de 5,8%. A população urbana, em 2010, representava 58,5% do total, e apenas 41,5% era população rural (ONU DP, 2010). Estimativas recentes do PNUD (2010) colocam Angola, em termos de IDH, na 146.<sup>a</sup> posição entre 163 países, com um índice de desenvolvimento humano (IDH) de 0,403. Dados oficiais de 2008/09 (Inquérito Integrado sobre o Bem Estar da População-2010) indicam que 37% da população vive abaixo do limiar de pobreza nacional, dos quais 58% correspondem a população rural. O mesmo inquérito indica que 42% da população tem acesso a água apropriada para beber, cerca de 60% tem acesso a saneamento apropriado e 40% tem energia eléctrica.

A taxa de crescimento real do PIB, revista em baixa para 3,6%, em Julho de 2011 (OGE, 2011), deverá regressar aos dois dígitos em 2012 depois da crise de 2009. O peso do sector petrolífero no PIB nominal tem vindo a decrescer desde 2008, descendo de 58% para 45,6% em 2009, prevendo-se que cairá para 42,1% em 2011. Em contrapartida, o sector da agricultura, pecuária e pescas, com um peso de 6,8% no PIB nominal em 2008, mostra uma tendência crescente na sua importância, prevendo-se um peso de 12,2% em 2011. A actividade agrícola tem vindo a aumentar nos últimos anos, reflectindo o esforço de investimento realizado.

Na análise que se segue relativa ao sector agrícola, os dados apresentados levantam algumas dúvidas quanto à sua credibilidade. Isto é válido tanto para a informação reportada pelo Ministério da Agricultura como para a da FAO. Relativamente aos dados estatísticos do Ministério da Agricultura, embora se tenham registado evidentes melhorias desde 2008, como afirma o Centro de Estudos e Investigação Científica (CEIC) da Universidade Católica de Angola, ainda se verifica a possibilidade de se estarem a cometer erros metodológicos, pois a metodologia que sustenta a informação não é suficientemente clara. Quanto às estatísticas da FAO, a falta de credibilidade resulta da constatação de bastantes incongruências existentes na informação através da evidência empírica.

## Contribuição para o debate sobre a sustentabilidade da agricultura angolana

Segundo dados do Ministério da Agricultura, o sector agrícola empregava em 2009 cerca de 4,4 milhões de pessoas, na sua maioria do sexo feminino (52%) e jovens. Estimativas do Ministério para o período 2009-2013 mostram um acréscimo em termos de emprego directo e indirecto, prevendo-se que se gerem no sector mais de 78 mil empregos rurais directos.

A área cultivada no ano agrícola de 2009/10 foi de cerca de 4,9 milhões de hectares, repartidos por empresas agrícolas familiares (94,2% da área total cultivada) e por explorações agrícolas do tipo empresarial (Ministério da Agricultura, 2010). Os agricultores familiares representam mais de 99% do número total de agricultores. A área média das explorações familiares era de 2,32 ha e a das explorações tipo empresarial era de 34,08 ha (Quadro 1).

Quadro 1 – Ocupação da terra por tipo de empresa

Item	Sector Familiar		Sector Empresarial	
	N.º/ ha	%	N.º/ ha	%
Famílias/Empresas	1.985.987	99,6	8.319	0,4
Área Total (ha)	4.604.468	94,2	283.502	5,8
Área Média (ha)	2,32	-	34,08	-

Fonte: MINADERP – Resultados da campanha agrícola 2009/10

Quadro 2 – Peso das Empresas Agrícolas Familiares na Produção Agrícola

Tipo de Produto	%EAF*
Cereais	73,8
Raízes e Tubérculos	97,8
Leguminosas e Oleaginosas	97,6
Hortícolas	41,6
Frutícolas	95,8

Fonte: Ministério da Agricultura – Resultados da campanha 2008/09

\* EAF – Empresas Agrícolas Familiares

Como se pode ver pelo Quadro 2, as empresas agrícolas familiares têm um papel preponderante na produção de produtos agrícolas, sendo responsáveis por mais de 95% da produção de raízes e tubérculos, leguminosas e oleaginosas e frutícolas; por cerca de 74% da produção de cereais e por 41,6% nas hortícolas. A maior parte da área cultivada é dedicada à produção de cereais, sendo também as raízes e tubérculos culturas importantes em termos de área utilizada.

Verifica-se que, nos últimos anos, as produções dos grandes grupos de culturas têm aumentado (Quadro 3), não correspondendo este aumento a ganhos de produtividade, excepto no caso das raízes e tubérculos, mas sim a aumentos de área.

Quadro 3 – Evolução da Produção agrícola por grupos de culturas

	1999-2001		2003-2005		2007		2008		2009	
	Produção (1000 ton)	Área (1000 ha)	Produção (1000 ton)	Área (1000 ha)	Produção (1000 ton)	Área (1000 ha)	Produção (1000 ton)	Área (1000 ha)	Produção (1000 ton)	Área (1000 ha)
Cereais	546	901	752	1306	705	1429	728	1017	1030	1752
Raízes e Tubérculos	4640	607	8912	880	11171	1084	11279	852	14633	1259
Leguminosas	77	202	92	305	104	420	124	375	247	716
Oleaginosas	70	117	86	229	92	292	91	320	106	350
Hortícolas	259	47	272	48	275	49	275	49	275	49
Frutícolas	440	-	450	-	602	60	622	60	581	69
Açucareiras	350	9	350	9	360	10	360	10	360	10
Café (ton)	3620	-	1960	-	2160	-	2160	-	-	-

Fonte: FAO Statistical Yearbook

Quando se analisa a evolução da produção agrícola entre as campanhas 2006/2007, 2007/08, 2008/09 e 2009/10, constata-se uma evolução positiva para a generalidade dos produtos, mais acentuada no grupo das raízes e tubérculos, onde se destaca o grande aumento na produção de batata, e das oleaginosas. No grupo dos cereais, a produção de arroz teve um crescimento expressivo (Quadro 4), embora mais uma vez aqui a fiabilidade dos dados seja posta em causa, uma vez que as autoridades locais das Lundas e do Moxico não confirmam estas produções.

A guerra afectou de modo assinalável a produção pecuária, tendo os efectivos sido quase dizimados. Desde o fim da guerra, tais efectivos pecuários têm vindo a reconstituir-se, graças às iniciativas de pequenos, médios e grandes produtores pecuários, e de comerciantes formais e informais e de alguns programas do Governo e de ONGs, dando lugar a aumentos quer da produção de carne quer de leite (Quadros 5 e 6).



Contribuição para o debate sobre a sustentabilidade da agricultura angolana

Quadro 4 – Evolução da produção agrícola (1000 ton)

<b>PRODUTO</b>	<b>2006/07</b>	<b>2007/08</b>	<b>2008/09</b>	<b>2009/10</b>
Milho	615,9	702,2	970,2	1.320
Massango/Massambala	156,4	27,1	68,3	92
Arroz	4,6	8,4	14,2	19
Feijão	103,7	124,4	247,3	384
Amendoim	66,6	91,9	110,8	172
Soja	7	7,7	5,9	9
Mandioca (fresca)	9.750	10.057	12.827	16.132
Batata	491,2	401,2	823,2	1.038
Batata Doce	949,1	819,7	982,5	1.240
Hortícolas	nd	274,9	nd	4.704
Frutícolas	nd	nd	nd	2.778
Café comercial	5,7	15,0	17,2	nd

Fonte: MINAGRI – Relatório Sectorial de Balanço das Actividades Desenvolvidas (Anos de 2008 e 2009) e MINADER – Estimativas dos Resultados da Campanha Agrícola 2009 –2010 (Maio 2010).

Quadro 5 – Evolução dos Efectivos Pecuários

<b>Espécie Pecuária</b>	<b>N.º de cabeças</b>	
	<b>2008/09</b>	<b>2009/10</b>
Bovinos	3.586.221	3.666.893
Caprinos e Ovinos	6.023.775	6.184.574
Suíños	1.416.507	1.563.473
Galináceos	15.136.906	17.118.618

Fonte: adaptado de MINADER/CA/2009/10

Apesar deste aumento, quando se comparam os dados de 2010 sobre produção pecuária com os de 2009, verifica-se que esta terá regredido significativamente, não se coadunando com os aumentos nos efectivos (Quadro 6). Isto explica as reservas sobre os dados estatísticos antes assinalados, e pode ser consequência apenas de uma maior atenção à recolha e análise da informação.

Quadro 6 – Evolução da Produção Pecuária

<b>Produto</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
Carne de bovino	8.730	12.204	13.420	14.498	14.615	6.776
Carne de suíno	13.600	22.882	24.026	24.747	26.631	1.005
Carne de caprino e ovino	5.427	9.153	9.794	10.284	11.121	1.268
Frangos	630	1.058	1.164	1.257	2.195	6.859
Ovos (milhões unidades)	3.620	6.102	6.712	7.303	nd	nd
Leite (mil litros)	804	1.356	1.424	1.467	4.250	nd

Fonte: Instituto de Serviços de Veterinária; MINAGRI – Relatório Sectorial de Balanço das Actividades Desenvolvidas (Anos de 2008 e 2009) e MINADER – Estimativas dos Resultados da Campanha Agrícola 2009-2010 (Maio 2010).

Os produtos agrícolas mais produzidos em Angola são a mandioca, a batata-doce, o milho, as bananas, a batata, as hortícolas, o feijão e o amendoim (Quadro 7). Comparando, para estas mesmas culturas, as suas produtividades em Angola com as produtividades obtidas em termos médios para o continente africano, constata-se a baixa produtividade angolana para os casos do milho e do amendoim (menos de metade da produtividade africana), da batata, da cana-de-açúcar, hortícolas e do feijão (também com uma produtividade correspondente a cerca de metade da produtividade do feijão para o continente africano). O café que, no passado, foi uma produção importante em Angola (o país chegou a ser o 3.º maior produtor mundial), é hoje uma produção incipiente, com uma produtividade muito baixa. Quando se mencionam os aumentos de produção registados nos últimos anos, estes não se referem, na generalidade dos casos, a aumentos de produtividade, mas sim a aumentos de área cultivada. Por outro lado, alguns dos números referidos para a produtividade são demasiado elevados, como por exemplo nos casos da mandioca

Contribuição para o debate sobre a sustentabilidade da agricultura angolana

e do milho. Estas reservas justificam-se por não se terem registado melhorias nos serviços de extensão e de assistência técnica e na qualidade das sementes e do material vegetativo utilizado, nem ter havido aumento a nível de consumo de fertilizantes e de fitossanitários (CEIC-UCAN, 2010).

Quadro 7 – Produtos agro-pecuários mais importantes (2009)

<b>Produto</b>	<b>Produção (toneladas)</b>	<b>Produtividade (Kg/ha)</b>	<b>Produtividade África (Kg/ha)</b>
Mandioca	12.827.600	12.899,5	9.694,8
Batata Doce	982.588	6.115,7	4.172,9
Milho	970.231	624,3	1.942,1
Banana	411.057	9.987,2	7.011,5
Batata	823.266	7.958,8	9.982,7
Hortícolas	263.272	7.995,1	10.513,1
Feijão	247.314	345,3	673,5
Amendoim	110.828	383,0	909,0
Café*	780	31,2	488,3
Leite*	158.400	480/animal	479,4/animal
Carne de Bovino*	104.380	170/animal	149,6/animal
Carne de Suíno*	28.170	64,9/animal	57,9/animal
Carne de Caprino e Ovino*	1.297	15/animal	13,8/animal
Frango*	8.145	0,9/animal	1,2/animal
Ovos*	4.460	52.470 (100 mg)	48.423

Fonte: FAO Statistical Yearbook

\* dados pouco credíveis, o que é atestado pela evidência empírica

No que respeita aos principais produtos animais produzidos em Angola, para os frangos e ovos a produtividade encontra-se abaixo dos níveis médios registados para o continente africano, estando a produtividade do leite ao nível da

produtividade média para África, mas para as carnes de bovino, suíno, caprino e ovinho a produtividade em Angola é superior.

Quadro 8 - Rácios produção/consumo por grupos de produtos (2002 e 2007)

Produto	2002			2007		
	Produção (1000 ton)	Consumo (1000 ton)	Prod/Cons %	Produção (1000 ton)	Consumo (1000 ton)	Prod/Cons %
<b>Óleos Vegetais</b>	67	146	45,9	77	230	33,5
Óleo de palma	50	59	84,7	55	112	49,1
<b>Cereais</b>	715	1347	53,1	728	1728	42,1
Milho	547	785	69,7	570	835	68,3
Trigo	4	336	1,2	5	568	0,9
Massango	161	123	130,9	147	152	96,7
<b>Raízes e Tubérculos</b>	7125	7140	99,8	10165	10191	99,7
Mandioca	6523	6523	100,0	8840	8840	100,0
Batata	179	194	92,3	615	640	96,1
Batata doce	423	423	100,0	710	710	100,0
<b>Açúcar</b>	55	221	24,9	73	319	22,9
<b>Leguminosas</b>	91	101	90,1	105	132	79,5
Feijão	91	101	90,1	105	132	79,5
<b>Oleaginosas</b>	60	72	83,3	83	86	96,5
Amendoim	22	24	91,7	42	43	97,7
<b>Hortícolas</b>	271	328	82,6	275	355	77,5
<b>Frutícolas</b>	450	470	95,7	450	467	96,4
Bananas	300	300	100,0	300	300	100,0
<b>Carne</b>	139	258	53,9	139	355	39,2
Carne de Bovino	85	106	80,2	85	111	76,6
Carne de Suíno	28	47	59,6	28	80	35,0
Carne de Caprino/Ovino	10	11	90,9	10	11	90,9
Carne de Frango	8	86	9,3	8	145	5,5
<b>Leite</b>	195	218	89,4	200	234	85,5
<b>Ovos</b>	5	18	27,8	4	18	22,2

Fonte: FAO Statistical Yearbook

Com recurso aos valores do consumo, ou seja quantidades produzidas + quantidades importadas + variação de stocks - quantidades exportadas, pode ver-se em que medida a produção nacional satisfaz esse mesmo consumo. Do Quadro 8, em que se mostram os rácios produção/consumo, pode constatar-se que Angola é auto-suficiente em mandioca, e batata-doce do grupo das raízes e tubérculos, em massango dos cereais e em bananas do grupo das frutícolas. Nos demais cereais, verifica-se uma escassez muito grande ao nível do trigo, e um rácio produção/consumo de 69,7% para o milho, um dos produtos base da alimentação. Nos óleos vegetais, o rácio produção/consumo está abaixo dos 50%, e no caso do óleo de palma este rácio está acima dos 50%. Verifica-se, a par das necessidades de importação de óleo de palma, alguma exportação. A produção de hortícolas aumentou menos do que o seu consumo, o mesmo se passando com as leguminosas, mas os rácios situam-se à volta dos 80%, o que indicia a quase auto-suficiência.

Quanto aos produtos animais, Angola é praticamente auto-suficiente para o leite e para a carne de caprino/ovino, mas na carne de bovino, de suíno, frangos e nos ovos apresenta ainda uma grande dependência do exterior (Quadro 8).

Angola não produz o suficiente para o consumo interno, satisfazendo as necessidades alimentares através do recurso à importação. A importação de bens alimentares representava, em 2008, cerca de 71% das importações globais.

A análise só ficará completa se a ela se juntarem os dados relativos ao crescimento demográfico, calculando, para cada um dos anos em análise, o consumo total *per capita*, e a produção *per capita* (Quadro 9). De acordo com a FAO, a população angolana era, em 2002, de 15.164.000 habitantes, e em 2007, ascendia a 17.555.000 pessoas.

Começando por comparar, para cada um dos anos, os consumos *per capita* e as produções *per capita*, constata-se a grande diferença entre estes dois indicadores para a maioria dos produtos, com consumos *per capita* superiores às produções *per capita*, indicando a dependência da importação para a satisfação das necessidades alimentares da população. Angola é auto-suficiente em massango, mandioca, batata-doce, amendoim e carne de caprino e ovino. Mostra-se muito deficitária em arroz, trigo, carne de suíno, carne de frango e ovos.

O aumento da população de 2002 para 2007, associado a um aumento do consumo *per capita* e a um decréscimo na produção *per capita*, significa uma

produção estável e uma necessidade crescente de importação para satisfação do consumo, como é o caso da carne em geral, da carne de suíno e da carne de frango.

Quadro 9 – Consumo Total *per capita* e Produção *per capita* de alguns produtos agro-pecuários

<b>Produto</b>	Consumo <i>per capita</i> (Kg)	Consumo <i>per capita</i> (Kg)
	(Produção <i>per capita</i> (Kg))	(Produção <i>per capita</i> (Kg))
	<b>2002</b>	<b>2007</b>
Arroz	4,9 (0,2)	5,2 (0,3)
Milho	51,8 (36,1)	47,6 (32,5)
Massango	8,1 (10,6)	8,7 (8,4)
Trigo	22,2 (0,3)	32,4 (0,3)
Feijão	6,7 (6,0)	7,5 (6,0)
Mandioca	430,2 (430,2)	503,6 (503,6)
Batata	12,8 (11,8)	36,5 (35,0)
Batata Doce	27,9 (27,9)	40,4 (40,4)
Hortícolas	21,6 (17,9)	20,2 (5,7)
Amendoim	1,5 (1,5)	2,4 (2,4)
Carne Total	17,0 (9,2)	20,2 (7,9)
Carne Bovino	7,0 (5,6)	6,3 (4,8)
Carne Suíno	3,1 (1,8)	4,6 (1,6)
Carne Caprino/Ovino	0,7 (0,7)	0,6 (0,6)
Carne Frango	5,7 (0,5)	8,3 (0,5)
Leite	14,4 (12,8)	13,3 (11,4)
Ovos	1,2 (0,3)	1,0 (0,2)

Fonte: FAO Statistical Yearbook

Um decréscimo no consumo *per capita* e na produção *per capita*, como é o caso do milho, revela uma descida da produção total, não acompanhada de aumento da importação.

Aumentos na produção *per capita* significam produtos que conseguem suprir a produção interna e gerar excedentes potencialmente exportáveis, como nos casos da mandioca, batata-doce e massango. Assinale-se, contudo, que o aumento do consumo destes alimentos não tem sido estimulado, pese embora o facto de fazerem parte da dieta tradicional de grande parte da população, o que faz pensar na necessidade de se prestar maior atenção a uma política de incentivo ao uso de alimentos que possam ser facilmente produzidos a nível local.

### **Potencialidades agrícolas**

A zonagem agro-económica de Angola, elaborada por A. Castanheira Diniz em 1973 e constituída por 36 zonas distintas, diferenciadas por condições ambientais, sistemas culturais, cobertura de infra-estruturas, mercados e serviços, foi durante muito tempo usada para a definição das potencialidades agrícolas do país. O Ministério da Agricultura introduziu recentemente algumas alterações a tal zonagem e desenhou cinco grandes regiões rurais (Figura 1).

No litoral distinguem-se duas regiões: a Região I a Norte, com agricultura de sequeiro e aproveitamento das faixas aluvionares dos principais rios, cujas principais culturas são a mandioca e o milho; e a Região V a Sul, que se alarga à medida que se caminha para Sul, integrando parte da província da Huíla e praticamente a totalidade do Cunene, fortemente marcada por uma economia agro-pastoril, e mesmo pastoril mais a sul, onde a criação de bovinos assume enorme importância, sem menosprezar a de caprinos, ovinos e suínos, e em que na agricultura predomina o cultivo de cereais. Podem considerar-se também duas importantes zonas planálticas: a Região II, a Norte do país, em que a mandioca, o feijão e a batata-doce são as principais culturas para consumo e para o mercado, associadas em algumas áreas à banana e noutras ao amendoim, e ainda o café, o palmar e algumas fruteiras tropicais; e a Região III, o conhecido Planalto Central, em que o milho assume enorme importância na dieta alimentar da população, mas também assumem importância, em termos alimentares e de mercado, a batata, o feijão e as hortícolas, e onde se

vai recuperando o café arábica e certas fruteiras subtropicais, sendo de notar o uso de tecnologias relativamente mais avançadas, como técnicas de regadio e o uso de fertilizantes orgânicos e químicos. Finalmente, a Região IV compreende a zona Leste do país, em que a agricultura é principalmente para autoconsumo, com predomínio generalizado da mandioca, mas também com tradição de cultivo de cereais (arroz de sequeiro, milho e massango e massambala, e onde a recollecção, a caça e a pesca são componentes importantes da economia doméstica. Como qualquer zonagem, esta é discutível, mas decidiu-se apresentá-la por ser considerada oficial, embora não exista nenhuma decisão governamental nesse sentido.

Figura 1 – Grandes Regiões Agrícolas de Angola



Fonte: MINAG (2007)

Com uma área agrícola potencial de cerca de 58 milhões de hectares (FAO, 2010), Angola utilizava cerca de 4,9 milhões de hectares na agricultura, no ano agrícola de 2009/10 (MINADERP, 2010). Aproximadamente 97% desta área era ocupada pelas sete principais culturas alimentares: milho (37,6%), mandioca (24,1%), feijão (17,3%), amendoim (7%), massango/massambala (4,1%), batata-doce (3,9%) e batata (2,5%). O café representava apenas 0,6% desta área (FAO, 2010).

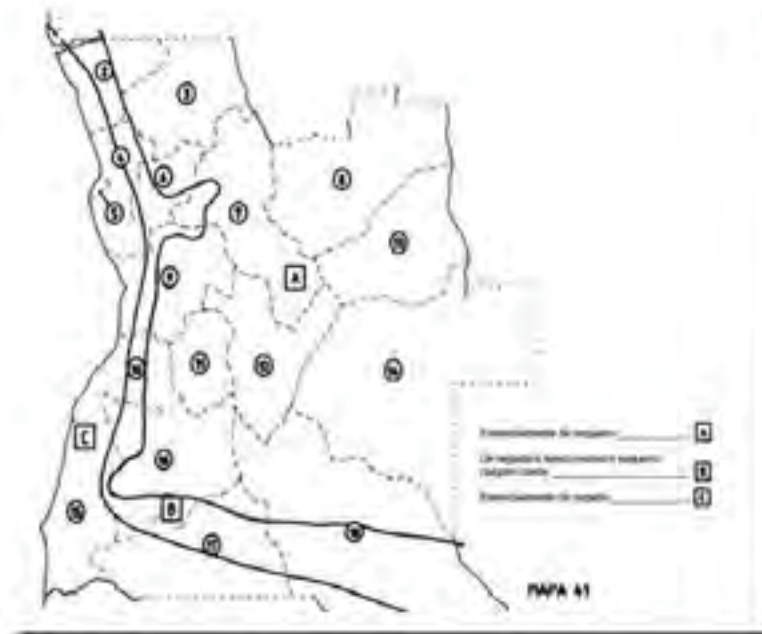


A vasta extensão de Angola, integrando-se na zona intertropical, com cerca de 73% da área do território situada acima da cota dos 1000m, aliada a uma grande diversidade de condições edafo-climáticas, é responsável pela variedade de culturas e tipos de exploração agrícola: cereais praganosos e leguminosas, de sequeiro ou de regadio, café robusta e arábica, raízes e tubérculos, fruteiras tropicais e palmar, mas também culturas subtropicais e de zonas temperadas, como a oliveira, a vinha, o morango, a maçã, a pêra, etc. Do mesmo modo, no sector da pecuária, as potencialidades são diversas, destacando-se a bovinicultura de carne e de leite e a caprinicultura (Diniz, 1998).

Com base nos aspectos climáticos relativos à precipitação, sua distribuição e duração da estação das chuvas, Diniz (1998) divide o território angolano em três zonas distintas no que respeita a tipos de exploração agrícola (Fig. 2): A) Zona essencialmente de exploração de sequeiro, em que o ciclo vegetativo das culturas coincide com a estação das chuvas, e em que o regadio só é considerado no período seco para pomares ou para a produção hortícola; B) Zona de transição, em que o sequeiro apenas abrange espécies resistentes á seca ou pouco exigentes em humidade (algodão, mandioca, massambala e massango) e em que o regadio já é uma necessidade para outros tipos de culturas que não as perenes ou as hortícolas; C) Zona essencialmente de exploração de regadio, em que o sequeiro só é viável para culturas bastante resistentes à seca e desde que se lhes proporcionem condições específicas de solos e topográficas. As zonas mais favoráveis à exploração de cada produto agro-pecuário são definidas com base nas respectivas exigências edafo-climáticas e distribuição tradicional. Atendendo a esta zonagem, pode verificar-se o grande potencial agrícola aliado a uma área agricultável ainda por explorar.

A título de exemplo, as principais culturas alimentares encontram condições propícias ao seu desenvolvimento nas províncias do Norte e Nordeste (Zaire, Malange, Uíge, Kuanza Norte e Lundas) com o predomínio da mandioca, batata-doce, feijão e amendoim, no planalto central (Huambo e áreas limítrofes do Bié, Huíla, Kuanza Sul e Benguela) para o milho, mandioca, massambala e massango. Já o trigo encontra condições favoráveis ao seu desenvolvimento em altitudes superiores a 1700 m no Huambo, e ainda no Baixo Cunene e nos Vales do Cubango. O arroz dá-se nas áreas planas do Kuanza Sul, Bié, Huíla, Baixo Cunene e Baixo Cubango. A soja pode ser cultivada na Huíla, Kuanza Sul, Benguela e Malange (Diniz, 1998).

Figura 2 – Tipos de Exploração Agrícola e Tipos de Regadio



Fonte: Diniz (1998)

### **Desenvolvimento da agricultura angolana: constrangimentos, objectivos e desafios**

O fomento da agricultura é fundamental quando se pensa na instituição de um novo modelo de crescimento económico que se pretende sustentável e sobretudo menos dependente do petróleo. O sector agrícola é importante não só quanto à promoção da auto-suficiência e da segurança alimentar, mas também quanto ao fornecimento de matérias-primas para a indústria transformadora e para a criação de emprego, um dos problemas cruciais das áreas rurais, numa perspectiva de diversificação da economia. Para o crescimento sustentado do sector agrícola, é necessário que a agricultura evolua para além do mero nível de subsistência. Como tal, dever-se-ão identificar os principais problemas (obstáculos), procurando as respectivas soluções.

A maioria da área cultivada é da responsabilidade de empresas agrícolas familiares, com uma área média por exploração de 2,32 ha, utilizando técnicas de produção de baixa eficiência, sendo pouco produtivas, dificultando a criação de excedentes de produção por os pequenos produtores familiares terem pouco incentivo para produzir além dos níveis de subsistência da família. O Relatório do Ministério da Agricultura relativo aos resultados da campanha 2008/09 refere o número reduzido de tractores, e que a sua utilização apenas se verifica a nível do sector empresarial. A charrua de tracção animal é usada tanto no sector familiar como no empresarial, mas com uma média por exploração que não ultrapassa os 0,2 e 0,3 instrumentos nos sectores familiar e empresarial, respectivamente.

Alguns dos constrangimentos relativos ao desenvolvimento da agricultura angolana prendem-se com o baixo nível do capital humano e de conhecimentos, a disponibilidade de recursos financeiros e com a ausência de incentivos aos produtores e técnicos.

O baixo nível do capital humano e de conhecimentos envolve aspectos relacionados com:

- Baixas produtividades pelo baixo nível tecnológico e por dificuldades de acesso a factores de produção agrícola de qualidade e nas quantidades necessárias e no momento certo, nomeadamente sementes de qualidade e adequadas à região, ferramentas e utensílios adequados ao trabalho da

terra, tracção animal e motorizada, fertilizantes, meios de prevenção e combate a pragas e doenças vegetais e animais;

- Ausência de um serviço de extensão rural eficaz que possa contribuir para o progresso tecnológico;
- Investigação pouco evoluída, com falta de investimento em programas e em laboratórios;
- Barreiras culturais e falta de conhecimento dos agricultores e técnicos em termos técnicos, de gestão, de mercados e outros, necessários para a projecção de uma agricultura moderna;
- Gestão empresarial deficiente;
- Elevados custos de produção associados à importação de factores de produção;
- Inexperiência de actuação em sistema de economia de mercado por parte dos diferentes actores, incluindo da governação.

Relativamente à disponibilidade de recursos financeiros, os principais constrangimentos dizem respeito a:

- Mau estado das estradas, principalmente das secundárias e terciárias, e das pontes o que dificulta não só o acesso a mercados de escoamento de produtos, constituindo um forte entrave à comercialização dos produtos agro-pecuários, mas também o acesso ao mercado de factores de produção;
- Falta ou degradação de outras infra-estruturas, como instalações para os diferentes serviços, armazenamento de produtos e conservação de sementes.

Já a ausência de incentivos aos produtores, provedores de serviços e técnicos tem como consequências:

- Êxodo rural, pelo que as novas gerações estão cada vez mais desligadas da terra e desconhecem as técnicas de trabalhar a terra, o que dificulta o regresso ao campo;
- Feminização crescente da actividade agrícola, decorrente do êxodo dos jovens para os centros urbanos;
- Inexistência de serviços financeiros rurais ou grande fragilidade quando existem;

Contribuição para o debate sobre a sustentabilidade da agricultura angolana

- Dificuldades na materialização do Programa de Promoção do Comércio rural aprovado pelo Governo em 2009;
- Possíveis conflitos de terras que poderão acontecer entre agricultores familiares e empresários por causa dos efeitos da presença destes em áreas não aproveitadas;
- Baixa condição de vida das populações, o que limita o nível das expectativas e da procura de bens de consumo;
- Ambiente pouco atractivo para o investimento empresarial.

A resolução de parte destes problemas está de alguma forma contemplada nos objectivos do Governo para promover o desenvolvimento socioeconómico integrado e sustentável do sector agrário plasmados no Programa para 2011. De entre os vários objectivos específicos definidos, podem destacar-se o da formulação de uma política agrária, o do desenvolvimento de capacidades de investigação agrária, o da implementação de uma linha de crédito para apoio às associações, cooperativas, pequenos e médios produtores, o da reabilitação de infra-estruturas de apoio à actividade produtiva, o da promoção do comércio no meio rural, o da promoção integrada de fileiras estratégicas, o da diversificação da economia e o da promoção de parcerias público-privadas. Como áreas prioritárias de intervenção em termos de política agrária para desenvolvimento da agricultura, podem considerar-se a promoção do comércio rural, os serviços de assistência técnica e extensão agrícola, o crédito agrícola e a investigação científica.

### **Progressos recentes**

Apostando na diversificação da economia devido à pressão provocada pela baixa acentuada do preço do petróleo em 2009, o Executivo angolano tem vindo a fazer alguns progressos assinaláveis. Desde logo, numa nova atitude em relação à própria diversificação da economia. Noutras ocasiões, nomeadamente em meados da década de 80, já se conheceram situações do mesmo tipo que não tiveram consequências de maior. Mas actualmente, e apesar da lentidão na implementação das acções, projectos e programas, parece haver mais coerência e continuidade nas medidas que estão a ser projectadas e materializadas. É o que acontece com o crédito agrícola, a comercialização rural e a extensão rural, programas que a nível de

cada município – e esta é uma inovação de elevado significado – se integram num outro de maior abrangência a que se convencionou designar por *Programa Municipal de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza* (PMIDRCB), cuja coordenação está directamente dependente de um Órgão Auxiliar da Presidência da República através da Comissão Nacional de Luta contra a Pobreza, o que lhe confere um significado totalmente distinto e outro nível de importância. Note-se ainda que os PMIDRCB estão alinhados com a estratégia de descentralização, pois são geridos pelos municípios que, desse modo, ganham estatuto de unidades orçamentais.

Estes aspectos serão abordados a seguir, bem como os relativos ao desenvolvimento do agronegócio.

### **O crédito agrícola**

O crédito agrícola é um instrumento económico crucial para a retomada da produção por parte das famílias – fortemente desmunidas após longos anos de conflito que teve como palco principal as áreas rurais –, para o combate à pobreza e para a animação da economia rural, pela possibilidade de se aumentar o número e a qualidade dos prestadores de serviços. É igualmente um poderoso instrumento de combate contra a exclusão e pela cidadania. Culminando uma longa luta por parte de actores não estatais do mundo da agricultura, finalmente foram dados alguns passos importantes para solução de um dos mais gravosos problemas da agricultura angolana. O envolvimento de actores diversos a diferentes níveis, a informação dos progressos ao público e o papel conferido às cooperativas e associações, facilitando o acesso dos agricultores ao crédito e dando-lhes, pela primeira vez fora do estreito marco do sector agrícola, a possibilidade de crescerem pela prática da participação e pelo reconhecimento da sua utilidade, são aspectos bastante inovadores do programa agora concebido.

A aprovação de duas linhas de crédito pelo Governo em 2009 deve ser, pois, entendida como uma medida crucial. A primeira, no valor de US\$150 milhões, é considerada como crédito de campanha agrícola e é destinada fundamentalmente, por exemplo, à compra de bois para tracção animal, sementes, fertilizantes e outros factores de produção, por parte de agricultores familiares e pequenos agricultores, desde que estejam associados em cooperativas ou associações, em montantes até ao valor de US\$5.000. A segunda destina-se a crédito para investimentos, tem um valor global de US\$200 milhões e destina-se a médios agricultores, que podem ser

contemplados com verbas até 500 mil dólares. Num e noutra caso, os empréstimos dos bancos operadores estão garantidos pelo fundo governamental que suporta a linha de crédito e que também cobre o diferencial entre as taxas de juro praticadas usualmente pelos bancos comerciais (21%) e as cobradas efectivamente aos mutuários, que são da ordem dos 5% para o crédito de campanha e de 6,7% para o de investimento. O crédito de campanha é um crédito solidário reembolsável em 10 meses e o de investimento em 8 anos com um período de carência de 3 anos.

O programa de crédito estabelece Comitês Locais de Pilotagem chefiados pelos Administradores Municipais e com representantes das autoridades tradicionais, instituições religiosas, serviços de extensão, organizações de agricultores e ONGs ligadas ao sector, que analisam e aprovam as candidaturas para crédito. As operações são da responsabilidade de bancos comerciais que assinam acordos com o Comité de Coordenação do Crédito Agrícola, composto pelos Ministérios de Economia, Finanças e Agricultura e Desenvolvimento Rural e Pescas. Os beneficiários dos créditos têm de apresentar aos bancos facturas pró-forma de fornecedores locais relativas aos bens financiados, recebendo estes os valores pagos pelos bancos. No primeiro ano do programa (2010-2011) foram aprovados cerca de 67 milhões de dólares e contemplados mais de 35 mil pequenos agricultores integrados em cooperativas e associações.

#### **A promoção do comércio rural**

O comércio rural tem sido um dos maiores constrangimentos do desenvolvimento agrícola do país. De acordo com Simões (1972), havia em Angola no ano de 1970 uma loja rural para aproximadamente 140 agricultores familiares, sendo o tipo de comércio naquela altura obsoleto, tendo como função não só a de fornecer aos agricultores bens de consumo e de uso (ferramentas e outros meios de produção agrícola) mas também a de assegurar a compra de produtos agrícolas. Este tipo de comércio era suportado por um sistema de crédito não formal que, apesar dos juros em regra extremamente injustos, constituía quase a única ferramenta de ligação dos agricultores ao mercado.

O comércio estruturado ainda está ausente no interior do país, particularmente fora das cidades e vilas. De acordo com o Ministério do Comércio, em 2009 existia apenas um estabelecimento, regra geral muito precário, para mais de 960 agricultores. Tais estabelecimentos não vendem meios de produção, nem adquirem

produtos agrícolas e não vendem a crédito. Nas áreas rurais apenas vendem pouco mais do que bebidas, óleo alimentar, conservas e bolachas. Os agricultores, para venderem os seus produtos, socorrem-se de comerciantes ambulantes, oriundos das cidades e muitas vezes da República Democrática do Congo, ou deslocam-se a custo aos mercados informais nos centros urbanos ou junto das principais estradas, que por vezes distam dezenas de quilómetros.

Para vencer estas dificuldades, o Executivo aprovou o Programa de Comércio Rural Permanente em 2009 e o regulamento para os seus financiamentos no passado mês de Julho de 2011. Pretende-se desse modo apoiar a implementação de uma rede de comércio que assegure com regularidade a aquisição de excedentes de produção da agricultura familiar, das cooperativas e associações e dos pequenos e médios agricultores e criadores, bem como o abastecimento regular e permanente de bens e mercadorias às comunidades rurais. De acordo com o regulamento, podem candidatar-se a financiamentos empresas grossistas e retalhistas, quer para investimentos, quer para fundos circulantes. O programa está a dar os primeiros passos em províncias com maior potencial agrícola.

#### **Extensão rural e assistência técnica**

A situação descrita pode explicar os baixos níveis de produção agrícola em Angola, não só por falta de meios de produção como também pelo precário sistema de escoamento dos produtos agrícolas, ou seja falta de ligação ao mercado e pela ausência de serviços de apoio, provocando desmotivação devido à falta de incentivos.

Ao longo dos anos de guerra civil e políticas menos adequadas para o sector agrícola, registou-se um retrocesso do seu nível técnico e tecnológico, pois a importância que o governo colonial português conferia à agricultura familiar, expressa na quantidade de serviços de assistência técnica e extensão agrícola e sua rede de implantação relativamente densa com sete diferentes serviços, mais ou menos especializados, principalmente nas províncias mais produtivas, nunca foi entendida e assumida pelo governo angolano. Tais serviços eram responsáveis pela divulgação dos conhecimentos técnicos e científicos obtidos nos Laboratórios, Centros de Estudos e Estações Zootécnicas; pela produção e distribuição de sementes e plantas melhoradas; pela produção e distribuição de animais reprodutores de raças melhoradas; pela intervenção de natureza preventiva ou de combate às



pragas e doenças de maior importância económica. Para além de assistência técnica e de fornecimento de factores de produção e outras formas de crédito aos agricultores, competia aos serviços, vários deles estruturados em institutos com certa autonomia, no âmbito do desenvolvimento das principais culturas nas regiões onde as mesmas possuíam maior importância económica, fazer a coordenação, disciplinando e fiscalizando o comércio das respectivas produções, o que mostrava bem a importância conferida ao subsector familiar.

Presentemente, a intervenção junto aos agricultores familiares quase se reduz ao Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA), ao Instituto Nacional do Café e ao Instituto dos Serviços Veterinários, todos eles bastante pouco apetrechados em termos de recursos humanos e meios de trabalho. Recentemente o IDA, depois de ter vivido cerca de dois anos quase sem financiamento para as actividades que lhe estão atribuídas, foi dotado de cerca de 300 técnicos médios recentemente formados pelos vários institutos criados desde 2005, de motociclos e viaturas e de instalações em algumas províncias e municípios. Ademais, o IDA decidiu adoptar a abordagem das Escolas no Campo dos Agricultores (*Farm Field Schools*), o que poderá colmatar uma das suas maiores limitações – a ausência de uma metodologia de trabalho com as comunidades. Para o universo dos agricultores familiares, exceptuando os que são assistidos pelo Instituto do Café, foram atribuídos este ano cerca de 18 milhões de dólares a fim de se fazer face às despesas referidas.

#### **A importância do agronegócio**

O Executivo angolano, perante as dificuldades que se deparam ao sector privado, definiu que o Estado deve ser o mais importante operador na estratégia de promoção do agronegócio em Angola nesta fase. Por tal razão, foi criada a Gesterra, uma sociedade anónima com capitais públicos para promoção de empreendimentos agrícolas cuja finalidade é a produção de alimentos, a preparação de profissionais qualificados e a modernização tecnológica da agricultura. A Gesterra gere actualmente duas explorações agrícolas. Uma na província de Malanje (Fazenda Pungo Andongo, município de Cacusó) construída de raiz e iniciada em 2006, onde foram investidos mais de 40 milhões de dólares americanos em infra-estruturas, meios circulantes, equipamento e assistência técnica, vocacionado para a produção de milho, feijão, soja e arroz, com resultados técnicos que podem ser considerados interessantes para o panorama angolano, pois as produtividades alcançadas com o

milho, por exemplo, atingiram uma média superior a quatro toneladas por hectare no melhor ano. Beneficiou de assistência técnica brasileira e actualmente trabalha com um crédito do Banco de Desenvolvimento Angolano (BDA).

A segunda exploração desenvolve-se na província de Kuanza Sul (SEDIAC, município da Cela) e foi adquirida em 2008 a um empresário privado, beneficiando igualmente de um crédito do BDA. O objecto principal é a produção de milho e feijão, tem assistência técnica de especialistas brasileiros contratados individualmente e os resultados do milho são tecnicamente considerados os melhores na actualidade em Angola (cerca de 5 toneladas por hectare).

Já em 2011, o Conselho de Ministros deu luz verde a mais de uma dúzia de projectos em várias províncias, dos quais pelo menos seis já estão em fase de implementação com diferentes parceiros financeiros e técnicos. Em todos os casos, o objectivo é desenvolver a empresa e a produção com forte participação de um parceiro estrangeiro e a preparar a sua privatização logo que o empreendimento tenha condições técnicas e de gestão para deixar de necessitar do suporte do Estado e da referida assistência. O mesmo está estabelecido para os dois empreendimentos já em curso antes descritos.

O Estado procura promover e expandir o agronegócio, através de outras estratégias. Uma delas é a reabilitação e/ou construção de perímetros irrigados, infra-estruturas públicas colocadas à disposição dos agricultores interessados na produção agropecuária, geridos pela Sociedade de Perímetros Irrigados (SOPIR, S.A.), uma empresa de direito privado e capitais públicos, em parceria com terceiros e mediante contratos de exploração em regime de direito de superfície com agricultores ou empresários interessados. Actualmente estão funcionais os Perímetros da Matala e de Ganjelas, ambos na província da Huíla, e de Caxito na província do Bengo, nos quais foram investidos mais de 100 milhões de dólares nos últimos cinco ou seis anos, e estão previstos mais três, no Waku Kungo (Kuanza Sul), Dondo (Kuanza Norte) e Luena (Moxico). A sobreposição de critérios políticos em relação aos de ordem técnica ou financeira na selecção dos agricultores que beneficiam de parcelas nos Perímetros tem merecido reparos, tornando muitas das parcelas pouco produtivas apesar dos investimentos realizados.

Uma outra modalidade na qual está interessada o governo é a constituição de pólos agroindustriais, visando sempre a modernização acelerada da agricultura em termos idênticos aos já referidos para a Gesterra. O primeiro – e até ao momento

único —, criado em 2007, foi o Pólo Agro-Industrial de Capanda (Província de Malanje), numa extensão de mais de 443 mil hectares. A sua filosofia baseia-se no estabelecimento de parcerias público privadas, em que é suposto que a iniciativa privada realize investimentos produtivos a partir de infra-estruturas construídas pelo Estado, nomeadamente a construção de estradas e o ordenamento territorial, envolvendo a delimitação, demarcação e loteamento de terras. O investimento previsto é de 900 milhões de dólares, dos quais um terço é de responsabilidade pública.

O agronegócio tem sido promovido também por empresários que podem ser classificados em três categorias distintas. A primeira é constituída por empresários que ocupam posições de destaque no Governo e outras instituições, beneficiam de fácil acesso a fundos e outros bens públicos, podendo estar associados a empresários estrangeiros, a tempo muito parcial. A pecuária de bovinos de corte, a avicultura e as culturas de milho e de feijão, bem como os hortofrutícolas, constituem o núcleo central das atenções dos empresários desta categoria.

A segunda categoria compreende empresários privados a tempo inteiro, sendo a agricultura uma actividade complementar de outras. Beneficiam de créditos, de bancos públicos ou comerciais, e “subsídios” de vários tipos, traduzidos na aquisição de bens e equipamentos em empresas ou instituições públicas, “isenções” de taxas e impostos, entre outros. A maior parte destes empresários dedica-se à pecuária de corte nas províncias do sul, numa estratégia de investimento a prazo, como fazem os criadores de caprinos tradicionais, mau grado as dificuldades de acesso a assistência técnica.

Uma terceira categoria, que começa a emergir e se apresenta em número bastante menor, compreende empresários que canalizam para a agricultura capitais excedentários de outras actividades e que fazem recurso a tecnologias modernas, conseguindo resultados mais compensadores, em domínios como a pecuária, as hortícolas e as fruteiras, principalmente a banana.

### **Dificuldades persistentes**

Se a favor da agricultura jogam forças e factores como os mencionados na secção anterior, uma análise mais fina mostra que nem sempre se pode avaliar com boa nota tais forças e factores.

Os Programas Municipais de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza padecem de um erro de concepção e implementação que pode provocar efeitos perversos a prazo. Desde logo, a afectação de fundos não obedece a três critérios de diferenciação fundamentais: o tipo e a dimensão dos problemas existentes, o número da população residente e as distâncias aos centros de logística e aprovisionamento condicionadoras dos custos. Como resultado, a maioria dos municípios dispõe de orçamentos idênticos, ainda que um tenha dez vezes mais habitantes que outro ou esteja a uma distância de Luanda (o grande centro abastecedor de quase tudo) que represente o dobro da outra (e muitas vezes em estrada em muito pior estado). Por outro lado, o foco da acção reside na construção e reabilitação de infra-estruturas em prejuízo de dois aspectos fundamentais: a criação de capacidades para geri-las e a promoção do emprego local, pois tais obras são normalmente da responsabilidade de empresas que não deixam suficientes mais-valias no município. A pouca importância conferida à agricultura (regra geral contemplada com cerca de 10 a 12% do orçamento do programa), ao comércio e a outras actividades capazes de fomentar o empreendedorismo local e contribuir para o aumento dos rendimentos dos pobres, como a instalação de oficinas de reparação de automóveis e motorizadas, serrações, carpintarias, alfaiatarias, sapatarias, unidades de construção civil, etc, é outro aspecto que não pode merecer nota positiva.

Vários aspectos se afiguram igualmente problemáticos na forma de implementação do programa de crédito, como a fragilidade institucional e organizacional de bancos e empresas de prestação de serviços, a debilidade do mercado e a falta de capacidade – por vezes associada a desonestidade – de muitos dos prestadores de serviços (comerciantes, proprietários de brigadas de máquinas). O facto da maioria dos agricultores não possuir Bilhete de Identidade, a fraca dispersão das agências bancárias, a inexistência de fornecedores na maioria dos municípios e o elevado índice de analfabetismo fazem com que o acesso ao crédito seja desequilibrado, prejudicando mais as mulheres e quem vive mais afastado das sedes provinciais e dos principais municípios. Com estes constrangimentos, não é de estranhar que ao fim de mais de um ano apenas tenham conseguido acesso ao crédito menos de 2% dos agricultores, a abrangência territorial se limite a cerca de 50% dos municípios e o montante dos reembolsos não chegue a 30% do crédito mutuado. De notar que o programa foi aprovado em Fevereiro de 2009 e os primeiros desembolsos apenas aconteceram em Setembro de 2010.

É difícil de compreender, igualmente, a morosidade na implementação do Programa de Promoção do Comércio Rural, aprovado em 2009 e cuja implementação praticamente ainda não arrancou. Pondo de parte a hipótese de não haver suficiente vontade política, isto só pode ser explicado pelo desconhecimento dos decisores sobre a importância da produção familiar no PIB e na segurança alimentar de quase metade da população, e pelas dificuldades de gestão governativa, que não permite atacar ao mesmo tempo esta questão e as crescentes e complexas exigências de uma modernização da agricultura que tarda a mostrar resultados. Um impacto negativo desta situação é a crescente feminização da agricultura familiar, pois os jovens masculinos tendem cada vez mais a migrar para as cidades, e a sua estagnação tecnológica. Ademais, os progressos na agricultura são afectados pelo facto de neste sector não estarem a ser dados passos no sentido da desconcentração e da descentralização que o país adoptou. Com efeito, o facto de as Estações de Desenvolvimento Agrário permanecerem como órgãos do IDA e, como tal, não dependerem das Administrações, retira aos governantes locais a possibilidade de intervirem naquela que deveria representar, para a maioria dos municípios, a principal actividade económica.

A diversificação da economia pressupõe uma aposta financeira do Estado que tenha a ver com uma nova ideia do seu papel na economia e em particular no desenvolvimento agrícola. Uma análise das verbas atribuídas ao sector através do OGE nos últimos três anos mostra que, quer em percentagem em relação à totalidade do orçamento, quer em termos absolutos, as coisas não estão bem. Em 2009, a verba foi de 1,7 mil milhões de dólares, reduzida em 2010 para 680 milhões e em 2011 para 674 milhões. Em termos percentuais em relação ao todo do OGE, as cifras estiveram sempre a descer, passando de 4,13% em 2009 para 1,41% em 2011, com 1,97% em 2010. O cenário torna-se mais preocupante quando se sabe que as verbas realmente alocadas ficam quase sempre muito abaixo das inscritas no OGE. De acordo com o Ministério da Agricultura, em 2009 apenas foram executados 27% dos montantes do Programa de Investimentos Públicos inscritos no OGE (Ministério da Agricultura, 2010).

Durante os anos de 2009 e 2010, as verbas atribuídas à agricultura familiar assistida pelo IDA permitiram pagar pouco mais que os salários dos funcionários existentes, não tendo sido autorizada a admissão de novos. Isto permite concluir que as verbas do sector foram canalizadas fundamentalmente para o agronegócio

e, de modo marginal, a acções de carácter estruturante. Não existe informação disponível sobre os resultados financeiros da Gesterra e da SOPIR, mas as evidências empíricas são suficientes para se concluir que se está longe de conseguir resultados satisfatórios. Um indicador, por exemplo, é a falta, possivelmente aparente, de interessados na privatização das explorações de Pungo Andongo e da SEDIAC, não obstante os volumes de investimento realizados.

Noutras vertentes, os resultados do agronegócio mostram que a criação de empregos tem muito pouco significado e que as mulheres rurais são as menos contempladas, continuando a penar com o confronto com as dificuldades não superadas da sua actividade. Aliás, não seria de esperar a criação de um volume notório de emprego, pois um dos objectivos do agronegócio é exactamente o de tirar partido da baixa oferta de mão-de-obra num determinado contexto. Finalmente, os resultados técnicos do agronegócio não têm correspondência aos investimentos realizados, pois as produtividades atingidas não se mostram competitivas relativamente às conhecidas em países da África Austral. Isto resulta da falta de recursos por parte da investigação, que em 2010 apenas beneficiou de menos de um milhão de dólares (CEIC, 2011), e também da ausência de coordenação com essa investigação, pois os processos técnicos e tecnológicos conseguidos não são acompanhados pelo Instituto de Investigação Agronómica.

### **Notas finais**

1. Apesar dos progressos registados nos últimos tempos, com a paz e principalmente com a decisão sobre a diversificação da economia, ancorados nos programas de combate à pobreza, descentralização administrativa, extensão rural, crédito agrícola e comércio rural, a agricultura angolana continua a padecer de enfermidades que impedem uma maior participação no PIB e a sua sustentabilidade. Desde logo, é necessário alertar para a dissonância entre as políticas e a legislação, por um lado, e as práticas ligadas às estratégias de execução, por outro. A mais notória diz respeito às verbas atribuídas ao sector no OGE, que têm estado em decréscimo nos últimos anos, exactamente depois da decisão sobre a diversificação da economia. Outra, estreitamente ligada à primeira, é revelada pela secundarização da agricultura familiar, em contradição com o programa do Governo para o

período de 2008 a 2013 e a chamada Estratégia 2025 de Longo Prazo referida como o rumo para a Nação pelo Presidente da República em Outubro de 2011.

2. Apesar da estratégia de desconcentração e descentralização, verifica-se uma tendência inversa de centralização do poder, expressa, por exemplo, no facto de 88% das verbas do OGE de 2011 serem geridas pela administração central. A subordinação central de certos programas e projectos sugere que se tira com uma mão o que se deu com a outra. Dir-se-á que não há capacidades de execução a nível local, o que é verdade. Porém, não se vislumbram medidas ousadas para o reforço das capacidades locais, quer através da capacitação dos recursos existentes, quer da criação de condições atractivas que levem à fixação de quadros que vivem nas cidades.
3. O sector agrícola revela uma fraca capacidade de argumentação e influência junto de instituições chave com poder para conseguir mais recursos que se coadunem com o que dele se espera como contribuição para o PIB. Isto não diz respeito apenas ao Ministério da Agricultura, mas também à falta de organização dos diferentes tipos de produtores e outros actores, como provedores de serviços, por exemplo, em associações representativas ou em federações de cooperativas. Com mais diálogo, com mais capacidade de apresentação de projectos de qualidade e maior capacidade ao nível municipal e provincial, o sector poderia defender o aumento de verbas no OGE, com o argumento de se procurar atingir o compromisso assumido pelo Governo Angolano no contexto do Comprehensive Africa Agriculture Development Programme (CAADP) promovido pelo NEPAD e pela SADC<sup>4</sup>, de investir 10% do PIB na agricultura.
4. A agricultura angolana padece de uma série de mitos que deformam a sua realidade. Um deles diz respeito à ideia das terras férteis. Embora haja hoje abundante informação sobre as pesquisas realizadas ainda no tempo colonial, o entendimento de políticos, empresários mal avisados e certos *opinion makers*, insistem em acenar que Angola tem excelentes condições

---

<sup>4</sup> Ver <http://www.nepad-caadp.net>

maturais para a produção agropecuária, sobretudo pela fertilidade dos seus solos. Num documento preparatório do IV Plano de Fomento para Angola, ainda durante o tempo colonial, elaborado por especialistas portugueses, dizia-se que *“solos ricos do ponto de vista dos nutrientes químicos e de matéria orgânica, profundos, estruturados, com elevada reserva mineral, com elevada capacidade de troca catiónica, com valores de pH adequado e bem drenados, enfim, solos como se encontram no continente sul americano, praticamente não existem em Angola”*<sup>5</sup>. Em mais de 50% do território predominam solos arenosos e noutros 22% ocorrem solos ferralíticos ou paraferalíticos, via de regra ácidos ou muito ácidos e pobres em matéria orgânica, fósforo, azoto e vários micronutrientes. Embora se saiba que no estado actual da ciência e da técnica este é um constrangimento que pode ser resolvido, não deixa de ser importante assinalar o facto para permitir que se pense na necessidade do Governo investir seriamente na melhoria dos solos – o que, seguramente, não custará pouco dinheiro.

5. É legítimo o desejo de modernização da agricultura manifestado pelo Governo. Mas a modernização aparece sempre sobrevalorizada em relação aos outros pilares do desenvolvimento, como, por exemplo, a identidade cultural, a participação e a preservação ambiental, como um bulldozer que tudo pode derrubar, levando os governantes a tomarem decisões políticas que não tenham a mínima fundamentação técnica. Caso não sejam tidos em conta os outros pilares, poderá haver crescimento ancorado na disponibilidade de petrodólares e no voluntarismo dos governantes, mas não certamente um desenvolvimento sustentável, até porque são enormes – e nem sempre entendidos e assumidos – os obstáculos culturais, organizacionais, de gestão, técnicos e tecnológicos que se levantam à modernização acelerada da agricultura angolana.
6. Para que o desenvolvimento agrícola seja sustentável é necessária autoconfiança e auto-estima para o reforço de capacidades e resgate de dinâmicas perdidas, e para a promoção de interacções e actividades colectivas, que permitam recuperar, refazer ou criar relações sociais que

---

<sup>5</sup> Ver IV Plano de Fomento – *Para uma estratégia de desenvolvimento agrário*, Luanda, 1971.



envolvam todos os actores do processo social ligado à agricultura. Doutro modo, o desenvolvimento de Angola ficará reduzido a um conjunto de “ilhas” a boiar num mar de exclusão. Importa reflectir, pois, sobre os perigos do voluntarismo quando se pretende pôr em marcha processos de desenvolvimento, visto que há etapas que têm de ser cumpridas. Angola não poderá enveredar por uma agricultura competitiva a nível internacional, ou desenvolver os pólos agro-industriais pretendidos, por exemplo, se não investir seriamente em alguns sectores fundamentais como o ensino agrícola (a nível médio e superior), a investigação científica e a formação profissional.

7. A promoção do agronegócio, obviamente justa e desejável, não pode ser feita à custa da eliminação da agricultura familiar num país como Angola. Em primeiro lugar, porque a base técnico-científica não o permite. Depois, porque a crise global que atinge a humanidade aconselha que os modelos produtivos e de consumo sejam repensados, exigindo o bom senso que a pequena agricultura seja reconsiderada. Por outro lado, em agricultura, mais do que em qualquer outra actividade económica, não se pode ignorar a lei dos factores limitantes. Por mais recursos financeiros de que se disponha, nada pode substituir a apropriação do desenvolvimento pelos agricultores e em particular, no caso de Angola, pelas agricultoras. Os paradigmas de desenvolvimento que insistiram em processos de substituição em vez dos que propunham o conhecimento, a adaptação e a transformação, falharam porque geraram situações socialmente injustas, economicamente ruinosas e politicamente perigosas
8. Entre as várias soluções para, a prazo, transformar a agricultura de subsistência e combater a exclusão social, particularmente das mulheres agricultoras e acabar com a estrutura “dualista” arcaica que ainda caracteriza a agricultura angolana, afigura-se bastante judiciosa a abordagem unimodal do desenvolvimento agrário que procure conciliar, na medida do possível, os interesses de todos os actores em parcerias mutuamente vantajosas, com base num diálogo sério e isento de preconceitos, sob a arbitragem do Estado (Negrão, 2002).

## Referências

- ACP Observatory on Migration (2010) – disponível em <http://www.acpmigration-obs.org/>, acessado em Agosto 2011.
- African Economic Outlook (2011) disponível em <http://www.africaneconomicoutlook.org/en/>, acessado em Agosto 2011
- CEIC/UCAN (2009) – RELATÓRIO ECONÓMICO ANUAL DE ANGOLA 2008, Universidade Católica de Angola, Luanda.
- CEIC/UCAN (2010) – RELATÓRIO ECONÓMICO ANUAL DE ANGOLA 2009, Universidade Católica de Angola, Luanda.
- CEIC/UCAN (2011) – RELATÓRIO ECONÓMICO ANUAL DE ANGOLA 2010, Universidade Católica de Angola, Luanda.
- Diniz, Alberto Castanheira (1998). “Angola o Meio Físico e Potencialidades Agrárias”, Instituto da Cooperação Portuguesa.
- FAO Statistical Yearbook (2010) – <http://www.fao.org/economic/ess/ess-publications/ess-yearbook/ess-yearbook2010/en/> acessado em Agosto 2011.
- INE (2010) – *Inquérito Integrado sobre o Bem-estar da População – 2010*, Ministério do Planeamento, Luanda.
- MINADER (2007) – Relatório da Campanha Agrícola 2005/06
- MINADER (2008) – Relatório da Campanha Agrícola 2006/07
- MINAGRI (2009) – Relatório da Campanha Agrícola 2007/08
- MINADERP (2010) – Resultados da 1.<sup>a</sup> Época e estimativas da Campanha Agrícola 2008/09
- MINADERP (2009) – Plano Bienal do Sector Agrário (2010/2011)
- Negrão, José (2002) – A indispensável terra africana para o aumento da riqueza dos pobres, Maputo, Julho (ciclostilado).
- Neto, J. F.C.; F. O. Baptista e C. Cabral (2006) – “Angola: Agriculturas e Alimentação”, em Angola – Agricultura, Recursos Naturais e Desenvolvimento Rural, Vol. I, Ilídio Moreira (org.), Isa Press, Lisboa.

Contribuição para o debate sobre a sustentabilidade da agricultura angolana

ONU DP (Departamento das Nações Unidas para Assuntos Económicos e Sociais, Divisão de População) (2010) – *World Urbanization Prospects: The 2009 Revision Population Database*, <http://esa.un.org/wup2009/unup/index.asp?panel=1>, acedido em Agosto 2011.

República de Angola (2010) – Relatório Fundamentado do Orçamento Geral do Estado (OGE 2011).

República de Angola (2009) – Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (ENSAN).

Simões, Joaquim Cardoso (1972) – *A comercialização como factor de promoção social em Angola*, Edição do Fundo de Comercialização, Luanda.



# Planeamento de canais de comercialização: O caso do agro-negócio do azeite em Portugal

Rui Fragoso<sup>1</sup>

## **Resumo**

Sendo os canais de comercialização determinantes para a competitividade das empresas nas cadeias de valor do agro-negócio, neste artigo propõe-se um modelo de planeamento dos canais de comercialização que considere também os custos de transacção. O modelo integra uma fase de diagnóstico e uma fase de decisão e é feita a sua aplicação ao agro-negócio do azeite em Portugal. A fase de diagnóstico compreende a análise da cadeia de valor, dos canais de comercialização, das características das transacções e do ambiente institucional. A fase de decisão sistematiza a selecção do canal, enquadrando a informação do diagnóstico numa análise qualitativa custo-benefício, com base na resolução de um problema multi-critério de ordenação de preferências.

## **Palavras-chave**

Canais de comercialização, agro-negócio, custos de transacção, custo-benefício, multi-critério

## **Abstract**

The market channels are very important to the competitiveness of agribusiness chain value. Then this article proposes a planning model for the market channels of the firm which also considers the transaction costs. The model has two stages, the diagnostic and decision, and it is applied to the olive oil agribusiness in Portugal. The diagnostic includes the analysis of the value chain, the market channels, the institutional ambience and the characteristics of transactions. In the decision stage, the market channels are selected according to the information

---

<sup>1</sup> Professor auxiliar com agregação, Departamento de Gestão, CEFAGE-UE, Universidade de Évora, [rfragoso@uevora.pt](mailto:rfragoso@uevora.pt)

of the diagnostic in a cost-benefit analysis which is solved through a multi-criterion problem of ordering preferences.

**Key Words**

Market channels; agribusiness; transaction costs; cost-benefit; multi-criterion.

**1. Introdução**

Quando existe pressão competitiva e poucas barreiras à entrada de concorrentes, os canais de comercialização que se desenvolvem ao longo do tempo são as melhores formas de organização para garantir a satisfação dos consumidores, o retorno das transacções e a realização das adaptações decorrentes de alterações do ambiente institucional (Stern *et al.*, 1996).

Deste modo, a utilização nas empresas dos canais de comercialização mais adequados aos seus objectivos e aos seus recursos é um factor de competitividade importante, que para além de permitir melhores retornos nas transacções, determina uma coordenação mais eficiente da cadeia de valor, que pode conduzir a uma diminuição dos custos dos agentes envolvidos e por conseguinte traduzir-se em preços mais baixos para o consumidor final.

No agro-negócio assiste-se a uma forte concorrência entre os agentes de alguns segmentos, nomeadamente, da produção, que tem como consequência a diminuição do seu poder negocial nas transacções. A marginalização das retribuições das produções agrícolas e a valorização institucional das funções ambientais e sociais dos agricultores tem determinado o aparecimento de novas ofertas rurais complementares de cariz não agrícola e por conseguinte de novos canais de comercialização. No que diz respeito ao comportamento dos consumidores, é de registar uma procura crescente por produtos alimentares de baixo custo e simultaneamente por produtos alimentares diferenciados por aspectos ambientais, culturais, de segurança alimentar e de rastreabilidade.

No planeamento dos seus canais de comercialização, a empresa define quais são as actividades que quer verticalizar, as actividades que pretende delegar no exterior e quem são os agentes em quem vai delegar essas actividades. Portanto, trata-se de decidir acerca de quem e como vão ser desempenhadas as funções de comercialização. O problema é assegurar os fluxos de comercialização mais eficazes

que ligam os agentes no canal até ao consumidor final da forma mais eficiente e por conseguinte ao menor custo.

Nesse contexto, o planeamento dos canais de comercialização assume um papel determinante na competitividade das empresas do agro-negócio, que pode ser enquadrado especificamente pelas seguintes questões:

- a) Qual é o posicionamento relativo dos agentes na cadeia de valor?
- b) Quais são as alternativas de canais de comercialização e como garantem os fluxos e as funções de comercialização?
- c) Como é que os custos de transacção influenciam as diferentes alternativas de canais de comercialização?

Corey *et al.* (1989) definem os canais de comercialização como redes de agentes em que os produtos se deslocam desde o produtor até ao consumidor final. Stern *et al.* (1996) juntam a esta perspectiva de distribuição física do produto, o papel dos canais de comercialização no estímulo ao consumo, através das acções de promoção e da actuação interdependente das organizações. Berman (1996), acrescenta a necessidade dos agentes dos canais de comercialização terem de partilhar objectivos e estarem sujeitos a acções de coordenação e ao apoio de entidades facilitadores sem funções de negociação no canal. Pelton *et al.* (1997), concebem os canais de comercialização como relações de troca que criam valor e disponibilizam produtos para o consumidor. E por último, a perspectiva de Rosembloon (1999), que considera que os canais de comercialização são uma organização externa que a empresa utiliza para atingir os seus objectivos comerciais.

É comum nessas perspectivas sobre os canais de comercialização o enfoque em garantir as funções de comercialização e na realização das transacções. No entanto, apenas Stern *et al.*, (1996) e Rosembloon (1999) fazem referência a aspectos da Economia dos Custos de Transacção (ECT). No primeiro a actuação interdependente das organizações no canal, não é mais do que formas de governança das transacções. O segundo, ao considerar que a empresa delega funções em agentes exteriores, está a admitir que existem custos transacção por se operar no mercado.

Para responder ao problema do planeamento dos canais de comercialização da empresa no agro-negócio, propõe-se um modelo de caracterização e selecção de canais de comercialização que considere de forma explícita na sua estrutura os custos de transacção e procede-se à sua aplicação à produção do azeite em Portugal.

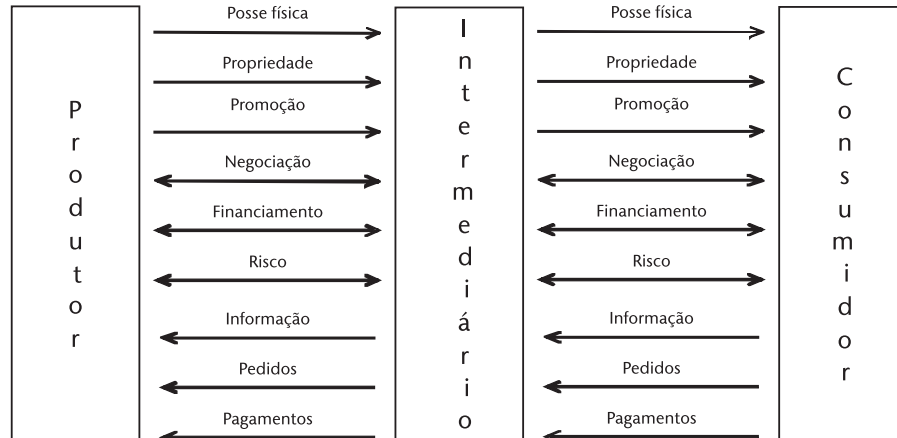
O objectivo é dispor de um instrumento de análise, estruturado e abrangente, que permita identificar as melhores alternativas de canais de comercialização, incluindo as formas de governança das transacções e exemplificar a sua aplicação no contexto de uma empresa do agro-negócio.

Para além desta introdução, o artigo inclui o referencial teórico com os principais conceitos que fundamentam o modelo proposto, a descrição da estrutura do modelo, a sua aplicação ao agro-negócio do azeite em Portugal e a conclusão.

## 2. Referencial teórico

Quando a empresa planeia os seus canais de comercialização decide acerca de quem vai desempenhar e como vão ser desempenhadas as funções de comercialização. O objectivo é assegurar os seguintes fluxos de comercialização, que promovem as ligações entre os agentes no canal (Figura 1).

Figura 1 – Fluxos de comercialização nos canais



Uma vez definidos os fluxos de comercialização, importa definir a estrutura do canal, para saber quem são os agentes responsáveis pela realização das actividades de comercialização que a empresa delegou no exterior. Rosembloom (1999) define a estrutura do canal como o grupo de agentes a quem estão afectas um conjunto de actividades de comercialização. De acordo com Wren (2007), as decisões sobre a estrutura do canal envolvem aspectos como a extensão do canal,



a intensidade da distribuição, o número de canais que existem no mercado e os tipos de intermediários.

Nos canais directos não existem intermediários entre o produtor e o consumidor, uma vez que a empresa opta por integrar verticalmente a realização das actividades de comercialização. Os canais indirectos repartem as actividades de comercialização por vários intermediários entre o produtor e o consumidor (produtor, grossista, retalhista e consumidor), o que permite reduzir as necessidades financeiras de cada um e que se concentrem nas suas competências específicas, apesar de exigir um maior esforço de coordenação das actividades.

Os canais de comercialização apesar de terem objectivos colectivos que aumentam as relações de cooperação e de interdependência, os agentes desses canais têm os seus próprios objectivos individuais, o que gera conflitos e relações de poder. De acordo com Coughlan *et al.* (2001), o poder no canal representa a capacidade de um agente para influenciar a actuação dos outros agentes no canal a seu favor e pode ser avaliado em termos do poder de recompensa em resultado da alteração do comportamento, do poder coerção, do poder de especialidade que está relacionado com os conhecimentos e competência do agente influenciador, o poder de legitimidade ou de padrão dominante e o poder de referência ou de posicionamento.

Segundo Coase (1937), a utilização do mercado traz custos para a empresa que podem ser evitados através da integração vertical da sua actividade. Williamson (1985), define os custos de transacção como os custos que é necessário incorrer para efectuar uma troca no mercado entre duas empresas ou entre estágios de integração vertical na mesma empresa, considerando que a informação é imperfeita e tem custos.

Estes custos podem ocorrer antes ou depois da efectivação da transacção. Os primeiros, designados de custos *ex-ante*, são relativos aos custos de informação e negociação necessários para que a transacção se efective. Os segundos, designados de custos *ex-post*, têm a ver com os custos de controlo, acompanhamento jurídico e de renegociação. Estes custos são interdependentes e têm origem na imperfeição e assimetria da informação e na racionalidade limitada dos agentes.

Um dos principais contributos da ECT para os canais de comercialização, é que permite ajudar a planear a forma mais eficiente das empresas se relacionarem no canal. Williamson (1985), propõe três formas básicas de organização ou de

governança das transacções, que são o mercado spot, as formas híbridas coordenadas através de contratos formais ou informais e as formas hierárquicas de integração vertical, sendo o mercado *spot* a que está associada aos custos de transacção mais elevados.

Segundo Klein *et al.* (1990), a análise dos custos de transacção permite compreender porque é que as empresas procedem à integração vertical das actividades que realizam com menores custos e delegam no mercado as actividades em que outros agentes apresentam vantagens competitivas. A ECT coloca a transacção como um problema de relacionamento eficiente entre empresas, em que o elemento diferenciador é a presença de activos específicos tangíveis e intangíveis necessários à efectivação da transacção (Heide e John, 1988).

Segundo Williamson (1985) e Hobbs & Young (1999), os custos de transacção estão associados aos pressupostos comportamentais do oportunismo e da racionalidade limitada e dependem das características das transacções, nomeadamente, da especificidade dos activos envolvidos, da incerteza que as envolve, da frequência com que se realizam e das limitações do ambiente institucional.

O oportunismo ocorre quando uma das partes envolvidas na transacção age tendo em conta apenas o seu próprio interesse e não cumpre o contrato. A ECT estabelece que a redução dos comportamentos oportunistas contribui para melhorar o desempenho da transacção (Lui *et al.*, 2008).

A racionalidade limitada prende-se com a incapacidade cognitiva dos indivíduos para prever todas as situações futuras quando fazem um contrato, que conduz a lacunas nos contratos que posteriormente podem levar à ocorrência de comportamentos oportunistas. Essas lacunas geralmente estão associadas ao esquecimento de aspectos relevantes e à existência de termos ambíguos, de assimetria de informação e de custos elevados com a redacção de contratos complexos.

A especificidade dos activos é a característica que mais influencia os custos de transacção e está relacionada com a perda de valor dos investimentos realizados para uma dada operação no caso da transacção não se realizar ou de haver uma denúncia do contrato. Nesta situação há uma perda do valor do activo quando é afecto numa segunda opção. Portanto, activos específicos, são activos que não podem ser afectos a usos alternativos sem uma perda substancial do seu valor (Peterson *et al.*, 2001).

Perante um investimento muito específico, uma das partes pode tentar apropriar-se de parte da renda desse investimento, renegociando o acordo a seu favor, uma vez que sabe que a outra parte tem poucas alternativas de o viabilizar.

Numa transacção podem identificar-se os activos produtivos que servem para produzir o produto, os activos que servem de suporte ao fluxo físico do produto, os activos necessários à recepção do produto e o próprio produto. Segundo Williamson (1985), a especificidade dos activos pode estar relacionada com a economia de transporte e dos stocks (especificidade de localização), com activos fixos necessários (especificidade dedicada), com o tempo disponível para a efectivação da transacção (especificidade temporal), com a especificidade dos recursos humanos, com a especificidade tecnológica ou com o posicionamento da empresa ou do produto no mercado (especificidade de marca).

A incerteza está associada a efeitos imprevisíveis a que não é possível corresponder uma função de distribuição de probabilidades. Na ECT a incerteza é tratada como os distúrbios externos que afectam as transacções e em que destacam os factores políticos, económicos, sociais e tecnológicos que caracterizam o ambiente institucional. A incerteza amplia as falhas dos contratos e por conseguinte aumenta os custos de transacção. Nas transacções envolvidas em ambientes de maior incerteza, é superior a probabilidade de existir renegociação do contrato e a necessidade de recorrer a mecanismos de fiscalização e coordenação mais complexos (Bello e Lohtia, 1995).

A frequência indica o número de vezes que ocorre a transacção. Quanto maior for a frequência menores são os custos fixos médios com a recolha de informação e com a elaboração de contratos complexos para evitar comportamentos oportunistas. Nos casos em que a frequência das transacções é elevada, os agentes tem menos interesse em agir de forma oportunista, porque isto poderia implicar a interrupção da transacção e por conseguinte a perda de reputação e de ganhos futuros. Frequências elevadas estimulam a adopção de estruturas de governança das transacções mais complexas, nomeadamente, contratos de longo prazo ou integração vertical.

Após Williamson, a ECT tornou-se numa das perspectivas dominantes no estudo da gestão das organizações e tem sido utilizada em muitas aplicações empíricas nas áreas da governança e da gestão estratégica (David e Han, 2004; e Shervani *et al.*, 2007) e de que são exemplo os trabalhos de integração da produção na empresa

de Gulati *et al.* (2005), Hoctker (2005) e Jacobides e Winter (2005) ou os trabalhos sobre a coordenação das relações entre as organizações de White e Lui (2005). No agro-negócio, Modelli & Zylbersztajn (2008) explicam as formas de governança das transacções com base no teste de hipóteses da ECT. Batalha (2009), propõe um método bastante simples, que consiste em cruzar as principais características do agro-negócio com as funções de comercialização.

### **3. Metodologia**

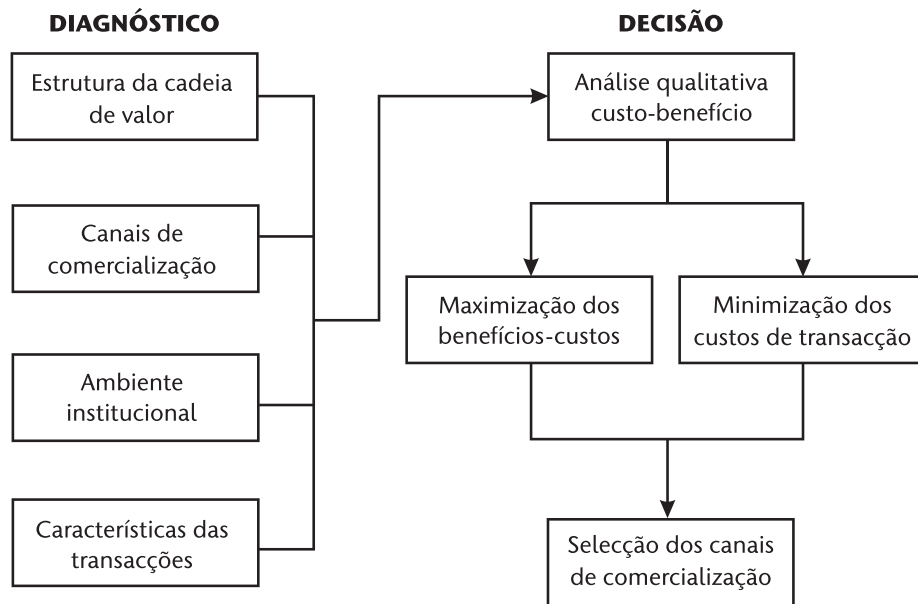
Para sistematizar o planeamento dos canais de comercialização nas empresas do agro-negócio propõe-se um modelo de caracterização e selecção de canais baseado no referencial teórico tradicional dos canais de comercialização (Stern *et al.*, 1996; Berman, 1996; Rosembloon, 1999; Kotler, 2000) e na ECT (Coase, 1937; Williamson, 1981, 1985 e 1996; e Hobbs, 1995).

O modelo de Stern *et al.* (1996) incide na determinação do tipo de serviços que podem assegurar a satisfação dos consumidores, das actividades de marketing e de logística necessárias a esses serviços e das empresas que têm melhores condições para as desempenhar. É um modelo muito detalhado e baseado na segmentação e na determinação do mercado alvo. O modelo de Berman (1996) envolve a selecção das melhores estruturas de comercialização, tendo em conta a profundidade do canal e as características de cada agente do canal. O principal contributo do modelo de Rosembloon (1999), é que tem em conta o papel da distribuição na estratégia e nos objectivos da empresa e no seu marketing-mix. O modelo de Kotler, a partir das necessidades dos consumidores, procede à avaliação e selecção de alternativas de canal, tendo em conta as funções de comercialização e o lucro do canal. O modelo de Neves *et al.* (2001), para além de fazer uma revisão dos anteriores quatro, é específico do agro-negócio e é o único que incorpora na sua estrutura a economia dos custos de transacção.

O modelo que é proposto inspira-se nos trabalhos de Neves *et al.*, de Kotler, Modelli e Zylbersztajn (2008), Batalha (2009) e na análise qualitativa custo-benefício de Verhaegen e Huylenbroeck (2001). Relativamente aos anteriores tem as particularidades de ser específico para o agro-negócio, de incorporar de forma explícita na sua estrutura os custos de transacção e de fornecer uma ajuda à

decisão na selecção dos canais de comercialização da empresa. A sua estrutura de organização é apresentada na figura seguinte.

Figura 2. Estrutura do modelo de planeamento de canais de comercialização



O modelo é composto por uma etapa de diagnóstico e outra de decisão. Na etapa de diagnóstico caracterizam-se as diferentes alternativas de canais de comercialização. Na etapa de decisão procede-se à selecção dos canais com base na informação do diagnóstico, que é enquadrada numa análise qualitativa custo-benefício, tendo em conta a minimização dos custos de transacção e a maximização da relação benefícios-custos.

### 3.1. Etapa de diagnóstico

A etapa de diagnóstico desenvolve-se em quatro fases, que incluem as análises da estrutura da cadeia de valor, dos canais de comercialização, do ambiente institucional e das características das transacções.

Gereffi *et al.* (2005) define cadeia de valor como o processo que combina tecnologia, matérias-primas e trabalho para processar, comercializar e distribuir os

produtos. Segundo Kogut (1985), a empresa pode ter apenas uma ligação a este processo em determinada fase do seu fluxo ou estar fortemente associada através de restrições verticais ou da integração vertical das actividades.

A análise de estrutura da cadeia de valor consiste em definir nesse processo a posição relativa dos agentes com funções de negociação em termos dos fluxos desde os fornecedores até aos consumidores finais. Esta análise é também uma primeira aproximação ao negócio e pretende evidenciar os principais aspectos relacionados com o aprovisionamento, com a produção e com o processo de comercialização, como as características dos concorrentes, a garantia de matérias-primas e o acesso aos mercados.

A análise dos canais de comercialização tem como objectivo caracterizar os canais da empresa em termos da garantia dos fluxos de comercialização, da possibilidade da empresa exercer poder no canal e dos custos de comercialização. A análise inicia-se com a identificação dos canais de comercialização da empresa, tendo em conta simultaneamente o agente envolvido e a forma de governança da transacção.

Os fluxos de comercialização são agrupados em fluxos de produção, de comunicação, de informação para a empresa e financeiros e são avaliados através das funções de comercialização. No fluxo de produto consideram-se as funções associadas à gestão dos stocks, transporte, transformação e serviço-pós venda. No fluxo de comunicação integram-se as funções relacionadas com o mix da comunicação do produto. No fluxo de informação do mercado para a empresa e nos fluxos financeiros consideram-se as funções relacionadas com a partilha de informação na cadeia de valor e com os aspectos financeiros e de garantia de valor, respectivamente.

Para avaliar o poder de canal considera-se a influência da empresa no canal tendo em conta as diversas formas de poder, nomeadamente, de coerção, recompensa, especialidade, legitimidade e de referência.

Os custos do canal são avaliados em termos dos custos de produção e de comercialização, onde se inclui os custos de comunicação, de encomenda, de distribuição física, e com as margens dos distribuidores.

A análise do ambiente institucional avalia os factores políticos e legais, económicos, sócio-culturais e tecnológicos (Johnson e Scholes, 1997; Mintzberg, 1994; e Stern *et al.*, 1996) e é realizada para cada alternativa de canal, em termos das ameaças que aumentam a incerteza que envolve a transacção.

A análise das características das transacções compreende para cada alternativa de canal, a análise da especificidade dos activos e dos custos de transacção.

A análise da especificidade dos activos é feita genericamente em termos da especificidade dedicada, de localização, do capital humano, da tecnologia e da marca e a partir dos seus resultados avalia-se se é possível reduzir os custos de transacção, introduzindo formas alternativas de governança, que dão origem a novas alternativas de canais de comercialização no modelo. A avaliação dos custos transacção é feita considerando os custos *ex-ante* com os custos de informação, negociação e elaboração de contratos e os custos *ex-post*, com o controlo das disposições acordadas, renegociações e disputas legais.

A informação para a análise de estrutura da cadeia de valor é recolhida através da análise documental de estatísticas oficiais e de estudos e monografias e da realização de entrevistas não estruturadas ou semi-estruturadas a empresários, gestores ou investigadores com conhecimento do agro-negócio objecto de estudo. As análises dos canais de comercialização, do ambiente institucional e das características das transacções devem ser realizadas, sempre que possível, no contexto da empresa, tendo por base a aplicação de um questionário aos dirigentes ou gestores dos departamentos comercial ou da produção.

### **3.2. Etapa de decisão**

No modelo proposto, a etapa de decisão inspira-se na análise qualitativa custo-benefício que Verhaegen e Huylenbroeck (2001) realizam para avaliar seis canais de comercialização do agro-negócio na Bélgica, tendo também em conta os custos de transacção. Nesta análise a selecção do canal apoia-se nos acréscimos ( $\Delta$ ) de lucro ( $\pi$ ) que se obtêm com a mudança de canal.

No modelo que é proposto, os pressupostos da análise custo-benefício de Verhaegen e Huylenbroeck enquadram a decisão de selecção dos canais de comercialização no âmbito de um problema multi-critério de ordenação de preferências, tendo em conta a maximização dos benefícios-custos e a minimização dos custos de transacção. A análise é realizada em termos qualitativos devido à dificuldade que existe em quantificar os custos de transacção, recorrendo ao método ELECTRE III, com base nos resultados da etapa de diagnóstico.

No problema de decisão multi-critério pretende-se ordenar a selecção dos canais de comercialização da empresa, tendo em conta a maximização dos critérios

que se relacionam com os benefícios e a minimização dos critérios que se relacionam com os custos, incluindo os custos de transacção. Os critérios relacionados com os benefícios incluem o preço de venda, as quantidades vendidas, o desempenho das funções de comercialização, o poder da empresa no canal. Os critérios relacionados com os custos compreendem os custos do canal, os custos de transacção e a incerteza que decorre do ambiente institucional.

O método ELECTRE (Elimination et Choix Traduisant la Réalité), como filosofia de ajuda à decisão, foi concebido por Roy (1968 e 1991) para colmatar deficiências que as soluções dos métodos tradicionais apresentavam. Diferentes versões têm sido desenvolvidas, nomeadamente, com as designações de ELECTRE I, II, III, IV e TRI (Roy, 1993 e 1996; Buchanan *et al.*, 1999; Damaskos & Kalfakakou, 2005; e Dias *et al.*, 2010). Os princípios fundamentais são os mesmos, residindo as suas diferenças em aspectos operacionais relacionados com o tipo de problema de decisão. Neste caso optou-se por usar o ELECTRE III.

O objectivo é, dado o conjunto  $A = \{a_1, a_2, \dots, a_k\}$  das  $k$  alternativas de canais de comercialização, obter o conjunto ordenado  $B = \{b_1, b_2, \dots, b_q\}$  das alternativas de  $A$  de acordo com as preferências avaliadas pelos critérios  $F = \{g_1, g_2, \dots, g_n\}$ , desde que  $q \geq 2$  e  $n \geq 3$ . O ELECTRE parte do pressuposto que cada critério  $g_j \in F$  é um pseudo-critério que está associado a um limiar de indiferença  $q_j$  e a um limiar de preferência  $p_j$ , em que  $p_j \geq q_j \geq 0$ . Estes parâmetros são introduzidos no modelo para acautelar imperfeições dos dados e arbitrariedades na avaliação dos critérios.

No ELECTRE III, a ordenação das preferências assenta no cálculo da matriz dos índices de credibilidade  $\sigma_s$ , que é calculada com base nas matrizes dos índices de concordância  $C$  e dos índices de discordância  $d_j$ .

Os índices de concordância  $c_j(a, a')$  indicam para cada critério  $j$  o quanto a alternativa  $a$  é preferida à alternativa  $a'$  e o seu cálculo é dado por:

$$c_j(a, b) = \begin{cases} 1 \Rightarrow g_j(a) - g_j(a') > q_j \\ 0 \Rightarrow g_j(a) - g_j(a') \leq -p_j \\ 0 < \frac{p_j + g_j(a) - g_j(a')}{p_j - q_j} < 1 \Rightarrow -p_j < g_j(a) - g_j(a') \leq -q_j \end{cases}$$



Os índices totais de concordância  $C(a, a')$  resultam da soma dos índices individuais de cada critério  $c_j(a, a')$  ponderada pela sua importância relativa

$$k_j: C(a, a') = \frac{\sum_{j=1}^n k_j \cdot c_j(a, a')}{\sum_{j=1}^n k_j}$$

O índice de discordância  $d_j(a, a')$  expressa a oposição à preferência de  $a$  em relação a  $a'$  relativamente ao critério  $j$  e está associado ao limiar de veto  $v_j$ :

$$d_j(a, b) = \begin{cases} 0 & \Rightarrow g_j(a) - g_j(a') \geq -p_j \\ 1 & \Rightarrow g_j(a) - g_j(a') < -v_j \\ 0 < \frac{g_j(a) - g_j(a') + p_j}{p_j - v_j} < 1 & \Rightarrow -v_j \leq g_j(a) - g_j(a') < -p_j \end{cases}$$

O índice de credibilidade  $\sigma_s$  traduz a força da superioridade de  $a$  em relação a  $a'$ , i.e.,  $aSa'$  tendo em conta todos os critérios do conjunto  $F$  e é calculado por:

$$\sigma_s(a, a') = \begin{cases} C(a, a') \Rightarrow d_j \leq C(a, a') \forall j \\ C(a, a') \cdot \prod_{j \in j(a, a')} \frac{1 - d_j(a, a')}{1 - C(a, a')} \Rightarrow d_j > C(a, a') \forall j \end{cases}$$

O passo seguinte do ELECTRE III consiste em proceder à selecção e à ordenação das alternativas com base na matriz dos índices de credibilidade e no nível mínimo de credibilidade  $\lambda$  julgado como necessário pelo decisor, que é geralmente fixado no intervalo  $[0.5, 1]$ . Deste modo a relação  $aSa'$  pode ser caracterizada através das seguintes relações binárias:

- $\lambda$ -superioridade  $\rightarrow aS^\lambda a' \Leftrightarrow \sigma(a, a') \geq \lambda$ , um índice de credibilidade superior ao limite de credibilidade indica que a alternativa de canal  $a$  é pelo menos tão boa como  $a'$ ;
- $\lambda$ -preferência  $\rightarrow aP^\lambda a' \Leftrightarrow \sigma(a, a') \geq \lambda \wedge \sigma(a', a) < \lambda$ , nesta relação o índice de credibilidade de  $a$  é superior ou igual ao limite de credibilidade e no caso de  $a'$  é inferior, o que faz que  $a$  seja preferida em relação a  $a'$ ;
- $\lambda$ -indiferença  $\rightarrow aI^\lambda a' \Leftrightarrow \sigma(a, a') \geq \lambda \wedge \sigma(a', a) \geq \lambda$ , neste caso verifica-se simultaneamente a relação de superioridade de  $a$  sobre  $a'$  e de  $a'$  sobre  $a$ ;

- $\lambda$ -incomparabilidade  $\rightarrow aR^\lambda a' \Leftrightarrow \sigma(a, a') < \lambda \wedge \sigma(a', a) < \lambda$ , quando não é possível validar nenhuma relação de superioridade entre alternativas de decisão, a relação que se estabelece entre elas é de incomparabilidade.

Com base nessas relações, através de um processo de destilação ascendente e de um processo de destinação descendente obtêm-se dois vectores de ordenação das alternativas  $B_1$  e  $B_2$ , resultando da intercepção desses dois vectores o conjunto das alternativas ordenadas pelas relações de preferência  $B = B_1 \cap B_2$ .

#### 4. Resultados

Nesta secção de resultados procede à aplicação do modelo proposto ao planeamento dos canais de comercialização numa empresa do agro-negócio do azeite em Portugal. A escolha do azeite deve-se à sua importância estratégica no contexto do agro-negócio nacional e às condições de acesso aos dados.

Depois de enquadrar o agro-negócio do azeite através da análise da estrutura da cadeia de valor, recorrendo a dados estatísticos, a monografias e à opinião de especialistas, procedeu-se às análises dos canais de comercialização, do ambiente institucional e das características das transacções com base na realização de uma entrevista junto de uma organização representativa da produção de azeite em Portugal. Posteriormente, para a selecção dos canais realizou-se uma análise qualitativa custo-benefício, através da formulação e resolução de um problema multicritério pelo método ELECTRE III.

##### 4.1. Análise da estrutura da cadeia de valor

Cerca de 95% da superfície de olival oleícola está localizada nos países da Bacia do Mediterrâneo e os países da União Europeia (UE), representam 75% da produção Mundial de azeite. Espanha, Itália, Portugal e Tunísia são responsáveis por 90% das exportações mundiais de azeite, sendo a Itália o maior exportador. Portugal ocupa um lugar de destaque, sendo o quarto produtor da UE com mais de 2% da produção mundial.

Em 2008 a produção utilizável de azeite em Portugal foi 37 mil toneladas, o consumo foi 72 mil toneladas e o comércio internacional registou 78 mil toneladas

de importações e 40 mil toneladas de exportações (INE, 2010). Entre 1998 e 2008 a produção e o consumo mantiveram-se relativamente estáveis, esperando-se nos próximos anos um aumento substancial da produção decorrente dos investimentos realizados em novas plantações de olival e na modernização de lagares, que deverá inclusivamente permitir ultrapassar a auto-suficiência. Os preços têm vindo a baixar, em grande parte devido ao aumento das áreas de olival e à melhoria da produtividade, especialmente em Espanha (GPP, 2007).

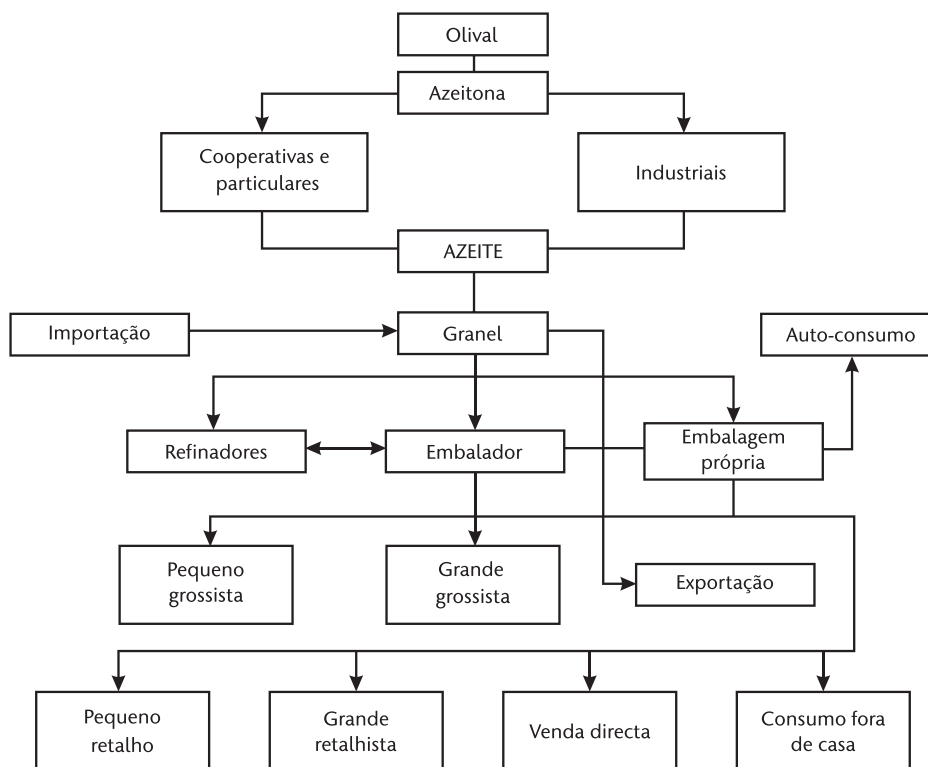
A partir das Contas Económicas da Agricultura do INE (2009), dos Quadros de Pessoal do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (2008), do Anuário da Nielsen (2008) e das Estatísticas Agrícolas (2009) estima-se que a produção de azeitona contribua com 1,6% do total da produção do ramo agrícola a preços base (2004-2009), que a produção de azeite represente 1,7% das vendas de toda a indústria alimentar (CAE-Rev3 – 10) portuguesa, que as vendas de azeite no retalho atinjam 0,9% das vendas totais das lojas do retalho direccionadas para o consumo em casa e que as importações e as exportações ascendam a mais de metade do comércio externo de gorduras e óleos animais e vegetais.

Na Figura 3 apresenta-se a estrutura simplificada da cadeia de valor do azeite, onde é possível identificar como é que se processam os fluxos de produto desde o aprovisionamento até ao consumo.

Na base da cadeia de valor, está o olival e a produção de azeitona oleícola, que em 2007 abrangia uma área de 368,4 mil hectares, distribuída por um elevado número de explorações com dimensão relativamente reduzida (2,4 ha) e concentrada nas regiões agrárias de Trás-os-Montes, Alentejo e Beira Interior Segundo (GPP (2007).

A maior parte dos lagares são de produtores industriais (67%) e transformam 63% da produção da azeitona. Seguem-se as cooperativas (26%) e os lagares particulares (6%), que representam 35% e 3% da azeitona transformada (GPP, 2007). Entre os maiores produtores e embaladores de azeite em Portugal encontram-se o Grupo Sovena da holding Nutrinveste, a holding Unilever – Jerónimo Martins (ULJM), a Alcides Branco & Companhia de Santa Maria da Feira, a CIPACEL – Comércio e Indústria de Azeites Central Lousanense, SA e a Cooperativa Agrícola de Moura no Alentejo. Estes cinco produtores são responsáveis pelo fornecimento de mais de 80% do azeite consumido em Portugal, segundo estimativas realizadas com base em dados da Nielsen (2008) e da Autoridade da Concorrência (2010).

Figura 3. Estrutura da cadeia de valor do azeite



Fonte: GPPA, 2007 e Esteves, 2009

Cerca de 84% do azeite produzido em Portugal é da categoria extra-virgem, que é extraído por processos mecânicos e tem um grau de acidez inferior 0,8 graus (INE, 2010). Para além da transformação da azeitona em azeite, os produtores também importam a azeite a granel, sendo os azeites comercializados a granel e embalado.

O azeite a granel é vendido fundamentalmente pelas cooperativas e pelos particulares, que não dispõem de embalagem própria ou que têm maiores dificuldades de logística ou de comercialização, aos grandes embaladores que também são produtores industriais. O azeite embalado, dependendo do poder de canal do produtor e das suas marcas, é canalizado para os grandes grossistas (Makro Cash & Carry), pequenos grossistas regionais, retalho tradicional, grandes grupos retalhistas, a venda directa, e para o consumo fora de casa.

As marcas Gallo e Condestável da ULJM e Oliveira da Serra da Nutrinveste representam metade valor das vendas do retalho (Nielsen, 2008). Ultimamente verificou-se um aumento significativo das marcas dos distribuidores (Carrefour, Jerónimo Martins e Lidl), que têm contribuído para diminuir a concentração das marcas dos produtores (Autoridade da Concorrência, 2010). As marcas de Denominação de Origem Protegida (DOP), das cooperativas agrícolas e dos particulares têm vindo a perder quota de mercado e representam actualmente menos de 3% (GPP, 2007).

O consumo mundial de azeite tem vindo a aumentar, sendo a exportação uma aposta importante da produção portuguesa que caminha para a auto-suficiência. No período de 1998 e 2008, as exportações de azeite cresceram a uma taxa média anual de 3,6%. Entre os países de destino destacam-se o Brasil (59%) e a Espanha (17%) e os restantes países de Língua Oficial Portuguesa, a Venezuela e e os Estados Unidos, com volumes muito inferiores, mas com grande potencial de crescimento.

#### **4.2. Análise dos canais de comercialização**

Na empresa seleccionada para o estudo todo o azeite produzido é azeite virgem, sendo comercializado 20% a granel e 80% embalado sob a marca do produtor que está enquadrada por uma DOP. No quadro 1 apresentam-se as características genéricas dos seus canais de comercialização, que são a venda de azeite a granel aos grandes produtores nacionais (C01), a venda aos grandes grupos retalhistas (C02), a venda directa em loja própria (C03), a venda aos grandes grossistas (C04), a venda aos pequenos grossistas e retalhistas (C05) e as vendas para exportação, diferenciadas em função do destino Brasil e África (C06) e Estados Unidos da América e Europa (C07) devido a diferentes exigências nas encomendas e nível de preço.

Metade das vendas é realizada através dos canais C02 e C04. O primeiro é responsável por 30% das vendas a um preço médio de 2,5 €/l e o segundo por 20% a um preço médio de 3,0 €/l. Em ambos os casos as transacções são reguladas por contratos de médio prazo. Os preços mais elevados são praticados no canal C03 (4 €/l), em que há a integração vertical das funções de comercialização, e no C07 (3,5 €/l). Nestes canais os volumes transaccionados não ultrapassam 5% do total das vendas da empresa.

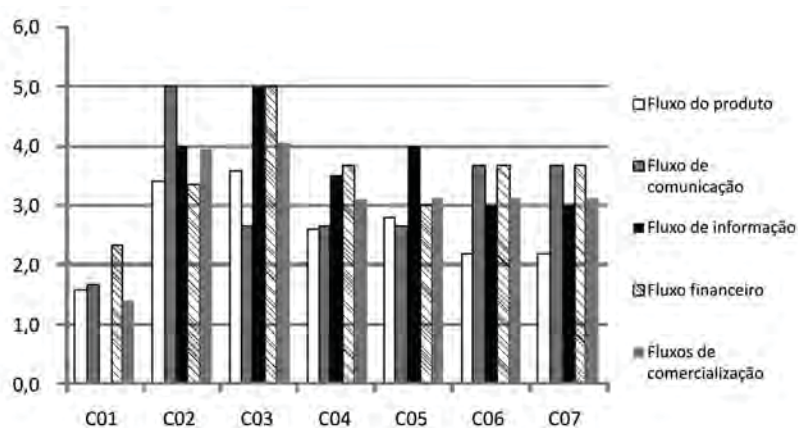
Quadro 1 – Características genéricas dos canais de comercialização

Códigos	Produto	Agente/canal	Tipo de transacção	Empresa	Preço (€/ton)	Quantidade
<b>C01</b>	Azeite a granel	Grandes produtores nacionais	Mercado spot	Nutrinveste ULJM	2,0	20%
<b>C02</b>	Azeite embalado	Grandes grupos retalhistas	Contrato	Modelo Continente	2,5	30%
<b>C03</b>	Azeite embalado	Consumidor final	Integração vertical	Venda directa	4,0	5%
<b>C04</b>	Azeite embalado	Grandes grossistas	Contrato	Makro	3,0	20%
<b>C05</b>	Azeite embalado	Grossistas regionais	Mercado spot	Pequenos distribuidores	3,0	10%
<b>C06</b>	Azeite embalado	Exportação para Brasil e África	Mercado spot	Exportador	2,2	10%
<b>C07</b>	Azeite embalado	Exportação para EUA e Europa	Mercado spot	Exportador	3,5	5%

Fonte: Resultados da entrevista realizada ao produtor de azeite

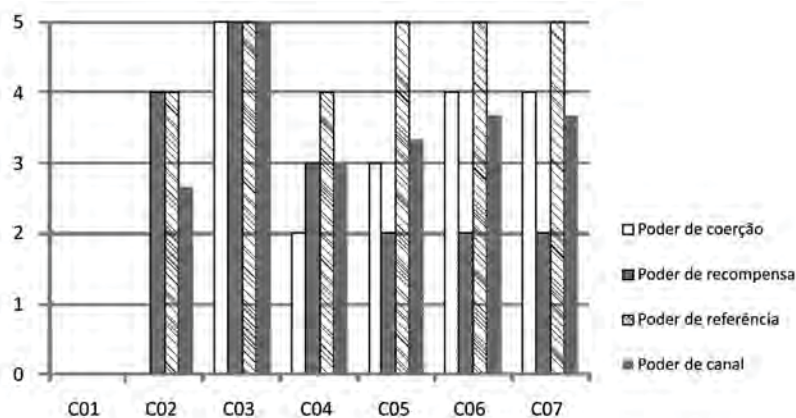
Nas figuras 4, 5 e 6 apresentam-se, os resultados da entrevista em termos das pontuações obtidas para cada canal na avaliação do desempenho dos fluxos de comercialização, do poder da empresa no canal e dos custos directos, respectivamente.

Figura 4. Avaliação dos fluxos de comercialização dos canais



Fonte: Resultados da entrevista realizada ao produtor de azeite

Figura 5. Avaliação do poder da empresa nos canais de comercialização

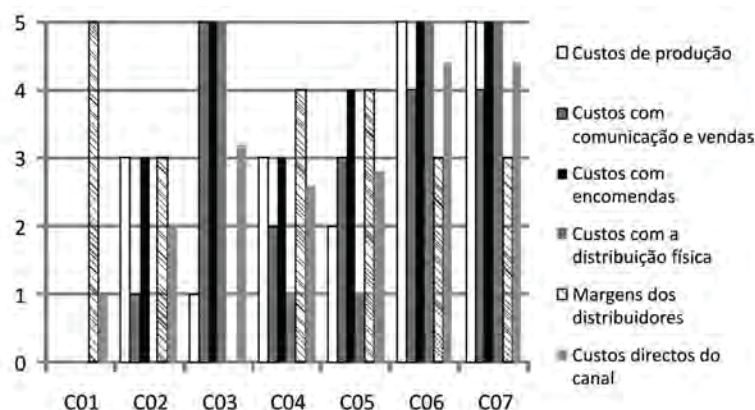


Fonte: Resultados da entrevista realizada ao produtor de azeite

Os fluxos de comercialização têm o melhor desempenho nos canais C02 e C03. O canal C02 regista bons resultados em todos os tipos de fluxos de comercialização, superiorizando-se em relação aos restantes no fluxo de comunicação do produto. O canal C03 tem o melhor desempenho no fluxo de informação e no fluxo financeiro, por a empresa estar mais perto do consumidor final. O canal C04 apresenta um padrão de desempenho dos fluxos de comercialização semelhante ao do canal C02, mas de menor eficácia. Os canais C05, C06 e C07 também têm bons resultados ao nível dos fluxos de informação, de comunicação e financeiro, respectivamente, que reflectem o conhecimento e envolvimento nos mercados locais dos pequenos distribuidores, no primeiro caso, e a estratégia adequada dos agentes exportadores da empresa, no segundo caso.

Relativamente ao poder da empresa nos canais, o canal C03 da venda directa é aquele em que a empresa tem maior domínio. O poder de recompensa é também elevado no canal C02, onde o poder de coerção da empresa é nulo. Nos canais de exportação C06 e C07 e no canal C05 a empresa tem algum poder de canal que lhe é conferido fundamentalmente, por um elevado poder de referência. No canal C01, em que o produto é vendido a granel como uma commodity, a empresa perde o contacto com o produto após a realização da transacção, não tendo por isso qualquer poder de canal.

Figura 6. Avaliação dos custos directos com os canais de comercialização



Fonte: Resultados da entrevista realizada ao produtor de azeite

Os custos directos são mais elevados nos canais de exportação C06 e C07 e no canal C03, sendo os custos mais representativos com comunicação e vendas, encomendas e distribuição física. Nos canais C06 e C07, os custos com a adaptação do produto às características da procura nos países de destino e com aspectos relacionados com a embalagem, rotulagem e qualidade, são também consideráveis e ao mesmo tempo traduzem uma maior complexidade do negócio.

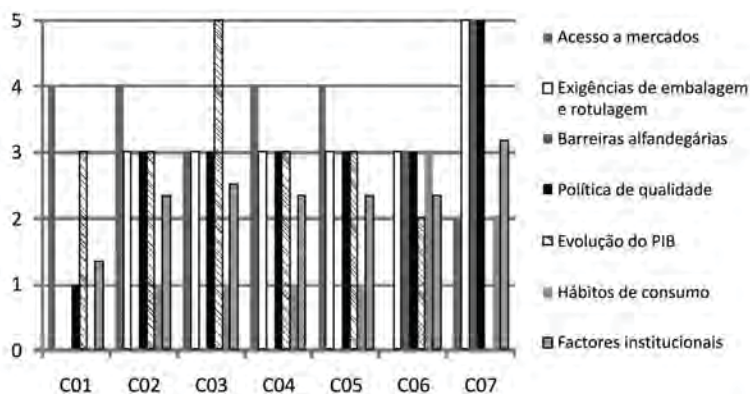
#### 4.3. Análise do ambiente institucional

Na figura seguinte apresentam-se os resultados da avaliação dos factores institucionais com impactos negativos nos canais de comercialização.

Os factores institucionais mais referenciados que podem constituir factores de incerteza na realização das transacções são o acesso aos mercados nos canais do mercado nacional C01, C02, C04 e C05 e as exigências em termos de embalagens, rotulagem, de política de qualidade e de barreiras alfandegárias especialmente no canal C07. No caso do canal C03, é de referir a incerteza que envolve os factores económicos, nomeadamente, a evolução do PIB nacional, que pode ser interpretado como um indicador geral da predisposição ao consumo e da expectativa do rendimento disponível.



Figura 7. Avaliação do impacto negativo dos factores institucionais nos canais

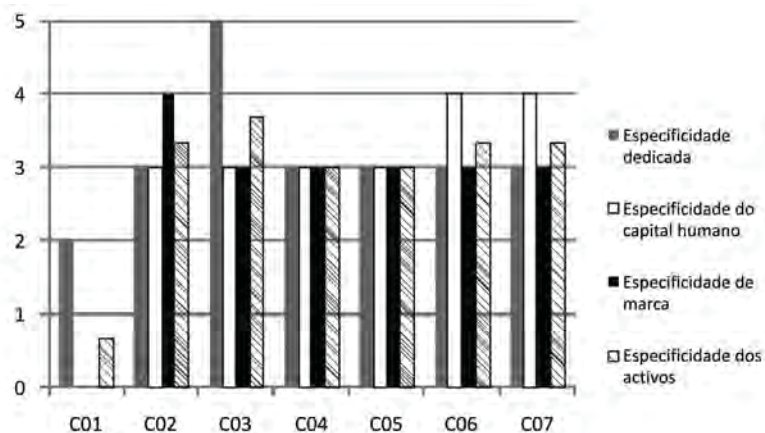


Fonte: Resultados da entrevista realizada ao produtor de azeite

#### 4.4. Análise das características das transacções

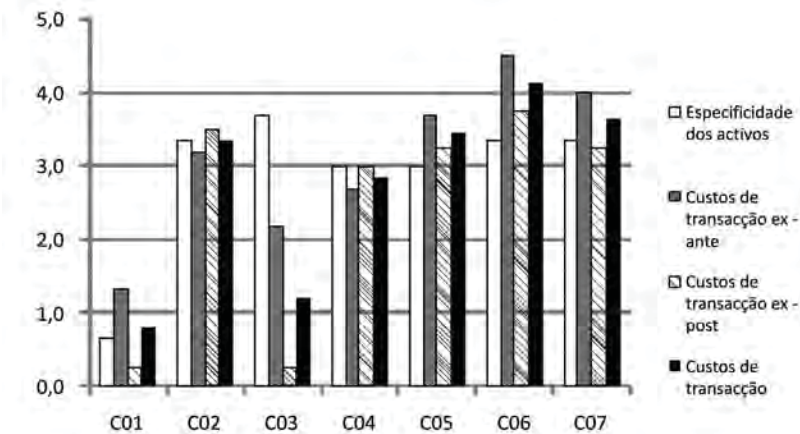
Nas figuras 8 e 9 apresentam-se a avaliação da especificidade dos activos e dos custos de transacção, que serve de base à análise das características das transacções.

Figura 8. Avaliação da especificidade dos activos nos canais de comercialização



Fonte: Resultados da entrevista realizada ao produtor de azeite

Figura 9. Avaliação da especificidade dos activos e dos custos de transacção



Fonte: Resultados da entrevista realizada ao produtor de azeite

Nos canais de comercialização do azeite a especificidade dos activos relaciona-se com a especificidade dedicada resultante dos investimentos que é necessário realizar na estrutura produtiva e comercial, com a especificidade do capital humano e com a especificidade de marca. Os canais de comercialização que apresentam níveis superiores de especificidade dos activos são C02, C03, C06 e C07, destacando-se a importância, no primeiro caso da especificidade de marca, no segundo da especificidade dedicada e nos restantes dois da especificidade do capital humano.

Os custos de transacção assumem maior importância nos canais C06, C07, C05 e C02. Nos três primeiros para além da especificidade dos activos ser elevada, a governança das transacções é realizada no mercado, sendo regulada apenas pelo respectivo sistema de preços. No caso do canal C02 existem contratos de médio prazo para fazer a governança da transacção, justificando-se os elevados custos de transacção pelos custos de transacção *ex-post* associados ao elevado risco de perda do contrato e às fortes penalizações que a empresa está sujeita no caso de haver falhas na entrega do produto. No caso do canal C03, apesar da especificidade dos activos ser elevada entre as alternativas consideradas, os custos de transacção são relativamente baixos devido à acção de coordenação dos mecanismos de integração vertical.

#### 4.5. Análise qualitativa custo benefício

No quadro 3 apresentam-se os critérios que foram utilizados para realizar a análise qualitativa custo-benefício que enquadra a selecção dos canais de comercialização no âmbito de um problema multi-critério.

Quadro 2 - Critérios de avaliação da análise qualitativa custo benefício dos canais

	<b>C01</b>	<b>C02</b>	<b>C03</b>	<b>C04</b>	<b>C05</b>	<b>C06</b>	<b>C07</b>
Preço (€/l)	2,0	2,5	4,0	3,0	3,0	2,2	3,5
Quantidades vendidas	20%	30%	5%	20%	10%	10%	5%
Fluxos de comercialização	20	50	51	39	39	39	39
Poder de canal	0	8	15	9	10	11	11
Custos directos do canal	-5	-8	-16	-13	-14	-22	-22
Custos de transacção	-9	-33	-14	-28	-35	-42	-37
Incerteza	-8	-14	-15	-14	-14	-14	-19

Fonte: Resultados da entrevista realizada ao produtor de azeite

Os benefícios compreendem o preço, as quantidades vendidas, os fluxos de comercialização e o poder da empresa no canal e os custos incluem os custos directos com o canal, os custos de transacção e a incerteza, que foi estimada a partir da análise dos impactos negativos dos factores institucionais. Os preços são avaliados em termos do preço médio da transacção no canal em €/l e as quantidades em percentagem do volume de vendas afecto a cada canal. Para os restantes critérios considerou-se a soma das pontuações dos atributos de cada critério.

Apresentam-se no quadro 3 a matriz dos índices de credibilidade das preferências da análise multi-critério, no quadro 4 a matriz das relações de preferência e na Figura 10 os resultados finais da análise qualitativa custo-benefício em termos da ordenação das diferentes alternativas de canais de comercialização.

Em cada linha da matriz dos índices de credibilidade é possível identificar a quantidade de critérios em que a alternativa da linha é superior às alternativas

das colunas. A matriz das relações preferência traduz as relações de subordinação que se podem estabelecer entre as diferentes alternativas de canais, com base na matriz dos índices de credibilidade, tendo em conta os pressupostos do ELECTRE III.

Quadro 3 – Matriz dos índices de credibilidade

	<b>C01</b>	<b>C02</b>	<b>C03</b>	<b>C04</b>	<b>C05</b>	<b>C06</b>	<b>C07</b>
<b>C01</b>	1.00	0.43	0.57	0.57	0.57	0.57	0.57
<b>C02</b>	0.57	1.00	0.43	0.57	0.71	0.86	0.71
<b>C03</b>	0.43	0.57	1.00	0.57	0.57	0.71	1.00
<b>C04</b>	0.43	0.43	0.43	1.00	0.86	0.86	0.71
<b>C05</b>	0.43	0.43	0.43	0.57	1.00	0.86	0.71
<b>C06</b>	0.43	0.29	0.29	0.43	0.57	1.00	0.71
<b>C07</b>	0.43	0.29	0.14	0.43	0.43	0.71	1.00

Fonte: Resultados do ELECTRE III

Quadro 4 – Matriz das relações de preferência

	<b>C01</b>	<b>C02</b>	<b>C03</b>	<b>C04</b>	<b>C05</b>	<b>C06</b>	<b>C07</b>
<b>C01</b>	I	P <sup>-</sup>	P <sup>-</sup>	P <sup>-</sup>	R	P	P
<b>C02</b>	P	I	P	P <sup>-</sup>	P	P	P
<b>C03</b>	P	P <sup>-</sup>	I	P <sup>-</sup>	P	P	P
<b>C04</b>	P	P	P	I	P	P	P
<b>C05</b>	R	P <sup>-</sup>	P <sup>-</sup>	P <sup>-</sup>	I	P	P
<b>C06</b>	P <sup>-</sup>	P <sup>-</sup>	P <sup>-</sup>	P <sup>-</sup>	P <sup>-</sup>	I	P <sup>-</sup>
<b>C07</b>	P <sup>-</sup>	P <sup>-</sup>	P <sup>-</sup>	P <sup>-</sup>	P <sup>-</sup>	P	I

Fonte: Resultados do ELECTRE III

Figura 10 – Ordenação dos canais de comercialização

<b>1º</b>	C04 - Grandes grossistas (Makro)
<b>2º</b>	C02 - Grandes retalhistas (SONAE e JM)
<b>3º</b>	C03 - Venda directa (loja própria)
<b>4º</b>	C01 - Venda a granel aos grandes produtores C05 - pequenos retalhistas
<b>5º</b>	C07 - Exportação (EUA e Europa)
<b>6º</b>	C06 - Exportação (Brasil e África)

Fonte: Resultados do ELECTRE III

O canal C01 é globalmente inferior (P<sup>-</sup>) aos canais C02, C03 e C04, é preferido (P) aos canais C06 e C07 e não é possível estabelecer uma relação de comparação (R) com C05. O canal C02 é melhor do que as restantes alternativas, com excepção do canal C04. O canal C03 é pior do que C02 e C04, mas é superior aos restantes. O canal C05 não é comparável com C01 e só é superior aos canais C06 e C07. O canal C06 é subordinado por todas as outras alternativas, o mesmo acontecendo a C07, que é apenas melhor do que C06.

O resultado final do processo de ordenação dado pelo ELECTRE III, selecciona como primeira opção o canal C04 relativo aos grandes grossistas da *Makro Cash & Carry*. A seguir a esta opção surge a do canal C02 dos grandes grupos retalhistas (SONAE e JM – Retalho). O canal C03 da venda directa, que implica a integração vertical das funções de comercialização, aparece no processo de ordenação de canais como a terceira opção. Os canais C06 e C07, relativos à exportação, ocupam as últimas posições na ordenação dos canais da empresa.

## 5. Conclusão

Neste artigo é proposto um modelo de planeamento de canais de comercialização que permite identificar o posicionamento relativo dos diferentes agentes na cadeia de valor, identificar e caracterizar as alternativas disponíveis de canais de comercialização e produzir orientações estratégicas que ajudem a fundamentar a selecção das alternativas de canais.

Para além do modelo ter sido estruturado para ser aplicado ao agro-negócio, trata explicitamente as características das transacções, associa aos canais de comercialização as respectivas formas de governança das transacções e avalia os custos de transacção *ex-ante* e *ex-post*. Outra particularidade do modelo é a avaliação das alternativas de canais através de uma análise multicritério enquadrada numa análise qualitativa custo-benefício, que permite reunir e sistematizar a informação e incorporar os pressupostos da análise e os objectivos do decisor.

Para a avaliar a coerência e a utilidade prática do modelo procedeu-se à sua aplicação ao agro-negócio do azeite em Portugal, recorrendo ao exemplo de uma cooperativa agrícola que é representativa dos maiores produtores nacionais de azeite. Os resultados obtidos permitiram obter um panorama geral do funcionamento da cadeia de valor do azeite em termos dos fluxos, da forma como os diferentes agentes processam as suas funções de comercialização e dos custos de transacção e das preferências entre as diferentes alternativas de canais.

O modelo identifica como principais opções estratégicas o canal dos grandes grossistas, que tem como principal agente a *Makro Cash & Carry* e o canal dos grandes grupos retalhistas como a SONAE e a Jerónimo Martins – Retalho, sendo as transacções reguladas em ambos os casos por contratos de médio prazo. Nos resultados é também evidente a importância das vendas directas em loja própria, que surge como terceira opção na ordenação das preferências dos canais de comercialização.

Estes resultados são aderentes com a estratégia da empresa estudada, que privilegia estar presente nos canais dos grandes retalhistas e dos grandes grossistas. Outro resultado interessante, é o facto dos canais de exportação e de venda a granel não serem das opções de comercialização mais preferidas. Na realidade, são

várias as sensibilidades no agro-negócio do azeite que reconhecem que os canais de exportação são complementares aos canais nacionais da grande distribuição e que são apenas uma opção prioritária quando, os produtores não têm capacidade logística para trabalhar com a grande distribuição. Relativamente ao canal a granel, é cada vez menos uma opção estratégica de comercialização, surgindo quando não existem estruturas de embalagem e de marketing ou como forma de escoamento rápido do produto.

Na aplicação do modelo identificaram-se como principais limitações a extensão do questionário e a especificidade teórica de algumas questões. Outra limitação, também mencionada por autores de outros modelos, prende-se com o grau de confidencialidade que as empresas dão à informação é que pedida no questionário.

Apesar de haver aceitação do modelo junto dos entrevistados e de este se basear noutros modelos já testados, recomendam-se melhorias no questionário que facilitem a recolha dos dados nas empresas e a aplicação do modelo a mais empresas do agro-negócio do azeite e de outros tipos de agro-negócio. A extensão da aplicação do modelo a mais empresas tornaria viável o teste de hipóteses enquadradas na teoria dos canais de comercialização e na Economia dos Custos de Transacção, o que seria muito útil para o planeamento e gestão do agro-negócio.

## Referências

- Autoridade da Concorrência (2010), *Relatório Final sobre as Relações Comerciais entre a Distribuição Alimentar e os seus Fornecedores*.
- Batalha, Mário O. (2009), *Gestão Agro-industrial*, Volume 1 – 3.ª Edição, Editora Atlas, Brasil.
- Bello, D.C. e R. Lohtia. (1995), “Export Channel Design: The Use of Foreign Distributors and Agents”, *Journal of Academy of Marketing Science*, 23(2): 83-93.
- Berman, B. (1996), *Marketing Channels*, John Wiley and Sons, Estados Unidos.
- Buchanan, J., P. Sheppard & D. Vanderpooten (1999), “Project ranking using ELECTRE III”, *Department of Management Systems, Research Report Series*, 1999-01.
- Coase, R.H. (1937), *The nature of the firm*, *Economica*, New Series, London.

- Corey, E.R., F.V. Céspedes e V.K. Rangan (1989), *Going to market: distribution systems for industrial products*, Boston, Harvard Business School Press.
- Coughlan, A., E. Anderson, L. W. Stern & A. El-Ansary (2001), *Marketing Channels*, Prentice Hall.
- David, R.J. e S.K. Han (2004), "A systematic assessment of the empirical support for transaction cost economics", *Strategic Management Journal*, 25(1): 39-58.
- Damaslos, X. & G. Kalfakakou (2005), "Application of ELECTRE III and DEA Methods in the BPR of a Bank Branch Network", *Yugoslav Journal of Operational Research*, 2: 259-276.
- Dias, J. Almeida, J.R. Figueira & B. Roy (2010), "ELECTRE Tri-C: A multiple criteria sorting method based on characteristic reference actions", *European Journal of Operational Research*, 204: 565-580.
- GPP – Gabinete de Planeamento e Políticas (2007), *Olivicultura: Diagnóstico Sectorial*, Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas.
- GEP – Gabinete de Estratégia e Planeamento (2008), *Quadros de Pessoal*, Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social
- Gereffi, G., J. Humphrey e T. Sturgeon (2005), "The governance of global value chains", *Review of International Political Economy*, 12(1): 78-104.
- Gulati, R., P. Lawrence e P. Puranam (2005), "Adaptation in vertical relationships: beyond incentive conflict", *Strategic Management Journal*, 26(3): 415-440.
- Esteves, M. (2009), *Strategic behavior, efficiency and performance: an empirical study*, Tese de Doutoramento em Gestão, Universidade de Évora.
- Heide, J.B. & G. John (1998), "The role of dependence balancing in safeguarding transaction-specific assets in conventional channels", *Journal of Marketing*, 52:20-35.
- Hobbs, J.E., e L.M. Young (1999), "Increasing vertical linkages in agrifood supply chains: a conceptual model and some preliminary evidence", *Research Discussion Papers – University of Saskatchewan*, 35, Canadá.
- Hobbs, J.E. (1995), "Evolving marketing channels for beef and lamb in the United Kingdom – a transaction cost approach", *Journal of International Food & Agribusiness Marketing*, 7(4): 15-39.
- Hoctker, G. (2005), "How much you know versus how well I know you: selecting a supplier for a technically innovative component", *Strategic Management Journal*, 26(1): 75-97.



Planeamento de canais de comercialização:  
O caso do agro-negócio do azeite em Portugal

- INE – Instituto Nacional de Estatística (2010), *Estatísticas Agrícolas*.
- INE – Instituto Nacional de Estatística (2009), *Contas Económicas da Agricultura*.
- Jacobides, M.G. e S.G. White (2005), “The co-evolution of capabilities and transaction costs: explaining the institutional structure of production”, *Strategic Management Journal*, 25(6): 395-414.
- Johnson, G., e K. Scholes (1997), *Exploring Corporate Strategy*, Prentice-Hall, 4<sup>th</sup> Edition.
- Klein, S. G.L. Frazier & V.J. Roth (1990), “A transactional cost analysis model of channel integration in international markets”, *Journal of Marketing Research*, 27: 196-208.
- Kogut, B. (1985), “Designing Global Strategies: Comparative and Competitive Global Value-Added Chains”, *Sloan Management Review*, 26(4): 15-28.
- Kotler, P. (2000), *Administração de Marketing: Análise*, Prentice-Hall.
- Mintzberg, H. (1994), *The Rise and Fall of Strategic Planning*, Prentice-Hall.
- Modelli, M., e D. Zylbersztajn (2008), “Determinantes dos arranjos contratuais: o caso da transacção produtor-processador de carne bovina no Uruguai”, *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 46(3): 831-868.
- Neves, M.F., P. Zuurbier, e M.C. Campomar (2001), “A model for the distribution channels planning process”, *Journal of Business & Industrial Marketing*, 16(7): 518-539.
- Neves, M.F. (1999), *Um modelo para planeamento de canais de distribuição no sector dos alimentos*, Tese de doutoramento apresentada na Faculdade de Economia e Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.
- Nielsen (2008), *Anuário Food*.
- Pelton, L., D. Strutton e J.R. Lumpkin (1997), *Market Channels: A Relationship Management Approach*, Times Mirror Books.
- Peterson, H.C., A. Wysocki, S.B. Harsh (2001), “Strategic choice along the vertical coordination continuum”, *International Food and Agribusiness Management Review*, 4: 149-166.
- Rosembloom, B. (1999) *Marketing Channels*, 6<sup>th</sup> Edition, Chicago, IL: The Dryden Press.
- Roy, B. (1968), “Classement et choix en presence de critères multiples (la method ELECTRE)”, *RIRO*, 8:57-75.

- Roy, B. (1991), "The outranking approach and the foundation of ELECTRE methods", *Theory and Decision*, 31 :49-73.
- Roy, B. (1993), "Decision science or decision aid-science?", *European Journal of Operational Research*, 66:184-203.
- Roy, B. (1996), *Multicriteria Methodology for Decision Aiding*, Kluwer, Dordrecht, Netherlands.
- Shervani, T.A., G. Frazier, e G. Challagalla (2007), "The moderating influence of firm market power on the transaction cost economics model: empirical test in a forward channel integration context", *Strategic Management Journal*, 28: 635-652.
- Stern, L., A.I. El Ansary & A.T. Coughlan (1996), *Marketing channels*, 5<sup>th</sup> Edition, New York, Prentice-Hall.
- Verhaegen, I., e G. V. Huylenbroeck (2001), "Costs and benefits for farmers participating in innovative marketing channels for quality food products", *Journal of Rural Studies*, 17: 443-456.
- White, S. e S. S. Lui (2005), "Distinguishing costs of cooperation and control in alliances", *Strategic Management Journal*, 26(10): 913-929.
- Williamson, O.E. (1996), *The mechanisms of governance*, Estados Unidos, Oxford University Press.
- Williamson, O.E. (1985), *The economic institutions of Capitalism*, Estados Unidos, Macmillan.
- Williamson, O.E. (1981), "The economics of organization: the transaction cost approach", *American Journal of Sociology*, 83: 539-577.
- Wren, B.M. (2007), "Channel structure and strategic choice in distribution channel". *Journal of Management Research*, 7: 78-86.

# Produção de biocombustíveis em Angola – prós e contras ambientais

João Serôdio de Almeida<sup>1</sup>

## **Resumo**

O autor faz uma abordagem sobre os problemas ambientais da produção de biocombustíveis em Angola.

Perante a actual situação económica e tecnológica do país e levando em conta uma matriz energética racional, Angola não tem necessidade de produzir biocombustíveis, sendo que os projectos existentes para essa actividade apenas têm o objectivo da exportação. Na verdade uma produção de biocombustíveis só será de encarar, caso Angola venha a usufruir de grandes vantagens económicas, o que muito provavelmente não será o caso. A produção de biocombustíveis para exportação destina-se a ajudar os países importadores, normalmente os mais ricos, a reduzir a produção de gases de efeito estufa, sem terem o ónus dos problemas ambientais inerentes à sua produção e claro, sem alteração do seu “modus vivendis”. A utilização de países menos desenvolvidos como Angola para a produção de biocombustíveis, nunca lhes será favorável pelos baixos preços que lhes serão pagos, para que o produto final seja competitivo no mercado de destino.

## **I – Introdução**

A abordagem de temas que colidam com interesses da grande finança ou dos países desenvolvidos, muito dificilmente obtêm a divulgação necessária, pois também os grandes meios de informação estão sob controlo desse mesmo capital.

---

<sup>1</sup> Docente de Ecologia da Faculdade de Ciências, Universidade Agostinho Neto – LUANDA, [jmserodio1@hotmail.com](mailto:jmserodio1@hotmail.com)

A produção de biocombustíveis é um desses temas, uma vez que a sua produção é principalmente destinada a ajudar os países mais desenvolvidos a reduzir a emissão de gases de efeito estufa como o dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>), os quais se comprometeram em fazê-lo nos próximos anos, sob risco de terem de pagar pesadas multas ao organismo internacional de controlo.

Os cálculos para esse controlo são feitos tomando por base a produção de CO<sub>2</sub> como poluente de referência e a capacidade da natureza em neutralizar essa produção, tendo sido estabelecido um quantitativo que cada país pode emitir para a atmosfera. Ora os países mais desenvolvidos, estão normalmente com uma produção muito acima da meta que lhes é atribuída, pelo que todas as oportunidades para a diminuírem, lhes será muito útil. O não cumprimento dessa orientação ou mesmo exigência, terá resultados catastróficos principalmente para esses países, provocados pelas mudanças climáticas previstas, caso não se reduzam drasticamente a emissão de poluentes atmosféricos.

## **II – Produção de biocombustíveis**

A queima de combustíveis fósseis tão generalizada em todo o mundo e principalmente nos países mais desenvolvidos, é uma das principais fontes de emissão de gases de estufa, pelo que os motores de combustão interna, estão a ser adaptados para a utilização de combustíveis biológicos. Estes não são emissores desses gases poluentes quando da sua utilização, mas em contrapartida a sua produção é causadora de outros problemas ecológicos e sociais, como o desvio de produtos alimentares para a produção de combustíveis, a utilização maciça de solos agrícolas e a sua degradação causada por técnicas agrícolas de grande exigência produtiva e como se espera, mais uma vez, o causador de mais pobreza e miséria para os produtores dos países menos desenvolvidos. Este último item, será resultado dos baixos valores que lhes serão pagos pela matéria-prima, para manter o produto final a preços que possam competir com os combustíveis fósseis.

Os países menos desenvolvidos, têm plena consciência que, o que interessa aos países mais ricos é manter o alto nível de vida da sua própria população, sacrificando se for necessário e mais uma vez, o resto do mundo. Várias estratégias têm sido usadas, como a compra das cotas “de carbono” dos países menos poluidores, o que limitará o seu desenvolvimento quando o pretenderem ou para tal tiverem

capacidade. Por outro lado devido à fraca estrutura política desses países menos desenvolvidos, o dinheiro da venda dessas cotas, não reverte em benefício da população mais carenciada desses países, sendo por norma na melhor das hipóteses aplicada em infra estruturas que beneficiem as classes mais favorecidas ou mesmo desviada para contas particulares dos seus responsáveis políticos.

Em resumo, se à partida não forem garantidas vantagens para os produtores e referimo-nos aos pequenos produtores, a produção de biocombustíveis não é um bom negócio para os países menos desenvolvidos, salvo se estes não forem produtores de petróleo. Angola não tem necessidade imediata nessa produção, levando em consideração também o facto que os novos motores para biocombustíveis serem ainda muito mais caros que os clássicos para combustíveis fosseis, que paulatinamente estão a ser melhorados para uma mais racional utilização da energia.

Acresce a este problema a produção de biocombustíveis em grandes fazendas agrícolas mecanizadas, logo sem aumento da capacidade de emprego das populações locais. Para além de poderem vir ser espoliados das suas terras, também não terão emprego. Estes exemplos têm sido pródigos mesmo em Angola, com a produção de algodão, de café, de sisal, de pecuária, etc.

Agora e resultado da crise das bactérias mortais tais como a E. coli que assolou a Europa há alguns meses, as pesquisas indicam os subprodutos resultantes da extracção de biocombustíveis e que são ministrados como alimentos a animais domésticos em regime de estabulação intensiva, como o viveiro de multiplicação daquelas novas estirpes de bactérias. Esta notícia foi divulgada pelo jornal EL PERIÓDICO DE CATALUNYA, Barcelona e assinado por Gustavo Duch, coordenador da revista "Soberania Alimentaria, Biodiversidade y Culturas" (Vide CURRIER INTERNACIONAL em português de Agosto de 2011).

Se Angola não quer perder o comboio do desenvolvimento, deve sim dar início a pesquisas para motores eléctricos ou de célula de hidrogénio, que segundo as previsões deverão ser os motores do futuro. A produção de biocombustíveis ocupa uma fase de transição muito curta para outras formas de energia, estando a ser comprovada que o esforço para a sua produção não é economicamente compensado se não forem conseguidos baixos preços da sua produção, o que se pretende fazer à custa dos países menos desenvolvidos. Este estudo é apresentado por David Biello, na Revista Scientific American, versão braseira de Setembro de 2011, sob o título "A frágil Promessa dos Biocombustíveis".

Na realidade as experiências feitas em laboratório, não correspondem a igual facilidade para a fermentação das moléculas de celulose que necessitam de grandes quantidades de energia, sendo que o milho é a única matéria-prima que mais se aproxima de uma escala comercial aceitável. Sendo este produto a base alimentar de grande parte da humanidade, é muito difícil aceitar que seja “queimado” como combustível de motores.

### **III – Produção de biocombustíveis em Angola**

Têm surgido várias propostas de produção de biocombustíveis em Angola e alguns projectos já estão em execução.

O argumento principal que os proponentes apresentam, faz referência à vantagem que os países africanos terão no aumento da produção alimentar, alegando que o biocombustível aproveitado será apenas um produto subsidiário. Pelo menos quanto à produção de álcool com cana sacarina, o que ficar será apenas o material lenhoso e o “vinhoto”, uma vez que o açúcar será transformado em álcool para exportação. Como Angola não tem uma frota automóvel para esse tipo de carburante, não conseguimos vislumbrar as vantagens internas dessa actividade, apesar de por várias vezes termos solicitado que nos sejam explicadas.

Para o caso de biodiesel, é possível que possa ser aproveitável grande parte dos diversos produtos produzidos, pois só os lípidos são destinados a combustível. Pondo de lado as suspeitas referidas anteriormente sobre a possibilidade desses subprodutos fomentarem o surgimento de estirpes de microorganismos perigosos para a saúde pública, também aqui a desflorestação e o incentivo para obter cada vez mais produtividade, poderá levar ao uso indevido de fertilizantes e pesticidas, que a longo termo podem provocar a esterilização dos solos. As anteriores experiências em Angola com outros projectos que seriam o “eldorado” económico das populações locais e que no fim resultaram em avultados prejuízos, levam-nos a olhar para esse tipo de iniciativas com toda a prudência. Não nos podemos esquecer da política da “Revolução Verde” que distribuía variedades de cereais, como milho, de alta produtividade mas que necessitavam de adubos químicos, vendidos no início a baixo preço e que tão logo se tornou indispensável passou a preços dez vezes mais elevados, etc.

#### **IV – O Futuro**

De forma alguma pretendemos travar o desenvolvimento económico e social da Angola, mas temos que ter o discernimento suficiente para decidirmos em consciência o que queremos, sem estarmos pressionados por interesses alheios aos nossos interesses nacionais.

A grande arma que Angola pode esgrimir no concerto das nações e na defesa dos nossos interesses, subentende-se os interesses do povo angolano em geral, será jogado no ensino que tem de ser de qualidade, para preparar técnicos e cientistas que consigam no país, estudar profundamente os nossos problemas e nos dêem as soluções do que teremos de fazer.

Assim a Universidade joga um papel primordial não só na realização da pesquisa científica, como depois, na aplicação prática dos conhecimentos adquiridos. Para tal estamos a organizar uma estrutura de empreendedorismo e inovação com o auxílio da Universidade Técnica de Lisboa, a INOVISA, que pretende motivar a organização de empresas de transferência de tecnologia constituída por docentes e estudantes finalistas. Estas futuras empresas podem incluir outras pessoas não da UAN. Nas novas instalações da Cidade Universitária, deveremos instalar essa organização.

A Universidade Agostinho Neto está empenhada nesta luta e pretendemos que dentro de alguns anos, seja reconhecida como uma contribuinte importante no desenvolvimento do país, de África e do mundo. Esta luta não se vence sozinho, mas em colaboração com outras instituições de ensino superior nacionais e estrangeiras.

*Luanda, 03 de Outubro de 2011*

### **Informação bibliográfica**

Biello, David. “A fágil promessa dos biocombustíveis”, “SCIENTIF AMERICAN – Brasil”, n.º 112 de Setembro de 2011

Duch, Gustavo. “E. coli: e se a culpa for dos automóveis?”, “CURRIER INTERNACIONAL – em Português”, n.º 166 de Agosto de 2011

Nunes, Pedro Sampaio. “Serão os biocombustíveis uma solução para o fim do petróleo barato?”, “ENERGIA E FUTURO”, n.º 02 de Abril/Julho de 2011



## A produção de café em Timor-Leste e a sua comercialização

Pedro Damião Henriques<sup>1</sup>  
M.<sup>a</sup> Leonor da Silva Carvalho<sup>2</sup>

### Resumo

O café é importante para Timor Leste porque é o principal produto de exportação no sector agrícola, apresenta-se como a maior fonte de rendimento para os agricultores nos distritos, sub-distritos, sucros e aldeias e dinamiza a actividade das principais empresas compradoras e exportadoras. A cultura de café em Timor Leste é muito mais um processo florestal que pomícola.

Este artigo tem como objectivo analisar e reflectir sobre o sector do café em Timor Leste, realçando aspectos relacionados com a sua produção e comercialização, e ainda sobre a competitividade e vantagem comparativa do sector.

O método utilizado para recolha de dados primários foi a observação directa das operações de um dos intervenientes no mercado de exportação de café, a empresa Timorcorp LTD e entrevista a pessoas chave.

A função da empresa Timorcorp é de comprador e exportador de café. A empresa compra café pergaminho através dos seus intermediários em todos os distritos e processa para café verde na sua fábrica em Díli. A empresa paga aos intermediários e estes aos agricultores. A empresa exporta café para os EUA, Alemanha, Singapura, Portugal e Macau. A quantidade de café exportado é maior para a Alemanha. O ano de maior exportação de café arábica foi 2008 e de robusta foi 2004. A exportação de café arábica de segunda qualidade representa metade de produção, sendo a primeira qualidade cerca de um terço. Cerca de um sexto das exportações de café de Timor Leste é da responsabilidade da Timorcorp LTD.

---

<sup>1</sup> Professor associado, Departamento de Economia, CEFAGE-UE, Universidade de Évora, [pdamiao@uevora.pt](mailto:pdamiao@uevora.pt)

<sup>2</sup> Professora associada, Departamento de Economia, ICAAM, CEFAGE-UE, Universidade de Évora, [leonor@uevora.pt](mailto:leonor@uevora.pt)

Existe espaço para aumentar a produção e a qualidade do café, bem como o rendimento dos produtores através de intervenções na formação dos agricultores, no sistema de produção e transformação, na construção de infraestruturas, na transparência dos mercados e em actividades complementares à cultura do café.

Para os distritos produtores de café, esta actividade pode e deve ser utilizada como motor do desenvolvimento local e os planos de desenvolvimento distrital devem ter isso em consideração.

### **Palavra-chave**

Café, Timorcorp, Timor Leste, Comercialização, Exportação

## **1. Introdução**

A cultura do café em Timor-Leste teve início no tempo colonial português granjeando importância fundamental na sua economia e no seu desenvolvimento, permaneceu como uma das principais culturas de rendimento durante a ocupação Indonésia do território e no período pós independência ganhou um papel motor para dinamizar o desenvolvimento das zonas rurais com implantação cafeícola.

As primeiras referências ao café e à sua produção em Timor datam, respectivamente, de 1750 e de 1800, segundo Fragozo *et al.* (1972) citando outros autores. Em meados do século XIX surgiu um comércio regional florescente com base no café, mas a sua produção generalizada como mercadoria ocorreu apenas no final do século XIX e início do século XX, quando sucessivos governadores coloniais forçaram as populações rurais, especialmente as que viviam nas regiões montanhosas, a plantar, cultivar e colher café nas suas pequenas explorações familiares.

Durante a primeira metade do século XX, várias tentativas foram feitas para estabelecer grandes plantações comerciais, mas muitas dessas plantações ficaram sob controlo do governo após a Segunda Guerra Mundial (Moxham 2001). No início, estas plantações utilizavam práticas laborais, discutíveis nos dias de hoje, que incluíam a obrigação do cultivo de culturas de rendimento, contrato de trabalho forçado, recrutamento ilegal e baixos salários (OXFAM 2003).

O café cultivado nas pequenas explorações agrícolas familiares sempre foi a grande fonte de produção de café timorense, a qual dependia dos trabalhadores que

não estavam integrados no sistema económico colonial. Os agricultores familiares produziam café para o mercado como um suplemento para a sua subsistência e forneciam às grandes plantações o trabalho necessário para as suas operações. Até aos anos 50, a exportação de café era essencialmente dirigida para Macassar e Surabaya (Indonésia), mas com a inauguração das carreiras marítimas regulares com a metrópole colonial a sua exportação para Portugal passou a fazer-se com maior frequência (Sá 1952).

Inicialmente a variedade cultivada era a típica da espécie arábica, mas com o surgimento da ferrugem no final do século XIX, foi introduzida a espécie libérica e no princípio do século XX a espécie robusta. A excelente qualidade do café arábica que Timor produzia, em termos de aroma, qualidade e composição química, permitiu-lhe atingir desde meados do século XIX fama excepcional em vários mercados, beneficiando o seu preço, por isso, de uma majoração.

Na primeira metade do século XX, ocorreu em Timor Leste um acaso da natureza que criou o híbrido de Timor, cruzamento que se supõe da espécie arábica variedade típica com a espécie robusta. O híbrido de Timor, resistente à ferrugem, permitiu a divulgação do território ao mundo. Após a sua cultura restrita entre 1945 e 1949, a sua difusão alargada foi feita a partir de 1956. A partir do híbrido de Timor têm sido obtidas outras variedades resistentes à ferrugem do café (Gonçalves 1993; Gonçalves *et al.* 1976).

No final do período colonial português, os estudos existentes revelavam que a produção de café estava a recuperar: cerca de 45% das estimadas 5.000 toneladas/ano de café exportado de Timor-Leste era cultivada em grandes plantações, representava mais de 80% das exportações e a produção era composta por 60% de arábica e 40% de robusta (Gonçalves e Mexia 1975). Desde os anos 50 que a cultura do café era apoiada pelos Serviços Agrícolas de Timor através da distribuição de plantas e de árvores de sombreamento, estabelecimento de estações de benefício e investigação sobre as melhores variedades a utilizar.

No período colonial português, o circuito económico do café fazia-se entre os pequenos produtores familiares que produziam café pergaminho, o comerciante que comprava café pergaminho aos agricultores, completava a secagem e vendia ao exportador, e o exportador que comprava o café pergaminho aos comerciantes e fazia a descasca, escolha e embalagem. As grandes empresas produtoras de café como

a SAPT também exportavam café. O café exportado pagava diversas contribuições das quais se destacavam os direitos de exportação (Gonçalves 1972).

Após a invasão indonésia, em 1975, a exploração dos produtores de café de Timor-Leste passou para o controle da nova potência ocupante, em particular, dos militares indonésios. Uma única empresa monopolizou a exportação do café de Timor, e através das suas filiais, controlou todas as grandes plantações e a compra de café pergaminho, através de uma rede de recolha de etnia indígena e chinesa, muita da qual está ainda hoje em funcionamento.

O governo também controlava e supervisionava um monopólio disfarçado de cooperativa, criado para coordenar a recolha de café e que pagava aos agricultores um preço bem inferior ao praticado noutros mercados (OXFAM 2003). Este monopólio durou até 1995 quando o governo indonésio permitiu que a NCBA começasse a operar no sector dando outra opção aos produtores locais para a venda do café. Os preços praticados pela NCBA aumentaram o que levou a que a produção que tinha descido até 6.000 toneladas/ano aumentasse para cerca de 10.000 toneladas/ano em 1999. Com o fim do poder indonésio em 1999, a NCBA continuou a trabalhar com o que restava do sistema cooperativo indonésio e criou uma estrutura de 16 cooperativas de café orgânico (CCO) que formaram a cooperativa de café de Timor (CCT).

No que diz respeito à indústria do café durante o período indonésio, pode dizer-se que o principal legado foi o pouco interesse em manter ou desenvolver práticas de cultivo, ou mesmo em contribuir com qualquer tipo de retorno de capital para a cultura. O único interesse era extrair rendimento através da quantidade de café barato que podiam obter para venda, principalmente através do porto indonésio de Surabaya. Como resultado, o interesse no cultivo café entre os timorenses, em geral, diminuiu. Os agricultores, actuando como guardiões das plantações, colhiam simplesmente o café a partir das antigas grandes plantações, bem como das suas próprias pequenas explorações.

Com a consolidação do período de transição e com a restauração da independência em 2002, outros intervenientes entraram no mercado de compra de café aos agricultores entre os quais se destacam a CCT, Timor Global, Timorcorp, ELSAA Café e Always Café.

Não contabilizando os produtos petrolíferos, a cultura do café continua a ter nos dias de hoje um papel relevante no rendimento do sector agrícola e nas ex-

portações. Pode dizer-se que desde meados do século XIX a cultura do café é o produto principal da sua economia, cuja cultura em Timor é muito mais um processo florestal que pomícola (Silva, 1957). A natureza florestal do café de Timor torna-o invulgar pois é cultivado de forma quase selvagem e em altitude numa ilha de clima tropical e, se juntarmos a falta de atenção dada às plantações, a sua produção é natural, de padrão biológico.

É consensual que dois dos principais problemas da produção de café são as suas baixas produtividade e qualidade. Todos os intervenientes no sector reconhecem que há um grande potencial para a produção de café de alta qualidade e para aumentos de produtividade, pelo que existe um grande número de organizações e projectos envolvidos no sector, destacando-se o Ministério da Agricultura, Pescas e Florestas, o Ministério do Turismo Comércio e Indústria, as empresas transformadoras e exportadoras, ONGs e cooperação internacional bilateral e multilateral.

Com este artigo pretende-se analisar e reflectir sobre o sector do café em Timor Leste, realçando aspectos relacionados com a sua produção e comercialização, e ainda sobre a competitividade e vantagem comparativa do sector. Para além desta introdução, este artigo está organizado nos seguintes pontos: metodologia de análise, tecnologia e importância sócio-económica do café em Timor Leste, comercialização interna e externa do café pela Timorcorp LTD, breve reflexão sobre a vantagem comparativa e a competitividade, e notas finais.

## **2. Metodologia de análise**

O método de análise utilizado baseou-se na análise descritiva de informação obtida através de fontes secundárias e primárias.

A recolha de informação secundária foi feita através de pesquisa bibliográfica das principais fontes de informação sobre a cultura do café, destacando-se como principais fontes secundárias publicações e estatísticas oficiais de Timor-Leste.

O método utilizado para recolha de dados primários foi a observação directa das operações de um dos intervenientes no mercado de exportação de café, a empresa Timorcorp LTD e entrevista a pessoas chave dentro da empresa.

Análises de conteúdo das entrevistas e análise SWOT foram realizadas. A partir da identificação prévia das fraquezas, ameaças, forças e oportunidades identificados

em trabalhos anteriores, este último método operativo permitiu realizar uma síntese da situação actual da cadeia de valor do café de Timor Leste, ao nível quer dos recursos humanos, quer da produção e transformação do café, e ainda ao nível institucional, permitindo evidenciar as suas possibilidades de melhoria.

Inúmeras dificuldades foram encontradas na obtenção dos dados, seja, pela escassez e dispersão de informação, pela falta de uniformidade das fontes e natureza dos dados oficiais, pelos obstáculos ao planeamento das entrevistas, pelo não domínio da linguagem e dos conceitos técnicos utilizados, ou, falta de motivação dos respondentes em fornecer a informação.

### **3. Tecnologia e importância sócio-económica do café em Timor Leste**

São duas as espécies de café cultivadas em Timor – *Coffea arabica* ou simplesmente arábica e *Coffea canephora* usualmente conhecido como robusta. Resultante de um acaso da natureza ocorrido na primeira metade do século XX que levou ao improvável cruzamento entre a espécie robusta (22 cromossomas e resistente à ferrugem) e a arábica (44 cromossomas e café de grande qualidade) surgiu o híbrido de Timor, disponibilizado ao mundo em 1956. A partir daqui foram obtidas todas as variedades existentes da espécie arábica resistentes à ferrugem, a mais divulgada e reconhecida em Timor-Leste pela excelência do café produzido.

Estas espécies foram introduzidas com o fim de aproveitar as diferentes altitudes do país. O café robusta é cultivado até aos 600 - 1000 metros e o arábica entre os 1000 e os 2000 metros de altitude. É de referir também, no passado, a produção da espécie liberica, quase residual em 1975 e hoje em dia não referida nas estatísticas.

A espécie arábica produz cafés de melhor qualidade, mais finos e requintados, e possui aroma intenso e os mais diversos sabores, com inúmeras variações de corpo e acidez. Esta espécie, de grande importância económica nos distritos que o cultivam, é um produto de qualidade superior, apreciado não só a nível do país, mas também com grande aceitação em todos os mercados consumidores.

A espécie robusta, originária de África, apresenta acidez mais baixa e não possui sabores tão variados nem refinados como a arábica. No entanto, por apresentar mais

sólidos solúveis é de grande utilização nas indústrias de cafés solúveis. Os cafés de melhor qualidade utilizam combinações de arábica.

A tecnologia de produção do café pode ser dividida nas seguintes fases: produção de café cereja; produção de café pergaminho; produção de café verde e produção de café torrado. Os pequenos agricultores produzem café cereja e café pergaminho que vendem às empresas exportadoras e estas produzem café verde que exportam. O café torrado produzido em Timor Leste destina-se somente ao mercado local.

### 3.1. Tecnologia de produção do café cereja

A tecnologia de produção do café cereja em Timor-Leste utiliza poucos ou quase nenhuns factores de produção. Para além da mão-de-obra, há a considerar as plantações, as ferramentas agrícolas e o material de apanha e processamento do café. As plantações de café são bastante antigas enquanto as ferramentas e máquinas são rudimentares. A tecnologia de produção utilizada pelos agricultores é bastante simples: na grande maioria, não fazem poda das árvores de café, não limpam os cafezais das novas plantas de café que germinam e das ervas, não controlam as pestes e as doenças e não fazem a substituição das plantas velhas. O Quadro 1 mostra a quantidade de mão-de-obra usada na cultura por hectare, verificando-se que a colheita gasta cerca de 55,2% do total de mão-de-obra.

Quadro 1: Utilização de mão-de-obra na cultura do café

<b>Operações Culturais</b>	<b>Total (dias)</b>	<b>Percentagem</b>
Limpeza	10	14,9
Colheita	37	55,2
Transporte	15	22,3
Venda da cereja	5	7,5
Total	67	100

Fonte: Direcção do Agronegócio (2008)

Para além do aspecto económico, o café pode também ser utilizado para proteger o solo nas encostas montanhosas que caracterizam a maior parte

de Timor. Numa plantação de café existe um andar superior constituído por árvores leguminosas, normalmente *Albizia (Paraserianthes falcataria)*, *Casuarina* ou *Leucaena*, que protegem e enriquecem o solo, um segundo andar constituído pelas plantas de café que contribuem para fixar o solo, e um terceiro andar de vegetação espontânea que serve de coberto vegetal.

A qualidade e quantidade de café são afectadas por pestes e doenças. A peste mais comum é o escaravelho da flor do café (*Stephanoderes hampei*) e a doença mais vulgar é a ferrugem (*Hemileia vastatrix*). Também as plantas de sombra (*Paraserianthes falcataria*) têm sido afectadas pela ferrugem gall (*Uromycladium tepperianum*). As infestantes que mais afectam a cultura são alang alang (*Imperata cylindrica*) e as plantas de café que germinam espontaneamente (Amaral 2003).

O café é colhido entre Março e Agosto/Setembro. A colheita não é contínua, mas ocorre em três períodos: inicial – cereja seca e com defeitos; médio – constitui a maioria da colheita; e final – apanha dos últimos frutos maduros, verdes e caídos para evitar o desenvolvimento de pestes e doenças. Pelo facto das árvores serem muito altas a colheita é demorada, restando pouco tempo para a selecção dos frutos verdes, vermelhos e pretos, o que contribui para a baixa qualidade do café (Amaral 2003).

Pode concluir-se que a produção de café cereja em Timor-leste pode ser considerada orgânica porque não usa produtos químicos e que o café é o produto principal da sua economia, cuja cultura é muito mais um processo florestal que frutícola (Silva 1957 e OXFAM 2003).

### **3.2. Tecnologia de transformação do café**

Tradicionalmente, em Timor-Leste, os agricultores transformam o seu próprio café cereja para pergaminho utilizando o processamento seco. Em 2002, cerca de 75% do café foi produzido utilizando esta via (OXFAM 2003). No processamento seco, a cereja é colhida e seca ao sol durante dez dias e depois armazenada até ser triturada. No processamento húmido tradicional, a cereja é colhida, despolpada, posta a fermentar em cestos tradicionais que não retêm a água e depois posta a secar. Estas duas técnicas conduzem a uma grande variabilidade na qualidade do café pois a técnica utilizada por cada agricultor é diferente no que diz respeito à



maturação da cereja usada, à existência ou não de fermentação, ao início do processo de secagem depois da colheita, à duração do processo de secagem e às condições sanitárias da mesma.

No processamento húmido, proposto por Esteves (1965) para Timor-Leste e que está a ser utilizado actualmente pelos principais intervenientes no sector do café, começa-se com uma lavagem para seleccionar a cereja por densimetria, segue-se a despolpa mecânica, a fermentação em tanques, a lavagem em canal com selecção final por densimetria e a secagem, obtendo assim o café pergaminho. Para esta tecnologia é necessária uma máquina de despolpa, tanques de fermentação e de lavagem e disponibilidade de água. Esta técnica origina uma maior qualidade do café obtido pois o seu processamento é normalmente realizado em unidades centralizadas.

### **3.3. A importância socio-económica do café**

Durante mais de um século, o café tem sido de longe a maior fonte de rendimento para os agricultores nas montanhas e também o principal produto de exportação de Timor-Leste (representa cerca de 80% do valor das exportações). O café orgânico certificado tem obtido um bom preço no mercado internacional, protegendo assim os agricultores dos actuais preços mundiais baixos. A cultura de café é a única que até aqui tem garantido um rendimento monetário apreciável aos agricultores.

A importância sócio-económica da cafeicultura pode ser ilustrada através da área ocupada, produção, número de famílias produtoras, rendimento obtido e criação de emprego.

Segundo Fragoso *et al.* (1972), a carta de utilização do solo de Timor mostra que a área de dispersão da cultura do café é de cerca de 300.000 hectares para um total de 1.500.000 hectares, representando, aproximadamente, 20% do território. Em relação à área ocupada pela cultura, cerca de 60.000 hectares, verifica-se que a área de colheita tem aumentado ao longo do tempo, assim como a respectiva produção total. No entanto, a produtividade diminuiu, o que pode ficar a dever-se ao facto de se colherem cafezais menos produtivos quando a área de colheita aumenta (Quadro 2).

Quadro 2: Área cultivada e produção

<b>Anos</b>	<b>Área Cultivada(ha)</b>	<b>Produção(ton)</b>	<b>Produtividade(Kg/ha)</b>
2000	43.978	9.547	217
2001	47.704	9.547	200
2002	52.357	9.787	187
2003	53.075	9.895	186
2004	54.224	10.050	185
2005	62.555	10.070	161
2006	66.054	10.122	153

Fonte: MED 2008

O Quadro 3 apresenta a área potencial aproximada da replantação de café mas ainda não produtivo, a área produtiva, os cafezais antigos improdutivos e o total da produção em 2006 por distrito. Os distritos mais importantes na produção de café são Ermera, Manufahi, Liquiçá e Ainaro. A replantação de café em 2006 foi cerca de 2,6 % da área total de café. Verifica-se que a área improdutiva é maior que a área produtiva.

Quadro 3: Área da plantação do café e total da produção em 2006 por distrito

<b>Distrito</b>	<b>Replantação café mas ainda não produtivo (ha)</b>	<b>Área produtiva (ha)</b>	<b>Cafezais antigos improdutivos (ha)</b>	<b>Total da área (ha)</b>	<b>Produção total (ton)</b>
Aileu	25	725	384	1.134	83
Ainaro	75	1.804	3.145	5.024	1.191
Bobonaro	60	1 460	1 020	2 540	546
Ermera	750	11.360	17.125	29.225	5.372
Liquiçá	160	3.470	3.126	6.756	1.243
Manufahi	280	2.870	4.160	7.310	1.687
Total	1.350	21.679	28.960	51.989	10.122

Fonte: MAF 2006

## A produção de café em Timor-Leste e a sua comercialização

Em 2006, o número total de famílias que produziram cafés foi de 66.679, o que representa 34,2% do total de famílias (Quadro 4). Por distrito, o mais importante para as famílias é Ermera (84,8%) e o menos importante é Bobonaro (31,1%).

Quadro 4: Famílias produtoras de café em 2006

<b>Distrito</b>	<b>Total de Famílias</b>	<b>Famílias a produzir café</b>	<b>% Famílias a produzir café</b>
Aileu	7.745	6.044	78,0
Ainaro	11.527	8.313	72,1
Bobonaro	18.397	5.715	31,1
Ermera	21.165	17.943	84,8
Liquiçá	11.063	7.278	65,8
Manufahi	8.901	5.303	59,6
Timor Leste	194.962	66.679	34,2

Fonte: DNE 2006

Ainda em 2006, a área média da cultura do café por família era de 0,813 hectares e a produção média obtida era de 151 quilos de café verde (Quadro 5). Por distritos, Ermera tem maior área e maior produção enquanto Aileu tem menor área e menor produção.

Quadro 5: Área média e produção de café por família em 2006

<b>Distrito</b>	<b>Área média por Família (ha)</b>	<b>Produção média por família (kg)</b>
Aileu	0,188	35
Ainaro	0,604	112
Bobonaro	0,444	82
Ermera	1,629	301
Liquiçá	0,928	172
Manufahi	1,378	255
Timor Leste	0,813	151

Fonte: DNE 2006 e MED 2008

Para o ano de 2006, utilizando os dados da Direcção de Agronegócio (2008) ajustados a uma produção média por hectare de 195 kg de café verde, a margem bruta estimada é de 338,1 USD por hectare. Com base nestes valores, em 2008 o rendimento médio da cultura do café recebido por família em Timor Leste foi cerca de 261 USD (Quadro 6). Por distritos, Ermera e Manufahi apresentam o maior rendimento por família e Bobonaro e Aileu apresentam o menor.

Quadro 6: Rendimento médio da cultura do café por família em 2008

<b>Distrito</b>	<b>Rendimento médio por família (USD)</b>	<b>Rendimento médio por família e por dia (USD)</b>
Aileu	60,3	0,17
Ainaro	194,1	0,53
Bobonaro	142,8	0,39
Ermera	523,2	1,43
Liquiçá	298,2	0,82
Manufahi	442,8	1,21
Timor Leste	261	0,72

Fonte: Autor e Direcção de Agronegócio 2008

Pode observar-se também que o rendimento médio por dia foi de 0,72 USD por família, abaixo da linha da pobreza, que em 2008 era de 0,88 USD. Por distritos, Ermera e Manufahi estão acima de linha de pobreza e os outros distritos estão abaixo dessa linha.

No que diz respeito à criação de emprego, o sector agro-industrial ligado ao café, está a desenvolver-se através das empresas CCT, Timor Global, Timorcorp LTD, ELSAA café, Always café e de outras que eventualmente poderão surgir. Estas empresas empregam um número significativo de trabalhadores, temporários e ou permanentes. Os dados existentes para a CCT, indicam que a empresa emprega 380 trabalhadores permanentes, cerca de 3.000 sazonais e opera cerca de 100 camiões durante a colheita. Para além disso, no seu programa de saúde rural a empresa possui dez clínicas fixas e 27 clínicas móveis e apoia duas instituições

## A produção de café em Timor-Leste e a sua comercialização

académicas o Institute of Business (IOB) e a Academia Café Timor (ETICA) (CCT, 2010). Quanto à Timorcorp, que opera apenas no período da colheita, incorpora 70 trabalhadores sazonais para uma capacidade de produção pré-instalada de 5 mil toneladas (Guterres, 2010).

O café é o principal produto de exportação em produtos não petrolíferos. Representava 75% do total de exportações em 2001 e aproximadamente 11,2 milhões USD, em 2008 (Quadro 7). Com base neste valor, estima-se que a produção de café deverá corresponder a cerca de 10% do PIB agrícola e que o consumo interno sobretudo traduzido em autoconsumo, deverá rondar as 1000 toneladas ano.

Quadro 7: Área, produção, exportação em peso e valor e consumo interno de café

<b>Ano</b>	<b>Área hectares</b>	<b>Produção toneladas</b>	<b>Exportação toneladas</b>	<b>Valor Exportação USD</b>	<b>Consumo interno toneladas</b>
2002	49873	9787	8240	4800	1547
2003	49873	9895	8519	5400	1376
2004	50784	10050	7689	6899	2361
2005	51348	10069	7210	7630	2859
2006	51989	10122	8877	7999	1245
2007	51998	10500	9500	8560	1000
2008	52002	14000	12500	11200	1500

Fonte: Direcção Nacional Plantas Industriais e Agro Comercio (2009)

Em 2005, os principais destinos de exportação foram os EUA (43,6%), Alemanha (29,4%), Indonésia (12,6%), Portugal (6,7%) e Austrália (3,4%) (Direcção de Agro-negócio 2008).

A exportação de café é feita pelas grandes empresas exportadoras CCT, Timor Global, Timorcorp LTD, ELSAA café e Always café, ONGs, e também por empresários timorenses, alguns deles regressados depois de 1999 e que retomaram as antigas explorações de café dos familiares. Em termos de quota de exportação das agro-indústrias, em 2008, a Timorcorp LTD detinha 27,1 %, a Timor Global 24,4%, a CCT 21,4 a ELSAA 11,4% e os restantes exportadores 15,6% (MAP 2009).

#### **4. Comercialização interna e externa de café pela Timorcorp LTD**

Os agricultores que têm acesso às empresas industriais exportadoras vendem o café em cereja ou em pergaminho a essas mesmas empresas, enquanto aqueles que não têm esse acesso processam e vendem o produto nas aldeias, vilas, sub-distritos, distritos e em Díli.

As principais empresas industriais exportadoras de café são a CCT, Timor Global, Timorcorp LTD, ELSAA café e Always café. A CCT, ELSAA Café e Timor Global compram café cereja aos agricultores enquanto a Always café e Timorcorp LTD compram somente café pergaminho. A empresa Timorcorp LTD foi fundada em 2001 e tem uma capacidade de produção instalada de 5.000 toneladas. A fábrica localizada em Díli funciona apenas durante o período de colheita, de Junho a Novembro, e utiliza 70 trabalhadores.

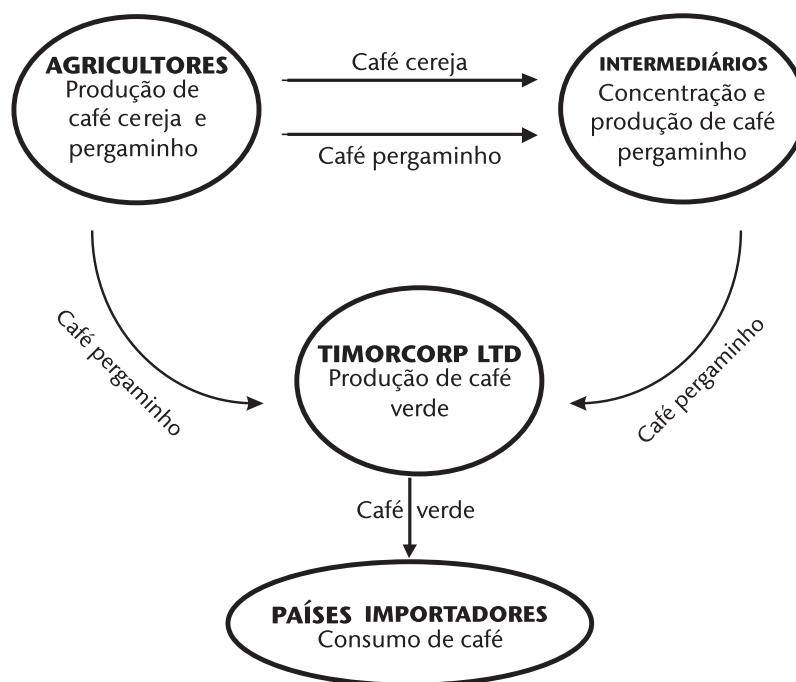
##### **4.1. Circuito de comercialização da Timorcorp**

A comercialização do café na empresa Timorcorp LTD tem uma vertente interna e outra externa. O Diagrama 1 descreve o circuito de comercialização do café. Na sua vertente interna, a empresa compra café pergaminho directamente aos intermediários que estão localizados nos distritos ou a grupos de agricultores. Os intermediários desempenham o papel de reunir a produção de café pergaminho dos diferentes pequenos agricultores. A empresa Timorcorp LTD não compra café cereja directamente aos agricultores, mas os intermediários compram-no e fazem o respectivo processamento para café pergaminho.

O café pergaminho é transportado para a sede da empresa em Díli onde é classificado à entrada da fábrica e transformado em café verde de acordo com a tecnologia descrita no ponto 3.2. Depois da transformação do café pergaminho em café verde ou grão de café, passa-se à comercialização externa, em que o café verde é exportado através do porto de Díli para os principais países importadores.

O preço do café recebido pelos agricultores e agências depende da classificação à entrada da fábrica, baseada em critérios que consideram o teor de humidade, o nível de impurezas e a cor do café.

Diagrama 1: Circuito de Comercialização do Café da Timorcorp LTD

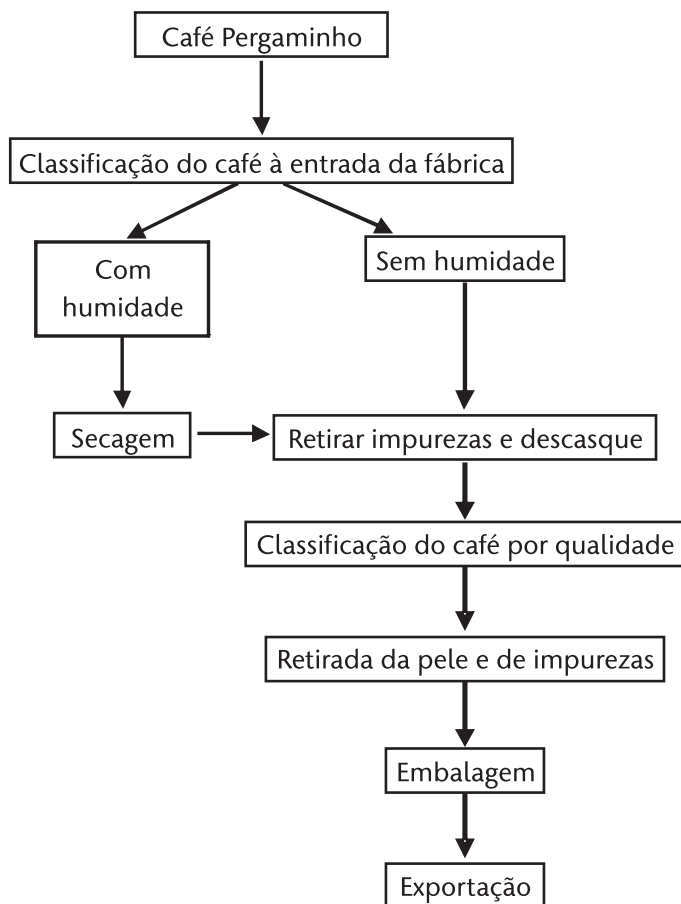


#### 4.2. Tecnologia de produção de café verde pela Timorcorp

A transformação do café pergaminho em café verde ou grão de café pela Timorcorp LTD é semelhante à descrita por Esteves (1965) e consta das seguintes operações: descasque, limpeza, e escolha final do grão de café. Esta é a técnica utilizada pelas empresas exportadoras que hoje processam o café pergaminho como descrito no Diagrama 2.

O café é classificado à entrada da fábrica e, se tiver humidade a mais, é seco nos secadores da empresa por exposição directa ao sol. Se o café tiver a humidade recomendada passa directamente para a máquina de primeira fase onde são retiradas as impurezas e é feito o descasque. Na máquina de segunda fase, o café descascado é escolhido em primeira, segunda e terceira qualidades e é retirada a pele, obtendo-se o café verde grão. Na máquina de terceira fase são retirados os grãos pretos e os restantes resíduos, sendo embalado em sacos de 60 quilos. Depois de embalado, o café é transportado em contentores para o porto de Díli de onde é exportado.

Diagrama 2: Estrutura Produtiva da Timorcorp LTD



#### 4.3. Margens da cultura do café

Os produtores de café vendem geralmente a sua colheita como café cereja, dependendo do preço, da localização e da altura dentro da época de colheita. Vendem a empresas como a CCT, processando para café pergaminho a parte da colheita que não conseguem escoar, para ser vendido mais tarde através de outros canais de escoamento. O processamento de café cereja para café pergaminho origina uma série de perdas uma vez que para obter 1 kg de café pergaminho são necessários cerca de 4,5 kg de café cereja, exigindo ainda um grande esforço de pro-



cessamento. Apesar destas perdas, os produtores de café veêm-se, muitas vezes, na necessidade de fazer este processamento, uma vez que lhes permite a venda da produção em pequenos lotes à medida que vão necessitando de dinheiro para fazer face às suas despesas ao longo do ano. A venda do café em cereja tem que ser feita imediatamente após a colheita, pelo que, neste caso, o rendimento anual dos produtores é recebido num curto período.

Já a transformação do café pergaminho em café verde e deste em café torrado não traz grandes perdas em termos de peso: 1 kg de café pergaminho origina cerca de 0,8 kg de café verde e 0,64 kg de café torrado. A Timorcorp LTD compra café pergaminho aos intermediários.

Para calcular as margens da cultura de café é necessário calcular os custos produção no agricultor, os custos de transformação e os custos de comercialização. Em relação aos custos de produção do café cereja e do café pergaminho, assume-se que o agricultor não compra factores de produção (adubos, químicos) e que as amortizações das plantações e das ferramentas e materiais utilizados são desprezíveis, pelo que o único factor de produção a ser remunerado é a mão-de-obra familiar.

Nesta perspectiva, o custo de produção do café cereja e do café pergaminho nos agricultores é igual a zero, pelo que o preço recebido, quer para o café cereja quer para o café pergaminho, serve para remunerar a mão-de-obra familiar utilizada na cultura.

Os custos de comercialização dos intermediários não foram calculados por falta de dados disponíveis. Os custos dos intermediários estão directamente relacionados com a recolha e concentração do café dos pequenos agricultores. Os custos da Timorcorp LTD teriam que englobar a mão-de-obra utilizada na fábrica e no transporte, a energia das máquinas da fábrica e do transporte, a amortização das máquinas e dos equipamentos, a reparação e manutenção das máquinas e equipamentos, os custos administrativos para o funcionamento da operação incluindo o custo com a operação de exportação. O custo de processamento por quilo de grão verde é o custo total dividido pela produção total. Segundo Wahjudi (2009) e Direcção de Agronegocio (2008), o custo de processamento do café pergaminho para obter café verde está entre 0,58 e 0,60 USD por quilo.

No Quadro 8 apresentam-se as margens da cultura do café calculadas para o agricultor vendendo café pergaminho aos intermediários, e para a Timorcorp LTD que faz a transformação do café pergaminho em café verde e exporta. Estas margens são calculadas tendo em atenção os coeficientes de conversão dos vários tipos de café (café cereja em café pergaminho = 0,22; café pergaminho em café verde = 0,8).

Quadro 8: Margens da cultura de café

	<b>USD/kg</b>
Custos produção do agricultor	0
Preço recebido pelo agricultor	1,20
<b>Margem do agricultor</b>	<b>1,20</b>
Preço recebido pelos intermediários	1,35
<b>Margem dos intermediários</b>	<b>0,15</b>
Custo de transformação em café verde	0,58
Preço de venda FOB do café verde	3,00
<b>Margem da Timorcorp LTD</b>	<b>1,07</b>

#### **4.4. Comércio externo**

O preço do café recebido pelos agricultores, quer o preço em cereja quer em pergaminho, é considerado baixo e isso deve-se à baixa qualidade do café, sendo que esta está directamente ligada a toda a tecnologia utilizada. Apesar destas deficiências, o café de Timor Leste apresenta uma grande tradição nos mercados o que ainda permite uma boa aceitação na sua comercialização internacional.

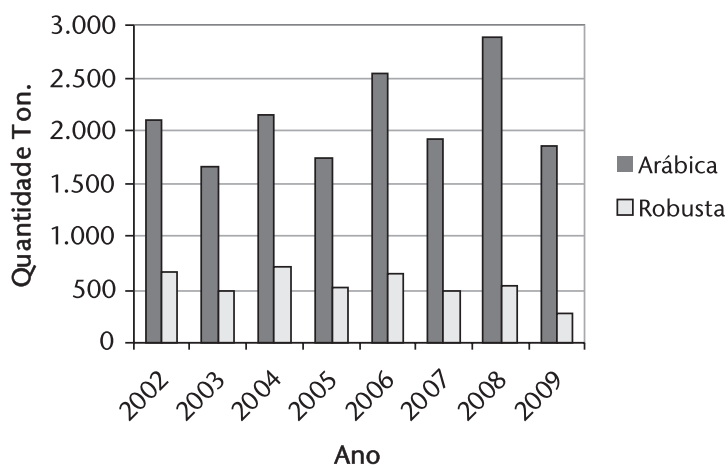
No período entre 2002 e 2009, a exportação de café pela Timorcorp LTD apresentou flutuações, 2008 foi o ano de maior exportação total e de café arábica enquanto 2004 foi o ano de maior exportação de café robusta. A proporção entre o café arábica e o café robusta é de 4 para 1, semelhante à proporção observada em Timor Leste (Quadro 9 e Gráfico 1).

A produção de café em Timor-Leste e a sua comercialização

Quadro 9: Exportações de Café em grão da Timorcorp LTD entre 2002 e 2009

<b>Anos</b>	<b>Arábica (kg)</b>	<b>Robusta (kg)</b>	<b>Total (kg)</b>
2002	2.097.840	656.160	2.754.000
2003	1.666.800	481.680	2.148.480
2004	2.154.000	724.800	2.878.800
2005	1.731.600	516.000	2.247.600
2006	2.539.200	649.200	3.188.400
2007	1.915.200	496.800	2.412.000
2008	2.881.200	537.600	3.418.800
2009	1.843.200	268.800	2.112.000
<b>Total</b>	<b>16.829.040</b>	<b>4.331.040</b>	<b>21.160.080</b>

Gráfico 1: Quantidades de café exportado entre 2002 e 2009 pela Timorcorp LTD



Em 2008, o peso das exportações de café da Timorcorp LTD no total de Timor Leste foi de 16,2%, em maior percentagem para o café robusta (30,7%) e em menor para o café arábica (17,4%) (Quadro 10).

Quadro 10: Peso das exportações de café da Timorcorp LTD no total de Timor Leste em 2008

	<b>Timorcorp LTD (kg)</b>	<b>Timor Leste (kg)</b>	<b>Peso da Timorcorp (%)</b>
Total	3.418.800	21.042.916	16,2
Arábica	2.881.200	16.573.505	17,4
Robusta	537.600	1.748.840	30,7
Arábica e Robusta	0	2.720.571	0,0

Por países importadores, a quantidade de café exportado pela Timorcorp LTD foi maior para Alemanha (81,8%) e menor para Singapura (0,9 %), em 2009 (Quadro 11 e Gráfico 2). As exportações de Timor Leste em 2008 foram essencialmente dirigidas para os EUA (43,6%), Alemanha (29,4%), Indonésia (12,6%), Portugal (6,7%) e Austrália (3,4%) (Direcção de Agronegocio 2008).

Quadro 11: Exportações de Café da Timorcorp LTD por País Destinatário em 2009

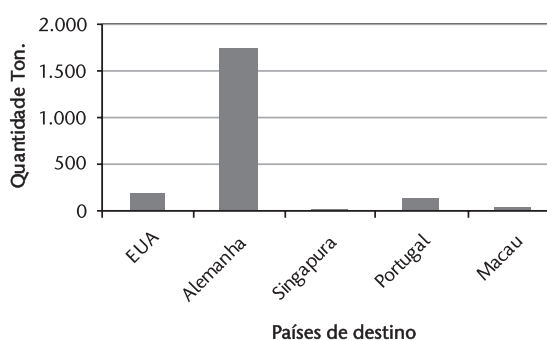
<b>País Destinatário</b>	<b>Contentores</b>	<b>Quantidades (kg)</b>	<b>Percentagem</b>
Estados Unidos da América	10	192.000	9,1
Alemanha	90	1.728.000	81,8
Singapura	1	19.200	0,9
Portugal	7	134.400	6,4
Macau	2	38.400	1,8
Total	110	2.112.000	100

No café arábica, a segunda qualidade tem maior quantidade nas exportações (52,2%), seguida pela primeira qualidade (28,3%) e pela terceira qualidade (19,6%) (Quadro 12). O café robusta só tem uma qualidade para exportação. Wahjudi (2009) refere que cerca de 40 % de café de Timor Leste é de baixa qualidade devido a uma

A produção de café em Timor-Leste e a sua comercialização

colheita no cedo. A colheita no cedo deve-se ao facto de agricultores precisarem de dinheiro para as suas necessidades de sobrevivência.

Gráfico 2: Quantidade de café exportado por país destinatário em 2009



Quadro 12-A quantidade de café exportada por diferentes qualidades

	<b>Quantidade (kg)</b>	<b>Quantidade (%)</b>	<b>Valor (USD)</b>
Arábica 1. <sup>a</sup>	499.200	28,3	713.856
Arábica 2. <sup>a</sup>	998.400	52,2	1.290.240
Arábica 3. <sup>a</sup>	345.600	19,6	432.000
Total Arábica	1.843.200	100	2.436.096
Robusta	268.800	100,0	349.440
Total Robusta	268.800	100	349.440

## 5. Breve reflexão sobre a vantagem comparativa e competitividade

Vários são os técnicos, internacionais e timorenses, que têm reflectido sobre as dificuldades e potencialidades da cultura do café. O Quadro 13 resume essas dificuldades e potencialidades em pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças.

Relativamente aos recursos humanos, os pontos fracos são a baixa formação e organização dos produtores de café e a perda do hábito de fazer as operações

Quadro 13: Pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças para a cultura do café

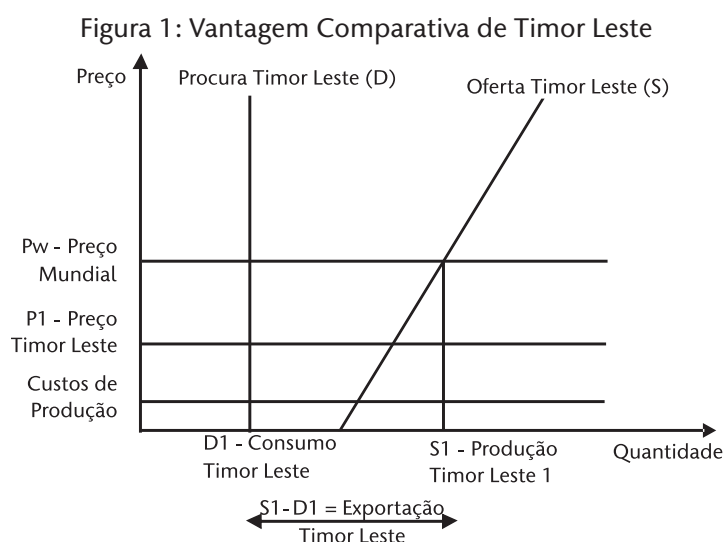
<b>Pontos fortes</b>	<b>Pontos fracos</b>	<b>Oportunidades</b>	<b>Ameaças</b>
<b>Recursos Humanos</b>			
	<b>Agricultores</b> com baixa formação e organização	<b>Requalificação</b> e motivação dos agricultores	
	<b>Perda</b> do hábito das operações culturais durante o período indonésio	<b>Criação</b> de associações de produtores de café	
<b>Produção de Café</b>			
<b>Lenha</b> como sub produto	<b>Cafezais</b> velhos	<b>Resíduos</b> para adubação	
<b>Protecção</b> da erosão	<b>Práticas</b> culturais inadequadas	<b>Lenha</b> para energia	<b>Doenças</b> do café
<b>Disponibilidade</b> de terra	<b>Incerteza</b> na posse da terra	<b>Replantação</b> e reordenamento da cultura	<b>Doença</b> das árvores de sombreamento
		<b>Introdução</b> de práticas culturais adequadas	
		<b>Dar</b> certificado do uso da terra	
<b>Transformação e Mercados</b>			
<b>Produção</b> orgânica	<b>Estruturas</b> de processamento insuficientes	<b>Mercados</b> regionais e internacionais	<b>Competição</b> Internacional
	<b>Baixa</b> qualidade do café	<b>Marca</b> comercial orgânica	<b>Variabilidade</b> do preço mundial do café
		<b>Certificação</b> da Qualidade	<b>Tendência</b> decrescente de preço mundial
<b>Plano Institucional</b>			
	<b>Infraestruturas</b> gerais insuficientes		
	<b>Capacidade</b> institucional limitada	<b>Dinamização</b> dos mercados financeiros rurais	
	<b>Recursos</b> financeiros para investimento reduzidos	<b>Criação</b> e dinamização de indústrias: cafés solúveis, turismo (museu do café)	
	<b>Insuficiente</b> interligação entre os intervenientes no desenvolvimento do café	<b>Criação</b> de um organismo regulador	

Fonte: adaptado de Piggin 2003, Amaral 2003, Direcção de Agronegócio 2008 e Wahjudi 2009

## A produção de café em Timor-Leste e a sua comercialização

culturais durante o período indonésio. Na produção de café, os pontos fracos são os cafezais velhos e improdutivos, práticas culturais inadequadas e incerteza na posse da terra e os pontos fortes são a disponibilidade de terra para novas plantações, lenha como sub produto para consumo doméstico e protecção da erosão do solo. Na transformação e mercados, os pontos fracos são as estruturas de processamento insuficientes que têm como consequência a baixa qualidade do café e o ponto forte é a produção de café ser orgânica. No plano institucional, os pontos fracos são as infraestruturas gerais insuficientes como estradas, transportes e telecomunicações deficientes, capacidade institucional pública e privada ainda limitada, poucos recursos financeiros disponibilizados para investimento na cultura e uma insuficiente interligação entre os diversos intervenientes no desenvolvimento da indústria do café.

Apesar das limitações atrás enunciadas, Timor Leste exporta café porque tem vantagem comparativa. Em termos da produção mundial de café, Timor Leste é um país pequeno e por isso não influencia a formação do preço mundial. A Figura 1 explica o mercado do café em Timor Leste, assumindo que é um país pequeno e tomador do preço mundial. Assume-se ainda que a procura doméstica (D) é relativamente fixa porque o consumo já satisfaz as necessidades, a oferta (S) é variável porque existe potencialidade para colher mais café com as plantações existentes, os custos de produção são baixos porque o único custo é o da mão-de-obra, e que o preço doméstico (P1) é inferior o preço mundial (Pw) porque uma parte significativa do consumo é produção própria. Assim, para o preço mundial Pw, o consumo doméstico é D1, a produção é S1 e a exportação é S1- D1.



Desde o referendo de 1999, o desenvolvimento do sector do café em Timor Leste tem sido promovido por um conjunto de instituições, nomeadamente Ministério da Agricultura e Florestas, Ministério do Turismo, Comércio e Indústria, Organismo de Cooperação Internacional (Missão Agrícola Portuguesa, USAID, ONGS, Peace Winds, PARC, OXFAM) e sector privado através das empresas de transformação e exportação. As acções desenvolvidas têm contribuído para uma requalificação e motivação dos agricultores, para a introdução de práticas culturais adequadas, para a substituição dos cafezais velhos através da replantação, para uma melhor qualidade através da melhoria no processamento feito pelos agricultores e pela certificação orgânica obtida por algumas empresas exportadoras. Dado que a cultura do café é permanente, os efeitos de algumas destas medidas não são sentidos no imediato mas darão os seus frutos no futuro. A metodologia de intervenção utilizada, junto dos agricultores, por algumas destas instituições é semelhante à desenvolvida pelos Serviços Agrícolas de Timor antes de 1975.

Nas políticas públicas e privadas vários são os aspectos a serem considerados, dos quais se podem destacar os seguintes:

- maior atenção deverá ser dada à criação de associações de produtores de café, à conquista de mercados regionais e internacionais, à criação de uma agência de certificação da qualidade e à criação de um organismo regulador;
- com especial cuidado deve ser analisada a criação e dinamização de indústrias ligadas ao café: cafés solúveis e turismo (museu do café). Em relação às indústrias de cafés solúveis deve ser avaliada a possibilidade da sua instalação em Timor Leste, através de parcerias com empresas internacionais e tendo em conta o mercado asiático, de modo a que Timor Leste pudesse fechar o seu ciclo industrial do café, criando um pólo tecnológico baseado na cultura do café;
- no turismo, o professor universitário timorense Pedro Sequeira tem defendido a criação de uma rota do café para ser incluída na actividade turística dos visitantes de Timor Leste. Esta rota incluiria a criação de um museu do café, cujo local de instalação deveria ser estudado, sendo que as antigas instalações da SAPT, em Fato Bessi, deviam ser consideradas pelo valor do património histórico construído e pela paisagem que proporciona



aos visitantes. Outro local fundamental na rota do café é o sítio onde se supõe ter existido o cruzamento natural que deu origem ao híbrido de Timor, referido por Gonçalves e Rodrigues (1976) como sendo em Mata Nova, feitoria de Fato Bessi, existindo ainda em 1975 o exemplar original do mesmo. A existir a planta original ou outros originais nos dias de hoje, deveriam ser considerados património nacional de Timor Leste e ser estudada a possibilidade de incluir a plantação de café no património da UNESCO;

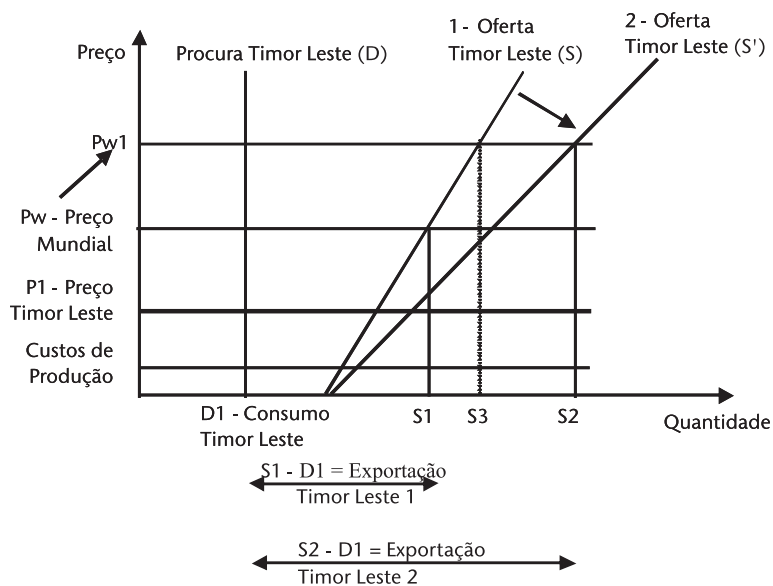
- o melhoramento das infraestruturas gerais depende do plano de desenvolvimento do país. Para os distritos produtores de café, esta actividade poderia ser uma das primeiras a beneficiar e a criar mais-valias a partir da melhoria nas infraestruturas do país, através da diminuição dos custos de transporte e de transacção;
- os meios financeiros para investimento na cultura do café dependem da existência do título de propriedade para serem usados como garantia dos agricultores às instituições financeiras que disponibilizam capital para investimento nas plantações. Dar título de propriedade da terra é delicado porque esses títulos têm que estar de acordo com as leis tradicionais de posse e uso da terra;
- as ameaças domésticas à cultura do café são as doenças do café e as doenças das árvores de sombreamento pelo que são necessárias medidas urgentes para lidar com o sombreamento do café;
- em termos internacionais, a competição com os outros países que produzem café, e a variabilidade e tendência decrescente no preço internacional do café são factores que poderão ter reflexos no preço das exportações de Timor Leste, sendo que as únicas armas que Timor Leste pode usar são a sua história, o seu nome-marca e a sua qualidade.

Se forem tomadas as medidas atrás descritas então: 1) a qualidade do café aumentará, levando a que o preço mundial para o café Timor Leste aumente de  $P_w$  para  $P_w1$ ; e 2) se houver uma reconversão dos cafezais antigos e improdutivos, a oferta doméstica aumentará de 1 (S) para 2 (S') (Figura 2). A combinação destes dois efeitos produzirá um aumento da produção de S1 para S2 e das exportações de S1-D1 para S2-D1. É de esperar que o rendimento dos agricultores aumente devido a um

aumento da produção e dos preços. O acréscimo de preço pela qualidade de café não deverá ficar só para o exportador mas deverá também chegar aos agricultores. Wahjudi (2009) propõe a criação de uma taxa de exportação para redistribuir o rendimento do café pelos produtores. No período colonial português essa taxa existia e servia para dar incentivos aos produtores de café através de apoio técnico à replantação.

O primeiro efeito, aumento da qualidade, pode acontecer no curto prazo e o segundo efeito, aumento de produção, deverá acontecer no longo prazo porque a reconversão do cafezal demora entre 3 a 5 anos. Deste modo, se as melhores técnicas de colheita e processamento forem implementadas pelos agricultores, será de esperar que numa primeira fase a produção aumente para S3 e as exportações aumentem para S3-D1. Neste momento é o que está a acontecer.

Figura 2: Efeito do Aumento da Qualidade e da Produção na Exportação



Em resumo, aumentar a qualidade e a produção permitirá aumentar o emprego da mão-de-obra nas zonas rurais, as exportações e a entrada de receitas no país, o rendimento dos produtores de café e das suas famílias e o bem-estar das populações rurais de Timor-Leste. Nogueira (2009) estima que o aumento da produção de pergaminho de 200 para 600 kg implica um aumento no rendimento de cada família de cerca de 600 USD por ano.

## 6. Notas finais

A empresa Timorcorp LTD é uma das empresas transformadoras e exportadoras de café em Timor Leste. A empresa compra café pergaminho aos agricultores e transforma em café verde na sua fábrica em Díli. Esta funciona somente durante a estação de colheita, Junho a Novembro. A empresa tem cerca de 16% do mercado de exportação em que domina o café arábica.

Existe espaço para aumentar a produção e a qualidade do café, bem como o rendimento dos produtores de café através de intervenções na formação dos agricultores, no sistema de produção e transformação, na construção de infraestruturas, na transparência dos mercados e em actividades complementares à cultura do café.

O aumento na produção de café, para além de proporcionar um aumento na capacidade instalada das empresas que processam e exportam o café, permitirá a entrada de novas empresas no mercado, aumentando o investimento e o emprego.

Para os distritos produtores de café, esta actividade pode e deve ser utilizada como motor do desenvolvimento local e os planos de desenvolvimento distrital devem ter isso em consideração.

## Referências bibliográficas

- Amaral, F. E. (2003). Prospects for coffee development in East Timor. In H.Costa, C. Piggin, C. Cruz e J.Fox (eds). *Agriculture: New Directions for a New Nation*. ACIAR Proceedings N.º 113.
- Cooperativa Café Timor (CCT) (2009). Brief Profile on Operations. 1.ª Conferência Internacional Café Timor, Díli, Timor Leste.
- Deus C. C. (2010). *Impacto do desempenho da CCT na satisfação e qualidade de vida dos seus membros*. Dissertação de Mestrado em Gestão - Recursos Humanos, Universidade de Évora.
- Direcção de Agronegócio (2008). Commodity Profile for Coffee. Ministério da Agricultura e Pescas, Díli, Timor Leste.

- Direcção Nacional de Estatística (DNE) (2006). Censur da população e da habitação 2004. Atlas, Díli, Direcção Nacional de Estatística e United Nations Population Fund.
- Esteves, A. B. (1965). Preparo de Cafés em Timor. MEAU, Reeditado por TimorAgri.
- Fragoso, M. A. C, Aguiar, M. C, e. Gonçalves, M.M. (1972). Subsídios para a Caracterização do Grão de Café do Híbrido de Timor. MEAU, Reeditado por TimorAgri.
- Gonçalves, M. M. (1972). Estimativa do acréscimo do custo de produção do café na região de Ermera, Timor, correspondente à intervenção do comerciante dos mercados rurais, correspondente a intervenção do exportador em Díli. MEAU, Reeditado TimorAgri.
- Gonçalves, M. M. e Mexia, J.N. (1975). Evolução da Exportação de Café em 1947/74 e sua Previsão para 1975/77. MEAU, Reeditado por TimorAgri.
- Gonçalves, M. M. e Rodrigues, M.L. (1976). Nota Sobre as Possibilidade de Produção do “Híbrido de Timor “ no Seu Habitante Natural, Lisboa, MEAU, Reeditado por TimorAgri.
- Gonçalves, M. M., Rodrigues, M.L. e Daehnhardt, E. (1976). A Hemileia vastatrix B. & Br. No Território e o Melhoramento da Cafeicultura face à Doença. MEAU, Reeditado por TimorAgri.
- Gonçalves, M. M. (1993). Problemática do Desenvolvimento agrícola: Cultura do Café. Conferência na Exposição Timor no Sândalo, Lisboa.
- Guterres V. C. (2010). *Comercialização interna e externa de café na empresa de Timorcorp, em Comoro-Timor-Leste*. Relatório final do estágio em Ciências Agrárias.
- Ministério da Agricultura e Florestas (MAF) (vários anos). Estatísticas agrícolas. Direcção de Culturas Industriais e Agronegócio, Díli.
- Ministério da Economia e Desenvolvimento (MED) (2008). Relatório do Estado da Nação. Volume IV, Comissão Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento, Ministério da Economia e Desenvolvimento.
- Moxham, B. (2001). *Grinding poverty? Coffee and the development challenges for East Timor*. University of Melbourne.
- Nogueira, M. (2009). Gestão das Plantações. 1.<sup>a</sup> Conferência Internacional Café Timor, Díli, Timor Leste.
- OXFAM (2003). Overview of the Coffee Sector in Timor Leste. Editado por TimorAgri.
- Piggin, C. (2003). Working Group SWOT analysis on agricultural development in East Timor. H.Costa, C. Piggin, C. Cruz e J.Fox (eds). ACIAR Proceedings N.º 113.

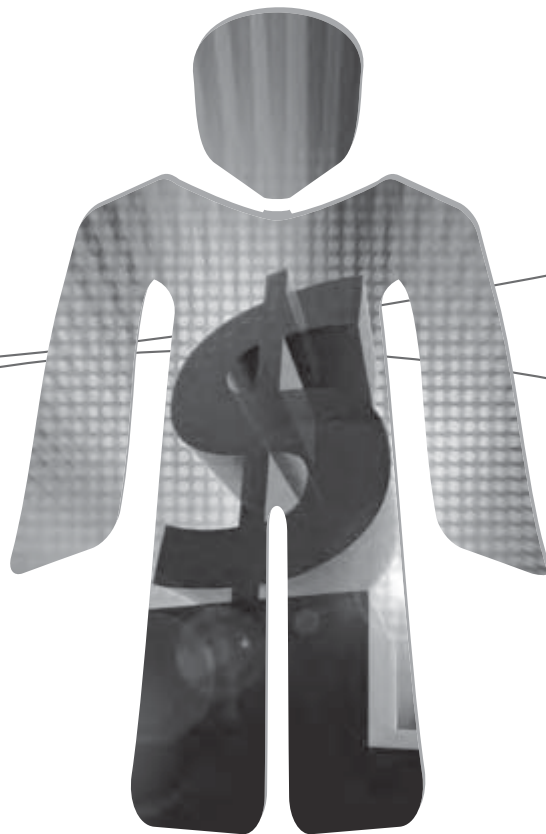
## A produção de café em Timor-Leste e a sua comercialização

Sá, A. (1952). Timor. Sociedade de Geografia de Lisboa, Semana do Ultramar, Reeditado por TimorAgri.

Silva, H. L. (1957). Timor e a Cultura do Café, Memórias. Série de Agronomia Tropical, Junta de Investigações do Ultramar, Ministério do Ultramar, Reeditado por TimorAgri.

Wahjudi, B. (2009). A Economia do Café de Timor Leste. Gabinete do Ministro do Turismo, Comércio e Indústria, Díli.

urbanismo meio ambiente planeamento territorial



*economia social  
cooperação  
competitividade*

# SESSÕES PARALELAS

## Desenvolvimento

*empregos verdes  
inclusão social*





## Alguns contributos para o estudo do desenvolvimento económico da Província do Huambo

António Zacarias da Costa<sup>1</sup>  
Maria da Conceição Rego<sup>2</sup>

### Resumo

Desde os primeiros estudos sobre organização territorial que a importância das cidades é indiscutível. As cidades são pontos de encontro, são locais de desenvolvimento e de modernidade, por oposição às características de conservadorismo, tradicionalmente associadas às áreas rurais. Assim, as cidades que emergem em territórios tipicamente rurais – como é o caso da cidade do Huambo – terão pois ‘responsabilidades’ acrescidas na promoção de processos de desenvolvimento integrado, não apenas à escala da cidade, como também promovendo a alteração do contexto territorial, relativamente à área rural envolvente. A influência directa que a cidade do Huambo representa para Angola em termos de produção agrícola constitui a sua principal característica. Tradicionalmente foi uma cidade com uma economia baseada na produção extensiva de cereais para a comercialização. A concentração populacional que resultou, em grande parte, da ‘fuga’ de indivíduos do campo para a cidade, na sequência do conflito armado, não permitiu a todos os indivíduos e grupos sociais, os benefícios que esperavam, devido, por exemplo, a várias formas de segregação relativas ao nível do rendimento, etnia, raça, ideologia política etc.

Neste estudo visamos incluir alguns contributos para a discussão em torno da formação do conceito do direito à cidade sustentável, o qual integra a procura de um processo desenvolvimento equilibrado, permitindo ao ecossistema urbano relacionar-se racionalmente com os demais ecossistemas. Neste pressuposto,

---

<sup>1</sup> Mestrando em Economia e Gestão Aplicadas, Universidade de Évora, [antoniozacariasdacosta@yahoo.com.br](mailto:antoniozacariasdacosta@yahoo.com.br), [costaantonio09@hotmail.com](mailto:costaantonio09@hotmail.com).

<sup>2</sup> Professora auxiliar, Departamento de Economia, CEFAGE-UE, Universidade de Évora, [mcpr@uevora.pt](mailto:mcpr@uevora.pt).

com este texto propomo-nos apresentar e discutir alguns elementos de caracterização e posicionamento territorial da cidade do Huambo, visando o objectivo estratégico de promover a sustentabilidade da cidade.

**Palavras-chave**

Desenvolvimento económico, urbanismo, meio ambiente e planeamento territorial

# Alguns contributos para a caracterização da comunidade angolana imigrante em Portugal e para a dinâmica populacional portuguesa

José Rebelo dos Santos<sup>1</sup>  
M.<sup>a</sup> Filomena Mendes<sup>2</sup>  
M.<sup>a</sup> da Conceição Rego<sup>3</sup>  
M.<sup>a</sup> da Graça Magalhães<sup>4</sup>

## Resumo

Portugal foi no decurso do século XX, durante largos anos um país de emigrantes, sendo que no último quartel desse século a situação se começou a alterar, passando os imigrantes a ter um peso crescente na dinâmica populacional. Esta alteração é indissociável da independência de um conjunto de colónias portuguesas em África e da vinda de imigrantes dos novos países a que as mesmas deram origem. Na verdade, os fluxos imigratórios da década de 80 estavam relacionados com a fase pós-colonial tendo origem sobretudo nos PALP (Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe).

Em 2009 – último ano para o qual temos dados disponíveis –, Angola continuou com grande representatividade no conjunto das comunidades imigrantes residentes em Portugal, sendo o 5.º país com mais representatividade numérica a nível de imigrantes que constituem quase 6% do total, integrando mais de 26.500 indivíduos.

Esta comunicação tem como objectivo a quantificação e caracterização dos Imigrantes Angolanos, no âmbito da sua distribuição por sexo, grupo etário e região de residência. A análise baseia-se nos dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) e do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF).

Entre as especificidades da comunidade de Imigrantes Angolanos, em 2009, está o facto de mais de 86% estar concentrada nos distritos de Lisboa, Setúbal

---

<sup>1</sup> Professor adjunto, Escola Superior de Ciências Empresariais, Instituto Politécnico de Setúbal, [jose.rebelo@esce.ips.pt](mailto:jose.rebelo@esce.ips.pt)

<sup>2</sup> Professora associada, Departamento de Sociologia, Universidade de Évora, [mmendes@uevora.pt](mailto:mmendes@uevora.pt)

<sup>3</sup> Professora auxiliar, Departamento de Economia, CEFAGE-UE, Universidade de Évora, [mcpr@uevora.pt](mailto:mcpr@uevora.pt)

<sup>4</sup> Universidade de Évora (Doutoranda), Portugal, [mgraca.magalhaes@ine.pt](mailto:mgraca.magalhaes@ine.pt).

José Rebelo dos Santos, M.<sup>a</sup> Filomena Mendes, M.<sup>a</sup> da Conceição Rego  
e M.<sup>a</sup> da Graça Magalhães

e Porto (65,01%, 16,36% e 4,82%, respectivamente), de se tratar de uma comunidade muito jovem (quase 85% dos imigrantes tinham em 2007 idade inferior a 40 anos e mais de 20% idade inferior a 15 anos) e de predominar o sexo masculino (cerca de 54% do total), verificando-se predominância masculina até aos 44 anos e inflectindo-se a relação nas idades seguintes.

### **Palavras-chave**

Imigração, Angola, desenvolvimento populacional

## **Introdução**

Portugal foi no decurso do século XX, durante largos anos um país de emigrantes, sendo que no último quartel desse século a situação se começou a alterar, passando os imigrantes a ter um peso crescente na dinâmica populacional. Esta alteração tem ligação com a independência de um conjunto de colónias portuguesas em África e da vinda de imigrantes dos novos países a que as mesmas deram origem. Com efeito, os fluxos imigratórios da década de 80 estavam relacionados com a fase pós-colonial tendo origem sobretudo nos PALOP (Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe).

Estes fluxos estão na génese da criação de algumas comunidades de imigrantes que começam a afirmar-se pela sua expressão numérica, sendo que não há uma relação directa entre a dimensão destas comunidades em Portugal e o país de origem. Os Cabo-Verdianos constituíram durante largos anos a maior comunidade de imigrantes em Portugal. Esta situação perdurou até 2007, ano a partir do qual a hegemonia passou a ser do Brasil. A Comunidade Angolana tem sido uma das mais representativas ocupando a 4.<sup>a</sup> posição em 2007 com estes imigrantes a ascenderem a cerca de 33 mil indivíduos.

Em 2009, não obstante ter ocorrido um decréscimo substancial, Angola continuou com grande representatividade sendo o 5.<sup>o</sup> país com mais representatividade numérica a nível de imigrantes correspondendo a quase 6% do total e integrando mais de 26.500 indivíduos. O crescimento económico impar que se tem verificado em Angola nos últimos pode explicar de alguma forma este decréscimo como alguns imigrantes angolanos a regressar ao seu país de origem e inclusive justificar um outro movimento, neste caso de emigração portuguesa para Angola.

Alguns contributos para a caracterização da comunidade angolana imigrante em Portugal e para a dinâmica populacional portuguesa

Nesta comunicação os objectivos são quantificar e caracterizar os Imigrantes Angolanos em Portugal, no âmbito da sua distribuição por sexo, grupo etário e região de residência. A análise baseia-se nos dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) e do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF). Complementarmente pretende-se ainda apresentar alguns dados relativos a esta nova vaga de emigração de portugueses para Angola.

A nível de estrutura após abordarmos as questões relativas às alterações demográficas em Portugal e às migrações analisaremos os aspectos específicos dos imigrantes angolanos em Portugal, nomeadamente no que se refere à sua distribuição por classes etárias, por sexo e por regiões. Por fim apresentaremos alguns dados relativos à recente emigração de portugueses para Angola.

### **1. Migrações e Alterações demográficas em Portugal**

O recurso à imigração pode resolver parcialmente e no curto prazo o défice demográfico que está a assolar os países ocidentais, tendo como primeira consequência um crescente envelhecimento (Sassen, 2002).

Se nos reportarmos a Portugal, desde o princípio da década de oitenta que o crescimento populacional passou a estar fortemente dependente do crescimento migratório, uma vez que o crescimento natural se reduziu drasticamente, tendo inclusive, nos últimos anos sido negativo.

Os fluxos migratórios interferem directamente no crescimento migratório e ao mesmo tempo contribuem para o crescimento natural, na medida em que também os migrantes concorrem para a natalidade e mortalidade, repercutindo-se os seus comportamentos na estrutura etária da população.

A análise da estrutura etária da população portuguesa revela um persistente e elevado envelhecimento, que resulta directamente da relação entre o saldo natural e o saldo migratório, sendo que o contributo deste último é cada vez mais relevante dado o modesto comportamento do crescimento natural (Rebelo, Mendes e Pinto, 2006).

De acordo com o INE, desde 1993 que os saldos migratórios estimados se têm revelado positivos (INE, 2008), constatando-se um *volte-face* em relação à tendência anterior que era de forte emigração. Embora esta continue a ocorrer, o facto é que diminuiu substancialmente durante os anos 90 e a primeira década do século XXI,

José Rebelo dos Santos, M.<sup>a</sup> Filomena Mendes, M.<sup>a</sup> da Conceição Rego  
e M.<sup>a</sup> da Graça Magalhães

surgindo recentemente um recrudescimento eventualmente explicado pela actual crise que se faz sentir de forma particular em Portugal.

Em Portugal, o saldo natural, dado pelo diferencial entre os nascimentos e os óbitos, tem apresentado valores muito próximos de zero, e mesmo negativos em 2007 (Rosa e Chitas 2010), 2009 e 2010, pelo que o saldo migratório, como já referimos, passou a assumir maior importância.

Se analisarmos a população estrangeira com estatuto legal de residente em Portugal, verificamos que, em 1980, eram cerca de 54 mil e, em 2007, mais de 400 mil, de acordo com o SEF, correspondendo nesta última data a 4,2% da população residente em Portugal (Costa, 2009). Em 2009, este número incrementou-se passando a população estrangeira com estatuto legal de residente para 454,2 mil (Costa, 2009). Não obstante, a emigração sempre teve bastante importância (Costa, 2009), estando no momento a constituir a opção de cada vez mais portugueses face a um mercado de trabalho pouco atractivo.

Apesar de se ter verificado uma diminuição acentuada da emigração de carácter permanente (movimento de saída para um país estrangeiro com intenção de permanência de mais de um ano) a emigração temporária (movimento de saída para um país estrangeiro com intenção de permanência de menos de um ano) tem aumentado nos últimos anos, correspondendo nos anos mais recentes a cerca do triplo da emigração de carácter permanente (Peixoto, 2004). Uma análise mais pormenorizada permite identificar duas situações diferentes: na emigração de carácter permanente a distribuição por sexos é muito equilibrada; na emigração temporária verifica-se uma grande predominância de indivíduos do sexo masculino; um outro aspecto digno de realce é que no caso do sexo feminino não há diferenças substanciais entre o número de emigrantes de carácter permanente e emigrantes temporárias.

Tendo em conta a relativa juventude dos imigrantes e a sua representatividade na população activa, é um facto que contribuem significativamente para a actividade económica e para o desenvolvimento português.

Uma vez que os fluxos imigratórios adicionam efectivos à população e esses efectivos contribuem para a natalidade tendo até padrões de fecundidade mais elevados que os da população do mesmo grupo etário dos países de acolhimento (Sobotka, 2008), influenciam directamente a dinâmica populacional pela primeira razão e indirectamente pela segunda razão.

Alguns contributos para a caracterização da comunidade angolana imigrante em Portugal e para a dinâmica populacional portuguesa

## 2. Especificidades da Imigração Angolana em Portugal

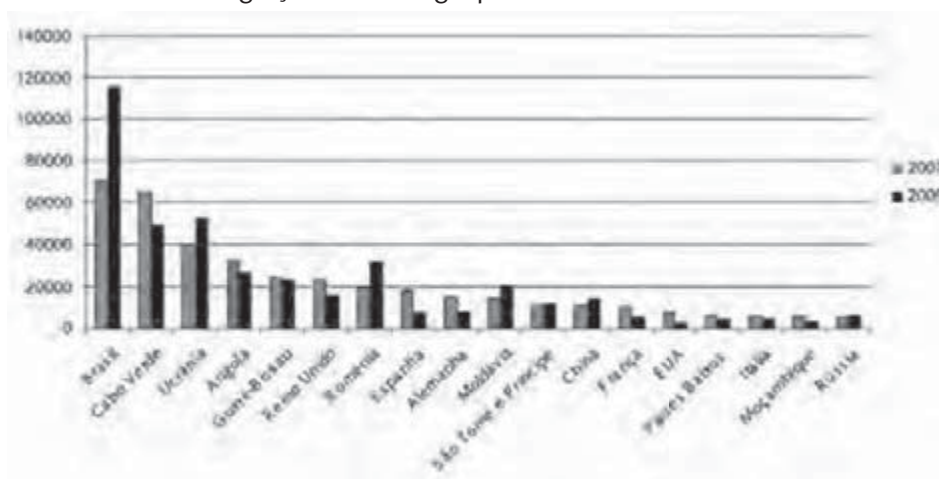
Entre as condicionantes à vida dos Imigrantes Angolanos em Portugal refira-se as baixas qualificações académicas, o desemprego, o não pagamento de salários e o desajuste salarial aliado a situações migratórias não regularizadas (Melo, 2004). Os jovens imigrantes angolanos embora percepcionem a existência de discriminação em Portugal consideram que existem oportunidades interessantes (Ribeiro, Menezes e Neves, 2010).

Desde meados dos anos oitenta a meados dos anos noventa verificaram-se fluxos migratórios muito intensos com motivações laborais, origem em Angola e destino em Portugal (Machado, 1997). Estas migrações, com motivação sobretudo económica, são indissociáveis dos períodos conturbados que se viveram (Rocha-Trindade, 2001).

Os imigrantes angolanos constituem um dos grupos numericamente mais representativos. De acordo com alguns autores, admite-se que a possibilidade de retorno é bastante plausível, mas, ao mesmo tempo, verifica-se a vinda de novos emigrantes. Destaque-se também o facto de haver portugueses a ir para Angola em número cada vez maior (Machado e Azevedo, 2008). Esta ocorrência está ligada ao enorme crescimento angolano.

Os dados relativos à imigração para Portugal nos últimos anos podem analisar-se no âmbito do gráfico seguinte.

Gráfico 1 – Imigração em Portugal por nacionalidade em 2007 e 2009



Fonte: INE

José Rebelo dos Santos, M.<sup>a</sup> Filomena Mendes, M.<sup>a</sup> da Conceição Rego  
e M.<sup>a</sup> da Graça Magalhães

Como é patente, em 2007 os imigrantes angolanos em Portugal representavam quase 33 mil indivíduos, correspondendo a mais de 7% dos imigrantes, assumindo-se assim como o quarto grupo mais numeroso (depois dos brasileiros, cabo-verdianos e ucranianos).

Em 2009, o número de imigrantes angolanos registou uma diminuição face a 2007, cifrando-se em cerca de 26.500, tendo o seu peso relativo também decrescido (passaram a ser o quinto grupo com maior representatividade, correspondendo a 5,8% dos imigrantes em Portugal).

Entre 2007 e 2009 verifica-se um decréscimo substancial no número de angolanos, tanto em termos absolutos, como em termos relativos. De qualquer forma, uma vez que, só em 2008 e 2009 foi atribuída a nacionalidade portuguesa a quase 7500 cidadãos angolanos, deveremos analisar com algumas reservas a diminuição referida anteriormente (SEF 2010).

Mesmo assim, e assumindo uma eventual diminuição, esta pode ter alguma ligação à própria crise que se vive na Europa e particularmente em Portugal e ao mesmo tempo ao *boom* económico de Angola. Embora não existam dados concludentes parece não haver evidências de retornos em massa de imigrantes para os seus países de origem e concretamente para Angola. Mesmo assim e só no âmbito do programa de retorno voluntário no 1.º trimestre de 2009 registou-se o início de 272 processos e no mesmo período de 2010 o número ascendeu a 391 (Peixoto e Iorio, 2011).

### **2.1. Imigrantes Angolanos em Portugal – distribuição por regiões**

Os imigrantes africanos, e em particular, os imigrantes angolanos que têm vindo para o ocidente e sobretudo para Portugal, têm tendência a organizar-se no sentido da preservação das suas próprias culturas (Rebelo 2000), o que pode justificar o facto de os imigrantes africanos se concentrarem frequentemente em comunidades que lhes permitam preservar as suas identidades.

No que se refere aos imigrantes angolanos, apesar de se encontrarem repartidos por todo o território português, verifica-se uma elevada concentração em três distritos: Lisboa, onde no ano de 2009 residiam cerca de dois terços dos imigrantes angolanos (17.266 de 26.557); Setúbal, com 4.366 (16,4%); e Porto, com 1.281, correspondendo a 4,8%.



Alguns contributos para a caracterização da comunidade angolana imigrante em Portugal e para a dinâmica populacional portuguesa

## **2.2. Imigrantes Angolanos em Portugal – distribuição por sexo e idades**

Segundo estimativas do Instituto Nacional de Estatística, estima-se que cerca de 55% dos cidadãos estrangeiros com permanência regular em Portugal sejam homens e 45% mulheres, com uma maior concentração nas idades activas, estando cerca de 50% entre os 20 e os 39 anos de idade. Esta distribuição é heterogénea no que se refere à distribuição sexual e à repartição por estrutura etária, variando em função do país de origem.

Estas características diferem da estrutura populacional portuguesa, onde o número de mulheres é superior ao dos homens e a população é bastante mais envelhecida, reflectindo-se na dinâmica populacional do país, e contribuindo para retardar o envelhecimento. No entanto, nos países de origem verifica-se o inverso, havendo saída da população jovem, que propicia o aumento do envelhecimento.

Concretamente no caso dos imigrantes angolanos, a distribuição por sexo revela-se muito equilibrada, sendo o número de mulheres ligeiramente superior ao dos homens, de acordo com os dados de 2009 (50,3% mulheres e 49,7% homens). Esta distribuição é heterogénea ao longo dos diversos grupos etários sendo que, até aos 40-44 anos prevalecem os homens, sendo que nos grupos etários seguintes passam as mulheres a predominar.

A distribuição etária indica que 20,3% dos imigrantes angolanos são jovens com idade inferior a 15 anos; 41,3% são jovens em idade activa (entre 15 e 29 anos); 29,4% têm idades compreendidas entre 30 e 44 anos, podendo-se concluir que mais de 90% possuem idade inferior a 45 anos.

## **2.3. Imigrantes Angolanos em Portugal – Nupcialidade e Natalidade**

Uma das causas dos fluxos migratórios é a formação de família e/ou a reunificação familiar, no caso das comunidades estrangeiras já estabelecidas em Portugal (Coleman, 2004).

Desde 2001 que em Portugal se regista um decréscimo do número de casamentos. Todavia, os casamentos envolvendo cidadãos estrangeiros cresceram substancialmente (mais de três vezes) entre 2001 e 2007. Daí a sua relevância face ao total de casamentos em Portugal.

José Rebelo dos Santos, M.<sup>a</sup> Filomena Mendes, M.<sup>a</sup> da Conceição Rego e M.<sup>a</sup> da Graça Magalhães

De acordo com o INE, em 1995, do total de casamentos celebrados 2,5% envolviam um cônjuge de nacionalidade estrangeira; em 2007 esse valor ascende a 14,4%, e em 2009 é de 13,8%; este valor inclui 2,2% de casamentos em que ambos os cônjuges eram estrangeiros em 2007 e 2,3% em 2009.

A proporção de casamentos “mistos” (apenas um dos cônjuges tem nacionalidade estrangeira), passou de 2,3% em 1995 para 12,3%, em 2007 e 11,5% em 2009.

Quadro 3 – Casamentos realizados em Portugal, por nacionalidade dos cônjuges, de 1995 a 2007

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Apenas um dos cônjuges de nacionalidade estrangeira	1493	1232	1287	1343	1608	1698	1869	2721	3582	3537	3909	4943	5678
N.º													
Ambs os cônjuges de nacionalidade estrangeira	173	135	128	141	160	159	224	342	395	407	423	753	1003
%													
Apenas um dos cônjuges de nacionalidade estrangeira	2,3	1,9	2,0	2,0	2,3	2,7	3,2	4,8	6,7	7,2	8,0	10,3	12,3
Ambs os cônjuges de nacionalidade estrangeira	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,4	0,6	0,7	0,8	0,9	1,6	2,2

Fonte: INE

Desde 1995 que o número de nascimentos relativos a mães de nacionalidade estrangeira tem vindo a aumentar. Neste ano, os nados vivos de mães de nacionalidade estrangeira representavam 2,2% do total de nados vivos de mães residentes em Portugal. Esse valor incrementou para 9,6% em 2007 (cresceu mais de 4 vezes em apenas 12 anos) e em 2009, passou para 10,4%.

Entre 1995 e 2007, a percentagem de nados vivos em que pelo menos um dos pais era de nacionalidade estrangeira aumentou de 3,2% para 11,8%; este valor incluía 6,5% em que ambos os pais eram de nacionalidade estrangeira. Estes valores espelham a crescente influência de cidadãos de nacionalidade estrangeira na natalidade em Portugal.

Desde o ano 2000 que em Portugal o número de nados vivos tem vindo a decrescer. No entanto verifica-se um contínuo aumento do número de nados vivos de mães de nacionalidade estrangeira. Estes, entre 2000 e 2007 quase duplicaram, como é possível analisar no quadro seguinte.

Alguns contributos para a caracterização da comunidade angolana imigrante em Portugal e para a dinâmica populacional portuguesa

Quadro 4 – Nados vivos, por nacionalidade dos pais em Portugal, de 1995 a 2007

		1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Pai ou mãe de nacionalidade estrangeira		3389	3629	4025	4477	7500	8394	8559	10019	10383	10855	11653	11845	12070
Ambos os pais de nacionalidade estrangeira	N.º	1395	1529	1636	1950	2827	3434	3755	5088	5229	5447	5946	6365	6676
Mãe de nacionalidade estrangeira		2367	2522	2757	3158	5099	5823	5899	7690	8029	8444	9092	9542	9887
Pai ou mãe de nacionalidade estrangeira		3,2	3,3	3,6	3,9	6,5	7,0	7,6	8,8	9,2	9,9	10,7	11,2	11,8
Ambos os pais de nacionalidade estrangeira	%	1,3	1,4	1,4	1,7	2,4	2,9	3,3	4,4	4,6	5,0	5,4	6,0	6,5
Mãe de nacionalidade estrangeira		2,2	2,3	2,4	2,8	4,4	4,9	5,2	6,7	7,1	7,7	8,3	9,0	9,6

Fonte: INE

Entre 1995 e 2009 verificou-se uma alteração do perfil das nacionalidade dos estrangeiros a residir em Portugal, o que é corroborado pela distribuição pelas principais nacionalidades das mães. Em 1995, a nacionalidade mais representativa das mães estrangeiras era a cabo-verdiana (27,9% das mães de nacionalidade estrangeira), seguindo-se, em termos de importância relativa, as nacionalidades referentes a Angola, Brasil, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe. Em 2007, a nacionalidade mais representativa das mães estrangeiras era a brasileira (33,9% das mães de nacionalidade estrangeira), seguindo-se, em termos de importância relativa, as nacionalidades referentes a Cabo Verde, Angola, Ucrânia e Roménia. Assim sendo, tanto em 1995 como 22 anos depois, as mães angolanas estavam posicionadas num lugar de destaque.

No que se refere à influência dos cidadãos de nacionalidade estrangeira residentes em Portugal na mortalidade, estes mantêm níveis diminutos, o que também pode estar associado ao facto dos emigrantes serem, em geral, mais jovens.

### 3. Alguns dados sobre emigrantes portugueses em Angola

Após termos caracterizado os imigrantes angolanos em Portugal justifica-se um olhar relativo ao movimento inverso ou seja emigrantes portugueses em Angola.

José Rebelo dos Santos, M.<sup>a</sup> Filomena Mendes, M.<sup>a</sup> da Conceição Rego  
e M.<sup>a</sup> da Graça Magalhães

Embora existam algumas dúvidas relativas à fiabilidade dos dados, não podemos deixar de referir que os mesmos dão conta de fluxos migratórios muito expressivos com origem em Portugal e destino em Angola. Estes revelam um crescimento contínuo entre 2003 e 2010, ano em que os indivíduos de nacionalidade portuguesa residentes em Angola ascendiam a 91.900.

Quadro 5 – População portuguesa e de origem portuguesa, 2003-2010

	<b>2003</b>	<b>2005</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
<b>Total</b>	21.000	45.000	45.000	60.000	74.600	91.900

Fonte: Direção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas, com base em informação concedida pelas embaixadas e consulados portugueses.

Verificou-se portanto que neste curto período (2003-2010) houve um crescimento superior a 400% nos indivíduos de nacionalidade portuguesa a residir em Angola. A sua dimensão é também digna de nota quando comparada aos imigrantes angolanos em Portugal, uma vez que os emigrantes portugueses em Angola são em número muito maior (mais de três vezes superior).

### **Conclusão**

A caracterização dos imigrantes angolanos em Portugal demonstra tratar-se de um grupo dos mais representativos, correspondendo em 2009 a cerca de 26.500 indivíduos com estatuto legal. Admite-se que o número total possa ser muito superior, atendendo ao facto de muitos não possuírem estatuto legal e um número considerável ter já adquirido nacionalidade portuguesa.

Em 2009, os emigrantes angolanos correspondem, em termos de representatividade, ao quinto maior grupo, integrando 5,8% dos imigrantes que residem em Portugal.

Os imigrantes angolanos apresentam uma estrutura muito equilibrada no que se refere à distribuição por sexo, verificando-se uma pequena predominância do sexo feminino. A sua distribuição por grupos etários evidencia a sua juventude, atendendo a que aqueles que têm 65 ou mais anos correspondem a um número muito reduzido, já que 91% têm menos de 45 anos.

Alguns contributos para a caracterização da comunidade angolana imigrante em Portugal e para a dinâmica populacional portuguesa

Os imigrantes angolanos em Portugal residem sobretudo nos distritos de Lisboa, Setúbal e Porto.

O fluxo migratório de sentido inverso, ou seja, referente à emigração de portugueses para Angola, tem conhecido um crescimento notável, sendo já mais de 90 mil os portugueses que optaram por trabalhar em Angola no momento em que na Europa se vive uma crise sem precedentes e Angola regista um crescimento económico muito expressivo.

### **Bibliografia**

- Coleman, David (2004). "*Facing the 21st Century. New developments, continuing problems*", Keynote presented at European Population Forum 2004, Gaye Erbatur MP, Turkey, 12-14 January 2004.
- Costa, Paula (2009). "*Os imigrantes Guineenses, Ucrainianos e Brasileiros no mercado de trabalho português*", in *Cadernos de Doutoramento em Geografia*, 1, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 117-140.
- INE (2008). *Estatísticas Demográficas 2007*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.
- Machado, Fernando Luís (1997). "*Contornos e Especificidades da imigração em Portugal*", in *Sociologia Problemas e Práticas*, 1997, n.º 24, Lisboa, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Departamento de Sociologia, ISCTE, pp. 9-44.
- Machado, F. L. & Azevedo, J. (2008). "*A investigação sobre imigração e etnicidade em Portugal: tendências, vazios e propostas*", in *Revista Migrações*, Abril de 2009, n.º4, Lisboa, ACIDI, pp. 7-31.
- Melo, Rosa (2004). *Sentir Angola no coração: um reflexo sobre a angolanidade em Portugal*, in VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra, Portugal, [http://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel43/Rosa\\_Melo.pdf](http://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel43/Rosa_Melo.pdf).
- Peixoto, João, (2004). "*País de emigração ou país de imigração? Mudança e continuidade no regime migratório em Portugal*", SOCIUS working paper n.º 2/2004, Lisboa, ISEG.
- Peixoto, J. & Iorio, J. (2011). *Crise, Imigração e Mercado de Trabalho em Portugal: Retorno, Regulação ou Resistência*, Cascais, Principia.
- Rebelo, José (2000). "*Migrações e Minorias Étnicas na Península de Setúbal entre 1981 e 1998: os Contributos e os Problemas para o Desenvolvimento Regional*", Porto, Setembro

- de 2000, in FIUP (org) (2002) *As ciências sociais nos espaços de língua portuguesa: balanços e desafios*, Vol 2, Porto, FLUP, pp. 9350-9358.
- Rebelo, J., Mendes, M. F., Pinto, J. E. (2006). "*Les mutations du marché de travail au Portugal – analyse d'après les données des IOF'S relatives au dernier décennie du XX<sup>ème</sup> siècle*", [http://www-aidelf.ined.fr/colloques/Aveiro/Communications\\_Aveiro/Feld/R\\_%20Rebelo\\_Mendes-Pinto.doc](http://www-aidelf.ined.fr/colloques/Aveiro/Communications_Aveiro/Feld/R_%20Rebelo_Mendes-Pinto.doc).
- Ribeiro, N., Menezes, I., Neves, T. (2010). "*Opportunities and constraints for civic and political engagement of young immigrants: the case of Angolans in Portugal*", in 12th Biennial Conference of the European Association for Research on Adolescence, Vilnius, Lithuania [http://epubs.surrey.ac.uk/2569/1/Porto\\_1\\_New.pdf](http://epubs.surrey.ac.uk/2569/1/Porto_1_New.pdf).
- Rocha-Trindade, Maria Beatriz (2001). "*História da Imigração em Portugal II*", in Janus 2001 <http://www.janusonline.pt>.
- Rosa, M. J. V. & Chitas, P. (2010). *Portugal: os números*, Lisboa, FFMS.
- Sassen, Saskia (2002). "*Será este o caminho? Como lidar com a imigração na era da globalização*", in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Dezembro de 2002, n.º 64, Coimbra, Centro de Estudos Sociais, pp. 41-54.
- SEF (2009). *Relatório de imigração fronteiras e asilo 2008*, Oeiras, SEF.
- SEF (2010). *Relatório de imigração fronteiras e asilo 2009*, Oeiras, SEF.
- Sobotka, Tomas (2008). "*The rising importance of migrants for childbearing in Europe*". Vol.19, Art. 9, pp. 225-248, <http://www.demographic-research.org/volumes/vol19/9/>.

# Os empregos verdes no desenvolvimento económico local: desafios, oportunidades, boas práticas e potencialidades no contexto angolano

Marcos Olímpio Gomes  
dos Santos<sup>1</sup>  
José Manuel Pinotes<sup>2</sup>

## **Resumo**

O texto aborda a questão dos designados empregos verdes incidindo sobre os seguintes tópicos: O que são? Quais são os tipos por que se agrupam? Em que contexto surgem e porque despertam actualmente tanto interesse? Que oportunidades se lhes deparam? Quais são os desafios que enfrentam ou que coloca a sua promoção? Que práticas bem conseguidas é possível identificar neste âmbito? Quais são os argumentos a favor? Quais são os argumentos contrários? Como podem contribuir para o desenvolvimento local em diferentes tipos de territórios? Quais são os tópicos a considerar na possível candidatura dum projecto visando a criação de empregos verdes?

Pretende-se que após a leitura do texto os participantes consigam responder a estas questões.

## **Palavras-chave**

Empregos verdes, Desenvolvimento local, Inclusão social

## **1. Introdução**

Através deste trabalho, pretende-se relacionar empregos verdes com as vantagens competitivas de um território e as possibilidades de promoção da inclusão social de pessoas desfavorecidas, no quadro da luta contra a pobreza.

---

<sup>1</sup> Investigador externo do Centro de Investigação em Sociologia em Antropologia “Augusto da Silva” / Universidade de Évora (CISA-AS / UE).

<sup>2</sup> Consultor da Organização Internacional do Trabalho (OIT) / Programa Delnet.

A apresentação encontra-se agrupada nos seguintes pontos: *i)* Empregos verdes: definição e potenciais áreas; *ii)* Contexto em que emergem e justificação do interesse que suscitam; *iii)* Desafios colocados pela expansão dos empregos verdes; *iv)* Práticas bem sucedidas; *v)* Situação e perspectivas, a nível global e em alguns países lusófonos; *vi)* Possíveis critérios de avaliação de um potencial projecto visando a criação de empregos verdes; e *vii)* Potenciais aplicações no contexto Angolano.

Antes porém de se passar à apresentação dos resultados, é apresentada a metodologia adoptada para realização deste trabalho.

## **2. Metodologia**

O trabalho de recolha da informação necessária para redacção do presente texto, assentou numa pesquisa bibliográfica, nomeadamente na internet.

O acervo compilado foi depois analisado e catalogados os documentos seleccionados, de acordo com os tópicos que estruturam o presente texto.

Foi também elaborado um mapa conceptual simples, que possibilitou re-censar um núcleo inicial de conceitos fundamentais que permitiram alargar a visibilidade teórica da problemática abordada.

A análise efectuada foi seguida pela elaboração das sínteses parcelares respeitantes aos pontos já referidos, que seguidamente travejam a exposição efectuada.

Os conceitos fundamentais que estruturam este texto são os seguintes: empregos verdes e desenvolvimento económico local.

O mapeamento efectuado mediante recurso a um exercício designado por *brain writing* possibilitou por associação listar vários conceitos relacionados com os dois conceitos fundamentais, como sejam:

- Desenvolvimento sustentável, Pegada ecológica, Pegada de carbono, Pegada de água.
- Agenda 21 global, Agenda 21 local, Plano Estratégico.
- Vantagens competitivas, Vantagens comparativas, Base económica.

Em futuras publicações o significado destes conceitos e o relacionamento entre eles será aprofundado, com a finalidade de alargar o ângulo de análise e abordagem sobre a pertinência de uma economia mais verde.



Os empregos verdes no desenvolvimento económico local: desafios, oportunidades, boas práticas e potencialidades no contexto angolano

### **3. Definição e potenciais áreas de aplicação**

De acordo com a OIT, “o trabalho digno é definido como a promoção de oportunidades para que mulheres e homens possam ter uma atividade decente e produtiva em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humana”.

Empregos verdes são os que reduzem para níveis sustentáveis o impacto ambiental, quer das empresas, quer dos sectores económicos, ou, mais especificamente, entende-se por emprego verde todo o trabalho desempenhado na agricultura, na indústria, nos serviços e na administração que, contribui para conservar ou restabelecer a qualidade ambiental. Estas são das definições mais sucintas, que constituem a base para definições mais alargadas por parte de outras fontes.

Para a Organização Internacional do Trabalho (OIT, agência das Nações Unidas especializada nas questões de trabalho), “emprego verde” refere-se aos postos de trabalho utilizadores de tecnologia aplicada na indústria, construção civil, fontes de energia renováveis, serviços, turismo e agricultura, em actividades consideradas ambientalmente sustentáveis.

Ainda de acordo com a OIT<sup>3</sup>, “a promoção de empregos verdes é fundamental na transição para uma economia mais ecológica. As alterações climáticas e o uso excessivo de recursos escassos exigem a adopção de políticas pró-activas, para evitar o pior e abrir o caminho ao desenvolvimento sustentável. Porém, o sucesso de estratégias inovadoras, que tão necessárias são, depende da plena participação das empresas e dos trabalhadores. Os potenciais benefícios dos empregos verdes estão presentes a todos os níveis de desenvolvimento económico, em diferentes setores e tipos de empresas, em zonas rurais e urbanas”.

Podem ser criados empregos verdes nas actividades seguintes áreas:

- Energias Renováveis.
- Novas formas de energia e de sua utilização.
- Novas Tecnologias.
- Produção e Eficiência Energéticas.
- Reciclagem e tratamento de resíduos.
- Agricultura orgânica.

<sup>3</sup> Folheto de apresentação do Fórum de Aprendizagem sobre Empregos Verdes divulgado pelo Centro Internacional de Formação da OIT, Turim, Itália, 2011.

#### **4. Contexto e justificação**

O interesse pelos empregos verdes surge num contexto caracterizado pelo aumento do desemprego e por um custo crescente da produção e dos padrões de consumo intensivo em energia, o que implica a necessidade de se avançar simultaneamente rumo a uma economia com maiores níveis de emprego, mas com menor consumo de carbono. Estes objectivos implicam dois desafios, aparentemente contraditórios: um que consiste em prevenir a gravosa mudança climática e uma deterioração dos recursos naturais, que poderia comprometer seriamente a qualidade de vida das gerações presentes e futuras, e outro que se traduz na exigência de proporcionar desenvolvimento social e um trabalho digno para todos os seres humanos que o possam desempenhar.

Desde a década de 90 do século passado, as empresas e os Estados passaram a preocupar-se não apenas com o controlo da poluição, mas com todos os aspectos que, a montante ou a jusante do consumo energético e de matérias-primas poderiam contribuir para um desenvolvimento mais equilibrado, num planeta mais saudável, logo com maior sustentabilidade.

Para o Diretor-Geral da OIT, Juan Somavia, os “empregos verdes” oferecem um triplo dividendo: empresas sustentáveis; redução da pobreza e uma recuperação económica centrada no emprego, o que revela assim o triplo potencial dos postos de trabalho que podem ser criados neste âmbito.

#### **5. Desafios colocados pela expansão dos empregos verdes**

A aceitação generalizada e expansão dos empregos verdes enfrenta como principais desafios, por um lado, a oposição conceptual e dos críticos e contestatários e, por outro, a resistência, por parte dos decisores públicos, e líderes empresariais e de entidades do 3.º sector, aos níveis nacional, regionais e locais, à opção pela implementação de estratégias “verdes”, eventualmente mais caras no imediato, mas sustentáveis a prazo.

Para além de “amigos” do ambiente, para a OIT os empregos verdes oferecem, como já referido, uma tripla vantagem: *i)* empresas sustentáveis, *ii)* redução da pobreza e, *iii)* uma recuperação económica centrada no emprego.

Os empregos verdes no desenvolvimento económico local: desafios, oportunidades, boas práticas e potencialidades no contexto angolano

Na visão da OIT, os empregos verdes assumem uma importância fundamental para o Desenvolvimento Económico Local, uma vez que o fomento de uma economia verde constitui actualmente um propulsor chave para um desenvolvimento económico e social que também seja sustentável ambientalmente, o que é configurado na designada *triple bottom line*: base ambiental, base económica e base social.

Contudo, para que as hipóteses potenciais de geração deste tipo de empregos possam ser reais, é fundamental uma actuação concertada entre diferentes actores, gerando sinergias possibilitadas por contributos dos poderes públicos, do sector empresarial, de unidades de investigação e mesmo de instituições sem fins lucrativos.

Os principais argumentos contra os empregos verdes residem (a) no custo de cada posto de trabalho e na conseqüente necessidade de subsídio pública para a sua viabilização e (b) no facto de a sua criação conduzir em termos líquidos à perda global de postos de trabalho.

## 6. Práticas bem sucedidas

Podem ser consideradas como práticas bem sucedidas na criação de empregos verdes as seguintes: recolha diferenciada e tratamento dos resíduos sólidos (cartão, metais, plásticos, pilhas, baterias), gestão da energia (Évora cidade inteligente), tratamento de resíduos e que conjugam melhoria do ambiente com geração de rendimentos (as experiências dos “catadores” de lixo no Brasil, onde existem várias cooperativas), a Valor Pneu em Portugal e a recolha e utilização de óleos.

No Programa Empregos Verdes, da OIT, são considerados como representativos alguns exemplos de boas práticas em Países em Desenvolvimento:

### **Bangladesh: Gestão de resíduos e energias renováveis<sup>4</sup>**

O exemplo provavelmente mais conhecido que, combina a energia renovável, a criação de emprego e a formação é o sistema de micro-crédito de Grameen Shakti (GS) no Bangladesh. GS ajudou na instalação de mais de 100.000 sistemas de energia solar nas comunidades rurais e contribuiu ao mesmo tempo para criar oportunidades de emprego promovendo a actuação das mulheres e da juventude de

---

<sup>4</sup> OIT Genebra, 2009, Bureau para a Igualdade de Género ([www.ilo.org/gender](http://www.ilo.org/gender)) e Departamento de Integração das Políticas e Estatísticas ([www.ilo.org/integration](http://www.ilo.org/integration)) “Empregos verdes: melhorar o clima também para promover a igualdade de género!”.

cada localidade. GS deu formação a mais de 5.000 mulheres em técnicas em energia solar e trabalhadoras de manutenção. Muitos mais empregos foram criados por via indirecta porque os sistemas solares permitem aos empresários locais lançar novos negócios como as lojas de TV comunitárias, lojas para carregamento de telemóveis por energia solar e lojas de reparação de material electrónico. GS visa criar 100.000 empregos no ramo da energia solar e nos sectores afins.

**Brasil: Biocombustíveis, empregos verdes na habitação social<sup>5</sup>**

Na América Latina, a rede “REDTURS” lançada em 2001 constitui uma das primeiras acções apoiadas pela OIT para a criação de empregos verdes. A REDTURS ajuda as comunidades indígenas e rurais a promover o turismo e os eco-negócios de diversas formas respeitando a sua herança cultural, os recursos naturais, os modos de vida e desenvolvimento económico e ao mesmo mantém a coesão social e a sua identidade. O projecto procura criar oportunidades para o emprego digno para mulheres e homens em comunidades situadas muitas vezes em locais remotos com fracas possibilidades de desenvolvimento. A REDTURS promove os direitos fundamentais das populações e tribos indígenas de acordo com a Convenção da OIT para as populações e tribos indígenas, (N.º 169) de 1989 (e fornece os Serviços de Apoio Profissional, tal como o acesso à informação, aos mercados, à formação e à troca de informação. Ao nível local, a REDTURS fortalece os laços entre as empresas em rede (clusters, associações de cooperativas) operando no seio de diferentes comunidades, gerando benefícios graças à economia de escala, a melhores formas de organização e a um melhor poder de representação ou negociação das comunidades. Em termos do desenvolvimento da cadeia de valores, a REDTURS permite aos grupos comunitários um papel mais activo na configuração, organização e operação de actualização das oportunidades de negócio. Em resultado do apoio da OIT, foram constituídos 300 destinos comunitários em 13 países da América Latina, abrindo caminho ao desenvolvimento rural, a rendimentos suplementares para reduzir a pobreza e a um maior espírito de empreendedorismo.

---

<sup>5</sup> Idem.

Os empregos verdes no desenvolvimento económico local: desafios, oportunidades, boas práticas e potencialidades no contexto angolano

#### **Uganda: Promoção de agricultura orgânica e reciclagem de resíduos<sup>6</sup>**

As iniciativas de desenvolvimento das mulheres de Kinawataka no Uganda são um exemplo de reciclagem verde. A associação sem fins lucrativos situada nos subúrbios encontrou um meio de transformar num negócio rentável os tubos de plástico usados, sacos e outros detritos não biodegradáveis que entopem os esgotos e poluem o solo. As mulheres transformam esses detritos em produtos úteis como malas de mão, brincos para as orelhas, sacos, cintos e tapetes. Uma recente acção de formação em arquivo, organização de exposições e publicidade ministrada pelo programa WEDGE da OIT (Desenvolvimento Empresarial da Mulher e Igualdade de Género) contribuiu para melhorar os resultados da empresa, e deram às mulheres um reconhecimento mundial pelos seus acessórios de moda.

#### **Tailândia: Reciclagem de lixo e plantação de madeiras<sup>7</sup>**

Na Tailândia os funcionários florestais consultaram os homens de aldeias de diferentes etnias para implementação de um projecto de floresta comunitária na zona de reflorestação de Khao Kho. Os homens declararam que tinham falta de árvores de madeira dura para fins comerciais (ex. construção de mobiliário e entalhe). Foram fornecidas três mil sementes de árvores de madeira dura, mas deixaram-nas morrer. Isto aconteceu porque as mulheres desta região tomam conta das sementeiras e, como garantem a subsistência da família, elas preferiram as árvores de madeira macia para lenha e forragem. Ninguém lhes disse nem as avisaram que vinham aí as árvores. As mulheres foram incluídas numa segunda volta de consultas porque os funcionários florestais chegaram à conclusão que era necessário ter em conta os papéis e preferências de mulheres e homens. Finalmente foram fornecidas sementes de ambas as qualidades de modo a satisfazer as necessidades das mulheres e dos homens das aldeias.

---

<sup>6</sup> OIT, 2008. *Voices of Women Entrepreneurs in Ethiopia, Tanzania, Uganda and Zambia* (Skills and Employability Department/ILO Women's Entrepreneurship Development and Gender Equality (WEDGE), Boosting Employment through Small Enterprise Development (EMP/SEED), Geneva), pp. 40-41.

<sup>7</sup> Fonte: Wilde, V.L. and A. Vianio-Matilla, 1995. "How Forestry can Benefit from Gender Analysis" in *Gender Analysis and Forestry International Training Package, Section A (Food and Agriculture Organization (FAO), Rome)*, p. 4.

#### **Outros exemplos de boas práticas**

- *China*: Mapeamento de impactos da mudança climática no mercado de trabalho e eficiência energética.
- *Costa Rica*: Ecoturismo e agricultura sustentável.
- *Haiti*: Infra-estrutura para adaptação à mudança climática.
- *Índia*: Desenvolvimento local e energia renovável, empregos verdes e garantia de emprego.
- *Filipinas*: Desenvolvimento local e adaptação à mudança climática.
- *Quênia*: Tarifa de alimentação e acordo de compra de energia a 15 anos.
- *Somália*: Adaptação à mudança climática.
- *Tanzânia*: Gestão de resíduos.

#### **7. Situação e perspectivas, a nível global e em alguns países lusófonos**

De acordo com um relatório recente do *World Wild Fund* (WWF), os postos de trabalho a nível mundial relacionados com as energias renováveis, os transportes sustentáveis, bens e serviços energeticamente eficientes, e o emprego com baixas emissões de carbono ascendiam já a 3,4 milhões, em 2009. Representantes daquela Associação referem que os empregos gerados em sectores mais amigos do ambiente estão já a ultrapassar os das indústrias poluentes tradicionais ligados à exploração de minério, electricidade, gás, cimento, ferro e aço (cerca de 2,8 milhões).

Por seu lado, a OIT prevê que os “empregos verdes” possam constituir uma ajuda para “elevar” mais de 1,3 bilhão de pessoas acima da linha da pobreza, podendo ainda proporcionar funções dignas para cerca de 500 milhões de jovens que se prevê virem a ingressar em todo o mundo no mercado de trabalho durante os próximos 10 anos.

Steiner e Sukhdev (2010), referem vários exemplos da implantação da economia verde em diversos países do globo:

- *China*. 1,5 milhões de pessoas empregadas em energias renováveis.
- *Coreia do Sul*. Mais de 80% do pacote de estímulo económico investido em áreas que vão dos transportes sustentáveis e veículos de baixas emissões

Os empregos verdes no desenvolvimento económico local: desafios, oportunidades, boas práticas e potencialidades no contexto angolano

até aos edifícios eficientes, visando a redução da dependência do carbono e a geração de 1,8 milhões de postos de trabalho.

- *Índia*. Infra-estruturas rurais básicas proporcionando, para além de uma melhoria da qualidade da água disponível, um aumento de 25% nos salários dos trabalhadores rurais e de 3,5 mil milhões de dias de trabalho.
- *Quénia*. A nova política de energia verde prevê um objectivo inicial de 500 mega watts de energia geotermal, eólica e de biocombustíveis e um aumento de mais de 40% na capacidade instalada do país.
- *Uganda*. As políticas direccionadas para a agricultura orgânica proporcionaram a certificação de 200 mil agricultores e um forte incremento das exportações, de 4 milhões de dólares em 2003 para quase 23 milhões de dólares no último ano.

Refira-se ainda que, segundo P. Muçouçah (2009), uma projecção recente aponta para a criação de 3.500.000 empregos verdes, na Europa e nos EUA, até 2020. Em termos globais, as organizações relevantes das Nações Unidas consideram que a situação atual e o potencial de crescimento futuro dos empregos verdes por setor, é a retratada no Quadro 1.

Em alguns dos países da UE, o número de empregos verdes criados é o seguinte:

- *Alemanha*: cerca de 260.000 empregos em 2006 apenas nas energias renováveis;
- *França*: 216.000 empregos.
- *Inglaterra*: 110.000 empregos.
- *Espanha*, 189 mil postos directos e indirectos já criados até 2007 de uma previsão de 600 mil novos postos de trabalho a serem criados até 2020.

No Brasil há cerca de 1 milhão de pessoas trabalhando em “empregos verdes”, segundo uma estimativa de Peter Poschen, conselheiro principal para desenvolvimento sustentável e mudança climática da OIT. Segundo uma estimativa de Peter Poschen, conselheiro principal para desenvolvimento sustentável e mudança climática da OIT.

Quadro 1 - Situação atual e o potencial de crescimento futuro dos empregos verdes por setor

Setor	Subsetor	Potencial ambiental	Criação de empregos	
			Situação atual	Potencial a prazo
<b>Energia</b>	Energias renováveis	Excelente	Bom	Excelente
	Captura e sequestro de carbono	Moderado	Nenhum	Desconhecido
<b>Indústria</b>	Aço	Bom	Moderado	Moderado
	Alumínio	Bom	Moderado	Moderado
	Cimento	Moderado	Moderado	Moderado
	Celulose e papel	Bom	Moderado	Bom
	Reciclagem	Excelente	Bom	Excelente
<b>Transportes</b>	Carros eficientes em termos de consumo de combustível	Moderado a Bom	Limitado	Bom
	Transporte público	Excelente	Limitado	Excelente
	Ferrovário	Excelente	Negativo	Excelente
	Aviação	Limitado	Limitado	Limitado
<b>Construção</b>	Prédios verdes	Excelente	Limitado	Excelente
	Reformas	Excelente	Limitado	Excelente
	Iluminação	Excelente	Bom	Excelente
	Equipamentos e aparelhos eficientes	Excelente	Moderado	Excelente
<b>Agricultura</b>	Atividades agrícolas Sustentáveis de pequena escala	Excelente	Negativo	Excelente
	Agricultura orgânica	Excelente	Limitado	Bom a Excelente
	Serviços ambientais	Bom	Limitado	Desconhecido
<b>Silvicultura</b>	Reflorestamento e florestamento	Bom	Limitado	Bom
	Agroflorestal	Bom a Excelente	Limitado	Bom a Excelente
	Manejo florestal sustentável	Excelente	Bom	Excelente

Fonte: Empregos Verdes – Trabalho Decente em um Mundo Sustentável e com Baixas Emissões de Carbono, PNUMA/OIT/IOE/OIE/CSI, Setembro de 2008.



Os empregos verdes no desenvolvimento económico local: desafios, oportunidades, boas práticas e potencialidades no contexto angolano

A reciclagem ocupa a maior parte dos “empregos verdes” no Brasil, pois há 500 mil pessoas vivendo do ‘lixo’ produzido nas grandes cidades.<sup>8</sup>

P. Poschen estima também que para além dos 500 mil empregos em reciclagem, existam ainda outros 500 mil no âmbito dos biocombustíveis, defendendo que o país precisa pensar em criar “empregos verdes” para economizar energia, uma vez que, segundo afirma no Brasil persiste uma situação mista: sendo um país líder em algumas áreas como biocombustíveis e reciclagem, não dispõe todavia de políticas votadas para a geração de empregos nas construções económicas, ou na preservação da Amazónia, que trazem um compensador retorno económico.

O autor acrescenta ainda que a energia economizada pelo Brasil com a reciclagem de alumínio seria suficiente para sustentar uma cidade de 1 milhão de habitantes durante um ano. Não deixa no entanto de advertir que o investimento em lavouras de cana-de-açúcar e em hidroeléctricas não vai gerar muitos “empregos verdes”, pois “As hidroeléctricas geram muitos empregos enquanto estão sendo construídas, mas depois não precisam de muita gente na manutenção. E a cana-de-açúcar tem mecanizado cada vez mais o corte”.

Ainda no Brasil, a implementação do Programa Minha Casa Minha Vida, está na origem da criação de actividades no âmbito da instalação de painéis solares em 500 mil casas, susceptíveis de gerar 18.000 novos empregos verdes.

Prevê-se que em Portugal sejam criados, até 2020, 121 mil novos ‘empregos verdes’, bem como sejam desenvolvidos clusters industriais em áreas em que o país já tem fortes desenvolvimentos e novas áreas, como o solar concentrado. Segundo Carlos Zorrinho,<sup>9</sup> antigo Secretário de Estado da Energia, não só se mantém prevista a construção de 1.300 pontos de carregamento de carros eléctricos até 2011, como se prevê manter a aposta em novas centrais de ciclo combinado, parques eólicos e reforços de potência nas barragens.

O referido Secretário de Estado defendia esta opção visto que Portugal já produz mais do que gasta nos períodos de pico, podendo assim “Portugal vir a exportar

---

<sup>8</sup> Foi constatado que em Uberlândia, há 2 mil catadores de materiais recicláveis e segundo Raul Peres, presidente da Associação dos Recicladores e Catadores Autônomos (Arca), já houve até uma redução, principalmente devido a uma migração para a construção civil. Refere aquele autor que, “Como o preço do produto reciclável no mercado está baixo, muitos preferiram abandonar o recolhimento. Permaneceram os que não têm instrução ou nenhum estudo.”  
Fonte: <http://www.correiodeuberlandia.com.br/>

<sup>9</sup> Citado em: <http://www.ionline.pt/conteudo/51281-governo-quer-criar-121-mil-empregos-verdes-ate-2010>

energia verde” o que se dá resposta a estudos europeus que mostram que alguns países, para atingir as suas metas climáticas, terão de importar electricidade renovável”.

Recentemente foi inaugurado em Évora uma tecnologia de ponta denominada redes inteligentes (*smart grids*), que têm vindo a ser aperfeiçoadas no sector eléctrico. Prevê-se que até final de 2010 este novo tipo de rede eléctrica sirva os cerca de 56 mil habitantes do concelho, significando que Évora será a primeira cidade inteligente da Europa. O presidente da EDP, António Mexia, informou que o exemplo de Évora tem de ser replicado, o que implicará um investimento de €1,8 mil milhões só na instalação de contadores inteligentes em Portugal.

Quadro 2 - Serviços já existentes e outros que vão surgir com as redes inteligentes

	HOJE	NO FUTURO
<b>Facturação</b>	Com base em leituras periódicas e em estimativas	Com base no consumo real
<b>Acesso a informação</b>	Com base na última leitura, através da internet	Acesso ao perfil de consumo através da Internet, <i>displays</i> e PDA
<b>Serviços</b>	Alterações contratuais realizadas no local	Alterações contratuais realizadas remotamente
<b>Tarifários</b>	Tarifa simples, bi-horária e tri-horária	Tarifários mais flexíveis
<b>Serviços de valor acrescentado</b>	A tecnologia actual limita a oferta de serviços de valor acrescentado	Informação e avisos por diferentes canais incluindo redes sociais (Facebook, Twitter, etc.) e kits de gestão energética

Fonte: V. Andrade, 2010

## 8. Possíveis critérios de avaliação de projectos de criação de empregos verdes

Neste ponto são referidos alguns tópicos que contribuem para a abordar a problemática da criação de empregos verdes num determinado território. Esses tópicos são os que constam abaixo.

Os empregos verdes no desenvolvimento económico local: desafios, oportunidades, boas práticas e potencialidades no contexto angolano

- Natureza do projecto.
- Tipo de emprego.
- Justificação.
- Pressupostos.
- N.º de postos de trabalho directos (fase de arranque e fase de cruzeiro).
- N.º de postos de trabalho indirectos (fase de arranque e fase de cruzeiro).
- Impactos ambientais e medidas de mitigação.
- Impactos sociais e medidas de mitigação.
- Análise Custos-Benefícios.
- Orçamento.
- Cronograma.

Estes são alguns critérios que podem ser utilizados para avaliar o potencial de um projecto de criação de empregos designados por verdes.

### **9. Nota final: potenciais aplicações no contexto angolano**

Em princípio, a grande maioria dos exemplos apresentados a nível geral para os Países em Desenvolvimento e, em particular, Africanos, poder-se-iam replicar no contexto Angolano. Contudo, alguns poderão ser mais importantes em meio urbano ou rural, dependendo naturalmente a especificidade de cada projecto do contexto do território em que será implementado.

De forma não exaustiva, podem citar-se entre outros como apresentando elevado potencial de desenvolvimento no contexto de Angola, os seguintes tipos de projectos:

- A recolha e o pré-tratamento de resíduos sólidos, visando a sua reciclagem por outras entidades ou o seu reaproveitamento imediato.
- Promoção de actividades agrícolas sustentáveis de pequena escala.
- Agricultura orgânica.
- A produção de biomassa e fertilizantes a partir de resíduos orgânicos.
- Agroflorestas e promoção de uma gestão florestal sustentável.
- A instalação de pequenas fontes de energia renovável em pequenos agregados urbanos.

- A difusão de critérios verdes na construção de habitações (geração de electricidade, poupança de energia na climatização, introdução de equipamentos mais eficientes).
- Incentivo ao uso de meios de transporte pouco poluentes ou não poluentes.

Para o enriquecimento de potenciais áreas a explorar em Angola no domínio dos empregos verdes, pretende-se estimular a contribuição de todos os participantes que, com o seu conhecimento profundo do contexto Angolano poderão contribuir para ampliar as áreas potencialmente geradoras deste tipo de empregos e detalhar/validar/corrigir/complementar as já indicadas acima.

## **Bibliografia**

### **Textos com autor identificado**

- Andrade, Vítor. (2010). “Redes inteligentes geram negócios de milhões”, *Expresso* de 10 de Abril.
- Blaso, Vivian. (s/d). “Empregos Verdes na Construção Civil”, *Conversa Sustentável* (on-line). Disponível em <<http://conversasustentavel.blogspot.com/2009/08/empregos-verdes-na-construcao.html>> (acesso em: 22/06/2011).
- Muçoçah, Paulo Sérgio (2009a). *Empregos Verdes no Brasil: quantos são, onde estão e como evoluirão nos próximos anos*, Brasília, Organização Internacional do Trabalho – Brasil, OIT.
- Muçoçah, Paulo Sérgio. (2009b). “Empregos Verdes na construção sustentável”, *II Simpósio brasileiro de Construção sustentável*, São Paulo, SBCS (on-line). Disponível em <<http://www.anggulo.com.br/hotsitecbcs/sbcs09/palestras/pmocouca.pdf>> (acesso em: 22/06/2011).
- OECD. (2011). *Towards Green Growth* (Summary in Portuguese), Paris, OECD (on line). Disponível em <<http://browse.oecdbookshop.org/oecd/pdfs/free/971106ue5.pdf>> (acesso em: 02/04/2011).
- OIT. (2009). Programa Empregos Verdes (on-line). Disponível em <[http://www.oitbrasil.org.br/topic/green\\_job/doc/cartilha\\_empregos\\_verdes\\_15.pdf](http://www.oitbrasil.org.br/topic/green_job/doc/cartilha_empregos_verdes_15.pdf)> (acesso em: 02/04/2011).

Os empregos verdes no desenvolvimento económico local:  
desafios, oportunidades, boas práticas e potencialidades no contexto angolano

Poschen, Peter. (s/d). Empregos verdes: rumo ao trabalho digno num mundo sustentável com baixas emissões de CO2 (on-line). Disponível em <[http://www.oitbrasil.org.br/topic/green\\_job/doc/apresentacao\\_peter\\_20\\_agosto\\_09\\_15.pdf](http://www.oitbrasil.org.br/topic/green_job/doc/apresentacao_peter_20_agosto_09_15.pdf)> (acesso em: 23/03/2011).

Steiner, Achim; Sukhdev, Pavan. (2010). “O crescimento torna-se verde”, *Jornal de Negócios*, ano XII, n.º 1793.

#### **Textos sem autor identificado**

“Emprego verde” alia trabalho digno e eficiência ambiental (on-line). Disponível em <<http://www.reporterbrasil.com.br/pacto/noticias/view/179>> (acesso em: 18/05/2011).



## O fomento da produção de café em Angola e o Desenvolvimento Rural

Agostinho Dias Alexandre<sup>1</sup>  
Carlos Alberto da Silva Carvalho<sup>2</sup>

### Resumo

Angola é um país com condições edafo-climáticas excelentes para a produção de café, organização empresarial promissora e sobretudo uma população rural com ótimas aptidões e ávida de, no âmbito do desenvolvimento rural, beneficiar e saborear o seu próprio desenvolvimento socioeconómico. Sendo o café um bom negócio há que tirar partido deste negócio para, com a sua comercialização internacional, através da exportação, reforçar o crescimento económico dos países que têm a felicidade de reunir todos factores necessários para produzir tão apreciada cultura.

Cerca de um terço da produção cafeeíola Angolana devia-se, no passado, ao trabalho e labor das populações campestres, sob a forma de empresas familiares. No presente esta situação poderá ser um pouco mais significativa. Como tal, a intensificação da produção do café entre as populações rurais poderá ser uma meta importante para o desenvolvimento rural e para o reforço do crescimento económico agrícola da República de Angola.

Neste sentido, este artigo vai concentrar-se nos mecanismos que conduzam ao apoio dos agricultores que se dedicam à cafeicultura, em especial no que respeita à aprendizagem e aplicação de práticas e tecnologias adequadas à condução da cultura, da assistência à sua organização estrutural e à consolidação do seu contributo para o desenvolvimento rural; vai ainda mostrar a importância do conhecimento da realidade socioeconómica na implementação de programas ou de projectos-piloto de apoio ao fomento da cultura e da detenção do conhecimento técnico e científico na difusão da inovação. Em termos de fomento

---

<sup>1</sup> Eng.º Agrícola e Mestrando em Sociologia – Especialidade de Recursos Humanos e Desenvolvimento Sustentável, Angola, [agostinho-dias1@hotmail.com](mailto:agostinho-dias1@hotmail.com)

<sup>2</sup> Eng.º Agrónomo, Portugal, [silvacarvalho.carlos@gmail.com](mailto:silvacarvalho.carlos@gmail.com)

à produção o associativismo assume relevância na organização estrutural dos agricultores, bem como para os mecanismos de assistência técnica e de formação profissional, no acesso ao crédito e nos problemas relacionados com o escoamento e a comercialização do café.

## **1. Introdução**

Quem ainda não saboreou uma chávena de bom café? Café saboroso, aromático e inspirador, por vezes... relaxante, pela manhã... promotor de força e energia para começar o dia de trabalho! Quem ainda não experimentou? Estas são questões simples, são questões que quase não precisam de resposta. Porquê? Porque quase todo o mundo já o fez, e de um modo geral gostou, gostou e recomendou. Então o café é um bom negócio! E sendo um bom negócio há que tirar partido deste negócio para que, com a sua comercialização internacional, através da exportação, reforçar o crescimento económico dos países que têm a felicidade de reunir todos factores necessários para produzir tão apreciada cultura. É o caso de Angola, um país com condições edáfo-climáticas excelentes, organização empresarial promissora e sobretudo uma população rural com óptimas aptidões e ávida de, no âmbito do desenvolvimento rural, beneficiar e saborear o seu próprio desenvolvimento sócio-económico.

Todos sabemos, porque os autores especializados nos têm dito, que no caso de Angola, no passado – e no presente poderá ser um pouco mais significativo –, cerca de um terço da produção cafeeira nacional se deve ao trabalho e labor das populações camponesas, sob a forma de empresas familiares. É precisamente neste contexto que propomos a utilização de ferramentas que tenham como meta o desenvolvimento rural através da intensificação da produção do café entre as populações rurais (Chinga, 2006). Esta acção, para além da fixação das populações, contribuirá para se alcançar mais elevados níveis de desenvolvimento sócio-económico das famílias (Várzea, 2006), sendo um contributo do café como reforço do crescimento económico agrícola da República de Angola.

Por isto, na expectativa de atingir maiores níveis de produção e de qualidade na cultura do café, a nossa atenção vai concentrar-se em mecanismos que conduzam ao apoio dos agricultores que se dedicam à cafeicultura, em especial no que respeita à aprendizagem e aplicação de práticas e tecnologias adequadas à condução



da cultura, da assistência à sua organização estrutural e à consolidação do seu contributo para o desenvolvimento rural.

## **2. A Extensão Rural uma ferramenta para o desenvolvimento sócio-económico das populações que se dedicam à produção de café**

Segundo (Andrade, 1989), a Extensão Rural é um sistema de educação formal que visa o desenvolvimento rural e busca elevar não só a produtividade das actividades mas também o nível de vida de quem participa nos processos produtivos, podemos, à escala local ou regional de actuação, com recurso a ferramentas próprias dos seus princípios orientadores, implementar acções sobre populações de agricultores que se dediquem prioritariamente à actividade agrícola e que neste caso se dedicam à produção de café.

A Extensão Rural deve funcionar como um transmissor especializado de conhecimentos, servindo de ponte, entre a investigação agrária e o mundo rural – real e problemático –, com que contacta. Uma das dificuldades da investigação é como ter o real conhecimento das necessidades e dos problemas sentidos pela população. Para isso, a Extensão Rural deve estar permanentemente ligada com a investigação agrária, levando-lhe a informação dessas necessidades sentidas pelos agricultores, para que, após diligências ou estudos adequados, sejam encontradas soluções. As entidades com responsabilidade de investigação que buscam soluções, deverão investigar e recorrer à experimentação para testar as soluções, isto é, confirmar a viabilidade das novas soluções em relação aos processos de cultivo, procedendo à sua divulgação, através dos extensionistas, junto dos cafeicultores.

Digamos que a acção da extensão rural, no caso presente, deve estar direccionada para as populações alvo – **os cafeicultores** –, no pressuposto que:

- a) Assenta numa organização hierárquica responsável na dependência do Estado, neste caso o INCA – Instituto Nacional do Café de Angola, que a coordenará e na qual sejam assegurados apoios ou parcerias de entidades, públicas ou privadas, detentoras do conhecimento técnico, científico, de investigação e, até, de apoio ao crédito ou outros serviços envolventes;
- b) Tem conhecimento dos objectivos traçados pelas autoridades competentes, como por exemplo, o aumento da produção do café pela introdução

de práticas e técnicas culturais mais eficazes, incluindo, se necessário, o repovoamento com variedades melhoradas, resistentes a determinadas pragas e doenças ou outras incidências exógenas;

- c) Seleccionará zonas ou regiões em que os agricultores se mostrem vocacionados para a cultura do café;
- d) Assegura a elaboração de programas com conteúdos orientados para as técnicas de produção e alguma sensibilização para aspectos de economia e gestão de recursos;
- e) Assegura o contributo, a nível de recursos humanos, de um quadro constituído por equipas ou brigadas que incluem técnicos superiores, técnicos de formação média e pessoal auxiliar, devidamente preparados e treinados, quer sob os pontos de vista técnicos de apoio à cultura do café, quer em técnicas de comunicação, para desenvolvimento das acções no terreno. Deverão ser utilizadas técnicas de comunicação adequadas aos perfis socioeducativos dos líderes naturais e com recurso a meios de informação que incluam demonstrações e reuniões de grupo.

Sendo a acção desenvolvida no princípio básico de que a Extensão se propõe a trabalhar com o agricultor e não para o agricultor, poderemos afirmar que a Extensão Rural, no terreno, é uma ferramenta interessante e talhada para o êxito, na transmissão de conhecimentos especializados – neste caso fundamentalmente de cafeicultura –, ao cafeicultor. Promoverá o seu interesse e motivação pela actividade.

Para isto, deve-se prestar particular atenção na sua aplicação e *performance*. No rigor da sua programação e aplicação não se deve descuidar um conjunto de princípios que reflectem a filosofia de actuação da Extensão Rural (Andrade, 1994), a saber:

- a) Deverá assegurar permanentemente a ligação do cafeicultor com a investigação e desta ao agricultor com a informação das soluções encontradas;
- b) Deverá ser cooperativa, isto é, fomentar a cooperação de diferentes organismos e entidades competentes, públicas ou privadas, na busca do desenvolvimento;

- c) Deverá dar prioritária atenção aos agricultores jovens, por regra mais receptivos à inovação;
- d) Deverá ter uma actuação não paternalista. O seu desempenho com os agricultores deverá assegurar que compete a cada um deles a escolha das suas opções, bem como, a assunção da responsabilidade das suas decisões;
- e) Deverá actuar com oportunidade, num clima de confiança e com persistência;
- f) Deverá dar prioritariamente respostas às questões dos cafeicultores, em verdadeiro ambiente de confiança, para vencer o natural cepticismo das populações rurais relativamente aos forasteiros.

A Extensão Rural enquanto veículo de acção pedagógica junto do agricultor e das populações, será uma importante alavanca de desenvolvimento rural se – no diálogo com as famílias para encontrar áreas de interesse comum, entre estas e a política económica seguida –, a comunicação se realizar no plano estritamente horizontal e de respeito mútuo.

Acreditamos que, utilizando estas ferramentas com critério e empenho, apesar de todas as dificuldades no terreno, será possível contribuir de forma determinante para o desenvolvimento sócio-económico das populações que se dedicam à produção de café, como principal actividade agrícola. A introdução de ideias inovadoras, transmitidas pela comunicação humana, dão lugar a legítimas aspirações de progresso e bem-estar, tão necessários ao acolhimento do saber e, com a aplicação deste, o homem para além de alcançar a sua dignidade social, contribui, em consequência, para a melhoria da qualidade de vida dos agricultores, de suas famílias e das populações da região.

### **3. A realidade sócio-económica das populações das zonas de exploração cafeeiras**

O estabelecimento ou demarcação de zonas geográficas, ou de regiões, em que os agricultores se mostrem vocacionados para a cultura do café, implica necessariamente, em primeiro lugar, a delimitação das zonas tradicionalmente cafeeiras ou outras que demonstrem particulares aptidões edáfo-climáticas para produção do café e, de seguida, o estabelecimento de pesquisa e recolha de

elementos para avaliação da estrutura sócio-económica e cultural da população rural e da organização da pequena empresa agrícola existente. É útil a obtenção de informação sobre a idade, espírito de iniciativa, disposição para a mudança e habilitações dos agricultores. É necessário conhecer com detalhe o perfil do agricultor onde se pretende lançar um programa de difusão de conhecimentos inovadores.

Importante também, será proceder à reunião da informação sobre a estrutura rural da propriedade – por classes de área: (até 10 ha; de 10 ou 50 ha; de 50 a 100 ha; >100 ha; etc.); – tipo de posse da terra (da família; associação de famílias; pequeno empresário; etc.); do nível de formação fitotécnica dos agricultores e/ou de familiares; dos tipos de ferramentas agrícolas usadas e técnicas culturais utilizadas.

É útil recolher elementos que caracterizem o relevo, a vegetação e outros aspectos geográficos, como, por exemplo a existência de rios e outros cursos de água.

Será necessário, ainda, proceder ao levantamento: de infra-estruturas da região – sua caracterização e estado de conservação –, tais como a sua rede viária de estradas, caminhos, pontes e pontões; parque habitacional; da cobertura educacional e rede de saúde; da cobertura de emissoras de rádio e outros meios de comunicação; de eventuais redes comerciais para fornecimento de bens de primeira necessidade ou também vocacionados para o fornecimento de outros bens de utilização agrícola (factores de produção, ferramentas e outros utensílios).

A recolha dos elementos referidos, uma vez reunidos e processados, constituirão, a nosso ver, numa primeira fase, informação imprescindível para a tomada de decisão sobre o estabelecimento de programas ou projectos-piloto especificamente orientados para determinadas comunidades rurais. Os resultados alcançados, uma vez avaliados, permitirão o estabelecimento de metodologias e regras de actuação no terreno que, aliadas à organização das comunidades de agricultores, promoverão o desenvolvimento sócio-económico das populações rurais, em particular das famílias que desejarem dedicar-se à exploração cafeeíola como actividade principal.

O êxito, ou melhor, o aparecimento de resultados positivos será o melhor contributo para promover e estimular o desejo de participação das populações rurais locais e vizinhas no desenvolvimento sócio-económico das suas comunidades, alimentando a legítima expectativa de melhoria das suas condições de vida familiar, social e económica.

#### **4. A detenção e criação do conhecimento técnico e científico**

A Investigação científica alimenta a difusão de inovações que se faz através dos serviços de extensão. Compete às organizações hierarquizadas pelo Estado assegurar a investigação científica e a experimentação, nomeadamente no que respeita às grandes actividades agrícolas do mundo rural (Andrade, 1991). A existência de Institutos de Investigação, Centros Estudos, no sector agrícola, bem como a sua concertada ligação às Estações Experimentais Regionais do INCA, é de importância fundamental para a detenção e criação do conhecimento técnico e científico para o fomento não só do saber como também do apoio e assistência técnica directa ao agricultor.

Deverão estes Institutos ou Centros concertarem parcerias e Cooperação Internacional com entidades de Investigação Científica – Institutos e Universidades – empenhadas em proceder a estudos no âmbito de protocolos que visem o desenvolvimento de projectos nas mais diversas áreas da produção agrícola – neste caso da cultura do café –, por ser uma excelente alavanca para o crescimento económico agrícola de Angola e constituir uma rara oportunidade para o lançamento de acções que conduzam ao desenvolvimento sócio-económico das populações rurais.

No caso do café, já muito se tem feito e bem. A colaboração e cooperação com entidades científicas portuguesas e brasileiras têm dado frutos. Há bons trabalhos, nomeadamente no domínio da criação de cultivares resistentes a determinadas pragas e doenças do cafeeiro, combate fitossanitário dessas doenças. Estes estudos deverão ser alargados, para além de estudos de técnicas culturais ou outros aspectos fitotécnicos, a estudos de natureza económica e de comercialização.

É uma realidade a cooperação técnico-científica internacional do Instituto Nacional de Café de Angola (INCA): com Portugal através do Centro de Investigação das Ferrugens do Cafeeiro (CIFC) do Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT) e do Instituto Superior de Agronomia (ISA) de Lisboa; com o Brasil através da EMBRAPA, da Universidade Federal de Viçosa e do Instituto Agronómico de Campinas (Neto, 2009).

No presente caso, é nosso entendimento que o INCA deverá promover e liderar os mecanismos de promoção da necessária investigação e experimentação e, em

consequência, valerá a pena manter um bom Centro de Documentação Técnico e Científico com disponibilização de “base de dados” a todos os Centros de Estudos e Estações de Experimentação Regionais.

Estas Estações Experimentação, para além de efectuarem experimentação orientada pelas Unidades de Investigação, deverão estar apetrechadas com meios e recursos materiais – ao nível de estruturas e equipamentos –, para além de recursos humanos, técnica e cientificamente preparados, com vista a dar resposta à necessidade de facultar e orientar estágios de treino técnico ou promover acções de formação profissional para extensionistas e jovens agricultores.

Assim, tendo em atenção as competências do INCA, é nossa opinião, que cabe a este Instituto promover e coordenar a criação e a reunião do saber, testar e experimentar as novas propostas que resultem do novo saber, criar e implementar os meios de divulgação desse saber, oferecendo a aprendizagem do novo saber e das novas tecnologias dele resultante, nas melhores condições de eficácia, a quem deseja aprender.

Em complemento, seria interessante a edição de um “**Manual para o Cafeicultor**”, bem como de “**Boletins Técnicos**” informativos – com linguagem simples, estrutura gráfica simples e atraente, incluindo bastantes ilustrações das práticas e técnicas culturais habitualmente usadas –, com informação muito objectiva e direccionada para o cafeicultor.

##### **5. A divulgação da actividade e a promoção da importância da exploração do café no contexto do desenvolvimento sócio-económico do país**

A divulgação desta actividade, a sua promoção, e a criação de uma consciência colectiva da grande importância da produção de Café no contexto do desenvolvimento social e económico do meio rural e do seu contributo para o crescimento económico agrícola de Angola, merece uma ampla acção de “**Campanha**” que envolva o recurso a mecanismos como:

- a) O seu destaque na formação escolar do indivíduo, a nível do sistema educativo nacional, isto é, nas matérias leccionadas a nível do ensino primário e secundário;

## O fomento da produção de café em Angola e o Desenvolvimento Rural

- b) A sua inclusão na formação educativa em Escolas Rurais instaladas em zonas de intervenção e de incremento da actividade cafeeíola. Neste caso, deve ser dada particular atenção no ensino sobre a planta do café e das técnicas culturais cafeeíolas, usando metodologias simples para que a aprendizagem seja uma acção agradável, prática e motivadora;
- c) A difusão – através da Imprensa, Rádio e Televisão – de publicidade promotora da importância do Café na economia nacional, no desenvolvimento sócio-económico rural e no bem-estar das famílias;
- d) A produção de programas de Rádio (regionais). Programas orientados para as comunidades rurais com carácter formativo e informativo da actividade cafeeíola;
- e) A promoção de visitas de estudo de grupos de jovens estudantes a Estações de Experimentação Regionais do INCA, no âmbito de programas previamente preparados;
- f) A realização de visitas com carácter informativo e demonstrativo a grupo de agricultores a Estações de Experimentação Regionais do INCA.

### **6. O fomento à produção**

O “**Fomento**” deste processo significa dar expressão, dar vida a acção que se pretende. No pressuposto de que todo o programa de acção está convenientemente estudado e planeado para determinada comunidade rural previamente caracterizada e seleccionada. Há que lhe dar vida: promovendo a organização estrutural dos agricultores e do apoio técnico-administrativo, por entidades ou centros de apoio do Estado; disponibilizando mecanismos de assistência técnica e de formação profissional; implementando políticas de acesso ao crédito, como motor do desenvolvimento rural, ou outras ajudas no investimento; e, finalmente, contribuir para assegurar boas condições de escoamento e comercialização do café.

#### **A – Organização estrutural dos agricultores**

Através da comunicação especializada e do diálogo esclarecedor dos extensionistas é possível apoiar os cafeeiros a decidirem-se pelo associativismo,

formando nas suas comunidades as suas próprias Associações de Cafeicultores. Estas entidades terão o apoio técnico-administrativo do Estado, é um imperativo. Neste caso, todo o processo de extensão, incluindo assistência técnico-administrativa de concepção estrutural destas organizações, deve ter a coordenação e supervisão do INCA, embora as decisões de interesse comunitário sejam dos órgãos dirigentes da Associação.

**a.1 – Associações de pequena dimensão – entre cafeicultores do mesmo local**

Nestas organizações, os cafeicultores, numa primeira fase, passam a fazer o exercício de:

1. discussão dos problemas locais, de cada um deles e da comunidade de cafeicultores a que pertencem;
2. tomar consciência de que, juntos nesta actividade, podem superar necessidades e limitações comuns, que cada um deles, por si, não poderia superar;
3. quando identificados com a associação, cada atitude que tomam, os fazem sentir mais seguros de que a sua consciência social está virada para os interesses da comunidade.

**a.2 – A cooperação das Associações**

As comunidades rurais de cafeicultores, constituídas em Associações, devidamente assistidas pelos extensionistas, podem em conjunto, elencar, interpretar e avaliar problemas comuns, procurando soluções com interesse mais alargado à comunidade rural regional. Podem discutir soluções para o eventual estabelecimento de estratégias que, por exemplo, prevejam o recurso à utilização de um parque de máquinas agrícolas e ferramentas comuns; promovam a introdução de soluções nas tecnologias para a separação do grão da cereja e posterior processo de secagem; promovam normas ou metodologias de aprovisionamento de factores de produção; estabeleçam linhas orientadoras de comercialização café (café mabuba ou café grão), etc.

A utilização de esforços conjuntos de cooperação inter-comunitária, devidamente assistida pelos extensionistas, promove e estimula a introdução e



racionalização de tecnologias fitotécnicas e outras tecnologias inovadoras que conduzirão a maiores níveis de produtividade e de qualidade do café.

### **a.3 – Cooperativas de Cafeicultores, formada por cafeicultores membros das Associações de pequena dimensão, da zona**

Num estágio mais avançado, de maior nível de formação dos agricultores e de maior segurança na sua atitude técnica de pequenos empresários, cada um dos cafeicultores pode beneficiar e progredir na sua vida profissional, familiar e social se aderir a esta ideia de se associar com os seus vizinhos, também cafeicultores, constituindo a sua **Cooperativa** que, de acordo com a definição clássica (Andrade, 1983), é uma associação de pessoas, livre e igualitária, sem objectivos lucrativos, governada democraticamente, que cria e gere uma empresa com vista à satisfação de necessidades comuns. Esta organização será uma entidade que associa “**pessoas**” e “**empresa**” constituindo duas partes articuladas da mesma organização em que é tão importante a gestão correcta dos recursos materiais como a solidariedade entre as pessoas. Estas entidades, porque são **empresas**, devem gerir correctamente os recursos materiais, os custos dos factores de produção e a produtividade, entre outros; e porque são **associações de pessoas** devem ser participadas, solidárias e responsáveis, devendo também, em consequência, os seus membros serem participativos, solidários e responsáveis na efectivação das acções que determinarem ser necessárias.

### **B – Disponibilização de mecanismos de assistência técnica e de formação profissional**

Uma vez estruturadas e organizadas as comunidades de cafeicultores rurais, estes, através da extensão rural e do diálogo periódico estabelecido pelas visitas programadas dos extensionistas, podem beneficiar, entre outros, de:

1. Processos de assistência técnica, como por exemplo, a indicação da necessidade de substituir a população de cafeeiros por cultivares melhores, isto é, mais produtivas e/ou resistentes a pragas e doenças; a indicação dos tipos e níveis de adubação mais aconselhados; a indicação dos mecanismos de prevenção e acompanhamento de tratamentos fitossanitário dos cafezais doentes ou atacados por pragas; as operações de combate às infestantes, entre outros;

2. Aprendizagem de práticas de operações culturais, tais como, plantação, adubação, combate a infestantes, poda, tipos de colheita etc.;
3. Aprendizagem da interpretação de “Boletins Técnicos” emitidos pelo INCA, sobre a Cafeicultura e outras actividades envolventes;
4. Formação na área da comunicação técnica e social entre os seus pares;
5. Formação na área da Higiene e Segurança no Trabalho.

A **assistência técnica** será um mecanismo directo de transmissão de conhecimentos ou ajuda ao agricultor, ou a grupos de agricultores, para solucionar ou vencer dificuldades encontradas no estado do cafezal, do cafeeiro ou em etapas a vencer nas suas actividades laborais.

Com a **formação profissional** espera-se que o processo de aprendizagem, de cada um dos cafeicultores, consolide as suas aptidões profissionais numa visão técnica mais abrangente e que lhe reforce a sensibilidade para a adesão à aplicação de técnicas e atitudes inovadoras. Será um processo educacional e de aquisição de competências.

Na verdade, para além da valorização do homem e da comunidade rural, há mais um objectivo a atingir: alcançar a melhor qualidade do café, associado à maior produtividade possível. Recorde-se que a qualidade é uma característica determinante no preço de venda do café.

#### **C – Políticas de acesso ao crédito, como motor do desenvolvimento rural**

O cafeicultor envolvido em todo este processo de desenvolvimento necessita de ajuda económica e financeira para dar início e forma ao seu projecto. Um projecto que fará parte da sua comunidade e, por isso, representa para o cafeicultor a assumpção dum compromisso sério e responsável.

Caberia à entidade que coordenadora do processo de extensão supervisionar os mecanismos de crédito aos cafeicultores.

Poderia o INCA conceder crédito a estas empresas familiares rurais, desde que o cafeicultor titular da posse do cafezal fosse membro de uma Associação local.

### **c.1 – Formas de Crédito Rural**

1. O Crédito facultado deveria ser coordenado e controlado pelo INCA, através das Estações de Experimentação Regionais ou por entidades criadas para o efeito, no respeito pela legislação reguladora destes procedimentos. Propõem-se duas formas:

1.1 – **Em espécie**: fornecimento de plantas, fertilizantes, produtos fitosanitários para controlo de pragas e doenças, herbicidas, ferramentas e outros produtos e materiais de necessária aplicação, quer para a principal actividade – café –, quer para outras culturas subsidiárias – milho, feijão, mandioca, etc – necessárias para a alimentação familiar;

1.2 – Sob a forma de **micro-crédito financeiro** para que o agricultor possa dispor de um “fundo de manei” que lhe permita solucionar necessidades prementes da sua empresa e família, incluindo pequenos investimentos necessários à sua actividade de cafeicultor.

### **c.2 – Os procedimentos**

Estas duas formas, em princípio cumulativas, poderiam ser contratualizadas no início da campanha ou do ano agrícola com base em projecções orçamentais baseada nas receitas previstas em ano normal, tendo em conta a área cultivada e as expectativas criadas a partir da intervenção dos extensionistas.

A recuperação do crédito poderia ser feita pela entidade coordenadora ou por uma entidade reguladora e fiscalizadora do processo de comercialização. Para o efeito, a entidade credora deveria ser a receptora do café produzido na campanha em causa. Nesta fase, por aplicação de regulamentação pertinente, seria processado o pagamento do crédito utilizado pelo cafeicultor.

Em situações de reconhecida impossibilidade da sua liquidação total, deveria a regulamentação prever processos de amortização com aplicação plurianual.

## **2 – O Crédito Facultado por Instituições Bancárias**

Este tipo de crédito seria dirigido a Produtores de Café e outros agricultores organizados em Cooperativas, aplicando-se a legislação regulamentadora no âmbito de políticas nacionais de crédito agrícola, eventualmente aplicável em outras actividades agro-pecuárias.

Justifica-se para investimentos de interesse comum, tais como: a instalação de equipamentos tecnológicos de preparação de café para expedição em grão, utensílios, ferramentas e maquinaria agrícola, veículos de transporte, construção de instalações para armazenamento, entre outros.

Esta forma de crédito não pode dispensar a aprovação dos órgãos directivos da respectiva Cooperativa de Produtores de Café, bem como, nos termos do seu enquadramento legal, o parecer favorável e a fiscalização da Entidade responsável por esta acção de extensão rural, o INCA.

A sua amortização e/ou liquidação deveriam obedecer a regulamentação oficial apropriada.

## **D – A garantia de escoamento e comercialização do café**

### **d.1 – Escoamento do produto**

O transporte do café dos locais de produção para os centros de comercialização pressupõe a existência de caminhos e pontões, estradas e pontes, transitáveis. Haverá necessidade que os extensionistas façam um levantamento do estado geral destas vias de comunicação rodoviárias, bem como, a indicação de eventuais necessidades de construção de caminhos.

São necessárias razoáveis condições de traficabilidade para a deslocação de veículos de transporte de café, mercadorias e, também, para a circulação de pessoas incluindo extensionistas e outros técnicos.

### **d.2 – Quanto à comercialização**

É nosso entender que seria vantajoso permitir a lei normal do mercado – oferta e procura, com a variante moderadora de qualidade. Admitimos que se desenvolveria, no cafeicultor, um comportamento de elevação de empenho e sobretudo motivação. Um forte desejo de mais aprender para melhor produzir e, desta forma, alcançar maiores níveis de bem-estar e melhores condições de vida para si e para a sua família. Estaria aberta a porta para o mercado concorrencial. Mas é também necessário, sobretudo nesta fase de arranque, para os anos de más produções em qualidade e anos com excessos de produção, assegurar aos cafeicultores e suas famílias, através da entidade Coordenadora Nacional da Política do Café – INCA, uma garantia de

intervenção, adquirindo as produções aos cafeicultores através das suas Associações, com preços justos.

De qualquer forma a comercialização do café, no caso de agricultores sujeitos a acções de extensão, na fase de compra ao produtor, deverá ter a coordenação e intervenção do INCA. Poderá ser realizada por outras entidades públicas, ou mesmo privadas, especialmente criadas ou vocacionadas para a comercialização do café, mas necessariamente com a supervisão e fiscalização dos procedimentos pelo INCA, por ser a entidade com a competência de coordenação técnica, científica e económica sobre a cultura e produção do Café e competindo-lhe o acompanhamento, controlo e execução das políticas determinadas para a sua produção.

Face aos preços internacionais a política de estabelecimento de preços nacionais para os produtores exige, naturalmente, a introdução de um conjunto de variáveis nas tabela de preço que terá a ver com qualidade do café e estado geral do seu grão – variedade ou cultivar, tamanho do café grão, grau de humidade, a não afectação do grão por doenças ou intervenção de pragas, etc. –, daqui poderão ser criadas “tabelas de preços” de acordo com o tipo e características do café grão. A fiscalização da sua aplicação correcta poderá ser um meio de se assegurar que o agricultor não será prejudicado ou injustamente beneficiado. A sua correcta aplicação poderá ser também um bom contributo para a elevação da motivação do cafeicultor.

## **7. Conclusões**

É objectivo central o aumento da produção de café – colocar Angola no “ranking mundial” no lugar que lhe compete enquanto produtor e exportador –, contribuindo para o reforço do crescimento económico agrícola da República de Angola.

Cabendo ao INCA – Instituto Nacional do Café da República de Angola a coordenação técnica, científica e económica sobre a cultura e produção do Café, e ainda o acompanhamento, controlo e execução das políticas determinadas para a sua produção, está esta Instituição determinada em implementar uma estratégia de envolvimento e motivação de todos os agentes imprescindíveis nas metas a atingir, isto é, o Desenvolvimento do Sector do Café em Angola.

Para o efeito tem promovido a Cooperação Internacional no domínio da investigação científica, Cooperação Nacional com Instituições de Investigação

Científica, tem estabelecida uma rede de Estações de Experimentação Regionais, dotadas de quadros de Investigadores e Técnicos Superiores onde é efectuada Investigação e Experimentação, através do lançamento de linhas de investigação pertinentes.

Em consequência, pode ser promovido o desenvolvimento de mecanismos de Extensão, vulgarização e fomento no sector do café, apostando no aumento das produções e na melhoria de qualidade.

Sendo a Extensão Rural uma ferramenta ao serviço das políticas agrícolas será proveitoso recorrer a este instrumento educativo no seio das comunidades rurais. Assim, no caso da actividade cafeícola, associando os interesses e as legítimas aspirações das populações rurais, é necessário dar expressão aos mecanismos de extensão, supra referidos, utilizando-os como veículo de acção educativa que visa alcançar mais elevados níveis de desenvolvimento sócio-económico no mundo rural e do bem-estar das famílias campesinas que se dedicam à cafeicultura. Promove-se o desenvolvimento regional e assegura-se um crescimento da produção de café, proveniente dos pequenos agricultores, como contributo para o reforço crescimento Económico Agrícola Nacional.

### **Bibliografia consultada**

- Andrade, I. Rebelo – “*A Organização Cooperativa: Empresa ou Associação?*”, In Revista de Ciências Agrárias – Publicação da Sociedade de Ciências Agrária de Portugal, Vol. VI, Tomo I, Lisboa 1983
- Andrade, I. Rebelo – “*Extensão Rural: Algumas Considerações Fundamentais*”, In Economia e Sociologia, Gabinete de Investigação e Acção Social do Instituto Superior Económico e Social de Évora, (págs. 75-86) – n.º 47, Évora, 1989
- Andrade, I. Rebelo – “*Sistemas de Extensão Rural*” Universidade de Évora, Évora 1991
- Andrade, I. Rebelo – “*Extensão Rural: Textos de Leccionação*”, Manuais da Universidade de Évora, Área Departamental de Ciências Humanas e Sociais, n.º 1, Évora, 1994
- Chinga, Samuel; I. Rodrigo; A. Manuel Correia – “*A Agricultura Familiar e a produção do Café – Amboim, Kuanza Sul.*” In Angola: Agricultura Recursos Naturais e Desenvolvimento Rural volume II, Organizado por Ilídio Moreira, ISA Press – Lisboa, 2006

## O fomento da produção de café em Angola e o Desenvolvimento Rural

*“Missão de Extensão Rural”* in Extensão Rural – Primeiro Seminário de Évora, Instituto Universitário de Évora - Évora, Dezembro de 1974

Neto, J. Ferreira Costa; *et all* – *“Cooperação Técnico-Científica entre o Instituto Nacional do Café (INCA) e o Centro de Investigação de Ferrugens do Cafeeiro (CIFC/IICT)”*, In Economia, Sociologia e Desenvolvimento Rural – Actas do 1.º Encontro Luso-Angolano da Universidade de Évora em 16 a 18 de Outubro de 2008, Évora, 2009

Protas, José F. Silva – *“Agricultores Típicos: Uma Questão de Estratégia para o desenvolvimento Rural”*, Publicações Universidade de Évora, Ciências Humanas e Sociais, n.º3, Évora, 1994

Várzea, Vítor; *et all* – *“Ferrugem Alaranjada e Antracnose dos Frutos Verdes do Cafeeiro em Angola.”*. Cooperação Técnica-Científica Luso-Angolana – In Angola: Agricultura Recursos Naturais e Desenvolvimento Rural, volume II, Organizado por Ilídio Moreira, ISA Press – Lisboa, 2006

Vaz, J. Trancoso; *et all* – *“Informação Técnica do Instituto do Café de Angola”* JPP, n.º 55, Luanda, Julho de 1966





## Economia social e cooperativismo: pilares fundamentais ao desenvolvimento integrado e sustentável da sociedade angolana

J. Jordão<sup>1</sup>

P. Romera<sup>2</sup>

J. L. López García<sup>3</sup>

J. Briz<sup>4</sup>

### Resumo

Os papéis que representam hoje certo tipo de entidades que prestam ou colaboram em diversos serviços de carácter económico-social, assistencial, cultural, etc., tornaram-se imprescindíveis nas economias modernas. Este conjunto de organizações recebe distintas denominações genéricas tais como: terceiro sector, economia social, economia solidária, entidades não lucrativas, organizações não-governamentais, etc.

Por outro lado, as empresas produtoras de matérias-primas base caracterizam-se historicamente por uma oferta fornecida por um grande número de pequenos produtores, enquanto a procura, pelo contrário, normalmente está concentrada num número reduzido de empresas industriais ou comerciais, que tendem a funcionar como oligopsónio ou, no limite como monopsónio. Assim, para contrabalançar esse afunilar da procura a jusante da produção, a constituição de organizações socioeconómicas e centrais de vendas fortes e dinâmicas, que lhes permitam funcionar em oligopólio (ou monopólio) da oferta, de forma a fazer frente ao poder da procura, constitui um processo, que, existindo solidez estrutural e organizacional, permitirá sempre um maior poder negocial e a formação de preços mais favoráveis à produção, para além da eventual industrialização dos excedentes. Daí o interesse e importância das cooperativas.

---

<sup>1</sup> Departamento de Gestão e Contabilidade, Faculdade de Economia, Universidade Agostinho Neto, Luanda – Angola, [jjordao007@gmail.com](mailto:jjordao007@gmail.com)

<sup>2</sup> Departamento de Organización de Empresas, Universidad Politécnica de Catalunya – Barcelona – España, [pedro.romera@upc.es](mailto:pedro.romera@upc.es); [pedro.romera@upc.edu](mailto:pedro.romera@upc.edu)

<sup>3</sup> Departamento de Economía y Ciencias Sociales, ETSIA, Universidad Politécnica de Madrid – España, [jluis.lopezg@upm.es](mailto:jluis.lopezg@upm.es)

<sup>4</sup> Departamento de Economía y Ciencias Sociales, ETSIA, Universidad Politécnica de Madrid – España, [julian.briz@upm.es](mailto:julian.briz@upm.es)

Assim, neste trabalho, depois de explorar a influência das várias vias da economia e do capital social no desenvolvimento socioeconómico das sociedades e de sintetizar os aspectos principais da estratégia “coopetitiva”, dedicar-se-á um especial enfoque a comentar alguns aspectos da vantagem cooperativa. Com isto, pretende-se contribuir para a descoberta de um ponto de encontro entre o microeconómico (estratégia competitiva para a empresa ou organização) e o macroeconómico (capital social e crescimento económico) através da cooperação, tentando demonstrar que são as faces da mesma moeda, já sugeridas por Alfred Marshall, em 1890.

### **Palavras-chave**

Economia social, terceiro sector, cooperação, coopetição, competitividade

## **1. Introdução**

Sobretudo a partir dos anos 70 do século passado, as sociedades ditas avançadas depararam-se com diversos problemas e necessidades sociais de enorme envergadura que as instituições, políticas e as engrenagens tradicionais do sistema não estão sendo capazes de resolver de forma satisfatória. Diversos factores contribuíram para situar as modernas economias de mercado perante *um novo cenário no qual se modificaram os problemas económicos a resolver e apareceram novas necessidades sociais* que não encontram resposta razoavelmente satisfatória no sistema de economia mista sobre o qual se construiu o tradicional Estado de Bem-estar, assim como tão pouco através dos mecanismos autorreguladores do mercado, nem das políticas macroeconómicas tradicionais.

O actual e renovado interesse pelas fórmulas empresariais alternativas às capitalistas e às do sector público como podem ser as *cooperativas*, as *sociedades laborais*, as *mutualidades*, ou as entidades ditas não lucrativas como as *associações* e as *fundações*, deriva precisamente, da crescente suspeita, quando não da evidência, de que os sistemas clássicos de economia mista, próprios da nossa envolvente, se mostram incapazes para encontrar soluções satisfatórias a problemas tão relevantes como o do desemprego, da exclusão social, do bem-estar no meio rural, da saúde, da educação, da qualidade de vida da população reformada, do crescimento sustentável, entre outros. Trata-se de necessidades sociais que não encontram oferta

suficiente ou adequada, nem por parte dos agentes privados de natureza capitalista, nem por parte do sector público (Cfr. J. L. Monzón, 2006).

As empresas e organizações, situadas fora do sector público e do sector privado capitalista, têm raízes históricas mais que centenárias, mas foi no último terço do século XX que conheceram um notável desenvolvimento em todo o mundo e, desde logo, na Europa e América do Norte. Este amplo e variado conjunto de organizações microeconómicas é reconhecido maioritariamente e de forma bastante imprecisa sob a denominação de *terceiro sector*, cuja actividade se desenvolve entre a economia pública e a economia privada capitalista e que vem identificado por diversos termos, entre os quais cabe citar “economia social”, “economia alternativa”, “economia solidária”, “economia popular”, “economia associativa”, “sector voluntário”, “sector não lucrativo” (*non profit sector*, nos Estados Unidos), “sector independente”, etc., para assinalar só os mais utilizados.

Estamos falando de conceitos que descrevem realidades com amplos espaços comuns, mas que não são totalmente coincidentes. Além disso, os enfoques teóricos que se desenvolvem a partir destes conceitos atribuem ao Terceiro Sector (TS) o desempenho de funções bem distintas nas economias modernas. Todavia, em todos há um máximo denominador comum, uma espinha dorsal que consiste no fomento do *capital social*, isto é, da cooperação e da confiança entre indivíduos, o que será sem dúvida uma boa estratégia para o crescimento e o desenvolvimento económico integrado e sustentável das sociedades.

Entre os diferentes enfoques teóricos que desenvolvem o conceito de TS e estabelecem os objectivos a alcançar por ele, pela sua importância e grau de aceitação, destacam-se dois deles: o enfoque de Economia Social (ES) e o enfoque de *non profit organizations* (NPO). Veremos mais adiante as especificidades relativas a cada um deles (*vide* ponto 2).

## **2. Do terceiro sector**

### **2.1. Economia Social e Cooperativismo: breve enquadramento histórico**

A economia social conhece uma profunda reorientação na segunda metade do século XIX, sob a influência de Leon Walras, que, a par com John Stuart Mill (1874), considera que as cooperativas podem desempenhar um relevante papel na resolução dos conflitos sociais, cumprindo um grande papel económico que é o

de “não suprimir o capital, mas sim fazer com que o mundo seja menos capitalista e também um papel moral, não menos relevante, que consiste em introduzir a democracia nos mecanismos da produção” (Monzón, 1989).

A obra de Walras, *Estudos de economia social: Teoria da repartição da riqueza social*, publicada em Lousane (Suíça), em 1896, supõe uma importante fractura no que diz respeito ao enfoque primitivo da economia social, identificado com o modelo de F. Leplay (1875 e 1877). Com Walras, a economia social passa a ser tanto uma parte da Ciência Económica<sup>5</sup>, como um campo de actividades económicas, entre as quais proliferam as cooperativas, as associações e as mutualidades, tal como hoje as conhecemos.

No extremo final do século XIX, perfilam-se as principais características do moderno conceito de Economia Social, inspirado nos valores do cooperativismo. Um cooperativismo e uma economia social que, não obstante, vêem muito diluídos os seus iniciais delineamentos de transformação social: a utopia subverte-se e a ideia de mudar o sistema cede lugar ao objectivo de se instalar nele (Monzón, 1989).

Apesar da ES conhecer um relativo protagonismo na Europa no primeiro terço do século XX, o modelo de crescimento imperado no período de 1945-1975 tem como principais figurantes o sector privado capitalista tradicional e o sector público. Sobre o dito modelo, constrói-se o Estado de Bem-estar que, perante as conhecidas falhas do mercado, incrementa um conjunto de políticas que resultam muito efectivas para corrigir as mencionadas falhas: políticas de redistribuição do rendimento, de afectação de recursos e de carácter anti-cíclico. Todas elas baseadas no modelo Keynesiano e que se traduzem na institucionalização das plataformas de diálogo (vulgo Conselho de Concertação Social) para concertar as políticas públicas, nas quais os grandes protagonistas são os sindicatos, as confederações patronais e os poderes públicos.

Todavia, a consolidação dos sistemas de economia mista não impediu o desenvolvimento de um significativo conjunto de empresas e organizações – cooperativas, mutualidades e associações – que contribuíram para resolver problemas de importância social e de interesse geral, relacionados com o desemprego cíclico, os desequilíbrios territoriais e do meio rural, o desequilíbrio de poder entre

---

<sup>5</sup> Designa-se *economia social*, como também o faz J. S. Mill (1874), L. Walras (1896) e J. L. Monzón (1987, 1989, 2003 e 2006), à parte da ciência da riqueza social que trata da distribuição desta riqueza entre os indivíduos e o Estado.

Economia social e cooperativismo:  
pilares fundamentais ao desenvolvimento integrado e sustentável da sociedade angolana

as organizações de distribuição comercial e os consumidores e outros. Contudo, neste período, a ES praticamente desaparece como instituição relevante no processo de harmonização do crescimento económico com o bem-estar social, assumindo o Estado quase todo o protagonismo.

## **2.2. Terceiro Sector (TS)<sup>6</sup> e o enfoque Economia Social**

A identificação conceptual do TS que desenvolve o actual enfoque de ES conheceu notáveis progressos nos últimos quarenta anos. O referido enfoque começou a consolidar-se, há cerca de trinta anos, quando se constituiu em França o Comité Nacional de Harmonização das Actividades Mutualistas, Cooperativas e Associativas (CNLAMCA), que aprovou, em 1982, a Carta da Economia Social, que define esta como “o conjunto de entidades não pertencentes ao sector público que, com funcionamento e gestão democráticos e igualdade de direitos e deveres dos sócios, praticam um regime especial de propriedade e distribuição dos lucros, empregando os excedentes de exercício para o crescimento da entidade e a melhoria dos serviços prestados aos sócios e à sociedade” (Monzón, 1987). Com base nesta definição, trabalhou-se mais tarde na Bélgica (1990) no seio do *Conseil Wallon de l'Économie Sociale*, que concebe o sector da ES como aquela parte da economia integrada por organizações privadas que compartilham entre si quatro notas características: a) finalidade em proporcionar aos seus membros ou à colectividade serviços antes que lucro; b) autonomia de gestão; c) processos de decisão democráticos; d) primazia das pessoas e do trabalho sobre o capital na repartição dos rendimentos.

Estes rasgos definitórios foram amplamente divulgados pela literatura económica (Barea e Monzón, 1992; Defourny, 1992) e articulam o âmbito da ES em torno de três famílias principais de organizações: cooperativas, mutualidades e associações.

Todavia, a mais recente delimitação conceptual da ES, realizada pelos seus próprios protagonistas, foi apresentada na *Carta de Princípios da Economia Social*, promovida pela Conferência Europeia Permanente de Cooperativas, Mutualidades, Associações e Fundações (CEP-CMAF), plataforma europeia representativa das quatro

---

<sup>6</sup> O termo *terceiro sector* começou a usar-se nos debates públicos em meados da década de 70 do século passado, tanto na Europa, como nos Estados Unidos da América.

famílias de entidades mencionadas. Estes princípios são os seguintes: 1) primazia da pessoa e do objecto social sobre o capital; 2) adesão voluntária e aberta ou adesão voluntária e livre; 3) controle democrático pelos seus membros (excepto para as fundações que não têm sócios); 4) conjugação dos interesses dos membros usuários e do interesse geral; 5) defesa e aplicação dos princípios de solidariedade e responsabilidade; 6) autonomia de gestão e independência, relativamente aos poderes públicos; 7) destino da maioria dos excedentes para a concretização de objectivos a favor do desenvolvimento sustentável, do interesse dos serviços aos membros e do interesse geral da comunidade.

Entre os esforços teóricos desenvolvidos para sintetizar o núcleo identitário comum de uma realidade tão complexa e plural como a da ES, destaca-se a contribuição de B. Gui (1991), o qual considera que toda a organização micro-económica privada se caracteriza a partir dos critérios de *categoria dominante* (formada pelas pessoas que possuem o último poder de decisão) e de *categoria beneficiária* (as pessoas que recebem os benefícios da actividade). Após distinguir entre *organizações de interesse geral* (nas quais os beneficiários da actividade económica são diferentes do grupo de pessoas que a controlam) e *organizações de interesse mutualístico* (em que os benefícios da actividade recaem no mesmo grupo de pessoas que a controlam), Gui estabelece que a característica essencial das organizações de ES consiste em que a *categoria dos beneficiários não está constituída por investidores capitalistas*.

Utilizando a terminologia de Gui, pode concluir-se que uma característica comum a todas as organizações de ES consiste em que *os sócios capitalistas ou investidores, se é que existem, em caso algum constituem maioritariamente a categoria dominante ou a categoria beneficiária*.

No caso em que a organização seja de interesse mutualístico, as categorias dominante e beneficiária estarão constituídas exclusivamente, ou pelo menos de forma maioritária, por *sócios usuários* da actividade em si mesmo considerada, que são fornecedores de capital para utilizar os serviços da organização, mais do que para obter uma remuneração pelo capital investido. Se por acaso a organização é de interesse geral (como, por exemplo, as fundações), a categoria dos beneficiários estará constituída por usuários que não formarão parte da categoria dominante.

As anteriores definições de ES contêm expressas referências a valores, tais como a democracia, o interesse social e a solidariedade que se expressam em regras de

Economia social e cooperativismo:  
pilares fundamentais ao desenvolvimento integrado e sustentável da sociedade angolana

funcionamento contraditórias com a lógica do sector dominante nas economias de mercado, ou seja, o sector tradicional capitalista. Trata-se, em suma, de uma definição que outorga à ES uma dimensão socio-política, vinculada a um projecto de transformação social, na qual as entidades que a conformam, não só desenvolvem uma actividade, como expressam também uma visão normativa da sociedade e se configuram como um instrumento para a realização desse dito projecto (Defourny, 1999).

Sem dúvida, as definições e características da ES que se foram perfilando nestas linhas apresentam não poucas ambiguidades fronteiriças que dificultam a identificação inequívoca da ES. Assim, teremos que recorrer a critérios classificatórios de conveniência, para cujo estabelecimento será muito útil a delimitação prévia das funções a desempenhar pelo TS nas economias modernas.

### **2.3. Terceiro Sector e o enfoque *Non Profit Organizations* (NPO)**

O segundo enfoque que se aborda na análise do TS é de raiz anglo-saxónica e foi promovido a partir dos Estados Unidos da América do Norte, há mais de trinta anos: é a literatura do *Non Profit Sector* ou do *Non Profit Organization* – NPO (Weisbrod, 1975, 1977). Na essência, este enfoque somente contempla a aquelas organizações privadas que, em virtude das suas normas constitutivas, não podem distribuir os benefícios pelas pessoas que as controlam, tendo que destinar-se aqueles benefícios, ora para a realização de seus objectivos, ora para a ajuda a pessoas que não exerçam nenhum controle sobre a organização.

O enfoque NPO mais divulgado (Salamon e Anheier, 1992) estabelece cinco requisitos básicos para considerar uma instituição como parte integrante do TS: organização formal, privada, não lucrativa, com auto-governo e com participação voluntária. Entre estes requisitos, não se encontra um elemento tão característico do conceito tradicional da ES, como é o da organização democrática, pelo que no âmbito do TS, estabelecido pelo enfoque NPO, se incluem muitas entidades não democráticas que amplas correntes do enfoque da ES não as identificam como parte integrante do TS, como é o caso de muitas associações religiosas e, inclusive, fundações. O enfoque NPO inclui, no seu âmbito de análise, tanto a entidades ao serviço de pessoas, lares ou famílias, como as entidades ao serviço de empresas e organizações do sector empresarial dominante no mercado. O enfoque da ES, pelo contrário, não considera aquelas NPO que se encontram nesta última situação.

Por sua vez, o enfoque NPO, ao aplicar o critério delimitador do Princípio de Não Distribuição de Benefícios (PNDB), exclui do TS aquelas organizações que distribuem benefícios ou excedentes aos seus sócios, sob a forma de qualquer modalidade (incluídos, no caso das cooperativas, os excedentes/retornos cooperativos) pelo que se exclui a maioria das cooperativas como uma das componentes do TS.

#### **2.4. Terceiro Sector e a Nova Economia Social**

Uma característica relevante e novidade do Terceiro Sector, nos últimos trinta anos, diz respeito ao espectacular crescimento que este experimentou no âmbito das entidades cuja actividade se orienta para a produção e distribuição de alguns dos denominados *bens sociais* ou *bens preferentes*. Os *bens preferentes* são aqueles acerca dos quais existe um amplo consenso social e político, em que o seu desfrute é imprescindível para uma vida digna e, portanto, devem ser acessíveis, a nível de consumo, a toda a população, independentemente de qual seja o seu nível de rendimento ou capacidade aquisitiva. Por consequência, considera-se que os poderes públicos devem prover a produção e distribuição desses ditos bens, quer garantindo a sua gratuitidade, quer subvencionando-os, de forma que se possa aceder a eles a preços muito inferiores aos do mercado.

O desfrute universal de alguns destes bens preferentes, como a saúde e a educação, foi garantido pelos poderes públicos da maioria das sociedades avançadas, mas nos últimos decénios emergiram *novas necessidades sociais* que nem o sector público nem o sector capitalista tradicional estão atendendo e que afectam numerosos colectivos em risco de exclusão social. Trata-se de problemas relacionados com as condições de vida das pessoas da terceira idade, dos deficientes, dos emigrantes, das minorias étnicas, dos ex-presos, dos colectivos de mulheres maltratadas, dos desempregados de longa duração, dos toxicodependentes, dos doentes crónicos, etc.. É nestes âmbitos, onde o também chamado *terceiro sector de acção social* conheceu um extraordinário desenvolvimento que revitalizou a importância da ES, de tal maneira que a crise de confiança e a incapacidade das instituições tradicionais do sistema (sector público, mercado e empresas capitalistas) para dar resposta adequada aos novos desafios da economia globalizada estão na base do crescente interesse pelo *novo papel que a nova ES* pode desempenhar na consolidação da sociedade do bem-estar.



Economia social e cooperativismo:  
pilares fundamentais ao desenvolvimento integrado e sustentável da sociedade angolana

Trata-se de uma ES que reagrupa simultaneamente um conjunto de novas organizações e de novos campos de intervenção e que, com respeito aos agentes clássicos da ES consolidados no período de 1945-1975, apresenta três notas distintivas: *a)* as demandas sociais às quais trata de responder; *b)* os actores que animam estas experiências; *c)* a vontade explícita de mudança social (Favreau e Vaillancourt, 2001).

À volta destes três aspectos, desenvolveu-se em França, a partir dos anos 80 do passado século, o conceito de *economia solidária* (ECOSOL) que corresponde a uma economia na qual o mercado é um dos seus componentes, talvez o mais importante, mas não o único. A economia articula-se a partir de três pólos: o mercado, o Estado e um pólo de reciprocidade. Segundo Polanyi (1983), estes três pólos estão conforme com os princípios de mercado, de redistribuição e de reciprocidade, correspondendo esta última a um intercâmbio não monetário no âmbito da sociabilidade primária identificada, sobretudo, no associativismo (Laville, 1997).

Em suma, *a economia tem um carácter plural* que não pode reduzir-se ao estritamente mercantil e monetário e na qual a ECOSOL constitui uma tentativa de articulação inédita entre os três pólos do sistema, de tal maneira que as experiências concretas da ECOSOL constituem formas híbridas de economias de mercado, de não mercado e não monetárias, não podendo acomodar-se ao estereótipo do mercado dos economistas ortodoxos (Eme e Laville, 1999) e onde os recursos também têm uma origem plural (economia plural), sejam eles de mercado (venda de bens e serviços), de não mercado (subvenções públicas e donativos) ou não monetários (voluntariado).

A ECOSOL apresenta importantes elementos de convergência com a ES, sobretudo com a ES do século XX que se inscreve num projecto político transformador da sociedade. Para Laville (2000), com efeito, a ECOSOL propõe como objectivo a articulação do campo político e do campo económico, de maneira que as entidades da ES que se afastaram do projecto político para se centrarem quase exclusivamente nos fins microeconómicos (rentabilidade, competitividade, etc.) possam merecer o interesse da ECOSOL. Contudo, tal como na melhor tradição da ES, a ECOSOL desenvolve as suas actividades num contexto de economia plural, com uma pluralidade de instituições actuantes de não mercado (ou entidades não lucrativas), o mercado, o Estado e o sector não monetário.

Abundando as concepções, todavia, é oportuno falar de outros desenvolvimentos teóricos como os de Defourny *et al.* (1998) – “nova economia social”, Lipietz (1999) – “terceiro sector de utilidade social”, Borzaga e Defourny (2001) – “empresa social”, mas a diversidade de análises não pode menosprezar a importância de duas reflexões que nos ajudarão a retirar algumas ambiguidades do objectivo de identificação conceptual do TS que propõe o enfoque ES:

- a) a primeira é que uma das mais relevantes características da maioria das empresas e organizações que formam parte do TS é que se criam, fundamentalmente, para satisfazer e resolver necessidades de pessoas, lares ou famílias pertencentes a muito diversos colectivos sociais, que não encontram solução adequada nas instituições clássicas dos sistemas de economia mista (sector público ou privado capitalista) e a quem as transformações produzidas nos ditos sistemas colocaram em condições subalternas e de desvantagem;
- b) a segunda reflexão tem que ver com o carácter plural e integrador da ES. Velhas e novas necessidades sociais constituem, todas elas, o âmbito de intervenção da ES. Necessidades que podem resolver-se empresarialmente pelos próprios afectados através do mercado, no qual quase todas as cooperativas e mutualidades obtêm a maioria de seus recursos, ou mediante quase todas as associações e fundações que fornecem serviços de não mercado às pessoas, lares e famílias e que, habitualmente, conseguem os seus recursos maioritários, graças a donativos, quotas dos sócios, subvenções, etc.. Mas, quer seja de uma ou outra forma, trata-se de entidades de natureza privada, constituídas para satisfazer necessidades sociais e não para retribuir ou dar cobertura a investidores ou empresas capitalistas. Ao longo dos últimos duzentos anos, este amplo conjunto de entidades, de mercado ou de não mercado, de interesse mutualista ou de interesse geral, configuraram o Terceiro Sector, tal e como aqui foi identificado pelo enfoque da ES.

Como nota final e para simplificação da sistematização das componentes da ES, *grosso modo*, poderemos desagregar a Economia Social em dois sectores: a) o «sector de mercado», integrado pelas empresas com organização democrática (uma pessoa, um voto) e com a distribuição de benefícios não vinculada ao capital

Economia social e cooperativismo:  
pilares fundamentais ao desenvolvimento integrado e sustentável da sociedade angolana

aportado pelo sócio. Este sector estará formado pelas seguintes formas jurídicas: cooperativa, sociedade laboral, sociedade agrária de transformação, empresas mercantis não financeiras controladas por agentes da economia social, cooperativas de crédito e secções de crédito das cooperativas, caixas de aforro, mútuas de seguros e mutualidades de previdência social; b) o «sector de não mercado» que integrará as instituições privadas sem fins lucrativos ao serviço dos lares ou famílias. Este sector estará integrado pelas seguintes formas jurídicas: associações, fundações e outras formas jurídicas sem fins lucrativos (ONG's).

### **2.5. As funções do Terceiro Sector numa sociedade avançada**

Havíamos já referido, umas páginas atrás, que a delimitação conceptual do TS, tanto no seu enfoque de ES como no de NPO, apresenta muitas ambiguidades fronteiriças que dificultam a identificação inequívoca do referido sector. Para retirar o maior número possível destas ambiguidades, pode ser de grande utilidade delimitar previamente as funções que o TS está chamado a desempenhar nas economias modernas.

Para o enfoque NPO, o TS situa-se entre o Estado e o mercado, e as missões do seu núcleo mais característico (o terceiro sector social) consistem em satisfazer uma importante quantidade de necessidades sociais que não são cobertas, nem pelo mercado (por falta de demanda solvente e com capacidade aquisitiva), nem pelo sector público (por incapacidade das finanças públicas), de tal maneira que é preciso recorrer a um terceiro tipo de recursos e motivações. A concepção anglo-saxónica, que se baseia no *voluntariado*, as *charities* (em Inglaterra) e as fundações (nos Estados Unidos), insiste nos valores da filantropia e no critério do *non-profit*.

A falta de rentabilidade das acções desenvolvidas demonstrará a pureza e a rectidão das motivações que há por detrás delas e confirmará a sua pertença ao TS que se apresenta, deste modo, com um carácter *caritativo* e *assistencial*, com a missão de atenuar as carências de um sistema público de protecção social, pouco generoso, e os excessos de um sistema de mercado mais dinâmico, mas também mais implacável que nenhum outro sistema (Caille, 2003) para com os sectores sociais mais insolventes.

Para o enfoque ES, o TS não se situa entre o mercado e o Estado, mas sim entre o sector capitalista e o sector público (Defourny e Monzón, 1992). Neste sentido, o TS, nas sociedades avançadas, posiciona-se como um pólo de utilidade

social, constituído por um amplo conjunto de organizações privadas que se criam para resolver necessidades sociais, e não para retribuir a investidores capitalistas, seja actuando empresarialmente no mercado, seja fazendo-o fora do mercado ou actuando simultaneamente em ambos os sítios.

Em todo o caso, a concepção do TS que desenvolve a ES configura este não como um sector residual, mas sim como pólo institucional do sistema que, junto com o sector público e o sector privado capitalista, constitui solução chave para consolidar o bem-estar nas sociedades avançadas, contribuindo para resolver alguns dos seus problemas mais relevantes, como sejam os da exclusão social, o desemprego massivo de longa duração, os desequilíbrios territoriais, a autonomia dos territórios, a distribuição mais equitativa do rendimento e da riqueza, entre outros.

Como diferenças de enfoques, temos, que, enquanto o enfoque NPO, somente contempla uma função caritativa e filantrópica do TS, desenvolvendo iniciativas de solidariedade unidireccional, o enfoque da ES promove iniciativas empresariais de solidariedade recíproca entre os seus promotores, baseadas num sistema de valores, contrário à lógica capitalista, no qual prevalece a democracia na tomada de decisões e a primazia das pessoas sobre os capitais na distribuição dos excedentes.

Por conseguinte, no actual cenário de globalização, que empobrece o protagonismo dos cidadãos nos processos de tomada de decisões, a criação de empresas promovidas a partir da cidadania, como são as cooperativas e as sociedades laborais, constitui um vigoroso antídoto contra os efeitos mais perniciosos da referida globalização. *A ES não só contempla as pessoas necessitadas como beneficiárias passivas da filantropia social, como também, para além disso, eleva os cidadãos à categoria de protagonistas activos e senhores do seu próprio destino.*

### **3. Da estratégia “Coopetitiva”: cooperação e competitividade**

#### **3.1. A Estratégia “Coopetitiva”**

Há cerca de dez anos, o eminente sociólogo, jurista e economista, Manuel Castells afirmava que, num contexto como o actual, no qual os fluxos de capitais e a tecnologia ultrapassam a capacidade do Estado, os estados deixaram de ser soberanos, e a sua função, mais que governar, é navegar num mundo mutante de fluxos de informação e riqueza, enquanto tratam de articular os distintos grupos de interesse. Os estados já não podem governar, somente negociar (Castells, 2002).

Alguns anos antes, Jon Azua salientava o termo “coopetitividade” para denominar uma estratégia competitiva para as empresas, construída sobre dois pilares fundamentais: a cooperação e a competitividade. Nesta estratégia, tem um lugar importante a cooperação entre o governo e a comunidade, na qual se organizam as empresas (Azua, 2000).

“Coopetição” é assim um conceito de criação recente, formado pela junção das palavras competição e cooperação, e que significa trabalhar em conjunto com os concorrentes, de forma a beneficiar das suas capacidades e características distintivas nos domínios da investigação e desenvolvimento, produção, distribuição, entre outras. Este tema vem assumindo crescente importância, motivado em especial pelos efeitos cada vez mais fortes do processo de globalização das economias, obrigando as empresas a actuar num mercado cada vez mais amplo e competitivo. Muitas empresas, reconhecendo a necessidade de cooperar e competir em simultâneo, começam a encarar os concorrentes que produzem e vendem produtos e serviços semelhantes ou complementares como potenciais parceiros de negócio.

Também os termos “colaboração” e “cooperação” são usados como sinónimos em inúmeros estudos (D. Amaral, J. Toledo e C. Tahara, 1998; C. Bueno, J. Amato Neto e M. Catharino, 2006; F. H. Schmidt, 2006; J. Silva, P. Motta e L. Costa, 2007; A. Perucia, 2008; A. Thompson, J. Perry e T. Miller, 2009; L. Tutida, 2009). Apesar das similaridades entre os conceitos, K. Polenske (2004) e D. H. Silva (2007) consideram-nos distintos. Também é importante diferenciá-los do conceito de competição, visto que não se trata de antónimos, mas de conceitos que podem ser agregados no que B. Nalebuff e A. Brandenburger (1996) chamam de “coopetição”.

Tradicionalmente, as estratégias vêm sendo referidas ao contexto de estrutura industrial, formada pela firma, seus compradores, fornecedores e concorrentes, e à análise sobre a rapidez com que estes inserem novos produtos no mercado, gerando ajustes de oferta e procura, de capacidade produtiva e rentabilidade das empresas (M. Porter, 1990).

A “coopetição” é uma forma de colaborar para competir. Trata-se de um modelo no qual os agentes cooperam e competem para maximizar o valor através de relacionamentos, da partilha de informações e da integração e racionalização dos processos. A adopção do conceito de coopetição permite maximizar o negócio, porquanto com base na competição e cooperação as empresas podem obter

vantagens da cooperação (*win-win*), sem perder as vantagens da competição (repartição justa do valor e incentivo à inovação e diferenciação).

O sucesso de grande parte das empresas está dependente do sucesso de outras. Em ambientes altamente competitivos, em que podem surgir novos rivais fortes, a dinâmica das empresas valoriza a colaboração em cooperação. Cooperar para competir pode caracterizar-se como um movimento ao encontro de alianças estratégicas entre as empresas. Em geral um parceiro competidor tem mais de um papel no jogo dos negócios. E um competidor óbvio para uma empresa pode ser 'complementar' para outras. Não obstante, uma aliança estratégica pode reforçar ambos os parceiros (*players*) contra outros exteriores. E uma estratégia colaborativa ou semi-colaborativa pode criar mais valor para todos, mais que uma estratégia competitiva pura. Mesmo na competição entre parceiros no campo dos negócios, há também oportunidades para a cooperação (P. Ghemawat, 2002).

A estratégia de cooperação é estruturada através da formulação de um grupo de objectivos e pela escolha de uma variedade de acordos cooperativos. A cooperação entre empresas é formalizada através de acordos cooperativos, em um ou vários pontos da cadeia logística: obtenção de matérias-primas e *inputs*, parcerias de investigação e desenvolvimento, formação e normalização, controlo e utilização conjunta de equipamentos, *franchising*, marketing, acordos de exploração (ex: transportes), acordos comerciais e de mercados, co-produção e *joint venture* (ex: indústria automóvel).

As vantagens da cooperação são imensas e derivam essencialmente do aproveitamento de diverso tipo de sinergias em algumas partes do processo, destacando-se as seguintes: aumento da capacidade de produção, redução do esforço de investimento, maior flexibilidade, maior velocidade nas inovações tecnológicas, acesso mais fácil a novos mercados. Existem contudo também alguns riscos, entre os quais: dificuldades da definição clara dos direitos e obrigações, falta de espírito de cooperação, risco de exposição de *know-how*.

Como verificamos, do ponto de vista macroeconómico, a literatura económica incorporou recentemente a realidade do *capital social*, como fonte de crescimento. Os países ou regiões com maiores níveis de capital social são capazes de coordenar melhor os seus recursos, e as suas políticas podem ser mais eficientes, ao serem postas em prática mais facilmente e com menores custos. A confiança e os laços e

redes informais de cooperação facilitam os fluxos de ideias, tornando mais fácil a difusão da inovação e, portanto, o crescimento económico (Platteau, 1994).

Parece, portanto, que emergem novas ideias sobre como se deve planear e orquestrar a política num contexto como o actual. Contudo, se por acaso se analisam com calma estas propostas, pode-se ter a impressão de que já tudo está inventado. Com efeito, relendo os *Principios de Economía* (2005, Edição anotada) de Alfred Marshall, verificamos que já ele, em 1890, falava da necessidade de competir e cooperar, e cooperar para competir. Além disso, se nos infiltrarmos no mundo da cooperação empresarial, verificamos que, onde há ocorrido um verdadeiro movimento cooperativo, acabou por se produzir também algum tipo de cooperação entre as empresas cooperativas e as instituições públicas, para o planeamento e aplicação das políticas.

Assim, como resultado da interacção e concertação destes dois pólos, geram-se efeitos multiplicadores no conjunto do tecido social e económico, conseguindo-se obter vantagens competitivas para todos. Em suma, uma verdade inalienável para qualquer um de nós nos dias de hoje: há que competir e cooperar e cooperar para competir.

### **3.2. Da Vantagem Cooperativa**

O carácter específico e diferenciador das cooperativas como empresas de pessoas, relativamente às sociedades de capitais, será a fidelidade aos valores e princípios característicos do cooperativismo, o que determinará a importância decisiva da economia social na construção de uma sociedade mais harmónica e democrática.

Citamos M. Canaveira Campos (2005): “Serão sem dúvida os valores caracterizadores do funcionamento do cooperativismo, como a liberdade, a igualdade, a entreatuda, a solidariedade, presentes na sua vida democrática, na participação económica, na autonomia de gestão, no interesse pela comunidade, que continuarão a constituir a identidade das cooperativas e a dar-lhes uma forte dimensão social além da dimensão económica.”

O elemento base diferenciador das empresas cooperativas não se encontra na sua grandeza económica, mas, sim, na forma como operam na economia e no relacionamento que estabelecem entre os diversos agentes económicos. O respeito

pela pessoa humana, a igualdade reconhecida a cada homem, a forma de repartição equitativa da riqueza e a preocupação com a comunidade são os elementos que conferem grandeza às cooperativas. Nestes valores está a essência e a validade do modelo cooperativo na construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Todavia, uma primeira grande interrogação que se coloca hoje em dia é a de saber qual é a vantagem da organização cooperativa. Desta maneira, a apreciação da vantagem cooperativa (Cfr. M. Moreira, 1999) pode ser feita desde logo sob o ponto de vista dos valores ou princípios. Se a essência do cooperativismo se concentra nos valores da cooperação e da solidariedade, em clara oposição aos valores actualmente dominantes do individualismo, ou melhor, do egocentrismo e da competição, característicos da globalização, pode-se considerar que aqueles valores, intrínsecos do cooperativismo, são por isso mesmo intangíveis e constituem uma incontestável vantagem cooperativa. Não obstante se reconheça que valorizá-los, como tal, depende essencialmente da forma de estar no mundo e das concepções de vida que a sociedade assuma. Nesta perspectiva, tais valores valem por si mesmo e não se podem colocar em pé de igualdade com as apreciações mais objectivas das vantagens ou inconvenientes estritamente económicos.

Mais ainda, um dos aspectos da vantagem cooperativa que merece ser fortemente assinalado diz respeito ao grau de *relação ou união ao local* (Cfr. M. Moreira, 1999) ou à “vinculação ao território” de toda a experiência cooperativa, característica que cada vez mais é traço distintivo entre o cooperativismo e o capitalismo global. De facto, num mundo globalizado como é o actual, esta dimensão assume um papel da maior relevância, por duas ordens de razões. De um lado, por causa dos excessivos graus de liberdade que o capitalismo vem tendo no que respeita à inserção espacial de suas actividades económicas, o que é claramente posto a descoberto pela proliferação das deslocalizações internacionais (Cfr. C. Tapia, 1995) e, do outro, como resposta, pela positiva, à crescente demanda de identidade local ou regional<sup>7</sup> que vem emergindo como sendo o reverso da moeda da globalização (Cfr. Westlund e Westerdahl, 1997).

As cooperativas estão vinculadas ao território, e a fixação ao território significa acção, responsabilidade e iniciativa (M. Canaveira Campos, 2006a). A sua presença

---

<sup>7</sup> Os aspectos negativos dessa procura de identidade local podem ser vistas nos fenómenos de xenofobia e *hooliganismo* cuja importância não tem cessado de aumentar.



Economia social e cooperativismo:  
pilares fundamentais ao desenvolvimento integrado e sustentável da sociedade angolana

é o resultado da iniciativa, da responsabilidade e da acção de homens e mulheres que em conjunto apostam na melhoria da qualidade de vida pessoal e familiar e no desenvolvimento do território em que vivem. Respondendo a prioridades ou a actividades para que se sentem mais capacitados, esses homens e mulheres, com as suas cooperativas, estruturam o território de forma empresarial nas diversas áreas de actividade humana, desde a agricultura, ao comércio, à indústria, aos serviços sociais e educativos, à cultura. Transformam o território, tornando-o mais humano, o que significa mais acolhedor e propício a uma vida de melhor qualidade e a um trabalho mais digno.

Com esta atitude, as cooperativas distinguem-se de outras empresas cuja relação com o território, em que estão localizadas, não é uma relação de pertença, mas um contacto fortuito, temporário, passageiro e interessado. Por outro lado, a presença das cooperativas num território assume vários significados. É sinal do dinamismo empreendedor por parte dos residentes nessa região, é prova da capacidade de participar em projectos que estão para além do individualismo e do egocentrismo, é manifestação de coesão e de consciência cívica, é investimento em actividades locais promotoras de riqueza para os indivíduos, para a comunidade e para o território. A presença das cooperativas num território é, desta forma, manifestação das potencialidades empreendedoras e da consciência cívica e solidária de seus habitantes e garantia de um verdadeiro desenvolvimento sustentável dessa região.

Há que acrescentar que a vantagem cooperativa da ligação ao local, não obstante ser importante em todas as circunstâncias, ganha um relevo especial quando se trata de zonas desfavorecidas. De facto, com o cooperativismo evitam-se os riscos de deslocalização que existem quando se trata de iniciativas comandadas pelo capital global e, além disso, as cooperativas aparecem como uma das formas melhor adaptadas para responder às necessidades de dinamização económica, social e cultural de zonas periféricas, marginais ou marginalizadas que, por definição, não são suficientemente atractivas para a lógica capitalista.

De facto, as cooperativas têm também um papel muitíssimo importante no combate à desertificação. A desertificação é uma das formas mais preocupantes da degradação do ambiente. Afecta a saúde e a subsistência de mais de um bilião de pessoas em todo o mundo, e é causa de guerras, responsável pelo aumento da emigração e provoca prejuízos incalculáveis na produção agrícola. Autores há que

afirmam que estes prejuízos ascendem a mais de quarenta biliões de dólares ao ano. Temática conotada essencialmente com os países pobres do hemisfério sul, a desertificação ameaça também países europeus, especialmente os que se situam ao norte do Mediterrâneo. Consciente desta situação, a Organização das Nações Unidas (ONU) considerou o ano de 2006 como o «Ano Internacional dos Desertos e Desertificação».

Por definição, a desertificação consiste na degradação da terra, fruto de condições naturais ou por acção do homem. Contudo, há uma tendência para associar a desertificação à deslocalização das populações. Todavia, a deslocalização das populações é o resultado da degradação da terra. E na terra estão os solos, a fauna, a flora, os recursos hídricos, os recursos minerais (sólidos e líquidos) e outros recursos naturais, as pessoas e suas actividades.

Outra vantagem cooperativa que importa assinalar é o apoio que as cooperativas constituem para a sobrevivência das pequenas e médias empresas (agrárias ou outras) que nunca poderiam, individualmente, atingir as economias de escala necessárias para resistir ao ambiente de concorrência acrescido. Acrescente-se que as cooperativas ainda podem servir para reduzir os respectivos custos de transacção e alcançar ganhos de comercialização, de logística e também possibilitam o desenvolvimento de esforços de investigação e experimentação, adaptados às respectivas necessidades.

As cooperativas servem, assim, directa e indirectamente, para a manutenção e mesmo criação de emprego<sup>8</sup>. E, nos casos em que desenvolvem programas coerentes e consistentes de desenvolvimento dos recursos humanos de seus membros, podem também ter um papel extraordinariamente positivo na empregabilidade e no desenvolvimento da capacidade de aquisição de saberes e *savoir faire* de inúmeras pessoas ao dar-lhes conhecimentos e ferramentas para desenvolver trabalho, seja por conta de outros, seja mesmo em auto-emprego (G. Ullrich, 1997).

Outra vantagem, ainda que algo defensiva, mas que provavelmente tenderá ainda a assumir grande relevo no futuro, é o desempenho da função de testemunha no mercado (Cfr. M. Moreira, 1999). De facto, no ambiente económico onde se

---

8 Directamente através do emprego cooperativo; indirectamente pelo efeito multiplicador e dinamização económica resultante da manutenção e reforço das pequenas e médias empresas envolventes. A organização cooperativa tem assim possibilidades de criar emprego (directo como induzido), e também tem influência como elemento vertebrador, integrador e animador da vida económica e social do espaço.

move a maioria das cooperativas, encontram-se agentes de pequena dimensão, a par de outros inseridos e suportados por redes globais, com enorme peso económico e prefigurando fenómenos de concentração que ameaçam a sobrevivência dos mais pequenos. A acção das cooperativas em concorrência com esses agentes, sobretudo quando a fixação dos preços não é objecto de qualquer regulação que não seja a do próprio mercado, torna-se, assim, muito importante, tanto para os seus membros como para todos aqueles que estão presentes no mercado. De facto, as cooperativas garantem aquela função de testemunho capaz de, por um lado, trazer mais transparência ao mercado e, por outro, impor algumas regras e limites às tentações monopolísticas dos agentes mais fortes.

Por seu lado, o sector agro-alimentar não ficou alheio aos efeitos da globalização, existindo uma crescente deslocação da produção para países com níveis de rendimento muito inferiores aos da União Europeia (UE) e da América do Norte, inundando aqueles os antigos mercados de produtos a preços consideravelmente inferiores aos oferecidos pelos produtores desses espaços económicos (UE e NAFTA<sup>9</sup>). Mais ainda, a já conhecida e crescente concentração da distribuição a nível internacional não contribui para posicionar os pequenos produtores numa melhor situação, uma vez que estes se vêem cada vez mais obrigados a acatar exigências maiores, quanto a qualidade e homogeneidade do produto, tipos de confecção, continuidade e regularidade na entrega ou fornecimento, volumes de pedido, etc., o que incrementa em muitos casos os seus custos de produção (Cfr. Marí Vidal e Meliá Martí, 2005).

Assim, em mercados cada dia mais globalizados e competitivos, a cooperação e a busca de sinergias apresentam-se como uma das fórmulas com as quais conta o empresário, especialmente aquele que é detentor de uma pequena ou média empresa, para melhorar e desenvolver a sua actividade e alcançar uma maior dimensão que lhe permita obter vantagens em aspectos económicos, produtivos, comerciais e sociais (Cfr. Menguzzatto, 1992).

A especialização e a obtenção de dimensão são as chaves do êxito empresarial futuro. Desta maneira, é tempo de perceber a importância dos factores dinâmicos de competitividade, tais como a qualidade, o *design* e a imagem de marca, abandonando as produções de baixa gama. É tempo das empresas avançarem

---

<sup>9</sup> NAFTA, *North America Free Trade Agreement*.

para fases superiores, com estratégias de diferenciação ao nível dos produtos, de investigação e desenvolvimento tecnológico (I&DT) e de distribuição, buscando novos nichos de especialização e avançando para produtos de melhor qualidade e maior valor acrescentado. Quanto aos problemas de dimensão, são urgentes as dinâmicas de cooperação, sobretudo ao nível das micro, pequenas e médias empresas (MPME), de fusão e de concentração, indispensáveis à obtenção de dimensão e massa crítica, face ao desafio do mercado alargado e cada vez mais globalizado.

Em definitivo, são necessários processos de cooperação empresarial através dos quais se possa aglutinar maior volume de produção e melhorar o seu poder de negociação no mercado, diversificar os produtos, conseguir uma abertura para novos mercados, concentrar a demanda dos factores, contratar serviços de forma associada, investir em novos processos de industrialização, melhorar a gestão empresarial, alcançar uma maior profissionalização, conseguir melhores condições financeiras, maiores economias de escala e de gama, melhorar o domínio das novas tecnologias, etc.. Trata-se de partilhar custos, riscos, informação, etc. (Cfr. Hernández Perlina, 2005).

Como complemento, há que lembrar também que o cooperativismo, mesmo quando dirigido especialmente ou com vocação especial para a assunção de funções económicas, não deixa de levar a cabo outras funções relevantes e socialmente úteis que lhe dão legitimidade acrescida de reivindicar apoios ao poder público, como seja o apoio à comunidade, de acordo com o sétimo princípio cooperativo.

Assim, como reflexão final, importa realçar o interesse em descer ao nível do económico e social para saber se a “utopia” cooperativa ainda mantém algum vigor neste mundo globalizado e de que modo vem sendo posta em prática. Importa também diagnosticar, claramente, os distintos tipos de ameaças que pesam sobre o cooperativismo e as expectativas de soluções para os principais problemas que ameaçam tornar incarácterística a vantagem cooperativa.

Resta, portanto, saber se, neste mundo global e competitivo cada vez mais egocentrista e hedonista, ainda faz sentido apelar para os valores da cooperação e solidariedade cooperativa: trata-se apenas de valores que surgem em cerimónias rituais de uma certa liturgia cooperativa e que acabam por não ter qualquer tradução prática? Se é assim, como torná-los operantes? E, como tornar mais visíveis

os exemplos concretos do sucesso, da solidariedade e vantagem cooperativa que mereçam o devido realce?

Parece evidente que a experiência cooperativa apresenta vantagens que merecem ser mais aprofundadas ainda que, infelizmente, sejam com frequência esquecidas, tanto por académicos e dirigentes, como pelos próprios cooperadores, e ignoradas pelo resto da sociedade. Urge assim fazer um esforço para dar maior visibilidade ao papel das cooperativas no mundo actual, através de vários processos e envolvendo diversas técnicas. Todavia, desde logo se chama a atenção para a necessidade de proceder em simultâneo à recolha sistemática dos elementos estatísticos indispensáveis para essa tarefa.

### **3.3. Alfred Marshall: Uma Referência**

A economia moderna tem-se sustentado principalmente no pressuposto de um comportamento racional dos agentes económicos, de inspiração kantiana que propõe a razão como norma de vida (normativismo), e a eliminação do irracional que possa haver no comportamento humano. As aspirações de elevar a Economia ao nível de Ciência foram-na encerrando num formalismo exacerbado, com a finalidade da Economia passar a parecer-se a outras disciplinas consideradas científicas, como a Física. Assim, gradualmente, foi-se esquecendo a componente mais humana, social ou moral dos economistas dos séculos XVIII e XIX, que também tiveram como pares os epígonos da economia neoclássica, como Marshall ou Walras (Cfr. Carrasco, 2006).

Marshall foi visto por muitos como uma “caixa de ferramentas” que permitiu o desenvolvimento posterior da economia neoclássica. Com efeito, a ele se devem, por exemplo, a introdução do *homo oeconomicus*, a lei da utilidade marginal decrescente, o conceito de elasticidade-preço da procura ou o conceito de excedente do consumidor. Contudo, a recente reedição anotada dos *Princípios de Economia* (2005) e algum debate em torno a esta obra, permitiram redescobrir este autor, no que diz respeito à cooperação e à forma cooperativa.

Marshall poderia ser qualificado como um darwinista aplicado, pois, se, para outros autores posteriores, a disciplina de referência foi a Física, para ele, o referencial foi a Biologia. Afirmava que a economia é um contínuo no qual se vai passando de uma situação a outra sem sobressaltos. Por outro lado, nas palavras

do professor Galindo (encarregue de anotar a obra referida), descobre-se um autor menos kantiano que aquilo que se tem referido, e muito mais moral<sup>10</sup>.

Na sua obra, encontramos numerosos elogios à forma cooperativa, que já na altura se começava a desenvolver em Inglaterra. No capítulo 5 do livro IV, dedicado aos agentes da produção, diz que a associação cooperativa, na sua forma ideal, pode evitar os principais perigos das sociedades anónimas (pensava nas formações de *trust* e *cartels*), ainda que visse dificuldades nas tarefas de gestão (Marshall, 2005: 349).

Posteriormente, como já comentara Monzón (1989: 123), Marshall faz uma defesa das cooperativas de trabalho associado em múltiplos fóruns. O apêndice P de *Industry and Trade* (1919: 534) diz explicitamente que “o facto da cooperação [...] ter feito um excelente trabalho evidencia que a natureza humana está preparada para fazer avanços consideráveis rumo a uma organização da indústria<sup>11</sup> sob um planeamento mais generoso e menos rígido que o actual.”

A cooperação é uma ideia presente ao longo de toda a obra de Marshall. É-o, concerteza, quando fala expressamente desta forma associativa, e, também, quando trata de outras questões gerais da economia, como no livro 1 dos *Princípios de Economia*, ao falar da necessidade de concorrência e colaboração, ou quando debate a organização industrial.

No campo da organização industrial, Marshall utilizou o termo “Distrito Industrial” e foi um dos primeiros a ver que as empresas obtinham benefícios, por estarem umas próximas das outras (externalidades)<sup>12</sup>. Entre muitos outros rasgos comuns, observou que nas cidades inglesas onde se produzia o fenómeno, as empresas competiam, mas tinham um alto sentido de colaboração<sup>13</sup>. Além disso, as

<sup>10</sup> Ainda que não seja de estranhar esta faceta moral, pela época vitoriana em que viveu, dela restam muito pouco, aliás tal como ocorreu com Adam Smith, a quem parece, inclusivamente, superar nesta vertente.

<sup>11</sup> A Teoria Económica tradicional foi rotulada de limitada, por não considerar o empresário. Marshall supera tais limitações, até ao ponto de considerar a organização industrial como um factor produtivo.

<sup>12</sup> Nos anos 70 do século passado, G. Becattini retomou as ideias de Marshall e aplicou-as ao caso das regiões italianas, desenvolvendo assim a ideia de distritos industriais. Estes caracterizam-se pelo predomínio de pequenas empresas, a sua proximidade geográfica, a especialização sectorial, uma estreita colaboração entre empresas, concorrência através da inovação (e não por via dos custos), um alto grau de confiança entre empresários e trabalhadores, a prestação de serviços colectivos mediante sistemas de entreatajuda e a participação da administração pública regional ou municipal para reforçar a capacidade inovadora da indústria.

<sup>13</sup> Esta cooperação intra e inter empresas e governos (regionais ou locais) está na base do

instituições públicas de carácter local desempenhavam o papel de promotores da actividade empresarial.

Sobre a base do conceito de “Distrito Industrial”, posteriormente, elaborou-se a ideia de “cluster”<sup>14</sup>, que hoje é geralmente reconhecida como uma via cooperativa para as empresas, que os compõem, ganharem competitividade, assim como a região na qual se situam. Por esta razão, e tal como se indicou anteriormente, as administrações públicas contemplam a promoção de *clusters* como um instrumento da política industrial.

Por outro lado, ainda que não de forma explícita, Marshall parece avançar com o conceito de “capital social”, com base no qual o professor Galindo, nas suas anotações finais, afirma: “Neste âmbito, Marshall aproxima-se ao conceito moderno de capital social, segundo o qual a confiança, as crenças e os vínculos contribuem para a coesão entre os indivíduos, criando um marco e clima adequados para o crescimento económico.” Fukuyama (1995 e 2001) definia o mesmo conceito como “a existência de um certo conjunto de normas ou valores informais partilhados pelos membros de um grupo que permitem a cooperação entre si [...]”. Marshall, tal como Tocdeville, concedeu grande importância aos microgrupos, uma vez que, através das regras que estabelecem entre si, trabalham juntos para conseguir um bem comum. Trata-se, portanto, de um capital social que se forma a um nível micro e que acaba alcançando o nível macro, por exemplo um maior crescimento económico [(M. A. Galindo, 2005: 10), “Notas a la edición de Marshall”, *Principios de Economía*].

Segundo Putman (1993), também há uma evidente lição a ser extraída em termos político-económicos da relação entre capital social e prosperidade: se por acaso as comunidades criam redes de capital social, a prosperidade chegará. Verificamos, pois, que a ideia de cooperação está latente em todos os âmbitos da enciclopédica obra de Marshall: no campo microeconómico, reconhecendo que a cooperação entre empresas é fonte de competitividade para elas; e no âmbito macroeconómico, ao adiantar o conceito de capital social que se fundamenta na confiança e cooperação entre indivíduos, e é reconhecida na literatura económica

---

funcionamento dos designados “clusters”, cujo fomento tem ganhado importância crescente como instrumento de política industrial, sobretudo a partir dos anos 90 do século passado.

<sup>14</sup> “cluster” é um termo aplicado, por exemplo, por Tomás e Contreras (1988), M. Porter (1990), Tomás, Contreras e Del Saz (2000), OCDE (1999 e 2001), J. Jordão (2002 e 2006), Azua (2003), etc..

actual, como uma fonte de crescimento dos países. Poderemos, portanto, concluir que, em geral, o fomento da cooperação é em si mesmo um instrumento de política económica.

Este ponto de encontro entre o macro e o micro, que podemos entrever na obra de Marshall, vê-se hoje como um desafio permanente da Política Industrial Regional<sup>15</sup>. Esteban e Velasco (2006: 136) afirmam, mais concretamente, que “outro desafio permanente da Política Industrial Regional é a consecução de uma *envolvente cultural favorável à indústria*, entendendo por tal uma consciência colectiva capaz de permitir um ‘consenso básico’ sobre o seu futuro.” Os principais factores do crescimento industrial são, hoje em dia, a capacidade de domínio e difusão das novas tecnologias, a inovação, como atitude permanente ante a mudança, e a qualificação do capital humano.

Contudo, seria um erro pensar que a Política Industrial ou a Política Regional podem garantir, por si sós, a consecução plena dos mencionados objectivos: precisam da ajuda do que recentemente se vem denominando economia ou “capital social”, quer dizer, da criação de infra-estruturas relacionais que facilitem a aprendizagem colectiva, de esquemas que permitam aflorar os conhecimentos tácitos da população, de um clima favorável à actividade empresarial e de atitudes sociais que contribuam para configurar uma imagem externa susceptível de aumentar a actividade do território regional.

#### **4. Conclusões**

No âmbito da empresa, em muitos foros advogam-se estratégias empresariais de concorrência e colaboração entre empresas e de estas com as administrações públicas, em forma de associativismo proactivo, que integre indivíduos, empresas e administrações. Os poderes públicos teriam a missão de promover tal cooperação.

Por outro lado, desde o ponto de vista macroeconómico das teorias de crescimento económico, a literatura especializada incorporou recentemente o *capital social* como factor de crescimento. E, como sabemos, o capital social nutre-se fundamentalmente das relações de cooperação e confiança entre indivíduos.

---

<sup>15</sup> Juntamente com a formação empresarial orientada para a gestão, a internacionalização e a diversificação do tecido industrial regional.



Economia social e cooperativismo:  
pilares fundamentais ao desenvolvimento integrado e sustentável da sociedade angolana

Assim, as administrações públicas terão que promover a formação de capital social, para alcançar maiores ritmos de crescimento económico.

A cooperação está na base destas duas estratégias, quer seja no âmbito microeconómico, quer no macroeconómico.

A cooperação entre indivíduos e empresas é também a base da Economia Social (ES). A ideia é, portanto, considerar o sector da ES como um recurso em si mesmo, que pode favorecer uma certa vantagem competitiva.

A leitura em termos político-económicos que se depreenderia disso é que o fomento da Economia Social pode ser entendido como mais um instrumento na política de crescimento económico.

Estas ideias, contudo, não são novas. Já foram esboçadas por Alfred Marshall (1890), que, de forma não explícita, intuiu esse ponto de encontro entre o macro e o micro, através da cooperação.

Como vimos, a ES caracteriza o Terceiro Sector (TS) como um pólo de utilidade social que se desenvolve num sistema de economia plural, junto a um sector de economia pública e a outro de economia capitalista.

Ainda que o TS tenha profundas raízes na história, a sua importância, como instituição chave para a consolidação de uma sociedade avançada, somente se revelou decisiva nos últimos trinta anos.

E é precisamente este carácter emergente da nova ES o que explica que a sua crescente importância não se expresse adequadamente no cenário institucional, seja no âmbito do diálogo social ou no âmbito dos sistemas de contas nacionais.

O cooperativismo é um caminho trilhado por milhões de homens e mulheres em todo o mundo.

Para todos, esse caminho é uma afirmação de entreatajuda e solidariedade.

Para muitos é caminho fácil, porque outros o desbravaram e prepararam. Para alguns é caminho, resultado do esforço e da coragem com que venceram distâncias, aplanaram dificuldades, impulsionaram vontades e semearam valores.

O reconhecimento que universalmente se faz do cooperativismo, como factor de coesão social, de inclusão, de desenvolvimento e garante da paz e democracia, tem levado os governos a prestarem grande atenção às condições em que estão organizadas e funcionam as cooperativas nos seus países, criando serviços públicos para apoiá-las, cultivando e difundindo os valores e princípios que as caracterizam.

Não é suficiente que haja cooperativas, é necessário que as cooperativas vivam a sua cultura cooperativa, para que seja real a sua influência, económica e social, na sociedade.

De facto, há que ter consciência de que os negócios, em colaboração com os nossos semelhantes, têm muito mais possibilidades de ter êxito que aqueles que apostam no isolamento.

## 5. Bibliografia base

Adda, J. (1997). *A Mundialização da Economia*, Volume 1: Génese; Volume 2: Problemas. Lisboa: Ed. Terramar.

Amaral, D. C.; Toledo, J. C. e Tahara, C. S. (1998). *Modelo para avaliação da integração na colaboração entre empresas*. Niterói: XVIII ENEGEP, Anais, 1998.

Annan, Kofi (2005). «Mensagem do Secretário-Geral das Nações Unidas à Assembleia Geral da Aliança Cooperativa Internacional», Cartagena, 22-23 de Setembro de 2005.

Azua, J. (2000). *Alianza competitiva para la nueva economía. Empresas, gobiernos y regiones innovadoras*. Madrid: McGraw-Hill – Arthur Andersen.

Azua, J. (2003). “La clusterización de la actividad económica: concepto, diseño e innovación. Apuntes para su aplicación en la estrategia competitiva de Esukadi”. *Economiaz*, n.º 53, 2.º trimestre, pp. 222-238.

Barea, J. e Monzón, J. L. (1992). *Libro blanco de la economía social en España*. Madrid: Ministério de Trabajo y Seguridad Social.

Book, S. Ake (1993). *Valores Cooperativos num Mundo de Mudança*. Lisboa: INSCOOP - Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo.

Borzaga, C. e Defourny, J. (2001). *The emergence of Social Enterprise*. Routledge.

Brito, A. Paula et al. (1996). *A Estratégia da Qualidade no Desenvolvimento Rural*. Oeiras: Estação Agronómica Nacional.

Bueno, C. G.; Amato Neto, J. e Catharino, M. (2006). “A dynamic relationship framework for innovation: implications for the Brazilian aerospace strategy operations.” *Journal of Integrated Design and Process Science*, v.10, n.3.

Economia social e cooperativismo:  
pilares fundamentais ao desenvolvimento integrado e sustentável da sociedade angolana

- Caille, A. (2003). "Sur les concepts d'Économie en general et d'Économie solidaire en particulier". *Revue du Mauss*, n.º 21, pp. 215-236.
- Canaveira Campos, M. (1999). *O cooperativismo no novo milénio. A vantagem cooperativa*. Comunicación al Congreso de las cooperativas portuguesas. Lisboa: 16 y 17 de abril de 1999.
- Canaveira Campos, M. (2006a). «As cooperativas e o território». *Anuário Comercial do Sector Cooperativo 2005/06*, INSCOOP – Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo, Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.
- Canaveira Campos, M. (2006b). «Evolução do movimento cooperativo». *Revista Cooperativas & Desenvolvimento*, n.º 29, Janeiro/Abril 2006, p. 9.
- Carrasco, I. (2005). "Ética, cultura y economía". *Información Comercial Española*, Junho, pp. 189-198.
- Carrasco, I. (2006). *Cooperación y competitividad, claves de la acción pública*. Santiago de Compostela (Facultad de Economía de la Universidad de Santiago): XI Jornadas de Investigadores en Economía Social y Cooperativa, Comunicación 67, 25 a 27 de Outubro/2006.
- Castells, M. (2002). "Los estados ya no pueden gobernar, sólo negociar". [www.dia-ridebarcelona.com](http://www.dia-ridebarcelona.com)
- COMISSÃO EUROPEIA (1998). *A Política Agrícola Comum. Promover a agricultura e as zonas rurais da Europa: continuidade e mudança*. Bruxelas: Março de 1998.
- CONSEIL WALLON DE L'ÉCONOMIE SOCIALE (1990). "Rapport à l'Executif Regional Wallon sur le secteur de l'Économie Sociale". Liege (Bélgica).
- Coque Martinez, J. (1999). «Industrialización en el entorno local a través de (sociedades) cooperativas». *REVESCO, Revista de estudios Cooperativos*, N.º 68.
- Defourny, J. (1992). "Orígenes, contextos y funciones de un tercer sector", in Defourny, J. e Monzón, J. L. (Dir.): *Economía Social. Entre economía capitalista y economía pública*. València: Ed. CIRIEC, pp. 17-39.
- Defourny, J. e Monzón, J. L. (Dir.) (1992). *Economía Social. Entre economía capitalista y economía pública*. València: Ed. CIRIEC, pp. 17-39.
- Defourny, J. (1999). "Origines et contours de l'économie sociale au Nord et au Sud", in Defourny, J., Develtere, P. e Fonteneau, B. (Eds.): *L'économie sociale au Nord et au Sud*. Bruxelles: De Boeck, pp. 25-58.

J. Jordão, P. Romera, J. L. López García e J. Briz

Deofurny, J. *et al.* (1998). *Insertion et nouvelle économie sociale*. Paris: Desclée de Brouwer.

Eme, B. e Laville, J. L. (1999). "Pour une approche pluraliste du tiers secteur". *Nouvelles Pratiques Sociales*, Vol. 11, n.º 2, Vol. 12, n.º 1.

Esteban, M. e Velasco, R. (2006). "La política industrial de las Comunidades Autónomas: Evolución y desafíos actuales", in Esteban, M. e Serrano, F. (Eds.), *La política económica en tiempos de incertidumbre*. Madrid: Netbiblo, pp. 115-142.

EUROPEAN CONFERENCE ON RURAL DEVELOPMENT (1996). *The Cork Declaration. A Living Countryside*. Cork (Ireland): 07 - 09 November 1996.

Favreau, L. e Vaillancourt, Y. (2001). "Le modèle québécois d'économie sociale et solidaire". *RECMA-Revue internationale de l'économie sociale*.

Fukuyama, F. (1995). *Trust: The social virtues and the creation of prosperity*. New York: Free Press.

Fukuyama, F. (2001). *La gran ruptura*. Madrid: Punto de Lectura.

Ghemawat, P. (2002). "Competition and Business Strategy in Historical Perspective." *The Business History Review*, v.76, n.1.

Gui, B. (1991). "The economic rationale for the Third Sector". *Annals of Public and Co-operative Economics*, Vol. 61, n.º 4, pp. 551-572.

Hernández Perlones, F. (2005). «La cooperación empresarial en el mundo cooperativo agrario: una necesidad para la competitividad». En: Juan F. Juliá Igual, Elena Meliá Martí y Ricardo J. Server Izquierdo (Directores). *Cooperativismo Agrario y Desarrollo Rural* (pp. 373-387). Valencia: Editorial de la UPV.

INSCOOP - Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo (Varios Años). Anuário Comercial do Sector Cooperativo de 1988, 1990, 1993/94, 1995/96, 1997/98, 1998/99, 1999/00, 2000/01, 2001/02, 2002/03, 2003/04, 2004/05 y 2005/06.

Invernizzi, A. (1997). "La Alianza Cooperativa Internacional en Europa: situación, inquietudes y perspectivas". In *Anuario de Estudios Cooperativos-1996*. Bilbao: Universidad de Deusto.

Jordão, J.; Mounir, R.; Peñalba Martínez, M. T. e Sallam, W. Y. (1998). *El posicionamiento comercial de la Cooperativa de San Lamberto en Mercazaragoza*. Zaragoza: Centro Internacional de Altos Estudios Agronómicos, Instituto Agronómico Mediterráneo de Zaragoza, 177 pp..

Economía social e cooperativismo:  
pilares fundamentais ao desenvolvemento integrado e sustentábel da sociedade angolana

- Jordão, J. (2002). *Modelos de investigación del mercado Español*. Madrid: Departamento de Economía y Ciencias Sociales de la ETSIA, Universidad Politécnica de Madrid (Tesis Doctoral), 424 pp..
- Jordão, J.; López García, J. L. e Briz, J. (2003). *El posicionamiento comercial de la «Pera Rocha» portuguesa ante las variedades de Pera más directamente competentes en el mercado Español*. Almería (España): Comunicación presentada al «II Congreso Internacional de la Horticultura Mediterránea», 27 y 28 de Noviembre de 2003, 15 pp..
- Jordão, J.; Cambero, I.; López García, J. L. e Briz, J. (2003). «Gestión de Marketing: por la calidad hacia la competitividad de los productos agroalimentarios». *Galileu, Revista de Economía e Direito* da Universidade Autónoma de Lisboa, Vol. VIII, n.º 2, pp. 67-91.
- Jordão, J. e Briz, J. (2004). *El Cooperativismo en Portugal: el caso específico del Cooperativismo Agrario y su influencia en el Desarrollo Rural*. Valencia (Universidad Politécnica de Valencia, España): Comunicación presentada al «Congreso Internacional de Cooperativismo Agrario y Desarrollo Rural», CEGEA, 11 y 12 de Noviembre de 2004, 21 pp..
- Jordão, J.; Felipe Boente, I. de; López García, J. L. e Briz, J. (2006). *El turismo rural como elemento dinamizador del desarrollo integrado y sostenible del espacio territorial portugués*. Huelva (Espanha): Comunicación presentada al «VI Coloquio Ibérico de Estudios Rurales», 23 y 24 de Febrero de 2006, 21 pp..
- Jordão, J.; Cambero, I.; López García, J. L. e Briz, J. (2006). *Cooperación empresarial e integración cooperativa: un imperativo para la competitividad del mundo rural portugués en un escenario mundializado*. Huelva (Espanha): Comunicación presentada al «VI Coloquio Ibérico de Estudios Rurales», 23 y 24 de Febrero de 2006, 21 pp..
- Jordão, J.; De Felipe, I.; López García, J. L. e Briz, J. (2006). *Cooperación e integración empresarial: un imperativo para la competitividad de la economía agroalimentaria portuguesa en el marco de la globalización*. Cartagena de Índias (Colombia): Comunicación presentada al «III Congreso Internacional CELALE 2006», de 4 al 6 de Octubre de 2006, 14 pp..
- Jordão, J.; Romera, P.; López García, J. L. e Briz, J. (2006). *O cluster da «Pêra Rocha do Oeste» e a cooperação e integração empresarial como imperativos para o desenvolvemento integrado e sustentábel da D.O.P. ante os desafios do mercado globalizado*. Alcobça (Portugal): Comunicación presentada al «1.º Simpósio Nacional de Fruticultura», 12 y 13 de Octubre de 2006, 13 pp..
- Juliá Igual, J. F. (1993). «La economía social y el cooperativismo agrario. Sus nuevas estrategias empresariales». Valencia: *Revista del CIRIEC-España*, n.º 15.

J. Jordão, P. Romera, J. L. López García e J. Briz

- Juliá, J. F. e Marí Vidal, S. (2002). «Agricultura y desarrollo rural. Contribuciones de las cooperativas agrarias». *CIRIEC-España*, n.º 41.
- Laville, J. L. (1997). *L'Économie solidaire. Une perspective internationale*. Paris: Desclée de Brouwer.
- Laville, J. L. (2000). "Le tiers secteur. Un objet d'étude pour la sociologie économique". *Sociologie du Travail*, Vol. 42, 4.
- Leplay, F. (1875). *L'Organization de la Famille*. Tours: Marne.
- Leplay, F. (1877). *Les Ouvriers Europeens* (2<sup>nd</sup> edition). Tours: Marne.
- Lipietz, A. (1999). L'opportunité d'un nouveau type de société à vocation sociale. Paris: Rapport d'étape au Ministre de l'Emploi et de la Solidarité.
- Lourenço, J. (1999). "Cooperativismo rural: desafios a caminho do século XXI". In *O Cooperativismo no Novo Milénio. A Vantagem Cooperativa*, Vol. 1 (pp. 25 – 49). Lisboa: INSCOOP - Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo, Abril de 1999.
- Louro, V. (2006). «A importância das cooperativas». *Revista Cooperativas & Desenvolvimento*, n.º 29, Janeiro/Abril 2006, p. 16.
- Marí Vidal, S. e Meliá Martí, E. (2005). «La sociedad cooperativa como respuesta a los desafíos del mundo rural. Herramientas para incrementar su competitividad». En: Juan F. Juliá Igual, Elena Meliá Martí y Ricardo J. Server Izquierdo (Directores). *Cooperativismo Agrario y Desarrollo Rural* (pp. 445-463). Valencia: Editorial de la UPV.
- Meliá Martí, E. (2004). «La integración cooperativa. Cooperativas de segundo grado versus procesos de fusión». En: *Integración Empresarial Cooperativa. Posibilidades, ventajas e inconvenientes. Ponencias del II Coloquio Ibérico de Cooperativismo y Economía Social* (pp. 105-117). Valencia: Ed. CIRIEC-España.
- Marshall, A. (1890). *Principios de Economía*. Madrid: ICO, 2005. Edição anotada.
- Marshall, A. (1919). *Industry and Trade*. London: MacMillan. (disponível na Internet: <http://socserv.mcmaster.ca>)
- Menguzzatto, M. (1992). «La Cooperación: Una alternativa para la empresa de los 90». *Revista de Organización y Dirección* n.º 4, octubre-noviembre, pp. 54-62.
- Mill, J. S. (1874). *A System of Logic*. New York: Harper & Brothers.
- Monzón, J. L. (1987). "La Economía Social en España". València: *Revista CIRIEC-España*, n.º 0, pp. 19-30.

Economia social e cooperativismo:  
pilares fundamentais ao desenvolvimento integrado e sustentável da sociedade angolana

- Monzón, J. L. (1989). *Las cooperativas de trabajo asociado en la literatura económica y en los hechos*. Madrid: Ministério de Trabajo y Seguridad Social.
- Monzón, J. L. (2003). “Cooperativismo y Economía Social: perspectiva histórica”. Valência: *Revista CIRIEC-España*, n.º 44, pp. 9-32.
- Monzón, J. L. (2006). *Economía Social: conceptos y acepciones afines*. Santiago de Compostela (Facultad de Economía de la Universidad de Santiago): XI Jornadas de Investigadores en Economía Social y Cooperativa, Ponência 4, 25 a 27 de Outubro/2006.
- Moreira, M. Belo. “A Globalização e o Movimento Cooperativo. Tópicos para o debate”. In *O Cooperativismo no Novo Milénio. A Vantagem Cooperativa*, Vol. 1 (pp. 53 – 94). Lisboa: INSCOOP - Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo, Abril de 1999.
- Nalebuff, B. J. e Brandenburger, A. M. (1996). *Co-opetição*. Rio de Janeiro: Rocco.
- OCDE (1999). *Boosting Innovation: The Cluster Approach*. Paris: OCDE.
- OCDE (2001a). *New Patterns of Industrial Globalisation. Cross-Border Mergers and Acquisitions and Strategic Alliances*. Paris: OCDE.
- OCDE (2001b). *Innovative Clusters: Drivers of National Innovation Systems*. Paris: OCDE.
- Panzutti, R. (1997). *Estratégias de Financiamento das Cooperativas Agrícolas no Estado de São Paulo. Caso da Cooperativa dos Agricultores da Região de Orlândia*. São Paulo (Brasil): Instituto de Cooperativismo e Associativismo, Série Estudos e Pesquisas, n.º 1.
- Parreira, F. (2006). «Evolução do movimento cooperativo». *Revista Cooperativas & Desenvolvimento*, n.º 29, Janeiro/Abril 2006, p. 9.
- Perucia, A.S. (2008). *Estratégias Colaborativas na Indústria de Jogos Eletrônicos*. (Dissertação). São Leopoldo: Programa de Pós-Graduação em Administração / Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos).
- Platteau, J. P. (1994). “Behind the Market Stage Where Real Societies Exist. Part II: The Role of Moral Norms”. *Journal of Development Studies*, 30 (4), pp. 753-817.
- Polanyi, K. (1983). *La Grande Transformation*. Paris: Gallinard.
- Polenske, K. R. (2004). “Competition, collaboration and cooperation: An uneasy triangle in Networks and Firms and Regions.” *Regional Studies*, v.38, n.9.
- Porter, Michael E. (1990). *Vantagem Competitiva: criando e sustentando um desempenho superior*. Rio de Janeiro: Campus.

J. Jordão, P. Romera, J. L. López García e J. Briz

- Porter, M. (1990). *The Competitive Advantage of Nations*. New York: Basic Books.
- Putman, R. (1993). *Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy*. Princeton: Princeton University Press.
- Salamon, L. M. e Anheier, H. K. (1992). "In search of the Nonprofits Sector I: The question of definitions". *Working Paper*, n.º 2, Johns Hopkins University.
- Silva, D. H. (2007). "Cooperação Internacional em Ciência e Tecnologia: oportunidades e riscos." *Revista Brasileira de Política Internacional*, v.50, n.1, Brasília.
- Silva, J. F.; Motta, P. C. e Costa, L. S. V. (2007). "Coalinhamento entre estratégias competitivas e colaborativas e desempenho de empresas." *RAE – Revista de Administração de Empresas*, v.47, n.4.
- Schmidt, F. H. (2006). *O impacto das estratégias colaborativas na Indústria de Transporte Aéreo*. (Dissertação). Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Administração / Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- Tapia, C. (1995). *Les Délocalisations Internationales*. Paris: Hatier.
- Thompson, A. M.; Perry, J. L. e Miller, T. K. (2009). "Conceptualizing and Measuring Collaboration." *Journal of Public Administration, Research and Theory*, v.19, n.1.
- Tomás, J. A. e Contreras, J. L. (1988). "Evolución económica y flexibilidad productiva: la industria valenciana del calzado". *Sociología del Trabajo*, N.º 34, pp. 81-100.
- Tomás, J. A.; Contreras, J. L. e Del Saz, S. (2000). "Institutos Tecnológicos y Política Sectorial en Distritos Industriales". *Economía Industrial*, N.º 34, Vol. IV, pp. 25-34.
- Tutida, L. (2009). *Estratégias Colaborativas e Competitivas nos Processos de Comercialização na Cadeia Produtiva da Soja na Região de Assaí*. (Dissertação). Curitiba: Centro de Pesquisa e Pós-Graduação em Administração / Universidade Federal do Paraná.
- Ullrich, G. (1997). "The Role of Human Resource development in Employment Creation Through Cooperatives". In *Anuario de Estudios Cooperativos-1996*. Bilbao: Universidad de Deusto.
- Vazquez Baquero, A. (1999). «El desarrollo local: una estrategia para el nuevo milenio». *REVESCO, Revista de estudios Cooperativos*, N.º 68.
- Walras, L. (1896). *Estudos de Economia Social: Teoria da Repartição da Riqueza Social*. Lousane (Suíça).



Economía social e cooperativismo:  
pilares fundamentais ao desenvolvemento integrado e sustentábel da sociedade angolana

- Waltle, K. (1997). "La aplicación exitosa de los Principios de Raiffeisen en el trabajo cotidiano de una Cooperativa de Crédito: El modelo de una Cooperativa de Crédito Austriaca según la Concepción de Raiffeisen". In *Anuario de Estudios Cooperativos-1996*. Bilbao: Universidad de Deusto.
- Weisbrod, B. A. (1975). "Towards a theory of the voluntary nonprofit sector in a three sector economy", PHELPS, E. (Ed.): Altruism, morality and economic theory. New York: Rusell Sage Foundation.
- Westlund, H. e Westerdahl (1997). "Contribution of the Social Economy to Local Employment: Research Report I". In *Anuario de Estudios Cooperativos-1996*. Bilbao: Universidad de Deusto.

